

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa- POSGRAP
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia - NPGeo

EDVALDO OLIVEIRA

**EXPANSÃO DA EUCALIPTOCULTURA NO PLANALTO DA CONQUISTA –
singularidades no processo de implantação da monocultura.**

São Cristóvão – SE
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa- POSGRAP
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia - NPGeo

EDVALDO OLIVEIRA

**EXPANSÃO DA EUCALIPTOCULTURA NO PLANALTO DA CONQUISTA –
singularidades no processo de implantação da monocultura.**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço Agrário

Orientador: Prof. D. Sc. José Eloízio da Costa

São Cristóvão – SE
2012

Oliveira, Edvaldo

O48e Expansão da eucaliptocultura no Planalto da Conquista : singularidades no processo de implantação da monocultura / Edvaldo Oliveira ; orientador José Eloizio da Costa. – São Cristóvão, 2012.

348 f. : il.

Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Geografia agrícola. 2. Estrutura fundiária – Planalto da Conquista (BA). 3. Eucalipto – Cultivo. 4. Agricultura familiar. I. Costa, José Eloizio da, orient. II. Título.

CDU 911.3:631.582.1(813.8)



Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado de
Edvaldo Oliveira.

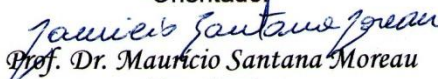
Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e doze, com início às oito horas e trinta minutos, realizou-se no Auditório do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, a sessão pública de defesa de Tese de Doutorado em Geografia de Edvaldo Oliveira, área de concentração "Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional", intitulada "Expansão da Eucaliptocultura no Planalto da Conquista-singularidades no processo de implantação da monocultura", presidida pelo Prof. Dr. José Eloízio da Costa, na qualidade de orientador, que por sua vez passou a palavra para o candidato proceder a apresentação do seu trabalho. Logo após, a banca examinadora composta pelos Professores Doutores Maurício Santana Moreau, Valdemiro Conceição Junior, Edson Diogo Tavares e Vera Lúcia Alves França argüiram o candidato que teve igual período para sua defesa. Em seguida, o Prof. Dr. José Eloízio da Costa, presidente da banca teceu comentários sobre a Tese apresentada. Encerrados os trabalhos, retirou-se do recinto a banca examinadora para atribuição do conceito. A mesma decidiu aprovar o candidato, por unanimidade, com o conceito "A" e conceder a menção com louvor em virtude da relevância do trabalho para a Ciência Geográfica. Foram atendidas as exigências das Normas que regulam a apresentação e defesa de Tese de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 15 de maio de 2012.



Prof. Dr. José Eloízio da Costa

-Orientador-



Prof. Dr. Maurício Santana Moreau

-Examinador-



Prof. Dr. Valdemiro Conceição Júnior

-Examinador-



Prof. Dr. Edson Diogo Tavares

-Examinador-



Profa. Dra. Vera Lúcia Alves França

-Examinadora-



Edvaldo Oliveira

-Candidato-

RESUMO

O problema agrário tem sido palco das discussões no campo brasileiro, nas últimas décadas, com diferentes nuances. A cultura do eucalipto é parte desse processo, em todo o mundo, com o que se convencionou chamar de *florestas plantadas*. O Brasil, sétimo país em monocultivos para a produção de madeira (FAO, 2010) e o primeiro em produção de eucalipto, (GTU, 2012) adotou o modelo dos grandes projetos, envolvendo grandes empresas do setor de papel e celulose e de siderúrgicas guseiras, resultando em conflitos. Na Bahia, a chegada da eucaliptocultura, na década de 1970, marcou a ocupação dos territórios do nordeste e do sul, resultando no adensamento dos plantios e na concentração fundiária. No Planalto da Conquista, o eucalipto chega, em meados da década de 1990, numa estrutura agrária de pequenas e de médias propriedades, com ênfase na agricultura familiar. O objetivo da Tese é o de comprovar, a partir da comparação com o sul do Estado, a forma diferenciada de implantação da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, com ênfase na estrutura fundiária, nas políticas governamentais e na ação do capital privado. Parte-se, então, da premissa de que, sem um grande projeto apoiado na grande empresa, o avanço da eucaliptocultura não afetou profundamente a estrutura fundiária regional, uma vez que foi efetivado pelo proprietário local, pela via do fomento florestal de investimentos pessoais. O recorte teórico levou em conta a produção desigual do espaço, como linha norteadora, com ênfase na igualização da paisagem pelo capital, como provocador da desigualdade, ratificando que diferentes formas de aplicação do capital refletem diferentes formas de produção do espaço. Reafirma a Geografia como ciência capaz de dar respostas às questões oriundas desse mecanismo, particularmente a Geografia da Agricultura, na definição de territorialidades/desterritorialidades, na geração de assimetrias espaciais e na dicotomia agricultura patronal/familiar. O recorte espacial envolveu os doze municípios do Planalto da Conquista e vinte e três do sul do estado, dos quais apenas seis fazem parte, efetivamente, do recorte empírico, por evidenciarem maiores percentuais de ocupação de eucalipto. A partir do método comparativo, delineou-se o percurso metodológico apoiado em: a) levantamento documental junto às associações fomentadoras da eucaliptocultura; b) aplicação de questionário semi-estruturado com os eucaliptocultores. Os dados primários resultaram da interpretação de imagens de satélite, para mapeamento dos plantios, apoiado pelos levantamentos topográficos das áreas produtoras, utilizando os *softwares* Envi 8.0, AutoCadMap e MapWiewer 7.6. A base de dados executada com informações dos relatórios obtidos do SIG e dos relatórios da ASIFLOR. Dados fundiários foram obtidos junto à Cafir/ Vitória da Conquista e aos Censos do IBGE. Os resultados apontam que a ausência de um grande projeto reduziu a ocupação contínua e manteve a pequena e média propriedade que, em parte, inseriu-se no processo de expansão do eucalipto. Considerando que a eucaliptocultura é um fato, no Planalto da Conquista, em face das condicionantes físicas desfavoráveis, a leste do território, a manutenção da pequena propriedade se dará, se mantido o fortalecimento da agricultura familiar que, sob ameaça de novos projetos, corre o risco de ser adquirida pelas grandes empresas e pelos investidores de fora.

Palavras chave: Geografia Agrária, estrutura fundiária, território, Produção do Espaço Agrário, desigualdade espacial.

ABSTRACT

The agrarian problem has been the scene of the discussions in the Brazilian countryside in recent decades with different nuances. The culture of Eucalyptus is part of this process in all world, what conventionally is called plantation forests. Brazil, seventh country in monocultures for wood production (FAO,2010) and the first in Eucalyptus production, (GTY,2012) adopted the models of great projects, involving great companies of paper and celluloses sector and pig iron steel, resulting in conflicts such as landing concentration. The Eucalyptus culture came to Bahia in 1970s marking the occupation of territories in northwest and south, resulting in the density of planting and land concentration. In Plateau of Conquista, southwest region of Bahia, the Eucalyptus came in 1990, in a structure of little and medium properties, with emphasis in familiar agriculture. We start with the premise of, without a great project of expansion supported in the great business company, the progress of Eucalyptus cultures has not affected deeply the regional land structure since that was effected by local owner, by the forest development and personal investments, different of what happened in the south of state. The theoretical framework took into account the uneven production of space as a guiding line, showing the difference between the territories, with emphasis in the equalization of the landscape, the capital, as provocateur of inequality, confirming that different forms of application of capital reflect different ways of producing space. Reaffirms the geography as a science capable of giving answers for the questions derived of these mechanisms, particularly the geography of agriculture, the definition of “territorialidades”/ “desterritorialidades”, the creation of special asymmetries and the dichotomy *corporate farms* /*family farms*. This spatial cutout involved the twelve municipalities of Plateau of Conquista, and twenty-tree in the south of region, of which only six are part effectively, of empirical cutout evidence for higher percentages of occupation of Eucalyptus. From the comparative method, outlined the methodological approach is supported by: a) associations with documentary survey of eucalypts exacerbating b) application of semi-structured questionnaire with eucalyptus producers. The primary data match interpretation of satellite images for mapping and surveying plantations producing areas using the Envi 8.0 software, and AutoCad Map MapWiewer 7.6. The database was formatted reports with data obtained in the software and reports ASIFLOR. Data were obtained from the I Cafir / Vitoria da Conquista, and the Census of the IBGE. The results corroborate the theory of differentiation by the action of the woodlot for reforestation and the initiative of local farmers, while being threatened by big business. The absence of a large project reduced the continuous occupation and kept the small and medium property that, in part, is inserted in the expansion of eucalyptus. Whereas the eucalyptus is a fact in the Plateau of Conquista in the face of unfavorable physical conditions in the east of the territory, the maintenance of small property will continue, if remained the strengthening of family farming that, under the threat of new projects is likely to be acquired by large corporations and outside investors.

Key-words: Geography Agrarian, landing structure, Territory, Agrarian Space Production, spatial inequality.

A **Jace**, amada companheira, amiga, conselheira, incentivadora... etc... etc... etc....

A **João Paulo**, querido filho, amigo, companheiro, com quem discuto as filosofias deste mundo,

Ao nosso Deus, soberano, sustentáculo no decorrer deste trabalho, a quem devoto minha vida,

Dedico

AGRADECIMENTOS

Ao professor **Eloizio**, pelo desafio de me orientar neste trabalho, com quem aprendo o mecanismo das transformações no/do mundo rural.

A **Espedito e Meire**, pelas idas e vindas pelos campos do Planalto da Conquista, pelas viagens por entre o Planalto e os tabuleiros costeiros de Sergipe. Pelas ajudas nos momentos de incertezas no desenvolvimento do trabalho.

Aos **funcionários do NPGeo**, especialmente ao “campeão” Ewerton, figura inoxidável.

Aos **professores do NPGeo**, especialmente os que nos mostraram o prazeroso caminho do saber científico.

Aos **colegas da turma 2008**, pela experiência de dividirmos, juntos, os espaços da ciência.

Aos **professores do Departamento de Geografia da UESB**, companheiros na lida do ensino da geografia.

Ao **Edson e Josefa Lisboa** pela valiosa contribuição na Banca de qualificação, apontando caminhos, me fazendo ver os atalhos.

Ao Senhor **João Cância**, Presidente da Asiflor, que disponibilizou importante documentação para a consecução do objetivo da tese. A **Levi** da Aflore e a **Nivaldo Tigre**, que sabe como ninguém contar a história do eucalipto no Planalto

Ao Senhor **Ricardo Delgado**, do Cafir, da Receita Federal do Brasil, Delegacia de Vitória da Conquista, pela disponibilidade dos dados, uma valiosa contribuição à tese..

A **Edna** – Secretária de Meio Ambiente pelo apoio no processo de coleta das informações.

Àquele **sertanejo**, “**mateiro**”, “**caatingueiro**”, proprietário de terra, e **a todos** que de alguma forma participaram desse trabalho.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr **Valdermiro Conceição**, Prof. Dr **Mauricio Moreau**, Prof. Dr **Edson Diogo**, pela valiosa contribuição. Especial agradecimento à Profa.

Vera Lucia França, que desde os primeiros momentos do curso até a defesa mostrou-me como fazer da geografia uma ciência.

Aos meus pais, **seu Arlindo** e **dona Nila**, que não viveram o bastante para ver este momento.
A dona **Losa**, pelo carinho quase materno.

A **Jace**, e **João**, pelo apoio incondicional, companheirismo, cumplicidade, preocupação...

A **Deus**, a quem louvarei em todo o tempo, porquanto me faz bem.

Assim...

BOSQUES MUDOS

**Muitos são os anéis que seus aniversários desenharam em seu tronco.
Estas árvores, estes gigantes cheios de anos, levam séculos cravados no fundo da terra
não podem fugir, Indefesos diante das serras elétricas, rangem e caem. Em cada
derrubada o mundo vem abaixo; e a passarada fica sem casa.
Morrem assassinados os velhos estorvos. Em seu lugar, crescem os jovens rentáveis.
Os bosques nativos abrem espaço para os bosques artificiais.
A ordem, a ordem militar, ordem industrial, triunfa sobre o caos natural.
Parecem soldados em fila os pinheiros e eucaliptos de exportação, que marcham rumo
ao mercado internacional.
Fast food, fast wood: os bosques artificiais crescem num instante e vendem-se num
piscar de olhos.
Fontes de divisas, exemplos de desenvolvimento, símbolos de progresso, esses criadouros
de madeira ressecam a terra e arruinam os solos.
Neles, os pássaros não cantam.
As pessoas os chamam de bosques do silêncio.**

(Eduardo Galeano, em protesto contra o monocultivos de árvores)

Ou assim.

A PARÁBOLA DE JOTÃO

**Foram uma vez as árvores a ungir para si um rei, e disseram à oliveira: Reina tu sobre
nós.
Porém a oliveira lhes disse: Deixaria eu a minha gordura, que Deus e os homens em mim
prezam, e iria pairar sobre as árvores?
Então disseram as árvores à figueira: Vem tu, e reina sobre nós.
Porém a figueira lhes disse: Deixaria eu a minha doçura, o meu bom fruto, e iria pairar
sobre as árvores?
Então disseram as árvores à videira: Vem tu, e reina sobre nós.
Porém a videira lhes disse: Deixaria eu o meu mosto, que alegra a Deus e aos homens, e
iria pairar sobre as árvores?
Então todas as árvores disseram ao espinheiro: Vem tu, e reina sobre nós.
E disse o espinheiro às árvores: Se, na verdade, me ungis por rei sobre vós, vinde, e
confiai-vos debaixo da minha sombra; mas, se não, saia fogo do espinheiro que consuma
os cedros do Líbano.**

Juízes 9:8-15

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização das áreas de estudo -2012	12
Figura 2	Espacialização das <i>florestas plantadas</i> no período de 1945 até 1995.....	63
Figura 3	<i>Florestas plantadas</i> em 2010.....	66
Figura 4	Evolução da produção de minério de ferro no mundo (em mil).....	68
Figura 5	Crescimento estimado de <i>florestas plantadas</i> no mundo no intervalo anterior a 1945 até 1995.....	71
Figura 6	Evolução da cultura de <i>florestas plantadas</i> entre 1945 até 1995.....	72
Figura 7	Estimativa de uso Industrial de <i>florestas plantadas</i> entre 1995 a 2050 (em mil).....	74
Figura 8	Estimativa de produção de lenha anterior a 1945 até 2050 (em mil).....	76
Figura 9	Eucalipto segundo o GTI Forest de 2009.....	91
Figura 10	Área de expansão da monocultura de eucalipto no mundo.....	102
Figura 11	Destino da produção das <i>florestas plantadas</i> segundo cada cadeia produtiva.....	108
Figura 12	Gráficos comparativos entre a evolução das <i>florestas plantadas</i> e o eucalipto, no Brasil no período 2005- 2010.....	111
Figura 13	Brasil: quantitativo de <i>florestas plantadas</i>	112
Figura 14	Evolução da eucaliptocultura, no Brasil.....	113
Figura 15	Espacialização das principais indústrias consumidoras de eucalipto.....	114
Figura 16	Evolução da produção de aço no Brasil - 2008 / 2010.....	117
Figura 17	Evolução e crise dos monocultivos para a madeira – 2000 – 2010.....	119
Figura 18	Polos Florestais da Bahia – situação do Planalto da Conquista.....	139
Figura 19	Sul da Bahia – Área da pesquisa.....	141
Figura 20	Plantio de eucalipto no sul da Bahia.....	147
Figura 21	Índice de Gini agropecuário dos Municípios com maior adensamento de eucalipto no sul da Bahia.....	152
Figura 22	Evolução do desmatamento no Extremo Sul da Bahia, Brasil.....	153
Figura 23	Evolução da concentração fundiária dos Municípios com maior adensamento do eucalipto no sul da Bahia. 1980-1995.....	154
Figura 24	Geomorfologia do Planalto da Conquista.....	174
Figura 25	Perfil NE/SE.....	175
Figura 26	Perfil NO/SO.....	175
Figura 27	Modelo 3D do Planalto da Conquista com os limites dos Municípios da pesquisa.....	176
Figura 28	Compilação de mapas pluviométricos do Planalto da Conquista.....	179
Figura 29	Capacidade hídrica. Base: RadamBrasil 1983.....	182
Figura 30	Zoneamento agrícola para o eucalipto –MDA.....	183
Figura 31	Solos do Planalto da Conquista. Base: RadamBrasil 1983.....	186
Figura 32	Domínios vegetais do Planalto da Conquista.....	193
Figura 33	Taxa de desmatamento da floresta estacional semidecidual segundo o INPE/SOS Mata Atlântica.....	196
Figura 34	Expansão do eucalipto no Planalto da Conquista.....	198
Figura 35	Delimitação do Sertão da Ressaca, no Planalto da Conquista.....	202
Figura 36	Índice de Gini agropecuário do Planalto da Conquista – 1920/1996.....	223

Figura 37	Síntese do Índice de Gini agropecuário 1920/1996 do Planalto da Conquista.....	224
Figura 38	Modelo descentralizado de fomento florestal da Asiflor.....	230
Figura 39	O modelo do fomento da Asiflor até a oferta do produto no mercado.....	231
Figura 40	Anúncio de compra de crédito de reposição florestal.....	232
Figura 41	Evolução do plantio de eucalipto fomentado por ano agrícola.....	235
Figura 42	Evolução do plantio de eucalipto fomentado no Planalto da Conquista.....	244
Figura 43	Condição do Plantio de eucalipto por ano agrícola.....	247
Figura 44	Identificação do eucaliptocultor fomentado quanto ao ramo de atividade	249
Figura 45	Identificação do eucaliptocultor independente quanto ao ramo de atividade.....	250
Figura 46	Alterações no uso da terra – pelo eucaliptocultor fomentado.....	252
Figura 47	Substituição de culturas pelo eucaliptocultor fomentado.....	253
Figura 48	Padrão fundiário das propriedades - eucaliptocultor Independente.....	256
Figura 49	Tempo de posse da terra pelo eucaliptocultor independente.....	257
Figura 50	Situação da posse da terra para o plantio pelo eucaliptocultor independente.....	258
Figura 51	Área plantada pelo eucaliptocultor independente em intervalos de classe por hectare.....	259
Figura 52	Outros tipos de cultivos além do eucalipto feitos pelo eucaliptocultor independente.....	260
Figura 53	Substituição dos domínios predominantes pelo eucaliptocultor independente.....	260
Figura 54	Desmatamento da Mata de Cipó no destino de Cercadinho. Vitória da Conquista -BA.....	263
Figura 55	Uso das áreas degradadas pelo eucaliptocultor independente.....	264
Figura 56	Assentamento Tigre: em primeiro plano a produção de mudas, vista do Assentamento e o eucalipto.....	265
Figura 57	Condições de financiamento para o eucalipto - eucaliptocultor independente.....	266
Figura 58	Condições do licenciamento - eucaliptocultor independente.....	268
Figura 59	Finalidade do plantio de eucalipto - eucaliptocultor independente.....	269
Figura 60	Sequência de serrarias implantadas em Vitória da Conquista.....	270
Figura 61	Processo de carvoejamento – Cercadinho – Ao fundo a Mata de Cipó.....	271
Figura 62	Uso de maquinaria agrícola na propriedade - eucaliptocultor independente.....	272
Figura 63	Geração de empregos diretos e indiretos - eucaliptocultor independente.	273
Figura 64	Eucalipto fomentado no Planalto da Conquista.....	274
Figura 65	Eucalipto fomentado e independente.....	279
Figura 66	Mapa geral do eucalipto, no Planalto da Conquista.....	280
Figura 67	Financiamento da agricultura Familiar x Agronegócio.....	288
Figura 68	Típica mudança de padrão da propriedade para o plantio de eucalipto – Quatis do Fumaça.....	296
Figura 69	Projetos de expansão da Veracel Celulose.....	304
Figura 70	Audiência pública que discute o EIA/RIMA de ampliação da fábrica da Veracel Celulose.....	308
Figura 71	Área de influência indireta AII – Expansão da fábrica da Veracel.	309

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	Maiores Produtores Mundiais de Celulose e Papel - 2009.....	69
Tabela	2	Área de floresta plantada no mundo, em 1995.....	71
Tabela	3	A área total das plantações florestais industriais necessárias em cada cenário	72
Tabela	4	Área total de plantações florestais industriais necessárias, no mundo, em cada cenário até 2050- Países desenvolvidos e emergentes.....	76
Tabela	5	Área total de plantações florestais industriais necessárias, no mundo, em cada cenário, até 2050- Países desenvolvidos e emergentes.....	76
Tabela	6	Eucalipto Mundo em 2010.....	101
Tabela	7	<i>Ranking</i> dos países produtores de eucalipto em 2010.....	101
	8	América Latina: Introdução do eucalipto.....	105
Tabela	9	Comparativo dos Indicadores de Produção e de Rotação de Cultura	106
Tabela	10	Percentual de produção de eucalipto por País - 2010.....	110
Tabela	11	Distribuição das Fábricas Brasileiras de Papel, Celulose e Pastas de Alto Rendimento.....	115
Tabela	12	Oferta Interna de Energia no Brasil.....	117
Tabela	13	Principais produtores mundiais de carvão vegetal/2006.....	118
Tabela	14	Levantamento dos plantios de eucalipto nos 24 municípios do sul do Estado da Bahia por empresa em 2008.....	143
Tabela	15	Situação da eucaliptocultura nos 24 municípios do sul do Estado	144
Tabela	16	Á Eucalipto plantado, por município no sul da Bahia – Situação em 2007.....	145
Tabela	17	Área de terras da Veracel Celulose entre 2009 e 2010.....	150
Tabela	18	Percentual de Propriedades por Município e por Empresa Produtoras de Eucalipto.....	150
Tabela	19	Áreas dos Municípios obtidas por imagem de satélite – 2007 e percentual obtido pelo IMA.....	151
Tabela	20	Agricultura Familiar nos Municípios da pesquisa.....	156
Tabela	21	Agricultura Familiar – DAPs ativos e inativos - 2012.....	157
Tabela	22	Formas de obtenção das terras nos Municípios do sul.....	159
Tabela	23	Evolução da distribuição das áreas de plantios florestais com <i>Eucalyptus</i> e <i>Pinus</i> das associadas individuais, por modalidade, 2009 e 2010.....	160
Tabela	24	Dados de fomento florestal no sul do Estado – Fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente.....	163
Tabela	25	Quantitativos por Classes de Solos no Planalto da Conquista.....	187
Tabela	26	Taxa de desmatamento entre 2005 e 2008 (em mil hectares).....	197
Tabela	27	Planalto da Conquista - tamanho das propriedades segundo a Receita Federal	214
Tabela	28	Módulo Fiscal para os municípios do Planalto, segundo o INCRA – 2007.....	215
Tabela	29	Estrutura fundiária do planalto, segundo o ITR / Base da Receita Federal.....	216
Tabela	30	Censo Agropecuário 1995/1996 - percentuais das propriedades por Município, no Planalto da Conquista (em ha).....	218
Tabela	31	Censo Agropecuário 2006 - propriedades por município do Planalto da Conquista, em percentuais.....	218
Tabela	32	Percentual das propriedades até 100 ha e índice de fragmentação, segundo os Censos 1995/1996 e 2006.....	219
Tabela	33	Planalto da Conquista - Condição legal das terras Censo 2006.....	220

Tabela	34	Forma da obtenção das terras do produtor proprietário – 2006.....	221
Tabela	35	Área plantada de eucalipto por projetos de Reposição Florestal no Planalto da Conquista – em há.....	236
Tabela	36	Percentuais de projetos implantados por fomento florestal segundo ao intervalos de área das propriedades.....	238
Tabela	37	Percentuais de expansão do eucalipto por intervalo de áreas das propriedades por fase de implantação.....	238
Tabela	38	- Área dos Projetos segundo os Intervalos de classes (em ha).....	240
Tabela	39	Taxa de sobrevivência das espécies em três meses após o plantio.....	246
Tabela	40	Planalto da Conquista: Percentual de eucalipto por município - 2009 – Produtor Independente.....	255
Tabela	41	Diferença entre eucalipto fomentado e de produção independente.....	276
Tabela	42	Percentual de eucalipto fomentado, por Município- 1997/2007.....	276
Tabela	43	Percentual de eucalipto independente, por Município- - 2009	277
Tabela	44	Percentual total de eucalipto por Município segundo área plantada em 2009	278
Tabela	45	Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios – 2006.....	293
Tabela	46	Relação de agricultores com Declaração de Aptidão ao Pronaf Planalto da Conquista 2009/2011.....	294
Tabela	47	Planalto da Conquista – Agricultura Familiar - 2011.....	295
Tabela	48	Média de preço por há* no Planalto da Conquista - 2007 2010.....	298
Tabela	49	Preço de terras agrícolas na Bahia, em R\$/ha e preço médio em U\$\$/há.....	298
Tabela	50	Preço de terras de pastagens na Bahia, em R\$/ha e preço médio em U\$\$/há...	299
Tabela	51	As áreas a serem plantadas em cada um dos municípios da alternativa II, escolhida para a ampliação da Fábrica da Veracel.....	305
Tabela	52	Investimentos para a ampliação da fabrica de celulose da Veracel	306

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Temas tratados no Relatório da FAO/FRA de 2010 sobre florestas no mundo.....	65
Quadro 2	Ranking dos países produtores de <i>florestas plantadas</i> segundo o tamanho da floresta conforme o relatório FRA de 2000.....	70
Quadro 3	Ano de Introdução do eucalipto nos Países.....	93
Quadro 4	Ano de Introdução do eucalipto nos Países da América Latina.....	105
Quadro 5	Fases e instituições públicas responsáveis pela gestão dos recursos florestais do Brasil.....	108
Quadro 6	Ranking dos Países com os Maiores Plantios Florestais em 2005.....	109
Quadro 7	Evolução do Consumo de Carvão Vegetal no Brasil por Segmentos.....	118
Quadro 8	Obrigações e direitos dos fomentados dos segundo o MPA.....	136
Quadro 9	Estrutura do contrato com a empresa fomentadora.....	161
Quadro 10	Manutenção e cuidado com a plantação.....	162
Quadro 11	Oferta do produto da madeira.	162
Quadro 12	Classificação das águas superficiais no Planalto da Conquista.....	181
Quadro 13	Classificação das águas subterrâneas no Planalto da Conquista.....	181
Quadro 14	Ocupações de terras para formação de fazendas por parentes do colonizador.....	204
Quadro 15	Fragmentação das propriedades feitas por casamentos, no Planalto da Conquista em meados do Sec. XVII.....	205
Quadro 16	Indicadores do índice de Gini agropecuário.....	222
Quadro 17	áreas das propriedades segundo projetos de fomento por reposição florestal de Eucalipto.....	239
Quadro 18	Área de plantio de Eucalipto executada por propriedade, para cada ano agrícola	242
Quadro 19	Avanços nas condições de plantios segundo avaliação técnica.....	247
Quadro 20	Planalto da Conquista: cultivo de Eucalipto por produtores independentes segundo os intervalos de classe.....	256
Quadro 21	Renda e Regiões Agrícolas.....	289
Quadro 22	Evolução do Garantia Safra na Bahia.....	291
Quadro 23	Localidades com problemas locais envolvendo o eucalipto.....	302
Quadro 24	Quadro sinótico das diferenças de ocupação do eucalipto.....	311

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAF- Associação Brasileira de Produtores de *Florestas Plantadas*.
AFLORE- Associação de Reposição Florestal do Sudoeste da Bahia.
ARL - Aprovação de Reserva Legal
ASA, - Articulação do semiárido
ASIFLOR - Associação das Siderúrgicas Para Fomento Florestal
ASSOSIL – Associação dos Silvicultores
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRACELBA - Associação Brasileira de Celulose e Papel
CAFIR - Cadastro de Imóveis Rurais
CAIS Complexos Agroindustriais
CAR Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CBF – Companhia Brasileira de Ferro
CBRES - Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres
CCZs - Créditos de Carbono Zero
CEAS - Centro de Estudo e Ação Sociais
CEI – Comunidade de Estados Independentes
CEPEDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia
CEPEMAR - Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda.
CEPRAM - Conselho Estadual de Proteção Ambiental
CERs - Certificados de Emissões Reduzidas
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFO - Committee on Forestry
COOPASUB -Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia
CPRM – Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais
CPT- Comissão Pastoral da Terra
CVF - Crédito de Volume florestal
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
DAP – Diâmetro à Altura do Peito
DOU – Diário Oficial da União
DXF - Drawing Interchange Format
EIA – Estudo de impacto Ambiental
EPE - Balanço Energético Nacional
EPS – Equipamento Pessoal de Segurança
ER evapotranspiração real
ES -evapotranspiração superficial
ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ESTÉREO – Medida de madeira
FADTC- Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico
FAO – Food and Agriculture Organization
FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FISSET- Fundo de Investimento Setorial
FRA, Global Forest Resources Assessment
I PNCP - Programa Nacional de Papel de Celulose –,
I.M.A - Incremento Médio Anual
IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE –Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF – Instituto Estadual de Florestas - MG
IMA – Instituto do Meio Ambiente

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,
INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITR – Imposto Territorial Rural.
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDC – Metro Cúbico de Carvão
MDL - Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPA - Movimento de Pequenos Agricultores
MST - Movimentos dos agricultores Sem Terra
MTD Movimento dos Trabalhadores Desempregados
NE/SE – Nordeste/sudeste
NO/SO – Noroeste/sudoeste
NWFPs - Non-Wood Forest Products
ONG – Organização Não Governamental
ORNAs – Organizações Não Agrícolas,
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAR - Pasta de Alto Rendimento
Pgi – Pediplano Degradado Inumado
PIFFR - Programa de Incentivos Fiscais para Florestamento e Reflorestamento –
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar –CONAB
PNF - Programa Nacional de Florestas
PNF Plano Nacional de Florestas –
PPF – Programa Produtor Florestal
PPP - Pareceria Público Privada
PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
Pri – Pediplano Retocado inumado
RAF- Registro de Atividade Florestal
RFP - Registro de Florestas de Produção
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SBS - Sociedade Brasileira de Silvicultura
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI - Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos.
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente
SFC - Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural (
STF - Supremo Tribunal Federal
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais –
TFD - The Forests Dialogue
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNESP - Universidade Estadual Paulista
WRM - World Rainforest Movement
% - Percentual
Ha – hectare
km² - Quilômetro quadrado
m³ - Metro quadrado
mm – milímetro
nº - Número

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1.A GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA E A GEOGRAFIA AGRÁRIA COMO RESPOSTA.....	21
1.1 Delineando a questão da Agricultura, na Geografia	21
1.2 O Agrícola e o Agrário na Geografia	24
1.3 Território como categoria de referência na produção do espaço: o caso do espaço rural.....	27
1.4 Desenvolvimento desigual e a agricultura	37
1.5 O desenvolvimento desigual e a produção do espaço	39
1.6 Agricultura familiar: a persistência em espaços desiguais.	50
2.DO MUNDO DAS FLORESTAS PLANTADAS AO MUNDO DO EUCALIPTO	55
2.1 Espacialização da monocultura de <i>florestas plantadas</i> no mundo.....	55
2.2 Os movimentos e os conceitos de <i>florestas plantadas</i>	57
2.3 A territorialização das <i>florestas plantadas</i> - 1945/1995.....	61
2.4 As <i>florestas plantadas</i> : entre as necessidades alimentares e as do mercado.....	66
2.5 A projeção futura das <i>florestas plantadas</i> no mundo: os cenários da FAO.....	69
2.6 Os cenários projetivos: impactos na estrutura fundiária e conflitos.	72
2.7 O crescimento da produção de madeira para a indústria – o pomo da discórdia...	78
2.8 A grande empresa e os monocultivos para a madeira.....	80
2.9 A retórica da redução da pobreza como resultado da desigualdade.....	84
2.10 Eucalipto: entre controvérsias e conflitos	87
2.11 O eucalipto e a expansão do eucalipto no mundo.....	90
2.12 Conflitos agrários: o eucalipto, plantação de risco	94
3. O BRASIL EUCALIPTO E A EXPANÇÃO DO EUCALIPTOCULTURA NA BAHIA	103
3.1 Entre a expansão e as controvérsias	103
3.2 Primeiras plantações de eucalipto no Brasil	104
3.3 A política das <i>florestas plantadas</i> no Brasil	106
3.4 Evolução da indústria de celulose no Brasil – para contextualizar.....	114
3.5 A produção de lenha e de carvão.....	116
3.4 O eucalipto na Bahia - nordeste como ponto de partida	121
3.8 O grande projeto: do modelo concentrador ao fomento florestal.....	128
3.9 O fomento da grande empresa e a “fome” por terra e matéria-prima – o caso do sul da Bahia.....	132
3.10 Projetos <i>Florestais</i> em outros territórios	137
4. A EUCALIPTOCULTURA NO SUL DA BAHIA.....	140
4.1 A produção do espaço – concentração e desigualdade na implantação da eucaliptocultura.....	140

4.2 A proposta do grande projeto – o complexo industrial do Sul do Estado e o modelo concentrador.....	148
4.3 A territorialização do eucalipto a partir dos municípios.....	150
4.4 A interferência na Agricultura familiar.....	156
4.5 O Preço da terra no Sul	157
4.6 O fomento florestal direto (PPF – Programa Produtor Florestal) - a terra cativa da grande empresa	159
4.7 Os conflitos e seus desdobramentos –a questão legal.....	164
5.A EXPANSÃO DO EUCALIPTO NO PLANALTO DA CONQUISTA – ENTRE O SOLO E A TERRA	169
5.1 O solo para o eucalipto	172
5.1.1 A geomorfologia.....	172
5.1.2 As Águas no Planalto e a expansão do eucalipto	177
5.1.3 O baixo potencial hídrico – as facilidades da terra para o eucalipto	180
5.1.4 Os solos do Planalto	184
5.1.5 A mudança na paisagem – da pastagem à Mata de Cipó.....	187
5.1.6 O clima e mata de cipó	191
5.1.7 Da Mata de Cipó à degradação do solo- o caminho para o eucalipto.....	193
5.2 A terra para o eucalipto	199
5.2.1 A ausência de um grande projeto e os antecedentes históricos da ocupação do Planalto da Conquista – da concentração à fragmentação fundiária.....	200
5.2.2 A ruptura colonial e o parcelamento do latifúndio: da estrutura jurídica aos conflitos	204
5.2.3 A fragmentação municipal e a formação da configuração atual: da pastagem ao café, do café ao eucalipto	208
5.3 A estrutura fundiária do Planalto da Conquista e as implicações na expansão da eucaliptocultura.	210
5.3.1 A estrutura fundiária atual do Planalto da Conquista –perspectivas atuais.	212
6. IMPLANTAÇÃO DA EUCALIPTOCULTURA NO PLANALTO.....	226
6.1 A chegada do eucalipto no planalto da conquista	226
6.2 O papel da Aflore e Asiflor – outra forma de fomento.....	228
6.3 O eucalipto no Planalto – entre os fomentados e independentes.....	232
6.4 O “Fomento Florestal” no Planalto e as implicações na estrutura fundiária.....	235
6.5 As validações tecnológicas e a qualidade do eucalipto no planalto – o fato eucalipto	245
6.6 Quem é o eucaliptocultor do Planalto – O absenteísmo e a expansão da eucaliptocultura	248
6.7 O eucaliptocultor independente do Planalto.....	254
7. ENTRE O EUCALIPTO E A AGRICULTURA FAMILIAR – PREVENDO IMPACTOS	281
7.1 A estrutura fundiária desconcentrada e o predomínio da agricultura familiar no Planalto: as ameaças da grande empresa de eucalipto	292
7.2 Impacto no preço da terra no Planalto da Conquista.....	295
7.3 O caminho das pedras.... os primeiros movimentos dos Movimentos Sociais.....	301
7.4.A ameaça que vem do sul	304

À GUIA DE CONCLUSÃO	313
REFERÊNCIAS.....	317
APÊNDICES.....	332
Apêndice A - Modelo de Contrato ASIGLOR/eucaliptocultor fomentado	332
Apêndice B-Anverso do Projeto técnico de acompanhamento ASIFLOR/eucaliptocultor	333
Apêndice C -Anverso do questionário aplicado junto aos eucaliptocultores independentes.....	334
Apêndice D -Verso do questionário aplicado junto aos eucaliptocultores independentes	335
Apêndice E - Imagem de satélite do Planalto da Conquista.....	336
Apêndice F - Fragmento de Imagem de Satélite do Sul da Bahia.....	336

INTRODUÇÃO

A atividade agrária, no Brasil, tem sido objeto de discussão, em busca de uma solução que venha a reduzir as desigualdades no campo. Particularmente, desde a concepção de um país agrícola, princípio que vem desde a colonização, o Brasil apresenta problemas que, em diversas fases, cunharam várias vertentes de análise. Historicamente, a política fundiária brasileira baseou-se na concentração de terras, desde as Capitânicas, com regime de concessão de Sesmarias, à Lei de Terras, de 1850. A terra, nesse contexto, deveria aparecer como mercadoria de valor, capaz de gerar lucro, tanto por valor de troca quanto pela sua capacidade de produzir outros bens, pela via do valor de uso contudo, ela não estava chegando à população fora da elite agrária. Marcadas pela política de migração europeia, substituindo o trabalho escravo, nas lavouras do sul, as perspectivas de acesso à terra acabaram dificultadas pelo Governo Imperial, através da valorização, em função da elite de então. A lei de 1850 foi, então, o mecanismo adotado como solução para manutenção do padrão fundiário, como mecanismo impeditivo do acesso à terra, por parte da população pobre, revertendo a mão de obra para a lavoura de café.

No plano da evolução agrária e agrícola, o país viu-se preso a uma estrutura fundiária que se manteve até meados do século XX, quando a aliança entre a agricultura e os capitais industriais passou a confrontar o objetivo da acumulação com os limites naturais da produção agrícola, dirigindo suas ações para a maximização do controle dos processos naturais e para a conquista de novos espaços de produção dos valores excedentes. Nesse tempo, ocorreram modificações no campo, acompanhadas pelos debates metodológicos sobre o desenvolvimento agrícola, as transformações no campo, os problemas fundiários, entre outros.

A transformação na e da agricultura, que ocorreu especialmente na década de 1960, quando novos paradigmas para a agricultura foram evidenciados, envolvendo as questões ambientais e as discussões sobre os países pobres, levando a concepções e a diversas terminologias que caracterizam o período, tais como: modernização da agricultura, revolução verde, modernização agrícola, entre outras. No contexto das transformações ocorridas, buscou-se uma dinâmica que remetesse ao modelo econômico global, fundado na primazia do setor urbano-industrial.

No espaço agrário, esse modelo privilegiou, de modo geral, as ações incentivadoras da substituição de um sistema de produção fundado na economia familiar, por um sistema

baseado no uso intensivo de capital, com baixo nível de emprego de mão de obra e com predominância do trabalho assalariado temporário. Dessa forma, fortaleceram-se as grandes empresas rurais, concentradoras de terra e voltadas para as monoculturas de exportação.

A fase do desenvolvimento/desenvolvimentismo avançou, no Brasil, a partir do final dos anos 1950, passando pela década de 1960, com políticas para o setor urbano-industrial, sob uma política oriunda do campo e sob o discurso da modernização. A crise da década de 1970 arrefeceu esse modelo que, no campo, é retomado na década de 1990, com uma nova dinâmica espacial e de crescimento importante. Nesse contexto, os avanços se dão com a aprovação de medidas para o campo, com novo marco regulatório, mesmo num contexto contraditório da política nacional. O Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, promulgados na década de 1960, estão entre as grandes ações federais, reguladoras do século XX. O Estatuto da Terra, estabelecendo um planejamento fundiário, mantendo a propriedade particular do solo agrícola, e o Estatuto do Trabalhador Rural, referendando a legislação das relações de trabalho no campo e estendendo para os trabalhadores agrícolas seus direitos.

Diante das evidências apontadas para o campo, no Brasil, o quadro tende a entrar no contraditório com o que tem sido denominado de expansão da fronteira agrícola. Segundo o Documento Base do Projeto REPENSA BRASIL, elaborado pelo CNPQ, para ampliação de Redes de Pesquisa, no campo, a estimativa, desde que se mantenham as atuais taxas de expansão da demanda e de produtividade, até 2050, é de que cerca de mais de 1 bilhão de ha de ecossistemas naturais serão destruídos para fins agrícolas. Isso contando com a saída das pessoas do campo, na ordem projetada para uma população urbana mundial, em 2030, de 30%, ficando o Brasil numa perspectiva de 25% de habitantes, na zona rural. O documento faz menção de que, em todo o mundo e, particularmente, no Brasil, o indicativo é da evolução de atividades predatórias e degradadoras, para além das terras férteis, para terras ditas “marginais”, ou com limitações climáticas, como o cerrado e a caatinga. Isso se dá em função da modernização da agricultura e da adaptação de culturas e de reclames do mercado, como o sisal e o eucalipto, dentre outras.

Os números para o futuro do campo impressionam, apontando uma expansão para as terras agricultáveis, considerando o discurso de que o Brasil, ao adotar tecnologias inovadoras, aliadas à disponibilidade de terras, e dispondo de climas diversos e favoráveis, torna-se o maior parque – *major player* – do agronegócio mundial. Apontam ainda que, com

apenas 3% da população mundial, produz 1% dos alimentos ofertados, além de produtos animais, destacando ainda a oferta de papel e de celulose.

No plano da ocupação das terras, os dados apontados pelo REPENSA ressaltam que o Brasil utiliza 30% das terras para a pecuária, carecendo ainda de mais de 100 milhões de ha para sua expansão (sem contar com a floresta amazônica). Os índices da agricultura anual fecham em 7%, sendo o terceiro maior exportador de alimentos, contribuindo com cerca de 4% do valor das exportações do agronegócio mundial. Segundo a FAO, o País pode-se tornar o principal fornecedor mundial de produtos agrícolas. Esse quadro futuro prevê o aumento da ocupação das terras pela soja e pelo sorgo, além de outros cultivos que poderão aumentar em 7,4 vezes, e de citrus e de café, na ordem de 1,5 vezes, sem contar com as culturas bioenergéticas e com a produção de madeira.

Esse prognóstico suscita algumas ponderações sobre a expansão da fronteira agrícola e a implicação desta na pequena propriedade, principalmente na agricultura familiar. A rigor, fora das áreas de florestas, a indicação é a compra ou a submissão do pequeno e do médio proprietários de terras, pelas vias mais diversas, como o fomento de determinadas atividades agrícolas ou o que comumente se chama atividade 'integradora'. Não deixa de ser um viés de mercado, mas subjuga o proprietário às condições do grande capital. Dessa forma, os estudos remetem a uma nova realidade no campo, marcada pela manutenção da pequena e da média propriedades. Nesse sentido, alguns caminhos são apontados, como o fortalecimento da agricultura familiar e a pluriatividade no campo, como formas de manter o homem no seu *locus*.

Diante do quadro que se apresenta, os estudos regionais e de ocupação dos espaços indicados para a produção agrícola chamam à responsabilidade os diversos campos da pesquisa, sejam das ciências da terra, sejam das ciências sociais, para a territorialização das culturas que acabam alterando a estrutura agrária local, com possíveis danos ao tecido social rural. Nesse quadro, insere-se uma nova cultura para a manutenção do parque siderúrgico, a produção de papel e de celulose e, em menor grau, a indústria moveleira, calcada na "plantação de florestas", geralmente de pinus e de eucalipto. Para explicar a questão, a Geografia Agrária torna-se o ramo das ciências capaz de dar respostas aos questionamentos sobre as alterações no campo, aliada às outras ciências, cujo caminho interdisciplinar é evidente. É claro também que, sendo a agricultura uma atividade que abrange grandes espaços que, por natureza, apresentam-se diferenciados, e que as políticas de regionalização

abarcam, de um lado, a região fisiográfica e, do outro, a econômica, promovendo a territorialização da cultura, certamente as categorias – espaço e território - influenciarão no processo de reordenação socioeconômica e espacial, adotando formas diferentes como resultado.

Na busca de um marco teórico, diante das condições históricas apontadas no campo, os avanços da Geografia Agrária, na década de 1990, foram marcados por uma diversidade, tanto teórica quanto metodológica. Pode-se destacar pelo menos quatro linhas de discussão: a relação campo-cidade, com ênfase nas urbanidades e ruralidades e, mais adiante, as discussões sobre o urbano; a modernização do campo; os movimentos sociais, com enfoque sociológico e cultural, calcados na luta pela posse da terra, por grupos destituídos ; e a pluriatividade, envolvendo as atividades não-agrícolas, dentro da perspectiva da multifuncionalidade.

Ao vislumbrar as discussões sobre as categorias de análise da Geografia, para os trabalhos envolvendo o campo, os discursos sobre a paisagem dão lugar às questões regionais. Ultimamente, as análises voltam-se para a questão do território como *locus* de dominação e de ocupação, como categoria indispensável nas análises regionais e de transformação da realidade, delineada pelo processo de produção do espaço. Elege-se, então, o território como categoria de análise principal para os estudos do espaço produzido, uma vez que os últimos debates sobre a questão territorial rural têm sido direcionados para o desenvolvimento local sustentável, com ênfase nas dinâmicas territoriais, pautados numa estratégia postulada por muitos autores, como requisito para dinamizar e articular diferentes processos locais, de forma permanente e adequada à realidade.

O desdobramento do planejamento, com ênfase nos territórios, é uma tentativa de redefinir as políticas para o campo, o que não conduz à reestruturação da estrutura fundiária, nem aos desdobramentos da modernização, que continuam, em parte, conservadoras ou dolorosas, conforme José Graziano da Silva. No plano dicotômico, desigual, Denise Elias lembra que é possível identificar algumas diferenças lógicas na organização dos espaços: de um lado, uma definitivamente modernizadora, que articula a escala local com a internacional, vista na forma de exportação de produtos primários – *as commodities* - que reorganizam o espaço, impondo novas perspectivas de mercado, com forte apelo ideológico, impondo novas diretrizes pautadas sempre no que se chama de Agronegócio Globalizado. Por outro lado, o atraso em regiões cujo espaço não se apresenta com capacidade de verticalização rumo ao

mercado global. Nesse sentido, a linha teórica de Neil Smith, sobre a produção desigual dos espaços foi tomada como *base line* para as discussões sobre os espaços diferenciados, apoiados pelas proposições teóricas sobre os espaços iluminados x opacos, observados por Milton Santos.

Situando o objeto de estudo, os relatórios técnicos de entidades ligadas ao consumo de matérias-primas de origem vegetal observam que a demanda por biomassa é considerada elevada, no Brasil. Isso é ratificado por diversos segmentos da economia, desde empreendimentos de pequeno porte às grandes siderúrgicas e empresas produtoras e exportadoras de papel e de celulose, com desdobramentos em vários níveis, entre eles o da expansão de fronteira agrícola.

Particularizando a questão da eucaliptocultura, observa-se que o “plantio de florestas” para fins comerciais, no Brasil, começa na década de setenta, com o incentivo ao reflorestamento, pelo Governo Federal, através de programas de fomento das atividades de silvicultura. Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Florestas – (ABRAF), em 2009, a área total de *florestas plantadas*, de eucalipto e de *pinus*, no Brasil, atingiu 6.310.450 ha, sendo 4.515.730 ha de eucalipto, distribuídas em mais de 500 municípios. A Bahia ocupa o quarto lugar, com 628.440ha somente de eucalipto, distribuídos no sul e no nordeste do Estado, com ampliações em outras regiões. O impacto no mercado de terras para a expansão dos plantios alcança recursos da ordem de R\$ 6 bilhões, para a aquisição de terras, entre 2009 e 2014, o que pode reduzir a modalidade de arrendamento de terras e provocar alterações na estrutura fundiária, em regiões poucos concentradas, com indicativo maior da presença da agricultura familiar. Com a evolução das plantações para biomassa, no território brasileiro, o eucalipto passa a fazer parte do dinâmico agronegócio nacional para uso diversificado, destacando-se como a mais importante matéria-prima para a produção de celulose, carvão, lenha, madeira para indústria de móveis, serrarias, construção civil, e matéria-prima para óleos essenciais e desinfetantes, entre outros.

No contexto da região do Planalto da Conquista, apesar ou por causa das limitações (climáticas e de solo), o grande agronegócio não ficou imune aos reclames do mercado de madeira e de carvão. Com a “febre” da eucaliptocultura, no sul do estado da Bahia e no norte de Minas Gerais e a descoberta do seu potencial econômico, houve, nos doze municípios do Planalto da Conquista, um despertar de agricultores e de investidores para a eucaliptocultura. Entretanto, como a retirada da floresta nativa, para a produção de carvão, já

ocorria na região, um alerta soou diante da redução da capacidade de exploração, levando os consumidores de madeira ,destinada à produção de carvão, a optarem pela cultura do eucalipto. Na preparação de um projeto de fomento ,elaborado no meio acadêmico, nas associações de produtores e nas Fundações, para o plantio do eucalipto,na região,foram apontadas algumas alternativas, como o retomo financeiro, com a venda da madeira, dos certificados de reposição florestal, de captura de carbono.

A ampliação da base industrial, o desenvolvimento do Polo Moveleiro, a demanda por carvão vegetal, para as siderúrgicas, em Minas Gerais, as notícias de lucro a longo prazo, na forma de “poupança verde”, aliados a seminários e a projetos de expansão; a disponibilidade de recursos via fomento florestal; a política de informação e de incentivo tecnológico, pelas instituições de pesquisas, levaram os agricultores a investirem e a destinarem áreas para o plantio. Soma-se a isso o baixo custo de manutenção da cultura e a ocupação das terras ociosas e degradadas, uma vez que a pastagem regional, em condições de estresse hídrico, acaba por perder sua capacidade de manutenção do rebanho.

O processo de expansão da eucaliptocultura se dá, a princípio, pela política de orientação para o plantio de eucalipto, no Planalto da Conquista, que ficou restrita ao Programa de Fomento da Associação das Siderúrgicas Para Fomento Florestal (ASIFLOR), conveniada com a Associação de Reposição Florestal do Sudoeste da Bahia (AFLORE). Ambas operacionalizam um mecanismo de entrega de mudas e de insumos, sem custo para o interessado, via fomento florestal na modalidade de Reposição Florestal, avançando, posteriormente, junto a pequenos e a médios agricultores, de forma independente. O eucalipto desponta, então, como agronegócio, e apresenta-se como um segmento relativamente novo na região, em torno de 15 anos, embora os primeiros plantios, de forma ainda incipiente, comecem entre 1992/1996. O avanço da eucaliptocultura, numa perspectiva de mercado, remete ao abastecimento das necessidades de carvão vegetal do parque siderúrgico mineiro e dos pólos Industriais, à localização geográfica e às observações das plantações de eucalipto, indicando que “as validações tecnológicas” e de ocupação do espaço se apresentam decididamente afirmativas, requerendo investigações especializadas.

No contexto de construção da Tese sobre a expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, o problema levantado para investigação remete a possíveis alterações ocorridas na estrutura fundiária e ao avanço sobre a pequena propriedade, em razão da alteração na forma de produzir, substituindo a produção da pequena propriedade pela monocultura do

eucalipto, baseada em diversos programas de governos e na sobra de capitais. Para isso, a identificação do eucaliptocultor e a política de expansão da eucaliptocultura foram imprescindíveis para confirmar a hipótese geral da pesquisa. Isso se dá, num primeiro momento, pela pressão de organismos que questionam a alteração no espaço agrário, com perdas na qualidade ambiental, como, por exemplo, a pressão sobre as florestas nativas para atender, outrora, ao mesmo capital, que agora reinveste na forma de “floresta plantada”, no mesmo espaço em que, hipoteticamente, ele atuou. Outra questão remete à sustentabilidade econômica dos pequenos produtores. Para tanto, questiona-se se o fomento do plantio de eucalipto, na região, terá as mesmas características das culturas implantadas no sul do Estado da Bahia, uma vez que as diferenças entre ambas são observadas, carecendo de estudo aprofundado.

Entre as questões mais específicas, as preocupações remeteram à existência de uma caracterização espacial da forma de implantação, diante do avanço do plantio, *a priori*, sem estudo prévio das consequências da expansão em “larga escala”, cuja análise permeia a pesquisa é a forma diferenciada como está sendo introduzida a eucaliptocultura, na região. O olhar que antecedeu à pesquisa e que originou o problema a ser pesquisado remete à concentração, em determinados municípios, e a uma dispersão em todo o território do Planalto, com a participação do agricultor local e de poucas inserções dos grandes plantios. Difere, portanto, do plantio no sul do Estado, que se consolidou com a presença de umas poucas grandes empresas, emprego maciço do capital, incentivos governamentais de alta monta e a compra de grande quantidade de terra, com alguma política de incentivo ao plantio e a compras de diversas formas. O processo de “reflorestamento”, em áreas degradadas, foi considerado como a alternativa para as áreas onde a floresta nativa foi retirada. Tal fato levantou dúvidas se essa expansão tem atingido áreas de plantio de subsistência ou áreas onde não se verifica uma carência de florestamento. Dessa forma, a despeito das questões, envolvendo aspectos da sustentabilidade ambiental e alimentar, preocupam a mudança no padrão fundiário e a viabilidade econômica para o pequeno produtor, uma vez que o cultivo varia entre cinco e sete anos, para corte e comercialização. Outra variável é a aquisição de grandes áreas para o cultivo do eucalipto, o que pode resultar em êxodo do pequeno produtor, na substituição da cultura predominante pela monocultura do eucalipto, gerando conflitos, como no sul do Estado.

A estrutura fundiária, na região, apresenta-se predominantemente entre o meso e o minifúndio, tornando-se fator preocupante. Primeiro, pelo quadro da agricultura, na Bahia, que detém uma das maiores populações rurais do País, apresenta situações de indigência e de pobreza (2,2 milhões de propriedades – muitas delas abaixo de 50 ha, considerados pela EBRAPA/CPTASA como mínimo necessário para a sobrevivência da família (COUTO FILHO, 2007, p21). Em segundo lugar, pela possibilidade de perda da propriedade pela inserção do grande capital ou de sua subutilização.

Diante do quadro esboçado, definiu-se o objetivo da Tese que é o de comprovar, a partir da comparação com o sul do Estado, a forma diferenciada de implantação da eucaliptocultura no Planalto da Conquista, com ênfase na estrutura fundiária, nas políticas governamentais, na ação do capital privado, na defesa da manutenção da pequena e da média propriedade e no fortalecimento da agricultura familiar. Parte-se, então, da premissa que, sem um grande projeto de expansão apoiada na grande empresa, o avanço da eucaliptocultura não afetou profundamente a estrutura fundiária regional, uma vez que foi efetivado pelo proprietário local, pela via do fomento florestal e dos investimentos pessoais, diferentemente do que aconteceu no sul do Estado.

Apoiado pelo método comparativo para ratificar a forma diferenciada de implantação da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, foram tratados dois espaços. No Planalto, privilegiou-se, além da busca dos dados secundários, a geração de dados primários, a qual caracteriza a novidade do conhecimento científico do território. No caso do sul, apenas os dados secundários, o conhecimento da região e o mapeamento por imagem de satélite para confirmação da ocupação do território pela eucaliptocultura, com recorte de análise de seis municípios que apresentavam maior percentual de plantio foram privilegiados.

Para o Planalto da Conquista, como mecanismo de apreensão da realidade e da verdade terrestre a partir das informações necessárias, desenvolveu-se o trabalho de campo, percorrendo os doze municípios do Planalto, totalizando 2.696 km. Recorreu-se, ainda, à análise dos documentos existentes e, principalmente, aos contatos diversos (formais e informais). Como resultado, obtiveram-se diferentes informações que permitiram avaliar os impactos no âmbito do espaço. A partir do resultado da pesquisa, os agricultores foram divididos em duas categorias presentes no Planalto: os eucaliptocultores fomentados e os independentes.

Para a eucaliptocultura fomentada, foram utilizados relatórios da Associação das Siderúrgicas Para Fomento Florestal (ASIFLOR), projetos e plantas das fazendas, formando um banco de dados contendo: projeto por ano agrícola, município, coordenadas UPS/UTM/Geográficas, área da propriedade, área prevista para o plantio, área executada, pluviosidade, procedência da semente, origem da muda, estimativa de produção por projeto (carvão em mdc, lenha em estéreo e toras em m³), finalidade comercial, quantidade de mudas previstas para o plantio, quantidade de mudas plantadas, situação e qualidade do plantio e a espécie plantada. Os dados dos produtores fomentados foram catalogadas nos relatórios da ASIFLOR/AFLORE, com 166 propriedades fomentadas e trabalhadas, conforme cada ano agrícola, no intervalo entre 1996/1997 a 2006/2007, formando 10 anos de fomento.

Para os eucaliptocultores independentes (plantios por conta própria), diante da dificuldade de encontrar o eucaliptocultor nas propriedades, uma vez que a maioria é absenteístas, foram aplicados 42 questionários, buscando esclarecer: localização, estrutura fundiária, estrutura produtiva, indicadores de modernização, estrutura física, condições da propriedade, financiamento, licenciamento, estrutura ambiental, mercado de madeira e geração de emprego. Nos questionários, procurou-se atender às áreas climáticas do Planalto da Conquista, com controle de sua posição geográfica: sete questionários aplicados na área úmida, quinze na subúmida, dois no semiárido, dezessete não foram verificados em campo, chamados de questionários “não controlados”.

O mapeamento, tanto dos eucaliptocultores fomentados quanto dos independentes, faz parte do Projeto cartográfico para a Tese, que envolveu duas bases: mundo/Brasil e Bahia/ Sul do Estado/ Planalto da Conquista, para a geração de mapas básicos e temáticos.

Os mapas do mundo e do Brasil foram elaborados em uma base única, incorporando a base do Brasil do IBGE, situação em 2006, à base do mapa do mundo disponibilizado pela Golden Software Inc. 2005, projeção Lat/Long.

Os mapas da Bahia, sul do Bahia e do Planalto foram elaborados em outra base, em razão da projeção adotado no Projeto, Universal Transversa de Mercator (UTM). Para o tratamento da informação geográfica do Planalto da Conquista foi feita a montagem da base cartográfica, com recorte das 13 folhas topográficas: SD.24 – Z – D - III (Mortugaba), SD. 24 – Y – A - IV (Condeúba) SD.24 – Y – C – I (Cordeiros) SD.24 – Y – A – V (Anagé), SD.24 – Y – C – II – (Belo Campo) SD.24 – Y – C – V – (Cândido Sales), SD.24 – Y – C – VI

(Encruzilhada), SD.24 – Y – C - III (Itambé), SD.24 – Y – A – VI (Vitória a Conquista) SD.24 – Y – A – III (Mirante), SD.24 – Y – B – I (Manoel Vitorino), SD.24 – Y – B - IV (Poções) e SD.24 – Y – D – I (Itapetinga). O recorte da área do Planalto foi feito no *software AutoCadMap* e exportado em DXF para o *software MapViewer 7.6*, para elaboração dos mapas físicos e temáticos. .

Os mapas que compõem a base física foram compilados do RadamBrasil(↔) e, através deles, buscou-se enfatizar os aspectos climáticos, geomorfológicos, a capacidade hídrica, os solos, a vegetação e o uso da terra nas faixas de transição, no topo do Planalto. Os mapas gerados mostram a capacidade produtiva, suas limitações e o que interessa às empresas de fomento do plantio do eucalipto e seus desdobramentos, se comparados com os aspectos da cadeia produtiva entre a eucaliptocultura do planalto e a dos municípios do sul do Estado. O mapa de clima mereceu atenção especial, uma vez que não há um consenso. Dessa forma, foram compilados os mapas publicados pelo Governo da Bahia (SEI/CAR/SEPLANTEC), o mapa de isoietas da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) e o da Superintendência de Estatísticas e Informações do Governo da Bahia (SEI)

No sul da Bahia, foi utilizada a mesma base cartográfica para mapear os 23 municípios produtores de eucalipto, com recorte amostral/espacial que envolve os municípios de Nova Viçosa, de Alcobaça, de Caravelas, de Mucuri, de Santa Cruz Cabrália e de Eunápolis. O mapeamento se restringiu ao eucalipto, uma vez que era esse o foco da pesquisa. As informações sobre o padrão fundiário foram obtidas nos Censos Agropecuários (↔) do Portal do Grupo de Pesquisa Geografar/IGEO/ UFBA. As questões relativas à Agricultura Familiar foram obtidas no Portal da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) , cujo parâmetro para as análises da expansão da eucaliptocultura é de 100 hectares, admitindo que os licenciamentos para o eucalipto, nos municípios, estão nessa faixa.

Dadas as dificuldades de percorrer toda a extensão, o uso das imagens de satélite foi adotado como técnica auxiliar para obtenção dos resultados da expansão da cultura do eucalipto, ratificando os dados levantados nos Relatórios da Asiflor, dos plantios independentes e da expansão no sul do Estado.

No caso do Planalto, diante das dificuldades de obtenção de imagem de satélite com quantidade de nuvens inferior a 10%, uma vez que as condições atmosféricas e o posicionamento no sentido leste oeste acabam por receber nuvens vindas do litoral, a disponibilidade de imagens públicas, fornecida pelo INPE, fica restrita. Assim, optou-se por

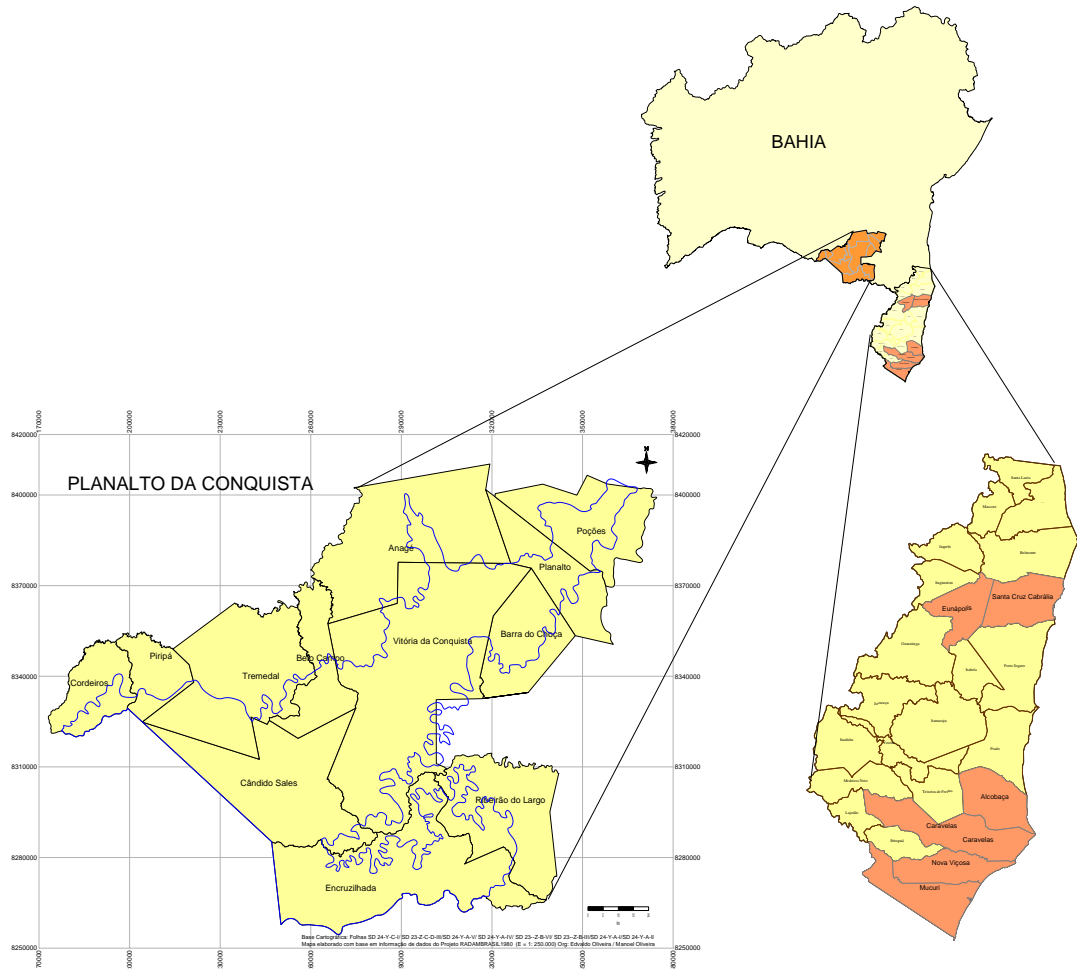
trabalhar com imagens do satélite CBRES 2B, com tratamento para 20m de resolução espectral. As dificuldades encontradas no georreferenciamento remetem ao deslocamento da órbita, o que foi feito no *Software ENVI 4.8*, que permite ganho de qualidade da informação. Foram utilizadas as seguintes imagens: órbita 150, pontos 116, 150 / 117 e 150/118, de setembro de 2009; órbita 151, pontos 116, de 11 de agosto de 2009. .

No uso das imagens do Sul, observou-se o intervalo espacial entre 2004 e 2007, operacionalizada com as seguintes cenas: Landsat 5 TM órbita 215, ponto 072 – agosto de 2007/ Landsat 7 ETM Órbita 215 ponto 071 – julho de 2007 /Landsat 5 órbita 216 ponto 071 de janeiro de 2005/Landsat 5 órbita 216 ponto 072 setembro de 2004 e Landsat 5 órbita 215 ponto 073 – de abril de 2006. As poligonais com efeito de nuvens foram atualizadas e executadas sobre mapeamento do Instituto do Meio Ambiente (IMA), elaborado em imagens mais recentes.

Foi feito o georreferenciamento das imagens, com base no mapa base elaborado a partir das cartas topográficas, conforme anexo G. O tratamento digital foi feito no *Software ENVI*, com vetorização automática e posterior correção no software MapViewer 7.6, para geração do banco de dados e mapeamento temático. Foi feita pré classificação não supervisionada e digitalização automática (*contour line*) , para posterior digitalização. O trabalho com imagens por satélite não constitui o objetivo central da Tese, servindo apenas para cálculo das áreas e delimitação de áreas de valoração da terra.

A Figura 1 mostra a localização da área de pesquisa da Tese, incluindo o território tomado para comparação, no sul do Estado.

Figura 1 – Localização das áreas de estudo - 2012



Aqui, adotou-se o termo eucaliptocultura, na forma de povoamento, diferente de silvicultura, por considerar que se refere a um plantio, sujeito ao mercado, contrariando o conceito de floresta, de *Silva*, com amplo número de espécies.

Um dos grandes desafios da pesquisa foi tratar o eucalipto - um tema tão controverso, ora entendido como reflorestamento, ora como agronegócio - como provocador de impacto ambiental ou como responsável pelo sequestro de carbono, capaz de gerar dividendos com a venda em mercados especializados; como redutor da pressão sobre as florestas nativas, mas ocupando espaços onde, antes, estas florestas estavam.

Mergulhar no tema eucaliptocultura, numa perspectiva agrária/agrícola, levou às especificidades da cultura do eucalipto, demandando busca bibliográfica específica, feita no decorrer das investigações e em trabalhos de campo, para conhecimento da cultura. O fato de aplicar-se ao ensino de Cartografia, nos últimos 15 anos, trabalhando com mapas urbanos e rurais, o retorno às leituras pertinentes sobre o tema despertou para buscar nas teorias mais

recentes sobre o campo, no mundo e no Brasil, em particular, explicações que dessem respostas às questões levantadas.

Algumas dificuldades foram vencidas a muito custo, como a formação de um banco de dados a partir de dados oficiais, principalmente regionais. A coleta de dados, junto aos agricultores absenteístas, forçou o garimpamento das informações junto aos agricultores que residem nos núcelos urbanos. A ausência de dados empíricos sobre a realidade regional foi marcante, necessitando de deslocamento, no campo.

Considerando que uma tese, literalmente, é uma tomada de posição, como parte de uma proposição intelectual, resultado de investigação complexa e aprofundada sobre tema mais ou menos amplo, com abordagem teórica definida, que se caracteriza pela defesa de uma ideia, de um ponto de vista, levando em conta argumentos, fatos, dados, que são utilizados para reforçar ou para justificar o desenvolvimento de suas ideias, algumas proposições foram levadas em consideração:

- 1- desconsiderar o termo silvicultura, para a cultura do eucalipto, e defender os termos eucaliptocultura/eucaliptocultor/eucaliptal;
- 2- rebater o conceito de “floresta plantada” e defender o eucalipto como monocultura. Por isso, todas as expressões foram aspeadas;
- 3- reafirmar o eucalipto como monocultura e não como atividade ambiental *strictu sensu*;
- 4- considerar o fortalecer da Agricultura Familiar como a melhor forma de manter o pequeno agricultor na terra, longe do grande capital.
- 5- o eucalipto, como fato no Planalto da Conquista, tende a crescer, inclusive com a intervenção da compra de terras, por grupos de fora do território.

Diante do exposto, entende-se que tais mudanças implicam uma modalidade diferente da implantação da eucaliptocultura que aconteceu no sul do Estado da Bahia. O processo de ocupação da terra, nesse caso, é contínuo, e o viés da cadeia produtiva se destinou à celulose, e ao papel e à exploração, pelas grandes empresas, amparada pelo grande capital e pela forte presença do Estado. No Planalto da Conquista, dá-se de forma esparsa, com o produtor local, em contraponto com áreas mais densas, em espaços restritos, com pequena inserção da grande empresa, destinada, prioritariamente, a duas vertentes da cadeia produtiva: carvão e queima, com indicativo para madeira cerrada e polo moveleiro, com leves implicações junto ao pequeno produtor que, de certa forma, adotou o plantio do eucalipto, ainda que de forma desconhecida dos seus efeitos na terra e no mercado.

Partindo de uma hipótese geral de que, sem um grande projeto de expansão, como em outros territórios, o avanço da eucaliptocultura não afetou a estrutura fundiária regional, uma vez que foi efetivado pelo proprietário local, pela via do fomento florestal e pelos investimentos pessoais. A manutenção da pequena propriedade, frente às ameaças do grande capital, faz-se pela política de fortalecimento da agricultura familiar. A partir dos questionamentos, defende-se a ideia de que a forma singular/diferenciada da implantação da eucaliptocultura se dá pela ação do fomento florestal e pela iniciativa de agricultores locais, sem deixar de ser ameaçada pelo grande capital. A ausência de um grande projeto reduziu a ocupação contínua e manteve a pequena e a média propriedade que, em parte, inseriu-se no processo de expansão evitando os conflitos recorrentes, como no sul do Estado. A desigualdade do tratamento espacial nos dois ambientes estudados reflete uma produção diferente do espaço. Considerando que a eucaliptocultura é um fato, no Planalto da Conquista, a manutenção da pequena propriedade pode ser beneficiada por esse processo, pela via da manutenção e do fortalecimento da agricultura familiar.

A Tese está estruturada em sete capítulos. No primeiro, é defendido o papel da Geografia como ciência do espaço, capaz de dar respostas às questões da produção e das desigualdades espaciais, com abordagens relativas às questões da agricultura, diferenciando o agrícola e o agrário, marcando o diálogo entre autores clássicos, como Valverde (1985), Santos (1996; 1988), Ceron e Gerardi (2007), além de autores contemporâneos.

Destacou-se a categoria território, como *locus* da dominação do espaço, com nuances do conceito de região, como diferenciação de áreas com ênfases em discussões de Santos (1996; 1994), de Haesbaert (2004, 1996), de Elias (2003, 1997). A linha norteadora da análise teórica remete ao desenvolvimento desigual e às diferentes formas de produção do espaço entre os territórios estudados, baseada no trabalho de Neil Smith (1988). Fecha-se a análise teórica com aspectos da agricultura familiar, em espaços territorializados. Durante todo o percurso teórico aparece o trabalho de Mazoyer e de Roudart, (2010), por tratar do trajeto histórico da agricultura, no mundo.

O segundo capítulo trata das *Florestas Plantadas* no mundo e no Brasil, com destaque para os levantamentos da FAO/FRA (2010), no uso da terra, formando o banco de dados para a geração dos mapas temáticos. Aborda, principalmente, os cenários projetados para até 2050, com ênfase nas controvérsias e nos conflitos, particularmente os agrários. Destaque para a separação do eucalipto como parte das *florestas plantadas*.

O terceiro capítulo aborda o eucalipto no Brasil e na Bahia, a evolução do plantio, as políticas adotadas e o mercado de papel/celulose e de carvão. Na Bahia, retrata o modelo indicado para o Nordeste e o formato dos grandes projetos concentradores da estrutura fundiária, com destaque para o sul da Bahia. Trata do fomento florestal no sul e dos demais projetos para a expansão dos produtos madeireiros, no Estado.

Particularizando as questões tratadas na Tese, o quarto capítulo mostra a expansão do eucalipto, no sul da Bahia, a produção do espaço a partir do formato dos grandes projetos, que promovem a concentração das terras e da renda, com interferências na agricultura familiar. Destaca o Fomento florestal na modalidade da grande empresa e o cativo da terra, para uma cultura de ciclo longo. Os desdobramentos e os conflitos da eucaliptocultura, no sul, são também abordados.

O capítulo cinco dividiu-se em duas análises: “O solo para o eucalipto” e “A terra para o eucalipto”. Em “O solo para o eucalipto” são destacados os aspectos físicos do Planalto, com ênfase na extensão do Planalto Cimeiro e nos latossolos, como indicadores, no território, para a expansão da eucaliptocultura. “A terra para o eucalipto” remete aos aspectos de ocupação da terra, desde o período colonial até a década de 1940, quando ocorre o parcelamento da propriedade, resultando na estrutura fundiária atual.

O capítulo seis trata dos aspectos empíricos, destacando o histórico da chegada do eucalipto, no Planalto da Conquista, o papel das Associações Fomentadoras e o produtor independente.

No capítulo sete, é observada a preocupação com a agricultura familiar, muito forte na região, com sinais de redução da capacidade produtiva, cuja defesa é de sua manutenção, dentro da estrutura fundiária desconcentrada, com as devidas ameaças dos grandes projetos. Marca os primeiros movimentos dos ‘Movimentos Sociais, diante das condições de implantação da eucaliptocultura, no sul do Estado. Segue, com considerações sobre a amplitude da pesquisa e o leque de oportunidades para responder aos questionamentos advindos dos resultados da Tese, referências bibliográficas e apêndices.

O percurso metodológico adotado seguiu a proposta do método comparativo para a efetivação da pesquisa empírica. A partir do modelo comparativo, observa-se que a construção de um argumento parte de uma afirmação formulada na forma de hipótese geral, levada a teste, para ser contrastada a partir de uma realidade empírica. A coerência lógica da afirmação combina com a articulação de seus conceitos, como mecanismos operacionais e de

operacionalização das categorias abstratas. No método comparativo, o contraste, através da realidade empírica, dá-se por meio da observação, da coleta de dados e de substratos fáticos que remetem à proposição. Assim, a sistematização dos dados coletados constitui a evidência científica. Os resultados dessa confrontação empírica levam à corroboração ou à refutação da hipótese e devem ser analisados à luz do embasamento teórico adotado. Nesse sentido, o argumento atinge o grau de robustez, a partir da fundamentação teórica. A hipótese de que há uma diferenciação entre a eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, em relação à do sul do Estado da Bahia, evidenciada pela desigualdade espacial e econômica e, ainda, diante das características do predomínio da agricultura familiar, reforça os enunciados acima.

A partir do escopo da Tese de diferenciação, parte-se do princípio de que, numa argumentação científica, quatro elementos são essenciais: a afirmação, a evidência, o fundamento e a ressalva. A primeira, remete à hipótese geral, culminando com o objeto e o objetivo da pesquisa; a segunda, a partir dos dados levantados e do grau de empirismo observado na pesquisa; o terceiro argumento revela o grau de pertinência da base teórica, e o último elemento, essencial na argumentação da investigação - a ressalva - é aquele que retira do argumento da investigação o caráter de verificação possível da hipótese geral. Esses quatro elementos, portanto, garantem a consistência do argumento científico e atuam de maneira indissociável, particularmente no método comparativo.

É quase lugar comum, em pesquisa social, afirmar-se que o método é determinado pelo objeto. Para fundamentar a tese de diferenciação do processo de expansão da eucaliptocultura, busca-se apoio no método comparativo, que é utilizado para comparações entre grupos, os atuais e os do passado, ou entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (SCHNEIDER, SCHIMITT, 1998.). Uma forma apropriada de construção do argumento de investigação é organizar os dados de modo a descobrir neles algum padrão, ou alguma implicação possível de ser traduzida numa declaração, a propósito da natureza dos fenômenos aos quais esses dados se referem.

Para a pesquisa em foco, importa salientar que o método comparativo remete ao fato de se efetuarem comparações verticais (no tempo) e horizontais (no espaço), o que lhe confere um caráter sócio-espacial, que se identifica na natureza da pesquisa.

O método comparativo, aplicado na pesquisa, diferencia-se dos trabalhos feitos em História, uma vez que, nesse caso, busca-se a semelhança (TARGA, 1991). No caso da comparação apresentada na Tese, são as diferenças que interessam, tornando-se necessário

ressaltar divergências e concordâncias na utilização do método, destacando as características comuns. Gonzales (2008, p. 6) separa as características comuns das diferenças, observando que “as características comuns são consideradas variáveis controladas, enquanto as diferenças são as variáveis explicativas”. Schneider e Schimitt consideram que a comparação remete à interpretação para verificar o que há de comum – ou de contraditório, pela via da dedução (GONZALES 2008, p. 6).

O raio de abrangência do método comparativo, nas Ciências Sociais, com o qual a Geografia se identifica, é evidente, sendo aplicado nas mais variadas modalidades. Nesse sentido, a comparação aparece como sendo inerente a qualquer pesquisa, no campo das Ciências Sociais, esteja ela direcionada para a compreensão de um evento singular ou voltada para o estudo de uma série de casos, previamente escolhidos (SCHNEIDER, SCHIMITT, 1998, p 49). No campo da teoria, como apresentado no Desenvolvimento Desigual de Smith (1988), Abramovay lembra que o método comparativo permite uma elaboração teórica, ressaltando a virtude do trabalho comparativo como aquele:

[...] que faz da história uma espécie de prova dos nove da teoria e, por aí, exige não o abandono, mas, ao contrário, o aprimoramento do esforço de elaboração teórica. Esta é uma de suas contribuições mais decisivas: a comparação tem o mérito de induzir questões que uma abordagem estritamente nacional acaba por evitar (ABRAMOVAY, 1992 p.254).

De toda sorte, o emprego do método comparativo, nas ciências sociais, tem sido feito de diversas maneiras, auxiliado por outras metodologias complementares, com resultados satisfatórios. Schneider e Schimitt lembram que diferentes usos do método acabam por refletir em diferentes posições, no que tange às teorias gerais e às explicações locais, possibilitando sua aplicação. Assim:

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando **continuidades e descontinuidades**, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais-(SCHNEIDER, SCHIMITT, 1998, p 49.- Grifo nosso).

A ressalva feita remete ao fato de não se chegar a uma conclusão efetiva e de não se necessitar de outra hipótese. Para os autores, se não houver relação entre os fatos analisados, ou entre a hipótese geral e a demonstração final da pesquisa, recorre-se a uma terceira opção em que exista relação com os fenômenos analisados anteriormente, desde que haja relação entre eles. Nesse caso, aplica-se novamente o método das variações concomitantes, ou seja, o método comparativo (SCHNEIDER, SCHIMITT, 1998).

Na busca de um método, na fase de consolidação da Geografia Científica, no séc. XX, alguns métodos foram testados, (histórico, comparativo, indutivo, monográfico, estatístico e sistemático, e mais recentemente o dialético). “Algumas correntes do pensamento e de bases filosóficas defendem o melhor uso metodológico na Geografia, e, por conseguinte, nos estudos de Geografia Agrária” (ALVES E FERREIRA, 2009, p. 4). Dentre eles, o método comparativo destaca-se, especialmente para os estudos regionais e de base física.

Trazido para a Geografia por geógrafos clássicos, o método comparativo ainda se aplica em diversos trabalhos, geralmente nas categorias espacial e histórico-temporal (SCHNEIDER, SCHIMITT, 1998). As sociedades distantes no tempo e no espaço aplicam-se mais aos aspectos históricos, enquanto a Geografia ocupa-se das sociedades sincrônicas, vizinhas no espaço, e que possuem um ou mais pontos de origem comum. “Este tipo de abordagem permite conciliar, de um lado, o trabalho de elaboração teórica, de outro, o interesse voltado à análise de processos sociais específicos”. (SCHNEIDER, SCHIMITT, 1998, pp. 80,81).

No plano específico do objeto da Tese, na comparação nos trabalhos relativos à agricultura, Abramovay considera que “a abordagem comparativa nos leva a examinar até que ponto, entre nós, a agricultura está cumprindo função semelhante àquela tão crucial à moldagem presente da estrutura social no capitalismo avançado”. (ABRAMOVAY, 1992 p.256)

Para a análise adotada na pesquisa, mesmo não sendo um estudo de caso estritamente regional, mas territorial, os procedimentos remetem à linha de estudos regionais comparados (TARGA, 1991). Alves e Ferreira (2009) lembram que o objetivo do método comparativo é o de auxiliar e complementar os estudos regionais, servindo como uma análise comparativa de diferentes regiões. Assim, é necessário explicitar, sinteticamente, os pontos de vista mais gerais sobre análise regional comparada, aqui aplicada ao território do Planalto da Conquista e ao Sul do Estado da Bahia. Dessa forma, adota-se o princípio de Targa (1991) em que, dentro

de um país, uma região só pode existir, e, portanto, ser tratada como tal, se ela se particularizar em um elenco de questões, tais como: sua economia, sua sociedade, sua cultura, sua formação histórica; em suma, uma região só existe se ela se diferenciar de outras. O fato de adotar o método comparativo, em regiões diferentes, dá-se em razão da proposição de Targa, em que:

A análise de uma região tratada no seu isolamento e no seu "absoluto" carece de sentido; uma análise de desenvolvimento regional só consegue explicitar as peculiaridades desse desenvolvimento desde um ponto de vista comparativo; essa comparação deve ser realizada com, pelo menos, uma ou outra região do país (TARGA, 1991, p. 5).

No caso de estudos regionais ou territoriais muito vastos, cabe uma advertência de Abramovay, relativa ao cuidado quanto à extensão da região ou do território, no tocante à delimitação da pesquisa. Dessa forma:

Um dos riscos mais graves que ocorre ao tentar um estudo comparativo é o da formulação de unidades analíticas tão vastas que, sob o impulso de destacar identidades e diferenças, coloquem fatos e processos singulares à sombra. Pior, a comparação induz, frequentemente a generalizações abusivas (ABRAMOVAY, 1992 p.254).

O estudo comparativo, na Tese, expressa o agrupamento de Municípios, em regiões pré-definidas, como o Território de Identidade de Vitória da Conquista e o Sul da Bahia, uma vez que não ocorre a territorialização da eucaliptocultura nas duas regiões. Para tanto, foram feitos recortes de estudos em ambas as regiões.

Ciente das vantagens do método comparativo, a pesquisa não se furtou a algumas ponderações. O que se espera do método comparativo é o que afirmam Schneider e Schimitt: “se bem aplicado, possa servir como uma bússola para que o cientista social consiga realizar sua viagem, explorando os caminhos que se abrem, no decorrer do processo de investigação”, (SCHNEIDER, SCHIMITT, 1998, p. 84), embora reclamem que não se deve afastar demais de um trabalho sistemático sobre as indagações feitas para a tese, bem como os motivos que levaram à adoção da pesquisa. Vale ressaltar, ainda, a advertência e a validação do método, feitas por Abramovay de que “Apesar da prudência exigida – se não por razões teóricas ou metodológicas mais sérias, ao menos pelo bom senso – a comparação é não

somente possível, mas necessária”. (ABRAMOVAY, 1992 p.254). Outra advertência remete à coleta de dados, típica do método, e que carece de considerações quanto ao seu procedimento. Assim, quanto ao levantamento de dados nos procedimentos metodológicos, avalia-se que o método comparativo não se confunde com uma técnica de levantamento de dados empíricos, sendo o confronto o que o caracteriza. Para Schneider e Schimitt (1998), o uso da comparação, como perspectiva de análise do social, possui uma série de implicações situadas no plano epistemológico, implicando diretamente o debate acerca dos próprios fundamentos da construção do conhecimento, em Ciências Sociais.

1. A GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA E A GEOGRAFIA AGRÁRIA COMO RESPOSTA

1.1 Delineando a questão da Agricultura, na Geografia

O estudo do espaço rural ou do campo envolve uma gama de ciências afins, entre elas as chamadas ciências da terra, ligadas mais às Ciências Exatas e às suas ramificações, além das Ciências Sociais, das quais se destacam a História, a Sociologia e, principalmente, quando retratada a análise espacial, a Geografia que, em seus desdobramentos, ressalta a Geografia Agrária e a Agricultura. A tese de ocupação do espaço rural de forma desigual, pela via do capital e dos investimentos públicos, resulta em diferentes espaços, vinculados às condições de retorno do lucro pela via da reprodução do mesmo capital. Isso leva à igualização da paisagem, com importantes recortes teóricos de análise, desde o viés crítico ao viés puramente econômico, mas que, de certa forma, revela um caminho único: a desigualdade na produção do espaço, com consequências na produção agrícola e na estrutura fundiária. Analisar a produção de espaços diferentes tem sido um caminho metodológico adotado pela Geografia, como Ciência Social que trata da transformação do espaço pela via do trabalho (no sentido lato sensu) e do investimento, para ratificar tal produção do espaço. Assim, as questões espaciais, delineadas pela territorialização das mais diversas atividades, no campo, resultando em desterritorialização da paisagem natural, para dar lugar a outra paisagem, construída pelo trabalho e/ou pelo capital, seja pelo pequeno produtor, que também se territorializa, seja pelos grandes projetos que se desterritorializam e reterritorializam em espaços diversos, reproduzem o capital e produzem novos espaços.

Os estudos da Geografia da Agricultura avançaram de forma diferenciada, a partir da década de setenta, com novas discussões sobre o papel e sobre o objeto de estudo daquela. Esses avanços levaram a uma tomada de posição do papel da Geografia nos estudos agrários e a questionamentos da Ciência na produção do espaço rural, antes feito predominantemente por economistas. A Geografia, como Ciência, é muito recente, consolidada em meados do século XIX. A Geografia Agrária, um dos ramos da ciência geográfica, segundo Suzuki, (2007), é muito mais recente. Sua consolidação e definição, segundo o autor, como um

fragmento do saber não ultrapassa, em muito, meio século, embora ressalte que o conhecimento sobre o campo é quase tão antigo quanto à própria história do homem.

Moraes (1998), ao estudar a evolução da ciência geográfica, chama a atenção para o fato de que o avanço nos estudos regionais propiciara o aparecimento de especializações, cujo objetivo era sintetizar os conhecimentos. Esses levantamentos, no plano regional, particularmente nas regiões agrícolas, promoveram o desenvolvimento da Geografia Agrária. Alguns vieses apontados por Moraes, e ainda hoje utilizados pelos pesquisadores da ciência geográfica, apontaram para a consolidação desse ramo da Geografia, particularmente dos levantamentos sobre a reestruturação fundiária, melhoria das técnicas de cultivos, levantamento das condições de trabalho no campo, entre outras variáveis próprias das pesquisas em Geografia Agrária.

Ao longo do século XX, foi notória a aproximação estabelecida entre a agricultura e os demais setores da economia. Integrada cada vez mais ao processo industrial de produção de valores excedentes, a agricultura capitalista incorporou, nesse período, incrementos tecnológicos importantes para a consolidação de um movimento de redução das barreiras naturais que se colocavam à sua produção mais intensiva, a partir de modelos que ampliassem a produção, em função da demanda do mercado. Isso implicou uma territorialização e regionalização da agricultura. É claro, também, que, sendo a agricultura uma atividade que abrange grandes espaços que, por natureza, se apresentam diferenciados, e que as políticas de regionalização abarcam, de um lado, a região fisiográfica e, do outro, a econômica, certamente essas categorias influenciarão no processo de reordenação socioeconômica e espacial, adotando formas diferentes, como resultado.

No Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XX, a aliança entre a agricultura e os capitais industriais, ao confrontar o objetivo da acumulação com os limites naturais da produção agrícola, conduziram suas ações para o controle dos processos naturais e para a conquista de novos espaços de produção, em busca dos valores excedentes. Nesse tempo, ocorrem modificações no campo, acompanhadas pelos debates metodológicos sobre o desenvolvimento agrícola, transformações no campo, problemas fundiários, entre outros.

Marca também, esse tempo, a discussão sobre a divisão da Geografia preocupada com os eventos no campo, buscando explicações em outras ciências que se ocupavam da temática. Nesse sentido, as diferenças apontadas levaram à concepção de duas formas de observação dos estudos agrários, comumente chamados de dicotomia. Essa tese, segundo Ploeg (2009),

foi por muito tempo debatida, enfocando a divisão clara entre os camponeses e os fazendeiros capitalistas criando, assim, as categorias: agricultura capitalista e agricultura familiar.

Outras terminologias, como a patronal e a familiar, acompanham esse pensamento, quando dividem em categorias, como observa Schneider, ao lembrar as definições propostas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No início dos anos de 1990, quando da reformulação da política agrícola mundial, “cujo objetivo principal era estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, sugeriu-se outra forma de classificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, separando-os entre modelos: “patronal” e “familiar”. (SCHNEIDER, 2009b, p.40).

Outras formas de “dualismo” podem ser observadas no conjunto teórico sobre as atividades agrícolas, com enfoques diferentes. Veiga, por exemplo, lembra que, no passado, havia uma dissociação no processo produtivo no espaço rural o que evidencia a oposição entre agricultura e pecuária, “deixando de serem atividades opostas para se tornarem cada vez mais complementares, o cultivo e a criação de animais formaram progressivamente os alicerces das sociedades europeias (VEIGA, 2009 p. 29). Esse processo, segundo o autor, marca o fim da escassez de alimentos. Gadille (1974), por sua vez, destaca o que chamou de “mal-estar agrário” entre as empresas e os trabalhadores agrícolas, causado pelas “novas estruturas”, em estudos feitos na França; o mal-estar, no mundo, entre as economias desenvolvidas e atrasadas, além das discussões entre as políticas agrárias de orientação e políticas reformistas, que embasavam os discursos na década de 1970.

Além dessas, outras dicotomias serão abordados mais adiante, o rural x urbano, os Complexos Agroindustriais (CAIS) x a Agricultura de pequeno porte, conforme Graziano da Silva (1997, 1996, 1981), Abramovay (2002, 2003), Veiga (2009), Elias (2003, 2007) e Rangel (2004). No próprio campo, observou-se o dualismo entre Agrícola e não agrícola; Urbano e neo-urbano; Patronal x agricultores familiares; Ocupações Rurais Não-Agrícolas (*Orna*) x ocupações essencialmente agrícolas. Algumas dessas dicotomias ou dualismos estão sendo superados. Para Graziano da Silva (2003), o novo enfoque do desenvolvimento local sustentável tem o inegável mérito de permitir a superação das já arcaicas dicotomias urbano/rural e agrícola/não agrícola.

1.2 O Agrícola e o Agrário na Geografia

A Geografia trata das questões agrárias a partir de conceitos diferentes, variando entre o agrário e o agrícola, a agropecuária e a agricultura. Em função desse processo, os debates voltaram-se para o papel da Geografia e os conceitos relativos ao espaço rural e levantaram questões sobre o modo de pensar o espaço agrário, até então. Dessa forma, Valverde (1985) trata da existência do problema agrário, com enfoque no problema brasileiro. Mais adiante, as discussões mais teóricas sobre o método da Geografia Agrária, empreendidas por Gusmão (2006), ressaltam as tendências da Geografia Agrária e a capacidade de articulação com outras áreas do conhecimento.

Um dos mais significativos trabalhos sobre a evolução da Geografia Agrária foi desenvolvido por Ferreira (2001), que traz, além de conceitos relevantes, uma periodização da Geografia Agrária Brasileira, destacando o período áureo entre 1940 e 1950. São levantadas algumas questões, como os avanços das técnicas e a organização agrária, os estudos das paisagens com ênfase nos aspectos físicos, que posteriormente vão culminar com o início das discussões ambientais em relação à agricultura. Em seguida, marca o período dito “turbulento” da agricultura, no Brasil, entre os anos de 1950 a 1970, com especial atenção para novas discussões no seio da Geografia, em virtude do enfraquecimento da Geografia “tradicional”. Ferreira chama a atenção para uma nova linha metodológica, com ênfase na tipologia agrícola e nos estudos de classificação. Por fim, nesse período, há a consolidação da chamada “modernização” da agricultura, o que levou à crítica do modelo capitalista no campo, já no final da década de setenta. Como a autora trabalha uma periodização até a década de 1990, destaca as transformações da e na agricultura, fechando com temas referentes à questão agrária, dentre os quais as diversidades de terras e de áreas estudadas. Marca aí o avanço da crítica ao modelo capitalista no campo, com destaque para os movimentos sociais.

Os avanços da Geografia Agrária, na década de 1990, foram marcados por uma diversidade, tanto teórica quanto metodológica. Podem-se destacar pelo menos quatro linhas de discussão: primeiro, a relação campo-cidade, com ênfase nas urbanidades e nas ruralidades; em segundo lugar, as discussões sobre o urbano. Esse movimento marca o embrião das discussões sobre a pluriatividade, envolvendo as atividades não-agrícolas, dentro da perspectiva da multifuncionalidade; o terceiro argumento leva à modernização do campo, fora da clássica discussão das máquinas e dos equipamentos, envolvendo, agora, o meio

técnico-científico-informacional, conforme Santos (1996; 1994) e Elias (2003; 2007) e, em quarto lugar, os Movimentos Sociais, com enfoque sociológico e cultural, calcados no embate pela posse da terra por grupos destituídos, desalojados e alienados do direito à terra.

Na construção da Geografia Agrária Brasileira, Paulino (2007) lembra que esse processo surge de uma dissidência no campo conceitual e metodológico, “cujo marco está na cisão entre estudos agrícolas e estudos agrários, e que se reflete em fundamentos teórico-metodológicos distintos, os quais podem ser identificados, inclusive, pelo título de obras” (PAULINO, 2007. p 342). Isso é perceptível nas discussões sobre a Geografia Regional e a Geografia Geral, observadas por Bray (2007), ao avaliar que:

A geografia agrária dentro da abordagem regional buscava, por meio de várias funções desempenhadas pelos elementos geográficos, as características dos sistemas geográficos nas áreas em foco. Em contrapartida, a geografia agrária dentro da geografia geral procurava analisar, através dos gêneros de vida, como as sociedades, nos mais diversos locais da superfície terrestre, resolviam seus problemas de sobrevivência. Para tanto, essas sociedades utilizavam as mais diferentes tecnologias na agricultura, das mais antigas às mais sofisticadas, tendo em vista o grau de desenvolvimento tecnológico de cada cultura (BRAY, 2007. p.12).

Para compreensão e fundamentação da Geografia Agrária, torna-se necessário analisar sua delimitação, os conceitos que a envolvem e os diversos conceitos aplicados, como o de agricultura, o de agrícola e o de agrário. O clareamento dos conceitos relativos ao campo e, especialmente, os da Geografia Agrária conduz aos conceitos de Agricultura, de Geografia da Agricultura, de Geografia Rural, entre outros, que se tornam fundamentais para a compreensão de qualquer estudo agrário.

Furlan (2006) trabalha o conceito de agricultura com ênfase no planejamento, entendido como atividade basicamente econômica, “na qual um conjunto de decisões tomadas por seres humanos resulta na produção de alimentos e de matérias primas, vegetais e animais, destinadas a satisfazerem estímulos de consumo gerados por indivíduos ou grupos de indivíduos”. (FURLAN, 2006, p.6). Esses argumentos levam à antiga discussão no quadro das ciências da delimitação da ação de cada uma. Valverde analisa a questão da disciplina, vinculada à questão do método e da metodologia na Geografia Agrária, identificando-a “como disciplina destinada à formação de interessados no campo, onde os problemas e as complexidades de ordem metodológica dependem do próprio conteúdo e da natureza da atividade agrícola”. (VALVERDE, 1985. p 5). Não é à toa que a abordagem pluri ou

multimetodológica pode ser observada nos estudos agrários, também em face da complexidade observada no campo. Saindo dos limites dos economistas, a atividade agrária tem na Geografia uma delimitação específica, uma espacialização. Ceron e Gerardi argumentam que o campo da Geografia da Agricultura é basicamente o da atividade espacial agrícola, em que “o ponto de vista do geógrafo agrário é o espacial e dirigido, particularmente, para o arranjo e a distribuição dos padrões de atividade agro-pecuária, bem como para seus processos geradores, cuja dinâmica procura analisar e compreender a dimensão espaço-tempo (CERON e GERARDI, 2007. p 7)

Diniz (1984) conduz uma discussão referente à Geografia da Agricultura, na tentativa de estabelecer um conceito. Comparando com Ceron e Gerardi, o autor leva a questão conceitual para o espacial, afirmando que “a Geografia Agrária ou da Agricultura, sempre se preocupou com a caracterização dos lugares, em função dos atributos agrícolas. O seu caráter espacial está assentado há muito tempo e, embora as definições variem, todas coincidem nesse ponto”. (DINIZ, 1984, p 30).

Valverde, como Diniz, define o papel da Geografia Agrária ou da Agricultura como aquela que não se restringe à descrição e à classificação, nem tampouco à mera análise. Diniz restabelece o seu campo de estudo ressaltando o excesso de estudos sociológicos, o que descaracterizaria o papel do Geógrafo e da Geografia Agrária, enquanto Valverde (1985) entende que a Geografia Agrária não deve restringir-se a uma simples classificação dos sistemas agrícolas, ampliando sua ação a todos os elementos culturais que repercutem na paisagem agrícola.

Diante da complexidade referente aos estudos agrários, Paulino (2007), ao avaliar os trabalhos de Orlando Valverde, faz distinção entre o agrícola e o agrário. Ressalta que, do ponto de vista teórico-metodológico, Valverde remete para um fazer geográfico comprometido com as mudanças sociais, o que assinala, já nas décadas de 1950 e 1960, a necessidade de uma maior abrangência da questão agrária em relação à agrícola, saindo da postura positivista dos levantamentos, ratificando que “já no início da década de 1960, a agricultura transcende os aspectos quantificáveis e mensuráveis a que se propõem os estudos quantitativos, dada a sua inserção em uma teia de relações subordinadas à lógica do modo de produção hegemônico”. (PAULINO, 2007. p 342). Dessa forma, a abordagem da Geografia Agrária avançava para além dos dados quantitativos que marcaram a Geografia, naquele

período. Sobre a distinção entre agrícola e agrário pode-se ver nas obras de Graziano da Silva (2003) e Ignácio Rangel (2004), abordagens sobre *fáceis* da questão agrícola e agrária.

Na busca da compreensão das dualidades/ dicotomias, a discussão remete ao desenvolvimento desigual, observado em toda a história, sobretudo a partir da presença das sociedades de classes e, principalmente, com o desenvolvimento das sociedades capitalistas avançadas. Nesse sentido, uma vez clareados os conceitos chave, ao discutir agrícola/agrário, conduz ao desenvolvimento desigual no espaço, e, particularmente, ao agrícola, pela via da territorialização das atividades, no campo. Dessa forma, o parte-se do princípio da desigualdade x igualização, discutido por Neil Smith (1988), para a compreensão da diferenciação das ações do capital, na expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista.

1.3 O território como categoria de referência na produção do espaço: o caso do espaço rural

Para fundamentação da expansão da eucaliptocultura, além dos aspectos da desigualdade observadas no espaço, busca-se evidenciar a apropriação do espaço pelo capital, desterritorializando e reterritorializando novos modelos no campo, substituindo processos produtivos tradicionais por novos processos de expansão da fronteira agrícola. Por essa causa, as categorias de análises espaço e território são tomadas para efeitos das análises, uma vez que as discussões remetem à apropriação do espaço tanto dos eucaliptocultores quanto dos pequenos agricultores familiares. Embora sejam citados aspectos conceituais da região, sua aplicação se dá pela via do desgaste do conceito, sua substituição pelo território, ou mesmo uma simbiose entre ambos. Nesse sentido, Milton Santos retoma a concepção de território como uma nova modalidade de expressão do espaço, levando em conta as relações sociais, rebatendo a noção do território pelo território, apenas como limite político. Para Santos, o território apresenta horizontalidade (espaços contíguos) e verticalidade (relações sociais distantes):

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma

continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS, 1996, p 2).

A região é tomada, aqui, somente como características de diferenciação de áreas, cujos efeitos naturais ou econômicos acabam por permitir deferentes e desiguais formas de territorialização. Aqui, aplica-se o princípio proposto por Corrêa em que o conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e de controle, seja nas práticas políticas diversas adotadas pela classe dominante ,seja pelo Estado¹, ao utilizar o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, objetivando “o controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante”. (CORRÊA, 2000 p. 25)

Nessa relação território/espço, Girardi (2008) parte do princípio de que, para a análise territorial, é essencial compreender os conceitos de espaço geográfico e de território como indissociáveis. Essa indissociabilidade é marcante para a organização espacial e para o estabelecimento do território, sempre pautada nas relações de poder, o que determina a natureza do território.

A discussão sobre o fim da região e dos territórios toma corpo com o processo de globalização, marcadamente com a redução do espaço-tempo (SANTOS, 1994). No entanto, as ações do capital e da necessidade de exploração do espaço levam à necessidade de busca de um determinado espaço para tais ações. Nesse sentido, a busca por áreas do globo que ofereçam as condições de reprodução remete necessariamente à concepção de região, que se confunde com o território, como de áreas diferenciadas. Benko, ao fazer essa relação região/território, lembra a escolha de regiões que dispõem de mais vantagens e de acesso aos mercados, assinalando que “As regiões, ou melhor, os territórios, tornaram-se, dessa maneira, fontes de vantagens concorrenciais”. (BENKO, 2001, p. 2). Nesse novo momento de expansão dos territórios que Milton Santos (1996) chamou de “retorno ao território” e à região, uma vez que a necessidade de ocupar espaços demanda uma escolha de determinada área capaz de satisfazer o retorno exigido pelo capital empregado. Isso é mais visível no

¹ Corrêa admite a região de planejamento como território de ação e de controle, que tem seu apogeu nas décadas de 60 e 70. “Este é o caso brasileiro: entre 1964 e 1977/78, sobretudo, numerosos estudos almejando a definição de regiões de planejamento foram realizados, seja em nível federal e macrorregional, seja em nível estadual”. (CORRÊA, p 27). Foi esse o período áureo da regionalização, em particular no Estado da Bahia.

espaço agrário, onde a região escolhida remete, necessariamente, à apropriação, por diversos meios, do espaço, buscando seu domínio, mesmo que de forma maleável, plástica, fluida.

Ainda com relação ao espaço e ao território, Benko (2001) fala em deslocamento de escalas e em recomposição dos espaços, em escala macro, o que significa a fluidez das ações sobre o espaço globalizado. Negret (2007) trata da fluidez e da instabilidade do território e da região, através da diluição das fronteiras. Nesse sentido, ao revisar e discutir alguns dos conceitos mais reconhecidos pela trajetória e pela importância teórica sobre espaço relata as mudanças aceleradas no conceito de espaço e de território, levando em conta seus limites convencionais. Considera que:

Com o processo de globalização e das sociedades integradas em rede nesta época da informação, o conceito de espaço está mudando aceleradamente e, embora os países mantenham formalmente suas fronteiras territoriais, o capital e as sociedades funcionando em rede vão diluindo essas fronteiras nos territórios geográficos e tornando o mundo menos regional, menos nacional e mais global (NEGRET, 2007, p 38).

O que se vê, então, é a materialização das ações no espaço, pela via da apropriação, capaz de manter, de alguma forma, o seu controle, que aqui se caracteriza como o território. Na tentativa de fugir ao conceito pragmático e restrito ao Estado-nação, o território torna-se por ele mesmo, objeto de ação. Avalia-se o território como lócus das ações de poder e como parte do espaço geográfico universal, que direciona para a concepção de território agrário, território rural. Não existe, portanto, território sem a ação dos atores, pois é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social (SANTOS 1996). Nesse sentido, Abramovay vê o território além da base física, uma vez que considera que “a relação entre os indivíduos e as empresas possui um tecido social, uma organização complexa, feita por laços que vão além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicação (ABRAMOVAY, 2003, p. 45).

Girardi, ao elaborar o Atlas Agrário do Brasil, dialogando teoricamente com Santos (1994), partindo da concepção de espaço geográfico e território, trata da indissociabilidade dos objetos e das coisas como processo contínuo em que a sociedade transforma a natureza, modificando o espaço, pelo trabalho, admitindo que os sujeitos sociais, por meio de suas estratégias, influenciam a produção do espaço. “Daí surge o território, resultado da impressão do poder no espaço, territorializado pelo sujeito territorial, que é movido pela intencionalidade”. (GIRARDI, 2008, p 41). É essa instituição do território sobre o espaço

geográfico que interessa, uma vez que o processo de territorialização se expressa na ocupação do espaço dentro de limites pré-estabelecidos. Dessa forma, entende-se que o espaço geográfico e território são fundamentais para a análise da questão agrária, já que, em ambos os casos, o que está em questão é o espaço e o poder.

É certo que havendo uma relação de poder sobre o espaço isso implica a interferência de uma política de Estado. A questão sobre a quem serve o território mostra as influências ideológicas do e no território. Isso se torna claro considerando que “o espaço terrestre, organizado em territórios, é de objeto de transformações e de adaptações humanas, em função de projeções ideológicas, geopolíticas, econômicas e culturais.” (PIRES, 2007. p55)

No caso do espaço e do território agrário, e no que se refere ao tamanho do território, convém analisar os tipos de agricultura implantados no País: a tradicional, muitas vezes considerada atrasada, classificação discutível em razão das particularidades culturais, e a moderna. De certa forma, tanto uma como a outra estão presentes, em todo o País, como observa Denise Elias, ao afirmar que “hoje, a produção agropecuária moderna, existente como realidade em áreas espacialmente restritas, mais as novas formas de produção, de distribuição e de consumo têm influência direta sobre as condições gerais da agricultura de todo o País”. (ELIAS, 2003. p. 64). Isso não retira o mérito do território, quanto ao tamanho. O que se entende, aqui, é o processo de desterritorialização e o domínio do espaço, independente do seu tamanho. Quanto à variabilidade do tamanho do território, assim explica Pires:

As noções de território nas ciências econômicas, sociais e geográficas nos conduziram para uma concepção abrangente na qual o território local e regional pode ser entendido como espaço geográfico de tamanho variável, geralmente internacional, mas que não se reduz a uma escala de planejamento estatal das políticas públicas locais/regionais, nem tampouco a uma condição de suporte geográfico das atividades econômicas (PIRES, 2007. p63)

Pires lembra que a criação de um território depende de como as comunidades se organizam, em termos políticos e societários, de como são concebidas as instituições democráticas que impulsionam estratégias de alcance das finalidades em forma de projeto comum. Assim, “O desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional, de caráter local e específico, portanto, uma ação associada e uma cultura, um plano, e instituições locais, tendo como vista arranjos de regulação das práticas sociais”. (PIRES,

2007, p76). Ressalta que é apenas nesse caso que o território é mais que um promotor de ativos e recursos específicos, é o principal agente coletivo de desenvolvimento.

É necessário pensar o território a partir das ações sociais, econômicas e administrativas. Haesbaert (2004) lembra a existência de três vertentes básicas acerca da noção de território: a vertente política ou jurídica, a econômica e a cultural ou simbólica. Dessas vertentes, cada processo de formação do território utiliza um viés. Por outro lado, o estabelecimento do território pode ser efetivado pela apropriação do espaço. Para a Tese em questão, as duas primeiras são perfeitamente aplicáveis. O caso do agronegócio é emblemático, vez que nele se observam mecanismos de aquisição do espaço conforme a capacidade de exploração, levando em conta os benefícios do meio físico, de caráter regional, que será tratado adiante. Nesse caso, apesar das ações sociais e da incorporação do território, relatada por Pires (2007), o território do agronegócio se dá de forma diferente. Para Elias:

O resultado é uma total remodelação do espaço agrícola, hoje muito mais complexo do que há quarenta anos. Diante disso, o território torna-se cada vez mais rígido, rugoso, o que explica em parte a interiorização da urbanização, promovida, entre outros, pelas novas relações estabelecidas entre o espaço agrícola e o espaço urbano, desencadeada pelas novas demandas das empresas participantes dos complexos industriais, dos produtos e serviços especializados, o que incrementa o consumo produtivo (ELIAS, 1997. p 53).

Discute-se a criação de territórios em todos os espaços possíveis. No caso da área urbana, o processo de territorialização múltipla admite várias territorialidades, muitas vezes imperceptíveis. Essas multiterritorialidades podem acontecer no espaço agrário, porém de forma mais visível, em razão da continuidade territorial, embora com uma visão diluída na paisagem. Em todos os casos, implica o processo de desterritorialização, de reterritorialização, ou mesmo a criação de novos territórios, comandados por atores mais diversos, seja no espaço urbano, seja no espaço rural. Isso implica também uma relação de poder, pois o território se fundamenta na apropriação do espaço. Nesse sentido, Girardi lembra

Que essas relações de poder são desempenhadas pelos sujeitos que produzem o espaço e têm *objetivo de criar territórios, aos quais denominamos sujeitos territoriais*. Destaca ainda que esses sujeitos são: o *indivíduo* (e/ou a família), os *grupos*, as *coletividades locais*, o *Estado*, a *autoridade supranacional* e as *empresas* (GIRARDI, 2008, pp 37,38 Grifos do autor).

Ao exercerem seu poder no espaço para a criação de territórios, os sujeitos ou atores promovem o processo de territorialização/ desterritorialização/reterritorialização, que Girardi denomina TDR.

Pires (2007) chama a atenção para a substituição do papel do Estado, pela dinâmica econômica dos territórios como autorreguladores. Enfatiza a questão regional e o desenvolvimento local, no lugar do desenvolvimento promovido pelo Estado, embora as discussões sobre esse tema incluam o Estado, ora como financiador, ora como aquele que prepara a infraestrutura local. Assim:

Interessa ressaltar que do ponto de vista da dinâmica atual do sistema econômico mundial, as regiões e as localidades, ou melhor, os territórios, tem se convertido em novos atores coletivos e fontes de vantagens competitivas [...] Assim é que o desenvolvimento local, em teoria e na prática vem substituir a regulação do desenvolvimento estatal e centralizador, característico do período anterior (PIRES, 2007, p78)

Considerando que o espaço rural foi, historicamente, alvo do processo de territorialização, o que indica uma apropriação pelas mais diversas camadas sociais, pois mesmo os pequenos agricultores que resistem na terra aí se territorializam, assim como os que, de forma mercantil, dela se apropriam. Dessa forma, o processo de territorialização “Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado”. (ANDRADE, 1995, p. 20).

O processo de territorialização x reterritorialização x desenvolvimento desigual pode ser entendido como a forma na qual o território se materializa, bem como a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade, como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto. A desterritorialização tanto por ser reconhecida como um processo histórico, como pode ser identificada como processo e produto da globalização, que tende a desenraizar as coisas, as ideias, mercadoria, mercado, moeda, capital, entre outros. Isso é visto de forma explícita no espaço agrário, pela implantação do agronegócio. Avaliação importante pode ser feita no trabalho de Haesbaert (1996), que marca um processo de desterritorialização de áreas do cerrado baiano:

O processo de ocupação dos sulistas na região levando consigo sua cultura, sua técnica e sua identidade aceleraram o processo de

“desterritorialização” e a criação de “espaços fora do lugar” que representam uma identidade territorial diversa da que ali se mantinha. A “reteriorização” da região é ordenada pelos sulistas, quase sempre com o apoio da elite local, que tentam transplantar os costumes e a própria paisagem do sul para a região (HAESBAERT, 1996 p 85).

Certamente que todo processo de desterritorialização leva à formulação de novos territórios. Para Neves, “Os novos territórios estão sendo formados e transformados em todas as partes sobre os escombros das desterritorialidades, da luta de classes ou das novas fontes espacializadas de produção de mercadorias”. (NEVES, 1994, p. 273). Haesbaert (1996) ,abordando a desterritorialidade a partir da premissa do mito da desterritorialização, passa a formular a ideia de multiterritorialidades, que devem ser entendidas a partir de uma interligação dos aspectos econômicos, políticos, culturais e, principalmente, sociais – que permitam dar conta das novas transformações, nos estudos sobre o território. Semelhantes são as multifuncionalidades do território, abordadas por Abramovay (2003). Isso mostra a dinâmica de produção do espaço geográfico, nas mais diversas formas, gerando diversas territorialidades. Outra forma de verificação das novas territorialidades pode ser observada, na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988; 2007) , sobre o processo de transformação do latifúndio no agronegócio, deixando claro que o agronegócio é a versão nova do latifúndio de sempre, aquele que historicamente semeia a degradação ambiental e a exclusão social

É evidente que a participação da Geografia, em especial da Geografia Agrária, na composição dos territórios, marca uma nova ordenação do território rural. Pires chama a atenção para o fato de que o “debate atual tem procurado desmistificar a ideia de homogeneidade do espaço, e apontar para interpretações de novas desigualdades e fragmentações, a partir da distribuição espacial dos ativos e dos recursos humanos e sociais”. (PIRES, 2007. p67). Para Corrêa, a formação do território traduz as desigualdades inerentes ao espaço social ou relativo, como propõe Smith (1988), para a ideia de espaço do total para as partes. Assim:

A lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas, mas articuladas. Sob o capitalismo queremos crer que a noção de combinação deve ser explicitamente referida não apenas à coexistência no mesmo território de diferentes modos de vida, mas também à articulação espacial destes territórios (CORRÊA, 2000 p. 24).

Isso é particularmente aplicado aos territórios rurais, termo que Hespanhol (2007a) lembra estar vinculado às atividades agropecuárias, cunhado na União Europeia, no início dos anos de 1990, quando passou a reconhecer o caráter multifuncional das zonas rurais e estabeleceu políticas públicas com base na abordagem territorial. No âmbito do novo planejamento territorial, no Brasil, estão os Territórios Rurais, criados Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2003; 2005). Com o apoio do IICA, elaborou-se, em 2003, um documento intitulado “Referência para o Desenvolvimento Territorial Sustentável”, base para o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAR. Elias chama a atenção para a reorganização do território brasileiro, agora, envolvendo a questão agrária/agrícola: “Entre os principais vetores da reorganização do território brasileiro, destacam-se a descentralização industrial, a guerra fiscal, as especializações produtivas e a reestruturação da agropecuária”. (ELIAS, 2007). Sobre essa nova proposta de estabelecer ‘novos’ territórios rurais com base em uma nova política, apoiada nas chamadas políticas públicas, baseadas no território de desenvolvimento, vale lembrar as referências deixadas por Gomez, ao avaliar que:

O desenvolvimento territorial rural se constitui como mais uma nova orientação das políticas públicas de desenvolvimento rural. Trata-se de um enfoque que avança no caminho da ênfase espacial que o desenvolvimento ganha, sobretudo a partir dos anos 1990 e cujo referencial mais importante é o sucedido modelo da Terceira Itália (GOMEZ, 2007, p 49).

O mesmo autor critica esses territórios, questionando a funcionalidade deles, destacando qual o papel da Geografia em relação ao desenvolvimento desses territórios que “nos colocam, como podemos ver, frente a um debate inadiável sobre se a Geografia serve realmente para o desenvolvimento ou serve para fazer pequenas mudanças de forma que nada muda”. (GOMEZ, 2007, p 52). Em outro momento, questiona a eficácia da Geografia e a caracteriza como uma categoria aplainada, reduzida a instrumento técnico de planejamento, a rigor, pelo Estado.

Diante do quadro das modificações ocorridas no território, como conceito e como lócus das atividades econômicas e sociais, busca-se entender o papel da Geografia e dos territórios rurais no processo de alterações espaciais. Nesse aspecto, a economia acaba contribuindo para a discussão sobre a questão dos territórios rurais e sobre o espaço

geográfico, diga-se espaço agrário. Dentre os vetores estudados pela Geografia, surge a Geografia do Desenvolvimento, que os economistas chamam de ‘Nova Geografia Econômica’ (NGE) , termo discutido por Ruiz (2003). Ratifica Pires, quanto ao território e sua relação com a Geografia e a Economia, que:

É possível concluir que a economia e a geografia do desenvolvimento deveriam procurar estudar a dinâmica sistêmica e institucional do território, porque ambas se beneficiam dos ensinamentos da história, dos avanços da sociedade e da abordagem interdisciplinar, rompendo com os reducionismos corriqueiros (econômicos, sociológicos, geográficos, políticos) (PIRES, 2007, p61).

É claro que os estudos do território carecem de análises diferenciadas para cada tipo estabelecido. Dada a complexidade de se estudar tanto os atores como o território em si, considera-se importante que os estudos sobre o território, como categoria analítica da Geografia, seguem caminhos diversos e evocam perspectivas teórico-metodológicas diferenciadas, concepções de mundo distintas ou mesmo antagônicas.

Ciente do papel da Geografia na discussão sobre o território, cabe ressaltar a territorialização das atividades agrárias na fase de globalização da economia, envolvendo o grande capital, na forma do agronegócio. Essa nova fase é destacada por Santos (1996) e, mais particularmente, por Elias (2003; 1997), o que a autora chamou de arranjos produtivos agrícolas. Assegura que “nos arranjos territoriais produtivos agrícolas, grandes corporações atuantes nos complexos agroindustriais são os principais agentes produtores do espaço agrícola, processando-se, dessa forma, a produção de territórios corporativos inerentes ao agronegócio globalizado (ELIAS, 1997. p 57).

Nesse novo contexto de territorialização das atividades agrárias, três indicações podem ser feitas, para efeito de estudo, destacando-se: a) o meio científico informacional, como premissa para a produção do espaço, principalmente do espaço agrícola; b) o desenvolvimento territorial; e c) o argumento do desenvolvimento e desse para o mercado.

No primeiro caso, as tecnologias da informação - TI - o território aparece como algo que sofre uma regulação. Na concepção de Pires, as novas Tecnologias da Informação e da Comunicação acabam influenciando todos os processos produtivos, as formas de organização do trabalho, a gestão empresarial, os modos de regulação dos processos socioeconômicos-territoriais lembrando que, embora isso ocorra, a solução para a socialização do território seria

“mais adequado pensar o território em termos de espaço socialmente organizado, com seus atrativos e recursos, suas capacidades para materializar inovações e gerar sinergias positivas entre os responsáveis pelas atividades produtivas (tecido empresarial) e a comunidade (tecido cidadão)”. (PIRES, 2007, p.63). Parece difícil, na disputa entre mercado e território, discernir entre o capital financeiro/produtivo com o capital social. Isso é avaliado por Abramovay (2003) , quando trata do capital social dos territórios e lança um novo olhar sobre o desenvolvimento rural.

O segundo argumento remete à Geografia do Desenvolvimento, calcada no desenvolvimento territorial. O fato de o Brasil ter adotado novas políticas de territorialização, vide políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, relativas aos territórios rurais/Territórios da Cidadania, chama a Geografia Agrária para a discussão acadêmica, considerando que:

No meio acadêmico, influenciado por diferentes concepções econômicas, sociológicas e ecológicas, as leituras geográficas verificadas na última década sobre a globalização, a importância do meio ambiente, do local, da paisagem, do ecossistema e do geossistema vem demonstrando a relevância da geografia para a noção de desenvolvimento, aqui entendida como desenvolvimento territorial (PIRES, 2007, p56).

Mesmo adotando novas políticas para o território rural, observam-se as diferenças entre tais territórios. Há territórios que avançam, como os do agronegócio, e territórios que estagnam , como os da agricultura familiar, tendo em vista os princípios de Santos, (1996), sobre espaços opacos e espaços luminosos, aplicados ao campo. Elias ampara essa questão afirmando que “os arranjos territoriais produtivos agrícolas são pontos luminosos do espaço agrícola brasileiro [...] e do Agronegócio globalizado, novos focos de dinamismo da economia agrícola, nos quais a verticalidade tem predominância sobre as horizontalidades”. (ELIAS, 1997. p. 57).

O terceiro argumento remete ao desenvolvimento, ao mercado e ao território. Considera-se que o desenvolvimento serve para a ampliação do mercado e, portanto, do capital. Nesse sentido, o território serve não a todos os atores, como argumentado anteriormente, mas torna-se um bem de valor, como a terra, para exploração cativa ao mercado, numa referência feita por Martins (1990). É nesse sentido o argumento de Gomez, ao afirmar que “o território sobre este paradigma desenvolvimentista, converte-se num

recurso que deve ser valorizado e vendido. Quanto maior a identidade, a institucionalidade ou o capital humano, maiores possibilidades de desenvolvimento” (GOMEZ, 2007, p. 51). A questão implica um desenvolvimento para quem. Isso pode ser visto no caso do agronegócio, no qual pequenos produtores se inserem, não como parte dele, mas como aquele que entra na rede do agronegócio por seus mecanismos.

Os territórios rurais, tais como são concebidos hoje, remetem a uma projeção das atividades, no campo, mas ainda pouco discutidos. Diante das políticas recentes de reestruturação dos territórios rurais, no Brasil, ainda cabe uma boa discussão teórica. Abramovay, na busca de uma explicação para o futuro das regiões rurais, ressalta a valorização das regiões interioranas e lança o desafio de que tais territórios terão um futuro a partir do desenvolvimento, para além da base física, como sempre foi visto:

Uma visão territorial do desenvolvimento pode se revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física de produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados (ABRAMOVAY, 2003, p. 98a).

De toda forma, é conveniente considerar que, de fato, a globalização dos fluxos e a implantação de fixos, mesmo no campo, bem como a ampliação das relações econômicas resultantes do desenvolvimento do capitalismo tornaram a realidade muito mais complexa. Isso fez com que o planejamento territorial passasse a ser considerado como um instrumento privilegiado para a organização do espaço, tal como o planejamento econômico o era para a intervenção do Estado. Nesse sentido, as ideias sobre desenvolvimento e modernização tomam corpo nas análises sobre o espaço agrário.

1.4 Desenvolvimento desigual e agricultura

O Brasil apresenta uma espécie de dicotomia não velada, considerando a estrutura de organização do Estado, no que tange aos organismos que comandam a política agrária/agrícola brasileira. Mesmo com os avanços da produtividade e com a modernização, culminando, nos anos de 1990, com recordes de produção e ampliação da capacidade de

reprodução do capital junto aos pequenos agricultores, a dicotomia consiste/persiste na organização da estrutura do Estado: de um lado o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo objetivo é manter a política de competitividade da agricultura patronal/ empresarial e, do outro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – , cujo centro das ações é o da Reforma Agrária e o dos programas relativos à agricultura familiar.

Tal dicotomia revela, em parte, as contradições na ocupação do espaço que, de forma diferenciada, por razões diversas, mais que implicam diretamente a ação do capital. A organização do espaço passa a ser vista em função de tais diferenças, revelando espaços desiguais, cidades desiguais, agriculturas desiguais, a despeito do recente processo de globalização da economia. Nesse sentido, pode-se observar, no trabalho de Smith (1988), clara distinção na produção do espaço em que diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes, promovendo os diferentes padrões geográficos, marcando as diferenças da sociedade que usa e organiza o espaço. O mesmo se aplica, segundo Smith, ao espaço agrícola/agrário, quanto à localização das atividades, resultando em diferentes espaços:

A localização de diferentes setores agrícolas ocorre em relação a diferentes condições naturais e o mesmo é verdadeiro com relação a diferentes setores indústrias, que são diferenciados mais pela diferenciação localizacional na disponibilidade de matérias-primas e componentes acessórios (SMITH, 1988, p 153).

Não determinante quanto à natureza física, embate já exaurido pelo determinismo geográfico, o capital ainda elege áreas de atuação, em diferentes graus, de acordo com a natureza. O determinismo ambiental, segundo Smith, que se desenvolveu especialmente junto aos geógrafos da escola americana, caracterizava-se como uma versão extremada de que as condições geográficas naturais determinavam, em grau maior ou menor, o tipo de localização de atividades humanas. Lembra que, “como uma linha de pesquisa, o determinismo ambiental nunca foi inteiramente hegemônico e foi substituído por uma preocupação menos dogmática com o estudo da diferenciação de áreas”. (SMITH, 1988, p 153). Dessa forma, as diferentes apresentações da natureza implicam diferentes formas de divisão do trabalho e de geração da renda, bem como a reprodução do trabalho e do capital. Toma-se, aqui, novamente, a ideia de Milton Santos sobre os “espaços luminosos”, aplicados ao espaço rural. As diferentes naturezas revelam diferentes formas de produção do espaço, o que indica que “as diferenças

qualitativas na natureza se traduzem em diferenças qualitativas e quantitativas na organização social; a divisão social do trabalho expressa-se espacialmente”. (SMITH, 1988, p 153). Isso significa, o que se verá adiante, que tal dualidade referenda a desigualdade no campo, produzindo espaços diferentes, sociedades diferentes e territórios desiguais.

1.5 O desenvolvimento desigual e a produção do espaço

Para Neil Smith, a emergência das discussões sobre o desenvolvimento desigual, além de uma visão crítico-marxiana, foi o desvelar de um novo processo nas escalas espaciais, portanto, partindo de uma Geografia com enfoque no capital, que apresenta duas vertentes importantes e que determinam a desigualdade: as diferenças espaciais de ação do capital e a tendência a uma equalização espacial. Vale lembrar a posição de Mendonça (2004) na qual a sociedade sempre se organiza a partir de uma matriz espacial. Tal espacialidade define a forma como a sociedade se organiza, deixando evidente, no contexto de cada uma, as relações de poder e, conseqüentemente, as relações ideológicas, portanto, desiguais. No contexto, Smith deixa claro que as condições de desenvolvimento (equalizado ou desigual) se portam de formas diferentes em razão do processo histórico e, conseqüentemente, da divisão do trabalho, na sociedade – divisão também espacial. Nesse sentido, reforça a ideia de que o trabalho e as diferenciações das áreas refletem um desenvolvimento desigual:

Na maior parte da história humana, a divisão do trabalho esteve baseada na diferenciação das condições naturais. [...] sob condições naturais diferentes, o mesmo gasto de trabalho resultará em diferentes quantidades de uma dada mercadoria, e isto implica a possibilidade (mas somente a possibilidade) de produção excedente em um lugar, embora não em outro. (SMITH, 1988, p. 152)

Nessa mesma linha, Milton Santos, ao tratar da evolução das técnicas e da sua aplicação destas no meio natural, envolvendo o trabalho humano, o meio natural e a técnica, reafirma que, de uma forma ou de outra, acaba resultando na desigualdade pela via da acumulação:

Para analisar a evolução da organização do espaço, temos que pressupor, inicialmente, a existência do meio natural que, mediante a ação humana e através do uso da técnica, transforma-o em espaço geográfico. O avanço da ciência permite que o meio técnico científico seja incorporado ao espaço

geográfico, possibilitando outras formas de organização do espaço. Atualmente, além da técnica e do meio técnico científico, ainda compõe o espaço geográfico o conteúdo técnico-científico informacional. Desse modo, novas formas de organização espacial são incorporadas. Porém, “um meio não suprime o outro, por isso o espaço geográfico é uma acumulação desigual de tempos”. (SANTOS 1988, p. 6).

As contradições entre desenvolvimento desigual e equalizado se dão em função das diferenças observadas no que Smith chama de função história da divisão do trabalho, sempre relacionado com a divisão espacial e territorial. Essa divisão é, para Smith, mais profunda quando se compara a Agricultura com a Indústria. Embora a desigualdade em relação à Indústria seja mais evidente, na Agricultura aparece sempre na forma de crise. Nesse sentido, Mazoyer e Roudart (2010) observam que a crise alimentar é resultado do desenvolvimento desigual da produção agrícola, ratificando a existência de uma enorme distorção no sistema agrícola alimentar mundial, marcado pelas desigualdades de renda e de desenvolvimento, entre os países. Dessa forma, ratificam que “A crise geral contemporânea está centralizada na crise geral e ampla das agriculturas camponesas, menos dotadas pela natureza e pela história, resultantes essencialmente da concorrência com as agriculturas mais produtivas (MAZOYER, e ROUDART, 2010 p. 46). Tais concorrências que fazem parte da desigualdade promovida pelo capital foram, por muito tempo, mantidas pela ideia de que espaços diferentes resultam em oportunidades diferentes, como visto anteriormente.

Smith chama a atenção para o fato de que o capital, no âmbito da agricultura, acaba por acelerar o processo de divisão social do trabalho, com resultados na dinâmica social, o que resulta na diferenciação, a partir da localização de determinadas atividades. No entanto, o autor não é adepto da vertente determinista, embora leve em consideração o princípio da vantagem natural, a partir da lógica do desenvolvimento do capital, no sentido de favorecer aos deslocamentos do campo, através do encurtamento de distâncias com o aprimoramento do que Milton Santos (1998) chamou de encurtamento do tempo e do espaço. Assim, pode-se observar que:

O princípio da vantagem natural, que aderiram os geógrafos comerciais e regionais tradicionais, afirma mais do que faz de fato. No final, tais explicações da concentração e centralização econômica são somente meias-verdades. Elas podem explicar adequadamente, e geralmente o fazem, o desenvolvimento inicial de um lugar. Mas de modo algum explica a quantidade e a qualidade do desenvolvimento subsequente(→) (SMITH, 1988, p 157).

Milton Santos lembra que “no domínio das relações entre técnica e espaço, uma primeira realidade a não esquecer é a propagação desigual das técnicas”. Lembra que “os avanços da industrialização e a repercussão desses avanços, em todo o mundo, levam a um progressivo aumento do bem-estar, embora desigualmente”. (SANTOS, 1988, p 15). Considerando que a Agricultura, no último meio século, tenha tido uma dependência da indústria, pela via da modernização, da “Revolução Verde”, mesmo assim a importância da natureza toma corpo no debate sobre as desigualdades espaciais. Mazoyer e Roudart (2010), ao analisarem as leis econômicas que promovem a transformação da economia camponesa mostram que ela se espacializa, particularmente na Segunda Revolução Agrícola, e concluem que tais mecanismos de transformação na Agricultura são, sem dúvida, o desenvolvimento desigual, caracterizado pelas desigualdades observadas nos mecanismos de reprodução do camponês - a terra e o capital – e na sua condução com o mercado – que envolve a produtividade e as trocas – resultando, também, em acumulações desiguais.

Embora, no âmbito da discussão do desenvolvimento desigual e no tocante ao espaço, trate dos diferentes espaços, Smith defende a ideia de que a concentração do capital ocorre em ambientes socialmente construídos, considerando a dinâmica e a acumulação do capital. Assim, “a diferenciação do espaço geográfico assume muitas formas, mas fundamentalmente expressa a diferenciação social, que é a verdadeira definição do capital: a relação entre capital e trabalho”. (SMITH, 1988, p 217).

Uma visão dessa desigualdade produzida pode ser verificada no que Mazoyer e Roudart chamam de *latimifundismo*², quanto tratam de uma espécie de desigualdade imperativa:

O caso mais extremo da desigualdade na repartição da terra é aquele do latimifundismo, uma estrutura social agrária muito defendida na América Latina nessa região, imensas propriedades agrícolas com vários milhares, ou até mesmo dezenas de milhares de hectares – frequentemente subexplorados – monopolizam a maioria das terras agrícolas, quanto o campesinato pobre se encontra confinado nos minifúndios que, de tão pequenos, não produzem nem o suficiente para cobrir as necessidades alimentares de suas famílias. (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 515)

² O minilatifundismo é uma característica apontada pelos autores **vez que** nos espaços agrários aparecem o minifúndio e o latifúndio, muito **comuns** na América Latina.

Assim, os espaços diferentes a partir de diferentes dinâmicas revelam uma produção diferente do espaço, traço marcante nas discussões de Neil Smith. A organização do espaço, sobretudo do espaço agrário, leva ao entendimento de que o que difere é a questão social nele desenvolvida. Santos lembra que, desde os primórdios, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Complementa, no tocante à estruturação da sociedade no espaço, que:

Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo (SANTOS, 1994 p. 5).

No capitalismo avançado, tal organização passa a depender muito mais de estratégias de organização, em que a produção do espaço obedece ao que Santos (1988) chamou de intencionalidade dos objetos. Contudo, não se trata de estigmatizar a sociedade, pois dela depende a organização do espaço produzido para o consumo, a dominação e a apreensão, dependendo dos interesses de quem o produz. Dessa forma, a questão fundamental da produção do espaço – a unidade entre o espaço e a sociedade continua como forma dominante, pois “a concepção da “produção do espaço” deve-nos apresentar um meio de dar o próximo passo e de nos permitir demonstrar, mais que simplesmente afirmar, a unidade do espaço e da sociedade”, (SMITH, 1988, p 123) , seja local, regional ou mundial, como lembram Mazoyer e Roudart, (2010), ao afirmarem que cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado. Daí inferirem que a produção e a organização do espaço agrícola/agrário não ocorrem por acaso.

Certamente a produção do espaço, a organização social e a ação dos atores dependem de fatores que caracterizam os diferentes espaços. Nesse sentido, a problemática da região, vista anteriormente, suscita um debate sobre a diferenciação de áreas, que acaba por delimitar diferentes paisagens, direcionadas pelo tipo de natureza predominante. Mesmo assim, a natureza, discutida aqui, remete à produção de diferentes espaços socialmente construídos, pois:

A relação com a natureza é um produto histórico e mesmo colocar a natureza como sendo exterior à sociedade (um axioma metodológico fundamental da “ciência” positivista, por exemplo) é literalmente absurdo, uma vez que o próprio ato de colocar a natureza exige que se entre numa certa relação com a natureza. Por mais ideal que essa relação pudesse ser, ela é, todavia, uma relação com a natureza (SMITH, 1988, p 49).

Donde se conclui que a natureza é, por essência, social. Seu uso, devido ou indevido, sustentável ou não, denota um consumo, tanto pela sociedade quanto pelo capital, no seu processo de reprodução.

Ainda no tocante à produção do espaço social, autores como Carneiro (2009), Veiga (2007), Abramovay (2009, 2003, 1992), Schneider (2009) e Graziano da Silva (1993, 1997, 1987), ao tratarem da consolidação da agricultura familiar nos países avançados (EUA e nos países europeus: França, Dinamarca, Inglaterra), anterior à “Revolução Verde”, falam em ‘reprodução’ social da família, ou reprodução das famílias agricultoras, que também formam um espaço social³ ou socialmente produzido.

Há que se considerar, ainda, que as diferenças espaciais, que caracterizaram as discussões sobre a região ou territórios, não esgotaram nem aprofundaram as ações do capital, no sentido de manter um fosso entre a produção dos diversos espaços. Há, dessa forma, um nivelamento das diferenças naturais, em que a localização das atividades econômicas acabam sendo irrelevantes. Esse fator pode ser identificado com o que Milton Santos chamou de Meio Técnico Informacional, que reduz as discrepâncias entre os espaços, através da decisão da tecnologia, ainda que em “gotas homeopáticas” (embora, pela natureza recente da reprodução do capital, nos países avançados, essa difusão se faz muito mais rápido). Essa discussão é feita por Elias (2007, 2003, 1997), ao tratar do problema da globalização da agricultura com ênfase no estado de São Paulo.

Outro ponto de discussão é a fragmentação dos diferentes espaços, em parte dominada pelas diferentes formas. O processo de territorialização do espaço denota que a reprodução social do espaço e sua produção ocorre de forma também diferenciada. Os territórios revelam outras formas de produção sócio/espacial, a partir da lógica local. As diferenças naturais

³ Smith lembra que, geralmente, atribui-se a Durkheim o termo “espaço social”, empregado na década de 1890. Destaca que Durkheim foi bastante cuidadoso ao insistir que o espaço social era diferente e separado do espaço “real”, com o qual ele queria dizer “espaço físico”. (SMITH, 1988, p 120).

remetem a diferentes territórios e ao espaço socialmente construído, partindo do princípio de que o espaço geográfico se apresenta diferente:

Por mais social que ele possa ser, o espaço geográfico é manifestamente físico; é o espaço físico das cidades, dos campos, das estradas, dos furacões e das fábricas. O espaço natural, no sentido de espaço absoluto herdado, não é mais sinônimo de espaço físico, haja vista que o espaço físico, por definição, pode ser social (SMITH, 1988, p 120).

Isso não significa que a divisão territorial, a partir das diferenciações naturais, ainda permaneça – como um fato. A sua manutenção se dá pela via da acumulação do capital e pela via da produção do espaço, logo, essa geografia espacial é socialmente produzida, e não mais um padrão natural recebido.

Esse formato de apropriação do espaço implica diretamente a apropriação da natureza e-nos temos de troca, própria do sistema capitalista. Dessa forma, a exploração da mais-valia sobre o trabalho reflete-se também sobre a natureza, com a sua expansão em níveis gerais, objetivando sua apropriação em prol do valor de troca. O capital volta-se para os territórios diferenciados, apossa-se do solo em busca dos recursos, como mostra Smith, transformando a natureza em um meio universal de produção social e do espaço. Assim, “da produção em geral para a produção para a troca e para a produção capitalista, as armas lógicas e históricas do argumento implicam e levam à mesma conclusão observável: a produção da natureza”. (SMITH, 1988, p 71).

Fechando o conceito de espaço geográfico como o espaço físico (a partir da análise dos espaços absolutos e relativos e do espaço social) , convém lembrar que a questão fundamental da produção do espaço está/estaria na unidade entre o espaço e a sociedade, uma vez que “a concepção da “produção do espaço” deve-nos apresentar um meio de dar o próximo passo e de nos permitir demonstrar, mais que simplesmente afirmar, a unidade do espaço e da sociedade”. (SMITH, 1988, p 123). Por isso, o autor frisa que as relações espaciais determinam a localização (pode ser de um imóvel, pode ser de uma forma de produção, o local, o território). Assim, deixa claro que as relações espaciais, seja espaço absoluto seja relativo, estão nas bases da nossa análise de localização. “A localização absoluta

é simplesmente um caso especial de localização relativa, em que fazemos abstração dos determinantes sociais de distância”.⁴ (SMITH, 1988, p 130).

No que diz respeito à produção do espaço global e do espaço relativo, há um direcionamento para o fator igualizante/equalizador, no que tange à produção do desenvolvimento das forças produtivas. Um dos fatores que se apresentam, nessa condição, é o fim do espaço pelo tempo, conforme se vê nas discussões de Milton Santos. Contudo, mesmo tais mecanismos são desiguais. Abramovay, ao analisar os aspectos do desenvolvimento rural no continente americano lembra, por exemplo, que os espaços produzidos, são de formas diferentes e desiguais: “O encontro entre desenvolvimento e equidade ainda não se deu na América Latina. [...] nos países capitalistas centrais, a agricultura desempenhou um papel estratégico justamente nesse encontro”. (ABRAMOVAY, 1992 p.255).

O que marca, na proposta de Smith, são as características entre a diferenciação e a igualização; a contradição entre as duas tendências reforça tais procesos e nisso consiste a teoria do desenvolvimento desigual. Pode-se observar, por exemplo, em termos geoespaciais, numa perspectiva de igualização, o nivelamento bastante discutido entre o campo e a cidade e a produção universal do espaço e da natureza. Isso leva ao que se considera uma cadeia de nivelamento, a partir de um limiar que estabelece parâmetros, pois quem fica abaixo do limiar acaba no processo de desigualdade. A busca do capital por matérias primas, por exemplo, admite a constatação da igualização quanto à escassez, capaz de manter em espaços diferentes as mesmas condições de exploração, levando em conta os níveis ou a cadeia de nivelamento. O desenvolvimento desigual cumulativo e o investimento em estabelecimentos acima do limiar resultam em territórios mais desenvolvidos, numa sequência sistêmica de igualdade e de desigualdade, aumentando o fosso entre tais territórios. Assim:

A cada etapa do desenvolvimento desigual, investiu-se apenas nos estabelecimentos cuja produtividade se achava acima do limiar de renovação e nelas investiu-se ainda mais, visto que a produtividade era mais elevada. A cada etapa do desenvolvimento, as desigualdades iniciais foram ampliadas

⁴ Na obra de Smith, o espaço relativo refere-se ao espaço chamado de social, enquanto o espaço absoluto é reconhecidamente o espaço natural/físico. Essa divisão, no entanto, fica difusa, quando o espaço natural é apropriado para a produção social do espaço.

pelas desigualdades suplementares, que eram, por si só, função dessas desigualdades iniciais. (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 481)

Seja numa região semi-árida, seja numa região úmida, quando interessa ao capital, ali ele se faz presente. Isso se dá tanto na escassez do trabalho quanto na produção da natureza, que, na opinião de Smith, leva sempre a uma igualização. Nesse caso, pode-se ver, nas discussões da década de 1980, sobre as formas de desenvolvimento desigual, trabalhos mais voltados à crítica ao capital, especialmente na vertente do desenvolvimento desigual e combinado, marcante na obra de Francisco de Oliveira.

No processo de produção desigual do espaço em que a tecnologia age como indutora do desenvolvimento, o autor chama atenção para a importância da aplicação do capital fixo em razão da dependência da acumulação de capital e do reinvestimento dos valores excedentes. Milton Santos trata da questão dos fixos e fluxos dos capitais, na dinâmica de produção do espaço, como processo inerente à sua reprodução. Muitos autores trabalharam a visão de Santos, entre eles, Elias (2003) e, mais especificamente na questão agrária, Girardi (2008). Segundo essa vertente, o desenvolvimento viria com a aplicação dos fixos, através do aperfeiçoamento e da difusão de novas tecnologias, como indicadores de desenvolvimento pela via da expansão do capital. No entanto, a modernização conservadora, trabalhada por Graziano da Silva (1983), de certa forma negou isso.

No processo de produção do espaço e no que diz respeito à desigualdade de distribuição desses capitais, observa-se uma relatividade da localização geográfica, pois, à medida que o capital fixo atinge o ponto nodal da produção, torna mais relativa a localização geográfica. Alguns setores ainda necessitam estar perto das facilidades de deslocamento da área produtora para a indústria -como as agroindústrias-, das facilidades de redes para tal deslocamento e dos estabelecimentos de territórios, para sua efetivação com os agroterritórios, tratados por Elias (2003). Dessa forma, a concepção geral é de que, tanto a diferenciação quanto a igualização são próprias do capital, e essa ubiquidade entre diferenciação e igualização acaba sendo importante para a produção do espaço geográfico global. A igualização está intimamente ligada ao global e ao processo de circulação em rede, com possibilidade de aniquilação do espaço pelo tempo. Isso implica o processo de circulação, de tal forma que os objetivos sejam atingidos promovendo a diferenciação.

A desigualdade é marcada, também, pelo deslocamento do capital em todos os espaços e nas diversas escalas sociais. Benko, ao fazer essa relação região/território, lembra a escolha

de regiões que dispõem de mais vantagens e de acesso aos mercados, assinalando que “As regiões, ou melhor, os territórios, tornaram-se, dessa maneira, fontes de vantagens concorrenciais”. (BENKO, 2001, p. 2). Esse movimento no espaço se dá pelas oportunidades de desenvolvimento, em detrimento do subdesenvolvimento. Ao capital, interessa a taxa de lucro, sem se importar com as áreas deprimidas ou subdesenvolvidas. Nesse processo, é visível a diversidade de paisagens que mostram a contradição geográfica entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, entre espaços luminosos e espaços deprimidos, o que caracteriza o desenvolvimento desigual.

É interessante observar que a questão da divisão do espaço, pela qualidade natural, evidenciada por vantagens para a reprodução do capital, é lembrada porque tem implicações diretas na divisão do trabalho. Numa economia mais desenvolvida, a apropriação das vantagens naturais deixa de ser acidental. Com efeito, as características são internalizadas, como base para uma diferenciação social sistemática do processo de trabalho. Isso é praxe, também, nos espaços agrícolas, em que a diferenciação natural implica variações na produção, conforme lembram Mazoyer e Roudart:

Na verdade, toda forma de agricultura praticada em um tempo e lugar aparece em princípio como um objeto ecológico e econômico complicado, composto por várias categorias de estabelecimentos que exploram diferentes tipos de solos e diversas espécies de plantas e de animais. Além do mais, as formas de agriculturas observáveis variam conforme o lugar, a tal ponto que de uma região do mundo a outra, podemos classificá-las em gêneros muitos diferentes (rizicultura irrigada, pastoreio, cultivos associados, arboricultura) (MAZOYER, ROUDART, 2010).

Embora se discuta que é na área urbana que se observa mais a circulação do capital, o é, também, na área rural, embora em ambos os espaços o nível de desenvolvimento apareça de forma visivelmente desigual.

O sentido que Smith dá à teoria do Desenvolvimento desigual, que se apresenta oscilante, é definido pela forma dinâmica com que o capital circula/movimenta. É esse fato que determina a desigualdade e a contradição entre diferença e igualdade. É a circulação do capital que dá alma à desigualdade, pois revela que o desenvolvimento transforma o espaço geográfico (global ou local) num espaço de exploração e de lucro. Um exemplo apontado por Abramovay, para esse argumento, remete à questão do desenvolvimento desigual, na agricultura brasileira, marcada por pouco êxito na baixa dos preços:

Não só pelo que a agricultura brasileira tem de atrasado – excesso de trabalho pouco produtivo, as terras subutilizadas, o caráter, em suma, extremamente desigual do desenvolvimento – mas, sobretudo, pela natureza de seu setor mais moderno que, embora integrado à agroindústria e utilizando insumos e máquinas de origem industrial, apóia-se no trabalho assalariado em larga escala e não se tem mostrado capaz de desempenhar a função crucial de rebaixamento durável dos preços alimentares que nos países avançados a agricultura cumpriu (ABRAMOVAY, 1992 p.259).

O movimento do capital é um movimento de oportunidades. Dependendo das altas taxas de lucro e do sistema de reprodução dá-se o desenvolvimento na forma de economia ou deseconomia, de desenvolvimento em algumas áreas e subdesenvolvimento em outras, formando áreas deprimidas e áreas luminosas. Na dinâmica dos sistemas agrários, o desenvolvimento desigual acontece quando determinados territórios, estabelecimentos e economia progredem mais que outros, gerando as diferenças. “No entanto, ele é contraditório quando certos estabelecimentos progredem enquanto outros estão em crise e regridem. A crise de um sistema agrícola é considerado geral quando todos os tipos de estabelecimentos regridem e tendem a desaparecer”. (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 75).

Do ponto de vista global, a causa da desigualdade nos países é evidenciada pela distância entre a produtividade nos países desenvolvidos x subdesenvolvidos, avançados ou em desenvolvimento. No século XX, essas distâncias literalmente se irromperam em algumas décadas. Segundo Mazoyer e Roudart, a segunda revolução agrícola, caracterizada pela motorização, pela seleção, pela fertilização mineral, pelo tratamento e pela especialização se estendeu de forma muito forte, por toda a agricultura dos países desenvolvidos, multiplicando, por dezenas de vezes, a produtividade agrícola, enquanto a maior parte da agricultura dos países subdesenvolvidos continuava afastada desse movimento. As desigualdades seriam resultado, então, do acesso aos meios de produção e, portanto, da renda:

Às desigualdades de produtividade, resultantes do acesso desigual aos meios de produção, acrescentam-se as desigualdades de encargos resultantes da repartição desigual da propriedade desses meios - desigualdades que aumentam, ainda mais, as disparidades da renda. Além disso, se um agricultor recebe subsídios ou paga impostos, sua renda, conseqüentemente, aumentará ou diminuirá-(MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 454).

Fechando a questão do desenvolvimento desigual, a partir da visão de Smith, consideram-se os modelos importados, tanto pelo mercado quanto pelos países desenvolvidos. Tais modelos acabam por guiar a agricultura, nos países em desenvolvimento, e mesmo nos países subdesenvolvidos, gerando assimetrias diversas: regionais, territoriais e locais, muitas vezes amparadas pelo discurso da diferenciação de áreas. O resultado é a alteração das estruturas produtivas e das relações de trabalho locais e a construção de outra assimetria, em que o poder vertical, determinado de cima, pelos atores globais, submete o local, inibe o surgimento das instituições (cooperativas, sindicatos) e afirma o caráter desigual do desenvolvimento. Um exemplo pragmático dessa assimetria é a afirmação da agricultura familiar, nos países desenvolvidos, denominados *High Farmings*, em contraposição aos projetos de modernização que Graziano da Silva (1983) chamou de “conservadora” ou “dolorosa”⁵, aplicados, particularmente, no Brasil.

Uma assimetria observada, durante as tentativas de modernização da agricultura, (anos de 1970/1990), no Brasil, marca o início do agronegócio. Somente mais tarde os eventos na agricultura brasileira acabaram adotando oficialmente o modelo de agricultura familiar, o que não corrigiu, ainda, as distorções do desenvolvimento esperado. Naquele período, lembra Mendonça, “a modernização conservadora da agricultura aponta o agronegócio como a maneira mais adequada de sustentabilidade, proposta pelos agentes do capital e aceita pela maioria da intelectualidade”. (MENDONÇA, 2004, p. 36). Ao contrário, ressalta Eli da Veiga, que, “durante o grande impulso do desenvolvimento capitalista (meados da década de 1930 ao início da década de 1970), foi a agricultura familiar que acabou se afirmando em todos os países do chamado Primeiro Mundo, inclusive no berço do belo *high-farming*” (VEIGA, 2007 p 203).

Outra assimetria do desenvolvimento desigual e dicotômico, apresentada no processo de alteração do modelo agrícola brasileiro, no tocante a uma reforma regional e do processo de modernização, é lembrada por Pessoa, ao afirmar que:

A instalação da agricultura moderna não foi homogênea. O processo foi seletivo porque beneficiou produtos, regiões, produtores e algumas fases do

⁵ Graziano da Silva (1981) chama de “modernização conservadora” o fato pelo qual o Estado, juntamente com empresários e políticos, procurou transformar as propriedades existentes em unidades eficientes, sem alteração da estrutura da propriedade e através da utilização de instrumentos da política econômica.

processo produtivo. As disparidades regionais se acentuaram. Como reflexo desse processo, houve crescimento do trabalho agrícola e a concentração fundiária, o que acelerou o êxodo rural e transformou as relações de trabalho nas respectivas áreas (PESSÔA, 2007. pp. 258, 259).

Outras formas podem ser observadas com a adoção da política dos Complexos Agroindustriais, apontados como solução para o problema agrário brasileiro e analisados pelos pesquisadores, como Graziano da Silva (1996) , Veiga (2007) , Rangel (2004) , Elias (2003). De fato, a proposta de desenvolvimento acabou gerando as distorções regionais, no campo, ratificando o que Neil Smith chamou de “princípio da vantagem natural”.

1.6 Agricultura familiar: a persistência em espaços desiguais

A partir do princípio da desigualdade que o capital promove no espaço, com apoio do Estado e, diante da proposta da Tese de que o processo de expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, exprime as contradições típicas da produção do espaço, mesmo que de forma diferenciada, em relação a outros espaços, podendo atingir as pequenas propriedades, e ainda, diante da hipótese de implicações na reestruturação fundiária, sobretudo, com a compra de terras na pequena propriedade, a análise da produção do espaço, no âmbito da agricultura familiar, torna-se imperativa.

Diante da vasta bibliografia sobre o tema, aborda-se, aqui, algumas linhas que delimitam a discussão sobre a pequena propriedade e sua subsistência diante das forças da atuação do capital. Trata-se, portanto, de discutir particularmente a dicotomia e a desigualdade, com efeitos no que MAZOYER, ROUDART (2010) chamam de latiminfundismo.

Importa, aqui, uma breve observação sobre a necessidade de articulação das ciências que tratam do tema, sobretudo a Sociologia Rural e sua relação com a Geografia Agrária ou da Agricultura. Para Schneider (2009) , o sociólogo que estuda o “rural” deve-se enveredar pelos caminhos da Sociologia, a partir do seu referencial epistemológico, calcado nas interações sociais e nas transformações desta. O lugar e o espaço físico, “o espaço como lugar da produção agrícola” , remetem a análises multidisciplinares, principalmente, à Geografia e à Economia. Segundo o autor, “essa postura demanda a ampliação do diálogo da Sociologia com outras tradições do pensamento social que estudam as sociedades rurais,

como a Geografia e a Economia, entre outras, o que pode auxiliá-la a romper com seu arraigado corporativismo disciplinar”. (SCHNEIDER, 2009, p16). Assim, o diálogo com as ciências da terra e com as ciências sociais tem sido o foco das recentes discussões sobre os problemas do campo, ratificando as contradições nele existentes. Esclarece que, em muitos países, a dinâmica da agricultura é condicionada e determinada por outras atividades praticadas no espaço rural e é facilmente observada pelas relações entre a sociedade e o espaço.

Algumas ponderações, nessa discussão, levaram a direcionamentos teóricos, na visão de Schneider, como o fim da dicotomia rural-urbano e a existência de duas formas familiares de produzir: as agricultoras e as pluriativas. Ainda, os “neo-rurais”, classificados como pessoas que retornam ao campo, e o novo rural, alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas, no meio rural brasileiro, estudados por Graziano da Silva, revelam, também as novas formas de emprego e de atividades no campo, como o trabalho sazonal, a que denominou de “emprego de refúgio”.

Dessa forma, a agricultura familiar toma conta das discussões, embora outras correntes prefiram entender a questão agrária como aquela em que o camponês deve-se aplicar tão somente às atividades agrícolas.

Contextualizando o período atual, a partir do final da década de 1980, delimitado por uma nova ordem internacional, direcionada pelo neoliberalismo, Girardi (2009) lembra que, nos últimos 20 anos, o cenário agrícola internacional tem sido afetado por quatro principais elementos do neoliberalismo, os quais atuam de forma integrada, a saber:

- A) Os *ajustes estruturais desiguais*, impostos somente aos países subdesenvolvidos.
- B) A *desigual liberalização do mercado agrícola* abriu caminho para o setor privado aumentar sua influência, a especialização da produção e o crescimento econômico.
- C) O *controle pelas corporações transnacionais* é intenso e crescente. A produção de novas técnicas e de organismos é dominada por essas corporações.
- D) O *direito sobre propriedade intelectual*, que é aplicado às novas variedades de plantas e que confere poder de monopólio às corporações que as desenvolvem, excluindo os pequenos produtores—(GIRARDI, 2009,p. 110...).

Essas observações demarcam uma nova realidade no campo e mostram tanto a dualidade quanto a desigualdade existentes, que, de um lado, avançaram na agricultura

desenvolvida, marcadamente pela ampliação da agroindústria e pelo mercado de *commodities*, e, do outro, pelos pequenos agricultores, com porção menor de terra que, diante de pressões dos movimentos populares, começaram a alcançar políticas para esse setor.

A busca de uma conceituação, para além do simplismo apontado na agricultura familiar, por razões técnicas, feitas pelo INCRA, FAO e MDA como sendo uma agricultura com predomínio da pequena propriedade, equivalente a três módulos rurais, e com participação dos membros da família; ou aquela, segundo Abramovay (1992), em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento⁶, remete a uma discussão que exige proposição teoricamente mais elaborada. Sobre as antigas denominações da agricultura familiar, Schneider lembra que:

As categorias sociais que hoje são denominadas de agricultores familiares eram descritas a época (1992) por uma miríades de nomes, como sítiantes, colonos, parceiros, meeiros, foreiros etc.: interpretados à luz de conceitos como “resquícios feudais”, “semi proletários”, “assalariados a domicílio”, entre outros- (SCHNEIDER, 2009a, p.41).

Particularmente, no Brasil, a legitimação do termo agricultura familiar parte da afirmação dela mesma no cenário social e político, a partir das pressões dos movimentos sociais, iniciados na década de 1980, culminando, no início da década de 1990, com propostas de avanços para efetivos programas de fortalecimento da agricultura familiar. Tal legitimação, por parte do Estado, deu-se com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Em termos político-institucionais, a agricultura familiar alcança legitimidade crescente a partir da criação do Pronaf (Decreto 1.946, de 28 de julho de 1996) e de uma estrutura específica, destinada a operar políticas para esse público, no interior do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Contrariamente aos movimentos há autores que rejeitam a agricultura familiar, no âmbito do agronegócio e da inserção no mercado global. Na negação do camponês capitalizado, proposto por Graziano da Silva, o que mais define o agricultor familiar, no contexto atual, “é o fato de ele estar inserido em uma sociedade na qual predominam relações capitalistas de produção e de troca”. (SCHNEIDER, 2009a, p.43). Quanto a uma tardia discussão da agricultura familiar, a ideia é de que a orientação clássica que marcou a base

⁶ Nota-se que esse grau de parentesco na agricultura familiar é visto na perspectiva adotada pelo Estado.

teórica da agricultura brasileira promoveu o atraso⁷ até do uso da expressão agricultura familiar, que só aparece nos últimos vinte anos. Assim:

A chegada tardia das discussões e pesquisas sobre a agricultura familiar no Brasil pode ser entendida com base na identificação dos referenciais teóricos que inspiraram boa parte dos estudiosos, fortemente influenciados por aportes analíticos que mantiveram um excessivo apego às formulações clássicas em torno do problema agrário nacional e dos processos de formação e luta das classes sociais no campo (SCHNEIDER, 2009a, p.19).

No bojo dessas discussões, há uma visível constatação de (ainda que sejam recentes, no Brasil, os programas de fortalecimento da agricultura familiar, - diga-se fortalecimento, uma vez que sempre houve resquícios da pequena propriedade) forte tendência à dicotomia entre o *family farms* e o *corporate farms*, os *Small farm* x *high farmin*. Caracterizado por Graziano da Silva como agricultor capitalizado, Veiga (2007) faz a diferenciação a partir de um componente histórico, admitindo que os camponeses formam grupos sociais que fazem parte de sistemas econômicos mais complexos e estão expostos, em maior ou menor medida, às forças de mercado. No entanto, admite, também, que há uma linha tênue para distinguir os dois grupos, baseada no grau de integração aos mercados e à própria limitação desses mercados. As diferenças são basicamente duas: os camponeses frequentemente se retiram do mercado, sem por isso deixarem de ser camponeses, e os agricultores familiares operam em mercados de produtos e de fatores complementares desenvolvidos.

Carneiro (2009), por sua vez, abre a discussão para identificar quem é o verdadeiro agricultor. Para a autora, o verdadeiro agricultor é tipicamente aquele da região sul do país, ressaltados alguns casos, integrado ao modelo pluriativo de protagonista do processo de modernização da agricultura que se impõe a partir do plantio empresarial.

Como um “profissional como outro qualquer”, o “verdadeiro agricultor” deve demonstrar “capacidade empresarial” para competir no mercado e encontrar na atividade agrícola a fonte de quase totalidade da renda familiar. Tal modelo serviu de referência para a formação do Pronaf, na sua origem, tendo suscitado um polêmico debate sobre o limite permitido do rendimento não-agrícola na renda familiar de modo a não descaracterizar o produtor como “verdadeiro agricultor” (CARNEIRO, 2009. p. 173).

⁷ Esse texto foi escrito em 2005, portanto temos em torno de 21/22 anos desde o início da Agricultura Familiar.

Schneider agrega outras categorias adjacentes à noção de agricultura familiar, ratificando que esta “mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros, que não podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores, ou simplesmente trabalhadores rurais”. (SCHNEIDER, 2009, p36). Noutra linha, faz distinção, ainda, no plano da dualidade, entre a familiar e a patronal, a partir da organização do trabalho e da produção:

Nas unidades familiares, o trabalho é organizado com base nas relações de parentesco e de gênero, porque é a própria família que trabalha, e a posse dos meios de produção não está separada de quem executa o trabalho. Nas unidades de produção capitalista, ao contrário, a força de trabalho é executada através do mercado de trabalho, via contrato de trabalho, à semelhança do que acontece com a aquisição das demais mercadorias. (SCHNEIDER, 2009, p.60)

De toda sorte, a noção de agricultura familiar, definida pela personificação da família, além de vislumbrar uma dualidade no campo, distingui-se da agricultura patronal, que se apresenta sem personalidade, velada sobre o manto da grande empresa ou das corporações.

No campo das grandes reestruturações agrícolas e, conseqüentemente, agrárias, os monocultivos apresentam-se como fator preponderante, determinando novas configurações espaciais. Nessas novas configurações, marcadas por uma nova produção do espaço que redefine a paisagem, marcando a territorialização de determinadas culturas, a eucaliptocultura se mostra entre as mais controversas, não só em termos da sua implementação, uma vez que não é alimento, não é efetivamente floresta, mas é uma cultura de mercado. Redefine espaços, reorienta territórios, altera estruturas vigentes e marca as desigualdades de ocupação pela via do grande capital. Exceções podem ser explicadas, pelas ciências da terra, tanto na ocupação (*strictu sensu*) quanto na produção (*lato sensu*). À Geografia cabe, como ciência social e do espaço, explicar as diferentes e desiguais formas de organização do espaço (natural e social), com ênfase no trabalho humano, na reprodução e na territorialização, na distribuição, o mais equitativa possível do espaço, nesse caso, especificamente, do espaço rural, em detrimento da concentração advinda da produção do espaço pelo grande capital, que mantém a concentração.

2. DO MUNDO DAS *FLORESTAS PLANTADAS* AO MUNDO DO EUCALIPTO

2.1 Espacialização da monocultura de *florestas plantadas* no mundo

Na discussão das chamadas *florestas plantadas*, considerando o objetivo da Tese, aparece uma dificuldade metodológica, uma vez que a cultura da madeira, fora do contexto das florestas naturais, divide-se de acordo com as condições climáticas da terra. No mundo da monocultura da madeira, embora outras espécies apareçam em menor grau, duas delas predominam: nas regiões subtropicais, é mais comum a plantação de *pinus*, embora apareça o eucalipto. Nas regiões tropicais, predomina o eucalipto, com menor quantidade de *pinus*. Nesse sentido, a análise da monocultura da madeira acaba se concentrando nessas duas espécies. Ambas fazem parte da cadeia produtiva do agronegócio da madeira, cujo mercado é, na maioria das vezes, dominado por grandes empresas, geralmente verticalizadas que, de diversas formas, territorializam-se, em diversos países, promovendo uma espacialização da monocultura.

A produção do espaço agrário regional/local, com base no agronegócio, dá-se, a rigor, de forma desigual, diante da organização do espaço mundial, marcado pelo processo de trocas, sobretudo diante da aceleração da globalização, da informação e das redes-(SANTOS 1994; SOUZA, 1996; BENKO, 2001; ELIAS, 2003). Nesse aspecto, a organização do espaço produtivo leva em conta uma ordenação solidária, cujo objetivo é, a partir das trocas, a reprodução e a sustentação do capital no mercado mundial. A exigência da produção industrial e do consumo de bens duráveis requer a produção acessória, que depende da oferta da natureza, ou seja, da matéria-prima para a transformação. Esse é o caso dos produtos madeireiros, representados pela ocupação de monocultivos dos povoamentos de eucalipto e de *pinus*, que são denominados de *florestas plantadas*.

A dicotomia da e na produção das *florestas plantadas* está pautada, então, na discussão sobre a questão agrária, no mundo, e passa, necessariamente, pela observação de como o espaço mundial se organiza, envolvendo a escassez, mas, sobretudo, pela necessidade de expansão do capital em determinados territórios. Isso ocorre em escala mundial, uma vez que a produção, nessa fase do capitalismo, vai além das fronteiras nacionais. Smith lembra

que “na incontrolada tendência para a universalidade, o capitalismo cria novas barreiras para seu próprio futuro. Produz uma escassez de recursos necessários, empobrece a qualidade dos recursos ainda não consumidos”. (SMITH, 1988, p.100). Lembra, ainda, que nesse descontrole e nessa exploração a todo custo, promove as ameaças, poluindo o ambiente que a humanidade deveria produzir e consumir, ameaçando também o trabalho e a produção da riqueza social. Isso se revela na reorganização sócio-espacial e na reprodução do capital.

A existência de um padrão de organização espacial agrário/agrícola, local/regional implica uma territorialização do processo produtivo que pode ser do pequeno produtor ao grande grupo empresarial. Numa visão mais geral, a reorganização do espaço produtivo se-dá pela via da desterritorialização das atividades existentes ou cooptação dos produtores locais para o domínio do território, seja pela via do grande agronegócio, seja pela via da redução das atividades agrícolas em função dele (HAESBAERT, 2004) .

Para a análise da monocultura da madeira, no mundo, com o objetivo de comparar a produção madeireira com a realidade nacional e local, parte-se dos levantamentos das denominadas *florestas plantadas*, feitos pela *Food and Agriculture Organization/Global Forest Resources Assessment*, (FAO/FRA), particularizando, posteriormente, a eucaliptocultura. A relação com as cadeias produtivas consumidoras de madeira envolve diretamente as de maior interesse, quais sejam: da siderurgia e de papel e celulose.

No tocante às *florestas plantadas*, buscou-se evidenciar sua evolução, conceito, territorialização no mundo, movimentos pró e contra ou que buscam o consenso, a partir da elaboração de um banco de dados, por países. No tocante à eucaliptocultura, embora as dificuldades de dados sejam evidentes na literatura, analisam-se suas variantes como cultura exótica, a espacialização no Mundo, no Brasil e na Bahia. Dessa forma, os dados apresentados pela FAO/FRA e GTI *Forestry Consulting'* remetem à produção de eucalipto e de outros produtos madeireiros, no contexto das *florestas plantadas* . Os argumentos e dados mostram a situação das *florestas plantadas*, no mundo, não apenas do ponto de vista das informações da FAO/FRA, mas de outras agências existentes nos países. Traz, ainda, a reflexão sobre a expansão da cultura de madeira no mundo, do ponto de vista das contradições do e no espaço, ressaltando as desigualdades entre eles.

A necessidade de expansão das *florestas plantadas* revela a expansão e os conflitos advindos, uma vez que os grandes grupos econômicos se colocam no processo de desterritorialização e reterritorialização dos espaços, sobretudo nos países subdesenvolvidos e

em desenvolvimento. O tratamento geográfico da cultura do eucalipto, do ponto de vista agrário e sua representação nas escalas regionais e locais, ainda é pouco explorado. Embora os críticos acusem a cultura como nociva à questão agrária, faltam dados científicos sobre os resultados dessa ação.

O processo de adoção de monoculturas, no mundo, remete geralmente à produção de grãos (que podem incluir os bioenergéticos), de fibras e de biomassa. Nos países produtores, casos como a soja e o milho aplicam-se aos primeiros, entre outros destinados ao mercado de alimentos; no segundo caso, pode-se destacar o algodão para o mercado têxtil. No terceiro caso, salienta-se o mercado de madeira, que pode incluir-se, também, no segundo caso, uma vez que as fibras (longas e curtas), obtidas da madeira, são utilizadas na produção de celulose.

Na cadeia produtiva da biomassa a partir da madeira, destacam-se, além da celulose, a produção de madeira de diversas formas (em toras, para queima, serradas) e o carvão vegetal. É nesse contexto que ocorre a implantação da monocultura que compõe as *florestas plantadas*. Todos esses componentes fazem parte do que se denominou de agronegócio (*agrobusiness*), que remete a uma ideia de produção agrícola, juntamente com outros produtos primários de baixo valor agregado, que formam o grupo das *commodities*. Há que se considerar que a espacialização do agronegócio é controversa, do ponto de vista ambiental, social e da produção do espaço agrícola e agrário.

2.2 Os movimentos e os conceitos de *florestas plantadas*

O debate em torno das *florestas plantadas* refere-se à espacialização e à produção e revela uma dicotomia no meio acadêmico e nas organizações que tratam da questão da monocultura. Dois movimentos travam discussões específicas sobre as *florestas plantadas* no mundo. De um lado, o The Forests Dialogue (TFD) - Diálogo Florestal – posicionando-se entre os que defendem os produtos florestais como produção agrícola e ambiental, amparado por Empresas do setor e Organizações Não Governamentais (ONGS), na intenção de equilibrar as discussões entre produção e meio ambiente. De outro lado, a World Rainforest Movement (WRM) traz no bojo das discussões o argumento de que plantações não são florestas (*Plantations are not forests*), posicionando-se contra a expansão de *florestas plantadas*, especialmente a eucaliptocultura, considerando-as como plantações e não florestas, no sentido *strictu sensu*. Soma-se ainda o papel dos movimentos sociais que as

consideram como monocultura nociva à produção de alimentos e à desestruturação agrária, com finalidades de concentração da terra pelo grande capital, tornando o conceito de “*floresta plantada*” tema bastante recorrente.

No plano conceitual, várias são as proposições para o termo utilizado. Embora defensores da eucaliptocultura, e, portanto, das *florestas plantadas*, como Garlipp e Foelkel, entendam que, do ponto de vista estritamente biológico, *florestas plantadas* referem-se tanto às plantações florestais de espécies introduzidas - nativas ou não – executadas por plantio direto ou semeadura sob espaçamento regular e de mesma idade, como ao componente plantado de espécies nativas das florestas seminaturais (GARLIPP, FOELKEL, 2009). Os dados mostrados por Garlipp e Foelkel dão conta de que as plantações florestais somam 140 milhões de hectares (incluídos nos 271 milhões de ha de *florestas plantadas*), dos quais 31 milhões com funções exclusivas de proteção e 110 milhões com fins de produção. É nesse sentido que Kanowski e Murray (2008) trazem o conceito de “agroflorestas”, na tentativa de colocar o termo *florestas plantadas* entre o processo produtivo e a floresta, no âmbito conservacionista.

A FAO (2000) considera *florestas plantadas* como aquelas feitas por plantios e/ou semeaduras introduzidas ou intensivamente manejadas de espécies nativas. No Relatório de 2010, a FRA/FAO entende como “*floresta plantada*” aquela predominantemente composta por árvores estabelecidas através da plantação e/ou de plantio deliberado. Traz, ainda, o conceito de “florestas de produção”, elaborado a partir das análises dos relatórios praticados desde 1945, considerando que:

Avaliações anteriores foram focadas na oferta de madeira, mas o conceito de **floresta de produção**, desde então, foi utilizado para abranger todos os tipos de madeira e de produtos florestais não-madeireiros. Como parte do processo da FRA 2010, foram coletadas informações sobre as seguintes variáveis, relacionadas à função produtiva das florestas pesquisadas:

- área de floresta destinada para produção;
- área de *florestas plantadas* ;
- áreas de florestamento e reflorestamento;
- remoção de produtos de madeira;
- remoção de produtos florestais não-madeireiros (NWFPs)⁸. (FAO, 2010, p. **119, grifo nosso**)

⁸ Tradução livre de: Earlier assessments were focused on timber supply, but the concept of forest production has since widened to encompass all types of wood and non-wood forest products. As part of the FRA 2010 process, information was collected on the following variables related to the productive function of forest resources.

• area of forest designated for production;

Kanowski e Murray, do movimento Diálogo Florestal, (TFD), vão na mesma direção da FAO, na defesa do termo agroflorestas:

As florestas plantadas compreendem todas as formas e escalas de florestas resultantes da plantio deliberado de árvores. As florestas plantadas incluem plantações semi-naturais e as várias formas denominadas de agroflorestas. Florestas plantadas são estabelecidos para muitos propósitos, incluindo lazer, serviços ambientais e de combustível ou a produção de madeira industrial⁹ ((KANOWSKI, MURRAY, 2008, p.9).

Numa terceira variante conceitual para as florestas exóticas, Kanowski e Murray (2008) referem-se a “plantações orientadas”, características desses plantios, cujo mercado está definido desde o início da cultura.

Noutra vertente, o movimento contra *florestas plantadas*, WRM , aponta uma confusão no plano conceitual entre agricultura e florestas, considerando que “entre as muitas falsidades divulgadas a favor das monoculturas de árvores em grande escala, destaca-se a de confundi-las com florestas”. (WRM, 2003 p. 22). O movimento considera a diferença entre plantação e floresta, levando em conta que as comunidades humanas fazem parte delas. Para o WRM:

Tanto os técnicos quanto as empresas insistem em chamar as plantações de *florestas plantadas* . Essa confusão entre uma cultura (de árvores) e uma floresta é o ponto de partida da publicidade a favor das plantações. Em um mundo cada vez mais consciente do grave problema do desmatamento, o ato de “plantar florestas” geralmente é percebido como algo positivo. Não obstante, uma plantação não é uma floresta, pois a única coisa que elas têm em comum é que em ambas se destacam as árvores. Aí acaba a semelhança. Uma floresta possui:

- numerosas espécies de árvores e de arbustos de todas as idades;

-
- area of planted forests;
 - areas of afforestation and reforestation;
 - removals of wood products;
 - removals of non-wood forest products (NWFPs). (FAO, 2010, p 119)

(NWFPs - Non-Wood Forest Products). Sigla em Inglês para Produtos não-madeireiros da floresta

⁹ Tradução livre de: 'Planted forests' comprise all forms and scales of forests resulting from deliberate tree planting. Planted forests include plantation forests, planted semi-natural forests, and various forms of agroforestry¹. Planted forests are established for many purposes, including amenity, environmental services, and fuel- or industrial- wood production.(KANOWSKI, MURRAY, 2008, p.9)

- uma quantidade ainda maior de outras espécies vegetais, tanto no solo quanto nas próprias árvores e arbustos (samambaias, trepadeiras, epífitas, parasitas, etc.);
- uma enorme variedade de espécies de fauna que ali encontram refúgio, refúgio alimento e possibilidades de reprodução (WRM, 2003 p. 22).

No Brasil, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE- baixou a Portaria nº 90, publicada no DOU de 23/08/2010, criando o Grupo de Trabalho, em que utiliza os termos *Florestas Plantadas*. O Decreto tem como finalidade formular e propor a “Política Nacional de *florestas plantadas*”, prevista no Decreto nº 3.420/2000. Traz, ainda, entre os objetivos do Plano Nacional de Florestas – PNF - o objetivo de estimular o uso sustentável de florestas nativas e plantadas. O Artigo 7 do primeiro Código Florestal Brasileiro, de 1935, utiliza o termo floresta de rendimento, e o Artigo 36 reza que, das florestas de domínio público, só as de rendimento são susceptíveis de exploração industrial intensiva. A lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que Institui o Novo Código Florestal já trata de *florestas plantadas*, em seu artigo 12, posteriormente regulamentada pelo Decreto 5.975, de 30 de novembro de 2006.

No plano estadual, o Estado que tem o maior potencial de consumo de madeira, por contar com o maior parque siderúrgico, é o de Minas Gerais, que traz em sua legislação os artigos 42/44, da lei 14.309/2010 e os artigos 58/59, do Decreto nº 43.710/2004 MG, a confirmação de que “Floresta Plantada” “é aquela originada de plantio homogêneo ou não, com espécies exóticas ou nativas, na qual se utilizam técnicas apropriadas, visando à obtenção de produtividade econômica viável”. No Estado da Bahia, o termo floresta de produção é retomado junto com “floresta plantada”, nos termos da Lei nº 10.431, de 2006, no artigo 119, que dispõe sobre a Política de Meio Ambiente.

O termo *florestas plantadas* fora do âmbito legal, é defendido por organizações produtoras como produção agrícola, como outra qualquer, destacando que “o setor de *florestas plantadas* reivindica, há tempos, que seja reconhecido como atividade produtiva, e não ambiental: em vez de plantar café, milho ou tomate, o agricultor planta árvores como exploração econômica.”. (SBS, 2010). O Projeto de Lei PL 288/2011, em sua ementa, determina que o cultivo de *florestas plantadas* será enquadrado como atividade agrícola. O projeto pretende evogar dispositivos que determinam o enquadramento dessas florestas como nativas e passa à competência do Ministério da Agricultura e não mais na esfera ambiental. Na qualidade de atividade agrícola não se consideraria como floresta. Na verdade, o termo

“*floresta plantada*” acaba apenas por diferenciar os monocultivos, destinados a à madeira, da floresta nativa.

Nesse contexto, a definição de florestas naturais remete às formações vegetais que apresentam diversidade biológica de espécies capazes de manter a fauna e a flora numa composição prístina. Por outro lado, as plantações comerciais de espécies para o fornecimento de madeira, ainda que tomem forma de floresta, trata-se, de fato, de uma monocultura, ultimamente reconhecido pelos próprios eucaliptocultores e pelos pesquisadores. (SCOLFORO, 2008; LIMA, 1993; FOELKEL, 2009; SBS, 2010; WRM 2010).

2.3 A territorialização das *florestas plantadas* - 1945/1995

A geografia do uso da terra, no plano mundial, revela o espaço construído pelas atividades humanas, em confronto com as atividades do capital, em escalas diferentes. Smith lembra esse recorte afirmando que “o espaço, no sentido mais geral, como o espaço das atividades humanas, desde o espaço arquitetural, numa escala mais baixa, até a escala de toda superfície da terra” (SMITH, 1988, p 110). Esse confronto pode ser observado em quase todos os países, no que tange aos problemas agrários. Contudo, a afirmativa do capital parece isolar o humano da produção do espaço e incluí-lo em uma segunda instância, situando-o apenas no discurso econômico e, às vezes, social. Para Prado Jr, ao tratar dos problemas agrários, como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, deve-se levar em conta que são, antes de tudo, problemas humanos, “e são por isso os homens e a posição própria que respectivamente ocupam nas atividades agropecuárias, que devem ser considerados em primeiro lugar, e como elemento natural que configura todas as questões a serem analisadas” .(PRADO JR. 1984, p. 20). As condições impostas para a ampliação das *florestas plantadas*, no mundo, parecem fugir a essa regra. Utilizando espaços diversos, embora o argumento seja a reprodução da economia dos países, as *florestas plantadas* se espalham pelo mundo, muito mais para atender à reprodução do capital que às atividades humanas, que são, em muitos países - com a natureza já degradada e uma matriz energética atrasada-, dependentes da madeira.

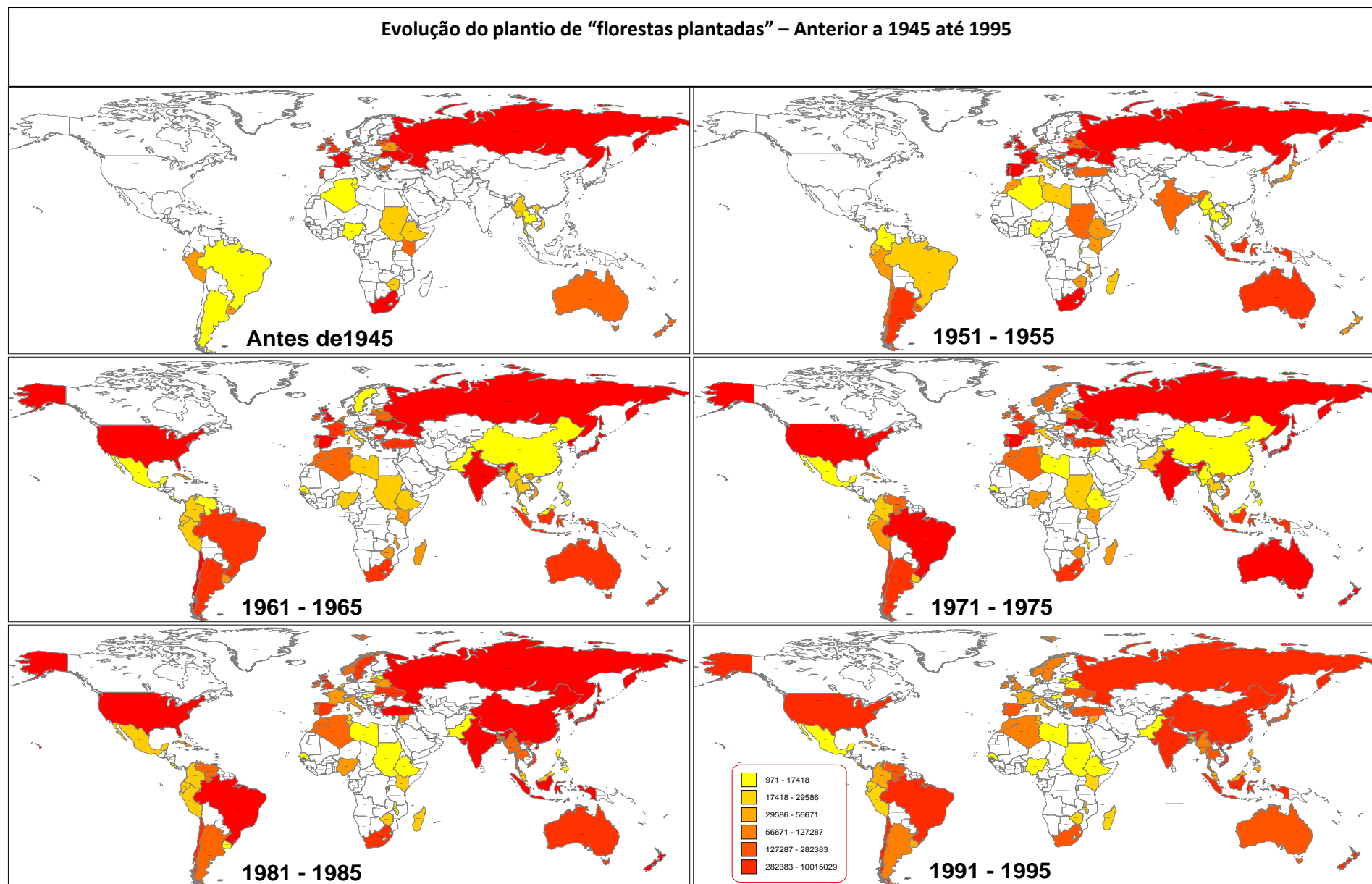
A estratégia parece lógica. Cada país tem sua matriz energética dependente de sua produção, seja siderúrgica seja de papel e de celulose, no intuito de substituir as importações. Contudo, observam-se os conflitos entre a agricultura local e a monocultura. O espraiamento

no espaço mundial das *florestas plantadas* tende a aparecer como algo que não implica a produção do espaço ou do espaço produzido em função da necessidade local. Como lembra Santos, ao tratar da modernização da agricultura, no espaço global, “a mais recente estratégia de planejamento capitalista é evitar aparecer como um conjunto global e coerente de empreendimento. Ações isoladas podem parecer inofensivas, mas, quando consideradas no seu conjunto, deixam claras as consequências perniciosas que envolvem”. (SANTOS, 2003. p 192). Assim, nas *florestas plantadas* do mundo, tal fato é observado quando envolve uma gama maior de países, como a necessidade de produzir produtos agrícolas, ao tempo em que precisam atender ao mercado local, sem, contudo, levar em conta as atividades humanas.

No plano dos levantamentos e da representação dos monocultivos da madeira, a FAO possui o maior banco de dados sobre as *florestas plantadas*, organizado através dos Relatórios da FRA. A Figura 2 apresenta a evolução das *florestas plantadas* desde os primeiros levantamentos feitos pela FAO, a partir de 1945, em intervalos de 10 anos. A organização é, hoje, quem detém o maior número de informações, do plano mundial, sobre florestas naturais e, em particular, sobre *florestas plantadas*, com levantamentos de cinco em cinco anos, desde 1945.

No campo da distribuição da cultura das *florestas plantadas* no mundo, os mapas apresentam o mesmo quadro nos diversos países, que trazem uma discussão tanto ambiental quanto social, sobretudo em países em desenvolvimento, ou que passaram por um processo de industrialização recente, extemporâneo à Revolução Industrial do séc. XVIII.

Figura 2 – Espacialização das *florestas plantadas* no período anterior a 1945, até 1995



Fonte: FAO 2010. Elaboração Edvaldo Oliveira

A existência de dados sobre as *florestas plantadas* no mundo é controversa e pouco disponível. Na sequência dos relatórios da FAO/FRA, pode-se observar que, na primeira avaliação, logo após a criação da ONU, o primeiro Relatório, de 1948, trazia a preocupação já no título da obra: "O mundo inteiro está sofrendo de escassez de produtos florestais".

Cronologicamente, os trabalhos sobre as *florestas plantadas* no mundo, foram produzidos pela FAO e pela FRA, as quais apontavam as tendências do fornecimento de madeira nos relatórios seguintes, como o de 1960. Entre 1970 e 1990 a taxa de desmatamento foi o foco central das discussões sobre os recursos florestais. Em 1973, o consistente Relatório apontava o grave problema, ano em que a FAO obteve os dados para a elaboração do clássico *Eucalypt for Planting* (FAO, 1981, BERTOLA, 2006). O levantamento da FAO, de 1981, inclui mais de 90 países envolvidos em programas de reflorestamento, dos quais 58, em larga escala. Nessa fase, foi feita a publicação de "O dilema do eucalipto" (FAO, 1981), diante da crise observada na Índia. Em 2000, o Relatório trouxe outras preocupações para além da produção, como dados sobre o desmatamento no plano mundial e preocupações sociais, principalmente referentes ao emprego.

O Relatório de 2000 foi produzido com base nos dados de 1995, com projeções até o ano de 2050. Nesse documento, são apresentados os mais significativos estudos sobre o inventário florestal mundial que, apesar das informações obtidas ainda carecerem de maior aprofundamento, pelos países. Neste Relatório, a FRA obteve informações junto a 229 países, com questionários respondidos, dos quais 150 deles apenas com estimativa e 95 efetivamente com *florestas plantadas* (FAO 2000). Esse Relatório trouxe, ainda, um sistema de informações atualizado, com base no conceito de desenvolvimento sustentável, abrangendo as dimensões sociais, econômicas, e ambientais dos recursos florestais, envolvendo, nesse tempo, um número maior de países em relação aos levantamentos anteriores.

O Relatório de 2010, mais completo, traz uma visão agrupada em sete temas: 1) extensão dos recursos florestais; 2) diversidade biológica das florestas; 3) saúde e vitalidade; 4) funções de proteção dos recursos florestais; 5) as funções produtivas dos recursos florestais; 6) as funções socioeconômicas das florestas e, 7) quadro legal, político e institucional. Os temas tratados por esse Relatório contemplam 20 pontos apresentados no quadro 1. Observa-se, no entanto, que a questão agrária sempre foi tangenciada por esses Relatórios, focando muito mais na floresta do que nas questões da terra.

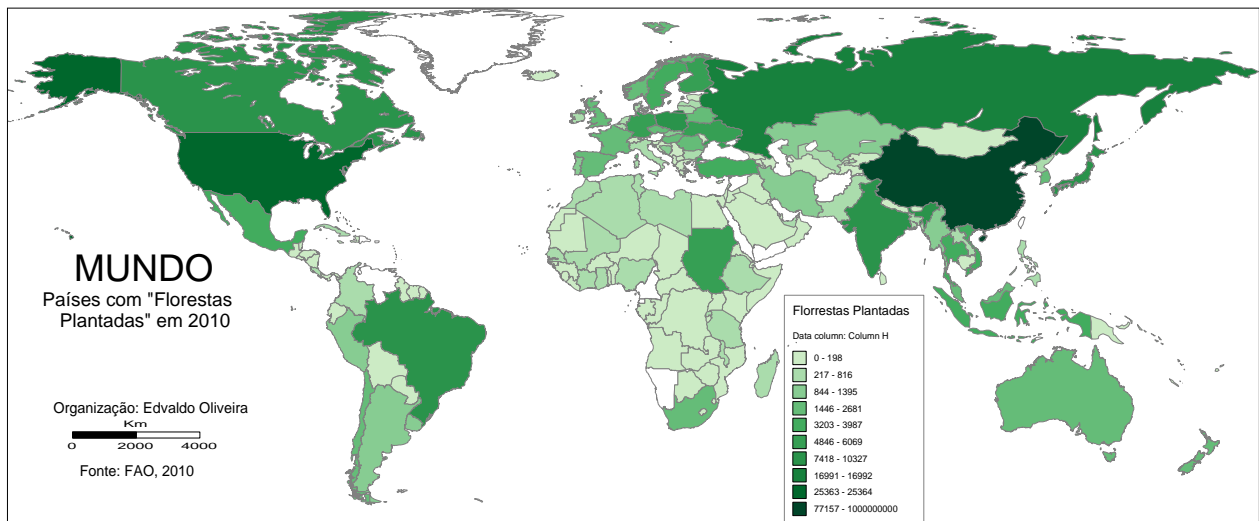
Quadro 1 – Temas tratados no Relatório da FAO/FRA de 2010 sobre florestas no mundo

1. Dados básicos sobre países e regiões
2. Extensão de floresta e outras terras arborizadas - 2010
3. Tendências para a extensão de florestas - 1990-2010
4. Propriedade florestal e gestão de direitos - 2005
5. Funções primárias destinadas para a floresta -2010
6. Manejo florestal e estatuto jurídico- 2010
7. Características da floresta- 2010
8. Tendências e extensão de floresta primária -1990-2010
9. Tendências e extensão das <i>florestas plantadas</i> - 1990-2010
10. Estoque crescente de florestas e outros terrenos arborizados - 2010
11. Tendências do estoque de carbono e biomassa viva floresta -1990-2010
12. Área de floresta afetada pelo fogo e outras perturbações - 2005
13. Tendências de mudanças de produtos da madeira- 1990-2005
14. Valor da madeira e da NWFP - 2005
15. Emprego na silvicultura-1990-2005
16. Política florestal e o quadro jurídico - 2008
17. Recursos humanos dentro das instituições de florestas públicas - 2000-2008
18. Florestamento, educação e pesquisa - 2008
19. Receita da floresta e da despesa pública sobre silvicultura - 2005
20. Status da ratificação das convenções e acordos internacionais como de 01 de janeiro de 2010

Fonte FAO, 2010- Organizado pelo autor

Em resumo, o Relatório de 2010 apresenta o maior banco de dados sobre a questão florestal disponibilizado pela FRA, cuja pesquisa foi solicitada pela FAO, por seus países membros, durante a oitava sessão do Comitê Florestal da FAO (COFO), em março de 2007. Consiste, ainda, numa das mais abrangentes avaliações sobre o tema, contando com mais de 900 pesquisadores, 179 correspondentes nacionais com suas respectivas equipes, além de consultores, de especialistas internacionais, da equipe da FAO e consultores voluntários, em todo o mundo. (FAO/FRA, 2010).

A representação espacial das *florestas plantadas* revela sua expansão por todo o mundo, diante da necessidade do consumo popular, ou como suporte às indústrias em diversas cadeias produtivas (Figura 3). Nota-se que a dispersão das *florestas plantadas* se espacializa por todos os continentes e por quase todos os países, redefinindo territórios em cada um deles, em menor ou maior grau, dependendo das condições econômicas, da necessidade local ou da ação de empresas no processo de transacionalização da economia mundial. Os níveis de produção das “florestas” remete ao nível de produção do espaço, com variantes entre a agricultura patronal e a familiar, sempre em consonância com a produção do espaço admitida pelos Governos dos Estados-Nação. Em destaque, os EUA e a China, como maiores produtores florestais, seguidos da Índia, do Brasil, da Rússia e do Canadá.

Figura 3 – *Florestas Plantadas* em 2010

Fonte: FAO 2010. Elaboração: Edvaldo Oliveira

2.4 As florestas plantadas: entre as necessidades alimentares e as do mercado

Com o declínio do índice de mortalidade, no século XVIII, o aumento da população mundial despertou preocupações que levaram a novas proposições sobre a produção alimentar e o consumo, acelerados pela Revolução Industrial. No quadro atual, tais preocupações ambientais têm-se revelado urgentes, desde a década de setenta do século XX. Para o futuro, a grande preocupação é atender, além do consumo industrial, à demanda por alimentos. Nesse sentido, as perspectivas alimentares são preocupantes. Segundo os dados das Nações Unidas, publicados em 2001, com prognóstico para até 2050, o Planeta contará com aproximadamente 9 bilhões de habitantes e, segundo Mazoyer e Roudart, com expectativa entre 8 e 11 bilhões. “Apenas para alimentar corretamente uma determinada população, sem subnutrição nem carência, a quantidade de produtos vegetais terá que dobrar, no mundo inteiro”. (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 32). A disputa por terras, nesse contexto, revela-se ainda mais preocupante, uma vez que a produção alimentar extraída da terra terá que competir com a produção de matéria-prima para a indústria. É nessa disputa que se encontram as *florestas plantadas*, que acabam por definir territórios, em várias partes do mundo.

Garlipp e Foelkel (2009) relatam que, de 2000 a 2006, foram desmatados 13 milhões de hectares, por ano, no mundo. Revelam, ainda, que a perda anual é de 7,3 milhões de

hectares . Os números indicam que 3,95 bilhões de hectares de florestas e a produção mundial de madeira são de 3,5 bilhões de m³/ano, dos quais 47% para fins industriais. Os autores indicam que essas florestas ocupam 271 milhões de hectares, equivalentes a 2% das terras do Planeta e a 6.9% de todos os tipos de florestas existentes; 205 milhões ha (76%) foram estabelecidos com função de produzir madeira ou produtos não madeireiros, e 66 milhões de ha (24%) com função exclusiva de proteção (GARLIPP e FOELKEL, 2009). Os dados parecem não ter impactos sociais e ambientais no quadro mundial. No entanto, na escala local, o que se tem revelado são contradições dos “cultivos de florestas” , com algumas ações diretas sobre os pequenos e os médios agricultores.

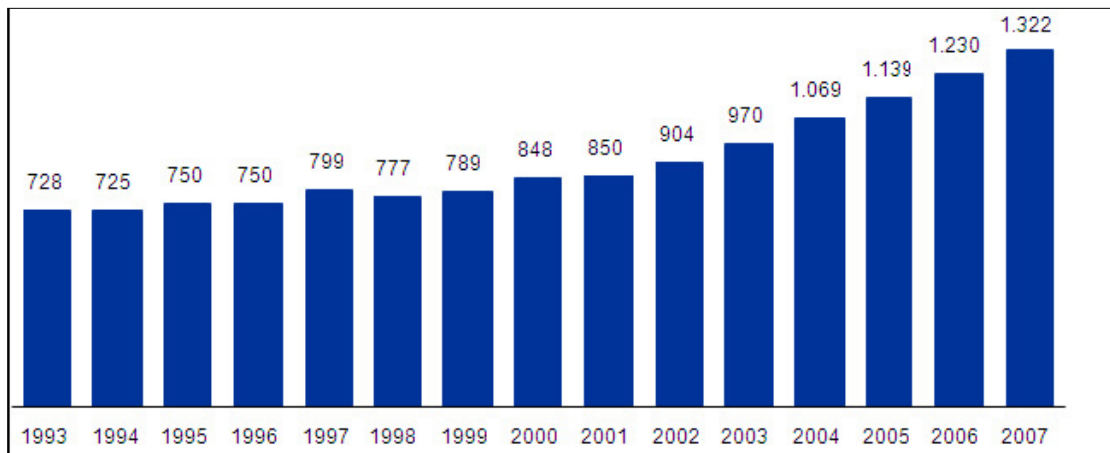
Se, de um lado, o requisito para a produção de alimentos é uma necessidade imperativa, por outro, a indústria resente-se da necessidade de matérias-primas para a produção. Nos casos específicos das *florestas plantadas* ,no mundo, dois segmentos importantes para análises da Geografia Agrária, da ocupação das terras e da territorialização das *florestas plantadas* chamam a atenção: o processamento de ferro gusa e de aço, que requer a extração e o consumo de carvão mineral. Na maioria dos países, a produção de carvão vegetal e a produção de celulose para a indústria de papel destacam-se dentre as maiores consumidoras de madeira.

O consumo do ferro, no mundo, está diretamente ligado às plantações das *florestas plantadas*, especialmente de eucalipto para a conversão em carvão vegetal, necessário ao processo de oxirredução ou descarbonização. Os dados indicam que o ferro é o metal mais usado no mundo, com 95% no peso da produção mundial de metal. Nesse processo, destacam-se duas linhas de produção: o aço, liga metálica de ferro mais conhecida e de uso mais frequente, que contém menos de 2% de carbono e, principalmente, o ferro gusa, modalidade mais produzida no mundo e maior consumidor de carvão (vegetal ou mineral) para o processo de oxirredução.

Dados de 2010, da Companhia Vale, indicam que o consumo de minério de ferro, no mundo, cerca de 1,6 bilhão de toneladas por ano, deve chegar a 2,2 bilhões, em uma década, ainda puxado pela locomotiva chinesa. Segundo a Vale, a previsão mundial é que o setor mineral invista US\$ 1 trilhão, até 2015, sendo que 25% desse total, ou seja, US\$ 200 bilhões irão somente para o segmento de minério de ferro. Importante observar que quase todos os países do mundo, de alguma forma, processam o mineiro de ferro, com significativos impactos na produção de madeira, requerendo uma maior produção mundial, conforme mostra

a evolução da produção mundial de minério de ferro, até 2007 (Figura 4). Embora a crise mundial de 2009 tenha decrescido, o percentual de uso do ferro volta a patamares maiores, com o indicativo de crescimento anual de 10%, impulsionado pela China, nos próximos anos.

Figura 4 – Evolução da produção de minério de ferro no mundo (em mil)



Fonte: IISI/World Steel Figures 2007/ MNHG Mineração (2010)

Na mesma linha do minério de ferro está a produção e o consumo de papel, a partir da pasta de celulose, feita com produtos da madeira. A Tabela 1 apresenta o quadro comparativo da produção de papel e de celulose, por países que, em muitos casos, não são propriamente produtores de madeira, uma vez que buscam matéria-prima nos países onde as condições de produção, de preço e de mão de obra são favoráveis, além de facilidades na legislação. O consumo de papel, no mundo, segundo a WRM (2010), aumentou cinco vezes, desde a década de 1960, chegando ao consumo de mais de 1 milhão de toneladas de papel por dia, em 2005. Segundo dados do BNDES sobre o setor de celulose e de papel indicam que a produção e o consumo mundiais de papel vêm crescendo, há mais de quinze anos. Embora desigual o consumo, a média de papel, no mundo, em 2008, era de 54 kg *per capita*, ao tempo em que a taxa média verificada na década de 80, para o crescimento da demanda mundial, foi de 3,6% a.a. e de 3,3% a.a. , para o período 1990/95. (BNDES, 2010). Para o setor de produção de madeira, as perspectivas para o horizonte 1995/2005 eram de taxas anuais médias ao redor de 3,3% que devem ser mantidas até 2020.

Tabela 1 - Maiores Produtores Mundiais de Celulose e Papel - 2009

CELULOSE		PAPEL	
País	Mil toneladas	País	Mil toneladas
1. EUA	48.329	1. China	86.391
2. China	20.813	2. EUA	71.613
3. Canadá	17.079	3. Japão	26.279
4. Brasil	13.315	4. Alemanha	20.902
5. Suécia	11.463	5. Canadá	12.857
6. Finlândia	9.003	6. Suécia	10.933
7. Japão	8.506	7. Finlândia	10.602
8. Rússia	7.235	8. Coreia do Sul	10.481
9. Indonésia	5.971	9. Brasil	9.428
10. Chile	5.000	10. Indonésia	9.363
11. Índia	3.803	11. Índia	8.693
12. Alemanha	2.542	12. Itália	8.449
Demais	24.898	Demais	84.696
TOTAL	177,957	TOTAL	370,687

Fonte: BRACELBA, 2011 Dados do Relatório de 2009 - Org. Edvaldo Oliveira

A produção de ferro e de papel tem impacto direto na ampliação das *florestas plantadas*, no mundo, uma vez que são empreendimentos que envolvem grandes empresas transnacionais ou nacionais, com vínculos diretos com o mercado internacional. Dessa forma, a necessidade de matéria-prima, para além das mineradoras, no processo de produção de ferro que, exportados para países onde não existe o mineral de alta qualidade, requer o plantio de eucalipto para fornecimento de carvão vegetal, exceção feita aos consumidores de carvão mineral, bastante questionado por provocar poluição, enquanto o carvão vegetal é defendido como produção renovável, gusa verde, produção limpa e, mais recentemente, o MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. É nesse contexto que a expansão das *florestas plantadas* avança, no mundo.

2.5 A projeção futura das *florestas plantadas* no mundo: os cenários da FAO

O mapa das *florestas plantadas*, no mundo, reflete a desigualdade apresentada por Smith, quanto à reprodução do capital, uma vez que a produção de madeira acaba por refletir o grau de crescimento de cada país. Aparentemente, ao vislumbrar o mapa, as contradições são filtradas. No entanto, as condições de produção das *florestas plantadas* refletem as

distorções, nos países dependentes. No *ranking* dos países produtores de madeira, a partir de *florestas plantadas*, levantados pela FAO, em 2005, nota-se, no Quadro 2, que os países do BRICs aparecem na ponta da produção, intercalados pelos EUA e pelo Japão, o que interfere tanto na expansão da produção industrial quanto na exportação das *commodities* dos produtos da madeira. Nesse contexto, observa-se que, fora a Indonésia, os países em desenvolvimento apresentam melhores posições no *ranking*. No entanto, convém observar que países como a Finlândia são os maiores detentores das empresas que mantêm plantios de monocultivos para a madeira, em outros países, através de empresas transnacionais ou consorciadas.

Quadro 2 - *Ranking* dos países produtores de *florestas plantadas*, segundo o tamanho da floresta, conforme o relatório FRA de 2000

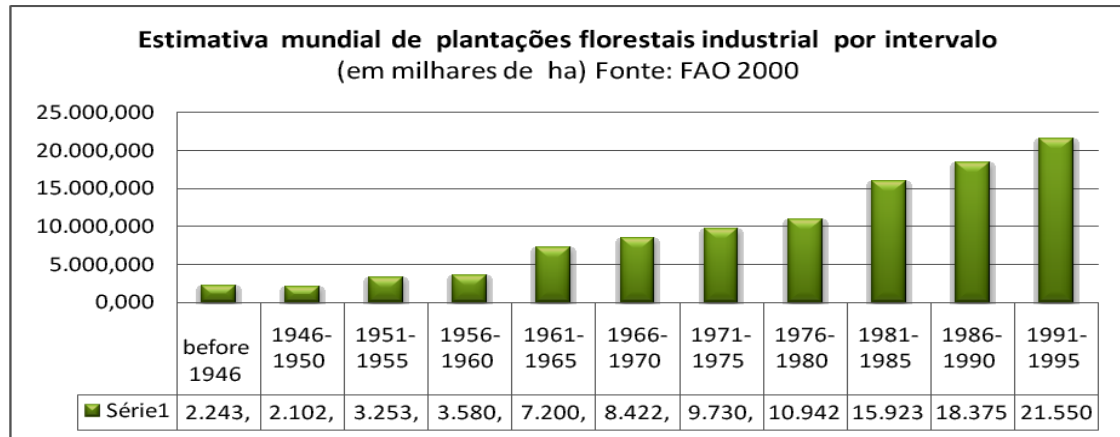
1	China	17	África do Sul	33	Suécia	49	Polônia
2	Índia	18	Nova Zelândia	34	Dinamarca	50	Eslováquia
3	Rússia	19	Austrália	35	Estônia	51	Suíça
4	EUA	20	Paquistão	36	Noruega	52	Moldávia
5	Japão	21	Bulgária	37	Lituânia	53	Eslovênia
6	Indonésia	22	França	38	Geórgia	54	Áustria
7	Brasil	23	Argentina	39	Bielorrússia	55	Bélgica
8	Tailândia	24	Venezuela	40	Lituânia	56	Croácia
9	Ucrânia	25	Portugal	41	Hungria	57	Finlândia
10	Irã	26	Mianmar	42	Itália	58	Alemanha
11	Chile	27	Filipinas	43	Grécia	59	Canadá
12	Reino Unido	28	Argélia	44	Albânia	60	Congo
13	Espanha	29	Nigéria	45	Holanda	61	Camarão
14	Turquia	30	Sudão	46	Romênia		
15	Malásia	31	Uruguai	47	Bósnia e Herzegovina		
16	Vietnã	32	Irlanda	48	Croácia		

Fonte: FAO, 2005. Organização Edvaldo Oliveira.

O estudo publicado em 2000, pela FAO/FRA, apresenta uma modelagem quantitativa da produção de madeira em tora e o potencial futuro de “plantações florestais”, mostrando que, independentemente das futuras taxas de arborização, a produção vai aumentar substancialmente. O futuro das *florestas plantadas* é apresentado pela FAO em três cenários, a partir dos levantamentos, desde 1945 até 1995. Em um crescente, a evolução dos plantios florestais, no mundo, apresenta elevação a partir da década de 1950, com indicadores superiores a 3 milhões de hectares, como resultado da recuperação do pós-guerra, em que apresentou mudanças na economia mundial e recuperação dos países afetados. A Figura 5

mostra o salto quantitativo, na década de 1970, ultrapassando nove milhões de hectares, chegando, em 1995, com 21,5 milhões de *florestas plantadas*, no mundo.

Figura 5 – Crescimento estimado de *florestas plantadas* , no mundo, no intervalo anterior a 1945 , até 1995.



Fonte: FAO, 2000. Organização Edvaldo Oliveira

A análise do crescimento das *florestas plantadas* envolve diretamente as condições de ocupação do espaço agrário e seus impactos no âmbito social. Os avanços apontados pela FAO, desde 1945 até 1995, mostrados na Figura 6, destacam o quantitativo por países, aqui sintetizado em Continentes, mais a Comunidade de Estados Independentes (CEI da Ex União Soviética). A Ásia passa a ter o maior cultivo de árvores para madeira industrial, impulsionado pela ampliação da indústria regional. A Ásia e a Europa participam com 70% da produção mundial ,ficando a América do Sul com percentual mais baixo, conforme se verifica na Tabela 2. Em relação à América Central e à do Norte, os EUA aparecem com área de 18.387,500 ha e detêm 97,3% da área plantada na região.

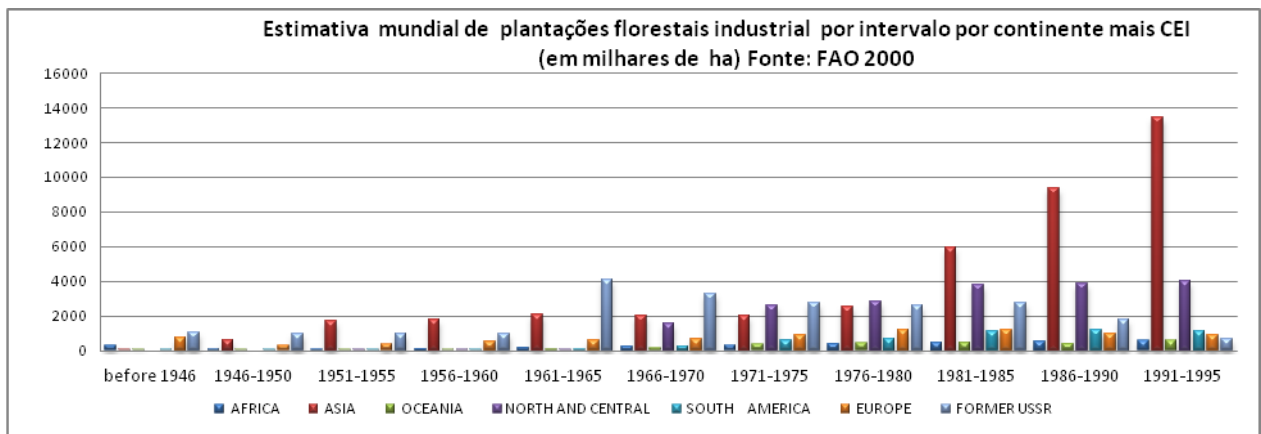
Tabela 2 – Área de floresta plantada no mundo, em 1995.

Region	Forest planted	%
Africa	3.598.313	3, 482556
Asia	41.802.249	40, 45748
Oceania	2.716.646	2, 629252
North and central	18.895.918	18, 28804
South america	5.403.760	5, 229922
Europe	8.707.730	8, 427604
Former ussr	22.199.299	21, 48515
World	103.323.915	100

Fonte: FAO, 2010- Organização Edvaldo Oliveira

A evolução das *florestas plantadas*, por região do Globo, conforme a regionalização da FAO, mostra que a Ásia aumentou o potencial produtivo, em relação aos demais continentes, em razão do avanço da economia mundial, naquela região, e da capacidade de consumo, levando em conta a matriz energética. A Figura 6 mostra o avanço das *florestas plantadas*, comparando os Continentes e a Federação Russa, desde os primeiros levantamentos, até 1995, período em que a FAO trabalha a elaboração dos cenários futuros.

Figura 6 – Evolução da cultura de *florestas plantadas*, no período anterior a 1945 até 1995.



Fonte: FAO, 2000. Organização Edvaldo Oliveira

2.6 Os cenários projetivos: impactos na estrutura fundiária e conflitos

O quadro apresentado e a perspectiva de crescimento da economia mundial levaram a FAO a fazer uma projeção de ocupação de terras com *florestas plantadas* para produção de madeira, em toras, e de lenha, de 1995 até 2050, divididas em três cenários detalhados na Tabela 3 bem como a produção na tabela 4:

Tabela 3 - A área total das plantações florestais industriais necessárias em cada cenário

País ou região	Área atual(1995)	Área projetada para 2050 exigido em cada cenário (em milhões de ha)		
		Cenário1	Cenário 2	Cenário3* Cenário3 Acumulado
America do norte e Central	18.9	18.9	29.3	43.2
America do Sul	5.4	5.4	8.4	13.6
Ásia	41.8	41.8	64.8	119.5
Oceania	2.7	2.7	4.2	5.7
África	3.6	3.6	5.6	8.9
Europa	8.7	8.7	13.5	15.3
Países da ex-URSS	22.2	22.2	34.4	28.0
Total	103.3	103.3	160.2	234.2

Fonte FAO 2000 * cenário 3 de crescimento moderado

Tabela 4- Projeção da produção de madeira em tora em mil metros cúbicos de lenha até 2050.

Region.	Potential roundwood production in thousand cubic metres									
	Industrial roundwood (madeira em Toras)					Wood fuel (lenha)				
	1995	2000	2010	2020	2050	1995	2000	2010	2020	2050
Africa	23,938	23,159	25,066	32,399	46,407	12,167	12,37	14,77	20,57	31,666
Asia	60,48	103,2	240,364	379,617	686,81	53,843	94,382	160,14	234,71	389,81
Oceania	33,298	40,668	44,778	61,551	92,704	32	35	56	94	204
North and Central America	114,04	132,23	152,031	235,006	355,06	2,006	2,452	3,884	5,924	9,406
South America	36,06	42,97	68,412	107,652	171,86	18,381	21,272	23,689	41,119	55,964
Europe/Former USSR	63,251	72,324	107,539	143,239	147,57	0	0	0	0	0
WORLD TOTAL	331,07	414,55	638,19	959,464	1,500,414	86,429	130,51	202,53	302,42	487,05

Fonte FAO, 2000. Organização Edvaldo Oliveira

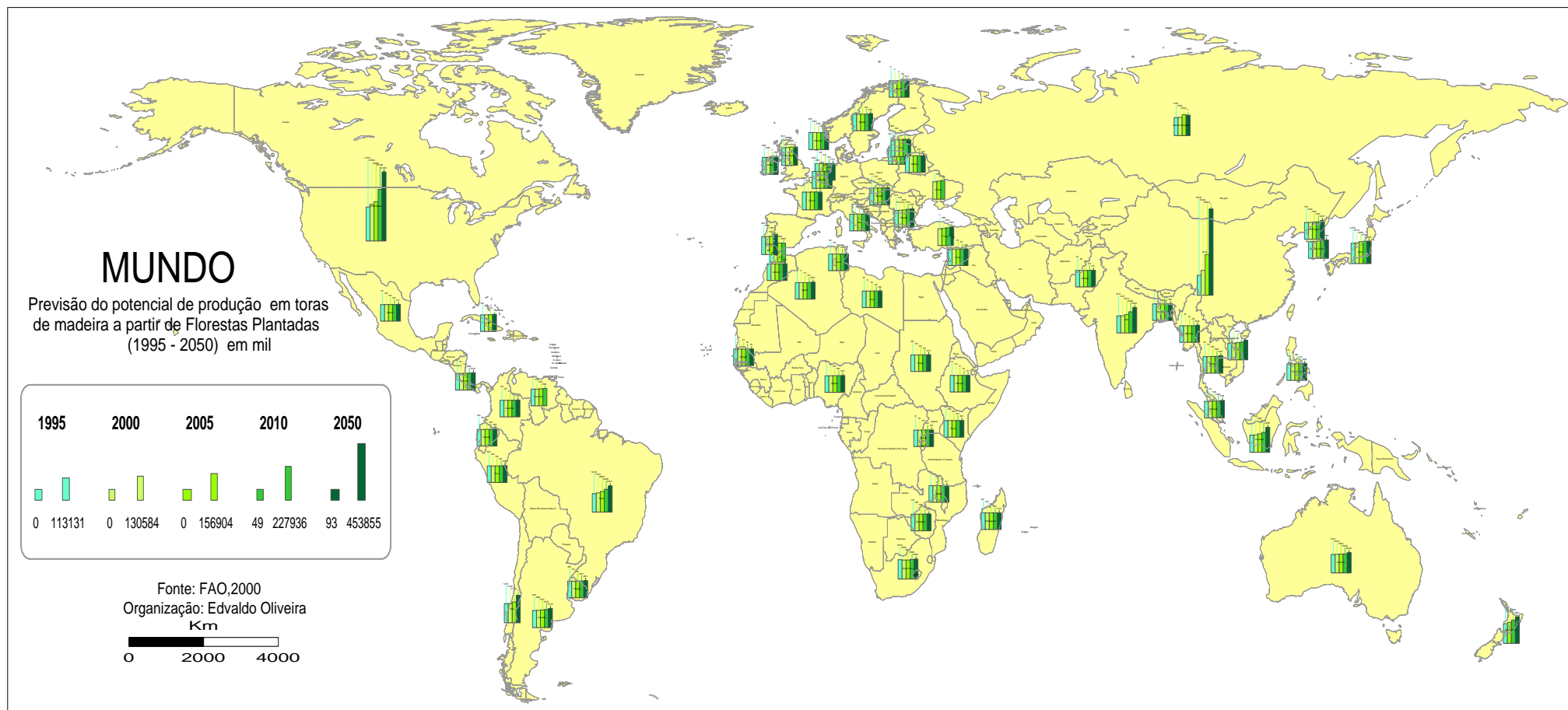
Par atanto foram estabelecidos os seguintes cenários:

- Cenário 1- atual - de crescimento nulo, mantendo as mesmas características de produção atual.
- Cenário 2 - moderado – de médio crescimento, mantém as taxas viáveis para o mercado e consumo, sem perspectivas de aumento exagerado.
- Cenário futuro - 3 - de alta produção, visando ao maior consumo de toras e à redução de consumo de lenha.

As propostas dos Cenários tinham como objetivos, na perspectiva mundial, avaliar três aspectos das “plantações florestais”: o estado atual e o futuro (médio e longo prazos); questões econômicas e políticas associadas ao estabelecimento de plantações florestais e as perspectivas para o suprimento de madeira potencial de plantações florestais 1995 e 2050. No plano da produção de madeira, observa-se que a estimativa de crescimento da produção de toras tende a aumentar no continente europeu, mas diminui o consumo de combustível na forma de lenha.

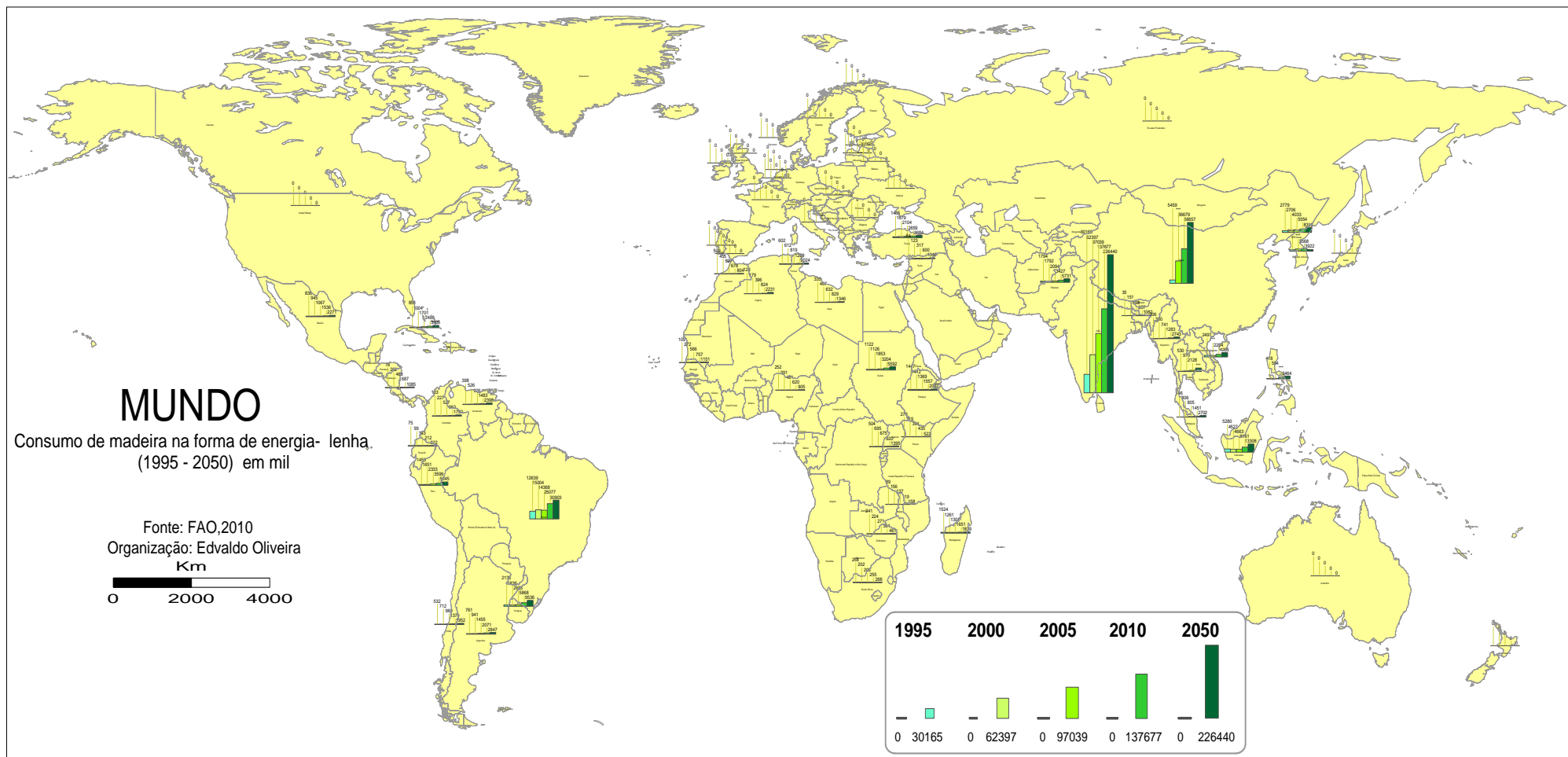
A Ásia mantém o consumo de energia a partir da base madeireira, com maior potencial de produção, com evolução também na África. A América do Norte mantém o avanço, capitaneada pelos Estados Unidos, enquanto o consumo de lenha, na Europa e nos países que gravitam em torno da Rússia, acabaria zerando o consumo. As Figuras 7 e 8 mostram mapas que permitem a comparação entre os países e a espacialização da perspectiva de produção de toras a partir das *florestas plantadas*, para fins industriais e para o consumo de lenha. No caso do consumo de lenha, o quadro muda, uma vez que implica a matriz energética doméstica dos países. O destino das *florestas plantadas* será para consumo industrial e pouco consumo na forma de lenha, exceto no Brasil, em menor escala a Índia e a China, como maiores potenciais consumidores.

Figura 7 -Estimativa de uso Industrial de *florestas plantadas* entre 1995 a 2050 (em mil)



Fonte: FAO, 2000- Elaboração Edvaldo Oliveira

Figura 8- Estimativa de produção de lenha anterior a 1995 até 2050 (em mil)



Fonte: FAO, 2000. Elaboração: Edvaldo Oliveira

No plano específico no uso da terra, ao avaliar os Cenários propostos para os plantios florestais até 2050, observa-se, de fato, o possível impacto na estrutura fundiária. Considerando os cinco maiores produtores (EUA, China, Japão, Índia e Rússia), somente estes dominam 80,1 e 66,05% da área total, em seus respectivos cenários, indicando que países desenvolvidos tendem a ocupar os percentuais mais elevados, na produção dos monocultivos. A Tabela 5 mostra as possibilidades de crescimento em ha, por Continente, mais a Rússia.

Tabela 5 - Área total de plantações florestais industriais necessárias, no mundo, em cada cenário, até 2050- Países desenvolvidos e emergentes

Country	Projeção de área em por cenário – em milhões de ha		
	Atual (1995)	Cenário 2 - 2050	Cenário 3 - 2050
United States	18.4	28.5	41.2
China	17.5	27.1	68.3
Índia	4.1	6.4	11.7
Japan	10.7	16.6	12.4
Russian Federation	17.1	26.5	21.1
Total	51.8 (0,0%)	80.1 (50%)	154.7 (66,05%)

Fonte FAO, 2000. Organizada pelo autor

O Cenário atual mostra um crescimento nulo em relação ao cenário 2, que apresenta crescimento médio, e o cenário 3, alto crescimento. Nesse sentido, as implicações dessa projeção, no setor agrário, serão significativas, dado o quadro de necessidade de produção de alimentos apresentado anteriormente.

O Cenário 2 requer apenas um relativo aumento que contemple o crescimento industrial. Tomando a China como exemplo, 29,1 milhões de hectares, que seriam necessários, em 2050, são nitidamente inferiores a 44,6 milhões de hectares, nesse cenário. Em média, o Cenário 2 exige um aumento de 64.4 % na área de plantações florestais industriais.

As análises feitas pela FAO indicam que Países como o Chile e a Nova Zelândia (↔) alcançariam aumentos isolados em áreas de *florestas plantadas* de 5-10 por cento, em um único ano. Outros países passarão por longos períodos com pouco ou nenhum estabelecimento de novas plantações florestais. Na África do Sul, por exemplo, o relatório da FAO afirma não ser encorajador o plantio, devido à escassez de água. Por outro lado, existem planos na Austrália para 3 milhões de hectares de “plantações florestais”, para o setor imobiliário (triplicação da área atual), até 2020.

De acordo com as projeções da FAO, a área de *florestas plantadas* saltaria dos 103.3 milhões de hectares, em 1995, para 234,2 milhões em 2050, com incremento de 130,9 milhões de hectares, num crescente de 126,7%. Essa é a projeção do aumento da área mundial para as “plantações florestais” industriais que seriam necessários para atender ao potencial de produção, segundo as projeções apresentadas em cada Cenário. Para os países com “plantações florestais” com espécies de rotação de médio e de longo prazos, as plantações pré-estabelecidas após 2025 terão pouco ou nenhum efeito sobre o potencial, projetado para 2050. Conseqüentemente, a área de *florestas plantadas* para fins industriais e de consumo global de 234,2 milhões de hectares teria potencial para produzir muito mais do que os 1.526 milhões de metros cúbicos de toras de madeira industrial, projetados para 2050, sob o Cenário 3. A FAO estima que esse volume poderia ser produzido de forma sustentável a longo prazo, em um parque industrial de *florestas plantadas* de cerca de 180 milhões de hectares, tendo em conta a atual distribuição global de florestas industriais.

O que de fato pode ocorrer é uma competição por *florestas plantadas*, considerando a demanda mundial, gerando desequilíbrios junto aos países menos favorecidos ou que imprimem menos investimento na produção de alimento do que na produção de biomassa vegetal. Isso implica ampliar a área produtiva, com impactos consideráveis, com alterações no uso da terra, sobretudo, em países cuja estrutura fundiária seja concentrada, ou no caso dos países com predomínio da agricultura familiar tradicional, sem processo de modernização, em que a reestruturação fundiária acaba por prejudicar os pequenos e médios proprietários.

De toda sorte, o quadro se mostra desigual e controverso, com grandes investimentos, com políticas setoriais bem definidas, nos países desenvolvidos, o que não ocorre nos países subdesenvolvidos, revelando o quadro de desigualdade na produção de biomassa, pelas *florestas plantadas*. Outro fator é o indicativo do tempo de produção. Culturas de longo prazo, como o eucalipto e o *pinus*, que comportam 99% das *florestas plantadas*, têm tempos diferentes para corte

Os previsíveis conflitos nos países em que a estrutura agrária é concentrada ou de baixa modernização da agricultura, ou ainda aqueles que apresentem assimetrias na distribuição das terras, são previsíveis. Na elaboração dos cenários, não se levou em conta a melhoria do incremento médio de produção, senão o aumento da ocupação das terras em todo o mundo.

2.7 O crescimento da produção de madeira para a indústria – o pomo da discórdia

A partir dos relatórios da FAO, WRM, TDF, entre outros organismos de coleta de dados das *florestas plantadas*, as espécies como o eucalipto estão no centro dos conflitos entre os meios de subsistência e as necessidades da população residente no âmbito rural, face às demandas de matéria-prima da indústria. O quadro desenhado permite inferir sobre a ação e os conflitos gerados em torno das *florestas plantadas*, em todo o mundo, especialmente com relação ao eucalipto, uma vez que as adaptações das plantações de *pinus* se adequam às regiões mais frias, acima e abaixo das latitudes de 35°, (faixas mais inóspitas e menos adensadas, com solos de baixa produtividade), embora experimentos sejam observados em outras faixas do Globo. Especialmente no uso da terra envolvendo as questões fundiárias, os casos são mais evidentes em países com escassez de terras agricultáveis ou que demandem preservação de biomas, em contraponto com o que a FAO (2000) chamou de escassez de madeira, justificando o seu plantio em larga escala. Justifica que dadas essas tendências, as perspectivas sobre as plantações de *florestas plantadas* “podem aliviar a escassez de madeira de potencial futuro, dando continuidade ao fornecimento para empresas industriais existentes e as necessidades de lenha para uso doméstico”. Ressalta, no entanto que, “apesar desse interesse, a informação é escassa (pelo menos no domínio público) sobre recursos florestais, bem como os plantios em nível nacional”. FAO (2000).

O planejamento apontado pela FAO para as *florestas plantadas* reflete a política de longo prazo na organização, na produção e na reprodução do espaço mundial. Na organização do espaço agrário, em particular, as trocas se evidenciam de diversas formas, de acordo com a dinâmica do capital. No caso do campo, a produção, reelaborada pelo capital, organiza-se de forma dicotômica entre a agricultura familiar e o grande negócio (VEIGA, 2007; GRAZIANO DA SILVA, 1981, 2001; MAZOYER, 2010), especializando culturas introduzidas em detrimento da cultura local, ou mesmo da natureza existente. Essa competição assemelha-se à competição natural e, em parte, verifica-se que:

Frequentemente, duas ou mais espécies competem pelos mesmos recursos. A oposição entre a população de cada espécie e as limitações do meio é duplicada quando surge uma oposição entre as populações e espécies em competição pela utilização dos mesmos recursos. Essa competição entre espécies – havendo ou não uma disputa aberta entre elas – conduz à coexistência, dentro de certa proporção, dessas populações concorrentes ou, então, à eliminação de uma ou mais dentre elas (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 54).

É nessa competição que ocorre a desterritorialização, tanto das culturas quanto das atividades agrárias, revelando uma reterritorialização dentro do espaço produtivo. Tal mecanismo vem carregado de um conjunto de adaptações, consoante uma cultura imposta. Dessa forma, “o espaço terrestre ,organizado em territórios, é objeto de transformações e de adaptações humanas, em função de projeções ideológicas, geopolíticas, econômicas e culturais”. (PIRES, 2007. p55). Isso se dá na forma de uso da terra resultante da territorialização, ou, como afirma Santos (1996) , é o uso do território e não o território em si, em sua materialização, que faz dele objeto da análise social. Nesse sentido, a territorialização de uma cultura exótica, ao tempo em que desterritorializa, modifica o processo de ocupação da terra, promovendo as desigualdades territoriais e, por consequência, as sociais, uma vez que “qualquer alteração técnica na agricultura é seguida por uma modificação na propriedade da terra que é, ela própria, uma forma: uma forma jurídica, mas também espacial”. (SANTOS, 2003. p 190).

Toda mudança, no entanto, é marcada pela escassez de matérias-primas e de controle da natureza a favor dos novos territórios. A escassez de matéria-prima, primária, para a indústria, remete à necessidade de implementar novas tecnologias, no campo, o que indica uma nova reestruturação e territorialização das atividades rurais. O resultado são territórios desiguais, marcando dois quadros: o da pequena propriedade, territorializada ao longo do tempo, numa construção social própria, muitas vezes de desterritorialização; e, pela grande propriedade, fruto do processo de concentração, quer pela via política, quer pela ação do capital, apresentando muitas vezes uma junção das duas modalidades, no que Mazoyer e Roudart (2010) chamam de *Latiminfundismo*. Ainda que desterritorializada, a pequena produção deixa marcas no espaço. Tais marcas podem ser vistas pelo que Santos (1978) chama de rugosidades, cujo sentido é do espaço com acúmulo desigual de tempos.

Considerando que a produção do espaço é desigual (SMTIH, 1988), o espaço mundial, na sua clássica e debatida divisão Norte/Sul, se faz presente nas *florestas plantadas*, agora com o aporte do capital flutuante, das “indústrias desmontáveis” e do espaço que oferece maior remuneração ao mesmo capital. A acumulação que dá sustentação aos monocultivos em geral, e, em particular, à madeira, remete à ideia de concentração de renda e vem na forma do agronegócio mundial (MENDONÇA, 2004; BATALHA E SCARPELLI, 2005; VEIGA, 2007; PAULINO, 2007; ELIAS, 2007; VILADESAU, 2008; GIRARDI, 2008;

2.8 A grande empresa e os monocultivos para a madeira

O quadro agrário/agrícola mundial, na demarcação do espaço dicotômico, mostra uma agricultura subsidiada, nos países desenvolvidos – o Norte - de predominância familiar, em detrimento da política de ocupação de extensas áreas nos países subdesenvolvidos – e o Sul. – no caso do agronegócio de predominância patronal (VEIGA, 2007; OLIVEIRA, 2007). Nesse aspecto, o resultado reflete-se nas desigualdades econômicas e espaciais, fundadas numa estrutura fundiária concentradora e dependente (GRAZIANO 1981, 1987; HESPANHOL, 2007) e, por natureza, desigual (SMITH, 1988). Tal política é também marcada pelo agronegócio, na manutenção das políticas fundiárias existentes, salvo algumas resistências, com consequências indesejáveis, conforme avaliam Oliveira (1991, 2007) e Paulino, ao admitirem que “o agronegócio é a versão nova do latifúndio de sempre, aquele que, historicamente, semeia a degradação ambiental e a exclusão social”, (PAULINO, 2007. p. 345), a rigor, apoiado pelas políticas de Estado, quer por razões econômicas, quer pelo domínio político.

No processo de disseminação das *florestas plantadas*, no mundo, as grandes empresas buscam territórios capazes de manter sua produção e venda dos produtos. No confronto de ideias sobre o papel da grande empresa, a WRM ressalta três características que marcam a dualidade NORTE/ SUL, com vantagens para os países desenvolvidos do Norte, em detrimento do desgaste social e da dominação das terras, no Sul:

No Sul, há provas de que todos esses supostos benefícios, na prática, são inatingíveis:

- As monoculturas industriais em grande escala só proporcionam “um leque de benefícios sociais e econômicos” para os ricos.
- No contexto do Sul, qual o significado de elas poderem “contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais”? As plantações fornecem apenas dois produtos florestais: madeira para serrar e madeira para celulose.
- Todos os outros produtos fornecidos por uma floresta de verdade (alimento, forragem, água, remédios, moradia, lenha, etc.), para satisfação das necessidades das comunidades locais, quase não existem nas plantações e, portanto, o mundo local não se beneficia delas. (WRM, 2003 p. 44).

Apresentam, ainda, algumas razões porque a grande plantação de madeira acaba nas mãos dos ricos: primeiro, consideram que os custos são elevados para grandes projetos; a propriedade e o controle da produção não costumam ficar nas mãos dos pobres; o horizonte e

o longo prazo são arriscados e pouco atrativos para os pequenos produtores e, por fim, os grandes operadores do mercado acabam atraindo investimentos para madeira de alto valor. Uma das vantagens dos monocultivos, no Hemisfério Sul, remete- não somente às condições sociais e fundiárias, como terras e mão de obra baratas, incentivo como infraestrutura estatal e como redução de impostos. Segundo o Dossiê Deserto Verde, as vantagens comparativas na base florestal para a produção da celulose, no Hemisfério Sul, são, principalmente, as condições climáticas com ciclo de corte de 5 a 7 sete anos para as árvores de eucalipto, inferior ao Hemisfério Norte, em que os cortes variam de 25 a 35 anos para o *pinus* e menor valor das terras para o plantio. Ainda segundo o Dossiê, “as vantagens competitivas do Hemisfério Sul levaram ao fechamento de muitas empresas, no Hemisfério Norte, transferindo seus ativos para o Sul, comprando empresas aqui ou fazendo parcerias”. (DOSSIÊ DESERTO VERDE, 2006, p. 43).

No contexto das locações das *florestas plantadas* no mundo, um dos discutidos documentos revela a política americana, no tocante às florestas tropicais: “*Farms-here-forests-there: Tropical Deforestation and U.S. Competitiveness in Agriculture and Timber*”. (FRIEDMAN, 2011). Aponta o documento que, na disputa por mercados de madeira e dos produtos agrícolas, os países avançados delimitam a política de manutenção das florestas tropicais, visando à proteção dos produtos americanos, tanto da agricultura quanto da madeira. Algumas conclusões do Documento evidenciam que a destruição das florestas tropicais, além das implicações com a poluição, acabam por acusar os países, especialmente o Brasil, de subcotar os produtos da madeira, vendidos na forma de *commodities*, dificultando o comércio dos agricultores americanos.

A manutenção da floresta no mundo do Sul, na observação do Documento, resultará em ganho entre 196 a 267 bilhões de dólares para os EUA, até 2030. Política semelhante é adotada nos países desenvolvidos da Europa, com os subsídios aos produtos agrícolas. Ainda assim, por razões de produtividade, a monocultura da madeira ainda é o grande negócio para as empresas multinacionais, especialmente nos países topicais, que permitem maior produtividade, mão de obra barata e subsídios dos governos locais. Observa-se, portanto, no plano mundial, que os efeitos são revelados na desestruturação das florestas nativas para dar lugar à agricultura local.

Numa observação em recortes espaciais, a Remade - Revista da Madeira (2011), ao relatar o desempenho do “setor florestal” por Continentes, destaca que a América do Sul sofreu a maior perda de volume de florestas entre 2000 e 2010. Em termos comparativos:

Ao todo, a região perdeu 4 milhões de hectares por ano, principalmente por causa de desmatamentos no Brasil. Na sequência, a África teve sua área de matas reduzida em 699 mil hectares por ano, enquanto a Oceania perdeu 700 mil hectares e a Ásia viu sua área reduzida a 600 mil hectares por ano. Nas Américas do Norte e Central, o volume de florestas permaneceu praticamente o mesmo entre 2000 e 2010 e, na Europa, a área continua em ritmo menos acelerado. De 1990 a 2000, o Continente ganhava cerca de 900 mil hectares por ano de florestas. Nessa última década, os países do Velho continente somaram 700 mil hectares por ano a mais de florestas. (REMADE, 2011. sp).

O volume de florestas perdido é parte do sintoma de ampliação das áreas para agricultura em geral, inclusive para a biomassa, embora o discurso de ocupação das áreas degradadas esteja presente nos debates e nos programas de expansão das monoculturas para a madeira. A prática danosa, feita pelo grande capital, o que não significa que o pequeno produtor também não o faça, ainda é a mesma dos sistemas florestais primitivos. Numa vertente que envolve a produção agrícola, a partir do modelo de desmatamento para a agricultura, pelas grandes empresas, Mozayer e Roudart lembram que o sistema derrubada-queimada, praticado desde a antiguidade e que permanece, ainda, nos nossos dias, é de uso recorrente pela grande agricultura, na formação do que denominaram sociedade pós-florestal:

Os sistemas de cultivo de derrubada-queimada continuam a existir nas florestas ainda em nossos dias. No entanto, devido à insuficiência de seus instrumentos e de sua produtividade esses sistemas estão hoje ameaçados pela concorrência das agriculturas mais poderosas, além do mais, sua existência é questionada pelos avanços rápidos do desflorestamento. A questão de sua sobrevivência e de seu aperfeiçoamento, e a questão do desenvolvimento do sistema pós-florestais capazes de substituí-los é colocada de maneira urgente(↔) (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 169).

Na ótica da divisão internacional para os produtos da madeira, a Sociedade Brasileira de Silvicultura - SBS - traz o quadro delineado pela *Ásia Pulp & Paper*, com indicativos de regionalização da produção e do processamento de produtos da madeira. O cenário remete ao Brasil, tomado como exemplo, como produtor de celulose, com matéria-prima para exportação e menos produção de papel, ou seja, o país passa a ser mero exportador. Tomada

como vocação para a produção de produtos madeireiros, a *Ásia Pulp & Paper* mostra a clara divisão da produção ao afirmar que, “ao seguir esse caminho, o Brasil, na realidade, segue sua natural vocação nessa indústria, alinhando-se a um movimento mundial em que cada bloco econômico assumirá, mais dia menos dia, um papel específico e atuante para a evolução da indústria” .(SBS, 2006, sp).

A construção do cenário mundial não se refere apenas ao Brasil, tomado como exemplo, mas a toda a América Latina, mostrando claramente a divisão Norte/ Sul, no processo de condução dos produtos madeireiros, contando com a produção, no campo. Assim:

Nesse cenário, caberá à América Latina, especialmente ao Brasil, concentrar-se na produção de fibras, tornando-se um celeiro para a produção de celulose. Já os países da Europa, mantendo seu papel histórico, se consolidarão como os principais fornecedores das máquinas que viabilizam a transformação das fibras em celulose e desta em papel. A América do Norte, em especial os Estados Unidos, se firmará como a grande financiadora da indústria, além de fornecedora dos softwares para todos os tipos de equipamentos do setor. Completando a nova ordem geográfica da indústria, temos a Ásia que, pelo enorme potencial de consumo da região e também por sua vocação fabril, se fortalecerá como a grande região produtora de papel, abastecendo todo o mundo. Fonte: (SBS, 2006, apud *Ásia Pulp & Paper*. sp).

O que se revela na dualidade de desigualdade Norte e Sul, no tocante à agricultura e à produção de madeira, são as condições da pobreza, nas regiões tropicais, envolvendo os monocultivos para a madeira, sobretudo nas áreas rurais. Abramovay chama a atenção para o fato de que “o encontro entre desenvolvimento e equidade ainda não se deu na América Latina. [...] nos países capitalistas centrais, a agricultura desempenhou um papel estratégico, justamente nesse encontro”. (ABRAMOVAY, 1992 p.255). O fato é extensivo às áreas onde predomina a monocultura da madeira, particularmente o Sudeste Asiático e a África. Fica patente que os monocultivos para a madeira é maior no Norte, o que não significa o fim da exploração no Sul. Pelo contrário, as diferenças aumentam com a especialização da oferta de forma subsidiada, no Norte, e a compra de *commodities* no Sul, o que aumenta o fosso do mercado, explorando as terras, alterando as estrutura produtivas, gerando os conflitos. Partindo dessas premissas, algumas preocupações têm sido debatidas e são apresentadas várias propostas, evidenciadas, a partir dos conflitos observados.

2.9 A retórica da redução da pobreza como resultado da desigualdade

O discurso para minimizar a crítica ao grande capital, de defesa de políticas de inserção dos pobres (países e pessoas), na produção florestal, tem sido patente, nas três últimas décadas, inclusive no setor de oferta de madeira. O mecanismo de inserção da pobreza, na produção florestal, tem sido debatido pelas empresas produtoras, numa espécie de *'mea culpa'*, em razão dos movimentos contrários aos monocultivos para a madeira e de uma nova visão do capital no sentido de não imobilizar capitais com a compra de terras, mas, a partir do fomento, produzir nas terras dos pequenos e dos médios proprietários. Nesse contexto, está o arrendamento de terras e os mecanismos de inserção do autóctone no plantio de *florestas plantadas*, como forma de reduzir o discurso contra os monocultivos.

Diante das questões levantadas, do domínio da terra e das questões envolvendo a degradação ambiental, têm sido implementadas políticas de compensação para as populações atingidas, bem como a inserção destas no mercado da madeira. Um dos discursos do movimento Diálogo Florestal é o de colocar a floresta como forma de reduzir a pobreza. Mayres, ao tratar da redução da pobreza, através de silvicultura comercial, lembra que a pobreza não é apenas a falta de dinheiro e de emprego, mas afalta de bens, de serviços, de direitos civis e políticos e do Estado de Direito, e que o setor florestal pode contribuir para a redução da pobreza, mas que, muitas vezes, isso não acontece. Ressalta que o emprego, na escala industrial, referente à renda da silvicultura, poderia evitar a pobreza. No entanto, as evidências para que isso aconteça são escassas (MAYERS, 2006).

No tocante à oferta de emprego como forma de reduzir a pobreza, ainda que esta não seja a única variável para tal objetivo, o que se tem observado, nos dados levantados, tanto pela FAO (2010) como por outras organizações, no contexto de geração de emprego, é que “floresta plantada” gera emprego apenas no início ou onde são implantadas indústrias de processamento, com cadeia produtiva mais alongada, como as de celulose e de papel, ficando o subemprego para as áreas onde há cadeia produtiva mais curta, como nos casos de madeira em toras e para produção de carvão.

O que se percebe é que, de fato, a exclusão da pobreza é reconhecida. Diante da crítica à desigualdade no setor florestal, a TFD *-(The Forests Dialogue)-* busca evidenciar mecanismos de redução da pobreza, no mundo, especificamente através das florestas. Street Jr e Price lamentam a ausência das discussões sobre a pobreza dentro do Setor florestal, o qual provoca concentração e exclusão:

Los investigadores a menudo lamentan la exclusión del sector forestal en los programas de reducción de la pobreza sin llegar a articular la forma en que podría ser incluido. Mientras tanto, los Planes Estratégicos para la Reducción de la Pobreza (PRSPs por sus siglas en inglés) raramente citan al sector forestal como un instrumento para la reducción de la pobreza, y los Planes Forestales Nacionales (NFPs por sus siglas en inglés) rara vez incluyen la reducción de la pobreza como un factor importante en el diseño de sus planes (STREET Jr e PRICE, 2008 p. 5).

Na tentativa de minorar a questão, os processos de certificação de florestas têm sido indicados como forma de reduzir tais contrastes, mas os autores lembram que, no plano operacional, as certificações florestais, apesar de oferecerem normas para a defesa de fortes benefícios ambientais e sociais, frequentemente chegam a orientar a participação ativa de empresas florestais comerciais, na redução da pobreza. (STREET Jr e PRICE, 2008). Em 2006, segundo Street Jr e Price o Comitê Diretivo da TFD começou um estudo sobre o papel do uso comercial de florestas na redução da pobreza. O objetivo era debater questões, estratégias e projetos tradicionais. Para tanto, a TFD decidiu centrar na questão da indústria e no comércio dos produtos florestais, no sentido de contribuir para a redução da pobreza e para o desenvolvimento dos meios de subsistência. As questões levantadas versavam sobre:

¿qué papel, si es que lo tienen, pueden jugar las empresas forestales comerciales en el mejoramiento de la vida de la gente en las áreas donde operan? Además, ¿qué pautas, principios, o modelos podrían utilizar las empresas vinculadas a los bosques en los esfuerzos por reducir la pobreza y contribuir a medios de subsistencia sustentables? Estas preguntas formaron la base para la serie de diálogos de TFD sobre la Reducción de la Pobreza a través del Uso Comercial de los Bosques. (STREET Jr e PRICE, 2008 p. 6)

Tais questões, contudo, não apontam a redução das desigualdades espaciais, sobretudo no campo da distribuição da renda ou na reestruturação fundiária, com financiamento da agricultura do pequeno produtor, senão na perspectiva de empregabilidade.

Após quatro eventos realizados na África do Sul, na Bolívia, na Indonésia e na Rússia, países estratégicos para o potencial com *florestas plantadas*, a TFD, com a participação de empresas florestais, de comunidades, de pequenos proprietários de terras, de aldeões, de povos indígenas, de empresas estrangeiras, de sindicatos, de ONGs e de representantes dos governos, começou a discutir a questão da inserção da pobreza na produção de madeira. As respostas preliminares, levantadas por Mayres (2009), em relação ao emprego na silvicultura

industrial e comercial, como forma de reduzir a pobreza, dão prova de que tal redução tem sido escassa.

Na mesma vertente, Street Jr e Price concluem que "*mientras la actividad forestal tiene el potencial para reducir la pobreza más que muchos otros sectores, lo hace por debajo de su rendimiento y existen pocas pruebas de que la riqueza real se escurra hacia abajo y llegue a los pobres.* (STREET Jr e PRICE, 2008 p. 10) e arrematam que a tarefa de reduzir a pobreza dentro da cadeia produtiva florestal é muito difícil, pois, "*se reconoció que encontrar el equilibrio entre las ganancias y los objetivos de reducción de la pobreza es una tarea muy difícil de lograr en la economía global actual*". (STREET Jr e PRICE, 2008, p.17)

Entre as dificuldades de inserir os pobres no setor florestal, Mayres (2006) lembra quatro pontos fundamentais pelos quais a madeira tem deixado de fora as pessoas pobres: a) os custos de entrada são elevados; b) as propriedades e seu controle não costumam ficar nas mãos dos pobres; c) os horizontes de longo prazo são arriscados; d) a grande escala de operadores politicamente concentrados são atraídos para a madeira de alto valor.

Em outra vertente, o debate sobre a monocultura da madeira mantém uma longa trajetória no processo produtivo que aponta para as vantagens sobre o plantio e as desvantagens nos processos de precarização da vida das pequenas propriedades. Ao contrário, vale lembrar as proposições, no plano internacional, pelos organismos que combatem os monocultivos da madeira, a exemplo das proposições do "Movimento Plantações Não são Florestas", ao afirmar que o problema estaria nas grandes plantações:

Plantar árvores pode ser muito bom, mas, também, muito ruim. Depende do objetivo, da escala, do lugar onde é feito o plantio e dos benefícios ou prejuízos que traz para as populações locais. As plantações em grande escala (quer de espécies de rápido crescimento, como o eucalipto e o pinheiro, quer de espécies como o dendezeiro) são as que provocam maiores impactos negativos, tanto no social quanto no ambiental (WRM, 2003 p. 22).

O que se depreende da ampla literatura sobre os monocultivos florestais, reconhecidamente pelos grandes grupos, é a necessidade dos pobres, no mercado, ainda que esta seja na forma de deixar cativa a terra, pelo período longo que tais monocultivos exigem, seja pela quebra da verticalização, desaguando no lugar comum do "fomento florestal", do arrendamento das terras, a longo prazo, diferentemente de um programa de financiamento direto para o pequeno agricultor.

A crítica ao modelo do agronegócio envolvendo as *florestas plantadas* levando em conta os cenários projetivos da FAO, até 2050, e para além dessa data, remete à concentração das terras e da necessidade de alimento, paralelamente à de energia, o que se deduz que a crise deve-se alongar. Entre a necessidade mundial de alimentos lastreada pela proposta da segurança alimentar, de manutenção das indústrias que necessitam de biomassa e de madeira, há um longo caminho a ser percorrido o que marcará seu espaço de crise no mundo das *florestas plantadas*.

2.10 O mundo do eucalipto: entre controvérsias e conflitos

Toma-se esse título do trabalho de Scolforo (2008), com prefácio de Frei Beto, no qual o autor apresenta uma série de argumentos, mais pró que contra, sobre o plantio do eucalipto. A rigor, o mundo das *florestas plantadas* reflete uma ação única do capital e dos usos predominantes de espécies únicas, geralmente povoamentos, o que caracteriza a monocultura, resultando na igualização da paisagem. A separação entre as espécies plantadas leva em conta o aporte físico-espacial e seu retorno financeiro, fora dos ditames da natureza quanto à suas multiplicidades. Dessa forma, a produção do espaço pela eucaliptocultura nega a reprodução natural do espaço, uma vez que a natureza, para o capital, não é tomada mais como paisagem natural e, sim, como valor de uso. (SMITH, 1998). Assim, o eucalipto reflete a individualização da paisagem, formando espaços, à parte, exceto nos modelos de consorciamento. Dessa forma, a concepção de floresta para a eucaliptocultura é questionada, senão como uma monocultura, natureza reproduzida, espaço produzido, território de uma única espécie.

Como foi observado, das inúmeras espécies que compõem as *florestas plantadas* destacam-se, pelo alto valor de mercado, pelo crescimento rápido e pela melhoria genética, as espécies *pinus* e eucalipto. Particularizando a questão, o eucalipto apresenta grande influência nas mudanças do uso da terra e do solo, ocorrendo conflitos tanto de natureza ambiental quanto agrária. As discussões que cercam a cultura do eucalipto são controversas. Entre elas, destacam-se denominações contrastantes como “ouro verde do campo”, “deserto verde”, “o grande vilão do meio ambiente”, “matéria-prima do futuro”, “o campeão no combate aos

poluentes”, a “grande esponja sequestradora de dióxido de carbono”. (SCOLFORO, 2008; LIMA, 1986).

Apresentando usos multivariados, a eucaliptocultura espalha-se pelo mundo, dividida basicamente em três cadeias produtivas. A primeira, reservada à produção de papel e de celulose, mantém-se regulada pelo mercado, como qualquer outra *commodity*, geralmente envolvendo o grande negócio da terra. No âmbito da produção para exportação, a cadeia apresenta-se pouco alongada. O alongamento se dá na indústria, exterior às áreas de plantio para a produção da celulose. A segunda cadeia produtiva, envolvendo a produção de lenha e de carvão, também curta, sem possibilidade de ampliação, com o mercado nacional e com baixa exportação, geralmente com expropriação da terra e exploração da mão de obra. A terceira cadeia do eucalipto remete à produção de produtos madeireiros, com alongamento da cadeia, geralmente externa às áreas de plantio.

Condenado e defendido por parte dos ambientalistas e dos agricultores, observa-se uma dualidade quanto à eucaliptocultura: do ponto de vista dos ambientalistas moderados, é defendida como floresta, uma vez que contribui para o sequestro de carbono, oferta de madeira e para a redução da pressão sobre as *florestas naturais*. Para os ambientalistas mais críticos, é nociva, uma vez que degrada o solo e consome grande quantidade de água, reduzindo a flora e a fauna locais. Do ponto de vista do capital, apresenta-se como produção agrícola, produto sujeito à colheita no tempo certo, destinada ao mercado, de produção verticalizada ou fomentada e, na maioria dos casos na forma de *commodities*. As proposições mais recentes, entre os grandes produtores/eucaliptocultores, tratam o eucalipto como um negócio da terra, como outro da mesma natureza, declarado como cultura de longo prazo.

Uma discussão que se tem travado acerca da eucaliptocultura, no contexto das *florestas plantadas*, leva a considerações sobre seu plantio, pelo fato de ser uma espécie exótica. Outra questão remete à ideia de uma monocultura que, em termos da tipologia, apresenta-se como floresta, quando, na verdade, é uma população, no sentido biológico da palavra.¹⁰ Assim, na maioria dos casos, ao receber o nome de “floresta plantada” contraria o significado do termo floresta que, no sentido *sensu strictu*, refere-se a *Silva*, (de silvicultura) como uma composição florística diversificada que comporta uma fauna própria (MAZOYER e RODART, 2010).

¹⁰ Toma-se aqui a definição dada por DOSSA et all (2000) que chama de “plantios de árvores em povoamentos puros”. (DOSSA, 2000, p. 335).

Quanto ao exotismo, os ambientalistas declaram ser nocivo à natureza da região, enquanto Scolforo argumenta, de forma romântica, admitindo que “para a terra não há seres exóticos. Todos são filhos e filhas, nascidos do seu grande e generoso ventre”. (SCOLFORO, 2008, p. 12) .

Se de um lado há as controvérsias sobre o eucalipto, por outro, tem sido um dos cultivos mais estudados e discutidos no mundo. O genoma¹¹ do eucalipto está incluído nos maiores projetos sobre o tema e várias entidades o estudam com a finalidade de melhorar-lhe o desenvolvimento, cuja decodificação foi defendida no ano 2000. No entanto, os dados sobre *florestas plantadas* e o eucalipto ainda são deficientes, fato reconhecido pelas próprias entidades que desenvolvem pesquisas e representam seus negócios. Segundo Bertola (2010) , um projeto mais amplo, o *Genolyptus*, envolverá uma rede nacional de sete centros universitários, doze empresas e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa). A estimativa de duração do projeto era de cinco anos, a partir de 2002. O *Genolyptus* objetiva decifrar o código genético do eucalipto e comparar as características de várias espécies, a partir de técnicas tradicionais de melhoramento genético.

As informações colhidas sobre o *Genolyptus* dão conta de que essa tecnologia não estará acessível para todos, semelhantemente ao que acontece com o setor de grãos, criando dependência de espécies novas. Segundo o Portal genolyptus.org, , um banco de dados com 112.152 sequências de DNA da espécie *Eucalyptus grandis*, foi o resultado obtido na primeira fase do projeto *Forests Eucalyptus Genome Sequencing Project Consortim*, coordenado por docentes da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) ,da USP de Piracicaba e da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e por quatro empresas dos setores de papel e de celulose e de aglomerados de madeira Votorantim, Ripasa, Suzano e Duratex, compreende 22 laboratórios espalhados em todo o estado de São Paulo, o trabalho foi concluído em março de 2002. O sequenciamento será conduzido pela rede ONSA-AEG da FAPESP. Contudo,

¹¹ A Divisão Florestal da Lwarcel Celulose é responsável por um dos cinco experimentos do *Genolyptus* ,instalados em diferentes regiões do Brasil. Em uma área, especialmente reservada para o projeto, desenvolvem-se atualmente 13 cruzamentos diferentes de eucalipto. O Joint Genome Institute, instituição ligada ao departamento de Energia do Governo dos Estados Unidos, irá desenvolver o projeto de sequenciamento completo do genoma do eucalipto. O projeto proposto é uma iniciativa brasileira, com a participação de instituições da África do Sul e da Austrália

informação gerada pela rede ONSA-AEG não estará disponível imediatamente ao público. Esse tempo será necessário para a ampla exploração das informações e para o desenvolvimento de patentes.

2.11 O eucalipto e a expansão do eucalipto, no Mundo

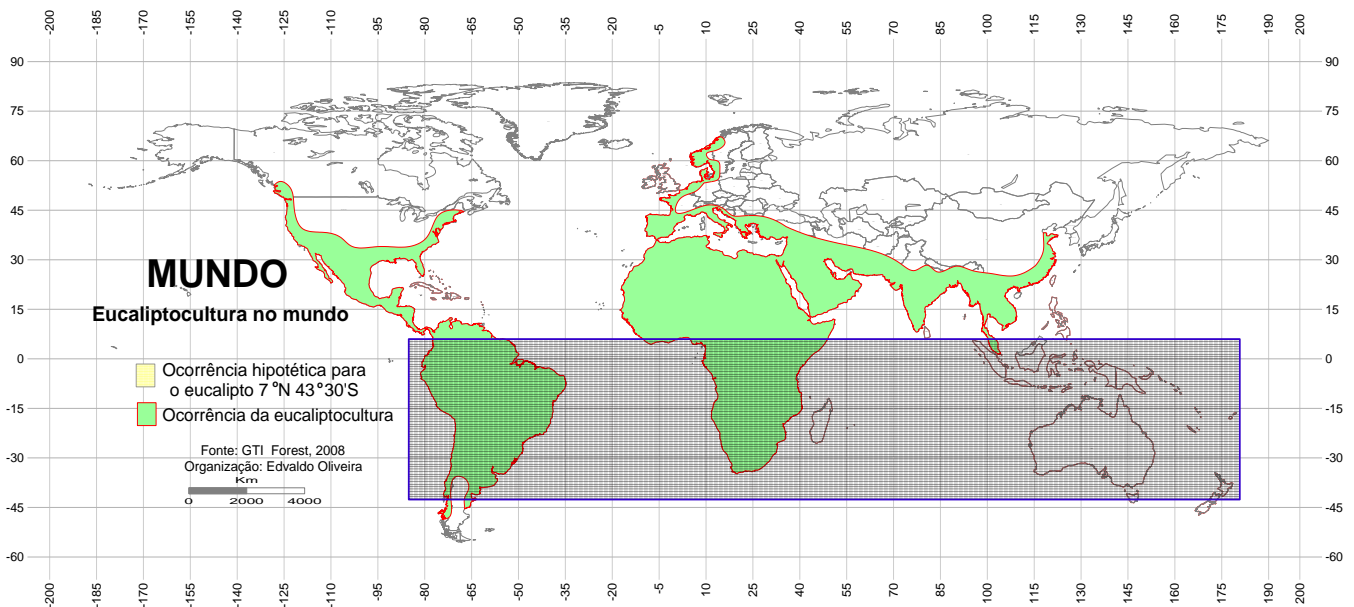
Não cabe aqui um tratado sobre o eucalipto, como espécie, como gênero ou outras informações da fisiologia vegetal da espécie, embora seja necessária sua compreensão, para entendimento das questões relativas à produção e a seus efeitos na produção do espaço, bem como sua territorialização. Originária do grego *eu* (bem) e *kalipto* (cobrir), dada a estrutura globular arredondada de seu fruto, a planta é nativa da Austrália, e cobre quase 90% da área de vegetação daquele país (LIMA, 1996). Foi exportado para quase todo o mundo e se encontra em mais de 130 países dos quais 91 foram catalogados pela FAO, em 1973. Existem mais de seiscentas espécies, com variedades, híbridas e clones. Segundo Lima (1996), em termos espaciais, a ocorrência natural desse plantio está entre as latitudes 7°N e 43°39'S, embora a extensão vá além das médias latitudes, demonstrando grande poder, adaptabilidade e desenvolvimento de genótipos, adaptando-se praticamente a todos os climas da terra. De ciclo longo, comparado a outras culturas, possui um crescimento altamente acelerado, permitindo três rotações sucessivas 7, 14, com ciclo final de até 21 anos e com produtos mais variados (SCOLFORO, 2008). A Figura 9 mostra a área hipotética para o plantio de eucalipto e a faixa do Globo onde a cultura se expandiu, revelando as possibilidades de alterações espaciais, em toda a faixa intertropical.

De acordo com Driessen (1989), o sucesso da implantação dessa cultura pode ser explicado pelas razões a seguir: a) o crescimento vertical espetacular, quando comparado com a maioria das árvores nativas (as florestas homogêneas de eucaliptos, normalmente, têm árvores muito altas, podendo atingir até cinquenta metros ou mais, com o tronco limpo, na sua parte inferior); b) o manejo relativamente fácil da cultura, que tem mecanismos de fácil adaptação e regeneração, podendo se desenvolver muito bem, tanto em regiões áridas quanto naquelas do trópico úmido; c) a grande quantidade de sementes que podem facilmente ser coletadas para a produção de mudas; d) a variedade de usos de sua madeira na indústria de

celulose, na fabricação de carvão vegetal, na serraria, na fabricação de móveis, de brinquedos, de lápis, de fósforos e de outros objetos

Pela rusticidade e pela fácil adaptação do eucalipto, em ambientes que apresentam diversos tipos de solo e de clima, sua expansão ocorre naturalmente em condições ambientais que vão desde áreas pantanosas, até áreas muito secas, solos de baixada e de alta fertilidade, até solos arenosos, muito pobres. Todos esses fatores facilitaram a disseminação da espécie em todo o mundo. Não é à toa que o eucalipto tem sido considerado uma espécie cosmopolita, dentre todas, nesses últimos séculos.

Figura 9- Eucalipto, segundo o GTI Forest de 2009



Fonte: GTI Forest de 2009. Elaboração Edvaldo Oliveira

Em termos gerais, observa-se que as culturas de espécies florestais datam do século XIX, com a introdução de espécies diversas. Povoamentos de *teca*¹² já existiam na Índia, desde 1850; o *Pinus radiata* foi introduzido na Austrália, em 1871, e, alguns anos mais tarde, chegou também ao Chile e à África do Sul. As bem sucedidas plantações de cipreste, na África do Sul, tiveram início por volta do começo do século XX (BERTOLA 2006).

¹² Segundo o portal CIFLORESTA, a teca é uma espécie arbórea da família Verbenaceae, que apresenta alto valor comercial. O principal produto dessa espécie é a madeira, muito utilizada na carpintaria, na marcenaria, na produção de peças de usos nobres e de móveis finos e, especialmente, na indústria da construção naval, onde é praticamente insubstituível, pelo fato de resistir ao sol, ao calor, ao frio e à água de chuvas e do mar.

Os levantamentos feitos por Bertola (2006) e por FAO (1986) dão conta de que as primeiras culturas de *florestas plantadas* com espécies do gênero *Eucalyptus* datam de 1854. Há registros de que já havia, nessa época, plantações de eucalipto bem sucedidas, na Espanha e em Portugal. Na Índia, o segundo maior produtor mundial, as primeiras introduções ocorreram em 1843, e, por volta de 1856, já havia povoamentos bem desenvolvidos de eucalipto na região referida como colinas de Nilgiris. Na África do Sul, um dos maiores do *ranking* entre os produtores mundiais, os primeiros plantios de eucaliptos foram realizados em 1828, cujos cultivos foram considerados como os melhores já observados fora da Austrália. Segundo o Movimento contra as *florestas plantadas*, “há relatos de 1887, da África do Sul, um dos primeiros países que estabeleceram plantações de eucalipto em larga escala”. (WRM, 2003 p.100). O levantamento da expansão da eucaliptocultura, no mundo, pode ser visto no Quadro 3, é mostrada a inserção dos países, em ordem cronológica, conforme os relatórios da FAO, particularmente o Relatório de 1981:

Quadro 3 - Ano de Introdução do eucalipto nos Países¹³

Austrália	1871	Equador	1865	Marrocos	1918
Indonésia	1800	Paquistão	1867	Tailândia*	1921
Nova Zelândia	1800	Rússia	1870	Porto Rico	1929
Itália **	1803	Sri Lanka	1882	Burundi	1931
Chile	1823	Israel	1884	Alto Volta	1935
África do Sul	1828	Turquia	1885	México	1940
Portugal	1829	Zimbabwe	1890	Papua Nova Guiné	1948
Índia	1843	Malásia	1893	Lesoto	1950
Paquistão	1843	Mianmar	1896	Nepal	1950
EUA	1853	Angola	1900	El Salvador	1953
Uruguai*	1853	Bolívia	1900	Laos	1960
Espanha	1854	Madagascar	1900	Honduras	1964
Portugal	1854	Quênia	1903	Costa Rica	1965
Argélia	1854	Vietnã (do norte)	1904	Brunei	1967
Argentina	1856	Brasil*	1905	Camarão	1970
Peru	1860	Irlanda	1908	Filipinas	1975

Fonte: FAO, 1981. * Datas aproximadas ** Primeiras plantações experimentais.
Organização: Edvaldo Oliveira

Na América do Sul, considera-se que o Chile tenha sido o primeiro país a introduzir o eucalipto, em 1823, recebendo as sementes de um navio inglês. A Argentina teria introduzido o eucalipto, em seu país, em 1865, através do Presidente Garcia Moreno. No Uruguai, as primeiras sementes de eucalipto foram recebidas em 1853 (BERTOLA, 2006).

Embora a expansão da eucaliptocultura aconteça no século XVIII, sua evolução se dá a partir do século XX, e situa-se não somente como uma produção para a indústria, no sentido da verticalidade, mas como plantio lucrativo, uma vez que “o desenvolvimento da agricultura, nos séculos XX e XXI , vai ser marcado por uma realidade contraditória, expansão será afetada por aqueles setores de mais alta rentabilidade, como é o caso da avicultura ou do reflorestamento, por exemplo”. (OLIVEIRA, 2007, p. 39). Nesse sentido, a inserção da eucaliptocultura, nos países, parece coincidir com os outros produtos agrícolas, guardadas as proporções relativas ao consumo. No campo dos conflitos, por causa da

¹³ (Demais países que implantaram a eucaliptocultura, segundo relatório FAO/FRA, até 1973: Costa do Marfim, Chipre, Cuba, Indonésia, Ilhas Comores, Congo, Chade, Espanha, Etiópia, Gana, Iraque, Reino Unido, Colômbia, Ilhas Salomão Britânica, Japão, Jordânia, kwait, Líbano, Malawi, Mali, Malta, Mauricio, Moçambique, Níger, Nigéria, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Ruanda, Saara Ocidental, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Trinidad e Tobago, Tunísia, Uganda, Venezuela, Yemen, Zaire, Zâmbia)

necessidade de madeira das mais diversas formas, principalmente em países com baixa formação florestal natural para atender às necessidades da matriz energética adotada, e em outros, do capitalismo avançado, em que a produção da madeira remete à reprodução do capital, certamente se verificarão conflitos dos mais diversos.

2.12 Conflitos agrários: o eucalipto, plantação de risco

A reprodução do capital sobre a terra não se dá de forma pacífica. A correlação de forças entre o capital e a produção do espaço, no campo, remete não somente à produção da natureza, mas à reestruturação das atividades agrárias. Nesse contexto, os conflitos são evidentes. O eucalipto, como espécie exótica, de ciclo longo e fora do padrão alimentar, acaba por redefinir as condições sociais *in loco*. Dessa forma, o fato de ser uma espécie rústica, adaptável a uma grande faixa da terra, avança por quase todo o espaço mundial, desde que entre como valor agregado ao processo industrial e de consumo, acabando por interferir na produção do espaço, revelando conflitos agrários e agrícolas. Importa observar que as estruturas agrárias engendradas pelo capital revelam a necessidade de arriscar pouco. “Para o capital, a limitação principal não é a autonomia (limitada) do fazendeiro, ou proprietário/operador, mas a sua incapacidade de eliminar os riscos, as incertezas e as discontinuidades intrínsecos a um processo natural ou biológico de produção”. (SCHNEIDER, 2009, p.55). Um dos mais tensos problemas causados pela monocultura do eucalipto revela-se na posse da terra, cujos conflitos, em países onde a política agrária é deficiente, acabam resultando em conflitos de posse e de uso.

A importância dos monocultivos para satisfazer as necessidades de suprimento de madeira tem sido debatida, mas algumas questões são mais controversas, envolvendo a eucaliptocultura. Os objetivos da Consulta Regional sobre o eucalipto (Volume II), elaborada pela FAO/FRA, propunham analisar as evidências a favor ou contra o uso do eucalipto, em determinadas situações, reunindo os produtores usuários da madeira de eucalipto, envolvendo os aspectos ambientais, os econômicos e os efeitos sociais, afetados positiva ou negativamente. Para analisar a questão, o debate envolve, no mundo do eucalipto, os países que admitiram seu plantio. O destaque dado aos países aqui analisados remete às condições sociais e geradoras de conflitos, uma vez que o agronegócio, aliado ao consumo de madeira,

pela população, admite um quadro conflitante. Nos casos em que a população era dependente da madeira, o nível de conflito foi menor, ficando os casos mais questionados àqueles que apresentavam problemas ambientais

O Relatório Final do Grupo II sobre os Impactos Sociais e Econômicos das plantações de eucalipto, publicado pela FAO, aponta uma revisão da situação dos países e suas implicações:

Revela que, em geral, não há nenhuma objeção para o plantio de eucalipto, do ponto de vista social. Também é aceito que seu plantio seja economicamente viável. No entanto, o plantio de eucalipto tem sido acusado de causar impactos sociais, quando tomado em terras públicas, ocupadas por camponeses e também quando as florestas são desmatadas, para aumentar as plantações e para atender às necessidades das indústrias¹⁴ (FAO, 1993. sp).

Segundo o argumento internacional de que o eucalipto atende às exigências das pessoas e das indústrias e tem ajudado a reduzir a pressão sobre as florestas naturais, o avanço no Sudeste asiático foi bastante difundido, desde os séculos XVII e XVIII. Segundo R. N. Palanna, em publicação feita pela FAO (2010) , o primeiro Departamento de Florestas *de Eucalipto* foi criado em 1877, na Malabavi (Devarayanadurga), Tumkur Distrito. Até o final do século XIX, pequenos blocos de plantações foram levantados, muitas vezes para fins experimentais.

Na China, em razão da necessidade e da política de estado, os conflitos não são observados. Em Bangladesh, nenhuma reação negativa para o plantio de eucalipto foi observada, contando com aprovação de 80% a favor das espécies em rotação, apoiada pela adequação à cultura agrícola. Semelhantemente, a Malásia adotou plantações como estratégia para suprir os problemas de madeira. No entanto, conforme o Relatório, a cultura do eucalipto foi decepcionante, nesse país. Outros países por necessidade de lenha como Mianmar, Nepal, Paquistão, Filipinas e Tailândia apoiam o plantio, diante da necessidade de garantir fontes estáveis de matérias-primas para a indústria de celulose e de papel e para o consumo doméstico.

¹⁴ Tradução livre de: there is no objection to planting of eucalypts from the social point of view. It is also accepted that its planting is economically viable. However, *Eucalyptus* planting has been blamed for social impacts when taken up on public land occupied by peasants and also when natural forests are cleared for raising plantations to meet the needs of industries. (FAO, 1993. sp) .

Entre os países que apontaram restrições está o Laos, onde a eucaliptocultura ficaria restrita às áreas degradadas e aos solos impróprios para a agricultura de maior valor agrícola. A Indonésia se posiciona dividida entre o plantio e a rejeição da eucaliptocultura. Segundo o Relatório, em alguns casos, a população local não concorda com as plantações de eucalipto, por questões ambientais. Em outras regiões, a população local não emite quaisquer reações contra as plantações de eucalipto. No Vietnã, a divisão acerca da eucaliptocultura se dá em razão da necessidade de consumo urbano, com forte apelo conservacionista, contrariando o campo, com argumentos de degradação dos recursos hídricos, com restrições até pelo governo. Caso particular ocorre em Papua, Nova Guiné, onde a devastação foi forte, a plantação de eucalipto tem sido grande, em razão da demanda por madeira.

Os maiores conflitos foram apontados no Sri Lanka, onde a plantação de eucalipto levou à discussão por causa de embates de ordem ecológica e social. A principal crítica contra o plantio de eucalipto é que ele não fornece nenhum valor alimentar, quer para a população local, quer para o pastoreio dos animais, como forragem. Na Indonésia, em 1984, segundo o Dossiê Deserto Verde, elaborado pelo grupo de estudos da Unesp (2006), o movimento de Mobilização Contra as Plantações de Eucalipto alcançou resultados positivos, com ganho com o fechamento da fábrica e, após longa discussão, a sua reabertura.

O caso mais emblemático, em todo o mundo, refere-se à Índia, onde o debate sobre a eucaliptocultura ficou evidente, com a realização, em 1984, do Simpósio a respeito de plantações de eucalipto. Lima (1996) fez levantamento da literatura e aponta os temas discutidos, tais como “A Controvérsia do Eucalipto” (FAO, 1984), “Destruição através de Políticas Governamentais” (KRISHNAMURTHY, 1984), “Impacto de Plantações de Eucalipto sobre Fatores do Meio” (SUBBA, RAO, 1984), “Efeitos Alelopáticos do Eucalipto” (RUDRAPA, 1984), os quais foram calorosamente debatidos (LIMA, 1996, p 19).

Em artigo publicado, Raintree (1996) relata o pedido do Departamento Florestal da FAO, em Roma, sobre o debate da eucaliptocultura, na Índia:

O debate da Índia é particularmente instrutivo, não só porque foi um dos primeiros debates nacionais sobre o eucalipto, mas também porque era excepcionalmente bem representada pela população, bem como pela imprensa científica. O debate indiano gerou um corpo volumoso de material documental, que compreendeu os dados para a minha análise. Quanto mais eu olhava para a controvérsia, mais fascinado eu ficava, pois se tornou cada vez mais claro que, apesar de ter sido debate ostensivo, foi mais sobre a escolha de espécies. Houve muito mais perguntas sobre a escolha das

espécies do que sobre as causas. Enquanto a maioria dos argumentos foi redigida em termos ecológicos, muitas das questões subjacentes ao debate foram de natureza socioeconômica ¹⁵ (RAINTREE, 1996).

As políticas do governo na locação de grandes áreas de terras comuns, principalmente para a indústria de celulose e de papel, aumentaram a plantação de eucalipto e de outras espécies de rápido crescimento, culminando com efeitos adversos, tanto econômicos quanto sociais e, sobretudo, fundiários. Segundo o Relatório da FAO, de 2010, a oposição não é necessariamente o eucalipto em si, mas a invasão das terras comuns. O conflito apontava para: a exigência de biomassa dos pobres e da indústria, a orientação da política industrial da floresta e o avanço da exploração florestal aos proprietários ausenteístas, apoiados pelas agências internacionais. Do ponto de vista das relações entre a indústria e os plantadores, destacam-se as deficiências de fornecimento e o fracasso de um regime contratual de pobres sem terra. As pressões de organizações e de pessoas da aldeia, causando alterações no plantio em larga escala, resultaram no desenvolvimento de uma política florestal aceitável, reconhecendo o papel legítimo na proteção de pessoas e no desenvolvimento em áreas comuns de Conjunto de Planejamento Florestal. A destruição do habitat, além do impacto negativo sobre a biodiversidade, também é assinalada como uma força capaz de causar a migração de pessoas para as cidades (FAO, 1996).

Na Europa, os conflitos são pouco evidentes, concentrando-se nos países do Sul, sem muita repercussão no cenário mundial. A WRM destaca que há, na Espanha, um movimento que visa à promoção do plantio de espécies nativas com o nome de “Club Phoracantha”, em homenagem ao besouro que mata o eucalipto. (WRM, 2003).

Na América, países com suas respectivas plantações, como Chile (652.100ha), Uruguai (676.024ha) , Peru (480.00ha) e Argentina (330.00ha), apresentam poucos conflitos

¹⁵ Tradução livre de: The Indian debate is particularly instructive, not only because it was one of the earliest national debates on eucalypt but also because it was exceptionally well represented in the popular as well as the scientific press. The Indian debate generated a voluminous body of documentary material, which comprised the data for my analysis. The more I looked into the controversy the more fascinated I became, for it became increasingly clear that although, ostensibly, the debate was about species choice, there were many more questions than species choice at issue. While most of the argument was couched in ecological terms, many of the underlying issues in the debate were socioeconomic. (RAINTREE, 1996 sp).

em relação às plantações da Ásia. Muitos casos envolvem as florestas nativas, com exceção do Brasil, onde a resistência tem sido maior, em alguns casos. No Equador, Grandra, (2005) relata os impactos sobre as plantações florestais do Projeto Holandês - FACE-PROFAFOR, sobre as comunidades indígenas e camponesas. Street Jr e Price lembram que na Bolívia “*la principal preocupación era sobre la propuesta de reforma de uso de tierra del gobierno. Se pensó que la transferencia de la propiedad de fincas forestales de gran tamaño a unas más pequeñas y de propiedad comunitaria ayudaba a reducir la pobreza*”. (STREET Jr e PRICE, 2008, p.35). No tocante às terras indígenas lembram, que, “*en realidad existe poca tierra disponible donde la posesión de la empresa sería indiscutible ya que muchas áreas alrededor del mundo son sujetas a reclamos por pueblos indígenas u otros grupos*”. (STREET Jr e PRICE, 2008, p.39).

Na África, apesar de camuflados, os conflitos são evidentes e apontam para a precarização da vida no campo, envolvendo as florestas nativas e os monocultivos para a madeira. Apesar de apregoar o consenso, o TFD aponta alguns problemas sociais, entre eles, a pobreza. Para resolver parte dos conflitos e da questão das *florestas plantadas*, admite-se o processo de certificação para os pequenos produtores e a inserção destes no mercado, objetivando a redução da pobreza, bastante questionado. Nussbaum e Simula (2004) lembram que os impactos sociais e os impactos diretos da certificação no âmbito social têm sido difíceis de quantificar, embora admitam que a certificação tenha trazido melhorias para a saúde, segurança, respeito aos direitos e maior capacidade de diálogo entre as autoridades e a comunidade. No entanto, ressaltam que:

É pouco claro como estes impactos são consistentes entre países e seus regimes. Da mesma forma, não há informações consistentes disponíveis se as certificações têm influenciado a questão social dos produtores não industriais, proprietários florestais privados e as empresas familiares devido à falta de dados¹⁶ (NUSSBAUM e SUMULA, 2004, p. 34) .

¹⁶ Tradução livre de : It is less clear how consistent these impacts are between countries and between schemes. Similarly, there is no consistent information available on how certification has influenced the social situation of non-industrial private forest owners, often family enterprises. Due to lack of data this aspect of social impacts is not covered in this section. (NUSSBAUM, SIMULA, 2004, p. 34).

Por outro lado, o Movimento contra as *florestas plantadas* admite que trava lutas muito mais contra a monocultura de árvores, sem um trabalho que dê visibilidade à estrutura agrária. Admite, ainda, que as crises existem, ratificando muito mais a ênfase ambiental:

Também implica ignorar as demoradas lutas que acontecem em numerosos países, tanto do Sul quanto do Norte (da Austrália ao Chile, da Espanha e Portugal à África do Sul e o Brasil, da Tailândia à Índia), contra a invasão das plantações em grande escala de monoculturas de árvores, as quais, com demasiada frequência, são implantadas em detrimento das florestas. Essas lutas não são travadas contra as florestas, mas, sim, contra as plantações, justamente por elas não terem nada em comum com as florestas e por provocarem graves impactos nas comunidades locais e seus ambientes (WRM, 2003 p. 56).

O quadro mundial, envolvendo a eucaliptocultura, é de conflitos parciais. A aceitação da monocultura depende das políticas de inclusão da sociedade como forma de manter a produção da madeira no nível tolerado, embora, na maioria dos casos, isso não aconteça. A interferência da grande indústria acaba por abarcar a grande produção, geralmente vinculada ao processo de verticalização, ou para exportação para países produtores de matérias-primas, quando não implantam suas indústrias próximas aos espaços produtores, mantendo, no plano mundial, uma territorialização do eucalipto.

Para além das discussões ambientais, o problema da terra torna-se o mais evidente no caso da eucaliptocultura. A escassez de terras aptas para o plantio de novas culturas é, provavelmente, a restrição física mais comum em desenvolvimento de plantações florestais. Tal escassez é evidenciada pelas limitações físicas das terras disponíveis, consideradas inadequadas para o desenvolvimento de plantações florestais (altitude, declividade, fertilidade, salinidade, lençol freático e aridez), ou, mais frequentemente, porque grande parte do restante do terreno disponível é mais valioso em usos alternativos, tais como agricultura, desenvolvimento urbano ou industrial, além de restrições institucionais e políticas.

Se se considera a demanda por produtos da madeira, no mundo, por países, a competição por terras é maior nos países em desenvolvimento, com elevadas densidades populacionais. Segundo os dados da FAO, países com poucos recursos tecnológicos e alta demanda por terras agrícolas e urbanas tendem a colocar uma prioridade relativamente baixa, na terra, para recursos florestais. Em 1990, os cinco países em desenvolvimento com as

maiores densidades populacionais foram: Bangladesh, Bahrein, Porto Rico, Ruanda e Índia (FAO, 1995a). Desses, apenas Porto Rico (com 37% de cobertura florestal) tinha um nível acima da média de cobertura de floresta (a média global é 27%). Sistemas de posse da terra também são apontados como problema, em alguns países, nomeadamente em desenvolvimento, que contam em larga escala com recursos das “plantações florestais” industriais. Convém lembrar que os cenários de expansão da eucaliptocultura, até 2050, propostos pela FAO, remetem a essa preocupação, com incremento de uso da terra da ordem de 123%.

Os conflitos pela posse da terra são latentes, na maioria dos países situados na faixa dos subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento e que apresentam os problemas apontados pela FAO e outras organizações que tratam do problema das *florestas plantadas*. Mesmo organismos que buscam o consenso admitem questões relacionadas aos plantios industriais com efeitos na posse da terra. Street Jr e Price lembram que “*La demanda de productos forestales y el desmonte de tierras para la agricultura son una presión considerable para el ambiente y crean conflictos sobre los usos de la tierra*”. (STREET Jr e PRICE, 2008, p.35). Observam, ainda, que, diante desse quadro, na África do Sul, a propriedade é desvinculada da “floresta plantada”. Lá, “*la propiedad de la tierra es transferida mientras los árboles permanecen durante un período determinado para la empresa*” (STREET Jr e PRICE, 2008, p.36), demonstrando que o negócio da terra é independente da ocupação e da utilização. Na América do Sul, entre os povos indígenas, ressaltam a questão das limitações de acesso à terra, concluindo que “*en realidad existe poca tierra disponible donde la posesión de la empresa sería indiscutible ya que muchas áreas alrededor del mundo son sujetas a reclamos por pueblos indígenas e otros grupos*”. (STREET Jr e PRICE, 2008, p.39).

As informações quanto à segurança dos dados das *florestas plantadas*, no mundo, mesmo com os levantamentos da FAO/FRA, são muito restritas, mais ainda, quanto à eucaliptocultura. Os dados dos países levam em conta os monocultivos em geral e poucos fazem separação entre as espécies plantadas. Contudo, é sabido que circunscrito às regiões tropicais e parte das regiões subtropicais, o eucalipto avança sobre os continentes como gênero de maior uso na indústria e no consumo doméstico.

Afora os dados da FAO, mais restritos às *floresta plantadas* em geral, os dados mais consistentes sobre a eucaliptocultura(,) remetem à *GIT Forestry Consulting*, com sede na

Espanha, que agrupa dados dos países produtores, com base nas organizações que gerenciam a produção de eucalipto e indicam o crescimento da monocultura em todos os continentes, com destaque para países que implementaram políticas de ampliação de mercado e de exportação de produtos madeireiros. Os dados mais recentes referem-se ao ano de 2011, com base em 2008 e 2010. (Tabela 6).

Tabela 6 – Eucalipto no mundo, em 2010

Continente	Em milhões
Ásia	8,4
América	7,5
África	2,4
Europa	1,3
Oceania	1
Total	20,6

Fonte GTI Forest (2011) Organização Edvaldo Oliveira

Os dados indicam que a Ásia ainda é o continente com maior expressão no plantio de eucalipto, embora o Brasil tenha ultrapassado a China e a Índia, no quantitativo de plantio, em 2010 (GIT FORESTRY, 2011).

A importância do *ranking* dos países, para efeito de estudos, demonstra o avanço da expansão da monocultura do eucalipto, incrementado por diversos fatores. Há tendência de aumento dos países, mostrados na Tabela 7, em relação aos demais países produtores, alavancado pelas políticas de fomento e de ampliação da base industrial, embora a crise econômica de 2008 tenha revelado efeitos negativos, no setor. Nesse caso, o Brasil é apontado como maior produtor, detendo 21% da produção total.

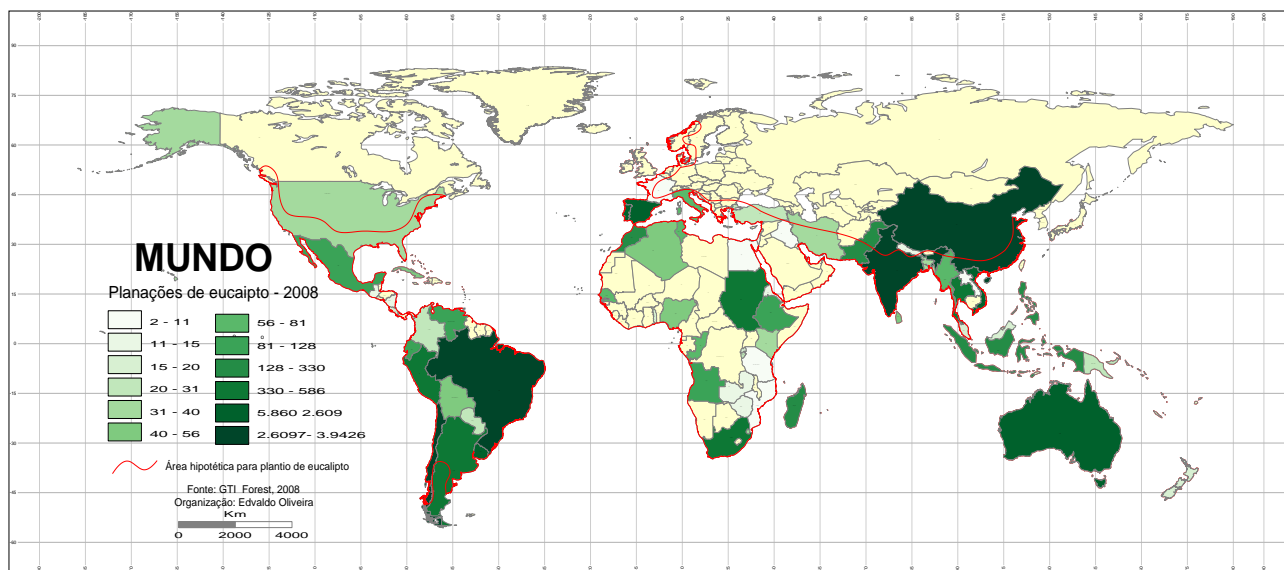
Tabela 7 - *Ranking* dos países produtores de eucalipto, em 2010

País	% Indicado por grupo	Acumulado por grupos
Brasil	21	21
Índia	19	40
China	13	53
Austrália	5	58
Uruguai, Chile, Portugal, Espanha, Vietnam, Sudão	3	76
Tailândia, África do Sul, Peru, Argentina	2	84
Paquistão	1	85
Outros	15	100
Total	100	

Fonte: *GIT Forestry Consulting* 2010. Organização Edvaldo Oliveira

O quadro mais geral pode ser verificado no mapa da Figura 10, que mostra, a partir dos dados da *GIT Forestry Consulting*, os indicadores da monocultura do eucalipto. Os comparativos com os levantamentos da FAO indicam que os demais países da área hipotética para o plantio de eucalipto pode ser maior, uma vez que os indicadores de *florestas plantadas*, levantados pela FAO, atingem quase todos os países

Figura 10– Área de expansão da monocultura de eucalipto no mundo



Fonte: GIT Forestry Consulting 2010. Elaboração Edvaldo Oliveira.

Desenhando o quadro futuro, verifica-se que a tendência remete aos levantamentos da FAO, com base nos cenários para 2050. Kanowski e Murray apontam para uma expansão, afirmando que “A extensão global de plantações florestais tende a aumentar em média de 2% ao ano, com a maioria dos novos plantios estabelecidos, principalmente para a produção de madeira. A proporção de madeira industrial do mundo, proveniente de *florestas plantadas*, aumentou de insignificante, há um século, para mais de um terço. Hoje, espera-se contínuo aumento, para cerca de 50% até 2040.”¹⁷ (KANOWSKI, MURRAY, 2008. p. 9). Tal afirmativa está consoante os dados da FAO. Na faixa tropical, o incremento da eucaliptocultura acompanha as previsões feitas, uma vez que o cultivo desse gênero é mais indicado.

¹⁷ Tradução livre de: The global extent of plantation forests has been increasing by an average of 2% annually, with most new plantations being established primarily for wood production. The proportion of the world's industrial wood sourced from plantation forests has increased from negligible a century ago to more than a third today; it is expected to continue to increase, to nearly 50% by 2040. (KANOWSKI, MURRAY, 2008, p. 9)

3. O BRASIL EUCALIPTO E A EXPANSÃO DA EUCALIPTOCULTURA NA BAHIA

3.1 Entre a expansão e as controvérsias

As discussões que cercam a cultura do eucalipto, no Brasil, também são controversas. Ora entendida do ponto de vista ambiental, sujeita aos licenciamentos mais rigorosos, quando tratada como floresta, ora como atividade agrícola comum, regulada pelo mercado, como qualquer outra *commodity*, geralmente envolvendo o grande negócio da terra. Diante disso, criou-se, no meio acadêmico ambiental e empresarial, diversas concepções sobre a eucaliptocultura, mesmo entre os ambientalistas, cujas opiniões são divergentes. Se para alguns, ela é apontada como floresta, com contributo para o sequestro de carbono entre outros benefícios, para outros, promove a degradação ambiental. Para os eucaliptocultores, é tratada como produção agrícola, produto sujeito às regras do mercado. Para o mundo dos negócios, uma *commodity*, que contribui para o mercado siderúrgico, para a exportação de ferro e de ligas e como pasta celulósica para a indústria de papel.

O setor florestal brasileiro, aqui chamado de monocultivos da madeira, é um dos mais desenvolvidos e competitivos do mundo. Segundo a Embrapa Floresta, o Brasil possui uma área territorial de aproximadamente 851 milhões de hectares e conta com aproximadamente 523,70 milhões de hectares de florestas, sendo 517,09 milhões de florestas naturais, representando seus distintos biomas e 6,78 milhões de hectares de *florestas plantadas*. O País detém uma parcela significativa dos plantios globais, com 6.510.693 de hectares, de acordo com a Associação Brasileira de Produtores de *florestas plantadas*. Cerca de um terço dessa área – 2,17 milhões de hectares – corresponde às monoculturas para celulose e papel, incluindo 425 mil hectares, em mais de 27,6 mil propriedades de produtores independentes, muitos deles integrantes de programas de parcerias florestais que abastecem o setor (ABRAF, 2009; 2011).

Pautado em pelo menos quatro discursos: a existência de um mercado de produtos florestais, a demanda interna, a disponibilidade de terras degradadas e de terras baratas e a implementação de políticas de fomento ao desenvolvimento de monocultivos da madeira, o Brasil estabeleceu políticas de plantios florestais, apesar das contradições apresentadas no

modelo de desenvolvimento de produtos madeireiros, com políticas de expansão das *florestas plantadas*, e dos problemas enfrentados por tais políticas.

A estrutura fundiária concentradora e a adoção de uma política de *florestas plantadas*, comuns aos outros países, avançaram sem muitos problemas, apoiadas pela estrutura financiadora do Estado, que se mantém, até hoje, com maior ênfase no mercado produtor de ferro gusa e na exportação de celulose e de papel. A resistência aos plantios passa por movimentos isolados, a rigor, após a implantação dos monocultivos.

A produção do espaço pela via das *florestas plantadas* e pela territorialização é marcada pela presença de uma floresta nativa exuberante e pela política de extração, sem observar seu declínio, que vem desde o processo de colonização. Nesse sentido, no quadro latino americano, o Brasil, em razão da quantidade de florestas naturais existentes, da ideia de disponibilidade em longo prazo, e da ausência de uma política de manutenção da vegetação nativa, com uma política de desmatamento dessas florestas, a política de plantios de florestas aparece bem mais tarde.

Dependente das *florestas plantadas*, quer pela pressão de movimentos sociais, quer pela legislação, aliadas a uma política de plantio de florestas pela via do financiamento do Estado, como pelo fomento, vê-se a necessidade de ampliação, com ênfase no eucalipto e no *pinus*, muito mais pelo apelo do mercado e da ampliação do capital, aliados à matriz energética. Segundo a Agência Ambiente Energia, em termos comparativos, a biomassa de madeira responde atualmente por 8,7% da matriz energética mundial e 13,9% da brasileira. A oferta de biomassa florestal se dá por resíduos (florestais, industriais ou urbanos) ou plantações de florestas energéticas. Dados do Balanço Energético Nacional revelam que a biomassa florestal ainda é a principal fonte de energia, como lenha e carvão, nos países em desenvolvimento. De acordo com a EPE (2011), 31,5% de toda a energia produzida no Brasil provêm da biomassa florestal, com a lenha e o carvão vegetal representando cerca de 11,4% desse total.

3.2 Primeiras plantações de eucalipto no Brasil

Em artigo publicado na Revista Arquivos do Serviço Florestal, volume 12, de 1957, Armando Navarro Sampaio relata que, a princípio, tinha-se como certo que os primeiros

eucaliptos haviam sido plantados em São Paulo, no município de Amparo, na Chácara da Cachoeira, pelo então vigário José Honório da Silva, entre 1861 e 1863. No Rio Grande do Sul, há indicativos de que, em 1868, foram plantados eucaliptos por Frederico de Albuquerque e que, nesse mesmo ano, o Primeiro-Tenente da Marinha, Pereira da Cunha, plantou alguns cultivares na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro.

Novos levantamentos sobre a origem da eucaliptocultura, no Brasil, dão conta de que foi originário da Austrália e da Indonésia, chegando ao Brasil em 1825, apenas como planta ornamental. Sua utilização para fins econômicos e para expansão em larga escala é atribuída ao pioneirismo de Edmundo Navarro de Andrade, na então Companhia Paulista de Estrada de Ferro, iniciada em 1903. Nesse tempo, a própria Companhia adquiriu terras para a expansão do plantio (BERTOLA, 2010; FOELKEL, 2009, LIMA, 1993). O Quadro 4 mostra os primeiros plantios de eucalipto, na América Latina, de forma efetiva para a produção de lenha e aplicações na economia:

Quadro 4 – América Latina: Introdução do eucalipto

País	Ano de implantação
Chile	1823
Uruguai*	1853
Argentina	1856
Peru	1860
Equador	1865
Brasil*	1903
Porto Rico	1929
México	1940
El Salvador	1953
Costa Rica	1965

Fonte: FAO, 1981. * Datas aproximadas. Organizado pelo autor.

As vantagens de plantar eucalipto, no Brasil, vão além da questão climática. Oliveira reconhece pelo menos três fatores que levaram à expansão da eucaliptocultura, no País. O ciclo do eucalipto, até o corte, leva entre cinco e sete anos, “enquanto que, na Europa, esse período é de 15 a 30 anos, sendo que a produção brasileira de matéria-prima e a produção de celulose e de papel já supera países como a Finlândia e a Suécia, grandes produtoras mundiais”. (OLIVEIRA, 2008 p. 14). Essa característica permite que o Brasil passe a assumir a liderança mundial na produção de madeira para tais finalidades. Outros

fatores vêm contribuindo para o aumento dessa produção madeireira: a) o emprego da mecanização; b) a fertilização dos solos; c) a utilização da biotecnologia.

Além do tempo menor para a colheita, a alta produtividade, amparada pelo desenvolvimento tecnológico, a introdução de clones e o trabalho de pesquisa do genoma do eucalipto, têm favorecido a IMA – Incremento Médio Anual – que, segundo a ABRAF (2011, a produtividade média ponderada (em função da área plantada) dos plantios de eucalipto, entre as empresas, cresceu de 36,7 m³/ha ano, em 2005, para 40,5 m³/ha.ano, em 2009, considerados os mais elevados do mundo, conforme se observa na Tabela 9, que traz a comparação da produtividade e o tempo de rotação do monocultivo de eucalipto:

Tabela 9 – Comparativo dos Indicadores de Produção e de Rotação de Cultura

País	Espécie	Produtividade (m ³ /ha /ano)	Rotação (anos)
Brasil	Pinus taeda	25	20
Brasil	Eucalyptus	30	7 /14 /21
Brasil	Eucalipto (clones)	60	7 /14 /21
Chile	Pinus radiata	25	20
Estados Unidos	Pinus taeda	12	20
África do Sul	Pinus patula	19	30
Suécia	Coníferas	3	60

Fonte: Bertola, 2006. Organização Edvaldo Oliveira

3.3 A política das florestas plantadas no Brasil

Como foi observado ,anteriormente, o desenvolvimento de monocultivos de eucalipto chegou tarde e desenvolveu-se ,também, tardiamente, em razão da disponibilidade de florestas nativas. Segundo Viana (2004), o reflorestamento em larga escala, no Brasil, iniciou-se apenas na década de 60 do século passado, quando foi sancionada a Lei nº 5.106, de 1966, com os incentivos fiscais recolhidos ao Fundo de Investimento Setorial – Fiset Reflorestamento¹⁸ e aplicados mediante a aprovação de projetos apresentados ao ,então,

¹⁸ Fiset - "Fundo de Investimentos Setoriais. Operado pelo Banco do Brasil. Fiset Reflorestamento - Administrado pelo IBDF; Fiset Pesca - Administrado pela SUDEPE; Fiset Turismo - Administrado pela EMBRATUR. Tem suas cotas representadas por Certificados de Investimento, negociadas em Bolsas de Valores. "O mais importante programa de incentivo ao reflorestamento no Brasil foi o fundo de investimento setorial *Fiset Reflorestamento*. Instituído no final da década de sessenta, contou com vultosos recursos públicos que incentivavam as empresas a reflorestarem grandes áreas visando, sobretudo, à produção de

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Os Estados que mais usufruíram desses recursos foram Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. A Lei, que permitia às empresas deduzirem do seu Imposto de Renda o dinheiro que aplicassem nos seus projetos de desenvolvimento florestal, foi ampliada, posteriormente, pelo “Decreto-lei nº. 1.134, de 16 de novembro de 1970, pelo qual todos podem destinar parte do seu imposto a essa finalidade, fazendo-o através de projetos alheios”.(BRASIL FLORESTAL, 1971 p.31).

Fontes faz relação entre a política da lei 5.106/66 e a implementação do Código Florestal - Lei Federal nº 4.771, de 15/09/1965 – ressaltando que, em meados de 1960, a legislação procurava viabilizar a implantação de “maciços florestais” , pelas empresas e, assim, definindo a “política florestal” para o País, “abrindo o caminho para o início, em 1966, do Programa de Incentivos Fiscais para Florestamento e Reflorestamento – PIFFR, considerado um dos principais instrumentos responsáveis pelo desenvolvimento do complexo agroindustrial de celulose, no Brasil”. (FONTES, 2007. p. 66).

Em 1974, o Decreto-Lei no 1.338/74 beneficia contribuintes ao autorizar a dedução de até 50% do Imposto de Renda para investimento no Norte e no Nordeste, (OLIVEIRA, 2008 p. 14). A evolução das políticas de expansão, a partir dos organismos do Estado, pode ser observada no Quadro 5, que mostra as instituições públicas responsáveis pela política de recursos florestais, no Brasil. As discussões recentes sobre o Código Florestal têm-se pautado muito mais na definição de políticas de redução da reserva legal e da dispensa das multas, do que numa política referente às florestas e monocultivos, embora esteja no âmbito do Projeto de Lei. Para além das políticas florestais, em 2000 foi lançado o PNF, (Plano Nacional de Florestas) e a proposta de política florestal que discutia a Política Florestal para o Brasil¹⁹.

matéria-prima para celulose e papel. Seu objetivo era formar uma base florestal capaz de dar suporte ao desenvolvimento da indústria nacional e à substituição de importações de papel. Até então, a produção doméstica de celulose e papel utilizava basicamente a araucária como matéria-prima, recurso que já se mostrava escasso e em processo de exaustão.

¹⁹ PNF - Plano Nacional de Florestas - Em 2000, foi criado, junto ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, o Programa Nacional de Florestas – PNF, com o objetivo de promover o desenvolvimento florestal brasileiro.

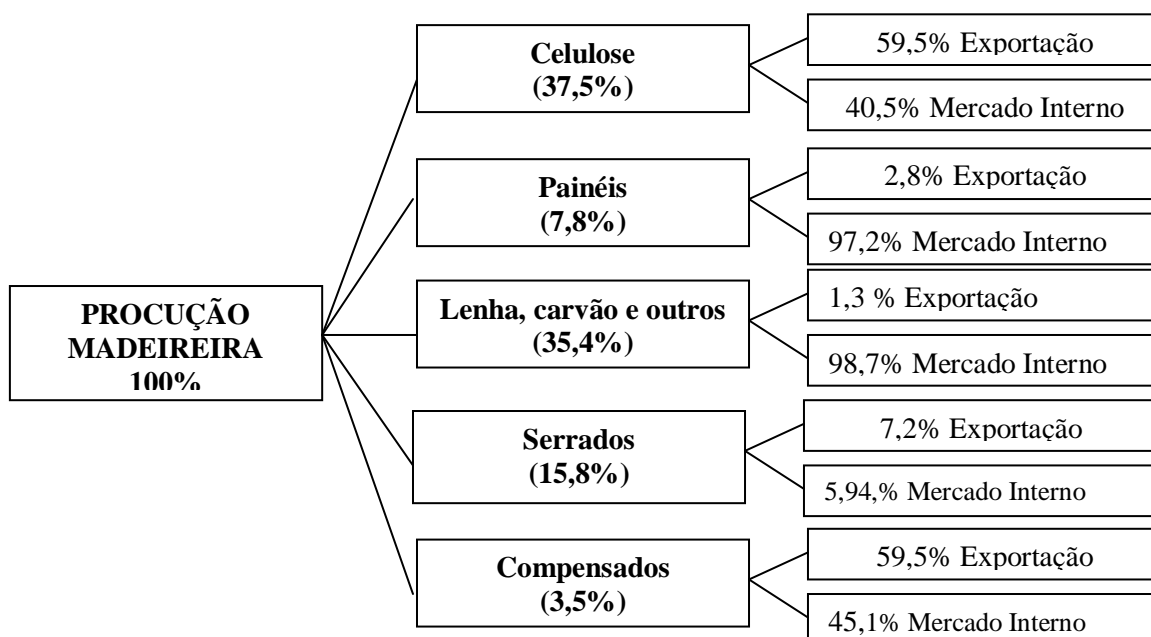
Quadro 5 - Fases e instituições públicas responsáveis pela gestão dos recursos florestais do Brasil

Fases	Períodos	Instituições Federais	Principais realizações
1	1891 /1964	Serviço Flor. Brasileiro (1921-1962) Instituto Nac. do Mate (1938 -1967) Instituto Nac. do Pinho (1941-1967)	Promulgação do Código Florestal; Implantação do Parque Industrial Madeireiro no Sul e Sudeste; criação dos Parques Florestais
2	1965/ 1986	IBDF-Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-1967-1989	Código Florestal de 1965; Fiset-Reflorestamento; Criação das FLONAS
3	1987 /1999	IBAMA (1989) e MMA (1992)	Ausência de política florestal; Regulamentação do Manejo Florestal para a Amazônia.
4	2000	IBAMA (1989) e MMA (1992)	Lançamento do PNF (Plano Nacional de Florestas) e a Proposta de Política Florestal.
5	2010/2011	Rediscussão do Código Florestal	Resultados esperados

Fonte: Organização Edvaldo Oliveira

Dois fatores contribuíram para o aumento dos monocultivos de eucalipto e de *pinus*: a indústria siderúrgica e a de papel e celulose. O mercado, no entanto, é amplo, com cadeias produtivas definidas variando entre o potencial curto, como lenha e carvão, e longo, como da indústria madeireira e de papel e celulose. É feita ressalva à produção de pasta celulósica por ser um produto de exportação. A Figura 11 traz, do Relatório da ABRAF de 2011, o organograma de destino da produção de produtos do monocultivo da madeira, no Brasil variando entre oferta no mercado externo e consumo no mercado interno:

Figura 11 – Destino da produção das *florestas plantadas*, segundo cada cadeia produtiva.



Fonte: Adaptado da ABRAF 2011

A posição do Brasil, na produção florestal mundial, evidencia uma política de expansão, que remete aos países em desenvolvimento. Segundo os relatórios da FAO, de 2005, mostrados no Quadro 6, o Brasil se mantinha na 7ª posição no *ranking* de países com *florestas plantadas*:

Quadro 6 - *Ranking* dos Países com os Maiores Plantios Florestais, em 2005

Ranking	País	Superfície Terrestre (1.000 ha)	<i>florestas plantadas</i>	
			(1.000 ha)	% ¹
1º	China	932.743	45.083	24
2º	Índia	297.319	32.578	17
3º	Rússia	1.688.851	17.340	9
4º	Estados Unidos	915.895	16.238	8,5
5º	Japão	37.652	10.682	5,6
6º	Indonésia	181.157	9.871	5,1
7º	Brasil	845.651	5.242 ²	2,7
8º	Tailândia	51.089	4.920	2,6
9º	Ucrânia	57.935	4.425	2,3
10º	Irã	162.201	2.284	1,2
Outros		7.893.407	43.312	23
TOTAL		13.063.900	186.733	100

Fonte | FAO, 2005. In Anuário Estatístico da ABRAF 2006

¹ % da área plantada no país em relação à área plantada no mundo

² Inclui somente florestas com *pinus* e eucalipto.

No campo da eucaliptocultura, o quadro diferencia-se. A Consultoria Internacional *GIT Forestry* apontava que, em 2008, do total mundial de 19.609,670 hectares, o Brasil era o segundo colocado, com área de 3.751.857 ha, ficando em primeiro lugar a China, com 3.942,600 ha, seguida da Índia, com 2.609,700 ha. No ano de 2010, os levantamentos da GIT apontavam um total de 20.071,701 ha, no mundo, e o crescimento do Brasil como o primeiro em plantação de eucalipto, com 4.258,704 ha, seguido da Índia e da China, com os mesmos quantitativos. Convém considerar que esses números ainda não refletem a realidade, pois produtores independentes e outros mercados fazem plantios fora dos dados recolhidos tanto pela FAO quanto pela GIT. Em termos percentuais, o Brasil ocupa o primeiro lugar, conforme Tabela 10. O Portal REMADE – Revista da Madeira, edição de fevereiro de 2011, traz dados significativos. Indica que as áreas cobertas com monocultivos para a madeira, especificamente com *pinus* e eucalipto, passaram de 1.769.000 ha, em 1990, para 1.932,000 ha, em 2010. Destaca, ainda, o aumento de 2.964,000 para 4. 913 800 ha, no mesmo período. A soma identificada pela Revista REMADE (2011), com todas as espécies plantadas,

compondo o volume de monocultivos saltou de 4.984,141 ha para 7. 471, 580, no ano de 2011, com crescimento de 35%. Mostra, assim, que o incremento dos monocultivos da madeira aumentou, em relação aos dados disponíveis pela GIT.

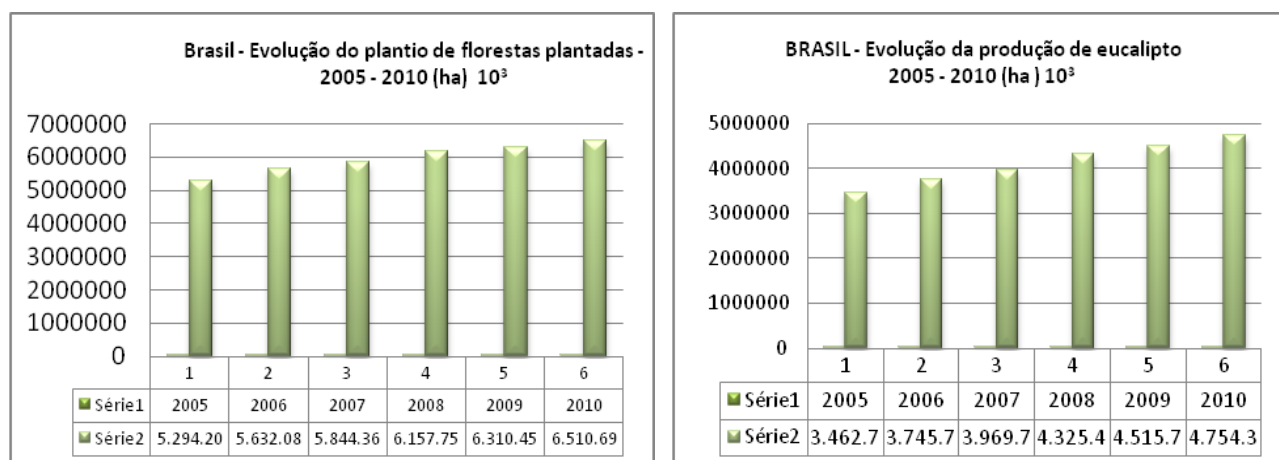
Tabela 10 – Percentual de Produção de eucalipto por País - 2010

País	% *	Acumulado %
Brasil	21	21
Índia	19	19
China	13	13
Austrália	5	5
Uruguai, Chile, Portugal, Espanha, Vietnam, Sudão	3	18
Tailândia, África do Sul, Peru, Argentina, Paquistão,	2	10
Outros	15	14
Total		100

Fonte: *Git Foretry*, 2011 *Percentual por País

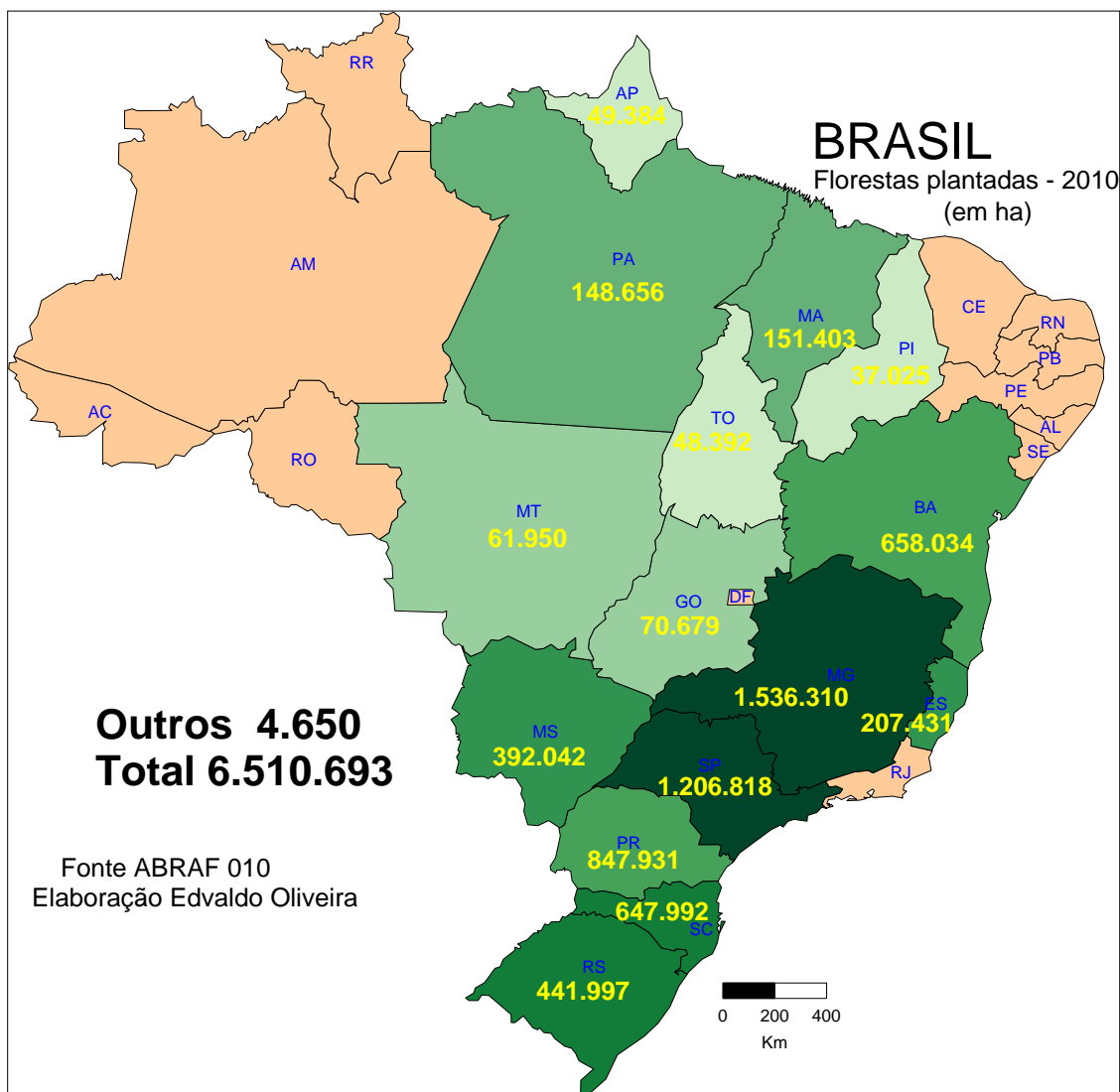
No plano da expansão do eucalipto para a produção interna, historicamente a indústria de celulose de fibra curta (*Eucalyptus*) nasceu, ainda que tardia, do conjunto de políticas de substituição de importações, como alternativa local ao produto importado da Europa e dos Estados Unidos. Entretanto, esse produto ganhou força e, impulsionado por uma competitividade muito superior à dos demais países, sua escala de produção aumentou cinco vezes, nos últimos 40 anos. Segundo o Relatório 2011, da ABRAF, existem, no Brasil, cerca de 220 empresas operando no segmento de papel e de celulose, atuando como líderes na produção de celulose de fibra curta (*Eucalyptus*), sendo o 6º maior produtor de celulose e o 11º maior fabricante de papel. Há 10 anos, a indústria de celulose cresce em média 5,9% a.a e, em 2010, a produção nacional de celulose totalizou 14,1 milhões de toneladas, crescimento de 4,4% em relação a 2009. No mesmo período, o consumo interno atingiu 6,1 milhões de toneladas, 8,9% superior ao registrado em 2009. Isso implica a ocupação de terras para o plantio, como pode verificar-se, na Figura 12, em que mostra os dados comparativos da evolução das *florestas plantadas* (*pinus* e eucalipto) com a evolução dos plantios de eucalipto, no Brasil. (Figura 13)

Figura 12 – Gráficos comparativos entre a evolução das *florestas plantadas* e o eucalipto, no Brasil, no período 2005 - 2010.



Fonte: ABRAF 2010 – Organização Edvaldo Oliveira

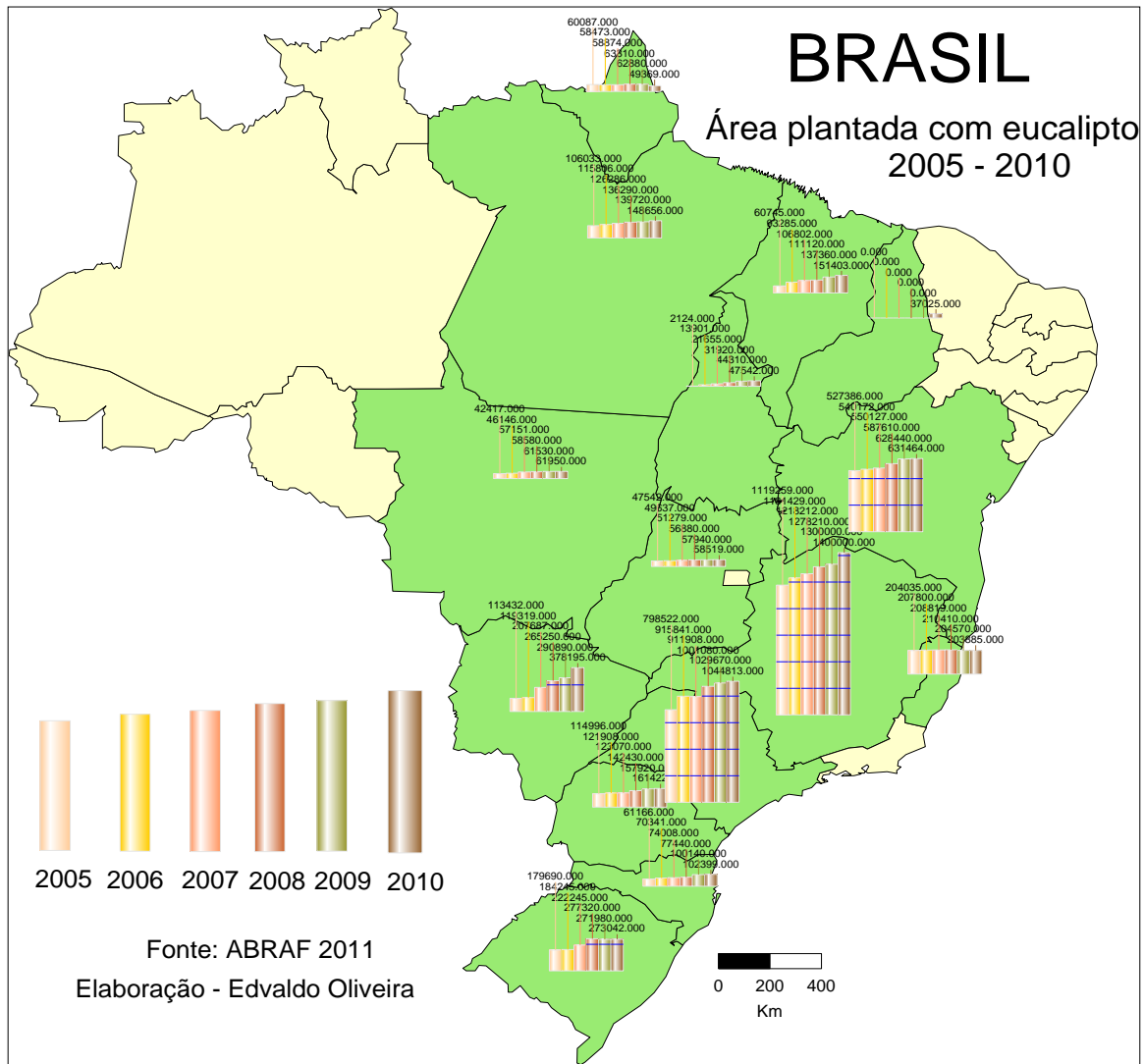
Em termos de espacialização geográfica, a maior concentração de plantios florestais (Eucalyptus e Pinus) ocorre nas regiões Sul e Sudeste do País (75,2%). A Figura 13 deixa evidentes os Estados com maior concentração de *florestas plantadas*. Estados com pouca vocação para o setor começam a ampliar suas bases de produção, aliados à expansão da indústria siderúrgica e de papel e celulose:

Figura 13 –Brasil: quantitativo de *florestas plantadas*

Fonte ABRAF – 2011- Elaboração Edvaldo Oliveira

A figura 14 mostra o mapa de evolução, por Estado, da expansão da eucaliptocultura, entre 2005 e 2010. Embora a política de expansão comece na década de 1960, e a consolidação, na década de 1970/1980, é na década de 2000 que os dados aparecem com mais consistência, embora nos levantamentos, como em todo processo que envolve as *florestas plantadas*, os números sempre sejam imprecisos. Se se considerar os avanços com a ampliação da base florestal, na Bahia e no Mato Grosso, e o ritmo de expansão do eucalipto nos estados do norte, a tendência é de posicionar entre os primeiros em *florestas plantadas*.

Figura 14 - Evolução da eucaliptocultura, no Brasil



Fonte: ABRAF 2011 – Organização Edvaldo Oliveira

A organização do espaço, pela indústria consumidora de produtos da madeira, leva em conta as condições ambientais e a capacidade produtiva, o que redefine a territorialização dos monocultivos e o posicionamento das indústrias. No caso da madeira, de forma particular, observa-se a distância mínima entre os monocultivos e a unidade produtora, em torno de 200km. Distâncias maiores tornam inviáveis os investimentos, segundo os segmentos produtivos e as agroindústrias do setor. A Figura 15 mostra a espacialização das principais unidades industriais dos segmentos de celulose, de papel, de painéis de madeira industrializada e de siderurgia a carvão vegetal. Isso não significa que distâncias maiores

podem ser aprovadas em função das políticas de Estado e das ações promovidas pelas indústrias:

Figura 15 – Espacialização das principais indústrias consumidoras de eucalipto



Fonte: Fonte: Pöyry Silviconsult (2011)/ ABRAF 2011. Org. Edvaldo Oliveira

3.4 Evolução da indústria de celulose no Brasil – para contextualizar

A demanda por produtos de madeira tem aumentado, capitaneada pela indústria de ferro gusa e, principalmente, de celulose e de papel. Segundo Carneiro, a implantação das primeiras indústrias de celulose começou em 1956, com sua consolidação na década de 1970, apresentando um salto qualitativo/quantitativo até a década de 1980, alcançando, aí, sua afirmação como mercado produtor e consumidor de *florestas plantadas* (CARNEIRO, 1994).

Para Oliveira, “Este processo se deu a partir dos anos de 1950, mas, sobretudo, nos anos de 1970, até as décadas de 1980 e 1990, com a implantação dos modernos projetos industriais de reflorestamento de eucalipto”. (OLIVEIRA, 2008 p. 14). A política de expansão da indústria celulósica consolidou-se, em 1974, quando foi elaborado o I Programa Nacional de Papel de Celulose – I PNCP, cujo objetivo era alcançar a autossuficiência, tanto em papel quanto em celulose, prevendo, para essa última, a geração de excedentes exportáveis. (FONTES, 2007).

Atualmente, segundo o ABRAF (2011), o Brasil conta com 230 empresas de celulose, 264 unidades industriais, em 17 dos 25 Estados da Federação (Tabela 11). Os dados de implantação da base florestal variam, mas admite-se que as empresas que operam com a cadeia produtiva de papel de celulose detêm cerca de 1,3 milhão de hectares de reflorestamento (principalmente de *pinus* e de eucalipto):

Tabela 11 - Distribuição das Fábricas Brasileiras de Papel, Celulose e Pastas de Alto Rendimento

Estado	Papel	Celulose	PAR
Amazonas	3	0	0
Bahia	4	3	0
Ceará	2	0	0
Espírito Santo	0	1	0
Goiás	2	0	0
Maranhão	1	0	0
Mato Grosso do Sul	1	1	0
Minas Gerais	12	1	1
Pará	1	1	0
Paraíba	2	0	0
Paraná	31	4	15
Pernambuco	4	1	0
Rio de Janeiro	10	0	0
Rio Grande do Norte	1	0	0
Rio Grande do Sul	9	2	0
Santa Catarina	32	5	10
São Paulo	51	9	1
Sergipe	1	0	0
Total	167	28	27

Fonte: BRACELBA, 2000. (PAR= Pasta de Alto Rendimento)

O quadro é de 90% de empresas nacionais, com 48 empresas integradas verticalmente – madeira papel e celulose. Desse montante, 118 só produzem papel, 31 produzem pasta de madeira e apenas 5 se dedicam à fabricação de celulose. Nesse quadro, Fontes lembra que a impulsão da Indústria de papel e de celulose faz avançar o plantio de *florestas plantadas*. “Nos anos 70, começaram a operar três grandes empresas produtoras de celulose, no

mercado: a Barregard (1972), a Celulose Nipo-Brasileira (1977) e a Aracruz Celulose (1978) com capacidade de produção que representava, na época, 25% da capacidade nacional de produção de celulose de fibra curta (FONTES, 2007. p. 67). Ainda, segundo Fontes:

A indústria de papel e celulose é caracterizada pelo alto grau de investimento e pela longa maturação. A escala de produção das fábricas de pastas celulósicas é, em geral, muito elevada. As empresas costumam integrar todas as etapas do processo produtivo, atuando desde a exploração florestal até a comercialização de celulose ou papel. A localização das fábricas está ligada à concentração dos ativos florestais das empresas (FONTES, 2007. p. 36).

O consumo de madeira oriunda dos monocultivos, pelas indústrias de celulose, tem sido umas das mais questionadas, provocando conflitos, como os emblemáticos do sul da Bahia.

3.5 A produção de lenha e de carvão

O carvão vegetal é, para o Brasil, um dos maiores problemas, uma vez que só recentemente adotou-se uma política de monocultivos de madeira, para abastecer a indústria nacional, acusada de ser uma das que mais desmata para essa atividade. O carvão, resultante da pirólise da madeira, também conhecida como carbonização ou destilação seca da madeira, é uma das matérias-primas da Indústria Siderúrgica, uma vez que esta conta no processo de oxirredução. As políticas de intervenção no setor têm buscado reduzir tanto o desmatamento, quanto as condições de trabalho. Contudo, ainda é alto o consumo de carvão vegetal de madeira, marcado pela baixa qualidade do carvão mineral e pelas políticas de redução do uso dessa fonte de energia, por ser uma prática considerada altamente poluidora.

O quadro de consumo da madeira e do carvão, como fontes de energia, tem reduzido, no Brasil. Segundo o Relatório do Balanço Energético Nacional (EPE, 2010), apontado na Tabela 12, a lenha e o carvão vegetal ainda são os que mais influenciam na oferta interna de energia, com decréscimo a partir de 1980, e acréscimo de outras fontes, sobretudo do petróleo:

Tabela 12 - Oferta Interna de Energia no Brasil

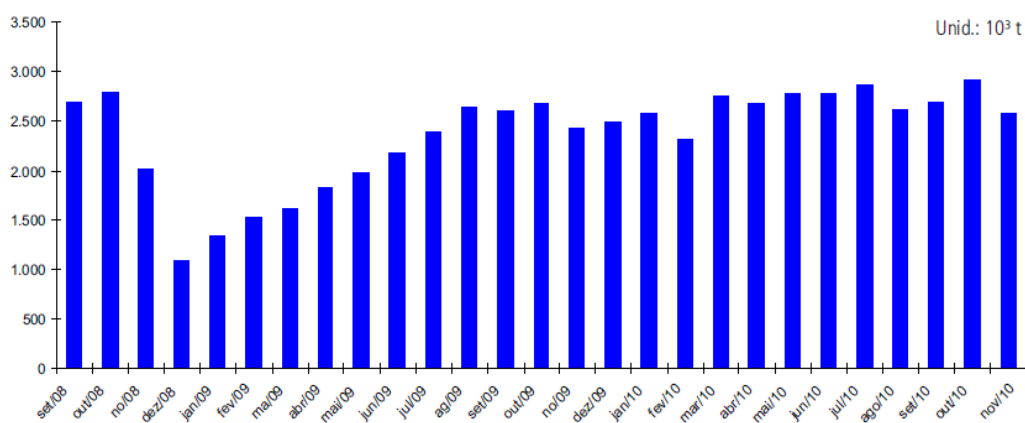
Fontes / ano	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2005	2008	2009
Petróleo, gás natural e derivados	6,4	12,9	25,7	38	49,2	43,7	50,9	48,1	46,8	46,6
Carvão mineral e derivados	6,4	4,8	2,9	3,6	5,1	6,8	7,1	6,3	5,8	4,7
Hidráulica e eletricidade	1,5	1,6	3,2	5,1	9,6	14,1	15,7	14,8	14	15,2
Lenha e carvão vegetal	83,3	78,1	63,9	47,6	27,1	20,1	12,1	13	11,6	10,1
Produtos da cana	2,4	2,7	4,3	5,4	8	13,4	10,9	13,8	17	18,2
Outras ¹				0,3	0,9	1,9	3,3	4,1	4,8	5,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Balanço Energético Nacional (EPE, 2010).

1 - Inclui Outras Fontes Primárias Renováveis e Urânio.

O argumento para a efetiva produção de carvão vegetal posiciona o Brasil como o maior produtor, no âmbito mundial, ênfase dada aos setores de ferro-gusa, ferros-liga e, em menor grau, ao consumo residencial. (ABRAF, 2011). A Figura 16 mostra a recente recuperação da Indústria Siderúrgica e a conseqüente necessidade de carvão vegetal, para a produção de aço, que, mesmo sujeito às crises, aponta para o crescimento com perspectiva de consumo do carvão vegetal, em larga escala.

Figura 16 – Evolução da produção de aço bruto no Brasil - 2008 / 2010



Fonte: Instituto Aço Brasil, 2010.

Os dados apontados na Tabela 13 posicionam o Brasil como maior produtor de carvão, no mundo. Segundo o Relatório da ABRAF, em 2010 foram produzidos 11,6 milhões de m³ (mdc) de carvão vegetal, a partir de *florestas plantadas*, dos quais 66,2% foram consumidos pelos “guseiros” independentes:

Tabela 13 - Principais produtores mundiais de carvão vegetal/2006

PAÍS	Produção (t)	% da produção mundial
Brasil	8.794.000	20.24
Nigéria	3.592.327	8.27
Etiópia	3.385.598	7.79
Rep. Dem. do Congo	1.764.057	4.06
China	1.763.891	4.06
Índia	1.740.187	4.00
Tanzânia	1.416.220	3.26
Gana	1.358.977	3.13
Egito	1.296.877	2.98
Tailândia	1.293.772	2.98
Total	26.405.906	60.77
Total mundial	43.455.871	100

Fonte: FAO/2008

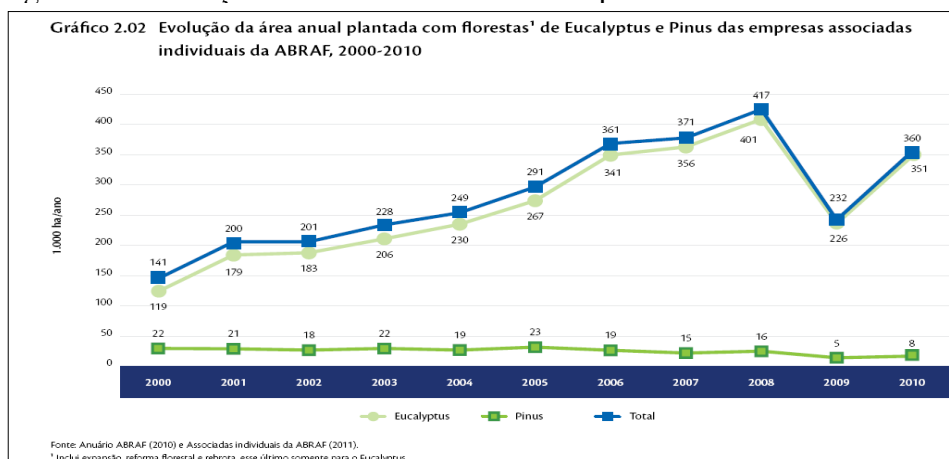
Os números do consumo de carvão vegetal, no Brasil, mostrados pela Silvminas, (Quadro 7), ratificam a forma de consumo, pelas Indústrias Siderúrgicas, particularmente pelas guseiras, embora os dados mais recentes apontem redução de consumo, diante da crise da economia mundial de 2008. A redução, entre 2005 e 2007, apontava a crise no setor, consoante o que foi apontado pela Figura 17, que mostra a redução do plantio dos monocultivos de madeira. O fato de os números apontarem para as oscilações de crescimento da economia, o consumo de ferro tende a aumentar, com o crescimento da construção civil e de obras de alta monta, previstos no Brasil, o que vai demandar maior consumo de carvão, elevando o País ao patamar de maior produtor mundial.

Quadro 7 - Evolução do Consumo de Carvão Vegetal no Brasil por Segmentos (1.000 mdc)

Ano	Integradas	Gusa	Ferroligas	Ferro	Outros	Totais
2003	3.383	20.220	3.164	302	2133	29.202
2004	3.984	27.590	3.002	357	1987	36.920
2005	4.499	27.817	3.191	319	2226	38.052
2006	4.579	25.116	3.091	278	2061	35.125
2007	5.527	25.706	3.097	288	2160	36.778

Fonte: Fonte Silvminas/ REMADE, 2011

Figura 17- Evolução e crise dos monocultivos para a madeira – 2000/2010



Fonte: ABRAF, 2011

O quadro geral é de ampliação dos cultivos de eucalipto, no Brasil, com indicativos de espacialização, pelos Estados com maior potencial de produção, aliada à descentralização da indústria siderúrgica e de papel de celulose. Infere-se, pois, que o descontrole sobre o uso da terra tende a ter consequências imprevistas. Embora os dados indiquem que apenas 6.615,228 ha de *florestas plantadas*, ocupando apenas 1.3% da área de florestas do Brasil, em apenas 0,8 % do território, (ABRAF, 2011), e considerando que os dados envolvem apenas as empresas plantadoras do monocultivo, os impactos ambientais e na estrutura fundiária são questionáveis. Diante disso, o II Fórum sobre Fomento Florestal, realizado em Belo Horizonte, em julho de 2011, revelou preocupações motivado pela repercussão das políticas de compra de terras pelas grandes empresas, formando verdadeiros latifúndios. O indicativo é de que o plantio, pela via do fomento, junto aos pequenos produtores, será o meio mais viável para a ampliação dos cultivos, no território brasileiro, aliado a outras políticas de expansão de fronteira agrícola, como os ganeleiros, o biodiesel e a biomassa.

Outra variante da política de monocultivos da madeira envolveu a crise energética brasileira, na década de 1970. O Artigo produzido pelo extinto IBDF, intitulado “Combustível da madeira – uma realidade da matriz energética brasileira”, publicado na Revista Brasil Florestal, em 1979, defendeu a madeira como fonte geradora de energia combustível para automóveis. Ao propor o eucalipto como fonte de geração de álcool da madeira, admitia-se que, “do ponto de vista social, a produção de combustível líquido a partir do eucalipto tem a vantagem de propiciar a criação de empregos e o estímulo à atividade econômica, em regiões de terras pobres, não adequadas a cultivos agrícolas mais exigentes”. (BRASIL FLORESTAL, 1979, p. 51). Nesse sentido, o foco na região Nordeste

foi muito forte, com ênfase no chamado *Etanolyptus*, o que não ocorreu. A expectativa de plantio era :

Plantio anual de 2.000,000 ha de eucalipto, a partir de 1979, exclusivamente para a produção de etanol, pode estimar que esse combustível poderia substituir cerca de 19% do consumo total de petróleo, em 1984, e cerca de 25% do mesmo consumo, em 1990, nesse último ano, a substituição propiciaria uma economia de quase US\$ 10 bilhões para o País, em bases bastantes conservadoras, sem considerar a economia com a importação de carvão mineral e com a produção de ração e gás. (BRASIL FLORESTAL, 1979, p. 51) .

Com as crises de combustíveis à base de petróleo, a ampliação do chamado combustível de segunda geração e a proposta de produção à base de Etanol celulósico, tomando como base a cadeia produtiva do eucalipto, a partir de monocultivos florestais, apontava outra vertente para a ampliação e a criação de novas políticas para o setor. Sachs chama a atenção para a possibilidade de a produção de Etanol celulósico ser processada a partir de resíduos vegetais agrícolas (bagaço) , florestais e gramíneas de rápido crescimento (SACHS, 2009). No entanto, destaca que:

A outra fonte potencial de etanol celulósico será constituída de plantação de árvores de crescimento rápido. Isso nos remete aos programas de reflorestamento produtivo. Estes atualmente ocupam no Brasil uma área reduzida de 5 milhões de hectares, os quais produzem madeira para a indústria de papel e celulose, siderurgia – que operam com carvão vegetal – e indústrias de papel e celulose. (SACHS, 2009, p. 166) .

Abramovay lembra, no entanto, que os efeitos sociais das gigantescas extensões dos monocultivos, para fins de produção de biodiesel, acabam por influenciar a produção dos pequenos agricultores, com efeitos diferentes quanto à produção do agronegócio. Lembra, ainda, que “essas diferenças se ampliarão, quando os chamados bicompostíveis líquidos da segunda geração entrarem em operação e os resíduos da produção agropecuária e florestal passarem a ser utilizados em larga escala para o etanol celulósico”. (ABRAMOVAY, 2009, p. 13).

A busca de novas fontes de energia e de consumo de madeira pode apontar um novo modelo de uso e de ocupação da terra, com consequências imprevisíveis na estrutura fundiária envolvendo, particularmente, a agricultura familiar, próprias dos países

desenvolvidos, e que, no Brasil, tem sido evidenciada pelos governos, a partir da década de 1990, mas que ainda mantém ritmos de financiamentos desiguais.

3.5 O eucalipto na Bahia - o Nordeste como ponto de partida

A eucaliptocultura, no mundo e no Brasil, vista anteriormente, revela a capacidade de expansão, sob a justificativa de uma necessidade de madeira a longo prazo, com demandas projetadas até 2050. A eucaliptocultura, na Bahia, requer uma análise comparativa entre espaços eleitos para verificar as diferenças e similitudes, preferencialmente entre espaços análogos, ainda que de natureza física diferenciada, entre cadeias produtivas diferentes, mas que alteram, de forma contundente, a estrutura fundiária do território. O modelo, no entanto, é o mesmo: a apropriação do espaço, a territorialização da produção da natureza através da modificação, o desgaste do modelo e a reorientação para outra forma de produzir (da natureza inicial, à pastagem, ao eucalipto) , na típica solução derrubada- queimada para novos cultivos, resultando em espaços pós-florestais, com diferentes nuances de produção. Crises são recorrentes, nesse tipo de monocultura onde “a dupla crise ecológica e de subsistência que daí resultou (Pós-derrubada queimada no neolítico) só foi superada pelo desenvolvimento de novos sistemas agrários “pós-florestais”, muito diferenciados (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 130).

A produção da natureza é, segundo Smith, a produção da riqueza feita pela sociedade, a rigor com a substituição de outra forma de natureza, considerada natural. Há que se considerar que a produção da natureza reverte para a produção do espaço. Para Smith, a produção da natureza (desigual) é possível, identificando as próprias leis da natureza. No entanto, “a forma como o capital investe na natureza leva à sua transformação, tanto na natureza em si quanto na sociedade de entorno. A distinção fundamental que precisa ser feita é, entretanto, o que pode e o que não pode ser destruído para ser substituído”. (SMITH, 1988, p. 99). No caso da eucaliptocultura, na Bahia, tomando a região nordeste como ponto de partida, o que se percebeu foi o advento do grande capital, marcado pela presença do Estado (União e Unidade Federativa), com argumentos capazes de substituir uma cultura, propagada pelo próprio Estado, por outra que evidencie o grande projeto nacional, com ênfase na política mundial.

A ação do Estado na produção da natureza e do espaço, no tocante à reestruturação da atividade agrícola, acontece de diversas formas, seja no investimento direto, no financiamento da produção, ou mesmo em políticas de direcionamento de uma determinada tipologia agrícola. Os acontecimentos, no espaço, a rigor, amparadas pelo Estado, apoiam o capital na sua reprodução, em larga escala. No dizer de Santos, são aconteceres (homólogo e hierárquico) que, pela via da modernização e da informação, acabam por territorializar determinadas tipologias. Para Santos, acontecer homólogo é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada, cria contiguidades funcionais em espaços previamente definidos (SANTOS, 1996). Ainda segundo o autor, há o acontecer hierárquico, em que os resultados tendem a uma racionalização das atividades, via de regra, sob o comando de uma organização, que objetiva imprimir um sentido à vida dos homens e do espaço. Sempre sob a égide do capital, o acontecer leva em conta as desigualdades e a escassez para fazer acontecer a reprodução e o domínio do território, substituindo uma natureza, anteriormente modificada, por outra, num processo em que a reprodução nunca cesse. Nesse sentido, “a produção da natureza acarreta uma igualização na relação com a natureza: em primeiro lugar, a natureza se tornou o apêndice universal do capital; em segundo lugar, a qualidade da natureza é nivelada por baixo nas mãos do capital”. (SMITH, 1988, p 171).

No Nordeste do Brasil, a intencionalidade da produção do espaço a partir do eucalipto reflete as proposições teóricas. O modelo de implementação da eucaliptocultura, nessa região, segue o mesmo modelo desenvolvimentista aplicado ao planejamento regional adotado no Brasil, a partir da década de 1950, com programas de incentivos fiscais. Diante da descoberta da rusticidade e da adaptação do eucalipto e do planejamento da oferta de madeira, já na década de 1960, a região Nordeste foi indicada como território potencial para expansão da base florestal. Em publicação de 1979, admitia-se que, “a título de exemplo, a região Nordeste poderia se ver grandemente beneficiada com a produção em grandes escalas desses combustíveis, já que possui grandes extensões de terras pobres e com altos índices de solamimétricos”. (BRASIL FLORESTAL, 1979, p. 51) .

Segundo Oliveira (2008) e o Relatório final sobre Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados - MMA/FAO/TCP (BRASIL, 2005) , o Nordeste beneficia-se das modificações do Fundo de Investimento Setorial – Fiset - (Decreto-Lei nº 1.376) - e insere-

se na área florestal, absorvendo, já em 1979, 10,3% da área aprovada para o reflorestamento, no Brasil. Segundo o Relatório:

Os empréstimos de longo prazo, deste Fundo, à custos reduzidos, se tornaram, rapidamente, o principal instrumento de atendimento de demandas por recursos financeiros do setor empresarial ligado a produção madeireira. E também deve ser ressaltado o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) que garantiu vultosas somas de recursos financeiros ao setor florestal. Segundo dados do próprio BNDE, até 1994, só para o setor de celulose e pape foram liberados US\$ 7.7 milhões, representando cerca de 6% do total aplicado em todo o setor industrial brasileiro para o mesmo período. (BRASIL, 2005).

Os primeiros argumentos eram contrários ao que se apregoava quanto às condições físico-climáticas da região, “a pouca exigência do eucalipto quanto à qualidade da terra possibilita, também, ao contrário da cana-de-açúcar e da mandioca, a aquisição de terras a preços baixos, o que vem a ter enorme influência no custo final do combustível produzido”. (BRASIL FLORESTAL, 1979, p. 51). A mesma Revista, em Artigo de 1982, já previa o aumento da produção de madeira plantada, para o nordeste do país, com o argumento de que a região Nordeste praticamente importa toda a madeira que consome, uma vez que possui apenas 4% da área florestal brasileira. A proposta de ampliação devia levar em conta o aproveitamento racional e efetivo, tanto das florestas nativas como das plantadas. Outro argumento refere-se ao aumento da produção, diante da ausência de verticalização das indústrias siderúrgicas, apontando o Nordeste como parte da solução, uma vez que “a ausência de integração vertical do setor siderúrgico, deficiente, ; o predomínio de práticas extrativistas predatórias; o decréscimo de carvão vegetal na siderurgia, que é de 40%, e deverá reduzir para 24%, em 1990”. (BRASIL FLORESTAL, 1982, p. 51). Dessa forma, a publicação apontava algumas diretrizes para a expansão da eucaliptocultura. A diretriz número três objetivava “promover a integração do Nordeste brasileiro nas atividades florestais, com o objetivo de: produzir matéria-prima para atender às necessidades locais; elevar a produtividade do total do solo, protegendo-o através de sistemas agroflorestais adequados às características sociais, edáficas e climáticas da região”. (BRASIL FLORESTAL, 1982, p. 51). A proposta final previa o apoio à diretriz, pelo Governo e pelo próprio IBDF, na política de promoção da integração do Nordeste, no setor florestal, e ratificava o propósito de “conscientizar o Governo e a opinião pública quanto aos benefícios

sociais, econômicos da floresta plantada para fins tradicionais e, mais recentemente, como alternativa energética”. (BRASIL FLORESTAL, 1982, p. 51).

O modelo de financiamento da eucaliptocultura, que vem da década de sessenta, trazendo em seu bojo a promessa de incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal para as atividades eucaliptocultoras, a partir do Decreto-Lei nº1.338/74, que permitia a dedução de até 50% do Imposto de Renda, para investimento no Norte e no Nordeste, enquanto, para outras regiões, a permissão era de apenas 35%. Essa política, lembra Oliveira, gerou estímulos à migração das empresas reflorestadoras, em direção aos estados do Nordeste. “O resultado disso é que, entre 1970 e 1980, o total da área plantada com florestas para fins industriais aumentou em 18,6% , em toda a região Nordeste, enquanto que, entre 1980 e 1985, tal crescimento registrou 176% contra 18% , verificados em todo o Brasil” (OLIVEIRA, p. 50). Dessa forma, a introdução do eucalipto no nordeste brasileiro, particularmente, na Bahia, nasce do projeto cuja manutenção pelos proprietários locais é questionada, e, no Projeto, deveriam abster-se de suas terras, ainda que degradadas, por preço baixo, como em todos os projetos de implantação de monoculturas.

No campo da industrialização dos produtos da madeira, sabe-se que os primórdios da indústria de celulose ocorreram, na década de 1930, com a instalação das indústrias de papel e de celulose – comandadas pelo modelo de substituição de importações, e avança, na década de 1970, com recursos do II PND e do I Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC). No território baiano, primeiro Estado a implantar a eucaliptocultura nos moldes propostos, vinculados à política para o Nordeste, a expansão vem desde a década de 1950, com o plano de Metas de Juscelino Kubsticheck. O PNCP previa, segundo o Relatório de Conflitos relacionados à Expansão da Base Florestal, criar “Distritos Florestais”, e delimitava o recorte temporal, até 1979, para a implantação de 12 distritos de um total programado de 30 (Oliveira, 2007). Relata, ainda, que o Programa era mais uma iniciativa para atender às demandas do setor florestal, na procura por recursos de longo prazo e a custos reduzidos, conforme observado anteriormente. A abrangência levava em conta que “um primeiro grupo de 20 projetos, financiados com recursos dos incentivos fiscais, foi implantado nos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Goiás, no Sul da Bahia, nas áreas de São Paulo e da região Sul do País. Os 10 projetos restantes seriam localizados no Norte e no Nordeste do país”. (BRASIL, 2005, p. 7).

Para além de ser um vetor de expansão da eucaliptocultura que vem do norte do Espírito Santo, argumentos são levantados pelos governos para a expansão da eucaliptocultura, no Nordeste, entre os quais se destacam o financiamento de uma base florestal, capaz de dar respostas ao processo de industrialização e o preço das terras para essa expansão, mas, sobretudo, o princípio de reprodução do capital, no sentido de ampliação da base florestal em territórios que permitam tais vantagens, conforme admite Carneiro: “podemos depreender, portanto, que este setor se desloca espacialmente em função de condicionantes locacionais que possibilitem a obtenção de uma estrutura de custos vantajosa e margens de lucro supranormais”. (CARNEIRO, 1994, p. 30).

Para o processo de expansão e de implantação das indústrias, pode-se definir, na cadeia produtiva do eucalipto, três vertentes: papel e celulose, com demanda de espaços onde a pluviosidade maior é referência de ocupação; madeira e carvão para as Indústrias siderúrgicas e a produção de madeira serrada, para a indústria da construção civil e mobiliário. No Nordeste, particularmente na Bahia, a introdução dos plantios de eucalipto direcionados para a produção de celulose inicia-se no final da década de 1960, com os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal, através do Programa Nacional de Celulose e Papel.

No plano do consumo de madeira, nas publicações de 1982, os argumentos para a expansão mostravam que a região Nordeste praticamente importava toda a madeira que consumia. A proposta era, então, de um aproveitamento racional e efetivo, tanto de florestas nativas como plantadas, com vistas ao atendimento da demanda e à oferta de carvão vegetal. Argumentavam, ainda, que a ausência de integração vertical do setor siderúrgico e a deficiência de carvão vegetal, aliada ao predomínio de práticas extrativistas predatórias, poderiam promover o decréscimo de carvão vegetal na siderurgia, o qual é de 40%, e reduzir para 24%, em 1990, sendo o Nordeste uma ponte para a ampliação da base florestal (BRASIL FLORESTAL, 1982,). Para Oliveira:

Esse fato estimulou a migração das empresas reflorestadoras para os estados do Nordeste e, em particular, para a Bahia. Além disso, a saturação das terras no Centro-Sul, onde se desenvolviam tradicionalmente as atividades de reflorestamento e a produção de celulose, e a conseqüente elevação dos preços das terras, implicou na busca de novas áreas, necessárias tanto para o suprimento das exigências da capacidade instalada, quanto para a expansão do setor no País (OLIVEIRA, 2008, p. 30).

Apesar das políticas propostas desde a década de 1950, o projeto para o Nordeste só é implantado na década de 1980 e consolidado na década de 1990, tendo a Bahia como território polo para a expansão, no nordeste do estado, a partir das políticas do Polo Petroquímico de Camaçari e, no sul, com a implantação da indústria de papel e de celulose. Só recentemente, em meados da década de 1990, o eucalipto se expande por outros estados do nordeste, alcançando o Piauí e o Maranhão, em razão da expansão da indústria siderúrgica regional e da descoberta da cadeia produtiva de papel e de celulose.

No quadro atual dos avanços da eucaliptocultura, no Brasil, os estudos regionais apontam o avanço recente, em áreas como o Centro- Oeste e o Sul. O Nordeste apresenta avanços da cultura nos Estados do Meio Norte, em fase inicial.

O processo de ampliação da base florestal, na Bahia, segue o curso das políticas adotadas pelo Governo Federal, com indicativos para a Indústria Siderúrgica e de papel e celulose. O avanço da territorialização dos monocultivos da madeira se desenvolveu de forma estratégica, para atender às indústrias, e ocupou espaços capazes de dar suporte aos investimentos do Estado e apoio às empresas privadas. Dessa forma, independente das contradições ocorridas no processo de implantação da monocultura de eucalipto, outros espaços e setores que poderiam receber incentivos do Estado, foram deixados, numa política de espacialização de recursos que evidenciasse a junção deste com a iniciativa privada. Assim, a expansão da eucaliptocultura, na Bahia, segue essa lógica de expansão das atividades, no País e no mundo, sob a égide do capital lastreada pelo Estado. Historicamente, a ampliação da “base florestal”, na Bahia, abrangeu duas áreas de interesse escolhidas tanto pela forte inclinação industrial, quanto pelas condições naturais que viabilizariam a produção da madeira e seus derivados, no processo de verticalização, a saber, o nordeste, o extremo sul do Estado, com expansões recentes em menor grau, a partir de projetos localizados, como os Polos Florestais.

Os vetores de expansão da eucaliptocultura, na Bahia, apresentam particularidades, vindas do Sul, pelas políticas de expansão a partir do Estado do Espírito Santo, aplicada às siderúrgicas e à expansão do polo de celulose. Levantamentos feitos por Karine Oliveira dão conta de que, nos anos de 1980, ocorre um movimento de implantação de uma organização de natureza empresarial, baseada nas culturas de mamão e de café (expansão proveniente do Espírito Santo) e de uma pecuária intensiva, culminando, nos anos 1990, com a implantação do complexo industrial de papel e de celulose, de capital nacional necessariamente associado

ao capital estrangeiro- (OLIVEIRA, 2008. p. 51) . Assim, no nordeste do Estado da Bahia, centrado no Recôncavo Baiano, em direção ao Litoral Norte e ao Agreste, para abastecer as indústrias do Polo Petroquímico, e no Planalto da Conquista, com expansão do vetor de crescimento do norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha, com fomento do polo mineiro para as siderúrgicas e guseiras.

No caso do nordeste da Bahia, a territorialização do eucalipto, avançando por 24 municípios, capitaneados pela Copener, atual Bahia Pulp, em sua maior parte substituiu a monocultura de laranja. Destaca nesse processo de expansão do setor produtivo regional com base na produção de madeira plantada, está vinculada à base industrial do Polo Petroquímico de Camaçari.

No sul do Estado, o predomínio de grandes empresas, com grandes projetos, envolve grande vulto de capital e posse da terra aplicada à cadeia produtiva de celulose e de papel, e outras, vinculadas à cadeia produtiva de madeira e de carvão. Destacam-se a Veracel Celulose S.A, Aracruz Celulose, Suzano Papel e Celulose e CAF Santa Bárbara Ltda. Nogueira, em trabalho que defende a eucaliptocultura, no Estado, destaca a Bahia como espaço de produção da eucaliptocultura, considerando que “a análise econômico financeira de reflorestamento com Eucalipto, no sul da Bahia, mostra que, fazendo-se o uso do programa governamental de incentivos fiscais, o reflorestamento é um investimento atrativo”. (NOGUEIRA, 1982.p. 27).

O modelo do grande projeto, baseado na disponibilidade de capitais, é bastante questionado, resultando em conflitos, por promover concentração de terras. Esgotando esse modelo, começa a implementação do fomento florestal, feito pela grande empresa. Por pressão da sociedade civil e dos movimentos contrários à expansão no sul, o avanço proposto estenderá para áreas mais ao norte, nos territórios de Itapetinga e de Vitória da Conquista. Em outros territórios, projetos diferenciados, como a Floresta Para o Futuro e os Polos Florestais Sustentáveis, figuram como uma nova perspectiva de avanço da eucaliptocultura, no Estado, em moldes diferenciados, territorializados a partir de projetos regionais destinados ao consumo, especialmente da indústria local, e do fomento florestal para atender ao processo de reposição florestal das Siderúrgicas. Traz como objetivo, segundo a Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade – SFC, diminuir a pressão sobre a vegetação nativa e apoiar os segmentos que têm requerido por produtos florestais (estacas, madeira serrada) e biomassa (lenha e carvão).

O centro da expansão da eucaliptocultura, no sul, baseada na planta de fábrica para a indústria de papel de celulose, em maior grau, revela a especialização e a espacialização de um monocultivo direcionado ao mercado externo, com consequências previsíveis no âmbito social. Para Oliveira, “o segmento de papel e celulose, devido ao grande volume de capital e de tecnologia, envolvidos em seu processo produtivo, proporciona um grande potencial de reformulação econômica e espacial”. (OLIVEIRA, 2008 p. 15, 16). Destaca, ainda, que a implantação e o desenvolvimento da monocultura do eucalipto, liderados pelas grandes empresas do setor de papel e de celulose, proporcionam a inserção competitiva do Extremo Sul da Bahia, na dinâmica econômica dos cenários nacional e internacional. No entanto, não se levou em conta as contradições e os conflitos próprios desse tipo de empreendimento, embora o capital avalie seus riscos e preveja consequências que serão dirimidas, a critério da legislação do Estado. Independente dos conflitos, esses vieram em razão das “transformações significativas na estrutura regional, particularmente, no que se refere à estrutura agrícola/agrária. Portanto, deve interessar a toda a sociedade conhecer, não só os efeitos positivos dessa atividade, como também os impactos negativos, no que se refere às atividades agrícolas tradicionais, em especial, às unidades familiares”. (OLIVEIRA, 2008 p. 15, 16).

3.8 O grande projeto: do modelo concentrador ao fomento florestal

As considerações sobre a ocupação dos espaços pela indústria de celulose e de papel revelam a desigualdade na distribuição das terras, pela via da concentração fundiária, a partir de uma produção desigual do espaço, seja pelo modelo de ocupação, seja pelo nível de investimento do Estado e do próprio capital. A análise de Smith sobre a desigualdade na produção do espaço remete à exploração e à absorção da mais-valia sobre o trabalho humano e reflete-se, também, sobre a natureza, com a expansão global de sua apropriação em prol do valor de troca. O capital se volta para a superfície do solo, em busca dos recursos, e da terra, enquanto a apropriação social manifesta a ideia na reprodução familiar, de ocupação desigual, transformando a natureza em um meio universal de produção. A analogia feita por Smith sobre as mudanças de estratégias para a reprodução do capital, é feita em comparação com o plantio da árvore :

Assim como uma árvore em crescimento recebe um novo anel a cada ano, a concepção social de natureza tem acumulado inumeráveis camadas de significado, no decorrer da história. Da mesma forma que, ao derrubar a árvore, expõe-se esses anéis, antes que a madeira seja mandada para uma serraria para ser transformada num artefato humano – o capitalismo industrial trouxe à luz os significados acumulados, de modo que eles possam ser moldados e transformados em concepções de natureza apropriadas à época atual (SMITH, 1988, p 28) .

A escassez, conceito chave na economia, admite que a necessidade de matérias-primas leva a alterações no espaço produzido, com consequências na comunidade de entorno. Assim, a luta pela ampliação do mercado e a escassez da matéria-prima levam à ampliação do modelo de exploração do solo. A tentativa de recuperação do capital está na ampliação da base produtiva, na busca dessa matéria-prima que, independentemente das diferenças implementadas pelo capital, em terras controladas pela grande indústria, em relação à comunidade de entorno – que é desigual, uma vez que esta não dispõe de capital para a modernização. A incorporação de novos territórios, pela grande indústria, leva à igualização da natureza, embora os níveis de exploração sejam completamente diferentes. Smith lembra que, “em termos quantitativos, o processo de igualização é manifesto na escassez comum de objetos de trabalho. Das madeiras às baleias e ao petróleo, a escassez comum desses recursos é uma criação social, não obra da natureza”. (SMITH, 1988, p 171).

Na tentativa de suprir a escassez, o capital não se importa com as tipologias agrícolas nem com a estrutura fundiária existente. Mecanismo de produção do espaço, acaba por envolver ações que dominam espaços menores, territorializando a produção. Nesse contexto, – aplicado às formas como a grande empresa amplia a sua atuação sobre a pequena propriedade rural – Schneider chama a atenção para essa igualização da natureza no processo de exploração agrícola, que denominou de homogeneização dos espaços agrários, marcado pela “influência crescente dos meios de comunicação de massa e os novos padrões de consumo, que chegam aos rincões mais remotos do interior brasileiro”. (SCHNEIDER, 2009, p.15).

Essa forma de domínio indireto da posse da terra, pela grande empresa, pela via do contrato, revela que a territorialização de determinada cultura é intencional, em favor da limitação da escassez da matéria-prima. Como lembra Mendonça, “a leitura do capital sobre o território é uma leitura política e geopolítica, pois a decisão e a posterior implementação dos objetos técnicos e informacionais carregam em si o controle social, mediante o sistema de

objetos e de ações”. (MENDONÇA, 2004, p. 35). Nessa mesma direção, lembra Milton Santos que:

As formas correntes de ação em áreas rurais ajustaram-se neste esquema geral. Programas oficiais garantem empréstimos a pequenos produtores de terra para a compra de sementes, fertilizantes, de equipamento etc. e encorajam a comercialização e a administração modernas. Isto é feito sobre o pretexto de ajudar a solucionar problemas de abastecimento de alimentos da pobreza rural, mas a finalidade verdadeira é modernizar a economia rural e aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura (SANTOS, 2003. p 190).

Graziano da Silva revela essa inclinação da incorporação da pequena propriedade ou mesmo do agricultor familiar, nesse processo de contrato com o grande capital, na medida em que o discurso da modernização e do lucro se faz presente, com vistas a atender às demandas da escassez de matérias-primas. Nesse sentido, lembra que “o processo de desenvolvimento capitalista transforma a agricultura num ramo particular da indústria: de uma relação de apropriação das condições naturais existentes, passa o capital a *fabricar* essas condições quando elas estão ausentes”. (GRAZIANO DA SILVA 1980, p.3). Na mesma direção de Santos, as proposições do autor sobre a ação do meio informacional na agricultura e a inserção desta em todos os ramos revelam que:

As inovações biológicas aparecem como fundamentais, no sentido de que são elas que potencializam as inovações químicas, físicas e mecânicas, no setor agrícola, pois representam a própria reprodução da Natureza pelo capital, à imagem e semelhança, isto é, submetida aos interesses do processo capitalista de produção (GRAZIANO DA SILVA 1980: 3).

Essas considerações remetem ao processo de incorporação das pequenas propriedades ao grande capital, pela via do contrato de produção, que é parte do discurso da década de 1960, em que os problemas agrários seriam resolvidos pela inserção do capital, no campo. O capital, então, se encarregaria de resolver o problema agrário, baseado no novo discurso dos economistas agrários. “O desenvolvimento do capitalismo no campo encarregava-se de resolver a “questão agrícola” brasileira, ele não se opunha a qualquer obstáculo a que a oferta agrícola crescesse e a que a agricultura se integrasse aos ditames “do capital”. (ABRAMOVAY, 1992 p.256). As mudanças vistas nas áreas em que o contrato de exploração da terra, por grandes empresas, fora do clássico arrendamento, mas pelo modelo do fomento

de culturas para suprir a escassez, revelam uma mudança na paisagem, uma vez que “a história do capitalismo não é simplesmente cíclica, mas é profundamente progressiva e também se expressa na paisagem”. (SMITH, 1988, p. 217).

Isso não significa que o modelo opera transformações no campo, senão o aprofundamento da desigualdade, uma vez que compromete a posse da terra, reduz a qualidade do solo do agricultor contratado, deixa cativa a terra por longo tempo, conforme Martins (2004), dependendo do contrato. A igualização da paisagem não significa que o território é único. Um, é o território da grande empresa, outro, o território do contratado.

O grande projeto de implantação da eucaliptocultura, particularmente no sul do Estado, revela a política de concentração das atividades no setor, com a compra de terras e o financiamento estatal. Só mais tarde, com a pressão de movimentos diversos, a redução da compra de terras se faz refletir, mas acaba nos processos de arrendamento e de fomento florestal, pela empresa, junto aos pequenos e médios proprietários. Esse modelo inicial, já no final da política de modernização da agricultura, concentrador e conservador, segundo Graziano da Silva (1981), pode-se verificar pelos níveis de financiamento junto à indústria de Celulose e de Papel. Os levantamentos feitos por Paulo Rogério Oliveira (2007) e Karina Oliveira (2008) dão conta do favorecimento do modelo concentrador de Plantios de eucalipto, em “um contexto político, técnico, econômico, legal e de mercado, sendo delineados pela inovação tecnológica (obtenção de fibra curta), pelas políticas macroeconômicas orientadas pelo BNDES, - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - (pela escassez de madeira no mercado”. (OLIVEIRA, 2007 p. 2). Três modalidades de plantio de eucalipto podem ser observadas: o produtor empresarial qualificado, tipicamente patronal; o produtor fomentado, dividido em duas modalidades (fomento pela empresa/fomento por reposição florestal - verticalização) e o eucaliptocultor independente. Importa, para além da compra de terras, a análise do fomento florestal que aparece em dois formatos: o fomento verticalizado, feito pela grande empresa, tipicamente do sul do Estado, e o fomento por Reposição Florestal, aplicado ao Planalto da Conquista.

A ideia de fomento florestal perpassa por diversas análises, envolvendo até correntes mais críticas, no campo da ação ambiental. Geralmente envolve o tamanho da propriedade, ainda que o minifúndio produza madeira. Sachs, ao avaliar a questão fundiária, mesmo defendendo o fomento, afirma que “é preciso limitar os latifúndios monoprodutivos, incentivando a produção de madeira para usos, por pequenos e por médios agricultores, aos

quais as grandes empresas compradoras oferecem contratos de fomento plurianuais, assistência técnica e financiamento”. Diferentemente do que acontece nas áreas de adensamento do eucalipto igualizando a paisagem, ainda que nela permeie a desigualdade da renda, Sachs pensa que “esses cultivos podem ser consorciados com outras atividades agrossilvopastoris e florestais, dando lugar ao mosaico diversificado de uso da terra, gerando para os fomentados oportunidades adicionais de trabalho e de renda”. (SACHS, 2009, p. 168).

A institucionalização do fomento da produção da madeira, embora não seja diretamente ligada à empresa, é feita pelos governos com as mais diversas finalidades. O estado de Minas Gerais tem programas específicos de fomento florestal, com o objetivo de suprir a reposição florestal, como o programa de fomento IEF/Asiflor. No estado da Bahia, o fomento florestal é parte dos programas de incentivo junto à Agricultura Familiar. Através da Superintendência de Biodiversidade, Florestas e Unidades de Conservação – SFC, da Secretaria de Meio Ambiente, fora da Secretaria de Agricultura, é mantido programa de fomento florestal cujo objetivo consiste “em atender às necessidades de madeira dos pequenos e dos médios produtores e dos consumidores de produto e de subprodutos florestais, através do incentivo ao reflorestamento”. (BAHIA, 2006, p.5). O Programa Fomento Florestal Integrado, do Governo da Bahia, engloba, em sua estrutura, três Projetos: Apoio ao Desenvolvimento Florestal, Polo Florestal Sustentável e Floresta Bahia Global. Embora a participação direta no início da expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, indiretamente, houve participação na expansão, sem, contudo, ter participação no financiamento e na assistência técnica.

3.9 O fomento da grande empresa e a “fome” por terra e matéria-prima – o exemplo do sul da Bahia

Diferente do fomento para reposição florestal pela via da Reposição Florestal, muito mais por exigência do Código Florestal, Lei 4.771/1966 e, na Bahia, da Lei 10. 431/2006, o modelo adotado pelas grandes empresas produtoras de celulose e de papel, é de dependência do agricultor, não tipificando a autonomia dele quanto ao produto final. O programa de fomento objetiva, segundo a Abraf (2011), “otimizar a segurança de suprimento de madeira com a redução do montante de capital próprio, imobilizado em ativo fixo, promovendo os

programas de fomento, com a conseqüente geração de emprego e o incremento da renda local, praticando, também, a modalidade de arrendamento de terras”. A situação é relatada no Anuário da Abraf 2011, apontando que o volume de terras “representou mais de 50,0% da área de plantios, sendo exceção o estado do Pará, onde 100% dos plantios florestais foram estabelecidos em áreas arrendadas. Os Estados mais expressivos, em relação à modalidade fomento, são Espírito Santo e Bahia, com 25,5% e 23,0%, respectivamente”. (ABRAF, 2011, p. 42) .

A vinculação do proprietário de terras aos programas de fomento obedece, segundo a ABRAF (2007), às modalidades mais frequentes, que incluem doação de mudas florestais para produtores rurais e programa de renda antecipada, ao produtor, para o plantio florestal. O contrato prevê parcerias que permitem o pagamento antecipado, equivalente em madeira, pelo produtor, pelos serviços oferecidos, na propriedade; garantia da compra da madeira, pela empresa, à época da colheita, entre outras. Em 2010, a Bahia era o segundo Estado do País em fomento florestal, com 23,02% do total de eucalipto, abaixo somente do Espírito Santo, com 25.5%, segundo relatório da Abraf, 2011.

O modelo de contrato de fomento, elaborado pela Veracel, apresenta característica da territorialização sobre a titulação de outrem. Exigências que aparecem no contrato de fomento florestal privado, adotadas pelas empresas, em diversas modalidades, apresentam a mesma forma básica de fornecer mudas, adubo, assistência técnica etc. Alguns dos contratos são mais flexíveis e mais interessantes para o produtor, como prazo de vigência do contrato (horizonte de planejamento - se contempla um, dois ou mais cortes); adiantamento financeiro e a forma de ressarcimento; as operações silviculturais exigidas; os recursos oferecidos sem ressarcimento; o percentual de madeira que se pode utilizar na propriedade; o mecanismo de seguro da floresta; a forma de colheita e de transporte da madeira; os preços previstos e as multas pelo não cumprimento do contrato, dentre outros aspectos.

Outros contratos, mais rigorosos, permitem que apenas 3% da madeira fiquem com o fomentado. É nesse sentido que o produtor independente, mesmo sujeito às regras do mercado, leve vantagem, uma vez que a produção da madeira, em média de 7 anos, com ciclos de 7 mais 7, dependendo do contrato, deixa a terra cativa por 21 anos, sem garantia de recuperação, embora se tenha conhecimento de terras recuperadas por indígenas, no sul da Bahia, devolvidas por ordem judicial.

O fomento para a produção de madeira reflete a política de contenção das empresas quanto à posse da terra. Como lembra Karina Oliveira, os Programas de Fomento Florestal são iniciativas das empresas que dependem da matéria-prima a fim de expandir suas áreas plantadas de eucalipto, junto a proprietários rurais. Considera que tais programas “são uma alternativa de uso das terras e de geração de renda, para esses proprietários, ao mesmo tempo em que o fomento reduz a necessidade de aquisição de novas terras para o plantio do eucalipto, uma vez que viabiliza a produção de madeira para a indústria, também por parte de terceiros”. (OLIVEIRA, 2008, p.105) .

Diante da justificativa de reduzir o capital fixo na compra de terras, mantendo capital próprio imobilizado em ativo fixo, reduz a compra de terras e aumenta a capacidade de ampliação dos lucros, uma vez que a matéria-prima, garantida pelo fomentado, resulta na mesma proporção da produção própria. A produção, historicamente apontada na relação terra-capital – trabalho no campo, segue a lógica fora dos contratos de fomento. Para Umbelino de Oliveira, “na agricultura, para que essa relação ocorra, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo”. (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Foge à lógica da relação terra - capital - trabalho, excluindo a posse da terra, manter-se a exploração através dos contratos que caracterizam o uso indireto. Considerando que a terra, por si só, não gera lucro, como faz o capital, na visão de Umbelino de Oliveira, mas apenas renda, o preço da terra é apenas renda capitalizada da terra, e não capital. Nesse sentido, além de reduzir as responsabilidades sociais do emprego, o fomento permite drenar o capital imobilizado das terras para a reprodução, em outros setores da empresa. Sem dúvida, o seguro previsto no contrato, uma vez que a eucaliptocultura é considerada, apesar da rusticidade, uma atividade de risco, garante a manutenção do capital apenas para a empresa. Os riscos são, portanto, eliminados, sob a ótica da empresa, não do produtor fomentado, como lembra Schneider: “para o capital, a limitação principal não é a autonomia (limitada) do fazendeiro, ou proprietário/operador, mas a sua incapacidade de eliminar os riscos, as incertezas e as discontinuidades intrínsecos a um processo natural ou biológico de produção. (SCHNEIDER, 2009b, p.55). Assim, delimita-se a ação do contrato de fomento, sem perdas para a empresa fomentadora.

No campo das ideias de defesa do fomento florestal, as contradições são evidentes. Tomam-se, aqui, dois exemplos da contradição em relação ao fomento florestal: a posição do Diálogo Florestal x o Movimento dos Pequenos Agricultores: consenso x dissenso.

Para o Diálogo Florestal, os programas de fomento florestal de papel e de celulose apresentam um grande potencial para servir como veículos de indução e de promoção de práticas sustentáveis e de respeito à legislação ambiental, pelas propriedades rurais. (DIÁLOGO FLORESTAL, 2008). A organização indica que, dentro de dez anos, mais de 30% dos plantios homogêneos que abastecem as fábricas de papel e de celulose estarão localizados em propriedades rurais cujos donos não são as próprias empresas. Justifica o fomento a partir de posições sociais do ponto de vista da natureza e do fomentado. Na concepção da organização, os programas de fomento devem considerar a segurança alimentar dos agricultores e garantir a diversificação da produção. Noutra linha, admite que tais projetos reforcem a fixação do homem no campo, uma vez que os programas de fomento florestal das empresas devem contribuir para a fixação dos produtores nas zonas rurais, especialmente aqueles que vivem na propriedade.

Na defesa de um consenso, defendem o discurso das áreas degradadas, ao tempo em que consideram que os programas de fomento devem levar em conta os requisitos da segurança alimentar e a diversificação que fixa os produtores na terra, especialmente aqueles que vivem na propriedade. Algumas diretrizes para o fortalecimento do Programa de fomento são apontadas:

- Capacitação de fomentados para o planejamento da propriedade;
- Garantia de ações de conservação via indução contratual. Ex: averbação da Reserva Legal e recuperação das Áreas de Preservação Permanente;
- Encaminhamento de pleitos conjuntamente, especialmente por políticas públicas. Ex: licenciamento nos municípios para silvicultores independentes e pequenos e médios fomentados;
- Capacitação de órgãos licenciadores municipais;
- Incentivo e orientação para averbação, recuperação e manejo das áreas de Reserva Legal dos fomentados, bem como geração de benefícios pela proteção delas;
- Fomento ao plantio de florestas para uso diversificado. Ex: madeira, sementes, fibras e frutos. (Diálogo Florestal, 2008, p. 5).

Tais procedimentos fortalecem o fomento no sul da Bahia, defendido pelo Diálogo Florestal, indiferente à autonomia e ao cativo da terra, pelo tempo em que existir o contrato de fomento. Reafirma que “o compromisso já é praticado no sul e extremo sul da Bahia, principal polo de silvicultura para papel e celulose do País, representando uma verdadeira revolução, em termos de preservação de remanescentes e de formação de corredores ecológicos. (DIÁLOGO FLORESTAL, 2008, p. 48). Isso implica uma

diversificação das culturas ou a pluriatividade, no campo, pouco discutida pelo Diálogo Florestal.

Na outra linha, o MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores - relembra a necessidade de que a estratégia é da busca contínua do aumento da produção da matéria-prima, sem precisar comprar mais terras para a sua produção. A ideia do Fomento Florestal, segundo o MPA, faz parte de uma nova estratégia de expansão das grandes empresas do agronegócio, no caso, das empresas de eucalipto. Lembra que contratos feitos pela Aracruz consistem na posse indireta da propriedade, pois, ao assinar o contrato, oferecer as mudas, o adubo, o veneno, e o dinheiro, a Aracruz acaba tomando conta da área da propriedade, onde o eucalipto é plantado, mesmo depois que o fomentado vender sua propriedade. O Quadro 8 aponta as obrigações e os direitos dos fomentados, explícitos pelo MPA, a partir de análises do contrato:

Quadro 8 - Obrigações e direitos dos fomentados, segundo o MPA

Obrigações do Fomentado	Direitos da Empresa Fomentadora
<ul style="list-style-type: none"> - receber mudas, agrotóxico e adubo da Empresa contratante; - seguir todas as recomendações técnicas e fazer todos os tratos culturais; - realizar o corte e o transporte do eucalipto até a área de processamento - vender 96,5% da produção para a Aracruz; - atingir a produção estimada; - aceitar a assistência técnica indicada, que fará os laudos técnicos de cumprimento das recomendações técnicas; - aceitar recursos para tratos culturais que serão descontados depois, reajustados conforme o preço da madeira; - cuidar de todas as licenças e autorizações necessárias; - pagar todos os impostos que precisam ser pagos; - vinculação do fomento do novo proprietário, em caso de venda da propriedade; - pagamento de multa de 10% sobre a produção prevista da área do fomento. 	<ul style="list-style-type: none"> - receber toda a madeira produzida, mesmo se o fomentado vender sua propriedade; - cobrar multa se a produção não for atingida; - se houver queima da área, será reembolsado por uma seguradora; - credenciar os técnicos que farão o acompanhamento técnico e definirão quais as mudas e insumos que serão fornecidos.

Fonte: MPA, 2009 – adaptado

3.10 Projetos “Florestais” em outros territórios

Nas outras regiões, projetos diferenciados, como o Floresta Para o Futuro e os Polos Florestais Sustentáveis, figuram como uma perspectiva de avanço da eucaliptocultura, no Estado, em moldes diferenciados, territorializados a partir de projetos regionais destinados ao consumo, especialmente da indústria local, e ao fomento florestal para atender ao processo de reposição florestal das Siderúrgicas. Trazem como objetivo, segundo a Superintendência de Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade (SFC), diminuir a pressão sobre a vegetação nativa e apoiar os segmentos que têm exigido produtos florestais (estacas, madeira serrada) e biomassa (lenha e carvão).

Programa Floresta para o Futuro

Segundo documento do Governo da Bahia, o Programa Floresta Bahia Global objetiva promover ações de recuperação da cobertura vegetal dos biomas baianos e contribuir com a descarbonização das atividades humanas, através do sequestro de carbono. De forma mais abrangente, no bojo das discussões sobre o clima, muito mais que um programa de reflorestamento, traz o princípio de contribuir para minimização dos efeitos das mudanças climáticas. A implementação do programa visa criar um marco regulatório e uma metodologia de referência para a adoção de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL –, com a emissão de títulos equivalentes aos Certificados de Emissões Reduzidas – CERs –, denominados Créditos de Carbono Zero – CCZs. No Planalto da Conquista, municípios como Cândido Sales e Barra do Choça aderiram ao projeto sem, contudo, o levarem adiante, com resultados ínfimos.

A gestão do Programa Floresta Bahia Global, administrado através de editais para entidades públicas, privadas e de ONGs, tendo como atribuições, pelo órgão responsável, a emissão dos títulos de Créditos de Carbono Zero, que deverão ser adquiridos por empreendimentos que utilizarem produtos florestais madeireiros ou emitirem CO₂, em seus processos produtivos, atividades ou serviços. No caso mais específico, envolvendo a eucaliptocultura, as empresas que utilizam produtos florestais madeireiros, oriundos de vegetação nativa do território baiano, segundo o Artigo 127 da Lei Estadual 10.431/06, (Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à biodiversidade) deverão compor

as suas demandas por Crédito de Reposição Florestal – CRFs. Diferente dos Polos Florestais Sustentáveis, o projeto, de base mais ampla, reestruturava as questões relativas ao plantio de florestas nativas e incluía, também, uma política de incorporação das políticas globais.

Os Polos Florestais

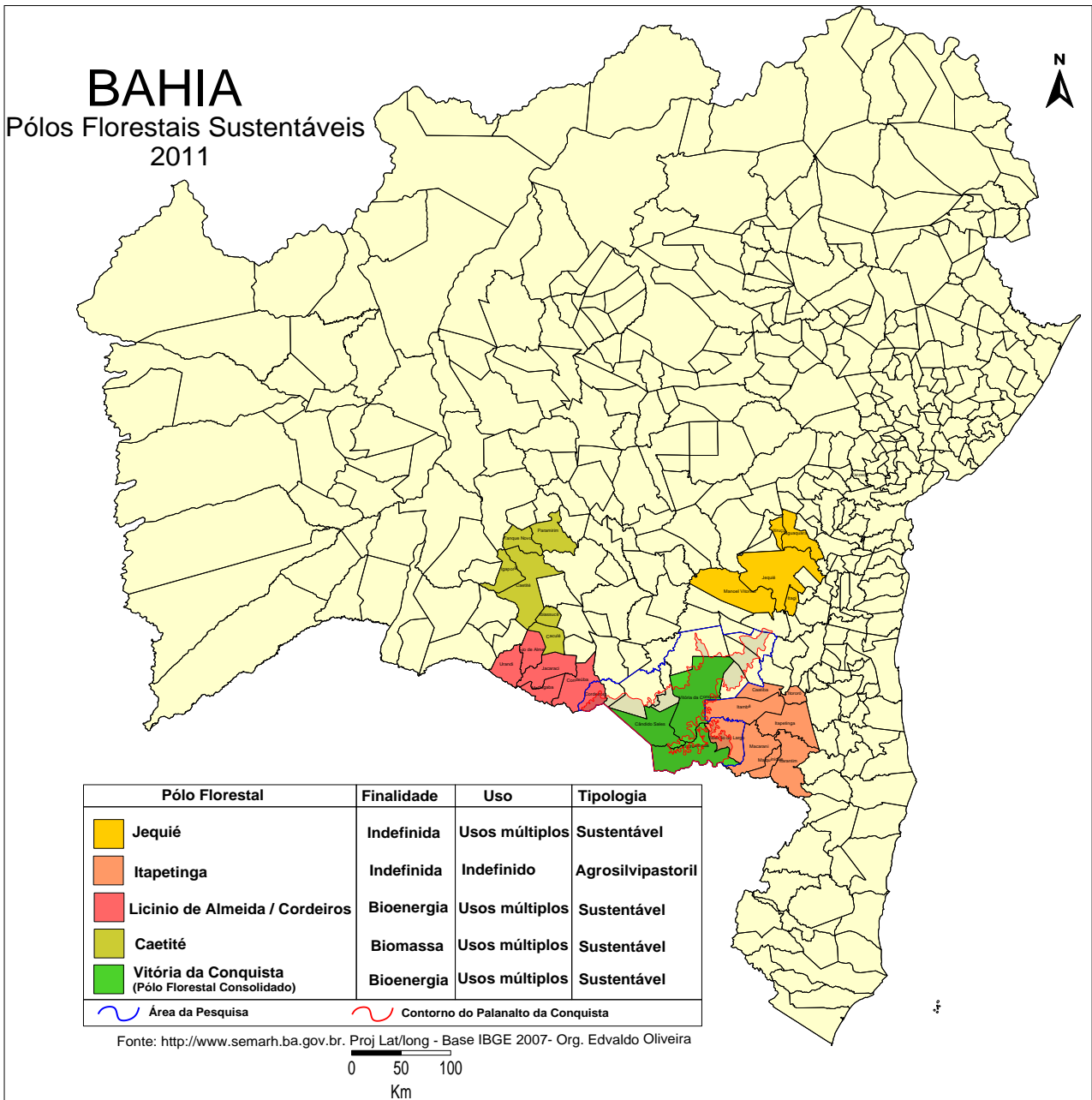
A proposta de Polos Florestais Sustentáveis, também regidos pela Lei Estadual 10.431/06, que incorpora parte do Projeto Floresta Bahia Global, no que tange ao Crédito de Reposição Florestal, segundo a SFC, objetiva diminuir a pressão sobre a vegetação nativa e apoiar os segmentos que têm pleiteado produtos florestais (estacas, madeira serrada) e biomassa (lenha e carvão), objetivando atender a demandas regionais (usos múltiplos) e para suprimento de biomassa: lenha e carvão (bioenergia).

Os Polos Florestais tornam-se parte da análise da expansão da eucaliptocultura, na Bahia, por envolver o plantio de eucalipto, muito mais como forma de manter o consumo de madeira pela indústria regional do que a preservação da mata nativa, uma vez que continua o processo de retirada da cobertura vegetal, pela via da concessão, na forma de compensação das perdas por supressão da vegetação.

A política dos Polos Florestais prevê, para efeito do plantio de florestas, o Registro de Florestas de Produção – RFP, Aprovação de Reserva Legal – ARL, Crédito de Volume Florestal – CVF, e o Registro de Atividade Florestal – RAF. Tais procedimentos acabam desaguando em um conjunto burocrático que desvia o produtor da atividade proposta pelo Programa, criando dificuldades de aprovação, levando ao plantio independente do Projeto dos Polos.

O fato de ter como indicadores o mercado consumidor e as políticas regionais, sem levar em conta o zoneamento agrícola para a silvicultura e eucaliptocultura, a territorialização dos Polos Florestais não obedeceu à dinâmica da expansão da eucaliptocultura, ao menos no Planalto da Conquista, conforme se vê na Figura 18. Municípios produtores do Planalto da Conquista, com potencial e produção efetivada, acabam ficando fora dos Polos, com política de expansão alheia ao Projeto, muitas vezes dificultada pela exigência normativa para incorporação ao Polo:

Figura 18 – Polos Florestais da Bahia – Situação do Planalto da Conquista



4. A EUCALIPTOCULTURA NO SUL DA BAHIA

Como plantaremos flores, se está decidido que só eucaliptos sobreviverão.

(Anônimo)

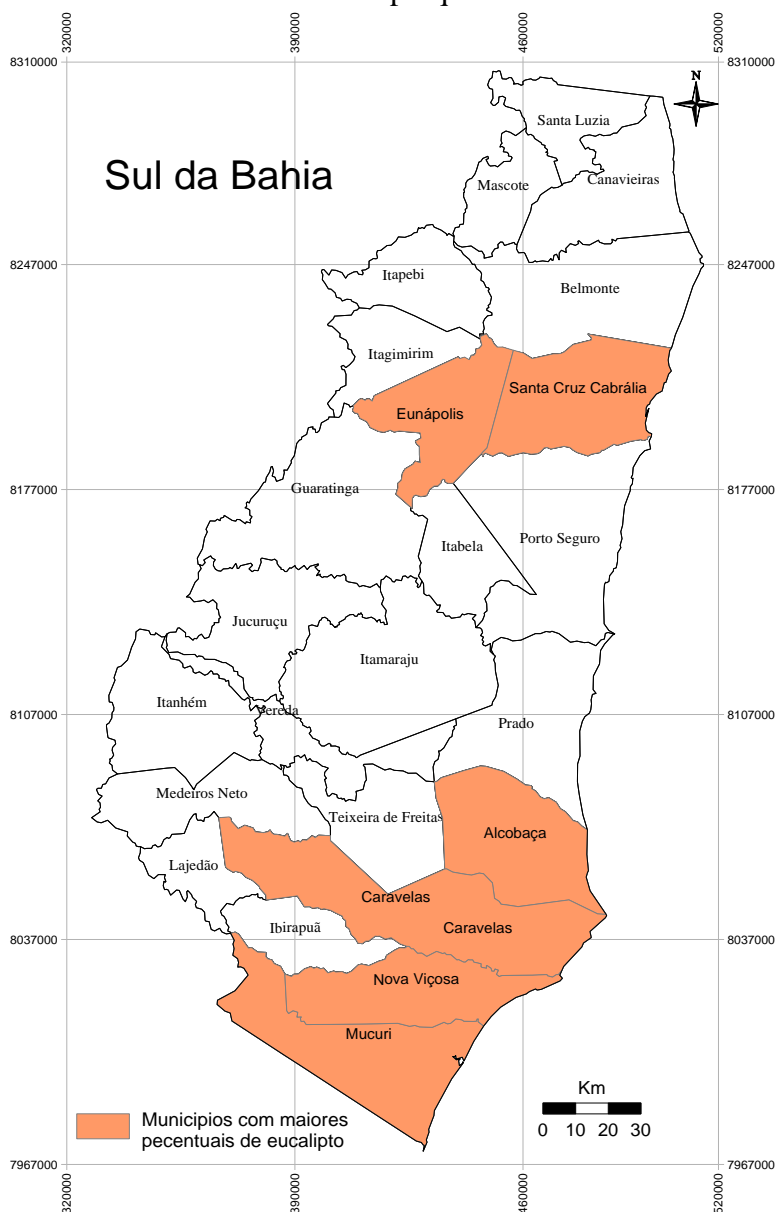
4.1 A produção do espaço – concentração e desigualdade na implantação da eucaliptocultura

Esta parte da Tese traz informações sobre a eucaliptocultura, no sul do Estado, com o objetivo de estabelecer a comparação com o Planalto da Conquista, mediante os levantamentos da estrutura fundiária e da expansão da eucaliptocultura, marcada pela concentração fundiária e pela territorialização, com indicadores altíssimos de concentração das terras e dos plantios. Faz, portanto, parte do aporte metodológico adotado, consoante o método comparativo que fundamenta a diferenciação Planalto x sul do Estado. O mapeamento do eucalipto, no sul, foi feito pós-leitura, pré-classificação/digitalização de imagem de satélite, amparado pelo mapeamento elaborado pelo Instituto do Meio Ambiente da Bahia (IMA), através dos documentos que norteiam as políticas futuras para o sul, baseado na ampliação dos biocombustíveis. Tomou-se como base os dados secundários de quatro municípios no extremo sul da Bahia, que tiveram alterações significativas na estrutura fundiária, com ênfase na eucaliptocultura. Assim, dos 23 municípios mapeados, que empreenderam a monocultura do eucalipto, foram destacados seis, como amostra, que apresentavam maior percentual de ocupação das terras: Alcobaça, Nova Viçosa, Eunápolis, Caravelas, Mucuri e Santa Cruz Cabrália.

A produção do espaço, na região sul, revelou-se de forma não apenas desigual no trato da distribuição das terras, bem como na ocupação pela via do fomento, próprios das empresas. Dessa forma, a ocupação do solo pelo eucalipto mostra o adensamento de uma cultura típica do agronegócio globalizado. Historicamente, o sul do estado da Bahia teve uma estrutura agrária vinculada à exploração da madeira e ao cultivo do cacau, posteriormente aplicada à pecuária. A partir da década de 1950, ocorreram mudanças profundas na região, principalmente após a construção da BR-101, inaugurada em 1973, o que levou a uma explosão demográfica, nos núcleos situados ao longo do traçado dessa Rodovia, marcada

pelas políticas econômicas, em meio à crise do milagre econômico. Nesse contexto econômico mundial, e no bojo dos planos da política de crescimento do setor madeireiro nacional e da implantação de Complexos Industriais fora do centro sul do País, com a descentralização dos Polos Industriais, como o de Camaçari, na Bahia, verifica-se a expansão da produção de madeira no sul do Estado, cujo vetor prossegue do estado do Espírito Santo. A Figura 19 mostra o recorte do mapa dos Municípios, com destaque para os seis maiores produtores:

Figura 19 - Sul da Bahia – Área da pesquisa



O modelo adotado segue o da política de financiamento estatal, com mesclas do capital estrangeiro, resultando no complexo industrial de papel e de celulose. Esse mecanismo de financiamento estimulou a migração das empresas “reflorestadoras” para os estados do Nordeste, principalmente para a Bahia. Dessa forma, predominam os incentivos e a aplicação do capital para a cadeia produtiva do papel e da celulose e, em menor grau, a produção de madeira para o setor moveleiro e o de carvão, destinado às siderúrgicas mineiras. A consolidação do polo de celulose no sul do Estado, segundo Oliveira, dá-se com a elaboração do Programa de Zoneamento Florestal do Estado da Bahia e a instituição do Plano Nacional de Papel e de Celulose (1974), pelo Governo Federal. Aproveitando-se das modificações do FISET, o “Estado consolida-se, em 1982, como o segundo Polo Florestal brasileiro, sendo criados, naquela época, três distritos florestais baianos: o Distrito Florestal Litoral Norte, o Distrito Florestal do Além São Francisco e o Distrito Florestal do Extremo Sul”. (OLIVEIRA, 2008. p. 51). Afora os projetos para o litoral norte, vinculados ao Polo Petroquímico de Camaçari, apenas o sul teve incentivos, dentro de uma política regional, a territorialização da eucaliptocultura, que foi lastreada pelo grande capital e pelo investimento estatal.

O avanço da eucaliptocultura, no sul do Estado, tomou proporções cujos questionamentos se deram com ênfase muito mais na questão ambiental que agrária. As empresas produtoras de eucalipto avançaram pelos municípios, com a mesma estratégia de buscar terras baratas, uma vez que os solos do litoral sul são considerados pobres. O grande questionamento ficava por conta do desconhecimento real da ocupação da eucaliptocultura, cujas informações eram obtidas pelos licenciamentos e relatórios das empresas produtoras e pelas entidades de classe.

Diante do quadro de desconhecimento da situação da eucaliptocultura e da pressão sofrida, o Governo do Estado, através do IMA, utilizando os Sistemas de Informações Geográficas, fez levantamento da situação envolvendo a questão da ocupação dos plantios, revelando, o que há muito era questionado pelas ONGs, Sindicatos e outros órgãos da Sociedade Civil. Dessa forma, pela primeira vez, o Estado chegou aos números da área total ocupada pelos plantios, das áreas licenciadas de cada empresa, da situação de regularização ambiental (existência de licenças, reservas legais (APPs) e do envolvimento dos municípios. Segundo os documentos “Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos de Expansão da Silvicultura de Eucalipto e B combustíveis no Extremo Sul da Bahia: AAE Extremo Sul” e “Silvicultura de eucalipto no Extremo Sul da Bahia: situação atual e perspectivas

ambientais”, não se conhecia o valor total de áreas autorizadas para plantio, especialmente da empresa Veracel. A diferença encontrada entre a área total licenciada pela Resolução CEPRAM nº. 1.239/96 e a área total obtida a partir do somatório de licenças individuais podem ser atribuídas a processos antigos (desde 1993), não registrados no banco de dados da Secretaria de Meio Ambiente. Na Tabela 14, pode-se notar o quantitativo oficial de plantios de eucalipto, pelas empresas, da ordem de 285 mil hectares:

Tabela 14– Levantamento dos plantios de eucalipto nos 24 municípios do sul do Estado da Bahia, por empresa, em 2008 .

Empresas	Plantios próprios licenciados (em ha)	Área efetivamente plantada (em ha)
Veracel Celulose S.A	112.380,24	89.758,07
CAF – Santa Bárbara Ltda.	8.833,59	8.833,59
Aracruz Celulose S.A	101.059,15	97.459,75
Suzano Bahia Sul Papel e Celulose	92.398,92	90.637,90
Total	316. 671,90	285. 016,98

Fonte: SEMA/BA 2008.

Em 2006, as áreas das propriedades adquiridas pela Veracel, em 10 Municípios, envolvendo Reserva Legal e APP, eram de 205.364 hectares, com 76,6 mil hectares destinados ao plantio de eucalipto, segundo o Relatório de Sustentabilidade Veracel, (2006). Nesse ano, foram incorporados mais 19 mil hectares de terras. A parceria com produtores particulares soma 14,6 mil hectares com previsão de incremento de 20% da madeira produzida, diante da demanda e das limitações na compra de terras que, segundo Oliveira (2008), tiveram aporte financeiro do BNDES.

A gravidade da situação, no sul da Bahia, não envolve apenas a eucaliptocultura. Segundo os levantamentos do IMA, a área pesquisada, nos 24 municípios, soma 15.372, 4 km², do total de 33.629,5 km², totalizando 46% dos territórios dos municípios. Desses, não se conhecia a produção regional, na agricultura. Os questionamentos do Relatório ratificam que “Não se conhecem os usos e as vocações dos 54% do território (100% menos 46%). Terras agricultáveis? Área de influência efetiva dos plantios de eucalipto? Áreas ocupadas por rios, por drenagens, por estradas, por acessos, por núcleos urbanos?”. (BAHIA, 2008. p. 10). O quadro informativo se agrava uma vez que o levantamento detectou a ausência total de informações, considerando que:

Não há ordenamento nem zoneamento do território; não há coordenação das intervenções públicas relativas aos plantios de eucalipto na região; não há políticas agrícolas, não há políticas fundiárias; não há controle da legalidade da venda de terras; não há estudos/normas específicos estabelecendo índices recomendáveis de ocupação para as plantações por municípios. Não há um mapeamento que proporcione uma visão de conjunto dos conflitos antigos e atuais, nem do status nem do tratamento dado aos mesmos nas esferas administrativas de diversos órgãos atuantes na região ou do judiciário. A impressão que se tem é que as condicionantes das licenças ambientais são percebidas como os únicos instrumentos de governança na região (BAHIA, 2008a. p. 18).

Essa situação mostra a ausência da política efetiva de informação/informatização do uso da terra, no Estado, que até recentemente teve uma cartografia pouco aplicada ao planejamento agrícola/agrário, evidenciando o desconhecimento da produção do espaço, pelo Estado, ou, em última instância, sob negligência desse, mas devidamente planejado pelo grande projeto da eucaliptocultura, na região, levada a cabo pelo grande capital. Os resultados mostram o descontrole, até então, da expansão da eucaliptocultura, no sul do Estado, apoiados apenas nos licenciamentos e nos cadastros do programa Cerbesus (Banco de dados do Instituto do Meio Ambiente), como controlador. Dessa forma, ainda que para servir a outros projetos do Governo, já questionáveis, tem-se um diagnóstico, que não foi feito pelos Governos passados. Isso não significa, porém, que o Governo vai conter o avanço da eucaliptocultura, mas que vai ter em mãos a *verdade terrestre*, para a expansão dos projetos propostos dos bicomustíveis, inclusive da eucaliptocultura.

Outros dados levantados, mostrados na Tabela 15, apontam para a ampliação da área plantada, considerando outras informações, como plantios independentes e o projeto de fomento florestal das empresas:

Tabela 15 – Situação da eucaliptocultura nos 24 municípios do sul do Estado

Item	Área ha	% sobre área
Área total dos municípios*	3.369.500,00	
Área total ocupada**	412.844,00	12,25
Plantios próprios (Empresas)	285.016,98	8,46
Fomento (pelas empresas)	90.678,59	2,69
Área sem identificação (independentes)	37.148,00	1,10

Fonte: SEMA/BAHIA, 2008. Organização Edvaldo Oliveira

*Municípios envolvidos: referente aos 24 municípios pesquisados.

**Empresas envolvidas: Veracel Celulose S.A., Aracruz Celulose, Suzano Papel e Celulose e CAF Santa Bárbara Ltda.

Do mapeamento, feito em imagens de satélite, para os 23 municípios, excluído o município de Jucuruçu, com 3,206 milhões de hectares da região, a ocupação é de 413.883,00 hectares de eucalipto, totalizando 12,91% da área. Os dados da Tabela 16 foram obtidos para os estudos da Tese. Divergências em relação aos dados do Estado podem ser admitidas pela metodologia adotada, sem grandes prejuízos para as análises, considerando também o grau de generalização e a escala de trabalho:

Tabela 16 – Eucalipto plantado, por município no sul da Bahia – Situação em 2007.

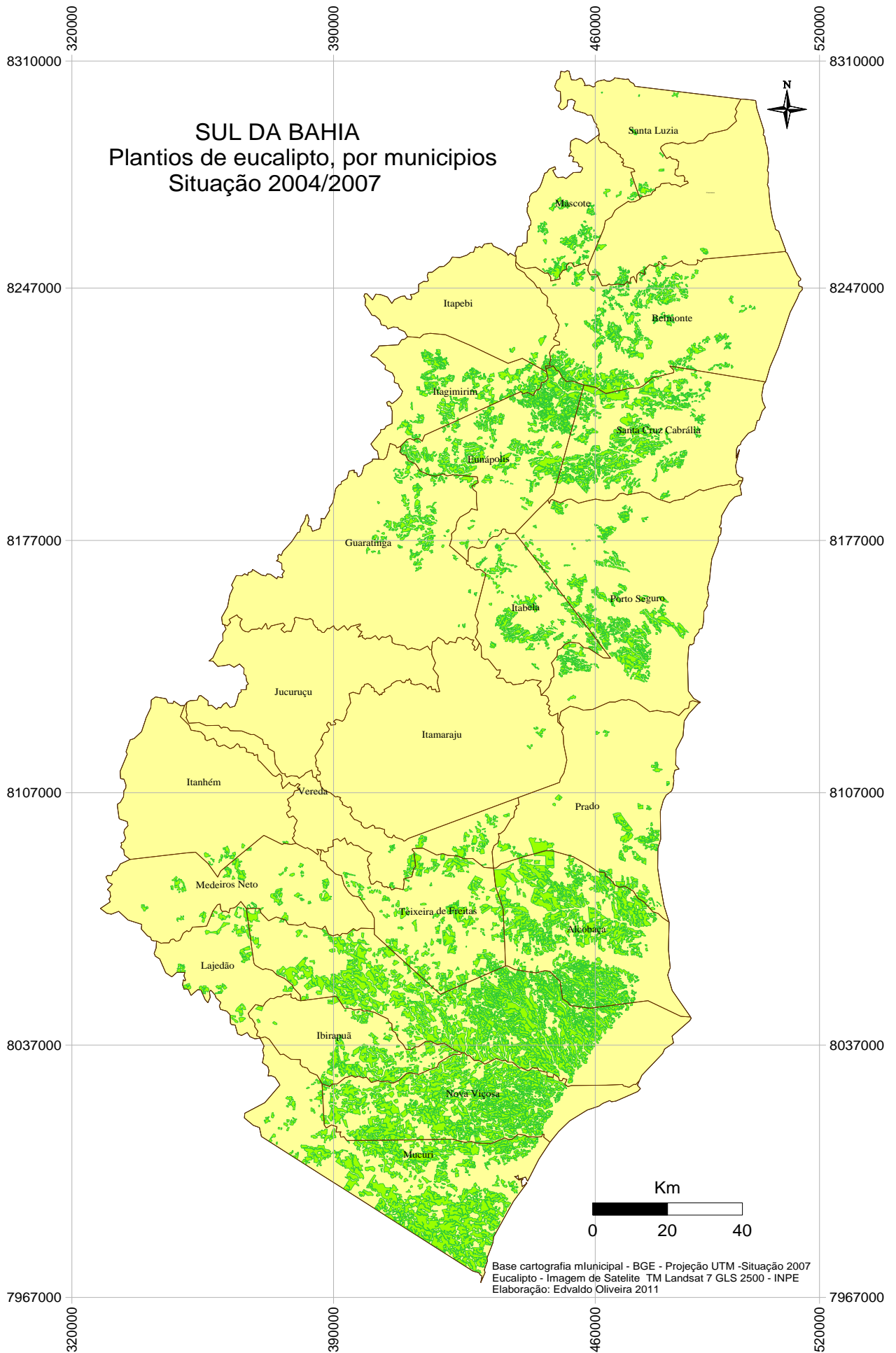
Município	Área do município (ha)	Área eucalipto (ha)	%
Alcobaça	150.669.280	50.732.226	33,67
Belmonte	201.012.583	19.100.606	9,50
Canavieiras	137.557.677	1.154.709	0,84
Caravelas	235.724.920	80.298.641	34,06
Eunápolis	119.475.005	24.133.847	20,20
Guaratinga	232.270.477	7.491.887	3,23
Ibirapuã	78.492.070	11.061.739	14,09
Itanhém	144.468.538	705.452	0,49
Itabela	85.303.816	7.221.887	8,47
Itagimirim	81.618.906	10.801.996	13,23
Itamaraju	236.940.976	287.201	0,12
Itapebi	97.273.963	10.661	0,01
Lajedão	61.468.813	3.345.564	5,44
Mascote	70.985.225	3.774.668	5,32
Medeiros Neto	124.536.093	3.421.195	2,75
Mucuri	177.444.958	59.059.438	33,28
Nova Viçosa	132.801.355	57.488.270	43,29
Porto Seguro	240.778.251	19.427.140	8,07
Prado	166.468.193	7.933.144	4,77
Santa Cruz Cabrália	154.957.543	26.455.679	17,07
Santa Luzia	78.365.416	796.058	1,02
Teixeira de Freitas	115.346.290	16.103.260	13,96
Vereda	82.879.882	3.078.428	3,71
Total	3.206.840.230	413.883.696	12,91

A diferença de área em relação aos levantamentos do Governo do Estado se dá pela exclusão do município de Jucuruçu, que não apresentou plantio de eucalipto.

Os plantios especificados na Tabela acima apontam para o quadro geral, distribuídos entre os produtores fomentados pelos programas das empresas, dos produtores independentes

e dos plantios próprios das empresas. O mapa do território do sul permite uma visualização da expansão da eucaliptocultura, mostrada na Figura 20. Os municípios na faixa centro-norte, que apresentam concentrações maiores, são: Eunápolis, Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro, Itagimirim, Belmonte e Itabela, além de outros, com menor grau de ocupação pelo eucalipto. A concentração maior, nos municípios da faixa sul do território, compreende os municípios de Alcobaça, de Nova Viçosa, de Caravelas e de Mucuri.

Figura 20 – Sul da Bahia: Plantio de eucalipto



4.2 A proposta do grande projeto – o complexo industrial do sul do Estado e o modelo concentrador

O grande projeto de implantação da eucaliptocultura, no sul do Estado, revela a política de concentração das atividades, no setor, com a compra de terras e o financiamento estatal, com consequências para o ambiente e, nesse caso, para a reconfiguração da estrutura agrária e agrícola. O modelo inicial, já no final da política de modernização da agricultura, pode-se verificar pelos níveis de financiamento junto à indústria de Celulose e de Papel. Os levantamentos feitos por Oliveira (2007) e Oliveira (2008) dão conta do favorecimento do modelo concentrador de plantios de eucalipto em “um contexto político, técnico, econômico, legal, e de mercado, sendo delineado pela inovação tecnológica (obtenção de fibra curta), pelas políticas macroeconômicas orientadas pelo BNDES, - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - (pela escassez de madeira no mercado)”. (OLIVEIRA 2007, p. 2).

No conjunto dos incentivos fiscais, a concentração fundiária era evidente pelo mesmo discurso de ampliação da base florestal para o Nordeste – terras disponíveis e baratas. Mesmo avaliando os conflitos entre os habitantes do entorno das grandes plantações de eucalipto, no sul do Estado, Oliveira (2007) afirma que a concentração fundiária é parte do modelo adotado pela via do financiamento público. Então:

Um dos paradigmas que cercam alguns segmentos do setor florestal é a necessidade da concentração de terras para atendimento da demanda industrial. Esse processo de latifundização teve suas origens no início do desenvolvimento do setor florestal brasileiro, com forte incremento durante os incentivos fiscais, onde se sobrepõe o período de importante apoio do BNDES ao setor, e esse processo perdura até os dias atuais, porém com menor intensidade (OLIVEIRA 2007, p. 14) .

Para o autor, “Assim, tanto a União quanto os governos estaduais realizaram ações com a finalidade de atrair investimentos, viabilizando a área necessária para a obtenção da matéria-prima florestal”, (OLIVEIRA 2007, p. 21), ratificando que a ação do Estado, no estabelecimento das indústrias de base florestal, foi além do financiamento e implicou disponibilidade de terras do Estado, com a concessão, inclusive, de terras denominadas devolutas.

Em termos quantitativos, pode-se ressaltar que os estímulos à migração das empresas reflorestadoras, em direção aos estados do Nordeste, principalmente da Bahia. Nos anos de 1970 e de 1980, o total da área plantada com florestas, para fins industriais, aumentou em 18,6%, em toda a região Nordeste, enquanto que, entre 1980 e 1985 tal crescimento registrou 176% contra 18% ,verificados em todo o Brasil (OLIVEIRA, 2008 p. 50).

Embora se reconheça que as pastagens são também responsáveis pela concentração fundiária, as análises aqui se prendem apenas à eucaliptocultura. O caso emblemático das grandes empresas, tomadas como exemplo para as análises da ocupação das terras no sul, evidencia o quadro de expansão sobre a terra e a concentração fundiária. Dessa forma, amplia-se a base industrial, com ênfase nas atividades típicas do agronegócio, capitaneado principalmente pela Veracel Celulose e a Suzano Bahia Sul Celulose, com evidente processo de concentração das terras. Koopmans (2005) , embora não apresente um trabalho com dados sistematizados, aponta que o avanço sobre a pequena propriedade foi rápido, considerando que, até os anos de 1975, a região era formada de pequenas propriedades, entre 10 e 100 hectares, seguidas pelas que possuíam entre 100 e 1.000 hectares. Aponta, ainda, que, em 2005, segundo o relatório da Bracelba, a concentração, pelas empresas, de aproximadamente 322.443,9 mil hectares, que representam cerca de 3,22% da área total do Estado (566,90km² /mil). Desses, 319,550,2ha são destinados ao plantio de eucalipto, o que corresponde a cerca de 99,10% da área total pertencente à Veracel e à Suzano Bahia Sul Celulose (KOOPMANS, 2005).

Dados compilados por Fontes (2007) registram que, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2004), na área de influência da Suzano Bahia Sul Celulose, cerca de 0,1% dos proprietários detém 41% da área total cadastrada. Nesse sentido, a desterritorialização de pequenos proprietários fica evidente, pois “o número de proprietários com até 100 hectares diminui em relação a 1980, quando havia 13.018 proprietários, nessa faixa da região, para 8.981, em 1995. (INCRA e IBGE). Houve uma redução de 31% de pequenos e médios proprietários na região toda (KOOPMANS, 2005, p. 76) .

Em 2006, as áreas das propriedades adquiridas pela Veracel, em 10 Municípios, envolvendo Reserva Legal e APP, eram de 205.364 hectares, com 76,6 mil hectares destinadas ao plantio de eucalipto. (VERACEL – 2006). Nesse ano, foram incorporados mais 19 mil hectares de terras. A parceria com produtores particulares soma 14,6 mil hectares,

com previsão de incremento de 20% da madeira produzida, diante da demanda e das limitações na compra de terras (Tabela 17):

Tabela 17 – Área de terras da Veracel Celulose entre 2009 e 2010

Item	2009	2010
Infraestrutura	11.048 ha	11.048 ha
Área de plantio de eucalipto	90.599 ha	90.599 ha
Disponível para plantio	4.661 ha	
Área de conservação e de proteção da vegetação nativa (incluindo a RPPN Estação Veracel)	105.367 ha	105.367 ha
Área total de terras	211.676 ha	211.676 ha

Fonte: Relatório de Sustentabilidade – Veracel 2010

4.3 A territorialização do eucalipto a partir dos municípios

O Município, reconhecido pela primeira vez como ente federativo na Constituição de 1988, marcou presença nas questões da eucaliptocultura, no Sul, a favor, no primeiro momento, chegando à discussão sobre a expansão, em momento posterior, quando concluiu que a demanda por terras chegara ao limite. Alguns, diante do dispositivo constitucional de elaboração da Lei Orgânica de cada Município, como parte do ordenamento jurídico, buscaram limitar a expansão, sob pena de prejuízos à agricultura familiar local.

Os indicadores levantados pelos documentos do IMA mostram o controle de propriedades, pelas grandes empresas, na maioria dos municípios do sul do Estado. Dos 24 Municípios pesquisados, 10 são representados, na Tabela 18, mostrando o percentual de propriedades das empresas, revelando o quadro concentrador das terras:

Tabela 18 – Percentual de Propriedades por Município e por Empresa Produtoras de Eucalipto

Municípios	Área total de imóveis da Suzano e da Aracruz (em %)
Nova Viçosa	50,0
Alcobaça	42,0
Mucuri	38,0
Caravelas	38,0
Ibirapoã	22,5
Teixeira de Freitas	6,3
Vereda	5,3
Lajedão	1,7
Prado	0,3
Medeiros Neto	0,1

Fonte: Fonte: SEMA/BAHIA, 2008a

Segundo a conclusão apresentada, “Estes resultados evidenciam uma situação preocupante de alta concentração fundiária, especialmente nos municípios de Nova Viçosa, de Alcobaça, de Mucuri, de Caravelas e de Ibirapôã”. (BAHIA, 2008a p. 40). Os dados vão além, ao indicar que das propriedades fiscalizadas, 85 são da Veracel Celulose. Da Aracruz e de Suzano são 486 propriedades, das quais 213 estão acima de 100 hectares, carecendo de licenciamento.

Tomando como base os seis municípios com maior plantio de eucalipto, estes mostram que a espacialização da eucaliptocultura, no sul do Estado, revela a concentração da monocultura, que representa um percentual muito elevado. A partir do mapeamento do eucalipto (situação em 2007), pode-se verificar, na Tabela 19, o volume plantado, por município, comparando com os dados obtidos pelo IMA. No quadro de dados apresentado, nos seis municípios destacados, os percentuais de área de eucalipto mostram o grau de concentração, apesar das resistências e das discussões sobre a legislação recente que limitam o avanço da eucaliptocultura.

Tabela 19– Áreas dos Municípios obtidas por imagem de satélite – 2007 e percentual obtido pelo IMA

Município	Área do município (ha)	Área de eucalipto	%	% encontrado pelo IMA*
Nova Viçosa	132.801.355	57.488.270	43,29	44
Alcobaça	150.669.280	53.732.226	35,66	34,30
Caravelas	235.724.920	84.498.641	35,85	34
Mucuri	177.444.958	60.059.438	33,85	33,50
Santa Cruz Cabrália	154.957.543	26.455.679	17,07	18
Eunápolis	119.475.005	24.533.847	20,53	20

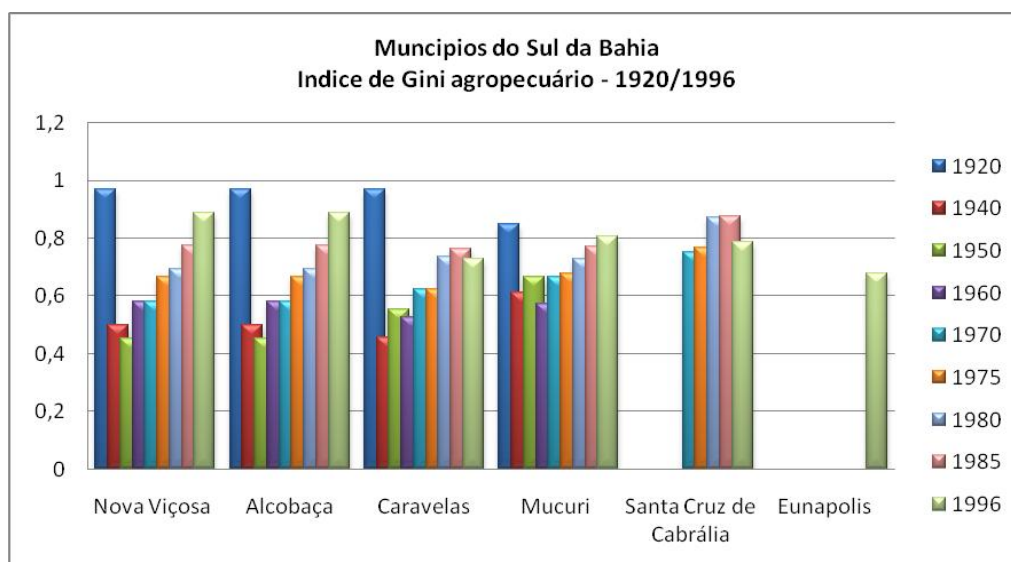
*Os percentuais encontrados pelo IMA –Instituto do Meio Ambiente referem ao levantamento

Lembrando as proposições de Smith (1988) sobre a “igualização da natureza” , o relatório do Governo destaca a forte homogeneização da paisagem, pela via da concentração fundiária, que constatou “uma tendência a um processo de homogeneização na dinâmica do uso da terra, no Extremo Sul, onde as unidades de “pastagem” e de “cultivo de eucalipto” são elementos dominantes na paisagem regional”. (BAHIA, 2008a p.10). O quadro de adensamento das propriedades revelou os conflitos entre a população e as grandes empresas, tanto ambiental quanto fundiária. Nesse sentido, os aspectos conflitantes foram discutidos no II Simpósio de Fomento Florestal, realizado em Belo Horizonte, em 2011, quando foi

decidido pela reestruturação dos plantios, com redução da compra de terras e aumento do fomento florestal.

No plano da concentração da terra, as avaliações da estrutura fundiária também se mostram diferenciadas em relação a outras regiões. O índice de Gini dos seis municípios, disponibilizados pelo portal Geografar, ressalvados o caso de Eunápolis²⁰, com dados somente de 1996, mostram a evolução da concentração das terras, sobretudo, após o avanço da eucaliptocultura. Historicamente, percebe-se, na Bahia, uma fragmentação da propriedade, na década de 1940.²¹ Tanto no caso do sul quanto do Planalto da Conquista, fica evidente esse processo. No entanto, o sul do Estado dá sinais de reconcentração, a partir de 1975, tempo em que é implementado o Plano Nacional de Papel e Celulose, o financiamento do Fiset e sua consolidação, a partir de meados da década de 1980. Carneiro lembra que “os impactos fundiários significativos, entre as décadas de 50 e 60, provocados principalmente pela pecuária extensiva, mas que atualmente não implicarão alterações da estrutura fundiária da região, nem dos desmatamentos das florestas nativas”. (CARNEIRO, 1994, p42). A partir daí, embora a pecuária tenha sido responsável, no processo inicial pela concentração fundiária, a expansão da eucaliptocultura, praticada pelas grandes empresas, acaba por elevar os indicadores, como observados na Figura 21.

Figura 21- Índice de Gini agropecuário dos Municípios com maior adensamento de eucalipto no sul da Bahia



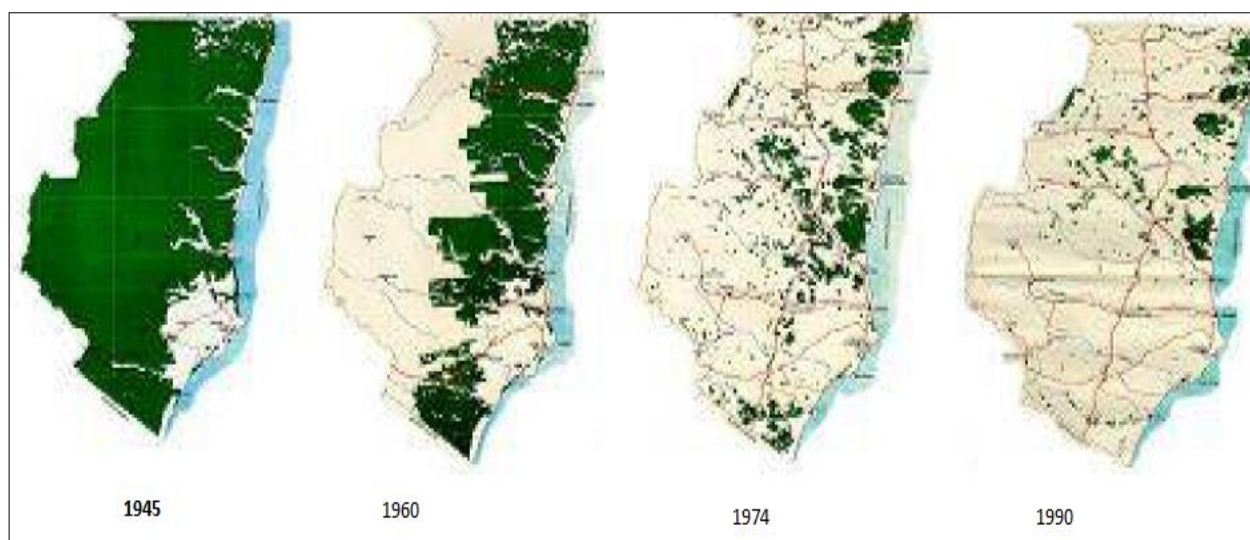
Fonte: Geografar/UFBA, 2011. Organizada pelo autor

²⁰ O município de Eunápolis foi criado pela Lei Estadual 4770/1988

²¹ Esse fato chama atenção uma vez que quase todos os dados em 1920 apontam para a grade concentração de terras, com fragmentação a partir da década de 1940, carecendo de estudos mais detalhados.

Considerando os graus de concentração apontados na evolução do Índice de Gini, nos levantamentos para 1940, nos municípios de Nova Viçosa, de Alcobaça e de Caravelas, revelavam uma baixa concentração das terras em relação ao período anterior, marcado pela concentração fundiária, que vem desde a colonização e se estende até a o fim da República Velha. Os dados que apontam a concentração entre 1950 e 1970 remetem, em parte, ao mecanismo de exploração da madeira e posteriormente à implantação da pecuária, no que se denomina de sistema derrubada/queimada, apontado por Mazoyer e Roudart (2010), ratificando o processo de sistemas pós-florestais, comuns na exploração da Mata Atlântica em todo o litoral do Brasil, conforme se vê na Figura 22:

Figura 22 - Evolução do desmatamento no Extremo Sul da Bahia, Brasil.



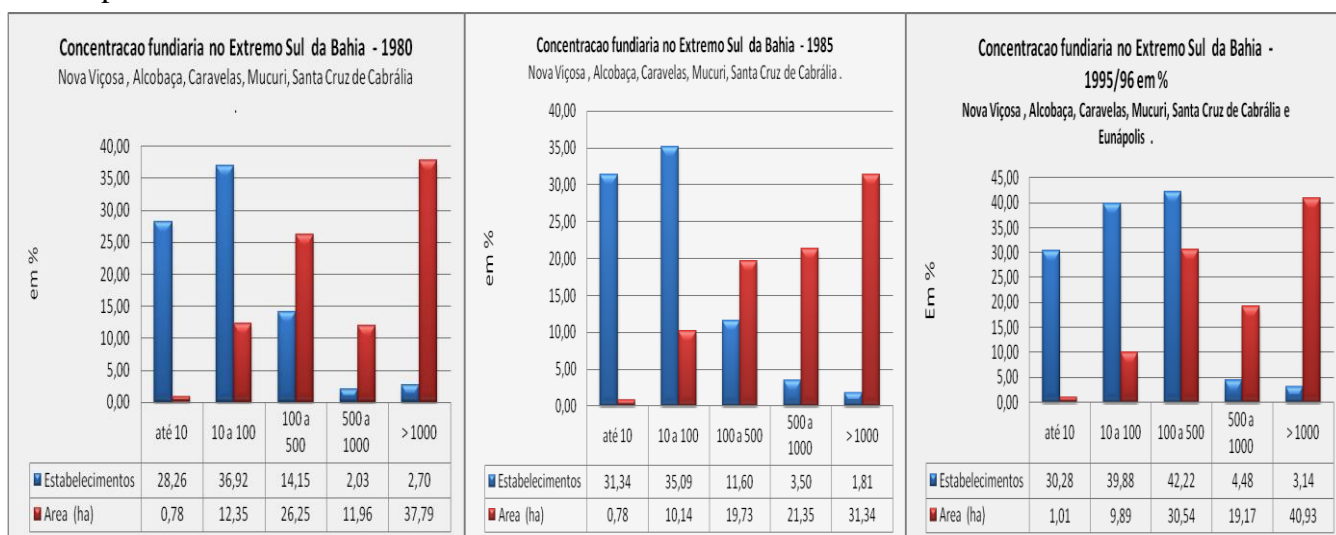
Fonte: Ceplac 2000

O mecanismo de apropriação das terras, embora apontado por ambientalistas como parte do processo de desmatamento para a eucaliptocultura, foi a compra das terras destinadas às pastagens. Esse fato pode ser constatado fazendo a correlação entre os indicadores dos municípios de Nova Viçosa e de Alcobaça, que apresentam maior índice absoluto de eucalipto, em seus territórios, variando entre 44% e 35%, de ocupação com posição no índice de Gini de 0,88, considerando que o grau de concentração, aproximando de 1, revela altos indicadores de concentração. De forma geral, as análises apontam para a concentração

fundiária, variando entre 0,68 para o município de Eunápolis. Os demais variam entre 0,73 a 8,88, para o Censo de 1995.

No plano mais específico da relação entre os estabelecimentos agrícolas e a área, tomando os dados de 1980, fase da consolidação da eucaliptocultura no sul, e seu avanço entre 1985 e 1996, a partir dos censos agropecuários, o grau de concentração das terras evolui, reduzindo a quantidade de propriedades. Esse indicador mostra que a concentração fundiária se deu de forma brusca, em curto período, em torno de quinze anos, quando a implantação da eucaliptocultura, no sul do Estado, já dava sinais de concentração de terras, na década de 1980. A partir desse período, conforme se observa na Figura 23, observa-se a síntese da estrutura fundiária, dos Censos agropecuários, consoante os índices de Gini:

Figura 23 – Evolução da concentração fundiária dos Municípios com maior adensamento de eucalipto no sul da Bahia. 1980-1995



Fonte: Geografar 2012. Organização Edvaldo Oliveira

As análises dos dados apontam que, no levantamento de 1980, nos intervalos de até 10 hectares, 28% dos estabelecimentos, qualificados como pequenas propriedades, concentravam-se em apenas 0,78% de área; entre 10 e 100 há, 36% de propriedades para ¼ da área; entre 100 e 500 hectares, ocorre a redução do número de estabelecimentos (14,15%) e a concentração de área (26,25%). As propriedades maiores que 1.000 ha, 37,7% das áreas em apenas 2,7% de propriedades indicam grande concentração nesse intervalo.

Nos dados de 1985, aumenta o número de estabelecimentos até 10 hectares (32,34%), mas mantém o indicador de área (0,78%), o que significa a fragmentação da pequena

propriedade. Entre 10 a 100 hectares aumenta em 2% da área e reduz o número de estabelecimentos em 1,83%, mantendo o equilíbrio. Nos intervalos entre 100 e 500 hectares reduz-se os estabelecimentos e as áreas. Entre 500 e 1.000 hectares, ao tempo em que aumenta o número de estabelecimentos em 1%, dobra o valor das áreas, passando de 11,95 % para 21,35%. O movimento importante resulta do intervalo maior que 1.000 hectares, que reduz as áreas, mas observa-se que ocorreu aumento da concentração na faixa de 500 a 1.000 ha. Nesse caso, o indicador de concentração aumenta, o que pode ser observado, também no índice de Gini.

Nos dados de 1995/1996, a manutenção da quantidade de estabelecimentos mantém a média entre 1 a 10 hectares, o que indica a manutenção da pequena propriedade, ao tempo em que ocorre fragmentação das propriedades entre 10 a 100 hectares. O crescimento maior ocorre na faixa entre 100 e 500 hectares, saltando de 11,6%, em 1980, para 42% tanto para os estabelecimentos como para as áreas. O aumento considerável ocorre nas áreas das propriedades maiores que 1.000 hectares, embora apresentem baixos indicadores – 31,3% para 40,9% , com pouco acréscimo de estabelecimentos. O quadro revela indicadores de concentração de áreas nas faixas de estabelecimentos maiores, evidenciando a concentração apontada em 1995. Considerando que os parâmetros adotados na Tese envolvem as propriedades de até 100 ha, em razão dos licenciamentos, do fomento florestal e do critério das grandes empresas em só adquirir terras de propriedades acima de 50 e/ou 100 hectares, observa-se que apenas 10,9% das terras estão nessa faixa.

O quadro apresentado, até aqui, mostra que, a despeito das questões ambientais serem parte dos questionamentos, a eucaliptocultura toma corpo como componente do espaço agrário, revelando um *continuun* de terras ocupadas. Diante dos reflexos da grande propriedade, da aquisição de terras, das limitações críticas e das ações do aparato jurídico, optou-se pelo modelo de fomento direto, vinculado à grande empresa. Isso não significa a desconcentração fundiária, senão outra forma de dominação do espaço e outra territorialização.

Tais fatos refletem diretamente a estrutura fundiária do pequeno e do médio agricultor, sobretudo, dos que se enquadram na agricultura familiar, cujos módulos fiscais de 35 ha, remetem a propriedades em até 140 ha. Se a igualização do espaço pela eucaliptocultura se faz ver na paisagem e nos territórios, os efeitos são sentidos nessas propriedades/estabelecimentos rurais, marcando a concentração fundiária e reduzindo o

número de pequenas propriedades, em detrimento do quadro da agricultura familiar, na Bahia, que é o maior do Brasil.

4.4 A interferência na Agricultura familiar.

As inferências sobre a concentração das terras refletem-se diretamente no quadro da agricultura familiar. Os baixos indicadores, nos intervalos de classes até 10 hectares, mostrados na Figura 23, constituem-se em maior número por estabelecimentos familiares, bem como nos intervalos de 10 a 100 hectares. Mesmo chegando a 70% dos estabelecimentos, não significa que a política da agricultura familiar seja eficiente. Se é preocupante, no Planalto da Conquista, com altos indicadores de inatividade dos DAPs - (Documento de Aptidão do PRONAF) - mas com menor concentração de terras, os seis municípios do sul despertam maior preocupação. Com módulo fiscal de 35 hectares, as médias propriedades para a agricultura familiar chegam até aos estabelecimentos com 140 hectares. Mesmo com 1/2 dos estabelecimentos até 100 ha, os baixos percentuais de área indicam a baixa perspectiva de plantios maiores, principalmente quando aceita o fomento florestal para o eucalipto.

O Censo 2006 ratifica essa realidade para a agricultura familiar e aponta para a desigualdade na distribuição das terras, como mostra a Tabela 20. Os dados revelam, ainda, a concentração das terras nos empreendimentos não familiares, A média de propriedades, no primeiro caso, é de 287 hectares, enquanto que, para o segundo, é de apenas 6 hectares, ratificando a dicotomia entre a agricultura familiar e a patronal, potencializada pela concentração da terra.

Tabela 20 - Agricultura Familiar nos Municípios da pesquisa

Municípios	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Nova Viçosa	389	6 448	168	35 984
Alcobaça	1 119	13 068	74	10 639
Caravelas	628	12 888	135	60 325
Mucuri	845	12 652	141	69 554
Santa Cruz Cabrália	610	15 206	250	43 539
Eunápolis	501	7 896	170	49 804
Total	4 092	68 157	938	269 844

Fonte: IBGE/ Censo 2006

Convém considerar que o fato de as propriedades não serem familiares, não significa que sejam, efetivamente, patronais. O volume de produtores fomentados, apontados

anteriormente, e as novas políticas agrícolas para o sul, previstas para os próximos anos, baseada nos bicompostíveis, podem abarcar essas propriedades. Preocupa, então, a situação de instabilidade da agricultura familiar. A Tabela 21 mostra o baixo volume de DAPs, nos seis municípios apontados como concentradores de áreas de eucalipto, a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Análises mais cuidadosas podem ser feitas, posteriormente, envolvendo a pecuária e outras formas de territorialização de culturas:

Tabela 21- Agricultura Familiar – DAPs ativos e inativos - 2012

Município	Ativos	Inativos	Total	% inativos
Nova Viçosa	398	105	503	20,1
Alcobaça	1245	205	1450	14,0
Caravelas	537	114	651	17,4
Mucuri	507	181	688	26,2
Santa Cruz Cabrália	460	72	532	13,4
Eunápolis	786	114	900	12,4
Total	1830	367	2083	100

Fonte: MDA 2012.

Para os seis municípios com área de 9.590 ², o número de 2.083 DAPs é incipientes. Outra preocupação remete aos Daps inativos em 2012, da ordem de 17,6%, considerados altos, em relação a outras áreas do Estado.

4.5 O Preço da terra, no Sul

Dentre os problemas advindos do processo de expansão de fronteiras agrícolas que envolvem diretamente a transformação do espaço rural, sobretudo, pela expansão dos monocultivos, o mercado de terras e, conseqüentemente, o preço destas se faz presentes. Oliveira *et al.*, 2007, relatam que, com a saturação das terras, na Região do Centro-Sul do Brasil, tradicional espaço das atividades de reflorestamento e da produção de celulose, ocorreu a elevação dos preços das terras, o que levou à busca de novas áreas, necessárias tanto para o suprimento das exigências da capacidade instalada, quanto para a expansão do setor no País. Como discussão dos projetos de eucaliptocultura, no Brasil, o preço da terra sempre foi motivo para a busca de áreas de expansão. No Sul, segundo Oliveira, esse tipo de investimento, aliado às características edafoclimáticas favoráveis, contribuiu a ampliação da base produtiva regional pois, “além dos fatores naturais, somam-se os preços relativamente baixos das terras, quando comparadas com outras regiões do País, e a formulação de políticas públicas favoráveis ao setor”. (OLIVEIRA, 2008 p. 14). Ainda segundo Oliveira, no início da exploração madeireira, o baixo preço das terras liberadas pela exploração madeireira permitiu

a consolidação da pecuária de corte, atraindo grupos capitalistas externos para exploração de grandes empreendimentos agropecuários, os quais seriam substituídos, posteriormente pela eucaliptocultura, com espaços já degradados. “Esses grupos penetraram no Território, atraídos por oportunidades de lucro, além de terem sido também favorecidos por políticas ou por programas de incentivos ao desenvolvimento de determinadas atividades”. (OLIVEIRA, 2008, p. 49). Dessa forma, alguns fatores que contribuíram para o avanço do reflorestamento são destacados, entre eles: a formação de grandes áreas devastadas pela extração madeireira e pela pecuária; o baixo valor das terras; e políticas, através de Leis Federais e Estaduais de incentivo a esse setor.

No campo dos negócios da terra, os impactos na pequena propriedade se fizeram sentir. Nos relatos de Koopmans, “das 395 famílias que moravam, em 1993, no povoado de São José, 47 eram proprietários rurais. Desses, 85% venderam suas terras e, na época, 15% deles ainda possuíam uma terrinha na redondeza”. (KOOPMANS, 2005, p. 75). Relata, ainda, que o pico de vendas de terras se deu entre os anos de 1988 a 1990, época da construção da primeira fábrica de celulose e de papel, da região. Ao fazer o resgate dos dados fundiários da região, aponta que “o número de proprietários até 100 hectares diminui de 1980, quando tínhamos 13.018 proprietários, nessa faixa da região, para 8.981, em 1995”. (INCRA e IBGE). Houve uma redução de 31% de pequenos e de médios proprietários, na região toda (KOOPMANS, 2005, p. 76).

No quadro operacional, segundo análise do mercado de terras, do Instituto FNP, Relatório bimestral 2005, o estado da Bahia apresenta um dos maiores potenciais de terras valorizáveis do país, principalmente as do Oeste baiano. Na região Sul, as áreas de maior desvalorização estão localizadas na região de Itabuna. A Scot Consultoria, especializada no mercado de terras, no Brasil, aponta dados de cinco regiões na Bahia: Extremo oeste, Feira de Santana, Sul Baiano, Vale do São Francisco, Vitória da Conquista e Nordeste Baiano. Contudo, não há cotação específica para o extremo sul. No entanto, o volume de negócios de terras é considerado relativamente grande, envolvendo as propriedades acima de 100 hectares. A Tabela 22 mostra o movimento de mercado de terras, nos seis municípios pesquisados, com ênfase na compra de propriedades, por particulares. O volume de compras, por particulares, aponta para uma dinâmica regional no mercado de terras. A partição das propriedades é comum, em muitas regiões do Brasil, principalmente as mais adensadas em termos de população. Dessa forma, tem sido um indicador de fragmentação, nas pequenas

propriedades, conforme se pode observar nas análises feitas sobre a concentração fundiária. Embora o conjunto espacial dos seis municípios some 971 mil hectares, as políticas de distribuição de terras, pela via política de Reforma Agrária, são ineficientes, agravando os conflitos. Outra variável são as políticas de financiamento das terras por programas como Cédula da Terra e semelhantes, com indicadores muito baixos.

Tabela 22 – Formas de obtenção das terras nos Municípios do sul

Município	Forma da obtenção das terras do produtor proprietário						
	Compra / particular	Compra via crédito fundiário e outros*	Reforma Agrária/ Assentamento	Herança	Doação particular	Usucapião	Outra forma
Nova Viçosa	354	2	3	186	7	1	4
Alcobaça	689	1	146	322	7	5	2
Caravelas	368	-	5	309	9	32	4
Mucuri	303	1	429	193	11	9	-
Santa Cruz Cabralia	341	-	369	72	3	15	1
Eunápolis	301	21	186	87	7	2	5
Total	2356	25	1 138	1 169	44	64	16

Fonte: IBGE/Censo 2006 - * Cédula da Terra, Banco da Terra, etc.

No plano das políticas governamentais para a aquisição de terras, somente o município de Eunápolis tem projeto de aquisição de terras pela via dos programas do crédito fundiário, conforme o Portal Geografar, do instituto de Geografia da UFBA. Por outro lado, a pressão e os conflitos pela terra, no sul, revelam outra forma de aquisição, pela via da Reforma Agrária e de assentamentos.

4.6 O fomento florestal direto (PPF – Programa Produtor Florestal) - a terra cativa da grande empresa

A caracterização do agronegócio de escala pode ser verificada na produção dos espaços de fronteira agrícola, em que predomina a grande propriedade, marcando a dicotomia entre a agricultura patronal e a familiar. No caso do sul do estado da Bahia, o grande projeto para o eucalipto revela esse modelo, concentrador e desigual, tanto na ocupação da terra quanto no recebimento de aportes do setor público. Aos sinais de desgastes, o capital tende a se manter buscando outras formas de reprodução, preservando preferencialmente o trinômio terra, capital e trabalho sob seu domínio. No caso do sul do Estado, pressionado pelos movimentos sociais e percebendo os sinais de desgaste do modelo, as grandes empresas adotaram o formato de fomento, prática comum em outros segmentos do agronegócio.

Apesar da grande produção de madeira, a demanda pelos produtos derivados revela a escassez de matéria-prima diante do alto consumo de papel e de celulose, bem como da

produção de carvão para a siderurgia. Nesse sentido, foi criado o modelo de fomento florestal cujo objetivo, segundo a Veracel Celulose, é suprir a demanda de matéria-prima, por parte das indústrias de base florestal. Criado em 2003, o Programa Produtor Florestal – PPF – na ótica da empresa, destina-se ao envolvimento de produtores rurais da região sul da Bahia no negócio, incentivando a produção de madeira, nas propriedades rurais. No entanto, o objetivo maior é aumentar a oferta de produto no mercado, em 20% da madeira demandada pela fábrica. No contexto do que chamam de Políticas Sociais, o Programa defende os pressupostos de garantir à economia local oportunidade de desenvolvimento sustentável, possibilitando a participação dos proprietários no negócio florestal, contribuindo para a regularização ambiental das propriedades.

No quadro geral, no âmbito da ABRAF, a Bahia aparece como segundo produtor de eucalipto e o primeiro em fomento, conforme se vê na Tabela 23. Embora Minas Gerais tenha o maior plantio com terras adquiridas, ficando a Bahia em segundo lugar, o arrendamento de terras é pouco significativo, prática muito comum no estado de São Paulo. No Brasil, o fomento florestal corresponde a 18,9%. Na Bahia, é de 35,58% do fomento florestal, em 2009.

Tabela 23 - Evolução da distribuição das áreas de plantios florestais com *Eucalyptus* e *Pinus* das associadas individuais, por modalidade, 2009 e 2010

Uf	Plantios Florestais (ha) – 2009				Plantios Florestais (ha) – 2010				Total fomento %
	Própria	Fomento	Arrendamento	Total	Própria	Fomento	Arrendamento	Total	
MG	611.202	78.028	82.800	772.030	592.161	92.283	95.454	779.898	11,83
BA	373.756	121.321	9.010	504.087	398.205	121.790	9.010	529.004	23,02
SP	242.308	87.205	104.748	434.261	328.322	63.060	107.442	498.823	12,64
PR	147.039	71.285	25.224	243.548	276.973	54.169	25.239	356.381	15,20
MS	111.190	656	72.639	184.485	121.602	32.411	78.698	232.711	13,93
RS	189.028	23.663	3.359	216.050	159.240	28.333	14.314	201.886	14,03
ES	129.477	41.299	1.260	172.036	122.537	42.364	1.259	166.160	25,50
SC	112.956	32.708	15.074	160.738	129.120	13.344	14.451	156.916	8,50
MA	46.664	-	-	46.664	66.986	-	-	66.986	-
PI	-	-	-	-	29.895	-	-	29.895	-
PA	-	-	-	-	-	-	-	29.224	-
Outros ¹	4.540	545	21.395	26.480	6.982	845	1.108	8.935	9,46
Total	1.968.60	456.710	335.509	2.760.37	2.232.023	448.599	376.198	3.056.819	14,68

Fonte: Abraf, 2011- organização Edvaldo Oliveira

O contrato com o produtor traz inúmeras cláusulas referentes às condições de plantio, de trato, e de destinação do produto final, apontando as obrigações das Empresas e dos proprietários dos estabelecimentos rurais. Os Quadros 9, 10 e 11 foram organizados a partir dos levantamentos feitos por Oliveira (2008) , das observações feitas pela empresa Veracel e das críticas ao modelo de fomento, feitas pelo Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, e foram divididos em três campos: a estrutura do contrato, no que tange às obrigações mais gerais; o quadro com as condições de trato e a manutenção da boa qualidade das plantações garantindo, no final, a produção para a empresa; e o terceiro quadro, com as condições para o repasse para a empresa do produto final.

Quadro 9 - Estrutura do contrato com a empresa fomentadora *

Empresa	Proprietário
Antecipação aos fomentados dos recursos financeiros para o pagamento das operações, transformando a produção em m ³ (metros cúbicos) de madeira, tomando como parâmetro o preço do m ³ (metro cúbico) de madeira sem casca, “posto fábrica”, vigente na época da antecipação.	Recolhimento de todos os tributos que recaiam sobre o imóvel rural, objeto do contrato
Disponibilidade de assistência técnica em todas as fases do cultivo, orientando quanto à regularização ambiental e o cumprimento das condicionantes do licenciamento.	Não deixar recair sobre o contrato qualquer tipo de ônus, judicial ou extrajudicial, resultante de dívida imputável eles, e/ou seu imóvel rural, como penhora, hipoteca e semelhantes.
Repassar todas as informações tecnológicas e acompanhamento, durante a execução, do plantio até a colheita.	Providenciar todas as autorizações, permissões, concessões e licenças que se fizerem necessárias para a consecução do projeto, impostas pela legislação ambiental e pelas normas em vigentes.
	Recolher os impostos incidentes sobre o presente contrato de prestação de serviços, conforme legislação em vigor.
	Permitir a vistoria e acatar a supervisão e as recomendações técnicas do supervisor da Veracel.
	Entregar à Veracel, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato, cópia do contrato com a Empresa Prestadora de Serviços - EPSs.
	Fornecer às Empresas Prestadoras de Serviços (EPSs) todas as informações, plantas e documentos que se fizerem necessários à realização dos serviços.
	Fornecer às EPSs, por sua exclusiva conta e ônus, as mudas, as formicidas (isca), os adubos, o gel e os herbicidas, e outros insumos no decorrer da realização dos serviços.
	Preparar com antecedência as estradas de acesso à área de plantio, uma vez que só será iniciado o serviço, pela prestadora, após confirmação das boas condições de trafegabilidade de máquinas e de veículos diversos (leves e pesados) , durante toda a vigência dos serviços, mesmo no período das chuvas.
	Liberar as áreas livres de cercas internas e/ou instalações que comprometam a realização das operações.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2008) Veracel Celulose; Movimento de Pequenos Agricultores - MPA

*Outras cláusulas referem-se às questões ambientais previstas no Código Florestal, Lei 4.771/66.

Pode-se observar que os contratos trazem muitas obrigações e condicionantes que levam o agricultor a vincular 97% da produção, arcando com imposições a fim de que a produção saia ileso e com garantias do produto final, feitas pelo proprietário do estabelecimento. A incursão na propriedade, é facultada pelo proprietário, mostrando a ingerência na privacidade da terra, agora cativa, tanto pela plantação de ciclo longo quanto pela empresa.

Quadro 10 - Manutenção e cuidado com a plantação

Empresa	Proprietário
Fornecer o herbicida necessário para consecução das capinas químicas, mediante critérios técnicos, supervisionados pelos técnicos da Veracel.	Manter as plantações resguardadas de animais e de terceiros, bem com as áreas de preservação ambiental (RL e APP).
	Garantir a integridade física do imóvel contra ocorrência de incêndio, ataques de insetos e invasão de animais, obedecendo fielmente à legislação ambiental (Municipal, Estadual e Federal).

Fonte: Adaptado de Oliveira (2008) - Veracel Celulose; Movimento de Pequenos Agricultores – MPA

Quadro 11 - Oferta do produto da madeira

Empresa	Proprietário
Garantir produtividade mínima de 252 m ³ /ha e preço mínimo (igual ao praticado na época de fechamento do contrato).	Vender à Veracel 97% (noventa e sete por cento) do volume total da madeira que vier a ser efetivamente colhida da floresta clonal de eucalipto, na sua primeira colheita, cuja madeira, descascada, deverá ser entregue entre o sexto e o oitavo ano pós-plantio.
Isentar os vendedores integralmente dos valores referentes aos insumos incentivados, desde que entregues à Compradora os 97% da madeira produzida.	Entregar a madeira livre da presença de produtos contaminantes, tais como plásticos, metais, pedras, couros, madeira queimada ou deteriorada, fungos, cascas e outros resíduos orgânicos.
Efetuar o pagamento da madeira com entrega na fábrica, mensalmente, através de depósitos bancários aos produtores, após a conferência e a confirmação dos volumes entregues.	Entregar à Veracel a quantidade de madeira equivalente, em m ³ (metro cúbico), às antecipações financeiras realizadas e ao fornecimento de insumos financiados (herbicidas).
Realizar, às suas expensas “Inventário Florestal Pré-corte”, que deverá ser acompanhado pelos produtores parceiros.	

Fonte: Adaptado de Oliveira (2008) Veracel Celulose Movimento de Pequenos Agricultores - MPA

Destacando o quadro do fomento florestal no sul do Estado, os levantamentos feitos pela Secretaria de Meio Ambiente/Instituto do Meio Ambiente, após fiscalizar 571 propriedades fomentadas, mostra a realidade desse modo de produção da madeira. (Tabela 24). Segundo o documento, “Com base nas informações levantadas nas etapas anteriores, seguiram-se as ações de fiscalização planejada nas propriedades rurais que

realizam cultivos de eucaliptos, por meio do programa de fomento das grandes empresas de celulose”. (BAHIA, 2010).

Tabela 24 – Dados de fomento florestal no sul do Estado – Fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente

Empresa	Total de Municípios	Propriedades fiscalizadas	Área de fomento fiscalizada (ha)
Veracel Celulose	10	85	16.000
Aracruz e Suzano Papel e Celulose	15	486	61.175
Total	25	571	76.175

Fonte: SEMA/Bahia, 2010

O documento revela, ainda, que, além dos plantios das empresas e dos fomentados, há um total de 37.037 hectares que correspondem a plantios não identificados e sem qualquer conhecimento do órgão ambiental e que, teoricamente, não fazem parte do programa de fomento das empresas, sobre os quais o IMA não tem conhecimento ou controle quanto à regularização ambiental, supondo-se tratar de plantios licenciados pelos Municípios e que não possuem relação com as empresas supracitadas, com possibilidades de pertencerem a produtores independentes.²²

Agregando outras informações ao quadro de fomentados, foi calculada também uma área total de 90.678, 59 hectares (ou 99.746,45 ha, acrescidos os 10% de aceiros), ocupada por plantios de eucalipto do programa de fomento das empresas Veracel Celulose S.A., Aracruz Celulose e Suzano Papel e Celulose. No processo de fiscalização, ficou evidenciado o descumprimento dos contratos e a anuência das empresas no que diz respeito à legislação, mesmo constantes nos contratos, como licenciamento, reserva legal, entre outros. Como produto das operações foram aplicados 182 autos de infração de multas, 231 autos de infração de advertências, 51 autos de infração de interdição e 131 notificações, constituindo-se em um total de 464 autos de infração aos responsáveis pelas propriedades.

Os resultados do fomento florestal, aplicado no extremo sul da Bahia, correspondem a outros realizados em alguns Estados do Brasil. O que se observa é a política de condicionamento da terra, do que não foi alcançado pela concentração das terras, feita pelas empresas. O modelo concentrador vai além da aquisição, tornando a terra, por sete anos,

²² Proprietários independentes: proprietários de terras (pequenos e médios produtores) que investem em plantios florestais como fonte de renda, a partir da comercialização da madeira em tora. Podem estabelecer contratos de suprimento, sistemas de parceria operacional (fomento, principalmente), ou atuar independentemente no mercado.

dependente do contrato, com possibilidade de retenção, por mais sete, no caso de rebrota e de recontração. Outra observação, levantada por Oliveira, remete à política de desoneração do investimento, uma vez que o investimento na terra é excluído do processo, aumentando o lucro da empresa, com remuneração do capital, em outros ramos, tendo a garantia da redução pelo proprietário rural. Para Oliveira, “o fomento reduz a necessidade de aquisição de novas terras para o plantio do eucalipto, viabilizando a produção de madeira para a indústria, também por parte de terceiros (OLIVEIRA, 2008). Ressalta, ainda, que esse é um mecanismo que as empresas produtoras de celulose adotam para estimular os produtores rurais a plantarem eucalipto, permanecendo a titularidade da terra com eles. A venda, no final da produção, não prevê recuperação da terra nas modalidades de PRAD - Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, caso venha a acontecer perda de solos ou outros desgastes naturais da e na propriedade, embora esses planos sejam comuns em áreas de degradação estritamente ambiental.

O fato de a empresa justificar que, “do ponto de vista social, esse programa atenua a concentração fundiária, viabiliza atividades locais, cria oportunidades de renda adicional e auxilia a fixação do homem no campo”, (ABRAF, 2011), não significa redução da concentração, mas dependência e cativeiro da terra a uma cultura de longo prazo e às condições contratuais desiguais. A dependência se acirra quando a empresa antecipa a renda ao produtor, vinculada à garantia da compra da madeira, pela empresa, à época da colheita.

4.7 Os conflitos e seus desdobramentos –a questão legal

A concentração de terra mantinha, desde a década de 1980, mostra uma estrutura de expansão, sem controle das ações das grandes empresas sobre o território. Diante da alta concentração das terras e da eucaliptocultura, Movimentos Sociais e ambientalistas começaram a questionar, levando as discussões para fóruns mais abertos. Destacam-se, entre esses, o Cepedes- Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo sul da Bahia, a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, que gerenciam os conflitos entre a sociedade civil, o Estado e as empresas. O documento produzido pela IMA/SEMA-BA chama a atenção pelo fato de que os “conflitos socioambientais, na região, têm ocorrido em decorrência de questões fundiárias, problema do carvão, questão indígena, roubo de madeira, desmatamento, degradação de recursos hídricos, não cumprimento das condicionantes ambientais das licenças”. (BAHIA,

2010 p. 5). Outras questões são levantadas, como reservas legais e áreas de preservação permanente, utilização de insumos químicos nas plantações, migrações, êxodo rural, e alterações na área destinada à agricultura com redução da produção agrícola e consequente redução do empregos. O documento arremata que “tais conflitos têm sido associados, pelos movimentos sociais, à monocultura do eucalipto, cujas plantações já ocupam áreas em 24 municípios”. (BAHIA, 2010, p. 5).

É fato que tanto a concentração fundiária como a ambiental, levantadas pela Sociedade Civil, evidenciaram os conflitos na expansão da eucaliptocultura, no sul do Estado, embora tratados publicados por agências do governo do Estado defendam a eucaliptocultura como um negócio sem conflitos, necessário, e como vetor de interiorização da atividade industrial, no Estado (CARNEIRO, 1994). O relatório sobre os Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados - MMA/FAO/TCP (2005) , além de outros pesquisadores (KOOPMAS, 2005; OLIVEIRA, 2007) , apontam que esse modelo trouxe conflitos e debates sobre a eucaliptocultura. Isso fica evidente no que se refere à territorialização da eucaliptocultura e à desterritorialização dos agricultores, incluindo uma nova produção do espaço local, com consequências ambientais, e na estrutura fundiária, sobretudo com a compra de terras. Outros autores apontam mecanismos de resiliência e de controle da expansão, muito mais no que diz respeito às questões ambientais do que no tocante à estrutura fundiária.

Diante dos conflitos estabelecidos, a partir do marco legal, buscou-se evidenciar ações que reduzissem a concentração de terras no âmbito do Estado, como no Espírito Santo, e nos municípios do sul da Bahia. O levantamento abaixo mostra as ações dos legisladores e seus resultados, na tentativa de conter a expansão do eucalipto.

Segundo Viana (2004), os novos megaprojetos de plantação de eucalipto, para o abastecimento da indústria de celulose no sul da Bahia, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, provocaram uma forte reação e a mobilização dos ambientalistas, sobretudo naqueles projetos de reflorestamento que não continham compensação de plantio de matas nativas. Emergiu uma mobilização, desencadeando “várias iniciativas nos parlamentos municipais e estaduais, bem como no Congresso Nacional, proibindo o plantio extensivo de eucalipto, principalmente para a produção de celulose, bem como das áreas que podem ou não ser utilizadas para essa finalidade, conforme se verá em item específico, mais adiante”. (VIANA, 2004 p. 8).

No plano Federal, dentre as iniciativas para conter a expansão da eucaliptocultura em termos de Projetos, destaca-se o Projeto de Lei nº 2.823, de 2000, do Deputado Francistônio Pinto, que pretendia acrescentar artigo ao Código Florestal (ainda Lei 4.771/1966), limitando o plantio de florestas com espécies exóticas a áreas degradadas e impróprias para a agricultura e ao percentual de 30% da área total de cada propriedade rural. (arquivada ao final da legislatura). No Estado de São Paulo, o Deputado Padre Afonso apresentou Projeto de Lei disciplinando o plantio de eucalipto, naquele Estado. A proposição prevê que projetos de reflorestamento acima de cinco hectares ficarão sujeitos a licenciamento ambiental; até 100 hectares, é obrigatória a realização do Relatório Ambiental Preliminar – RAP; para mais de 100 hectares, exigir-se-á o Estudo de Impacto Ambiental – EIA.

O caso mais emblemático, envolvendo leis estaduais, remete ao estado do Espírito Santo, com a aprovação da Lei nº 6.780, de 2001, do Deputado Estadual Nasser Yossef, a qual estabeleceu a realização de um zoneamento agroecológico, no Estado, suspendendo o plantio de eucalipto até a efetivação desse zoneamento. As empresas reflorestadoras mobilizaram-se contra a aprovação da Lei, mas, mesmo assim, ela foi aprovada pelos Deputados Estaduais que, depois, derrubaram o veto do Governador José Ignácio Ferreira. O Supremo Tribunal Federal – STF- suspendeu a Lei, segundo Viana (2004).

Com o aumento das *florestas plantadas*, em Minas Gerais, e no sentido de conter a redução da mata nativa, disciplinando o setor “florestal”, o Governo de Minas divulgou, no *website* do Instituto Estadual de Floresta (IEF), a aprovação da Lei Estadual 2.771/1979, que altera a Lei 14.309/2002, objetivando eliminar a supressão de vegetação nativa, estabelecendo, no artigo 47, a redução gradual do consumo de produtos e de subprodutos florestais, provenientes das matas nativas, até atingir o máximo de 5%, a partir de 1980. A Lei prevê, ainda, o Cronograma de redução de 15%, entre 2012 e 2013. Entre 1914 e 1917, o percentual será de 10%, obrigando as novas empresas do setor florestal a comprovarem até 95% da matéria-prima, proveniente das *florestas plantadas*. O consumo de florestas nativas, entre 12 e 15%, deverá ser repostado no triplo. Para faixas entre 5 e 12%, o dobro, e a reposição simples de um para um.

No âmbito municipal, o alerta soou e muitos Municípios, percebendo a gravidade da expansão da eucaliptocultura, começaram a discutir a aprovação de leis que limitassem a compra de terras e a concentração, bem como a limitação dos plantios. Sem uma legislação específica, considerando os princípios da constitucionalidade, já negada pelo supremo

Tribunal Federal, adota-se o princípio entre 10 e 20% da área do município. Esse princípio foi adotado no projeto de expansão da eucaliptocultura da Veracel Celulose, nos territórios de Itapetinga e de Vitória da Conquista, e em Municípios que ainda não possuem plantios. A pretensão é aumentar o plantio entre 100 e 160 mil hectares, não ultrapassando 5 a 10 mil hectares, por Município. Isso não significa a redução, mas a intenção de limitar as terras da empresa, e o restante da produção aplicar ao fomento florestal, integrado à empresa.

As resistências à expansão da Veracel são evidentes, diante da ocupação do espaço municipal, pelo eucalipto. O plano apresentado pela Empresa propõe a expansão dos plantios de eucaliptos a outros sete municípios, dos dez atuais, onde já existem 100 mil hectares plantados. A proposta da Empresa é expandir as plantações a Encruzilhada, a Itapetinga, a Itarantim, a Macarani, a Maiquinique, a Potiraguá e a Santa Luzia. Alguns se posicionam contra a expansão. É emblemática a posição do município de Santa Luzia, ao rechaçar o plantio, no Município.

Segundo Kopmans, “As Leis municipais de Mucuri e de Prado, que inviabilizaram o plantio de eucalipto em grande escala, foram totalmente mudadas pela pressão das empresas de reflorestamento, facilitando e viabilizando os objetivos e as finalidades das empresas”. (KOOPMANS, 2005, p. 111). Outros municípios, através das discussões junto à sociedade civil, têm buscado limitar o avanço do eucalipto, através da redução, pela via legal do plantio. Destacam-se Canavieiras (Lei 826/2007 – proíbe, por tempo indeterminado, o plantio de eucalipto); Mascote (Lei 457/2005 – restrição ao plantio de eucalipto); Santa Cruz Cabrália (Lei 0383/2006 – restringe a área de Plantio); Eunápolis (movimento contrário, aguardando decisão Judicial, proibindo o plantio); Guaratinga (Lei proibindo o plantio, em fase de elaboração) e Porto Seguro, com legislação que proíbe a expansão. As dificuldades esbarram na constitucionalidade dos Municípios em legislar no espaço rural, uma vez que é prerrogativa constitucional da União.

Na Bahia, particularmente, a pressão sobre as administrações municipais e o trabalho do Ministério Público têm-se mostrado evidentes. Caso também emblemático pode ser visto no município de Alagoinhas, onde, pelo dispositivo da Lei Orgânica do Município, foi o primeiro, na região, a controlar a expansão territorial dos reflorestamentos.

As ações do Governo da Bahia, no sentido de dar autonomia para os licenciamentos, no Estado, apontam para o controle dos licenciamentos, pelos municípios. A Resolução nº 2.150, de 22 de outubro de 1999, que aprovou a Norma Administrativa NA-001/99, estabelece as

diretrizes para a cooperação técnica e administrativa com os órgãos municipais de Meio Ambiente, visando à descentralização da gestão ambiental, ao licenciamento e à fiscalização de atividades de impacto ambiental local. No tocante à eucaliptocultura, prevê que, para empreendimentos que pressupunham a supressão de vegetação natural, o licenciamento, pelo Município conveniado, dependerá de Autorização de Supressão pelos órgãos federais. Em resoluções e convênios mais recentes, estabeleceu-se que os Municípios poderão, após assinatura do convênio, licenciar a cultura do eucalipto até 100 hectares, o que tem sido questionado, por entidades ambientais, uma vez que consideram uma área de médio porte para o empreendimento, bem como a fragmentação de propriedades para aumento do plantio, sem licenciamento. O que se observa, no entanto, é a não-operacionalização desses convênios por parte dos municípios, por falta de Secretarias e de Órgãos de controle e de licenciamento, bem como a necessidade de refazer todo o processo junto ao órgão do Estado.

O que se depreende da situação da eucaliptocultura, no Extremo Sul da Bahia, a partir das revelações da bibliografia e dos últimos levantamentos feitos pelo Governo do Estado, é de uma grande concentração de terras, de forma contínua, com forte apelo empresarial, fundado na concentração das terras, caracterizada pela continuidade das plantações, dominada pela agricultura patronal, em detrimento da agricultura familiar. Os investimentos públicos fizeram parte desse modelo, gerando desigualdade de investimentos em relação a outras regiões. O mercado exigente e a escassez da matéria-prima fizeram o modelo imprimir outra dinâmica na produção, através do fomento florestal que cativa a terra em forma de contrato.

A perspectiva, fora da Bahia, é da expansão da eucaliptocultura, alcançando unidades da Federação, antes fora da produção de madeira. Com a descentralização das indústrias, principalmente a siderúrgica, o quadro atual é de expansão para outras áreas, ora adaptando-as ao controle da grande empresa, como no Mato Grosso do Sul, ora gerando conflitos, como no Maranhão e no Piauí. Na Bahia, a possível saturação do modelo, no sul, agora, tende a avançar para territórios mais ao norte, onde as condições climáticas e de solo permitem a produção da madeira para fibra curta, própria da cadeia produtiva de papel e de celulose. Nesse sentido, um novo capítulo pode ser escrito, na região próxima ao Planalto da Conquista, denominado: “A ameaça que vem do sul”.

5.A EXPANSÃO DO EUCALIPTO NO PLANALTO DA CONQUISTA – ENTRE O SOLO E A TERRA

Intitula-se este Capítulo de “A terra e o solo” para o eucalipto, considerando a discussão sobre a natureza entre as categorias: uso do solo x uso da terra. Alguma confusão tem-se observado em relação aos dois termos, às vezes, tratados como sinônimos. O conceito de uso do solo, na maioria dos casos, não difere do uso da terra. Por razões metodológicas, buscou-se diferenciar o entendimento sobre o uso do solo, como categoria em que a ocupação leva em conta os aspectos físicos, cujas condicionantes acabam definindo o valor de uso, comparativamente ao uso da terra, com forte tendência do seu domínio pelos meios legais, vinculados aos processos de territorialização. Tal discussão pode resultar em ambiguidades, quando vistas sob o ponto de vista da produção acadêmica. Rosa, por exemplo, não faz distinção, reconhecendo que a expressão “uso da terra ou uso do solo” pode ser entendida como sendo a forma pela qual o espaço está sendo ocupado pelo homem (ROSA, 2007). Contudo, de forma comparativa, os termos podem apresentar diferentes visões, como aqui apresentadas.

Uma sutil diferença pode ser vista em Mazoyer e Roudart, no tocante à posse da terra, como garantia de produção. Para esses autores, a ‘posse do solo’ aparece como um meio de recolher os frutos do trabalho que ali são investidos e arrematam, afirmando que:

Para o camponês, o acesso à propriedade era um meio seguro de garantir o benefício do seu próprio trabalho, mas o *açambarcamento do solo* por alguns era também um meio de se apropriar de uma parte dos frutos de outrem, pois a afirmação do direito de propriedade fundava também o direito dos grandes e dos menores proprietários de *alugar suas terras*, mediante pagamento, ou a arrendatários, ou a meeiros (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 377,378 – grifo nosso).

Em termos conceituais, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro – FEEMA - traz uma diferenciação importante, definindo os usos do solo como diferentes formas de uso do território, resultantes de processos de ocupação espontânea ou de processos de planejamento, geridos pelo Poder Público. Para a Fundação, os usos do solo podem se classificar de distintas maneiras e graus de detalhamento, conforme as exigências técnicas dos estudos que se estejam realizando ou dos objetivos do processo de planejamento.

Assim, as classes de uso rural e urbano podem ser subdivididas de modo a abranger as demais formas de ocupação (por exemplo, uso institucional, industrial, residencial, agrícola, pecuário, de preservação permanente) (FEEMA, 1990).

O IBGE, através do Censo Agropecuário de 2006, usa o termo ‘utilização das terras’ para os estabelecimentos agropecuários, compreendendo as áreas plantadas, as lavouras temporárias, as terras em descanso, as pastagens naturais, as pastagens plantadas, as matas plantadas, as terras produtivas não utilizadas/ terras inaproveitáveis. Além de destacar uma tipologia de ocupação da terra, descreve cada tema indicado, muito mais para estabelecer o uso pelo agricultor do que uma relação de posse, embora no contexto do Censo essa proposição esteja intrínseca ao processo de posse e de domínio da terra, ressalvados os casos de arrendamento.

Para além da condição de uso do solo, como meio físico produtivo, executado pelo trabalho, o espaço territorializado apresenta uma perspectiva de posse e de valor de uso a partir da lógica do capital. Nesse sentido, a terra a ser utilizada/explorada passa a ser uma mercadoria. Para Costa, “a terra, como um bem, não pode ser desvinculada das relações de produção, mas, para o camponês, ela não significa apenas uma “mercadoria” possível de troca em um mercado concreto de terras, pois ela possui um valor intrínseco que extrapola o seu preço real”. (COSTA, 1992, p. 149).

Na mesma linha, Ignácio Rangel ressalta que, “de longa data, a terra é pelo menos do ponto de vista formal, no Brasil, uma mercadoria como outra qualquer”. (RANGEL, 2004. p. 135). Além disso, destaca o processo de retirada da renda da exploração da terra, equivalente ao seu valor. Assim, admite o valor da terra e seu uso para obtenção da renda, observando que a terra tem um preço se levar em conta a lógica do capital. “Noutros termos, o preço da terra propende para o correspondente ao valor do capital que (no seio da mesma economia) produza um lucro igual a sua renda” (RANGEL, 2004. p. 139). Tanto Rangel quanto Umbelino de Oliveira destacam uma diferença sutil entre os dois termos. Para ambos, na agricultura, para que essa relação ocorra, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, que é o principal meio de produção no campo. Se as condições físicas determinam uma regionalização (no sentido de diferenciação de áreas), determinam também uma territorialização (no sentido da posse e domínio) sujeita aos ditames do mercado, pois “com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, e, conseqüentemente, com a consolidação do regime da propriedade privada da terra e da produção de mercadorias, na agricultura, a

terra também, foi transformada em mercadoria”. (OLIVEIRA, 2007, p. 62). É nesse sentido que, aqui, se difere o uso da terra do uso do solo. O solo corresponde à valoração pelos seus atributos, capazes de gerar um preço, enquanto o termo terra remete muito mais à ‘terra’/mercadoria, sujeita não só à produção, mas ao mercado que evidencia a sua posse e domínio.

Sem querer fechar a questão, mas situá-la no contexto do uso da terra e da descrição do meio físico para a compreensão da expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, (uso do solo), convém observar que “costuma-se aceitar que as políticas agrárias têm duas grandes vertentes: seu lado “social” (distribuição da renda, emprego, saúde, educação, etc.) e seu lado “produtivista” (disciplinamento do uso da terra, aumento da produção de terra mal aproveitada, colonização, etc.) (GRAZIANO DA SILVA, 2003. p. 129). Embora a discussão permaneça ainda indefinida, a valoração da propriedade leva em conta o valor da terra aliada às condições edáficas e climáticas referentes ao solo *strictu sensu*, e da terra, como termo de posse legal. Daí, a separação entre o solo, para o eucalipto (físico), em contraponto com a terra, para o eucalipto (apropriação/territorialização).

Uma questão se depreende das variações do espaço físico x social: a desigualdade dos investimentos privados ou do Estado. Nos territórios em que as condições físicas são mais favoráveis à reprodução do (grande) capital, a valoração das terras é diferente dos espaços cujas condicionantes físicas não permitem melhor exploração. Para a eucaliptocultura, cujas características de rusticidade e grande número de espécies, aliados aos processos de criação de clones adaptados aos diferentes espaços, o uso do solo (físico) torna-se pouco importante para determinados elos da cadeia produtiva, tornando-se mais fácil a aquisição de áreas em que se pode cultivar, desde que se evidencie o baixo custo das terras (apropriação) ou de solos degradados, (físicos), tornando a terra mais barata.

A compreensão dos aspectos físicos do Planalto resultou do projeto cartográfico regional, da combinação de informações capazes de dar suporte à compreensão da expansão da eucaliptocultura. Dessa forma, buscou-se, através da compilação de dados, amparados pelo trabalho de campo, mapear o recorte dos municípios do Planalto da Conquista, observando-se: aspectos climáticos da geomorfologia regional, associações de solos, vegetação e, domínios naturais e capacidade hídrica que permitissem avaliar os processos de escolha do Planalto para a eucaliptocultura e seus desdobramentos.

Tais considerações, no entanto, não significam que a eucaliptocultura se territorializou em determinados planos do Planalto. Pelo contrário, conforme Figura 34, vê-se que alcançou toda extensão, indo para além, atingindo a região da caatinga, nos municípios de Vitória da Conquista e de Anagé. Nas alterações propostas mais recentes, as diferenças de investimentos do grande capital, com projetos de extensão da Veracel Celulose, no Planalto, observa-se que abrange a faixa mais úmida, própria da cadeia produtiva do eucalipto, para papel e celulose, principalmente no município de Encruzilhada e área de influência, na faixa adjacente ao ecótono do Planalto.

5.1 O solo para o eucalipto

5.1.1 A geomorfologia

Para fundamentar o discurso da expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, para além da atuação do capital e das empresas consumidoras de carvão, em Minas Gerais, buscou-se explicar os aspectos físicos e do Planalto, como parte integrante das análises da expansão da eucaliptocultura, no Planalto. Nessa parte, o objetivo não é aprofundar-se nos aspectos da geografia física dos municípios do Planalto da Conquista, mas dar suporte à discussão acerca da escolha dos eucaliptocultores, sobretudo, nas áreas em que predominam as condições para a expansão da eucaliptocultura considerando, também, o argumento da desigualdade de investimento do Estado, em razão das condicionantes físicas e da baixa taxa de retorno de investimentos, em culturas próprias dos *agrobusiness*.

Parte do projeto cartográfico, elaborado para a Tese, buscou enfatizar os aspectos climáticos, geomorfológicos, a capacidade hídrica, os solos, a vegetação e o uso da terra, nas faixas de transição, no topo do Planalto. Os mapas gerados mostram a capacidade produtiva, suas limitações e o que interessa às empresas de fomento do plantio do eucalipto e seus desdobramentos, se comparados com os aspectos da cadeia produtiva, entre a eucaliptocultura do planalto e a dos municípios do sul do Estado.

O Planalto de Conquista, ou Planalto Sul Baiano, encontra-se inserido na região econômica denominada Sudoeste da Bahia, hoje, parte integrante do Território de Identidade de Vitória da Conquista. Localiza-se entre as coordenadas 14°00' e 16°00' S e 40°00' e 42°00' W, no Centro-Sul Baiano, segundo regionalização do IBGE, e no norte de Minas

Gerais . São doze municípios que compõem o recorte regional, totalizando a área de estudo da ordem de 15.695,880 km². A área do recorte do Planalto é de 8.741,400 km².

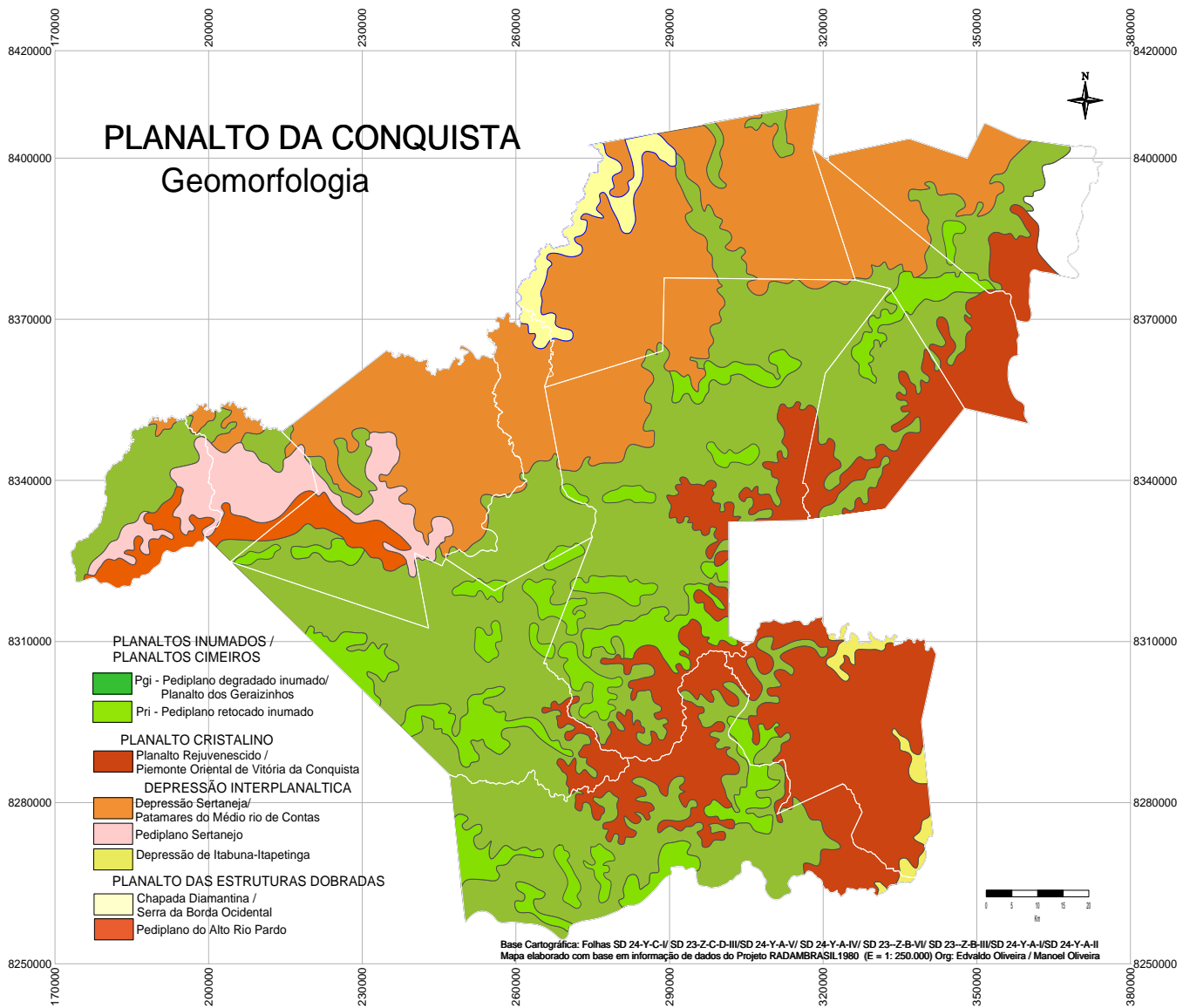
O recorte para a pesquisa levou em conta o prosseguimento do Planalto dos Geraizinhos, denominação geomorfológica do prosseguimento do Planalto Central, que vem do centro de Minas Gerais até o sudeste da Bahia. O Planalto dos Geraizinhos, formado pelos Planaltos Cimeiros, segundo o mapa do IBGE, percorre toda a extensão próxima a Belo Horizonte, passando pelos interflúvios do Rio Doce, do Rio Jequitinhonha, e do Rio Pardo. Na Bahia, a porção do Planalto dos Geraizinhos demarca a divisão geomorfológica na interface dos Planaltos Inumados, divisando a leste com o Piemonte Oriental do Planalto da Conquista/ Patamares do Médio Rio Pardo; a oeste, com os Patamares do Médio Rio de Contas, na formação das depressões interplanálticas; ao norte, com as formações das Serras Marginais, encravadas no Planalto Cristalino (LIMA *et al.* 1981; FALCÃO 2005). A formação do Planalto de Conquista se posiciona em dois setores que Soares-Filho (2000) caracterizou como uma região de interflúvios entre as bacias do alto e do médio Rio Pardo, cujos tributários banham sua porção sul; as bacias do médio Rio de Contas, cujos tributários banham sua porção norte, desviando com o Planalto Maracás-Jaguaquara, e a bacia do alto Rio Colônia a noroeste, separando-a do médio Rio de Contas.

Na geomorfologia regional que compõe as formações apresentadas, nos doze Municípios, predominam três compartimentos de maior volume espacial: os modelados de dessecação, que podem ser observados na porção leste, onde aparecem os Planaltos Cristalinos, particularmente o Planalto rejuvenescido, formando o Piemonte Oriental de Vitória da Conquista. Na porção oeste, no domínio das Depressões Interplanálticas, predomina a Depressão Sertaneja, formada pelos Patamares do Médio Rio de Contas.

Na parte central, no domínio dos Planaltos Inumados, o Planalto dos Geraizinhos domina a maior parte do território, com recorte em toda a extensão, no sentido norte - sul. A maior parte está classificada como Pri, que indica Superfície de Aplanamento Retocada Inumada, formada a partir de várias sequências de retomada de erosão, as quais não foram suficientes para extinguir suas características de aplanamento, onde os processos geomorfológicos criam sistemas de planos inclinados, podendo apresentar cobertura detrítica com mais de 1 m de espessura. Em todo o Planalto, aparecem manchas caracterizadas por Pgi, que significa Pediplano Degradado Inumado, modelado apresentando formas aplanadas, conservadas, parcialmente, já que, em função do sistema morfogenético, perderam sua

continuidade. Aparecem dissecadas e separadas por escarpas ou ressaltos de outros modelados, com superfície mascarada ou inumada por coberturas detríticas e/ou de alteração, constituídas de latossolos e/ou couraças (BRASIL,1981). O mapa geomorfológico, apresentado na Figura 24, mostra que o relevo regional, apoiado pelos perfis, revela o potencial para a eucaliptocultura, resguardadas outras condicionantes, principalmente as referentes ao clima e às potencialidades hídricas.

Figura 24 - Geomorfologia do Planalto da Conquista



Falcão (2005) e Soares-Filho (2000) ratificam a ocorrência de depósitos detríticos do terciário e do quaternário e, em alguns pontos, a cobertura de material alterado, formando latossolos ou material coluvial, com presença de escarpas em várias direções, decorrentes das bacias de drenagem. Segundo Silva *et al.* (1975), o relevo encontrado na região se enquadra nas classes onduladas, com colinas arredondadas, e forte ondulado, com cristas baixas e patamares nivelados de origem pré-cambriana, com morros e com declives fortes.

Os perfis geomorfológicos do Planalto da Conquista, apresentados nas Figuras 25, 26 e 27, mostram a posição frontal, ao litoral sul da Bahia, a leste, na escarpa do Marçal, como barreira das chuvas orográficas, formando a vertente barlavento, contrastando com a vertente sotavento, a oeste, onde predomina a transição com a caatinga, no bordejamento da Serra dos Pombos.

Figura 25 - Perfil NE/SE

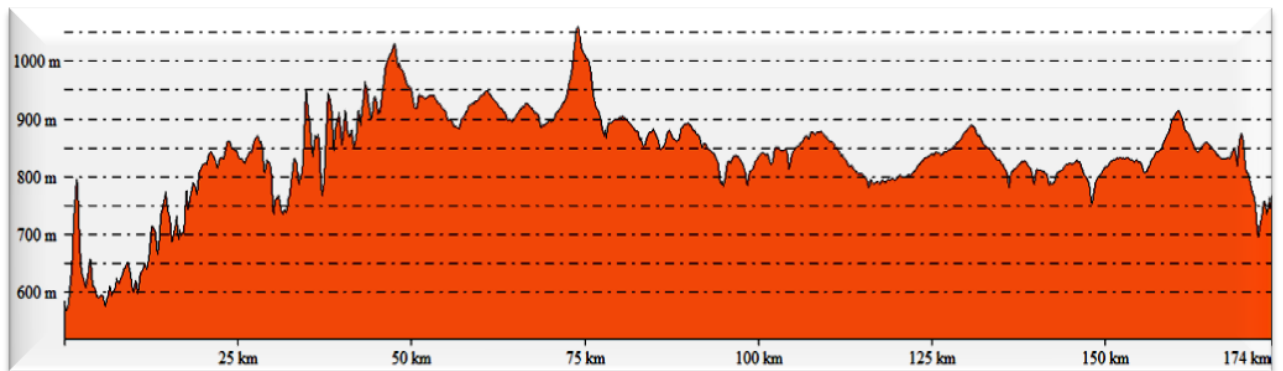


Figura 26 - Perfil NO/SO

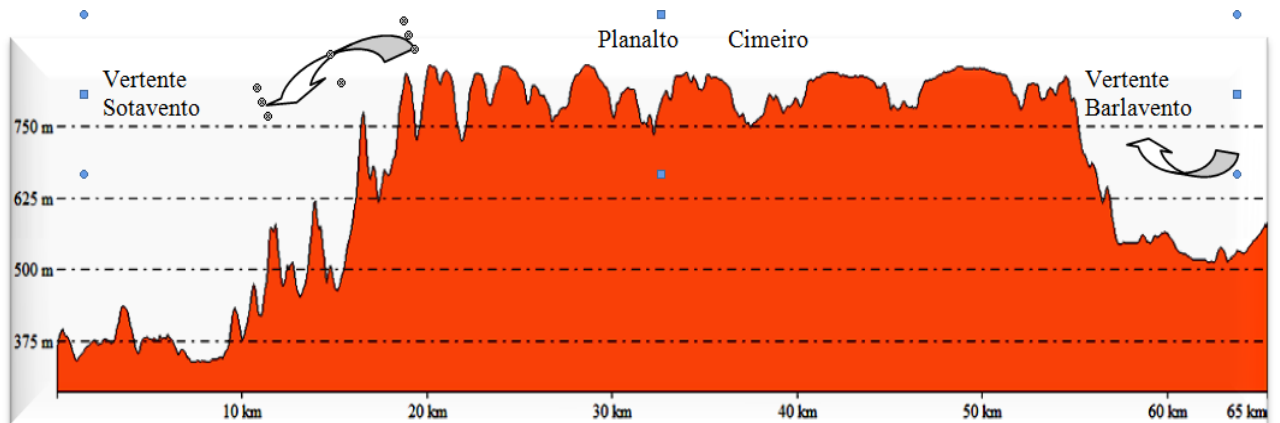
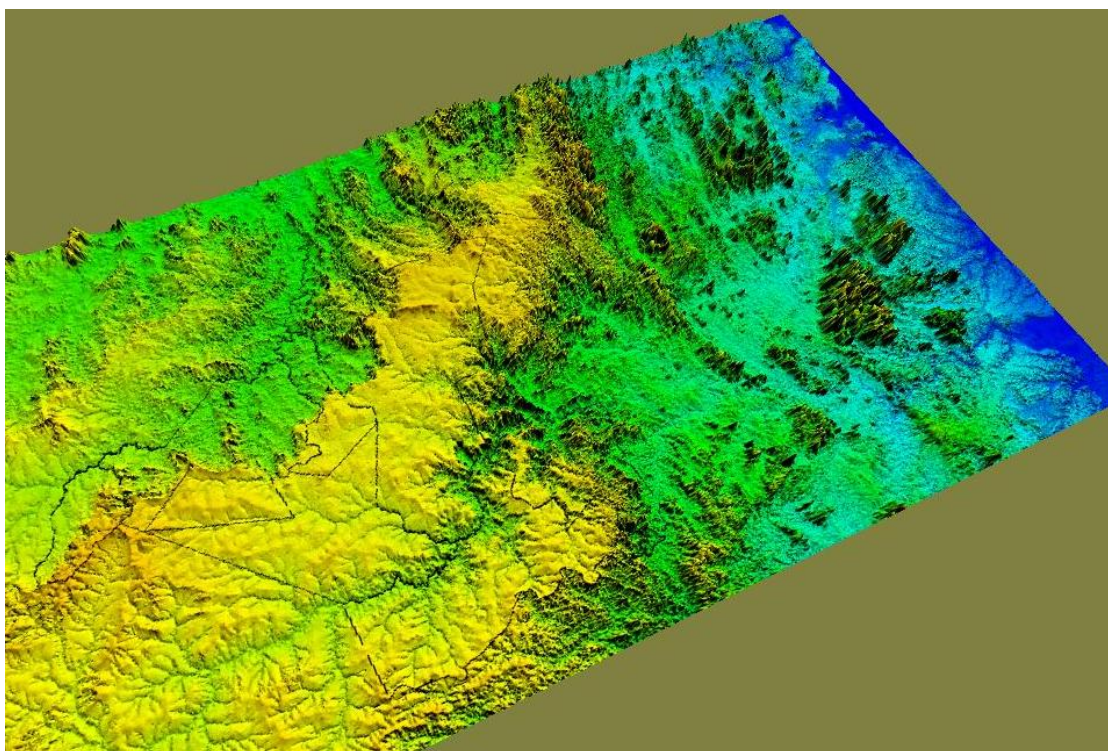


Figura 27 - Modelo 3D do Planalto da Conquista com os limites dos Municípios da pesquisa



No plano da expansão da eucaliptocultura, uma das exigências remete à geomorfologia local/regional, uma vez que as estruturas de superfícies aplainadas são as mais indicadas, facilitando o corte e o deslocamento, o que exige estradas favoráveis. Nesse sentido, o relevo do Planalto da Conquista contribui para sua expansão, por apresentar essas características, com serras erodidas, que variam de 600 a 1100m, e extensas áreas de topografia tabular, constituídas de depósitos detríticos do Terciário e do Quaternário. Casos comuns na eucaliptocultura, no Brasil, a exemplo do sul do Estado, ocupam os tabuleiros e as áreas planas próximas ao litoral, igualmente no nordeste da Bahia, próximo à divisa com o estado de Sergipe, com ocupação das formações dos tabuleiros costeiros, assim como nas formações tabulares, no Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas Gerais.

Embora a eucaliptocultura, em suas quase 700 espécies, possa ser cultivada em ambientes diversos, o requisito principal remete à profundidade dos solos, característica da formação do Planalto. Nesse sentido, as superfícies aplainadas do Planalto, caracteristicamente formadas com o predomínio dos Latossolos, marcam o interesse dos eucaliptocultores. Embora incursões de plantios possam ser vistas, já nas áreas do semiárido, na Depressão Sertaneja, nos Patamares do Médio Rio de Contas, sobretudo, nas áreas

restritas de solos mais profundos, é a faixa geomorfológica dos Planaltos Inumados que mais interessa aos eucaliptocultores, mais especificamente a formação do planalto cimeiro. Além do interesse por essa faixa, observa-se que, no recorte geomorfológico do pediplano do Alto rio Pardo, entre os municípios de Piripá e, principalmente, no município de Cordeiros, nas áreas mais elevadas foram plantados eucaliptos. É certo que as variações climáticas, no âmbito do Planalto Cimeiro, implicam diferentes espécies. Isso, contudo, não diminui a importância da geomorfologia regional, na avaliação e na ampliação do mercado de terras.

Outras implicações do relevo têm contribuído para especulações e para projetos de ampliação da base de monocultivos de madeira, como a da Base Florestal da Indústria Veracel Celulose, que pretende se instalar nos municípios do Piemonte Oriental e de Vitória da Conquista, nas manchas de Latossolo, aliadas à maior pluviosidade regional, particularmente, no sul do município de Encruzilhada. Na chapada Diamantina, a eucaliptocultura começa a dar sinais, sobretudo, nas áreas tabulares de solos profundos.

5.1.2 As Águas no Planalto e a expansão do eucalipto

Um dos maiores problemas para a análise espacial reside nas análises climáticas. O alto valor para investimentos em estações climatológicas tem sido impeditivo para planejamento e para execução de atividades agropecuárias, a despeito de investimentos e de programas conhecidos. No planalto da Conquista, as estações de coleta de informações climáticas foram desativadas, no início da década de 1990, ficando os dados anteriores como parâmetro para análises, embora tenha havido esforços de iniciativa independente dos programas do Governo, na coleta de informações, com pouca segurança técnica e científica.

Dentre as dificuldades encontradas em termos metodológicos, para análises climáticas, está a diversidade de mapas climáticos, elaborados para o Estado da Bahia. Por ser uma região formada por um ecótono, entre a vertente barlavento, a leste, e a sotavento, a oeste, o clima e a pluviosidade criam condições para formações de solos e de vegetação diferenciados, embora predomine, no Planalto, o típico Latossolo, tornando as análises mais complexas.

Na classificação climática do Planalto da Conquista, ocorrem quatro tipos de clima, segundo a tipologia de Koppen: Bsw_h, Cwa' e Aw; e três, utilizando-se Thornthwaite e Matter: C1dB'3a', DdB'3a' e C2rB'3a'. Segundo levantamento de Soares Filho sobre os trabalhos de Araujo e de Brasão (1981), "Esta variação climática é resultante da altitude, da

forma do Planalto e do regime de chuvas, na borda leste e sudeste Piemonte refém, grande parte, das chuvas vindas do litoral. Esses são os principais fenômenos que geram um gradiente climático e de floresta estacional, no Planalto”. (SOARES FILHO, 2000 p. 19). Em linhas gerais, o Planalto apresenta faixas climáticas descritas, porém mapeadas de diversas formas, criando complexas interpretações. Com relação à precipitação pluviométrica, Brasão e Araújo (1981) relataram que esta varia de 600 a 1.200mm, anuais, concentrados em seis meses. Levantamentos apontam, de forma generalizada, período secos de cinco a seis meses, entre novembro e março, com média geral de 19,5 °C., com temperaturas de verão, em média de 20 °C contra 17 °C, no inverno. As precipitações médias anuais são distribuídas conforme o posicionamento dos ventos vindos do litoral, e variam entre 1.200mm, na borda leste, com prosseguimento a Sudoeste, cujas isoietas passam pelo município de Encruzilhada, chegando a Cordeiros. A média de precipitação é de 700mm anuais, em todo o Planalto, o que configura clima com relativa presença de *stress* hídrico e déficit amplos, com baixa capacidade hídrica, tanto em águas subterrâneas quanto superficiais.

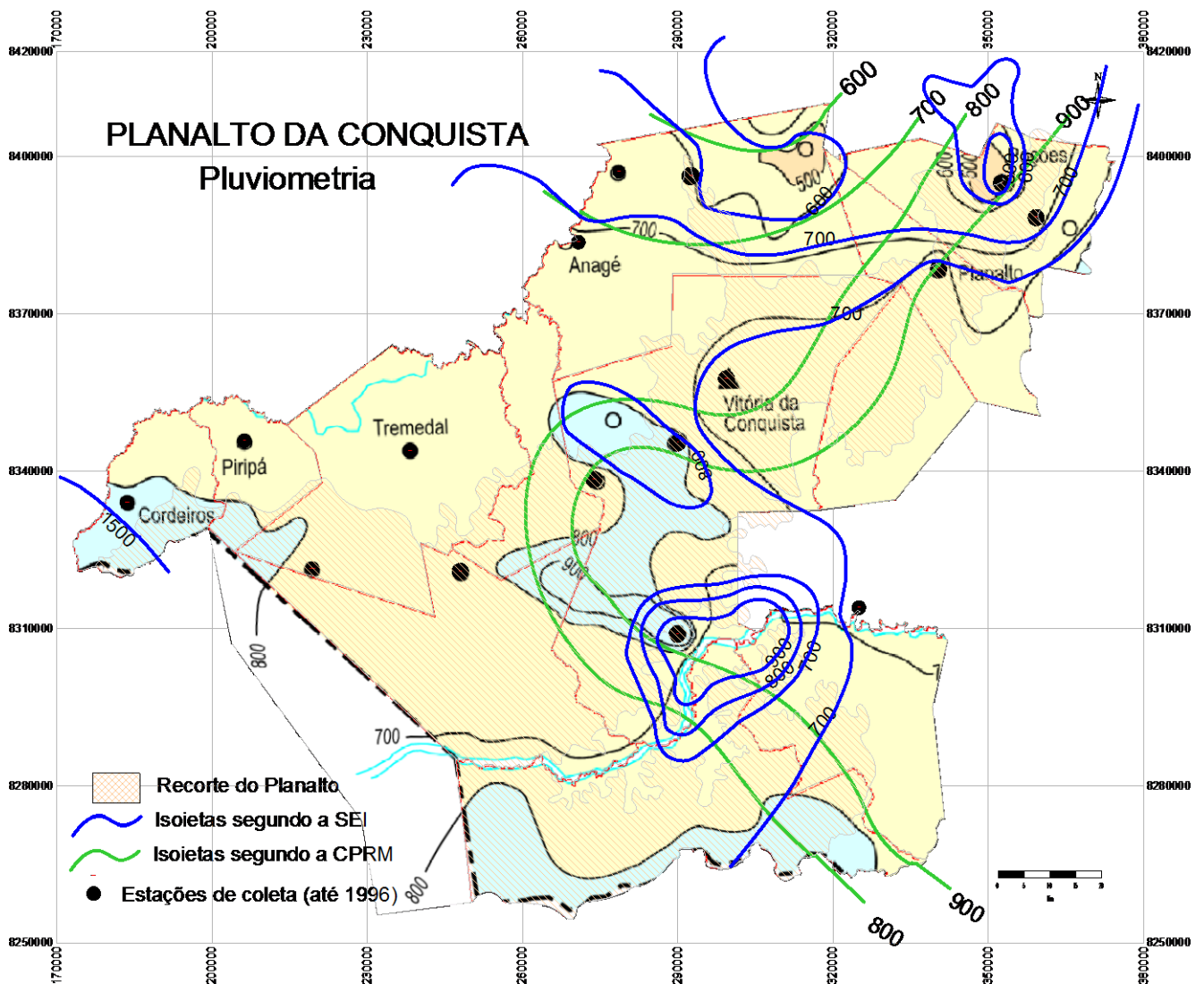
A ausência de um mapa de clima, que mostre a verdade terrestre, faz que as políticas agrícolas, apoiadas em iniciativas particulares sejam efetivadas em levantamento empíricos ou em mapas de elevado grau de generalização. Na tentativa de se chegar a um mapa base, alguns trabalhos foram feitos no sentido de chegar a uma aproximação, como o de Maia (2005), que, tratando dos macroambientes do município de Vitória da Conquista, elaborou o mapa de clima, em três faixas, no sentido leste oeste, partindo do úmido, subúmido a semiárido. Soares Filho, ao analisar os trabalhos do RadamBrasil, deixa clara a relação das faixas climáticas com estreita relação com a vegetação.

As dificuldades são muitas, ao se elaborar um mapa da pluviometria, a partir da compilação dos diversos mapas de clima e isoietas dos municípios do Planalto, mesmo com o trabalho de campo, dadas as especificidades da climatologia e da meteorologia. Na tentativa de se chegar a um consenso, observou-se, nos diversos mapas publicadas pelo Governo da Bahia (SEI/CAR/SEPLANTEC), o mapa de isoietas da CPRM – Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais – e as locações das estações de coleta de informações climatológicas da publicação da SEI– Superintendência de Estatísticas e Informações do Governo da Bahia, bem como os balanços hídricos. Dessa forma, preferiu-se montar, em *overlayer*, os mapas compilados, para se ter uma informação da pluviometria, uma vez que se constitui indicador importante para a territorialização da eucaliptocultura. Assim, serviu de base para os trabalhos

de análise da expansão da eucaliptocultura e do preço da terra, variável importante na expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista. Dessa forma, chegou-se ao mapa da Figura 28, que mostra a sobreposição das informações da pluviometria regional.

Diante do quadro climático dos baixos índices pluviométricos, na faixa crescente da borda leste para oeste, a predominância de culturas de baixo valor agregado e a pastagem, geralmente em processo de degradação, constitui a tipologia agrícola, no Planalto. Somente as faixas cujas isoietas apresentam maior valor foram contemplados com projetos de modernização e com investimentos, como o café, em Barra do Choça, em Planalto, em Vitória da Conquista e em Encruzilhada, na faixa da vertente úmida. Tais fatores implicam a manutenção da estrutura fundiária de baixa concentração, com variações no preço da terra que se divide entre a vertente úmida e subúmida à vertente seca, o que não inibiu os plantios de eucalipto. Em toda a extensão, há plantio de eucalipto, independente da variação climática

Figura 28 - Compilação de mapas pluviométricos do Planalto da Conquista.



5.1.3 O baixo potencial hídrico – as facilidades da terra para o eucalipto

A questão da capacidade hídrica do Planalto tem sido objeto de discussão, embora poucos estudos sistematizados tenham sido feitos, ressalvados o Projeto RadamBrasil, publicado na década de 1980. Todavia, alguns pesquisadores têm questionado apenas, empiricamente, enquanto outros têm tangenciado a questão. Nessa linha, (Medeiros, 2009), embora aponte uma linha mais historiográfica, como conhecedor da realidade regional, adianta que todo e qualquer trabalho de conservação de água, no Planalto de Conquista, deve ser estimulado, considerando “que o Planalto é grandemente ressecado. Muitos dos rios e dos riachos dessa região desapareceram ou perderam volume d’água, inclusive alguns afluentes do Pardo (MEDEIROS, 2009 sp.). Ressalta, ainda, que houve uma perda da capacidade hídrica por razões ecológicas, uma vez que, no passado, havia, em determinados ambientes, maior concentração de água.

Segundo Brasão e Araújo, a região possui deficiência hídrica, no solo, decorrente de seis meses de seca que ocorre, normalmente, de maio a outubro (Brasão e Araujo, 1981). Levantamentos feitos por Soares Filho, citando Duque (1980), relatam que o Planalto “apresenta índice de aridez 5, para Vitória da Conquista, sendo que seu índice varia de 0 a 10, o que também indica o caráter de semiúmido da área”. (SOARES FILHO, 2000 p. 18). Ainda segundo esse autor, a deficiência hídrica varia entre 100 e 200 mm anuais, decorrente dos seis meses de seca, concentrada no período de maio a outubro.

As argumentações para o baixo investimento estatal, revelando o desigual tratamento regional na região, revelam o baixo retorno econômico e a ausência de produtor de grãos, marcada pela deficiência de um potencial hídrico definido, tanto pela dinâmica climática, própria das massas de ar, quanto pela deficiência hídrica, no subsolo. De fato, o conhecimento da região mostra a deficiência hídrica, cujas culturas predominantes são temporárias e a pastagem requer o aluguel de “mangas”²³, no período seco. Nesse sentido, os estudos sobre a capacidade hídrica, feitos pelos órgãos estaduais, ainda refletem os trabalhos do RadamBrasil.

²³“Manga” é um termo comum, na região, para piquetes de pastagens, reservados para manejo de eitos, geralmente por relações de compadrio, de arrendamento ou de aluguel de baixo custo, normalmente na zona de Caatinga ou no ecótono entre a baixa Mata de Cipó e a área mais úmida. Com a modernização da pequena maquinaria e a canalização de águas, alguns produtores têm substituído o processo de alimentação dos animais, usando silagem, como ração.

O trabalho de campo mostrou que as condições geográficas da região permanecem as mesmas. Se observadas do ponto de vista empírico, os indicadores de capacidade hídrica nos municípios do Planalto coincidem com a política agrícola adotada que, de certa forma, é objeto de expansão da eucaliptocultura, nos moldes diferenciados, tanto em razão dos limites climáticos, quanto da rusticidade do eucalipto, adaptado para a região.

A característica das águas superficiais do Planalto foram consideradas como aquelas que, do escoamento superficial, validadas pela equação $ES = P - (I + ER)$ onde ES = evapotranspiração superficial; P Precipitação; I lâmina d'água infiltrada e ER evapotranspiração real. Os Quadros 12 e 13 apontam os valores para as águas superficiais e subterrâneas.

Quadro 12 – Classificação das águas superficiais no Planalto da Conquista

Águas superficiais				
1	2	3	4	
Homogênea	Sub-homogênea	Concentrada	Superconcentrada	
Meses com excedente hídrico				
>10 meses	7 a 9 meses	4 a 6 meses	> que 3 meses	
Superconcentrada				
a	b	c	d	e
Muito boa	Boa	Média	Fraca	Muito fraca
>1.300mm	700 a 1.300 mm	200 a 700 mm	10 a 200 mm	>10 mm

Fonte: RadamBrasil – Folha SD24 – 1988. Organização Edvaldo Oliveira

Quadro 13 – Classificação das águas subterrâneas no Planalto da Conquista

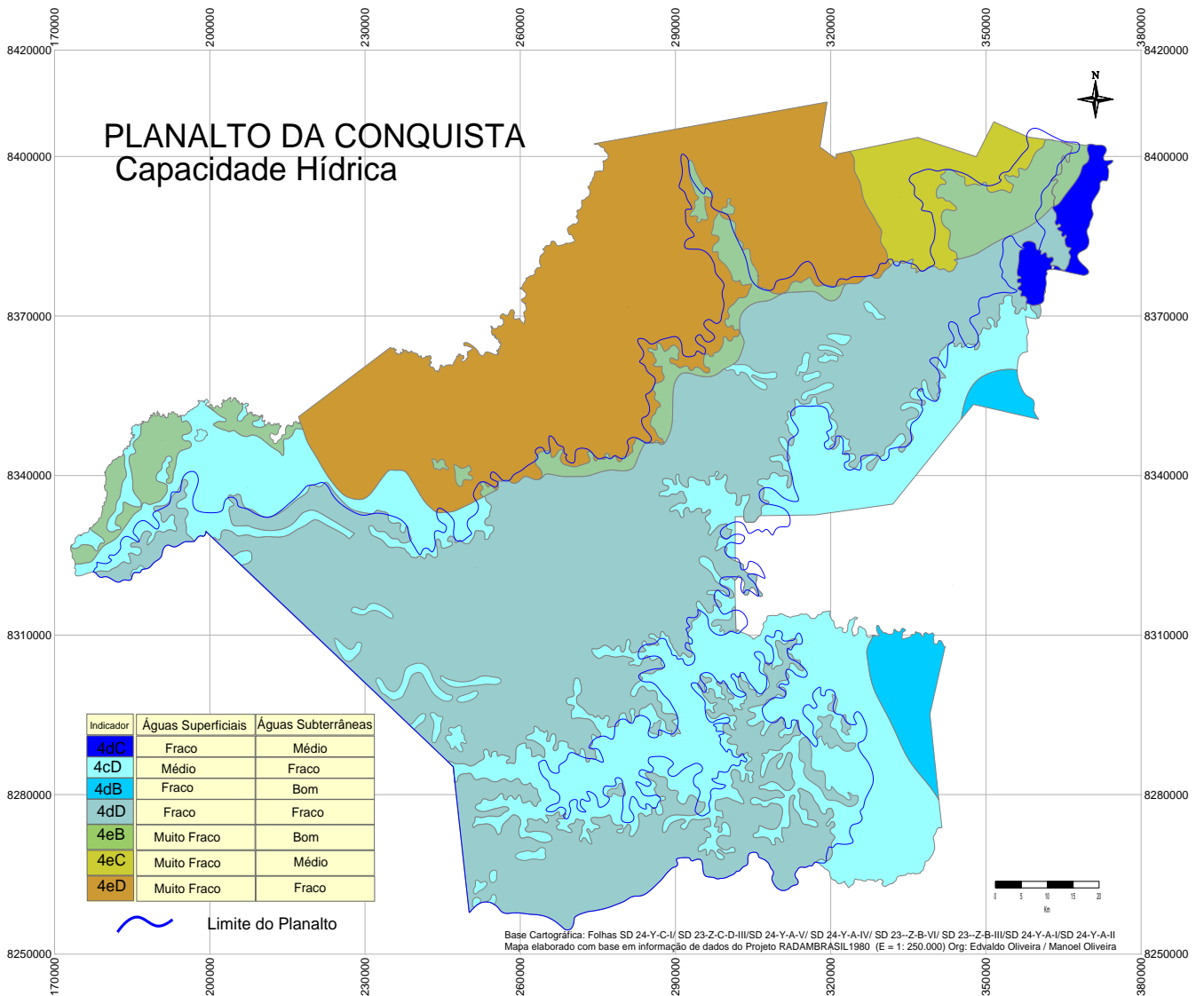
Águas Subterrâneas- classes e distância taxonômica				
A	B	C	D	E
Muito bom	Bom	Médio	Fraco	Muito fraco
>2,99	3,00 a 4,99	5,00 a 6,99	7,00 a 8,99	9,00 a 10,00

Fonte: RadamBrasil – Folha SD24 – 1988. Organização Edvaldo Oliveira

O mapa da capacidade hídrica, Figura 29, especializa as possibilidades de plantios consoante as condições climáticas. No contorno do predomínio dos latossolos, característica do Planalto Cimeiro e do domínio dos Planaltos Inumados, a mancha do Planalto dos Geraizinhos combina com indicadores de águas superficiais 4cD, considerado médio. Embora o eucalipto exija solos profundos, com raízes pivotantes chegando a 2,5m, a deficiência de águas superficiais, apresentada como fraca, não impediu sua expansão por todas as faixas do Planalto. As áreas que apresentam maiores indicadores, ainda que de fraco a médio, no leste,

onde predominam os maiores índices de pluviosidade, são destinadas às culturas mais exigentes, em termos de estresse hídrico, como o café, em áreas menos degradadas, que são pouco procuradas para o plantio de eucalipto, uma vez que os preços de terras de maior valor. Os domínios de muito fraco a fraco, no oeste, no quadro, referem-se ao domínio da Caatinga.

Figura 29 – Capacidade hídrica. Base: RadamBrasil 1983

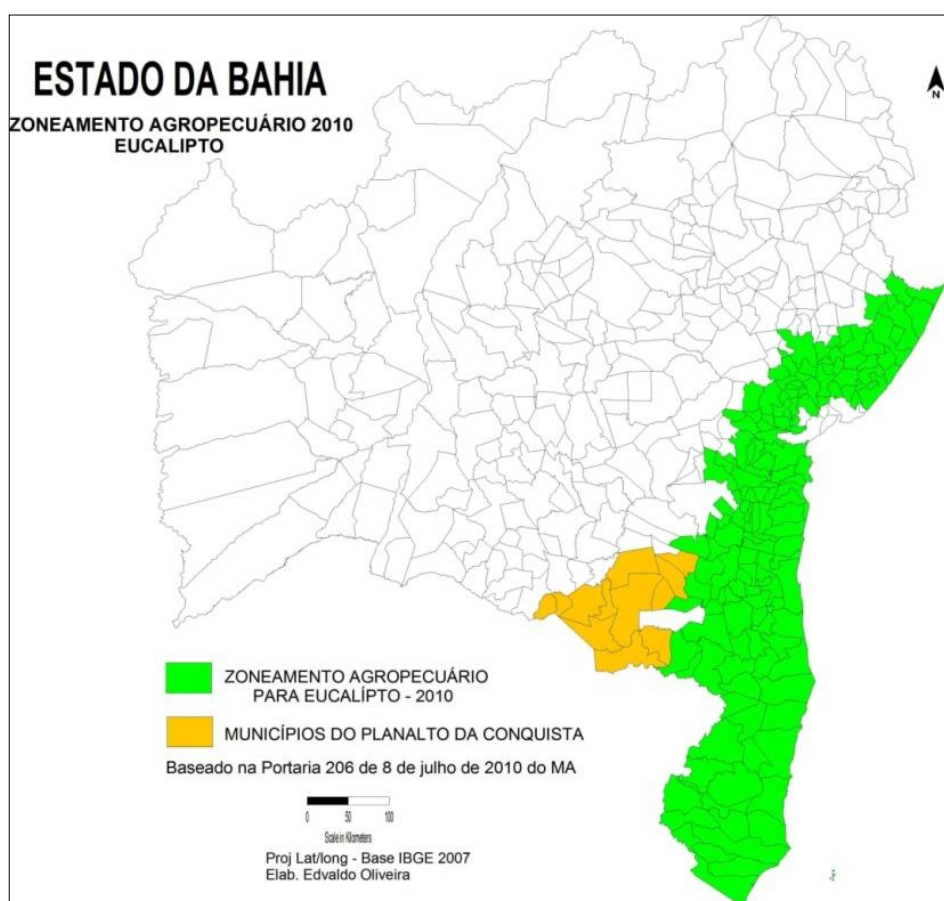


No tocante ao conhecimento da Geografia Física do Planalto, embora o empirismo tenha sido a marca da expansão da eucaliptocultura, numa perspectiva de “ensaio e de erro”, geralmente feito pelo conhecimento localizado dos agricultores, conhecedores de longa data das condicionantes físicas, mesmo com a pouca utilização dos conhecimentos científicos

sobre as baixas potencialidades da capacidade hídrica, principalmente na borda leste, não foi impedimento para a sua expansão.

A capacidade de financiamento da agricultura, a partir do zoneamento agrícola, leva em conta o risco climático e os efeitos sobre a cultura, incluindo os casos de deficiência hídrica. Algumas culturas são avaliadas para o seu plantio a partir das condicionantes do solo e do clima. O Zoneamento Agrícola, elaborado pela Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, através das Portarias n.ºs. 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205 e 206, de julho de 2010, mostra a área com possibilidade de ampliação da eucaliptocultura, conforme mapa da Figura 30.

Figura 30 – Zoneamento agrícola para o eucalipto



Fonte MDA- 2010

O zoneamento privilegiou áreas do litoral, não observando a capacidade de plantio em área onde a baixa qualidade dos solos e a capacidade hídrica se mostram, pelas validações tecnológicas, com capacidade de plantio. No caso do Planalto da Conquista, embora já

confirmada sua expansão e, segundo a Superintendência de Conservação e Floresta - SFC, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, contar como Polo Florestal Sustentável já consolidado, o zoneamento para eucalipto exclui os municípios, levando em conta apenas a espécie *Urograndis*, própria para áreas mais úmidas. Diante da repercussão negativa e da possibilidade de expansão da grande empresa de Celulose, para regiões fora do sul do Estado, preferindo áreas menos úmidas e mais ao norte, com a interferência de organismos ligados à cadeia produtiva da madeira, privilegiando apenas a espécie *urograndis*, o Decreto foi suspenso até que estudos sejam feitos e contemplem outras espécies mais resistentes a climas mais secos, incluindo áreas como o Planalto da Conquista bem como os Polos Florestais.

A justificativa do MAPA apontava como motivos a necessidade de ampliar os estudos que resultaram nos zoneamentos agrícolas de risco climático, aprovados para a cultura do gênero *Eucalyptus*, os quais contemplaram somente a espécie *Eucalyptus grandis*, com exigências climáticas específicas, nos estados de São Paulo, do Espírito Santo, de Goiás, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia e do Distrito Federal. Tudo isso poderia ocasionar dificuldades de interpretação das respectivas Portarias e a contratação de financiamentos para as outras espécies, além da impossibilidade de desenvolvimento, em curto prazo, de metodologias para o zoneamento agrícola de risco climático das demais espécies de eucalipto cultivadas.

5.1.4 Os solos do Planalto

O solo, aliado ao clima e à vegetação, caracteriza-se como elemento natural de maior interesse para a expansão do capital, baseado na trilogia: terra, capital, e trabalho. Os indicadores de qualidade do solo e as condicionantes físicas têm sido utilizados para a ampliação das fronteiras agrícolas. A ciência do solo é apontada como uma das mais pesquisadas na área das ciências da terra, diante da necessidade de evitar a perda, aumentar a produtividade, além de constituir-se no valor intrínseco que se dá à propriedade: o valor de uso. Áreas antes consideradas de baixa ou de nenhuma produtividade têm sido pesquisadas e exploradas para fronteira agrícola, depois de avaliadas as condições edafoclimáticas para uso. Caso emblemático pode ser verificado, no oeste da Bahia, com a introdução do agronegócio, territorializando novas culturas, onde antes eram consideradas terras de baixa produtividade e de baixo valor agregado.

De interesse particular para a eucaliptocultura, os solos representam o critério de maior decisão no empreendimento, uma vez que a rusticidade das espécies de eucalipto se dá bem em climas mais secos. A raiz pivotante, em média com até dois metros a dois metros e meio, exige solos mais profundos, típicos dos latossolos. O Planalto da Conquista, embora tenha baixo potencial hídrico, sobretudo, na borda leste, foi indicado pela ASILFLOR, como de potencial para a eucaliptocultura. Mesmo assim, poucos estudos localizados, com diferentes direcionamentos, incluíram o estudo dos solos. O mais significativo foi feito por Dutra Neto (1998), depois dos trabalhos do RadamBrasil (1981). O IBGE fez levantamentos recentes, ainda não publicados, dos solos da região, em mapa de escala 1: 250.000.

As características do solo que permitem subsolagem, para a eucaliptocultura, têm sido o fator indutor para compra e venda da terra, bem como para ampliação das áreas de plantio do eucalipto. Nesse sentido, o levantamento da produção científica, no âmbito do Planalto, exige especialização dos levantamentos. Toma-se aqui alguns desses trabalhos, para fundamentar a expansão do ponto de vista físico.

Ao estudar os solos do Planalto, Soares Filho buscou, na interpretação dos trabalhos do RadamBrasil e nos trabalhos de campo, uma caracterização para estudos de fragmentos da vegetação regional. Assim, conclui que, “no planalto, os solos apresentam minerais, com textura média e argilosa, muito profundos (espessura superior a duzentos centímetros), forte ou moderadamente drenados, com baixa capacidade de retenção de água e de nutrientes (SOARES FILHO, 2000 p. 16). Esse fator revela a baixa capacidade hídrica dos solos, descrita acima. Lima *et al.* (1981) destaca que, no Planalto, predominam Latossolo Vermelho e Latossolo Amarelo Álico e Distrófico, caracterizado pelos perfis profundos. Tanto as observações de campo quanto as descrições dos solos do Planalto dão conta de que os solos:

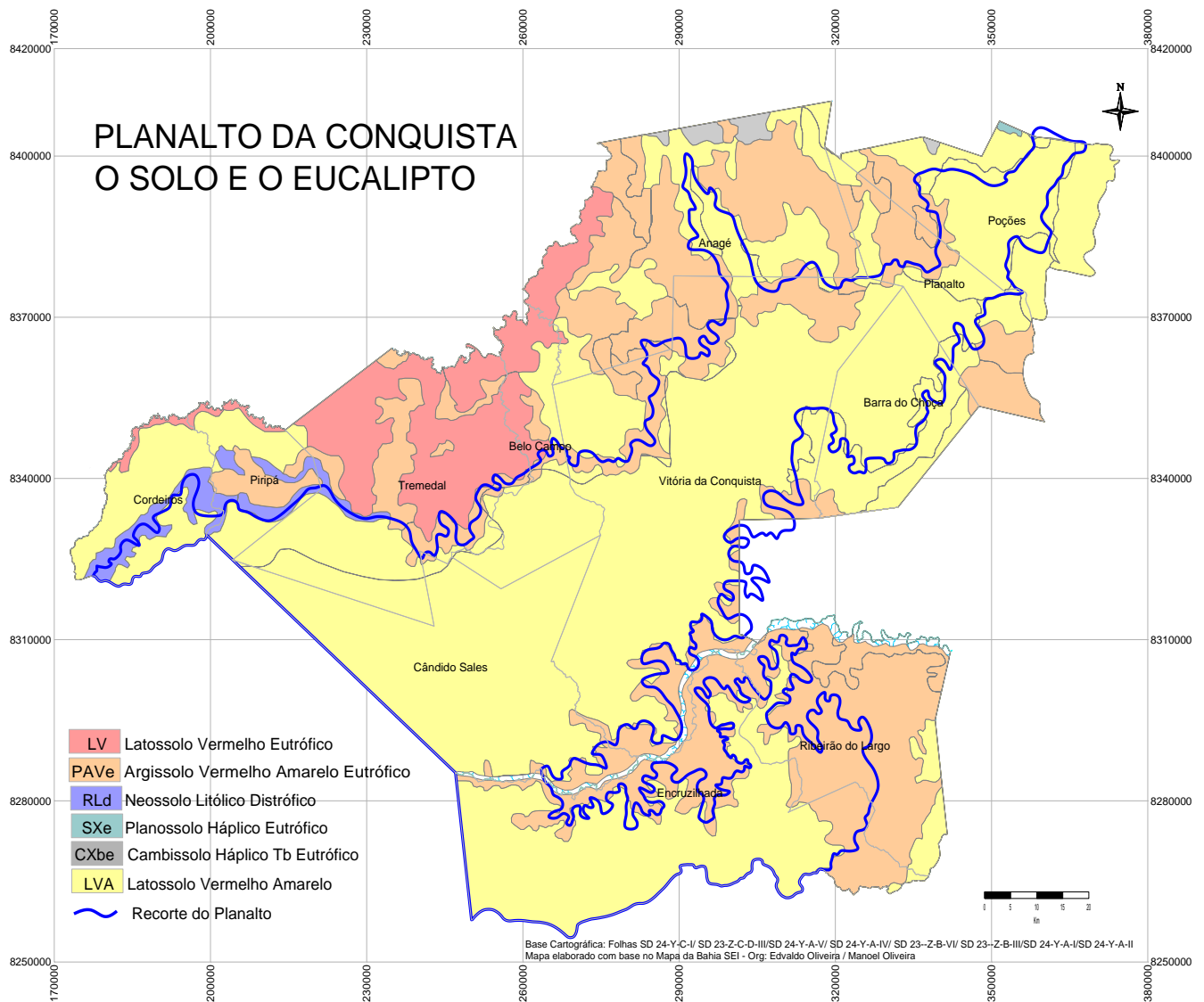
apresentam avançados estágios de intemperização, explicitada pela alteração completa ou quase completa dos minerais menos resistentes ao intemperismo, seguidos da intensa dissilificação, lixiviação de bases, além de concentração residual de óxido de ferro, de alumínio, e de minerais primários resistentes ao intemperismo, podendo haver a predominância de quaisquer desses materiais (Dutra Neto, 1998).

A ratificação da qualidade pobre dos solos do Planalto é feita pelas conclusões de Soares Filho, ao descrever que “são, portanto, solos quimicamente pobres, de modo geral”. (2000 p. 12). Na mesma linha, os solos pesquisados por Vieira *et al.* (1976), na região de

Vitória da Conquista (embora em campo mais restrito), apresentam fertilidade muito baixa e profundidade média, enquanto que as conclusões sobre a capacidade dos solos apontam, em pesquisas no Planalto da Conquista, que os solos são ácidos e possuem baixas quantidades de nutrientes, como fósforo e potássio, bem como baixa quantidade de matéria orgânica.

Elaborada para fundamentar as análises da eucaliptocultura, a Figura 31 traz o mapa de solos do Planalto, com vistas à delimitação da capacidade de expansão da eucaliptocultura. As características distintas dos latossolos (álíco, distrófico, eutrófico), não implicam redução do plantio, uma vez que a correção do solo para o eucalipto pode resolver a questão, bem como a escolha de espécies que se adaptem a cada tipo de solo.

Figura 31 – Solos do Planalto da Conquista - Base: RadamBrasil 1983



A partir do Sistema de Informações Geográficas do Projeto Cartográfico, foi possível verificar as áreas predominantes de solos, (Tabela 25), observando que o Mapa traz escala de média a grande, consoante a escala adotada para o território:

Tabela 25– Quantitativos por Classes de Solos no Planalto da Conquista

Tipo	Em km ²
Latossolo Vermelho	1.131,524
Argissolo Vermelho Amarelo Eutrófico	3.299,044
Cambissolo Háplico Tb Eutrófico	67,917
Latossolo Vermelho Amarelo	9.604,864
Neossolo Litólico Distrófico	250,571
Planossolo Háplico Eutrófico	7,177
Solos não levantados	1.334,78
Total	15.695,880

Fonte: RadamBrasil-1983. Classes conforme Sistema Brasileiro de Classificação de Solos Versão 2009 – Embrapa. Base do Projeto cartográfico da Tese.

Ressalvados os primeiros plantios, no território do Planalto, em ambiente semiárido e ,de acordo com levantamentos do preço da terra, calculado sobre a base regional do Projeto Cartográfico, o potencial de solos propícios para a eucaliptocultura, aliado às condições climáticas mais favoráveis, considerando apenas os latossolos vermelho e amarelo, é da ordem de 10.730 km². Se se considera que a qualidade dos solos é baixa, em toda a extensão do Planalto, essa constatação interfere diretamente no baixo investimento do Estado, que se ocupa em dinamizar áreas onde a agricultura, com ênfase no *agrobusiness*, é mais evidente. Outra linha de análise remete ao baixo preço da terra, condição para a ampliação da eucaliptocultura. Ainda assim, a estrutura agrária, com predomínio da média e da pequena propriedade, com grande número de agricultores familiares e de produtores tradicionais, resiste, apesar das ameaças de grandes empreendedores que começam a adquirir terras, na região.

5.1.5 A mudança na paisagem – da pastagem à Mata de Cipó

Os domínios vegetais têm sido debatidos de forma geral pelo fato de demonstrarem as mudanças na paisagem, uma das variáveis mais discutidas, sobretudo, pelos ambientalistas e pelos movimentos sociais, no Planalto da Conquista. A descrição da vegetação nativa, desde a posse da terra, no período colonial, reflete o nível de ocupação e de retirada da vegetação original, na tentativa de implantar uma economia agrícola, baseada na pastagem extensiva.

Tal procedimento, levado a cabo pela política de expansão dos territórios coloniais e pela criação do gado, fez brotar, na região, uma tipologia agrícola que contribui para o quadro atual de degradação, sobretudo, do centro para a borda oeste do Planalto, resultando numa baixa produtividade pecuária, uma vez que a agricultura sempre foi incipiente, quer pelas limitações climáticas, quer por falta de política de Estado e de investimentos, na região, exceto em relação à monocultura do café, na década de 1970.

Acredita-se que, além da questão política de reformulação da economia regional baseada fortemente no setor agrícola, a desfragmentação fundiária, ocorrida a partir da década de 1945, seja também resultado do processo de degradação das pastagens e das mudanças na tipologia agrícola, fundamentada na bacia leiteira, que se desloca para a região de Itambé e de Itapetinga. As tentativas de implementar uma nova política agrícola, diante da queda da economia regional, tentaram implementar, desde a instalação de usinas de álcool anidro a partir da mandioca, à cultura do cacau, chegando a consolidar-se apenas o café. É nessa direção que a reestruturação atual da política agrícola, nos municípios do Planalto da Conquista, busca efetivar uma política na perspectiva que Mazoyer e Roudart (2001) chamaram de sociedade pós-florestal, marcada pelo sistema que caracterizam como derrubada-queimada. Dessa orientação da cultura do carvão, da matriz energética regional e da necessidade de compra de carvão pelas siderúrgicas mineiras e das características próprias do Planalto, o avanço da eucaliptocultura passa a ocupar, junto com a mandiocultura, em fase de expansão com a agroindústria de féculas, uma nova vertente na agricultura regional.

A produção do espaço, no Planalto, pautou-se, no primeiro momento, pela concentração fundiária, resultando depois na fragmentação da propriedade, revelando, também, a política de derrubada/queimada da vegetação nativa, para dar lugar à pastagem. Há uma particularidade nesse processo que leva à desconstrução da paisagem regional, uma vez que a floresta predominante tem, em suas poucas amostras, características de florestas estacional decidual e semidecidual. Nesse sentido, há uma singularidade, na região do Planalto, uma vez que a denominação do recorte florestal recebe outra denominação: Mata de Cipó.

Como foi visto, a formação vegetal do Planalto da Conquista apresenta uma diversidade peculiar, uma vez que a geomorfologia, a variação climática, o solo local, a formação de um ecótono, conduziram à formação de florestas semidecidual e decidual, com

aportes na Caatinga, no centro e na borda oeste, contrastando com florestas úmidas, na borda leste.

Historicamente, os registros da vegetação do Planalto foram estudados por Medeiros, ressaltando a parte da vegetação original em que os velhos documentos falam seguramente do Sertão da Ressaca, vasto território entre os rios Pardo e de Contas, exceto na parte coberta pela mata grossa. (MEDEIROS, 1977). Os registros do Príncipe Maximiliano Wied-Neuwied e de Tranquilino Leovigildo Torres, 1817 e 1895, respectivamente, apontados por Medeiros, revelam a existência de matas densas, pois “mesmo relativizando o espaço (a aldeia” era “centro” de vasto território), aqueles autores nos falam de flora e de fauna riquíssimas. Mas são relatos verídicos. A situação atual é resultante da exploração desordenada de recursos” (MEDEIROS, 1977 sp). Outros registros históricos, desde o século XVIII, revelam a existência da uma vegetação de porte maior, desde os primórdios da ocupação, conforme afirma Medeiros: “não tenho dúvida de que Pedro Barbosa Leal pretendia, efetivamente, ocupar o Planalto da Conquista, pois quando ele fala em campos que abeiram as matas, certamente está a referir-se à caatinga e à Mata de Cipó que se aproximam da Mata Atlântica. (MEDEIROS, 1977). Nos registros de Pedro Leal Barbosa, Medeiros destaca os campos que ficavam entre a mata grossa da beira mar e as caatingas, referindo-se à transição entre a Mata Atlântica, como mata grossa, Mata de Cipó como a floresta semidecidual e a Caatinga.

Brasão e Araújo (1981) e Vinhas et al. (1976) caracterizam a Mata de Cipó como Floresta Estacional Latifoliada Caducifólia não Espinhosa, identificada pela dinâmica da forma fanerófita decidual, tendo seus Indivíduos copa muito esganhada e folhas pequenas. Trata-se de uma vegetação relativamente baixa, raramente ultrapassando dez a vinte metros de altura.

Falcão lembra que “Além das lianas, diversas outras espécies de plantas fazem com que as florestas do Planalto da Conquista, principalmente as matas-de-cipó, apresentem um subosque denso, entre 2 e 5m (FALCÃO, 2005, p 86). O resgate da bibliografia feito por Soares Filho (2003), e por São José e Novaes (1992) resalta os levantamentos efetuados por Vinhas *et al.* (1976) e Foury (1972) considerou a Mata de Cipó exclusiva da Bahia, o que, em determinadas discussões, chegam a considerar uma espécie de “bioma”, embora mais recentemente fora incorporado aos Corredores da Mata Atlântica. A descrição feita por Soares filho, citando Campbel e Hammond, aponta a ocorrência, na Bahia, entre 600 e 1000mm, caracterizados por árvores de baixa estatura, variando entre 10 e 15m, pequeno

diâmetro, caracteristicamente caducifólia, com perda das folhas, na estação seca. “Lianas são abundantes e usualmente formam a rede que toma a paisagem através dessa floresta difícil”, embora reconheçam que alguns botânicos creem que não seja uma formação distinta, mas o resultado de perturbações”. (SOARES FILHO, 2000 p. 23).

O IBGE caracteriza como Floresta Estacional Decidual Submontana, composta por mesofanerófitos parcialmente caducifólios, “onde a maior parte dos ecótipos, formadores dessa disjunção regularmente é envolvida por lianas lenhosas, com folhagem sempre verde, que confere a essa formação uma falsa aparência, numa época desfavorável”. (IBGE, 1992, p. 23). Ao particularizar a formação vegetal da mata de cipó, denomina Floresta Estacional Decidual Montana Mata de Cipó no Planalto. “Revestindo o Planalto de Conquista (BA), encontra-se uma vegetação florestal de porte médio, dominada por ecótipos do gênero *Paraptadenia* e *Anadenathera*, sempre associada aos gêneros *Cavallinesia*, *Tabebuia* e *Cedrela*, entre muitas outras (IBGE, 1992, p 24). Para Brasão e Araújo (1981), a Mata de Cipó é composta de diversas espécies, principalmente dos gêneros *Aspidosperma*, *Piptadenia*, *Caesalpinia*, *Pisonia* e outras de menor importância, Para Vinha *et al.* (1976), há muitas espécies que se encontram na área mais seca, como, por exemplo, a barriguda e o paufero, dentre outras (SÃO JOSÉ e NOVAES, 1992, p. 10). Dessa forma, assim se descreve o arremate feito por Soares Filho sobre a caracterização da mata de cipó:

Pode-se então caracterizar a Mata de Cipó do Planalto da Conquistense como Floresta Estacional, que apresenta gradiente de caducifólia que vai do decidual, em torno de 50%, a semidecidual, em torno de 20%, e como uma floresta na qual muitas árvores são decíduais, na época seca, principalmente no estrato superior, entretanto a sua mata permanece verde. [...] de modo geral, a vegetação apresenta-se com adaptações para aridez, com folhagem esclerófila de pequeno tamanho e gemas protegidas por pelos, mas a maioria das espécies não apresenta acúleos (SOARES FILHO, 2000 p. 26).

As proposições para o uso da terra, no passado, envolviam a retirada da mata para dar lugar à pastagem para a reprodução do capital e a manutenção da estrutura aristocrática regional, que hoje dá lugar ao eucalipto, como forma de ocupação do espaço, outrora produzido para o gado, agora em processo de produção para os produtos madeireiros.

5..1.6 O clima e Mata de Cipó

Ao estudar manchas de floresta Estacional, no Planalto, Soares Filho destaca que as florestas do Planalto são o reflexo de uma situação ecotonal paleoecológica, incorporando espécies cuja evolução permitiu “resistir às condições de estacionalidade, principalmente hídrica, ou seja, espécies caducifólias e semicaducifólias de ampla distribuição. Dessa forma, as Florestas Estacionais acabam funcionando, segundo Ab’Saber, como um tampão entre matas úmidas e ecossistemas semiáridos”. (SOARES FILHO, 2000 p. 122).

O destaque, tanto de Soares Filho quanto de São José e Novaes, vai para o trabalho de FOURY (1972), que “denominou de Mata de Cipó, considerando esse tipo de mata apenas uma vegetação de transição entre a mata costeira e a região do Sertão, ocorrendo, exclusivamente, no Estado da Bahia (SÃO JOSÉ e NOVAES, 1992, p. 9). Essa singularidade revela a adaptação às condições climáticas. Considerando a baixa pluviosidade regional, destacam que a “Mata de Cipó, que é de uma formação florestal, ocorre sob precipitação da ordem de 700 mm de chuvas anuais, (precipitação de Vitória da Conquista), pode-se dizer, grosso modo, que 700mm de chuvas anuais, no mínimo, podem sustentar uma floresta, mesmo sendo ela de pequeno porte”. (SOARES FILHO, 2000 p. 119). Destaca, ainda, a formação das névoas úmidas, capazes de dar sustentabilidade à essa formação. Com relação à precipitação pluviométrica, Brasão e Araújo (1981) relataram que ela varia de 600 a 1.200mm anuais, acusando um período seco de cinco a seis meses, que coincide com os meses mais frios do ano, período esse em que a formação de orvalho e de nevoeiro é favorecida pela amplitude térmica diária, reduzindo, de forma acentuada, o período de seca biológica, que, nesse caso, pode ser considerado de três a quatro meses (SÃO JOSÉ e NOVAES, 1992, p. 10).

Outras denominações são resgatadas por Falcão, para a vegetação típica do Planalto da Conquista, como Floresta Caducifólia não espinhosa e Mata Seca, enfatizando a importância biológica da vegetação, mesmo em processo de retirada em fase final, embora destaque que a maior parte dos estudos tenha sido desenvolvida em áreas de matas úmidas, perenifólias. No caso do Planalto e do sudeste da Bahia, lembra que abriga ainda outros tipos de fisionomias florestais, os quais ainda se encontram dentro do domínio da Mata Atlântica, cuja diversidade biológica foi muito pouco estudada ou é quase, absolutamente, desconhecida. Destaca que:

Dentre essas fisionomias, incluem-se as florestas mesófilas, as Matas-de-cipó ou “floresta estacional latifoliada subcaducifólia”, segundo Andrade-Lima (1966) e, por fim, os “brejos de altitude”, que são áreas de florestas úmidas circundadas por áreas de vegetação mais seca e localizadas sobre complexos altitudinais (Andrade-Lima 1982). O Planalto da Conquista é representado predominantemente por florestas mesófilas e Matas-de-cipó (FALCÃO, 2005, p 12).

As áreas de ocorrência da Mata de Cipó, descritas por São José e Novaes, a partir dos levantamentos de Vinha *et al.* (1976) ,“como sendo de maneira geral, verifica-se em todo o Sudeste da Bahia (Planalto de Conquista e Poções), estendendo-se ao sul, em uma faixa mais ampla, pelo município de Belo Campo e, ao norte, numa faixa mais estreita, até Jequié(.) (SÃO JOSÉ e NOVAES, 1992, p. 10).

Em descrição feita por Ângelo Paes Camargo, anotada por Ruy Medeiros, na obra de Tranquilino Torres e resgatada por Soares Filho, são apresentadas três faixas de vegetação. No sentido oeste/leste, são abordadas da seguinte forma:

Faixas A e B – Caatinga ou cobertura acatingada – Vegetação típica de áreas com deficiências hídricas acentuadas, seus solos são, em geral, rasos, pedregosos e acidentados. Carrasco, também conhecido como “campos gerais” ou Cerrado. É uma vegetação baixa, mais aberta, típica de terra muito pobre e seca. Encontra-se geralmente no espigão e no divisor das vertentes marítimas e continentais a nas altitudes de 1.000 m ou mais, em solos arenosos

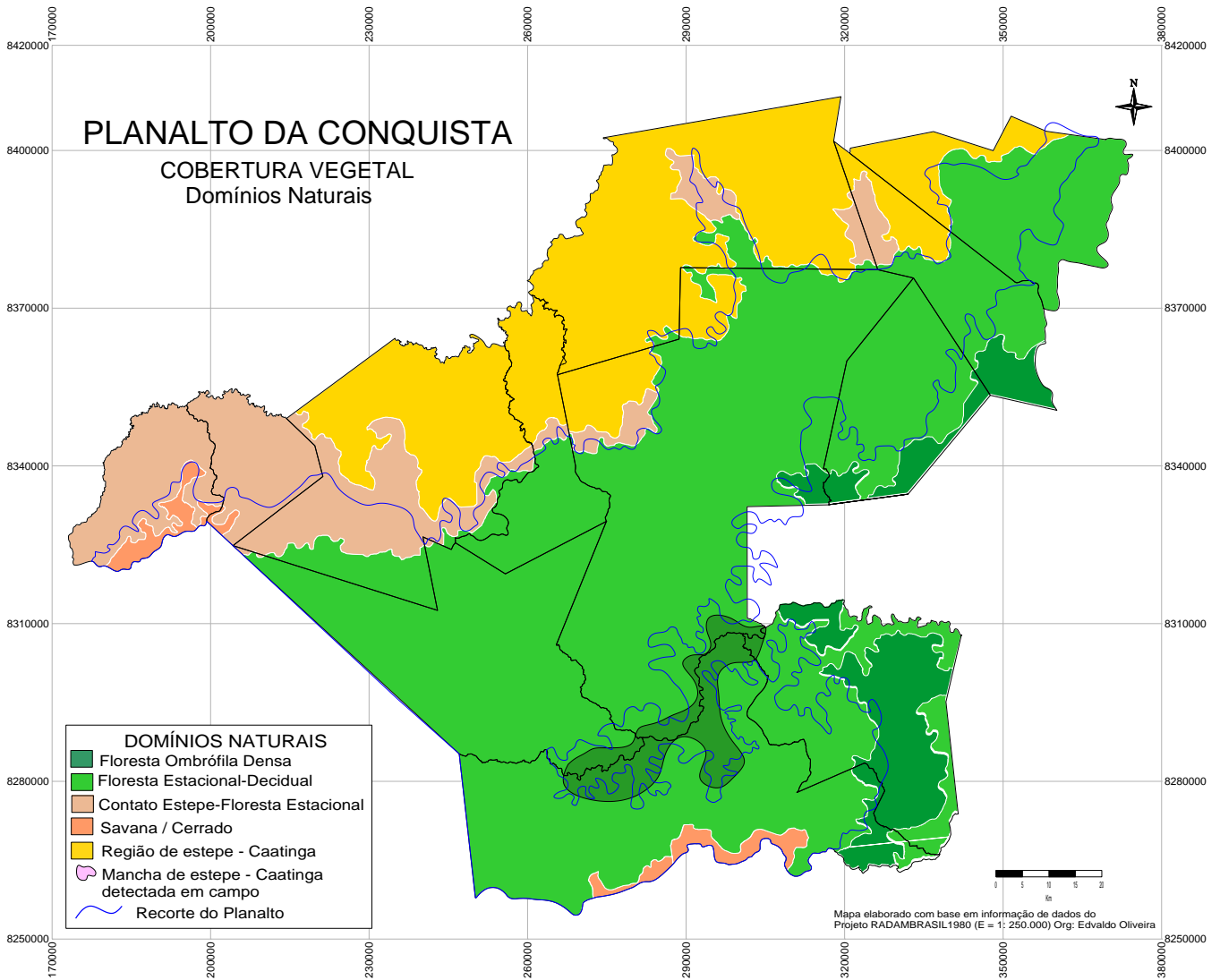
Faixas C e D – Mata de Cipó. Essa cobertura parece ser a predominante no platô. É uma vegetação alta, fechada com muitas lianas (cipós), epífitas (orquídeas) e musgos (barba de mono). A Mata-de-Larga é vegetação mais úmida, muitas vezes aparece em transição com Mata de Cipó; e mais baixa e mais aberta do que essa. Apresenta samambaias, SAP; capim e muitas leguminosas e palmeiras, sendo que a última falta na Mata de Cipó, sendo possivelmente resultado de alteração.

Faixas E e F – Mata Fria e Mata Fluvial Úmida – são as vegetações que aparecem nos bordos e nas escarpas do Platô, são áreas úmidas sob influência das correntes aéreas frias e úmidas, vindas do oceano e dos invernos, com frequentes e prolongados nevoeiros. Em plena estação seca, a vegetação herbácea se mantém inteiramente verde (SOARES FILHO, 2000 p. 23).

A Figura 32 mostra, no mapa, os domínios vegetais, com destaque para a mancha de floresta estacional semidecidual, típica da Mata de Cipó, em que se deu a expansão da eucaliptocultura. A floresta típica do Planalto foi retirada para dar espaço à pastagem, sendo

direcionada para a queima e carvoejamento.No entanto, a ausência de uma política agrícola, que garantisse a sobrevivência da Mata de Cipó e a redefinição da estrutura fundiária, acabou por redefinir, também, a ocupação das áreas desflorestadas.

Figura 32 - Domínios vegetais do Planalto da Conquista



5.1.7 Da Mata de Cipó à degradação do solo - o caminho para o eucalipto

Não somente pela descrição do Príncipe de Weid, que vislumbrou a Mata de Cipó de forma exuberante, mas pelos resquícios existentes, que sobreviveram à pastagem, agora substituída gradualmente pela eucaliptocultura, o certo é que, em uma passagem pelo território do Planalto, verifica-se a retirada da cobertura vegetal, dando vazões ao discurso das áreas degradadas e do barateamento das terras, observadas nas políticas de expansão da eucaliptocultura, em todo o País e no mundo.

Partindo da retirada das matas adjacentes à mata de cipó, “alguns desses fragmentos de floresta são adjacentes a manchas de “mata de cipó”, que são matas secas decíduais, consideradas, por Mori & Boom (1981), como um dos tipos florestais mais ameaçados e desprotegidos, além de pouco conhecidos, no estado da Bahia” (FALCÃO, 2005, p 59). O avanço se deu até a borda ocidental do Planalto, sobre a mata, formando uma tipologia agrícola que evidencia a parca agricultura, a pastagem em estado de degradação, e o surgimento de capoeiras.

Segundo Soares Filho (2000), a intervenção humana na vegetação do Planalto Conquistense, para a implantação da monocultura de café, das lavouras de subsistência, das pastagens, aliada à retirada de madeira para o fornecimento de lenha para a produção de carvão, principalmente na borda oeste, nas áreas mais áridas, criam condições ecológicas propícias ao estabelecimento da Caatinga e do Cerrado, sendo que algumas áreas já apresentaram fisionomia bastante típica de uma outra formação, com características de transição entre a Caatinga e a Mata de Cipó, bem definida. Para o autor, esse processo de avanço sobre as matas, e as atividades agrícolas e extrativistas, aliado à urbanização, levou “as florestas da região, a serem derrubadas. [...] No Planalto, as Matas Mesófilas, as Matas Secas e as Matas de Galerias, vêm sofrendo uma paulatina redução de suas áreas e uma substituição por Formações Pioneiras Caatingadas. Os dados mais atualizados demonstram uma situação crítica”. (SOARES FILHO, 2000 p. 27). Na mesma linha de entendimento, para São José e Novaes, a devastação é evidente, uma vez que a mata de cipó cobria toda a extensão regional:

E encontra-se completamente alterada, apresentando como fisionomias dominantes a vegetação secundária, a qual, juntamente com a vegetação remanescente, continuam sendo intensamente exploradas para várias

finalidades, dentre as quais destacam-se a obtenção de carvão vegetal que normalmente é comercializado na região, além de suprir uma demanda das indústrias do Norte do Estado de Minas Gerais(.) (SÃO JOSÉ e NOVAES, 1992, p. 10).

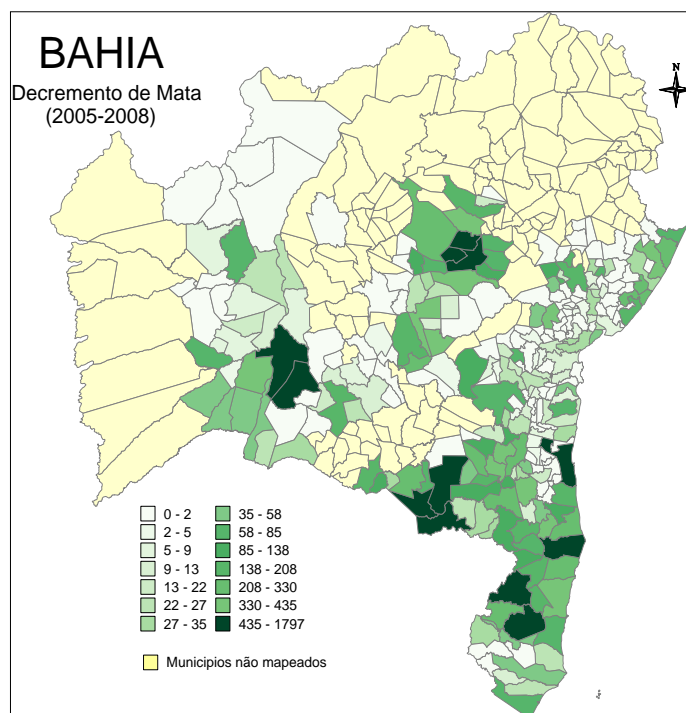
Em termos quantitativos, a retirada da vegetação original sofreu tal como no sul do Estado, mas em formato diferente. Os dados levantados dão conta de que existia, em 1975, na microrregião de Vitória da Conquista, 2.632 km² de “matas naturais”. Vinhas et al (1976) estimaram, em 1976, que os remanescentes de Mata de Cipó ocupavam 965km², com manchas variando entre de 10 a 15 km². Soares Filho e Bitencourt (1997) detectaram que cerca de 55% das Florestas Estacionais, originais da Carta Belo Campo, foram perdidas no período de 1975 a 1983. Em termos preservacionistas, Falcão revela que os remanescentes de florestas de Conquista ainda se encontra, em boa parte, restritas a pequenos fragmentos isolados, com poucas áreas concentradas (> 500 ha). “Por exemplo, do mapeamento resultante dos projetos “Biota das florestas do Planalto de Conquista, Sudoeste da Bahia” e “Biota de Boa Nova, uma base de dados para um plano de conservação”, apenas dois fragmentos eram representados por mais de 1.000 ha”. (FALCÃO, 2005, p 83).

O IBGE fez levantamento da Mata de Cipó e destaca que “esta formação é encontrada em áreas descontínuas e relativamente pequenas”. Ocorre, com maior expressividade, na bacia do rio Pardo, no sul do estado da Bahia(.) (IBGE, 1992, p 22). Dados colhidos por Falcão revelam que os levantamentos feitos por instituições, como a Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil), a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), mostraram, em 2001, que, no início da década de 90, restavam no Brasil apenas 4,2% dos remanescentes de florestas estacionais semidecíduais. Lembra que a situação era ainda pior para as florestas decíduais, restando somente 3,8%, cujo percentual, 5,4%, estão restritos às unidades de conservação. “Lamentavelmente, no Planalto de Conquista, alguns dos últimos remanescentes de Mata-de-Cipó encontram-se em grandes latifúndios, os quais estão sendo paulatinamente destinados à Reforma Agrária”, (FALCÃO, 2005, p 13), o que demonstra o quadro da degradação propícia a um novo modelo de exploração da terra, com culturas substitutivas, resistentes às alterações ambientais. Mesmo após o desmatamento, ainda hoje é alto o consumo da madeira nativa, que representa, segundo estudos da Organização SOS Mata Atlântica e do INPE (2010), na ordem de 5 a 8 % da vegetação original. As conclusões de Soares Filho (2000) comprovam que a situação de conservação da Mata de Cipó não deve ter apresentado melhoras durante a década, devendo

restar áreas menores de Florestas Estacionais, talvez de 2% ou 1%. Os remanescentes dessas matas, em algumas partes mais conservadas do relevo, apresentam-se bastante densos e compostos por árvores com até 18 metros de altura. As alterações anotadas revelam que os diâmetros reduziram-se, alterando as características da mata em seu estado prístino.

Os dados da pesquisa Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, feito pela Fundação SOS Mata Atlântica, realizada entre 2005 e 2008, revelam que os estados que sofreram maior desmatamento foram Minas Gerais, Santa Catarina e a Bahia. Na Bahia, dos 465 municípios, 276 foram mapeados, destacando-se: Bom Jesus da Lapa, que perdeu 1.797 hectares, Cândido Sales 1.580 hectares, e Vitória da Conquista 1.418 hectares. (Figura 33).

Figura 33- Taxa de desmatamento da floresta estacional semidecidual (em Km²)



Fonte: INPE/SOS Mata Atlântica 2010

Embora a metodologia do INPE e do SOS Mata Atlântica seja questionada, uma vez que considerou a área de todos os municípios para os cálculos de desmatamento de Mata Atlântica, sem levar em conta as áreas do semiárido, a Tabela 26 mostra o desmatamento, no Planalto da Conquista, com destaque para os municípios de Vitória da Conquista e Cândido Sales que apresentam maiores decrementos de vegetação nativa. Os percentuais podem ser

alterados, descontadas as áreas de predomínio de Mata Atlântica, inserindo o polígono das florestas Semidecíduais – Mata de Cipó. Dessa forma, pode-se mensurar o decréscimo de Mata Atlântica (incluindo a Mata de Cipó como componente do corredor da Mata Atlântica), com indicadores de decréscimo.

Tabela 26 – Taxa de desmatamento entre 2005 e 2008 (em mil hectares)

Município	Área do Município	Mata Remanescentes	Decréscimo de Mata (2005-2008)	Somatória da Vegetação Nativa (2008)
Cândido Sales	162.631	9.811	1.580	9.811
Vitória da Conquista	320.303	16.358	1.418	16.358
Encruzilhada	204.784	12.990	870	12.990
Tremedal	168.187	14.790	266	14.790
Planalto	96.702	5.056	208	5.056
Poções	82.209	3.676	115	3.676
Cordeiros	55.519	4.651	109	4.651
Belo Campo	61.734	904	58	904
Barra do Choça	72.265	5.285	50	5.285
Piripá	42.126	4.877	29	4.877
Ribeirão do Largo	122.511	6.443	22	6.443
Anagé	188.252	101	0	101

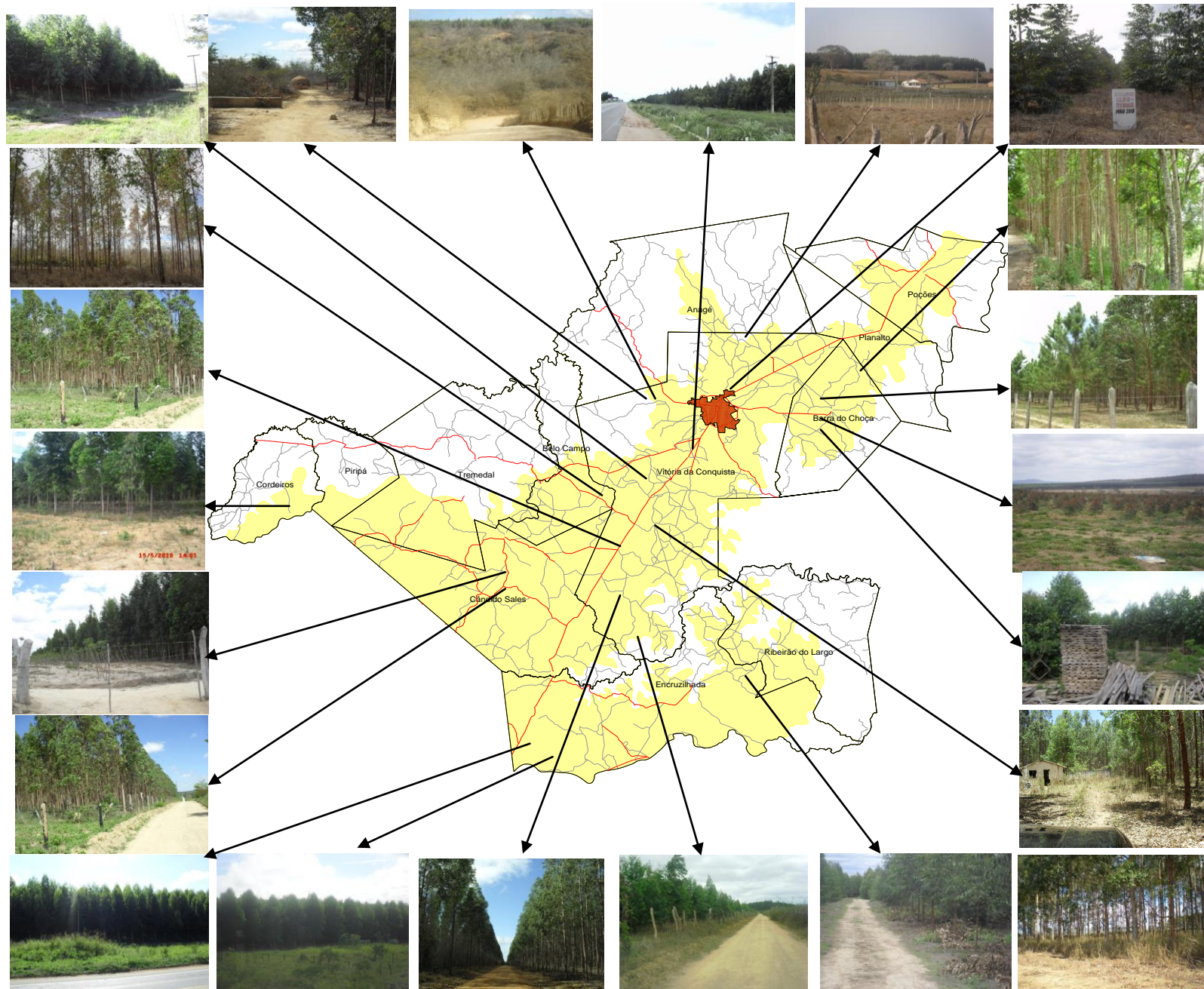
Fonte: INPE/SOS Mata Atlântica. 2010. Organização Edvaldo Oliveira

A agricultura e a pecuária, no território do Planalto, evidenciam o quadro das alterações, na tipologia agrícola, que concentravam maior reduto florestal. Para Falcão (2005), boa parte dessas florestas desapareceu devido ao desenvolvimento da cafeicultura, na região. Reafirma que a Mata de Cipó constitui o tipo florestal menos conhecido e mais ameaçado do estado da Bahia, lembrando que outros autores já alertavam que “todos os esforços devem ser feitos para protegê-lo, antes que desapareça completamente” (Mori & Boom 1981) e (FALCÃO, 2005, p 13). Para Soa José e Novaes, “a pecuária destaca-se como uma importante atividade econômica, sendo considerada a principal responsável pelo desaparecimento dos últimos maciços florestais” (SÃO JOSÉ e NOVAES, 1992, p. 15). Apoiam esse processo, em menor escala, a cultura do café, da mandioca, do feijão, do milho e de outras. Para os autores, na maior parte dessa região, as produtividades dessas plantações são consideradas baixas, em função das condições edafoclimáticas, vistas anteriormente, destacando a baixa fertilidade dos solos e a desuniformidade quanto à distribuição das chuvas.

A Mata de Cipó está diretamente ligada à produção de carvão, uma vez que a madeira serrada para a indústria e para as construções vinha das matas do extremo sul da Bahia, do

Pará e mesmo da vertente leste do Planalto. Soma-se, ainda, a matriz energética regional, baseada na queima da madeira, quer doméstica, hoje substituída pelo gás GLP, quer para a indústria que começou a se deslançar, na década de 1970, com a implantação do Distrito Industrial dos Imborés, embora houvesse uma indústria incipiente, antes dele. O desmatamento da Mata de Cipó e da Mata Atlântica constitui importante indicador para o processo de expansão da eucaliptocultura, uma vez que tem implicações diretas no processo de venda das propriedades, com possível desvalorização, resguardadas as propriedades que mantiveram benfeitorias, criando um mercado que, embora incipiente, na região, acaba por definir que o solo desnudo implica menor valor das propriedades. A Figura 34 mostra o avanço do eucalipto, no Planalto, nas faixas climáticas, de solo e de vegetação, a partir do levantamento de campo.

Figura 34 - Expansão do eucalipto no Planalto da Conquista



Fonte: Trabalho de campo.

5.2 A terra para o eucalipto

A produção do espaço envolve os componentes físicos e sociais, pela demanda da matéria-prima e pela oferta do trabalho, que se apresenta de forma diferenciada, considerando as características de reprodução do capital e dependendo do retorno do lucro. A essa diferenciação, Milton Santos (1994) chama de ‘espaços luminosos’ x espaços opacos²⁴, e Smith, (1986), denominou de produção diferenciada do espaço cujos resultados são os sintomas materiais do desenvolvimento desigual.

A eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, em tese, difere das demais por quatro motivos, apresentados nos resultados da Pesquisa de Campo. Primeiro, por não se caracterizar como um grande projeto em que o grande capital e o financiamento do Estado se fizessem presentes. Em segundo lugar, o envolvimento da estrutura fundiária não sofreu tantas transformações, quando comparada com outros territórios, o que não significa a desterritorialização e as ameaças aos pequenos e médios agricultores. Terceiro, pelo envolvimento de boa parte dos proprietários locais, ainda que dentro de uma intencionalidade, na perspectiva de uma nova tipologia para a agricultura, no território. Quarto, pela aceitação do pequeno agricultor que, de alguma forma, absorveu a agricultura, resguardados aqueles que consideram, por razões até ideológicas, como nocivas.

Ainda há alguns pontos que se consideram importantes, como a falta de uma política efetiva de financiamento da agricultura, seja familiar, seja patronal. A diferenciação espacial, considerando as condicionantes naturais, não limita a expansão da eucaliptocultura, embora a mandiocultura seja o seu concorrente mais próximo. Nessa diferenciação espacial, a ingestão do financiamento público limitou-se à monocultura do café, na década de 1970. Inserir o pequeno na agroindústria torna-se difícil, uma vez que a produção familiar não dispõe de mercado, embora essa produção seja parte da demanda de consumo regional. Só recentemente, com a implantação de uma unidade processadora de fécula, capitaneada pela Cooperativa COOPASUB, vê-se um projeto em que se envolvem os agricultores familiares, com ressalvas à produção, uma vez que retira da sede produtora o trabalho, pela via da mecanização da mandioca. Nota-se também, a ausência do poder público municipal, na elaboração de políticas próprias para a ampliação da base produtiva local, mesmo com

²⁴ Milton Santos não identifica “espaços luminosos” como exclusivamente rurais. Nesse caso, aplica-se por se tornarem espaços rurais de interesse do capital, em detrimento de outros que não dariam o retorno necessário, seja através da reprodução, seja da mais valia. No contexto apresentado por Santos, seriam, no primeiro caso, espaços em que as redes de informação aparecem com mais evidência

mecanismos de compra como o PAA - PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE - PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, pouco efetivados na região.

A desigualdade espacial, do ponto de vista físico, remete à desigualdade de investimentos, no âmbito dos municípios do Planalto, beneficiando áreas com maior potencial de retorno, quer público, quer privado, cujas garantias são efetivas para garantir o lucro. A desigualdade social, condicionada pelas políticas de rendimento da produção, leva a uma dependência.

5.2.1 A ausência de um grande projeto e os antecedentes históricos da ocupação do Planalto da Conquista – da concentração à fragmentação fundiária

Diferentemente de outros territórios, onde a eucaliptocultura se instalou, a ausência de um grande projeto parece beneficiar o Planalto da Conquista, uma vez que não sofre os danos causados tanto em termos ambientais, como, principalmente, pela concentração fundiária regional. No entanto, grandes projetos agrícolas mostram a desigualdade de recursos disponibilizados pelo Estado, com investimentos em áreas “privilegiadas” em detrimento de áreas menos favorecidas. Não houve um projeto, senão planos para a expansão, muito mais pela necessidade de reposição florestal, para as siderúrgicas do estado de Minas Gerais, do que propriamente um projeto agrícola regional, com recursos financeiros aportados, como aconteceu com a cafeicultura regional, na década de 1970. Há que se constatar, no entanto, que o embrião da eucaliptocultura, no Planalto, foi iniciativa da indústria cerâmica, no município de Vitória da Conquista, com plantios incipientes, na Região do Barreiro, no município de Anagé.

A eucaliptocultura regional baseou-se em iniciativas próprias, seguidas de implementação de Programas do IBAMA e, posteriormente, do Fomento Florestal das Indústrias Siderúrgicas mineiras, com financiamento de projetos pela via da Reposição Florestal. Isso significa que o aporte financeiro não veio do Estado, nem do financiamento de Bancos estatais, nem de Bancos privados, uma vez que a eucaliptocultura é considerada uma cultura de longo prazo e com riscos de não gerar retorno financeiro. Os relatórios do Banco do Nordeste, de 2005, para a eucaliptocultura regional, consideraram que ainda não existiam estudos técnicos consolidados, estabelecendo zoneamento e pacotes tecnológicos adequados à atividade em questão. O ideal seria somente partir para o financiamento mais amplo após a

realização de estudos e de pesquisas que possibilitassem uma maior segurança na previsão de resultados, com conseqüente minimização de riscos.

A concentração e a desconcentração fundiária têm sido objetos de estudo, sobretudo em áreas onde ocorrem alterações na tipologia agrícola, geralmente levada a efeito pelas monoculturas. Nesse ponto, é mister fazer-se um breve levantamento da história da formação territorial do Planalto da Conquista, com o objetivo de situar as questões de desconcentração fundiária e as possíveis alterações na eucaliptocultura. Nesse sentido, foi feito um levantamento da história e dos dados quantitativos, visando também à comparação com o sul do Estado, onde as alterações recentes, ocorridas com a eucaliptocultura, revelaram uma concentração e alterações na estrutura fundiária, com conflitos recorrentes. A terra, nesse caso, é muito mais que o resultado das alterações físicas, naturais, do *pedos*, é o domínio do território pela via legal, para exploração e reprodução do capital, estabelecendo relações sociais que desterritorializam o pequeno produtor.

A formação territorial do Planalto da Conquista está ligada diretamente ao município de Vitória da Conquista, que teve grande influência na formação dos demais Municípios e na configuração histórica, no chamado “Sertões de Conquista”, ou Sertão da Ressaca, cujas origens remontam ao esforço da administração colonial portuguesa do final do século XVIII e início do século XIX, procurando estabelecer comunicações entre a zona litorânea e o sertão.²⁵

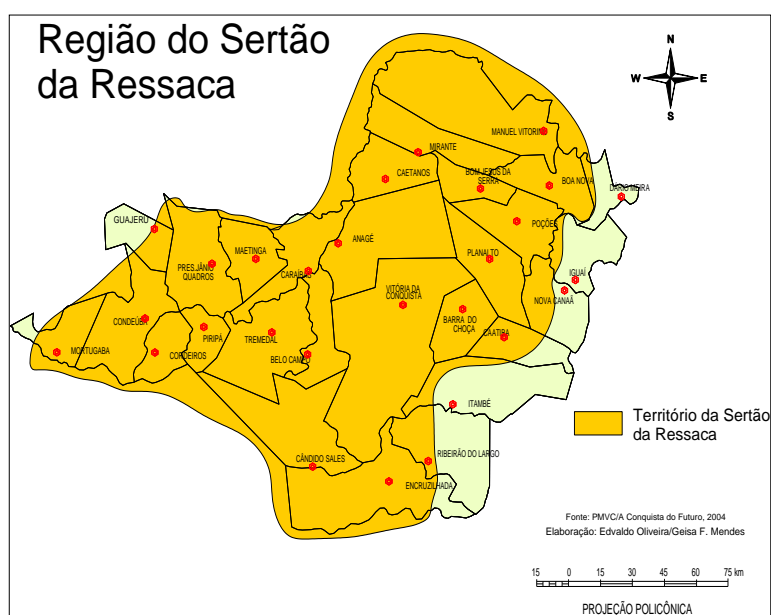
Cronologicamente, o Sertão da Ressaca esteve isolado, no período colonial, até meados do século XVII, quando, em 1752, por ordem da Coroa, o bandeirante e Mestre de Campo João da Silva Guimarães obteve permissão do Rei para guerrear contra os indígenas que, desde o Rio Verruga até as margens do Rio Paraguaçu, dividiram-se entre a resistência e o enfrentamento, entre a dizimação (Botocudos) e o deslocamento para o sul (os Mongoiós), abrindo espaço para a ocupação da terra.

A formação territorial da região baseou-se na ocupação das terras contínuas que, hoje, formam parte do território de identidade de Vitória da Conquista e ocupam toda a área do Planalto, como se vê na Figura 35. Tomando como base o município de Vitória da Conquista,

²⁵ Comumente denominado Sertão da Ressaca, sua ocupação se deu diferentemente do que aconteceu com a faixa litorânea. O Sertão da Ressaca permaneceu, até meados do século XVIII, completamente isolado do interior, marcado pela débil política colonizadora das capitâneas de Ilhéus e de Porto Seguro, pelas “terras inóspitas”, em relação às terras férteis do litoral e da resistência indígena.

todo o Sertão da Ressaca teve como um dos marcos fundamentais do seu povoamento a pecuária, a lavoura de subsistência e, em menor escala, o plantio do algodão, funcionando principalmente como ponto de passagem de gado para a sede da capital e pelos caminhos do São Francisco. Essa fase vai até a década de 1940, com a abertura das rodovias ligando o sertão ao litoral, fora da clássica “estrada real”, que tinha função específica de deslocamento das tropeiradas. Nesse contexto, surge a Rio – Bahia (BA 116), a Ilhéus – Lapa (BA 415), formando o entroncamento rodoviário principal, irradiando-se para outras regiões interioranas do Sertão da Ressaca, dinamizando o comércio.

Figura 35 – Delimitação do Sertão da Ressaca, no Planalto da Conquista



Fonte: Base Cartográfica SEI 2003. Elaboração: Edvaldo Oliveira

A dinâmica regional vai permanecer com grandes áreas, por município, até a década de 1960, com a fragmentação dos municípios de Vitória da Conquista, de Poções e de Caetité. Até esse tempo, a tipologia agrícola predominante passa a ser pecuária extensiva, que, de forma mais gradual é ocupada pela agricultura, para abastecimento regional. Somente nos anos de 1970 ocorrem, no plano da dinâmica agrícola, as alterações mais significativas, no leste do Planalto, com a implantação da cultura do café, primeira monocultura regional, depois da pecuária.

No que diz respeito à formação territorial do Planalto da Conquista, Medeiros (1977), Souza (2001) e Ivo (2001) descrevem dois documentos importantes para a compreensão da formação /ocupação do território do Sertão da Ressaca, existentes na Torre do Tombo

(Arquivo Nacional de Lisboa), em que são relatadas a conquista da faixa de terra entre os rios Pardo e das Contas, nos “campos que abeiram as matas que se avizinham do mar”, e nas terras entre os rios Doce e Jequitinhonha (faixa pertencente ao Planalto dos Geraizinhos). Souza (2001) destaca que a ocupação acabou por redefinir a paisagem geográfica da região considerando que, uma vez “responsáveis por um longo processo de devastamento, de ocupação e de conquista de imensas áreas interioranas, os bandeirantes deixaram em seu rastro intensas modificações na paisagem geográfica, socioeconômica e cultural, durante três séculos de colonização portuguesa (SOUZA, 2001, p. 45).

Paralelamente, a formação de uma estrutura de classes, típica do período, se faz aparecer após a ocupação do território. “Na paisagem do vasto Sertão da Ressaca, estavam delineadas as características que marcavam e diferenciavam o nível de riqueza de uma família: a posse de escravos, a quantidade de cabeças de gado, a produção de lavouras e a extensão das propriedades fundiárias (.) (SOUZA, 2001, p. 171). O “agregado”, o capataz e o agricultor aparecem mais tarde, nessa composição, e muitos deles acabam por conseguir terras, quando da desfragmentação das grandes fazendas, em tamanhos pequenos.

Medeiros destaca a importância desses documentos primeiro, porque era possível ver o Grau de Conhecimento que os portugueses possuíam da vasta região entre os rios Pardo e das Contas, por volta de 1.720. Segundo, por considerá-lo como parte da política de invasão e de ocupação da área ainda não controlada pela Coroa, e terceiro, porque estabelece a motivação econômica para a ocupação do Sertão entre os rios Pardo e das Contas. Segundo Medeiros, “imaginava Pedro Barbosa Leal a conquista de vasta área na qual está incluído o Planalto da Conquista, grosso modo” – o Sertão da Ressaca. [...] “O documento é importante também no que diz respeito à motivação da invasão do Sertão da Ressaca: a busca de ouro, o aprisionamento e o combate ao índio, e o estabelecimento de arraiais que garantissem a ocupação territorial”. (MEDEIROS, 1977 sp).

Delineia-se a evolução da ocupação e da invasão do Sertão da Ressaca, marcando, também, a vocação econômica, baseada na atividade agrícola, definindo o processo de ocupação. Segundo Medeiros :

Foi organizada uma “bandeira” para conquistar as terras entre os rios São Mateus, Pardo e das Contas e, no referido regimento, consta a motivação da invasão do território, incluindo a parte hoje conhecida como Planalto da Conquista. Eram estes os objetivos: a) Encontrar minas de metais preciosos;

- b) estabelecer fazendas de gado; c) dar guerra aos índios de “língua travada”;
d) estabelecer arraiais (MEDEIROS, 1977, sp).

Assim se forma, no contexto colonial, a grande fazenda de gado, uma vez que os metais preciosos não foram encontrados na região, ratificando a vocação agrícola do Planalto da Conquista. De acordo com Medeiros, o gado está na origem da conquista da região conquistense, ao tempo em que Souza lembra que “o estabelecimento de fazendas foi um dos principais meios de fixação do colonizador à terra e muitos colonos ampliaram o seu patrimônio a partir desse movimento (. (SOUZA, 2001, p. 102) .

É importante destacar a descrição do Príncipe alemão Maximiliano de Wied-Neuwied (em 1816), na qual explica a estrutura fundiária concentradora e a vocação para a pecuária, além de posicionar a região como “*point*” de passagem para o gado, rumo ao litoral e ao sertão. Para além dos grandes territórios, eram tomadas terras na forma de fazendas, como observados por Ivo (2001) e por Souza (2001), tomando como base os municípios mais antigos do Planalto: Poções e Vitória da Conquista, mostrados no Quadro 14:

Quadro 14 – Ocupações de terras para formação de fazendas por parentes do colonizador.

Localidade	Ocupante	Descrição
Poções*	Antonio Dias de Miranda Raimundo Gonçalves da Costa	Região denominada Uruba, na localidade de Manga, hoje município de Boa Nova. Ocupou, também, a região da Preguiça, em Vitória da Conquista. Foi destinada a região de Morrinhos e as fazendas Sant’Anna e Caatingas do Ribeirão. Ocupou terras na Fazenda Ressaca e na Fazenda Tamboril.
Poções**	<i>Manoel Alves da Costa</i> <i>João Gonçalves da Costa</i> <i>Raymundo Gonçalves da Costa</i>	No Arraial dos Poções – Fazenda Tarugo e Bezerras, próximo a Morrinhos Arraial dos Possoens – testamento
Vitória da Conquista*	Manoel Alves da Costa Manoel Roseira	Ocupou terras na fazenda Espírito Santo e no lugar denominado Ribeirão de Mulatinho. Fazenda Furado

Fonte: * (IVO, 2001 p. 203) ** (Souza e Alves, 2003/2004) Organização Edvaldo Oliveira

5.2.2 A ruptura colonial e o parcelamento do latifúndio: da estrutura jurídica aos conflitos

O primeiro sintoma da fragmentação das terras, no Planalto, vem com o colonizador. Segundo Souza, esse, após frustradas buscas de ouro, fixa-se no Sertão da Ressaca e, “aqui,

dedicou-se à pecuária, ao lado das ações de desbravamento [...] como grande proprietário de terras, que seriam distribuídas entre seus filhos, em pontos estratégicos daquela área [...] (SOUZA, 2001, p. 104). Alves e Souza analisam o processo de fragmentação dos latifúndios a partir do município de Poções, ao destacar que o colonizador, pouco antes de morrer, em 1819, “já havia dividido a região conquistada em vários latifúndios, entre seus familiares, alguns nas áreas circunvizinhas do Arraial dos Poções, onde estabeleceram seus filhos legítimos (SOUZA e ALVES, 2007, p. 138). O Quadro 15 mostra o processo de fragmentação das terras, mantidas ainda na forma de latifúndios, mesmo em lugares distantes:

Quadro 15 – Fragmentação das propriedades feitas por casamentos, no Planalto da Conquista, em meados do Sec. XVII

Proprietário/família	Quantidade de fazendas	Localidades
Antonio Ferreira Campos	5	Barra do Vereda, Barreiro, Ribeirão, Dois Riachos, Barra do Ribeirão da Ponte
João Fernandes de Oliveira	16	Barra do Panela, Casca, Panela, Barra do Choça, Conquista, Posto de Anna, Dois Riachos, Vereda, Mundo Novo, Sucesso, Gerais, São Joaquim, São João, Ribeirão do Rego, Ribeirão da Cachoeira
Faustina Gonçalves da Costa	4	Mundo Novo, Vereda, Gerais, Tapera
Luiz Fernando de Oliveira	8	Herdadas ou compradas- Região da Barra do Vereda e Barra do Jiboia
Izabel Maria de Oliveira	10	(mais o Sítio da Queimada) Sem referência
Raymundo Gonçalves da Costa	5	Morrinhos, Santa Anna, Caatingas do Ribeirão, Burrachudo, (e terras no rio Catolés)
Carlota Carolina do Carmo	18	Sem referências

Fonte: Souza, 2001 – Organização Edvaldo Oliveira

No Artigo “*Diversificação econômica, fator demográfico e participação política em Vitória da Conquista*”, Rui Medeiros traça o perfil da evolução econômica agrícola e a ruptura da grande propriedade, com a evolução do comércio, a partir da década de 1940. Nesse contexto, analisa o surgimento de outro discurso político, particularmente em Vitória da Conquista, que abarcava boa parte dos municípios que hoje compõe o Planalto da Conquista, e que diferencia-se do discurso tradicional, voltado, exclusivamente, para o interesse da grande propriedade territorial.

O tempo dos coronéis foi marcado pela grande propriedade “de gente”, segundo Medeiros, e era revestido pela política de disputa e de acordos entre famílias, calcada nas armas, e que definia o quadro da economia agrária/agrícola, quando o poder de mando era disputado apenas por fazendeiros. Lembra Medeiros que “A economia agrária, nucleada em

propriedades, relativamente grandes, projetava-se política e socialmente sobre o Município. O dono da terra detinha o monopólio do poder político (MEDEIROS, 1977 sp). Dessa forma, o quadro político definia o quadro agrário

Mantinha-se a estrutura agrária vinculada ao comércio, uma vez que os grandes proprietários eram os únicos a garantirem a manutenção dessa estrutura. Com um comércio, fraco e sem condições, junto com os profissionais liberais incapazes de manter outra política, só restava à população pobre a condição de agregada da fazenda que, conforme Medeiros, “não é o trabalho subordinado contratual que existe; o que existe é o trabalho do camponês que aparece como favor deferido a este, pelo dono da terra”. Dada a estrutura que vem das sesmarias, concentradora de passagem familiar, “o monopólio da terra, a disparidade entre homens disponíveis ao trabalho e a inexistência de mercado de trabalho, fazem com que o fazendeiro seja o dono da vida e imponha seu domínio à legião dos pobres dos campos” (MEDEIROS, 1977, sp). A conclusão de Medeiros é que, sem a terra e com a ideologia de que o emprego era “dom divino”, a figura do “agregado” se faz presente na grande propriedade pela imposição da fidelidade.

Somente a partir das condições políticas, pós 1930, começa-se a vislumbrar uma nova realidade para a região do Planalto da Conquista, embora a estrutura jurídica ainda vá permanecer. Medeiros lembra que:

Se é verdade que a força armada, privada dos proprietários rurais, após 1930, vai gradativamente declinando, não é menos verdade que a delegacia de polícia pode ser colocada a serviço dos fazendeiros mais importantes. Note-se, aliás, que o cargo de delegado, normalmente mal remunerado, em Vitória da Conquista, sempre esteve, com raras exceções, em mãos de familiares de proprietários de terra (MEDEIROS, 1977, sp).

Conflitos regionais relativos à terra vão aparecer mais à frente, inclusive com uso da força policial que marcará a política de disputas de terras em tempos mais à frente.

A ruptura com o quadro de estruturação concentradora começou no pós-guerra, com a inserção da economia nacional para atender ao conflito, incorporando, também, as regiões deprimidas. Segundo Medeiros, o bolsão produtivo da região, incluindo a região pastoril de Itambé e de Itapetinga, estimulou o produtor para a ocupação de outras áreas de terras disponíveis.

Da pecuária extensiva, até a década de 1940, a economia regional, radicada somente na pecuária e uma parca fatia, na agricultura, vê no comércio e na chegada do forasteiro uma

nova dinâmica. A abertura da BR-116 (Rio Bahia) e da BR-415 (Ilhéus / Bom Jesus da Lapa) integra a região a outras regiões, abrindo o horizonte primitivo, posicionando o município de Vitória da Conquista como centro regional. Nesse contexto, começa também a ruptura da estrutura agrária, com a fragmentação das grandes propriedades, embora a estrutura política ainda fosse mantida. O comércio e a nova urbanização marcam a ruptura das condições do trabalhador agregado, aliado a uma independência dos comerciantes, que traziam uma nova visão política partidária, com o declínio dos latifundiários como chefes políticos regionais.

Assim, entre as décadas de 1940 e de 1950, começa a ruptura da grande propriedade colonial, com a aproximação do contingente urbano com o rural, “o controle eleitoral sobre os habitantes da cidade passa a ser problemático e, à medida que as atividades econômicas se diversificam, grande número de pessoas deixa de estar sob o domínio direto do fazendeiro de gado”. (MEDEIROS, 1977,p. 9) .

O forasteiro, responsável pela ruptura agrária colonial, segundo Medeiros, dirigido para atividade essencialmente urbana, “não precisava dever vassalagem ao latifúndio nem estava ligado à corte clientelista das velhas famílias”, dando início ao processo de fragmentação da propriedade:

Os novos agentes sociais, com interesses políticos próprios, serão auxiliados, ainda, pelo parcelamento da terra, que se processa nas décadas de 1940, 1950, 1960, e o que diminui e dispersa o poder de controle para a mão de vários proprietários menores, com julgo sobre menor número de “roceiros”, em substituição a poucos detentores de grandes fazendas (MEDEIROS, 1977, sp).

A desconcentração se dá, à primeira vista, pela via da fragmentação familiar, como herança, quando muitos, já sem vocação para a terra, acabam vendendo a propriedade para os novos comerciantes. Souza (2001) lembra que esse processo começa com a família do colonizador, a partir da terceira geração, com os casamentos entre parentes de terceiro grau o que acabou fragmentando a riqueza e as terras. A dispersão das propriedades, pela via da herança, acabou acontecendo com o fato de que “o natural suceder das gerações presenciou o inevitável processo de fracionamento das propriedades, a cada geração, em escala mais ampliada, através da divisão das heranças”. (SOUZA, 2001, p. 130). O processo de venda em pequenas propriedades é rápido, principalmente nas áreas mais secas do Planalto. A capacidade de compra, oriunda da produção urbana, as economias pessoais e a cultura de

obter “um pedaço de terra”, encravado no sonho dos habitantes, leva à desconcentração, ainda que para uma classe média emergente.

Todos esses fatos marcam uma nova tipologia agrícola no Planalto, criando condições de relativa independência dos comerciantes. Deixando o consumo monopolizado pelos fazendeiros, a agricultura amplia-se, ao lado da pecuária e se desenvolve, introduzindo agora o novo agricultor, médio proprietário, na cena política, substituindo o grande proprietário que, por tanto tempo, dominou o cenário agrário, no Planalto da Conquista.

Até chegar à estrutura agrária atual, com predomínio da agricultura familiar e um perigoso processo de reagrupamento das propriedades pela via da eucaliptocultura, há divergências quanto a essa estrutura. Na avaliação de Souza, “não estamos mais lidando com imensos latifúndios do Sertão da Ressaca, em fins do século XVIII. A fragmentação das propriedades, a cada geração, entre outros fatores, transformou a estrutura fundiária nos oitocentos, ainda que permanecesse com grandes dimensões para os padrões atuais”. (SOUZA, 2001, p.173). Como se verá mais adiante, a fragmentação permanece, ainda que mais lenta, embora já apareçam sinais de reconcentração, pela grande empresa da eucaliptocultura, no território do Planalto.

5.2.3 A fragmentação municipal e a formação da configuração atual: da pastagem ao café, do café ao eucalipto

Na década de 1960, em razão da nova reorientação política na sede, em Vitória da Conquista, juntamente com o desenvolvimento de Vilas e de distritos, surgem movimentos de emancipação, ativados por uma reorientação estadual para a criação de municípios. Dessa forma, a fragmentação política dos grandes municípios redefine a nova configuração do Planalto, facilitando, também, a reestruturação fundiária. Embora muitas famílias, fora do vínculo das famílias tradicionais, já dispusessem de terras, o acesso à elas se verifica muito mais a partir de 1966, com a Lei de Terras, e com os programas elaborados pelo INCRA. Com a abertura da BR-116, faixas de terras foram disponibilizadas a colonos.

Diante do quadro climático, das limitações do solo e do contexto histórico da ocupação dos municípios do Planalto da Conquista, a tendência à implantação de monocultivos ficou restrita à pecuária. Desde o início da colonização, no período setecentista, culminando com deslocamentos pelos “caminhos do gado”, rumo ao norte, buscando as linhas

férreas e- o litoral, consolidou-se a criação de gado, como predominante. Essa tipologia, aliada à extração de madeira, no flanco leste, e da agricultura regional, vai durar até a década de setenta, quando é implantada a segunda monocultura – a do café - nos municípios de Planalto, de Vitória da Conquista, de Encruzilhada e de Barra do Choça, na faixa úmida, e plantios pontuais, em Belo Campo, na faixa subúmida. Os desdobramentos da monocultura do café, tanto em termos econômicos, com forte influência na estrutura agrária, quanto em termos sociais fez-se sentir, particularmente, em Barra do Choça. Antes, porém, observa-se que o primeiro projeto que indicava maciços investimentos aparece na formulação do Plano de Expansão da Lavoura Cacaueira, em que a região foi objeto de estudo, conforme destaca Soares Filho, ao estudar os trabalhos de Vinhas *et al.* (1976 a) sobre o “Diagnóstico Socioeconômico da Região Cacaueira- Inventário Florestal. Esses autores fizeram um estudo fitossociológico do Planalto Conquistense, tendo em vista que essa área era, também, considerada apta para a cacauicultura”. (SOARES FILHO, 2000 p. 6). Levantamentos aerofotogramétricos foram executados na região, mas não lograram êxito diante das condicionantes físicas já apontadas, mesmo nas áreas mais úmidas.

A década de setenta vai marcar, então, o reagrupamento de terras, na região de Barra do Choça, de Vitória da Conquista, de Planalto e de Encruzilhada, com a chegada da monocultura do café, relatado por Santos (1985). A sobra de capitais, oriunda do comércio e da poupança, o grande financiamento do Governo Federal e a política de expansão da lavoura cafeeira, feita pelo extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC), aliada ao apego à terra, marcam o surgimento do absenteísta, figura que aparece desde o processo de fragmentação. Contudo, alguns pequenos proprietários permaneceram e hoje são produtores familiares de café, na região. No contexto econômico de inserção dos financiamentos do Estado, enquanto o sul do Estado abarcava programa de financiamento e de criação de organismos para a lavoura cacaueira, desde a década de 1940, até hoje, o único investimento de grandes programas, para a região, limitou-se ao da expansão da cafeicultura, salvos pequenos programas com parques aparatos financeiros, geralmente voltados para as políticas sociais no campo. Sempre à margem das políticas de Estado, no tocante aos investimentos, seja para a agricultura, seja para o comércio, a região ficou à margem, marcando a desigualdade de investimento do Estado, privilegiando regiões do sul e do norte do Estado, em detrimento das demais.

5.3 A estrutura fundiária do Planalto da Conquista e as implicações na expansão da eucaliptocultura

Uma das preocupações da expansão da eucaliptocultura, no Planalto, remete às alterações na estrutura fundiária, pautada na pequena e na média propriedade, embora se vislumbre, de forma pontual, meso e latifúndios de famílias tradicionais. Considerando que os levantamentos da eucaliptocultura apresentam-se em áreas dispersas, diferentemente do sul e de parte do nordeste da Bahia, o questionamento levantado é se se manterá a política de áreas dispersas ou se haverá a incorporação de áreas com a compra de pequenas propriedades, provocando o adensamento do eucalipto, como no sul do Estado. Ademais, com a chegada do grande capital e mesmo com a compra, por absenteístas, que começa a ser percebida no meio rural, sobretudo pelo impacto nas pequenas propriedades, levanta dúvidas sobre a manutenção da estrutura fundiária, historicamente construída a partir da desfragmentação da grande propriedade, por volta da década de 1940. A pesquisa da espacialização e da territorialização do eucalipto, no Planalto, busca dar respostas para informar em que grau ocorreu o avanço da eucaliptocultura, nas áreas de domínio das pequenas e das médias propriedades, o que deve passar necessariamente por um levantamento da estrutura fundiária regional.

Dentre os diversos fatores que afetam a estrutura fundiária, fatores históricos são apontados como aqueles nos quais a ocupação primitiva mantém a política de ocupação, pela via da manutenção do tamanho da propriedade, independente de mudanças nas áreas adjacentes. Outro fator é a sucessão hereditária que fragmenta as propriedades, alimentando a compra e a venda, formando um mercado regional, fomentado pela redução da produtividade ou ampliado, em razão da aplicação da necessidade de modernas tecnologias. Numa linha mais abrangente, atos de reforma agrária e de regularização fundiária têm sido causa de modificações, ainda que de pouco impacto, na reestruturação fundiária. Outros fatores, com as mesmas restrições, referem-se à titulação de terras de remanescentes quilombolas e à ratificação dos títulos da faixa de fronteira que têm sido estudados, levando em conta a organização fundiária. Esses fatores são geralmente resultados de conflitos em áreas de tensão, por ocupação ou por desapropriação para fins de Reforma Agrária e ou de regularização requisitadas. Fatores ambientais têm sido objeto de discussão, no processo de alteração fundiária, sobretudo em Áreas de Parque e de Unidades de Conservação, em que a presença do morador acaba restrita. Por último, conflitos podem ser verificados, em

empreendimentos agrícolas, com ênfase econômica e mercadológica, envolvendo o aumento/redução da renda agrícola, os mecanismos de política agrícola, além de Projetos Estruturais do governo para implantação de infraestrutura e de logística, no âmbito agrário.

Segundo Cardim *et al.* (2010), duas fontes tradicionais alimentam os estudos referentes à estrutura fundiária, sob óticas diferentes. O INCRA focaliza a distribuição do espaço entre seus detentores, enquanto o IBGE retrata a ocupação desse espaço, a partir dos produtores rurais. Entre as dificuldades encontradas para estudos da estrutura fundiária, no Brasil, está a dimensão territorial. Segundo o IBGE, em 2006, o Censo Agropecuário apurou que os 5.175.489 estabelecimentos agropecuários ocupavam 329.941.393 hectares, o equivalente a 36,75% do território brasileiro (851.487.659 hectares). Para um país com dimensões como as do Brasil, o controle das propriedades, no que tange à informação do campo, pode ser executado a partir de um cadastro multifinalitário agrícola/agrário, o que demanda custo alto, em um país com essas dimensões.

A Criação do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), pelo INCRA, tem sido uma fonte de dados que dá suporte às análises sobre a estrutura agrária, mas sua disponibilidade ao público ainda é restrita. A disponibilidade de uma base de dados foi aventada com a publicação, em meio digital, do Acervo Fundiário Digital, mas, até o final da pesquisa, não contemplava a estrutura fundiária. Soma-se a isso as dificuldades de acesso aos dados, sendo possível apenas pela via do Imposto Territorial Rural (ITR). Apesar do esforço, a estrutura de informações, mantida pela via muito mais política do que técnica, inviabiliza o avanço da base de dados, mesmo considerando os esforços, nos últimos anos.

No âmbito da pesquisa, consulta feita à Presidência do IBGE sobre a estrutura e sobre a disponibilidade de dados coletados via Setores Censitários Rurais para o Censo Agropecuário informa que se aplica apenas ao Censo Populacional, uma vez que a coleta de dados torna-se difícil, em razão da espacialidade das propriedades.

Em termos quantitativos, presume-se uma alteração da estrutura fundiária, no Brasil, a partir desses fatores, observando os dados do Censo Agropecuário de 2006. Os levantamentos comparativos, feitos pelo IBGE, indicaram que houve uma redução de 23.659.882 hectares, na área total dos estabelecimentos agropecuários (-6,69%), em relação ao Censo de 1995. Ainda segundo a análise do IBGE, um dos motivos para isso pode ter sido a criação, contando a partir de 1995, de novas terras indígenas e de unidades de conservação, às quais correspondem um total de 60.630.859 hectares, passando, em 2006, de 8,47% do

território, para 14,74% do País, com crescimentos de, respectivamente, 128,20% e 19,09%, em relação a 1995. (IBGE, 2011). Os registros do INCRA indicam que, no Brasil, em 2011, cerca de 5,5 milhões de imóveis estavam cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), com o predomínio abaixo de 500 hectares, representando 5,2 milhões de imóveis para serem georreferenciados. O caminho seria o georreferenciamento de todos os imóveis, com uma cartografia em escala de média a grande, como fizeram a China e os Estados Unidos, ao mapearem seus países na escala 1: 50000.

Os estudos agrários, em escala regional, admitem uma metodologia que permita inferências capazes de sustentar o procedimento científico. No caso de grandes regiões, os parâmetros e as variáveis adotadas deverão refletir as condições da estrutura fundiária, cujos levantamentos levam em conta o grau de generalização, sem perder de vista a realidade empírica. Numa escala cartográfica maior, as facilidades podem ser notadas pelo levantamento de campo, aliado às tecnologias de imageamento por satélite. No caso do Planalto da Conquista, o quadro de dados secundários, obtidos junto aos órgãos, ficou evidenciado como melhor forma de perceber a realidade fundiária.

Um dos caminhos mais indicados para efetivar os estudos agrários é o georeferenciamento de imóveis rurais, o qual se tornou obrigatório, com a Lei 10.217, de 2001. No entanto, a atualização de um cadastro fundiário deve demorar, conforme o Decreto número 7.629, publicado no Diário Oficial da União, em 22 de novembro de 2011, que estabelece os prazos para o Cadastro de georreferenciamento de imóveis entre 250 e 500 hectares, para efeito de transferência de propriedade, até 2013. Os demais imóveis foram incorporados ao Decreto, com prazos diferenciados. Os imóveis entre 250 e 500 ha terão prazo de 2 anos até 2013; os imóveis na faixa entre 100 e 250 ha terão prazo de 13 anos; entre 25 e 100 ha, 16 anos; e imóveis entre 20 e 25 ha terão 20 anos para formalizar o cadastro, todos contando a partir de 2003. Isso significa que um cadastro efetivamente documentado de todos os imóveis, a partir de 20 ha, só será possível em 2023.

5.3.1 A estrutura fundiária do Planalto da Conquista – perspectivas atuais

Diante das dificuldades de aquisição de dados da estrutura fundiária, fundamenta-se a análise em duas vertentes: nos dados da Receita Federal de Vitória da Conquista, obtidos pelo ITR, uma vez que compõem a mesma base de dados do INCRA, e nos dados dos Censos

Agropecuários, mais especificamente do Índice de Gini, para compreensão da concentração fundiária. O quadro de referência conduz a avaliação da agricultura familiar, objeto de discussão que fundamenta a manutenção da pequena e da média propriedade, no Planalto, mesmo com o advento da cultura do eucalipto.

O ITR ainda não é um dado seguro, considerando que parte de uma metodologia em que as informações do Cadastro são de caráter declaratório e têm, como instrumento de coleta, a declaração para Cadastro de Imóveis Rurais. Contudo, é o mais aproximado, se comparado aos Censos, que apresentam amostras mais estratificadas. Dessa forma, foram cadastradas no levantamento do ITR²⁶, situação em 2010, 48.730 propriedades, nos doze municípios do Planalto, que servem de base para ratificar a estrutura fundiária atual.

Os parâmetros para cálculos da estrutura fundiária, com base nas áreas dos municípios no Planalto da Conquista, mostram a média das áreas como indicador fundiário. O princípio da investigação remete à agricultura familiar, como parâmetro para a expansão da eucaliptocultura e a manutenção da pequena e da média propriedade. Assim, para efeito de entendimento da estrutura fundiária, tomou-se como parâmetro os intervalos entre 1 a 50 ha, de 50 a 100 hectares e acima de 100 hectares.

A Tabela 27 apresenta o quadro da distribuição dos índices médios de concentração das propriedades, avaliando os parâmetros entre a área do Município e a das propriedades. Nesse caso, enquanto a média de propriedades, no plano equitativo, fica em torno de 32 hectares, um município como Cândido Sales, com maior indicador, 97,58 hectares, seguido de Encruzilhada e de Ribeirão do Largo, com 67 hectares, municípios com características agrícolas predominantemente de pecuária. Por outro lado, Municípios com inserção no semiárido, apresentam baixos indicadores, como Piripá e como Cordeiros, em torno de 17 hectares.

²⁶ Segundo observação de Girardi, os dados da estrutura fundiária, em especial aqueles do INCRA, possuem uma dimensão política importante, com a qual devemos ser cuidadosos. O cadastro do INCRA é abastecido com dados de natureza *declaratória*, não havendo conferências com informações dos cartórios de registro de imóveis, o que indica a fragilidade do sistema. A declaração de uma área superior ou inferior à área real do imóvel pode ter como objetivo a redução de impostos, a omissão de terras improdutivas, a ampliação de crédito rural e a grilagem de terras. Por isso, devemos considerar possíveis desvios, principalmente no tamanho da área dos imóveis rurais. Esses possíveis desvios, nos dados do INCRA, não os inutilizam, pois essas práticas ilegais, por mais numerosas que possam ser, não se aplicam à maioria dos detentores (GIRAIDI, 2009. p. 204).

Tabela 27 – Planalto da Conquista - tamanho das propriedades segundo a Receita Federal

Município	Total de propriedades	Área dos municípios (em milhares de ha)	Índice médio em ha
Vitória da Conquista	12.283	321.684	26,18
Poções	5.161	983.213	19,05
Tremedal	4.535	166.848	36,79
Anagé	4.852	185.545	38,24
Planalto	3.783	70.476	18,62
Belo Campo	3.337	60.462	18,11
Cordeiros	3.145	55.450	17,63
Encruzilhada	3.008	204.082	67,84
Piripá	2.416	41.970	17,37
Barra do Choça	2.711	78.801	29,06
Ribeirão do Largo	1.841	124.234	67,48
Cândido Sales	1.658	161.798	97,58
Total de propriedades	48.730	1.569,672	32,21

Fonte: Base Cartográfica do IBGE Situação em 2007- Fonte dos dados: Cafir - Receita Federal Vitória da Conquista, Base 2010. Org. Edvaldo Oliveira

A análise do quadro de ocupação das propriedades previu a média para aplicação de quatro módulos rurais para a agricultura familiar, conforme Cartilha do Pronaf, publicada pelo MDA, que estabelece que, para o acesso ao Pronaf, o agricultor deve “dispor de área inferior a quatro módulos fiscais. O módulo fiscal²⁷ é uma unidade de medida expressa em hectare, fixada para cada município. Varia de 5 a 110 hectares ” (SEBRAE/MDA, 2011, p. 8).

Os parâmetros para a agricultura familiar resultam em 260 ha para três, 200 para dois e 140 para sete dos doze municípios, como se vê na Tabela 28. Adotou-se como parâmetro o valor máximo de até 100 hectares para as análises, uma vez que o maior número de propriedades está nessa faixa, considerada pequena propriedade. Outro indicativo é a possibilidade de delegação para licenciamentos por parte do Governo do Estado, para propriedades de até 100 ha, como já acontece com o município de Vitória da Conquista.

²⁷ O Módulo Fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, (Lei da Reforma Agrária) e estabelece os seguintes parâmetros: Pequena Propriedade - o imóvel rural de área compreendida entre 1(um) e 4(quatro) módulos fiscais; Média Propriedade - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. O módulo fiscal serve também de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até 4 (quatro) módulos fiscais).

Tabela 28 - Módulo Fiscal para os municípios do Planalto, segundo o INCRA - 2007

Município	Módulo Fiscal (ha)	Área para a agricultura familiar em ha
Vitória da Conquista	35	140
Poções	35	140
Tremedal	65	260
Anagé	35	140
Planalto	35	140
Belo Campo	35	140
Cordeiros	65	260
Encruzilhada	50	200
Piripá	65	260
Barra do Choça	35	140
Ribeirão do Largo	50	200
Cândido Sales	35	140

Fonte: MDA/INCRA – Núcleo de Estudos e Estatísticas Cadastrais – NEERC Posição atualizada em 12 de abril de 2007.

Esse procedimento remete às questões da ocupação das pequenas propriedades, pelo eucalipto. No II Fórum de Fomento Florestal, realizado em Belo Horizonte, em junho de 2011, as discussões foram no sentido de que as grandes empresas eucaliptocultoras não deveriam mais adquirir grandes quantidades de terras, questões também levantadas pelos movimentos sociais e ambientalistas. Contudo, no RIMA da expansão da Fábrica de Celulose Veracel II, no sul da Bahia, e que atinge o município de Encruzilhada, no Planalto da Conquista, admitida como região de área de influência indireta, ficou evidente o prognóstico de compra de terras, inclusive com áreas inferiores a 50 ha, desde que tenha a anuência das entidades de classe. Isso implica diretamente a compra da maioria das terras de minifundistas onde esses projetos são implantados.

O minifúndio, entendido como parcela menor de posse da terra, está baseado no Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, que define como o imóvel rural, com dimensão inferior a 1 (um) módulo rural, considerada a área máxima fixada para cada região e para cada tipo de exploração. Com a aprovação da Lei n.º 6.746/1979, que define os critérios para o Imposto Territorial Rural, a definição de Módulo Fiscal, ficou estabelecido a partir do tipo de exploração predominante no Município, a saber: a renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações existentes no Município e o conceito de propriedade familiar. De acordo com os modelos adotados pelos órgãos que administram as

políticas de terras, passam a valer a ideia de pequena propriedade, o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; de média propriedade, o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais e de grande propriedade, o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

Diante disso, a estrutura fundiária passa a ser uma variável de estudo importante no conjunto de discussões sobre a expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, uma vez que os resultados, tanto da declaração do ITR quanto dos levantamentos dos Censos, revelam o predomínio da pequena e da média propriedade.

Ao analisar os dados de 2010, do ato declaratório no ITR, com agrupamento das propriedades de até 50 ha, de 50 a 100 e acima de 100 ha, verifica-se que há o predomínio de pequenas propriedades. A Tabela 29 mostra os quantitativos e demonstra que, mesmo em municípios que apresentam, hipoteticamente, alto indicador em relação à área total, o predomínio da pequena propriedade é evidente. Os menores indicadores ficam com Ribeirão do Largo, com Encruzilhada e com Cândido Sales que apresentam menores quantitativos de pequenas propriedades, 81 e 82%, uma vez que o percentual, mostrado na Tabela 24, aponta para uma concentração maior de terras. Os demais municípios apresentam médias entre 89 e 95 percentuais nessa condição.

Tabela 29 - Estrutura fundiária do planalto, segundo o ITR / Base da Receita Federal

Imóveis rurais por classe de área - base ITR 2010									
Município	Faixa de área em Ha			Total de propriedades	Percentuais (ha)			Até 100 ha	
	0,1 a 50	50 a 100	> 100		0,1 a 50	50 a 100	> 100	Σ	%
Vitória da Conquista	10.119	1.012	1.152	12.283	82%	8%	10%	11.131	90%
Poções	4.652	275	234	5.161	90%	5%	5%	4.927	95%
Tremedal	3.478	543	514	4.535	77%	12%	11%	4.021	89%
Anagé	3.994	539	319	4.852	82%	11%	7%	4.533	93%
Planalto	3.318	266	199	3.783	88%	7%	5%	3.584	95%
Belo Campo	2.864	311	162	3.337	86%	9%	5%	3.175	95%
Cordeiros	2.994	108	43	3.145	95%	3%	1%	3.102	99%
Encruzilhada	2.023	420	565	3.008	67%	14%	19%	2.443	81%
Piripá	2.257	112	47	2.416	93%	5%	2%	2.369	98%
Barra do Choça	2.307	234	170	2.711	85%	9%	6%	2.541	94%
Ribeirão do Largo	1.281	217	343	1.841	70%	12%	19%	1.498	81%
Cândido Sales	1.104	250	304	1.658	67%	15%	18%	1.354	82%
Total	40.391	4.287	4.052	48.730	82,88%	8,79%	8,31%	44.918	91,77

Fonte Cafir - Receita Federal (Del) de Vitória da Conquista Base 2010. Organização Edvaldo Oliveira

Há que se considerar, ainda, o predomínio de propriedades com baixo indicador no que tange à quantidade de Módulos Fiscais. Considerando que Cordeiros, Piripá e Tremedal apresentam Módulos Fiscais de 65 hectares, Encruzilhada e Ribeirão do Largo, com 50 ha, e os demais com 35 ha, observa-se que os valores entre 0,1 e 50 ha predominam em quase todos os municípios, ressalvados os que apresentam maiores concentrações. O predomínio da pequena propriedade é evidente, com maiores índices em Cordeiros, em Piripá e em Poções.

As avaliações mais gerais, observadas na Tabela 28, indicam a maior concentração de pequenas propriedades até 50 hectares, totalizando 82%, chegando a 91% as propriedades com até 100 hectares. Embora tais indicadores apontem para a concentração de minifúndios, conforme o Estatuto da Terra, que vão de 25 a 65 hectares – módulos fiscais dos municípios do Planalto – não significa a ausência de grandes extensões de terras em poucas propriedades acima de 500 hectares, como se vê nos levantamentos dos Censos de 1995/96 e 2006.

O quadro comparativo entre os Censos 1995/1996 e 2006 mostra as mesmas características dos levantamentos da Receita Federal, com base no ITR. O quantitativo de propriedades pesquisadas de 21.016, no Censo de 1995/1996, e de 21.448, no Censo 2006, agrupado entre menor que 10 ha, de 10 a 100 ha, em intervalos de 100 a 500, de 500 a 1.000 e acima de 1.000 ha, ratifica os dados, comprovando concentração para pequenas propriedades.

As análises das Tabelas 30 e 31 mostram a concentração de propriedades até 100 ha indicando, em ambos os casos, a concentração de terras, nos municípios de Cândido Sales e de Ribeirão do Largo, embora esse percentual tenha sido reduzido, no município de Encruzilhada, com menores indicadores de propriedades com até 100 hectares.

Tabelas 30 - Censo Agropecuário 1995/1996 - percentuais das propriedades por Município, no Planalto da Conquista (em ha)

Município	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 500	500 a menos de 1.000	1 000 e mais	Total de propriedades até 100
Vitória da Conquista	44,25	37,87	14,94	2,15	0,79	82,12
Poções	20,95	67,95	8,72	2,27	0,11	88,90
Tremedal.	26,92	65,11	7,25	0,51	0,20	92,04
Anagé	34,77	59,93	5,00	0,18	0,11	94,70
Planalto	27,51	61,37	9,97	0,75	0,41	88,87
Belo Campo	42,05	49,06	8,19	0,63	0,08	91,10
Cordeiros	35,32	61,40	3,28	0,00	0,00	96,72
Piripá	39,66	58,15	2,07	0,13	0,00	97,81
Encruzilhada	17,25	60,24	17,33	3,06	2,12	77,49
Ribeirão do Largo	17,62	53,67	22,40	4,28	2,04	71,28
Barra do Choça	21,29	65,69	12,44	0,25	0,33	86,98
Cândido Sales	29,39	45,51	20,42	3,51	1,17	74,90

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996. Organização Edvaldo Oliveira

Tabela 31 - Censo Agropecuário 2006 - propriedades por município do Planalto da Conquista, em percentuais

Municípios	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 500	500 a menos de 1.000	1 000 e mais	Total de propriedades até 100 ha
Vitória da Conquista	53,41	35,68	9,00	1,40	0,51	89,09
Poções	47,84	47,70	3,95	0,37	0,14	95,54
Tremedal.	44,89	49,68	5,08	0,22	0,14	94,56
Anagé	48,21	47,42	4,15	0,16	0,07	95,62
Planalto	42,15	48,18	8,23	1,02	0,42	90,33
Belo Campo	54,16	40,94	4,64	0,09	0,17	95,11
Cordeiros	45,78	51,38	2,68	0,16	0,00	97,16
Piripá	50,44	47,37	1,91	0,14	0,14	97,82
Encruzilhada	61,28	37,10	0,77	0,56	0,28	98,38
Ribeirão do Largo	44,94	42,07	10,22	2,13	0,64	87,01
Barra do Choça	51,02	47,07	1,41	0,28	0,21	98,09
Cândido Sales	34,65	48,37	14,81	1,49	0,68	83,02

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.. Organização Edvaldo Oliveira

Consoante os dados do ITR, os municípios que apresentavam maiores concentrações de propriedades na faixa de 100 hectares permanecem nos dados dos Censos. Importante ressaltar que, entre os Censos 1995/96 e 2006, houve um aumento das propriedades até 100 hectares, demonstrando fragmentação destas. As considerações sobre a fragmentação das propriedades são reveladas nos dois Censos e é indicativo de que, embora o agrupamento de fazendas para a eucaliptocultura tenha ocorrido, particularmente em Vitória da Conquista e

em Encruzilhada, revelam índices de fragmentação próximo de 0,9%, apresentando saldo positivo em todos os municípios, conforme Tabela 32, que aponta tanto o percentual de propriedades acima de 100 ha como o indicador de fragmentação dessas propriedades.

Tabela 32 - Percentual das propriedades até 100 ha e índice de fragmentação, segundo os Censos 1995/1996 e 2006

Município	1995/1996	2006	Indicador de fragmentação
Vitória da Conquista	82,12	89,09	0,92
Poções	88,90	95,54	0,93
Tremedal.	92,04	94,56	0,97
Anagé	94,70	95,62	0,99
Planalto	88,87	90,33	0,98
Belo Campo	91,10	95,11	0,96
Cordeiros	96,72	97,16	1,00
Piripá	97,81	97,82	1,00
Encruzilhada	77,49	98,38	0,79
Ribeirão do Largo	71,28	87,01	0,82
Barra do Choça	86,98	98,09	0,89
Cândido Sales	74,90	83,02	0,90

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996. Organização Edvaldo Oliveira

A condição legal das terras, aqui representadas na forma das propriedades, constitui indicador importante para análise da posse da terra. (Tabela 33). Os dados levantados pelo Censo 2006 apontam que 91,6% são próprias, o que indica baixo grau de arrendamento e de parceria, muito observado nos Daps para a agricultura familiar, com destaque para o município de Anagé, com predomínio do território, no semiárido, com indicadores maiores de terras ocupadas, seguido de Tremedal e de Vitória da Conquista. O número das terras ocupadas se dá em razão das ocupações e dos movimentos que buscam a posse da terra, na região, muitas já tituladas pelo INCRA, e outras aguardando os procedimentos legais. A preocupação com os arrendamento é essencial no trato das análises sobre a eucaliptocultura, uma vez que é comum arrendar a terra, o que tem constituído problemas para os agricultores, face ao longo período utilizado para a monocultura do eucalipto. O baixo índice de arrendamento é positivo, somando apenas 0,4% do total de propriedades, geralmente feito para pastagens e não para o eucalipto, como se verá adiante.

Tabela 33 - Planalto da Conquista - Condição legal das terras Censo 2006

Município	Total de estabelecimentos	Próprias	Sem titulação definitiva	Arrendadas	Parceria	Ocupadas
Vitória da Conquista	3 940	3 550	178	11	34	190
Poções	2 193	1 927	36	-	3	201
Tremedal	2 802	2 743	6	1	5	25
Anagé	3 096	2 513	14	36	39	588
Planalto	1 228	1 162	-	2	5	15
Belo Campo	1 233	1 102	1	13	10	47
Cordeiros	1 232	1 210	-	1	6	19
Encruzilhada	1 536	1 426	68	18	4	11
Piripá	1 466	1 451	-	8	12	11
Ribeirão do Largo	948	879	2	5	12	50
Barra do Choça	1 502	1 479	2	1	2	20
Cândido Sales	754	653	-	1	1	85
Total	21 930	20 095	307	97	133	1 262

Fonte: IBGE Censo 2006- Org. Edvaldo Oliveira

O mercado de terra nos processos de expansão das fronteiras agrícolas e em projetos de implantação de monocultivos é um dos fatores preocupantes, pois tende, no primeiro momento, à compra de terras baratas, com ascensão de preços nos momentos posteriores. A Tabela 34 aponta que dos 21.707 imóveis, pesquisados pelo Censo 2006, 53,41% foram comprados de particulares, no mercado imobiliário ou no contato pessoal, característica muito comum na região. Outra variável apontada, que eleva o grau de fragmentação das propriedades, que vem desde a década de 1940, é a partição por herança, respondendo por 39,06%. Os municípios de Vitória da Conquista, de Anagé e de Tremedal destacam-se com maiores indicadores. Seguem nessa mesma linha os processos de doação, muitas vezes passados de pai para filhos por cessão de posse, em vida.

Tabela 34 - Forma da obtenção das terras do produtor proprietário – 2006

Município	Compra de particular	Via crédito fundiário*	Reforma agrária/similares	Herança	Doação particular	Usucapião	Outra forma Não sabe
Vitória da Conquista	2 053	3	314	1 453	71	69	17
Poções	1 045	27	37	865	57	12	9
Tremedal	1 607	-	-	1 254	114	5	3
Anagé	1 346	8	-	1 243	74	5	2
Planalto	782	2	-	409	23	-	5
Belo Campo	640	-	-	501	25	18	1
Cordeiros	647	-	-	602	86	1	-
Encruzilhada	853	1	148	441	55	17	5
Piripá	791	-	-	776	13	1	1
Ribeirão do Largo	488	1	30	349	36	5	4
Barra do Choça	982	-	99	347	58	23	2
Cândido Sales	361	1	1	283	34	1	2
Total	11 595	43	629	8 523	646	157	114

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006- Org. Edvaldo Oliveira

*(Cédula da Terra, Banco da Terra, etc.)

No plano das ações de Governo, quanto às políticas da posse da terra, os dados apontam para o baixo rendimento de programas sociais, como assentamento/titulação, respondendo por 2,9. Em relação à compra pela via do Crédito Fundiário ou do Programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, os indicadores revelam a participação de 0,4% dos Municípios, com destaque para o município de Poções, que apresenta maior número, em relação à compra de terras pelos agricultores, nessa modalidade²⁸.

Outra análise para entendimento da estrutura fundiária, no Planalto da Conquista, remete ao Índice de GINI. A comparação dos indicadores dos Censos Agropecuários 1995/1996 e 2006 com os levantamentos do ITR corroboram com a estrutura de pequenas e de médias propriedades, predominantes na região. Dados processados pelo Grupo de Estudos Geografar, da Universidade Federal da Bahia, mostram a evolução do indicador de desconcentração x concentração das terras.

²⁸O município de Poções apresenta alto índice de propriedades com crédito fundiário, por ser o único que participa do Programa Cédula da Terra, segundo o Grupo de Pesquisa Geografar – IGEO/UFBA.

O índice de Gini é um indicador de desigualdade, utilizado para verificar o grau de concentração de terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade (Hoffmann e Marlon, 2010). O Quadro 16 mostra os valores de referência da concentração para análise dos territórios.

Quadro 16 – Indicadores do índice de Gini agropecuário

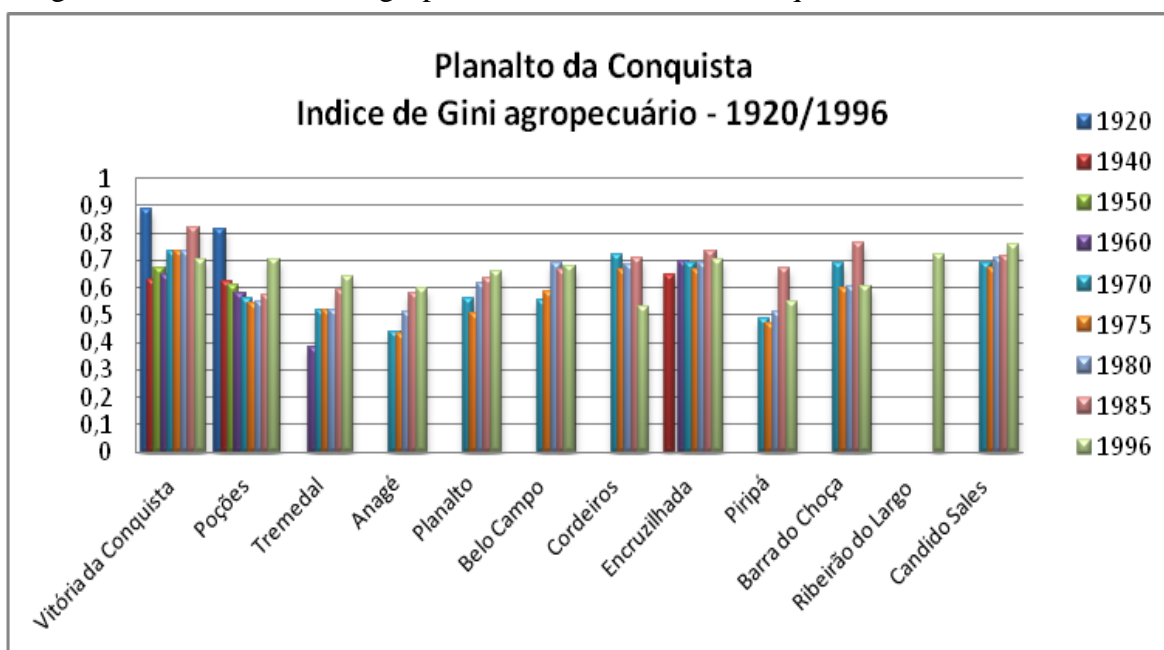
ÍNDICE DE GINI	CLASSIFICAÇÃO
Até 0,100	Concentração nula
De 0,101 a 0,250	Concentração fraca
De 0,251 a 0,500	Concentração média
De 0,501 a 0,700	Concentração forte
De 0,701 a 0,900	Concentração muito forte
Acima de 0,900	Concentração tendendo a absoluta

No Brasil, segundo Hoffmann e Marlon, a distribuição da terra é igual a 0,86, em todos os Censos analisados, considerada muito forte. Em 2006, os 50% menores estabelecimentos ficaram com apenas 2,3% da área total ocupada, ao passo que os 5% maiores ficaram com 69,3% da área, evidenciando a alta desigualdade na distribuição da posse da terra, no Brasil, caracterizada pela enorme proporção da área total agrícola, ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 100 hectares (Hoffmann e Marlon, 2010). Na Bahia, segundo os levantamentos feitos por Hoffmann e por Marlon, com base na evolução dos Censos, os indicadores mostram que houve concentração das terras, saindo de 0,801, em 1970, para 0,834, finalizando em 0,839, em 2006, apresentando indicadores muito fortes.

As condições de distribuição e de concentração das terras do Planalto da Conquista evidenciam o processo histórico de fragmentação, apresentando variações no tempo e no espaço. Cada município mostra uma particularidade, no tocante à distribuição das terras. Os dados levantados, desde 1920, para Poções e para Vitória da Conquista e, de 1940 a 1960, para Encruzilhada, marcam os cálculos do Índice de Gini agropecuário para o período (Figura 36). Contudo, as análises dos municípios devem levar em conta a contagem a partir da década de 1970, marco da consolidação da divisão municipal, que começa na década de 1960, na região de Vitória da Conquista e na de Poções. Mesmo assim, é possível verificar os indicadores de concentração das terras anteriores à década de 1940, particularmente no município de Vitória da Conquista, com marca de 0,885 e, no de Poções, com 0,816, em

1920. Já em 1940, os indicadores caem para 0,628 e para 0,621, respectivamente, demonstrados nos dados históricos de fragmentação das propriedades, em função do desgaste do modelo político, adotado até então, saltando de um indicador muito forte para média concentração. Os municípios de Tremedal, de Anagé e de Piripá atingiram níveis médios de concentração, observada a concentração de áreas de semiaridez dos três municípios, com indicadores de 0,430, para Anagé, em 1975.

Figura 36- Índice de Gini agropecuário do Planalto da Conquista – 1920/1996



Fonte dos dados: Censos Agropecuários do IBGE – Geografar 2011 – Organização Edvaldo Oliveira

O quadro geral do Índice de Gini Agropecuário do Planalto da Conquista pode ser verificado na Figura 37, em que aparece de forma muito forte, na década de 1940, com declínio, na década de 1950, estabilizando na faixa de 0,650, na década de 1990. Ainda assim, é considerado forte, apesar da manutenção do quadro de propriedades, em maior número, na faixa de até 100 ha²⁹.

²⁹ De 1920 a 1950, foram observados os municípios de Poções e de Vitória da Conquista. Entre 1960, com a divisão municipal do período, incluem-se o município de Encruzilhada e o de Tremedal. O município de Cordeiros foi contado apenas em 1996.

Figura 37– Síntese do Índice de Gini agropecuário 1920/1996 do Planalto da Conquista



Fonte dos dados: Censos Agropecuários do IBGE – Geografar 2011 – Org. Edvaldo Oliveira

O quadro apresentado sobre a estrutura fundiária do Planalto da Conquista remete ao questionamento sobre a compra de terras, pelos eucaliptocultores, e à possível alteração na estrutura fundiária, que ora favorece à agricultura familiar, predominante na região. Há que se considerar que as famílias tradicionais que mantêm a terra ora como tradição herdada, ora como manutenção do bem imóvel, como bem de capital, consideram a terra como valor de troca e não como valor de uso. Isso implica- uma análise mais detalhada da concentração da terra relativa ao índice de Gini. O fato de manter uma estrutura desconcentrada ou não, não significa que o indicador é positivo para os agricultores que detêm imóveis rurais de tamanho pequeno, como lembram Hoffmann e Marlon:

Uma desigualdade fundiária elevada é caracterizada pelo fato de haver uma grande *proporção* da área total, ocupada por uma pequena *proporção* dos estabelecimentos. Se tivéssemos uma situação hipotética de uma região, onde houvesse um pequeno número de latifúndios e todos com o mesmo tamanho, a proporção acumulada da terra seria sempre igual à proporção acumulada dos estabelecimentos. O resultado seria um índice de Gini igual a zero, mesmo em um contexto de grande concentração fundiária, no qual a maior parte da população não tem terra para plantar (Hoffmann, 1998; Hoffmann e Marlon, 2010, p 16).

Mazoyer e Roudart (2010) chamam a atenção para a relação entre o tamanho da propriedade e a manutenção da família. Se a manutenção do tamanho da propriedade, no Planalto, se sustenta-se entre os intervalos apresentados, relativos a quatro módulos fiscais, deve-se levar em conta que tal espaço é necessário para a sua manutenção, o que os autores

chamam de “limiar de sobrevivência” (S) e que lhe permita, através da modernização, falando da pequena propriedade, não mais conservadora, o “limiar de renovação” (R).

O avanço sobre a pequena propriedade, de alguma forma, pode indicar que o agrupamento das terras, para o eucalipto, gera desconforto, na sociedade como um todo, uma vez que gera, também, a escassez de terras para o produtor que, no passado, conseguiu, pela via da fragmentação da grande propriedade, a posse da terra em que produz, como *lócus* da produção familiar, resultando em crises sociais. Tais contradições, observadas na concentração da propriedade, geralmente resultam em crises, pela via da escassez das terras, como lembra Smith: o “ponto central de produção, as crises de escassez também representam os limites do desenvolvimento social.(SMITH, 1988, p 100), acirrando o aprofundamento do desenvolvimento desigual da produção do espaço.

Os dados permitem falar em territorialização da pequena propriedade, vista na conjuntura da territorialização da eucaliptocultura. A reconcentração de terras, no Planalto, inviabiliza o projeto de manutenção da pequena propriedade, resultando no ganho desigual do futuro comprador que, na disponibilidade de capital, desterritorializa e reterritorializa noutra forma de produção do espaço, desigual em relação à disponibilidade de terras, nas mãos do pequeno produtor, a despeito de condicionantes naturais, mais relativos à capacidade do solo e do clima.

O fato de o eucalipto se adaptar às condições desfavoráveis de clima e de solo, para o pequeno agricultor, significa a terra como *lócus* de morada, independe de tais condições. Conter tal desterritorialização significa manter a estrutura fundiária de pequenas propriedades, fixando o produtor no campo, necessitando, porém, de políticas capazes de conter o avanço do grande capital ou das sobras de capitais menores que, aplicados na compra da pequena propriedade, resultam no êxodo rural, prática tão largamente debatida.

6. IMPLANTAÇÃO DA EUCALIPTOCULTURA NO PLANALTO

Sem trabalho de campo ninguém tem direito a falar-
T. Tung

6.1 A chegada do eucalipto no Planalto da Conquista

O consumo de madeira nativa, no Brasil, está associado à devastação da Mata Atlântica, desde que a Colônia Portuguesa adotou políticas de ocupação do litoral, com a política de ciclos econômicos. Do total de Mata Atlântica do início dos anos 1500, estima-se que 7% conserva seu estado original, aliado, historicamente, à demanda por produtos da madeira que, sem um projeto de contenção para a indústria e de outras formas de suprimento, levou ao quadro atual. A Bahia figura como um dos estados com maiores indicadores de desmatamento da área original quer no litoral, para madeira serrada, quer no interior, para produção de biomassa e de carvão vegetal. A demanda, no plano nacional, levou à adoção de cultivos de eucalipto e de pinus, para suprimento da demanda industrial, concentrando nos Estados do sul do País, como os primeiros a fazerem os plantios de pinus e de eucalipto, para esse fim.

Em Minas Gerais, com a ampliação do parque siderúrgico mineiro, especialmente na década de 40, com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional e de indústrias guseiras, o consumo de carvão aumentou, levando ao desmatamento das florestas do cerrado, posteriormente tomando o rumo norte do Estado. A política de monocultivos, no Espírito Santo, avança, chegando ao Sul da Bahia; e, do norte de Minas Gerais, avança em direção ao sudeste da Bahia, pela expansão do Vale do Jequitinhonha.

Na região do Planalto da Conquista, o monocultivo chega um pouco mais tarde, o que levou à retirada da mata nativa para a produção de carvão vegetal. O alerta soou, diante da redução da capacidade de exploração, levando os consumidores desse tipo de floresta, destinado à produção de carvão, a optarem pelo reflorestamento, com plantas consideradas exóticas, principalmente o eucalipto.

Os primeiros plantios de eucalipto datam das décadas de 50 e 60, particularmente na área urbana de Vitória da Conquista (Parque de Exposição e área do Bosque da Paquera), e o

plântio de espécies citriodoras (comumente conhecidas como eucalipto manso ou eucalipto de chá), em diversos municípios, para fins medicinais. Não há, fora desse período, registro de plantações para fins comerciais ou para aproveitamento, nas propriedades, bem como para consumo de lenha. Algumas mudas foram disseminadas pelos municípios do Planalto, sem, contudo, representarem plantios efetivos. A base energética, direcionada ao consumo de madeira, manteve-se, inclusive, na área industrial, fundada no consumo de madeira nativa, particularmente da Mata de Cipó, retirada da região subúmida do Planalto, e madeira para serrarias, retirada da mata da vertente leste.

Com a implantação do Distrito Industrial e com a ampliação da base industrial na região, capitaneada por Vitória da Conquista, marcada pelo decréscimo da Mata de Cipó, algumas empresas viram a necessidade de alteração no consumo de energia, a partir da biomassa vegetal dos domínios naturais. É quando começam, efetivamente, os plantios de eucalipto, adotando o processo de verticalização. Dessa forma, o processo de implantação da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, inicia-se de forma incipiente, na década de 1990.

Com a “febre” do eucalipto, no sul do estado da Bahia, entendida como potencial econômico, e com a ampliação do fomento, despertou o interesse dos agricultores para o cultivo em larga escala. A ampliação da base industrial, o desenvolvimento do Polo Moveleiro, a demanda por carvão vegetal para as siderúrgicas, em Minas Gerais, as notícias de lucro em médio prazo, aliados a seminários e a projetos de expansão e à política de incentivo tecnológico, pelas instituições de pesquisa, levaram os agricultores a investirem e a destinarem áreas para o plantio.

Os primeiros plantios de eucalipto, para fins comerciais, tiveram início com a indústria de Cerâmica Simonassi, em Vitória da Conquista, a primeira a fazer o plantio de eucalipto, no início da década de 1992, como biomassa vegetal para fornos, no município de Anagé, próximo à localidade do Barreiro. Segundo entrevistas realizadas em campo com os primeiros produtores de eucalipto, já na fase de expansão da monocultura, os trabalhos de exploração de carvão, na região, datam da década de 1970, com produção de até 1 caminhão por dia. Um dos pioneiros da eucaliptocultura registra que o fomento florestal, no Planalto da Conquista, começou depois dos primeiros experimentos da Cerâmica Simonassi, com a proposta de plantio via DDF – Departamento de Desenvolvimento Florestal – substituído pelo IBAMA, em 1996.

Com pouco mais de 700 mil mudas, os primeiros plantios envolveram fazendeiros tradicionais da região, vinculados à produção de café e à pecuária. Os relatos dão conta de que os primeiros plantios foram feitos com mudas, oriundas do nordeste da Bahia, da empresa COPENER, com plantios iniciais de pequenos lotes. Essa fase marca o início da eucaliptocultura, com o aval do Estado, sem, contudo, preceder de estudos e de assistência técnicos. Segundo um dos primeiros produtores, há 28 anos no mercado de carvão e há 8 anos plantando eucalipto, o primeiro plantio foi de 20 hectares, espaçamento 3 x 3 (1.111 mudas por hectare). Afirmo que os primeiros plantios foram feitos por “ensaio e erro”, no mês de dezembro de 1996, sob forte chuva. Em 1997, plantou 9 hectares, com perda total e, em 1998, voltou a plantar, já com algum sucesso. Com a criação da Associação para o Reflorestamento AFLORE e, com o avanço dos plantios do eucalipto e com alguns problemas detectados, prefere agora o caminho do consorciamento. Fez experiência com café, muito comum na região de Barra do Choça, substituindo as grevilhas e bracingas, fez testes com pastagens, plantando 500 pés de eucalipto consorciado com pasto, obtendo melhor resultado. A partir do fomento florestal, promovido pela ASIFLOR, para cumprir a legislação pelo consumo das siderurgias de Minas Gerais, começou o plantio efetivo, com acompanhamento técnico e com melhoria dos resultados.

6.2 O papel da Aflore e Asiflor – outra forma de fomento

Em 1997, é criada a Associação de Reposição Florestal do Sudoeste da Bahia (AFLORE), inicialmente com doze associados, vinculados ao início do plantio de eucalipto, no município de Vitória da Conquista, com o objetivo de expandir o plantio em 150 hectares, visando atender a demanda futura de produtos e de subprodutos florestais dos pequenos e dos médios consumidores da região “Sudoeste³⁰” da Bahia, principalmente da Indústria Cerâmica. A Instrução Normativa 001, de 1988, que obriga as Siderúrgicas a serem autossuficientes, fez com que se efetivasse o convênio com a ASIFLOR - Associação das Siderúrgicas para Fomento Florestal - atuando já nos anos agrícolas 1997/1998. Segundo o *website* da AFLORE (12/2011), a Associação possui viveiro próprio, onde produz 4.000.000 mudas de

³⁰ A Região denominada Sudoeste é um recorte regional de planejamento, calcada no conceito de região econômica. No plano cartográfico, o Planalto da Conquista está no sudeste da Bahia, considerando os quadrantes colaterais. Hoje a regionalização é feita a partir do processo de territorialização, denominado Território de Vitória da Conquista.

eucalipto/ano para o atendimento do seu Programa de Fomento Florestal, destinado aos produtores rurais associados e ao atendimento de outras demandas para a formação de florestas na região.

Alguns produtores, além de participarem do fomento florestal, tinham também como objetivo obterem o documento oficial para a venda de carvão vegetal. Os incentivos para a criação da Aflore, além da institucionalização da venda de carvão, previam que os pagamentos de taxas, atribuídas ao IBAMA, fossem para a Aflore, facilitando a redução de custos operacionais do plantio e a comercialização dos produtos da cadeia produtiva

Com a expansão do crédito de Reposição Florestal, vinculado às siderúrgicas e ao aumento dos contratos, amplia-se, efetivamente, a eucaliptocultura, no território do Planalto. As bases do contrato do programa de fomento florestal da ASIFLOR/AFLORE preveem o fornecimento de insumos, de mudas e de assistência técnica, durante o programa; geração de renda adicional na propriedade rural; preservação dos remanescentes florestais nativos da região e o desenvolvimento socioeconômico da região sudoeste da Bahia.

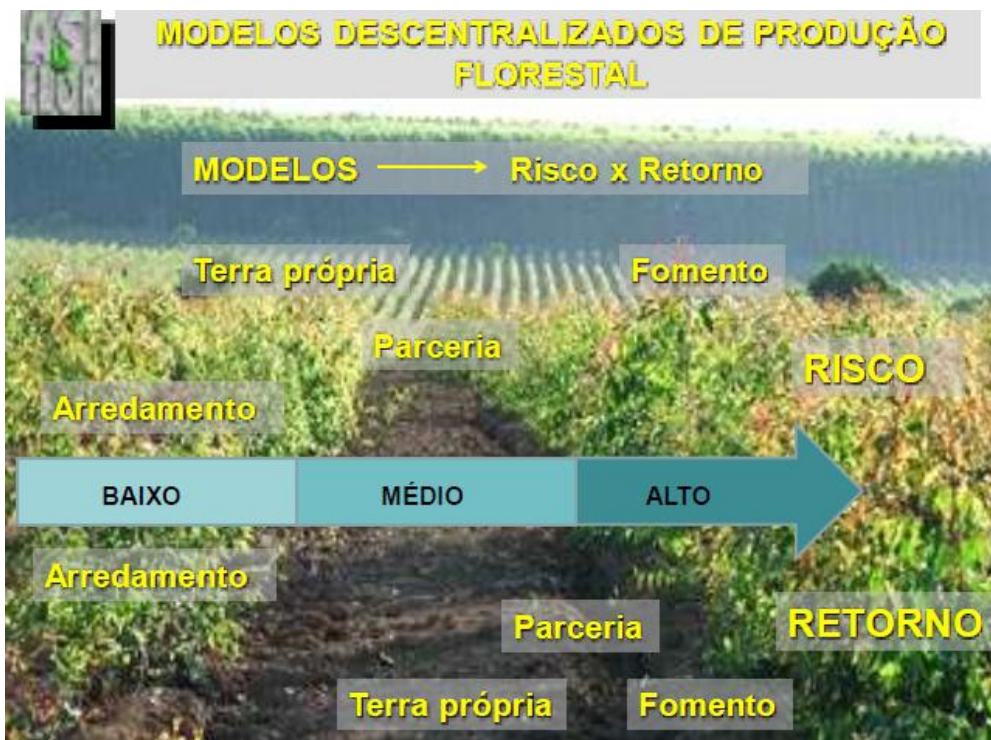
Com trabalho mais técnico e contratação de pessoal qualificado, aliados às pesquisas na região, na busca de uma validação tecnológica, inicia-se o plantio efetivo, começando o processo de sistematização e de expansão efetiva da eucaliptocultura, no Planalto. No plano executivo, a função da ASIFLOR é o de promover plantios florestais, através de programas de fomento florestal, de arrendamentos e de parcerias, em consonância com as políticas de reposição e de ampliação da base florestal.

A ASIFLOR congrega, em 2012, dezesseis siderúrgicas de ferro gusa de Minas Gerais cuja finalidade é plantar florestas de eucaliptos, em pequenas e em médias propriedades rurais, em contrapartida ao consumo de carvão, originado da expansão da fronteira agrícola, exigência legal amparada por leis estaduais e pelo Código Florestal. Entre as formas de fomento, adotadas pela ASIFLOR, destaca-se o modal de Parceria Público Privada – PPP, além de Convênio com o Governo de Minas Gerais, junto ao IEF – Instituto Estadual de Florestas, para o desenvolvimento de programa de fomento.

A captação dos recursos, segundo o Manual do Produtor Florestal, publicado pela ASIFLOR para o fomento no modelo de reposição florestal do IEF, é feita junto ao próprio Instituto e às empresas consumidoras de produtos florestais e aplicados na produção de mudas de boa qualidade, nos insumos e na assistência técnica, segundo critérios técnicos e ambientais. Atualmente, capta e gerencia esses recursos, através de um convênio com o IEF e

da parceria de produtores rurais que executam os plantios. O modelo de descentralização de plantios de madeira pode ser observado na Figura 38, enfatizando o alto grau de fomento:

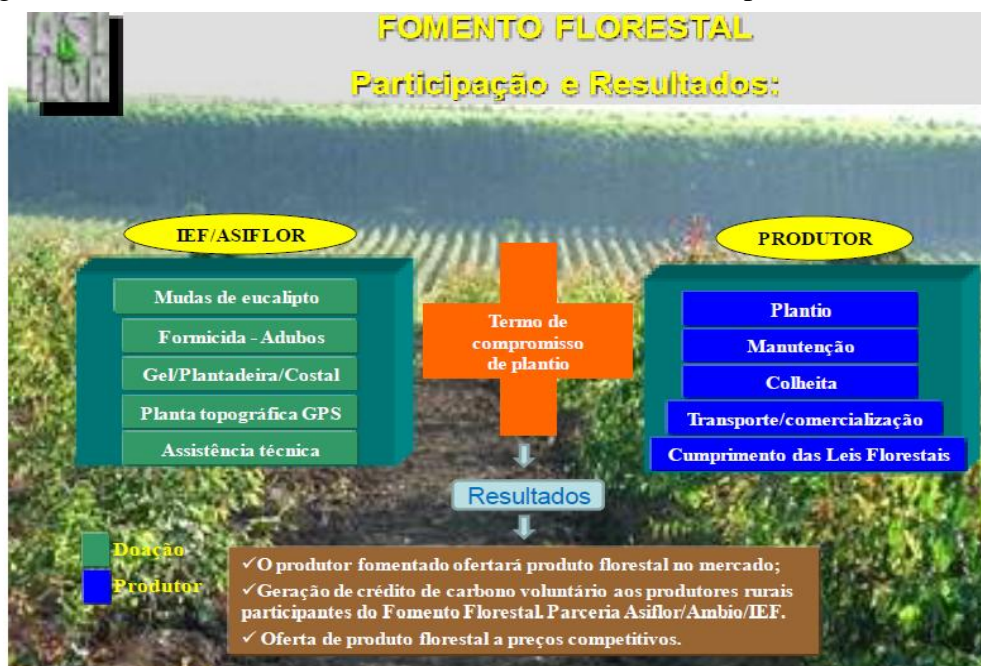
Figura 38 – Modelo descentralizado de fomento florestal da Asiflor



Fonte: SIF – Sociedade de Investigações Florestais – II Simpósio de Fomento Florestal

De acordo com os mecanismos de absorção de mercado, a ASIFLOR mantém, como pilares no fomento da eucaliptocultura, o incremento aos plantios florestais descentralizados (pulverizados); a inserção social da população rural; a dinamização das economias regionais e, segundo sua política de expansão, as práticas sustentáveis na conservação dos recursos ambientais. No caso da parceria com o IEF, consolida-se para atender aos aspectos legais e normativos, estabelecidos em Lei; direcionar os recursos arrecadados da reposição florestal, fomentando plantios; promover, regionalmente, o aumento da oferta de produtos florestais plantados e reduzir a pressão sobre os remanescentes nativos (desmatamento). As modalidades apresentados pela ASIFLOR dependem do caráter do projeto que envolve o arrendamento de terra, da parceria e do fomento, sendo este o de maior envergadura, conforme Figura 39:

Figura 39 – O modelo do fomento da Asiflor até a oferta do produto no mercado.



Fonte: SIF – Sociedade de Investigações Florestais – II Simpósio de Fomento Florestal

A diferença entre o modelo de fomento da Asiflor, em comparação com os modelos vinculados às grandes empresas florestais, reside no resultado final e na relação de dependência. Nesse caso, o produtor recebe os insumos, as mudas e o preço pelo plantio, ficando obrigado a manter o vínculo até a colheita, disponibilizando-a no mercado. Não há dependência entre a produção fomentada e o fomentador, como no caso da Veracel, no sul do Estado. A discussão remete à permanência do eucalipto, na propriedade, uma vez que não há clareza na interpretação da Lei que obriga a reposição florestal. Algumas interpretações consideram que, na oferta da quantidade, vinculada à reposição florestal, finda-se o contrato, podendo disponibilizar a área para outras culturas ou manter o eucalipto, sem vínculo com o contrato de reposição. Pelo menos é esse o modelo aplicado no Planalto da Conquista. Outra interpretação aconselha que o eucalipto deve permanecer na propriedade, uma vez que substitui a floresta que foi consumida pela indústria vinculada. Nesse último caso, alguns produtores preferiram a via do plantio independente, com oferta final do produto, sem vínculos com a reposição florestal. No entanto, é comum o mercado de compra de créditos de Reposição Florestal, como se vê na Figura 40, anunciando-se a compra de créditos, com preços em metros cúbicos, à vista.

Figura 40 – Anúncio de compra de crédito de reposição florestal

>> **CRÉDITO DE REPOSIÇÃO FLORESTAL (Cód. 16728)** - Indique a um amigo
 Visitas: 1748

Preço a vista: R\$ 10,00 / MDC
 Atualizado em 12/12/2009

Clique na imagem para ampliar

Preço a prazo: R\$ 10,00 / MDC

Quantidade: 10000

Cidade: Passo Fundo (ver no mapa)

Estado: RS

Entrega:
 CRÉDITO DE REPOSIÇÃO FLORESTAL - ENTRE EM CONTATO

Pagamento:
 A VISTA - Os créditos de reposição florestal podem ser adquiridos através do plantio de sua floresta, fale conosco que temos uma empresa parceira especializada na parte ambiental.

<< anterior próximo >>
 Fotos: 1

Outros anúncios do vendedor

COMPRO & VENDE CRÉDITOS DE REPOSIÇÃO FLORESTAL EM TODO O BRASIL. NOSSA EQUIPE TEM CONTATO COM MA EMPRESAS COMPRADORAS EM TODOS ESTADOS DO BRASIL.

Fonte: <http://comprar-vender-mfrural.com.br>

6.3 O eucalipto no Planalto – entre fomentados e independentes

Para efetivar a compreensão da expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, a metodologia utilizada abordou três vertentes: levantamento da expansão, por estudos topográficos disponíveis e por imagem de satélite; por banco de dados gerenciais e espaciais, para aplicação em SIG – Sistema de Informações Geográficas a partir dos relatórios da ASIFLOR e por questionários aplicados junto a eucaliptocultores independentes, preferencialmente, não fomentados. Dessa forma, identificaram-se duas categorias de eucaliptocultores: os fomentados e os independentes. Os procedimentos foram feitos para cruzamento dos dados e para inferências sobre a dinâmica da expansão e as implicações na estrutura fundiária na agricultura familiar.

Uma das características dos produtores rurais do Planalto da Conquista remete à estrutura fundiária, com forte apelo familiar, que passou pela fragmentação da propriedade. No passado, ser “fazendeiro” indicava *status*, ficando no imaginário dos habitantes a ideia da importância de ter o “torrão natal”, ou um “pedaço de terra”, termos comuns na região. Isso se devia ao fato de a posse da terra, observada no território do Sertão da Ressaca/ Planalto da Conquista, pelo menos até meados da década de 1940, significar poder político. Esse poder sobre a terra refletia o que Smith chama de poder ligado à propriedade: “Enquanto o trabalho

excedente se expressar essencialmente em bens agrícolas, o poder econômico e político estarão ligados à propriedade da terra”. (SMITH, 1988, p 85) .

O “ter” a terra tem sido o desejo de todo trabalhador rural assalariado, assim como o urbano alimenta o desejo de ser empresário, de ter “o próprio negócio Para atender a esse anseio, era comum, na região, os grandes fazendeiros distribuírem pequenos lotes de terras, em reconhecimento aos serviços prestados, ao longo da vida, ao responsável pela fazenda, geralmente o vaqueiro ou o capataz. Isso efetivou uma boa parte da fragmentação, fora os processos de ocupação das terras devolutas, muitas delas sem titulação, sujeitas a conflitos.

Mais recentemente, perseguindo a ideia defendida por Pascoal Acott (1990) de contemplação da natureza, a propriedade rural passa a ser uma forma de manter o contato com a fauna e a flora, muitas vezes constituindo-se a segunda moradia da família. Os loteamentos chácaras, no município de Vitória da Conquista, e a fragmentação de fazendas ,em pequenas glebas, são muito comuns na região e se constituem em mercado com rotatividade de vendas , estabelecendo novas relações, no meio rural ou no entorno urbano. Esse mecanismo é apontado por Graziano da Silva e começa a romper com a dicotomia rural/urbano, fortalecendo os laços entre o que chamou de Rurbano, após as discussões do “novo Rural”, caracterizado pela pluriatividade, no campo, com ênfase nas rendas agrícolas e não agrícolas. Nesse sentido, destaca as ORNAs – Organizações Não Agrícolas, no campo. Essa nova dinâmica acaba gerando renda no meio rural, e “têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental, etc. (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 44).

Tal cultura de posse da terra, concebida como bem destinado ao lazer, acaba incentivando a cultura da compra da terra para a produção. Segundo Oliveira, “a terra não gera lucro, como o faz o capital, mas sim renda. Sob o modo capitalista de produção, o preço da terra é, portanto, renda capitalizada da terra e não capital”. (OLIVEIRA, 2007, p. 63). É nesse sentido que a compra da terra passa a ser um mecanismo de manutenção das sobras de capital ou da sua reprodução. Nesse caso, o pequeno produtor, que conseguiu a terra, trabalha nela para efetivar o lucro para a subsistência, ainda que na qualidade de agricultor capitalizado (GRAZIANO DA SILVA, 1986), mesmo porque, para a agricultura familiar, essa é uma das exigências para liberação dos recursos.

Diferentemente do agricultor que trabalha a terra, familiar ou não, emerge a formação de outro grupo que, caracteristicamente urbano, envolve-se com os negócios da terra, principalmente como bem imóvel, de capital fixo, utilizando a terra como valor de troca e não de uso, capaz de gerar lucro a partir do investimento de capital. Esse mecanismo acaba por influenciar, de certa forma, o preço da terra, o que se verá mais adiante, e que Ignácio Rangel (2004) vai chamar de quarta renda da terra, como a terra não utilizada, mas valorizada, ou renda diferencial da terra, dependendo da sua qualidade e da capacidade de retorno, conforme Oliveira (2007).

Nesse contexto é que se procurou identificar, no processo de expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, quem era esse produtor rural. Os dados apontados, nos trabalhos de campo, revelaram um grupo peculiar de produtores que, com sobra de capitais, embora muitos de família de agricultores, no passado, mas que, de posse da terra, acabou se inserindo no plantio de eucalipto. Dessa forma, vê-se o surgimento de uma categoria de pessoas que, nas suas atividades urbanas, aplicam-se à atividade de gestão das propriedades, o que se reconhece como absenteísta.

A expansão da eucaliptocultura, no Planalto, vista do plano empírico, revela duas categorias de produtores que se diferenciam de outros territórios que implantaram a monocultura, fugindo ao padrão dicotômico entre uma iniciativa patronal, da grande empresa, e o fomento direto, vinculando à produção e aos contratos de exclusividade. Contratos semelhantes podem ser observados em outras áreas da agricultura, como é o caso da soja, sendo mais comum na produção aviária, na do fumo, entre outras, as chamadas de “integradoras”, geralmente agregadas a uma empresa da agroindústria.

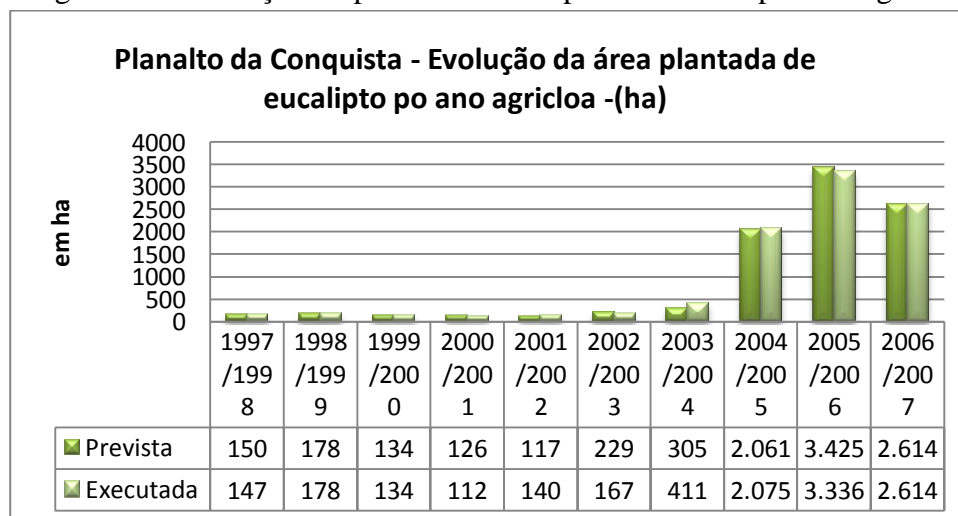
Dessa forma, surgem duas modalidades que contribuíram para a expansão: o produtor do Fomento Florestal e o Produtor Independente. O documento do IMA (2010), sobre a eucaliptocultura, no sul do Estado, chama de “produtores independentes” aqueles que, de posse da terra (pequenos e médios produtores), investem na eucaliptocultura, para comercialização da madeira, em tora. Ressalva que esses produtores podem, também, estabelecer contratos, parcerias, sobretudo na área do fomento, mas principalmente na produção independente. Na verdade, são proprietários que, com investimentos próprios, não se submetem aos rígidos contratos de uso da terra, como observados no extremo Sul da Bahia. O clareamento da distinção entre o produtor independente e o fomento fica claro no Planalto, considerando, ainda, que o mesmo produtor independente pode ser ou foi adepto do

fomento, com parte da propriedade ou, após a colheita e o cumprimento do contrato de Reposição Florestal. Assim, as inferências seguirão as duas categorias a partir das análises dos Relatórios da ASIFLOR e dos questionários, das entrevistas e das observações de campo

6.4 O “Fomento Florestal” no Planalto e as implicações na estrutura fundiária

Embora o histórico da produção de eucalipto comece em 1992, é em 1997 que começa a expansão com fomento florestal, organizada pela ASIFLOR, para as Siderúrgicas de Minas Gerais. A evolução do eucalipto fomentado obedece à lógica dos contratos para oferta de madeira ou seus produtos, no mercado, conforme Anexo A. Dessa forma, o atendimento ao requisito legal exige acompanhamento para a garantia do produto final, ainda que não vinculado à empresa que pagou ao fomentado, diferenciado do fomento em outras regiões. A Figura 41 mostra o gráfico de evolução da área plantada, por ano agrícola:

Figura 41 – Evolução do plantio de eucalipto fomentado por ano agrícola.



Fonte: Relatórios da Asiflor

A Tabela 35 apresenta os dados levantados, nos doze municípios do Planalto, e o recorte temporal de dez anos que marcam o período do modelo de expansão da eucaliptocultura, cujos relatórios, organizados em anos agrícolas, compõem a análise.

Tabela 35 - Área plantada de eucalipto por projetos de Reposição Florestal no Planalto da Conquista – em ha

Município	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	Total	%
Vitória da Conquista	122	120	85,74	77,87	95,62	131,83	344,85	925,45	1.990,35	1.086,19	4.979,90	53,46
Tremedal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ribeirão do Largo	-	-	15,74	-	-	-	-	-	45,01	114,01	174,76	1,88
Poções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Piripá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Planalto	-	-	12	11,36	-	-	-	-	23,49	74,38	121,23	1,30
Encruzilhada	25	15	12,3	4,08	22,06	28,06	48,72	1.077,03	1.271,90	1.000	3.504,15	37,62
Cordeiros	-	-	-	19,68	8,07	7,65	-	-	-	-	35,4	0,38
Cândido Sales	-	-	-	-	-	-	-	58,5	-	152,14	210,64	2,26
Belo Campo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Barra do Choça	-	16	8,4	-	14,63	-	17,78	13,26	5,5	83,77	159,34	1,71
Anagé	-	25	-	-	-	-	-	-	-	104,23	129,23	1,39
Total	147	176	134,18	112,99	140,38	167,54	411,35	2074,24	3.336,25	2.614,72	9.314,65	100

Fonte: Relatórios de Acompanhamento dos Projetos – Asiflor. Organização Edvaldo Oliveira

Em que pesem algumas culturas apresentarem problemas na fase inicial, por falta de conhecimento por parte dos eucaliptocultores, todos os projetos seguiram as indicações técnicas para recompor as áreas que apresentavam problemas de cultura, evitando o descumprimento do vínculo de reposição junto ao órgão regulador e à empresa que requereu a reposição florestal. Observa-se que, da área prevista para o plantio de 9.339 hectares, apenas 0,26% não foi executado. O declínio no ano de 2007 marca, também, o início da crise mundial, culminando em 2008, quando houve uma redução da produção mundial de aço e de gusa, e a entrada do ferro da China, no mercado mundial.

Observa-se que, dos 9,341 hectares de plantios de eucalipto fomentados, 53% estão no município de Vitória da Conquista e 37%, no município de Encruzilhada, totalizando 91% da produção. O município de Cândido Sales, apresentado pelo senso comum como grande produtor, apresenta apenas 2,26%, compondo os 9% dos municípios que participaram do fomento. Dos municípios do Planalto apenas quatro não participaram do fomento florestal: Tremedal, Poções, Piripá e Belo Campo. A concentração em Vitória da Conquista se dá em função da seletividade dos produtores, no início do processo de expansão e, apesar da variação climática e do predomínio dos Latossolos, foi escolhida para a ampliação. O município de Encruzilhada apresenta particularidade pela aproximação com o norte de Minas

Gerais, mais precisamente a partir do vetor de expansão do Vale do Jequitinhonha e do Alto Rio Pardo.

Para as avaliações sobre a expansão da eucaliptocultura, envolvendo a estrutura fundiária, foi dividida em três fases: a primeira fase refere-se ao primeiro ano de implantação da monocultura, ano agrícola de 1997/1998. A segunda fase vai dos anos agrícolas 1998/1999 a 2004/2005, que compreendem o período de expansão controlada. A terceira fase, dos anos agrícolas 2004/2005 a 2006/2007, abrange a fase de maior expansão marcando, no final da fase, o período de fomento da ASIFLOR. Nesse sentido, por razões metodológicas, consoante o método comparativo, foram elaborados dois quadros: o quadro das Áreas das Propriedades, segundo Projetos de Fomento por Reposição Florestal de eucalipto no Planalto da Conquista, por ano agrícola, e o quadro das Áreas de Plantio de Eucalipto, executada por propriedade para cada ano agrícola (em ha).

Na primeira fase, a concentração dos projetos ficou entre os intervalos de 200 a 500 hectares, com 40%, e de 500 a 1.000 hectares, com 60%. Apesar de poucos projetos, mostra a seletividade inicial atendendo a proprietários tradicionais da região, e a um produtor dos primeiros plantios pré-fomento, na forma de arrendamento da terra.

Na segunda fase, alcançou outros produtores, iniciando a fase de consolidação, distribuindo em outros intervalos de classes. Assim, nos intervalos até 100 hectares, obteve 34,28%; de 100 a 200 hectares, 21,42%. A concentração maior se deu em razão das propriedades entre 200 e 500 hectares, somando 38,57%. As propriedades entre 500 e 1.000 hectares somaram apenas 5,73%, sem plantios naquelas maiores de 1.000 hectares.

Na terceira fase, caracterizada pela maior expansão, houve uma redução nas propriedades até 100 hectares, contando com 27,77% , e redução nos intervalos entre 100 e 200 hectares, somando 17,77%. Os aumentos significativos ocorreram nas propriedades entre 200 e 500 hectares, ainda que menores que na segunda fase, contando com 33,33%, e 13,33% , para o intervalo entre 500 e 1.000 hectares. Entram em cena as propriedades maiores que 1.000 hectares, com 7,8%, marcando a chegada da grande empresa e da compra de terras, ainda que incipiente, para o eucalipto. No tocante aos Projetos de fomento, a concentração alcançou as propriedades entre 200 e 500 ha ,conforme o Quadro 17. Dos 166 Projetos, 59 foram destinados a essa faixa fundiária, totalizando 35,75%., seguidos do intervalo até 100 hectares com 49 projetos, somando 29,69%. Os 31 projetos no intervalo de 100 a 200 hectares, somando 18,78%, seguidos dos intervalos de 500 a 1.000 hectares com

11,51% e 4,2% para as grandes propriedades. As avaliações do intervalo até 100 hectares são significativos, uma vez que, nos municípios do Planalto, na faixa de predomínio dessas propriedades são observados os levantamentos do Censo 2006 e do ITR, 91,7% (IBGE, 2010, CAFIR/Receita Federal, 2011), conforme Tabela 29, que trata da estrutura fundiária. A Tabela 36 mostra os percentuais de expansão da eucaliptocultura, segundo as fases de implantação e os projetos de fomento:

Tabela 36 – Percentuais de projetos implantados por fomento florestal segundo ao intervalos de área das propriedades.

Intervalos	Até 100	100 a 200	200 a 500	500 a 1.000	>1.000
Projetos	49	31	59	19	7
%	29,69	18,78	35,75	11,51	4,2

Fonte: Relatórios de acompanhamento dos Projetos – Asiflor. Org. Edvaldo Oliveira

A Tabela 37 apresenta a evolução do plantio de eucalipto, segundo as áreas das propriedades, com base nos 166 projetos de fomento.

Tabela 37 – Percentuais de expansão do eucalipto por intervalo de áreas das propriedades por fase de implantação

Fases /ano agrícola (ha)	Ate 100	100 a 200	200 a 500	500 a 1.000	>1.000
1ª. Fase - 1997/1998 (%)			40	60	
2ª. Fase -1998/ 1999 a 2003/2004 (%)	34,28	21,42	38,57	5,73	-
3ª.Fase - 2004/ 2005 a 2006/2007 (%)	27,77	17,77	33,33	13,33	7,8

Fonte: Relatórios de Acompanhamento dos Projetos – Asiflor. Org. Edvaldo Oliveira

Quadro 17 - Área das propriedades, segundo Projetos de Fomento por Reposição Florestal de eucalipto, no Planalto da Conquista por ano agrícola (em ha)

1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006 /2007	
523	50	89	283	89	316	316	469	326	62	
469	49	252	120	60	88	206	615	22	200	
316	128	59.3	469	88	615	615	323	261	697	
690	323	140	140	140	495	495	154	203	154	
690	336	140	40	243	85	171	230	91	93	
NI	130	60	52	40	243	52	325	40	224	
	300	283	89	469	160	160	206	17	155	
	50	469	60	283	120	283	422	75	90	
	80		60	171	469	203	690	1.200	90	
	89		59	230	325	469	283	700	155	
	469			120		325	469	99	57	
	6			150			40	128	483	
	140			316			128	155	1.764	
	685						90	50	1.913	
	460						243	469	813	
	57						74	40,9	118	
	503						91	151	390	
	80						203	813	882	
							1.250	283	230	
							171	263	325	
							160	350	154	
							882	38	45	
							495	1.675	40	
							1.675	338	74	
								21		
								218		
								206		
								79		
								675		
								390		
								882		
								160		
								1.000		
								230		
								657		
								325		
								316		
								120		
								393		
								154		
								74		
								18		
1ª. Fase 5	2.a Fase 70 Projetos						3ª. Fase 90 Projetos			
NI - projeto com área não identificada										
6	18	8	10	13	10	11	24	42	24	
Intervalos e quantitativos de projetos por classe segundo a propriedade (em ha)										
0 a < 10	10 a < 50	50 a < 100	100 a < 200	200 a < 500	500 a < 1000	> 1000	Total			
1	16	32	31	59	19	7	165			

Fonte: Relatórios de Acompanhamento dos Projetos – Asiflor. Org. Edvaldo Oliveira

O argumento da igualização da paisagem é apontado como indicador de desigualdade, o que não significa sinônimo de progresso e de investimento. Embora a paisagem não seja a categoria fundante da análise, toda mudança na paisagem é o reflexo da territorialidade de determinado fenômeno. A monoatividade, própria da agroindústria e do grande agronegócio, resultante na prática da monocultura, impõe o padrão de produção em detrimento da pluriatividade defendida por Abramovay (2001; 2003; Schneider, (2009a; 2009b). As ocupações com eucaliptais contínuos mostram essa realidade que, via de regra, aponta para aprofundar as desigualdades. O levantamento das áreas de plantio objetivas, como as que foram vistas no sul do Estado, verificar o grau de ocupação, nas propriedades, uma vez observadas a estrutura fundiária dos municípios e das propriedades que implantaram o eucalipto. Nesse pressuposto, a Tabela 38 apresenta uma síntese das áreas de plantio, nas propriedades, e revela o grau de ocupação, por eucalipto, em relação à área total de cada propriedade. A estrutura é a mesma do Quadro 17, facilitando o comparativo entre o tamanho das propriedades e a área plantada. Considerando o parâmetro de 100 hectares, para efeito de licenciamento municipal, o quadro no Planalto se mostra diferente de outros territórios, especialmente no Sul do Estado. O argumento de que o que diferencia a eucaliptocultura do Planalto e sua espacialização esparsa, esgarçada, no território, é evidenciada na distribuição na paisagem, conforme se vê no mapa da Figura 42:

Tabela 38 - Área dos Projetos segundo os Intervalos de classes (em ha)

Classes de Plantio (ha)	Ate 100	100 a 200	200 a 500	500 a 1.000	>1.000	
Total de projetos	150	8	3	2	3	166
%	90,36	4,8	1,8	1,2	1,84	100

Fonte: Asiflor - Organização Edvaldo Oliveira

Os dados agrupados até 100 hectares de plantio indicam o baixo nível de concentração de plantio, embora, nos espaços de atuação das empresas, apareça em quantitativos maiores. Observa-se que, até 100 hectares, predominam 90,36% dos plantios, em 150 dos 166 projetos de fomento. Nos intervalos entre 100 e 200 hectares, 8 propriedades representam 4,8%, seguidos de 2 propriedades, entre 500 e 1.000 hectares. Os indicadores para plantios, acima de 1.000 hectares, somam apenas 3 propriedades, que representam 1,84%.

Embora o início da expansão do eucalipto no Planalto, pelo Fomento Florestal, tenha sido aplicado em grandes propriedades, o volume de plantio era pequeno, variando ente 15 e 42 hectares. Na primeira e na segunda fases, nenhuma propriedade ultrapassou 110 hectares, o que mantém o baixo índice de plantios. Somente a partir da terceira fase, com o incremento dos plantios, com a validação tecnológica consolidada, com a chegada das mudas clonais e das pesquisas, o quadro muda dos pequenos plantios para os maiores. Mesmo assim, os plantios fomentados acima de 100 hectares não passaram de 14, seis dos quais entre 100 e 200 hectares, três de 200 a 500, dois entre 500 e 1.000 hectares e 3 acima de 1.000 hectares.

É importante ressaltar a inserção do pequeno produtor, nos projetos de fomento florestal. Mesmo com pequenas frações de terra, entre 1 e 50 hectares, verificaram-se dezessete projetos dos quais apenas cinco fizeram entre 10 e 20 hectares de plantio, como se pode ver no Quadro 18:

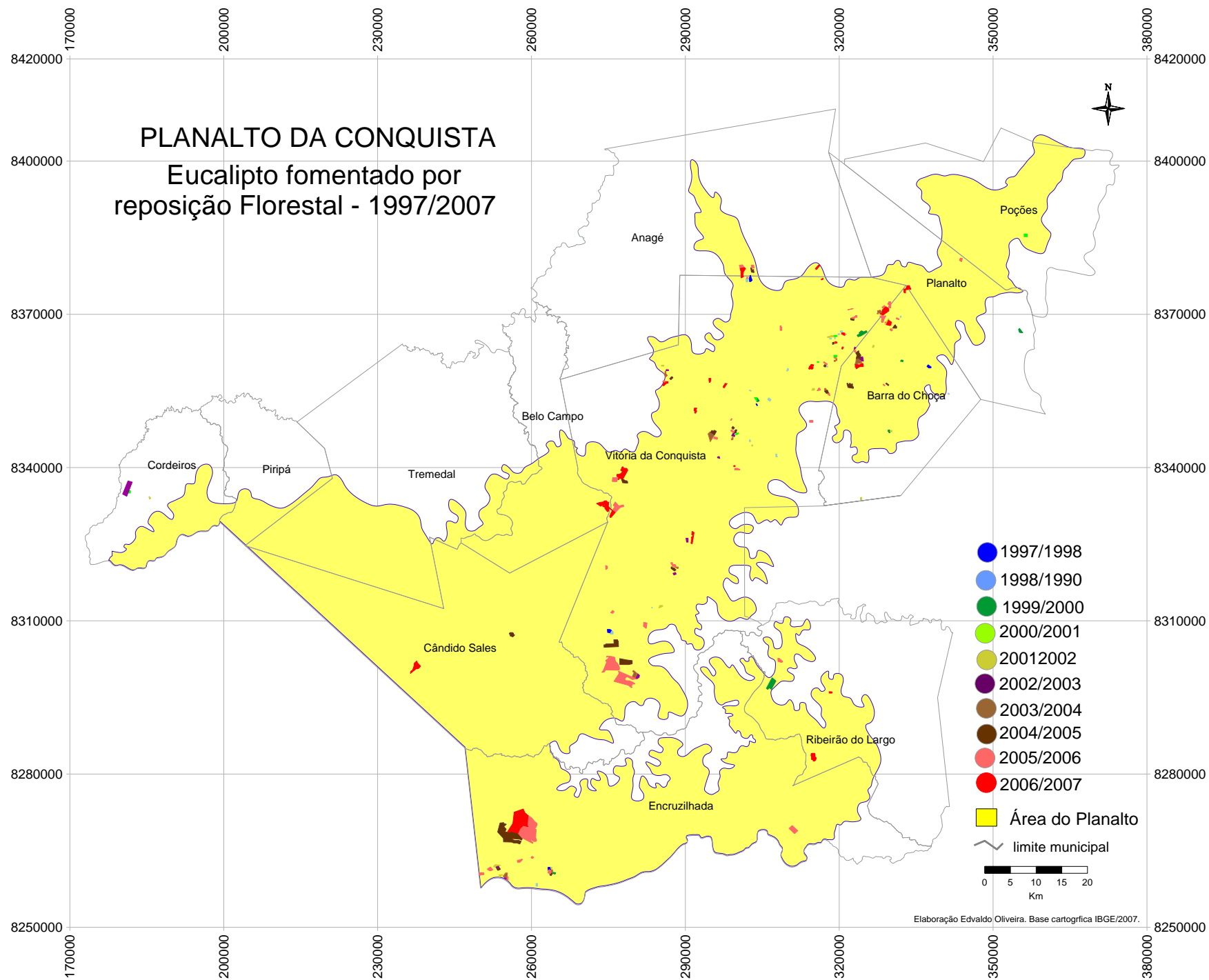
Quadro 18 - Áreas de plantio de eucalipto executada- por propriedade, para cada ano agrícola (em ha)

1997/	1998/	1999/	2000/	2001/	2002/	2003/	2004/	2005/	2006/	
1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
25	5	25,7	4,08	5,92	6,71	22,67	19,66	39,47	4,36	
15	6	15,74	19,68	30	5,05	33,17	218,99	4,7	9,22	
42	7	12	14	8,13	42,66	90,43	21,96	45,3	23	
15	25	8,4	17,74	17	19,51	27,66	13,48	2,33	28,9	
25	7	19,3	4,30	6,4	12,62	17,78	7,2	5,5	74,38	
25	23	18,44	9,79	11,35	14,49	10,01	106,85	21,6	68,47	
147	1	12,3	8,36	8,48	13,57	27,84	101,7	3,9	15,42	
	13	22,3	11,89	6,55	7,65	20,88	77,36	10	20,61	
	7	134,18	11,7	14,63	8,06	41,82	90	530,9	21,79	
	7		11,36	4,4	37,22	9,2	21,03	560,46	30,71	
	12		112,9	8,07	167,54	109,89	17,12	11,1	35,32	
	4			9,11		411,35	12	28,9	18,53	
	4			10,34			21,15	20,15	1.000,00	
	25			140,38			10,31	21	152,14	
	12						22,24	23,7	323,5	
	4						26,15	23,76	95,48	
	15						13,26	121,48	125,81	
	1						58,5	191,10	251,17	
	178						58,5	30,53	104,23	
							34	59,85	83,77	
							14,32	42,32	34,58	
							55,09	3	6,29	
							33,93	1.000,00	25,16	
							1.020,44	21,12	61,88	
							2.075,24	8,53	2.614,72	
								24,6		
								26,24		
								55,4		
								23,49		
								72,5		
								67,79		
								15,12		
								20,31		
								43,45		
								12,45		
								24,44		
								4,33		
								45,01		
								20,29		
								21,1		
								14,31		
								14,7		
								3.336,23		
1ª. Fase 6	2.a Fase 70 Projetos						3ª. Fase 90 Projetos			
6	18	8	10	13	10	11	24	42	24	
Síntese das áreas plantadas segundo intervalos de classe em ha										
Até 1	1 a < 10	10a >20	20a >50	50>100	100 a > 200	200> 500	500 a > 1.000	> 1.000	Total	
2	41	44	48	15	8	3	2	3	166	

Fonte: Asiflor - Organização Edvaldo Oliveira

A partir dos Relatórios da Asiflor, da aplicação dos questionários e dos trabalhos de campo, apoiado pelo mosaico de imagens de satélite, vinculada ao Projeto Cartográfico da Tese, foi possível fazer o mapa da evolução da eucaliptocultura do fomento por reposição florestal. Algumas áreas já colhidas ou que tiveram rebrota foram plotadas no mapa, com bases digitais, fornecidas pelos proprietários e pelos Órgãos Públicos. A Figura 42 mostra o mapa de evolução, por ano agrícola, a partir de 1997 até 2007. A baixa ocupação em todo o território, com destaque para o recorte geomorfológico do Planalto Cimeiro, criou dificuldades para a representação visto que os pequenos espaços representados acabaram por gerar uma generalização. A representação em escalas locais ou por município permite uma melhor avaliação dos Projetos.

Figura 42 – Evolução do plantio de eucalipto fomentado no Pnalato da Conquista



6.5 As validações tecnológicas e a qualidade do eucalipto no Planalto – o fato eucalipto

O eucalipto é um fato no Planalto. Partindo dessa premissa e da inserção dos pequenos e dos médios proprietários no plantio, houve a necessidade de discussões quanto à qualidade da oferta e a segurança de que a Reposição Florestal, vinculada ao consumo das siderúrgicas, fosse garantida, sob pena de não validar o consumo da madeira de outra origem, conforme a Lei 4.771/66 e da Legislação Estadual. Nesse sentido, as discussões sobre a qualidade do eucalipto, na região, envolveram órgãos de planejamento, Bancos, entidades de classes, produtores e, principalmente, a academia.

As primeiras publicações acadêmicas sobre a eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, remetem a 1992, organizadas por São José *et al.* (1992), chamada “Reflorestamento no Brasil”, tratando em níveis gerais sobre o tema e, particularmente, sobre a Região Sudoeste (que incorpora o Planalto da Conquista), com levantamentos da vegetação, das defesas, no âmbito da ampliação dos cultivos e das críticas ao processo de inserção da cultura, do ponto de vista social.

Em 2005, com a implantação do Mestrado em Agronomia, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, surgem pesquisas mais específicas sobre a produção de eucalipto no Planalto, com experimentos em Vitória da Conquista. Destacam-se os trabalhos de Lopes (2005): Qualidade de mudas de *Eucalyptus*: sua produção em blocos prensados em dois modelos de tubetes e seu desempenho em campo. Oliveira Júnior (2009) trabalhou com a Qualidade de mudas de *Eucalyptus urophylla* produzidas em diferentes substratos.

Outras produções acadêmicas se destacam-se, como os trabalhos de Leles *et al.*, (2001), que pesquisou o crescimento e a arquitetura radicial de eucalipto, oriundas de mudas produzidas em blocos prensados e em tubetes. Novaes *et al.*, (2005), realizou trabalhos sobre o desempenho de espécies de *eucalyptus*, na região do Planalto de Conquista. Rocha *et al.*, (2010), avaliou métodos de estimativa de volume para um povoamento de *Eucalyptus urophylla*, no Planalto da Conquista.

No campo do incremento da produção, iniciativas de projetos, a partir de resultados das pesquisas e dos seminários, além da melhora genética, amparada pelas Associações de produtores, de fomento e de viveiros, como o “Perfil do projeto de reflorestamento no sudoeste da Bahia. Nivel de Pré-viabilidade”, da Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento

Tecnológico e Científico FADTC, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em 2006, e posteriormente, em fase de construção, o Projeto executivo do “Perfil do projeto reflorestamento no Sudoeste da Bahia”.

Os viveiros representam fonte de pesquisa desses avanços, embora não tenham uma base de dados disponíveis sobre a disponibilidade de projetos e sobre a venda das mudas, bem como o atendimento aos eucaliptocultures. Assim, destacam-se três viveiros, em Vitória da Conquista: O Viveiros Florestal (desativado), que oferecia mudas no início dos projetos; o Viveiro da Aflore, responsável pelas mudas do fomento por Reposição Florestal e o Viveiro Tecoverde, que atende prioritariamente aos produtores independentes, apresentando avanços, na área de mudas selecionadas e clonais. A Tabela 39 mostra pesquisas, no campo da eucaliptocultura, que validam sete espécies, embora apresentem adaptações espaciais diferentes, consoante os aspectos físicos (solos, geomorfologia, clima), abordadas na parte sobre o Solo para o eucalipto.

TABELA 39 – Taxa de sobrevivência das espécies *Eucalyptus citriodora*; *E. tereticornis*; *E. urophylla*; *E. camaldulensis*; *E. robusta*; *E. urograndis* e *E. cloeziana*, três meses após o plantio.

Espécie	Sobrevivência (%)
<i>Eucalyptus camaldulensis</i>	94,20
<i>Eucalyptus tereticornis</i>	93,26
<i>Eucalyptus urophylla</i>	87,12
<i>Eucalyptus robusta</i>	85,49
<i>Eucalyptus urograndis</i>	83,29
<i>Eucalyptus cloeziana</i>	82,89
<i>Eucalyptus citriodora</i>	80,33

Fonte: Novaes *et al.* (2005).

No campo econômico, algumas pesquisas, em menor monta, têm sido feitas, sem o mesmo aprofundamento daquelas envolvendo aspectos fisiológicos e de adaptação das cultivares. Dentre elas, o levantamento feito por Flores *et al.*, (2010), em que aponta o Impacto ambiental e a demanda de lenha, em Vitória da Conquista, e por Xavier *et al.*, (2009), mostrando a demanda de reflorestamento, com o eucalipto como propulsor do desenvolvimento econômico e sustentável, sob a ótica da competitividade, em Vitória da Conquista.

Como resultado dos avanços da pesquisa e dos levantamentos do Trabalho de Campo, já como resultados da pesquisa da Tese, o Quadro 19 mostra a qualidade dos plantios do fomento florestal feitos pela ASIFLOR/Aflore, apontando que a qualidade do eucalipto varia

de ótimo, com 38,55%; e 50,60% bom, o que beneficia o mercado regional no quesito qualidade:

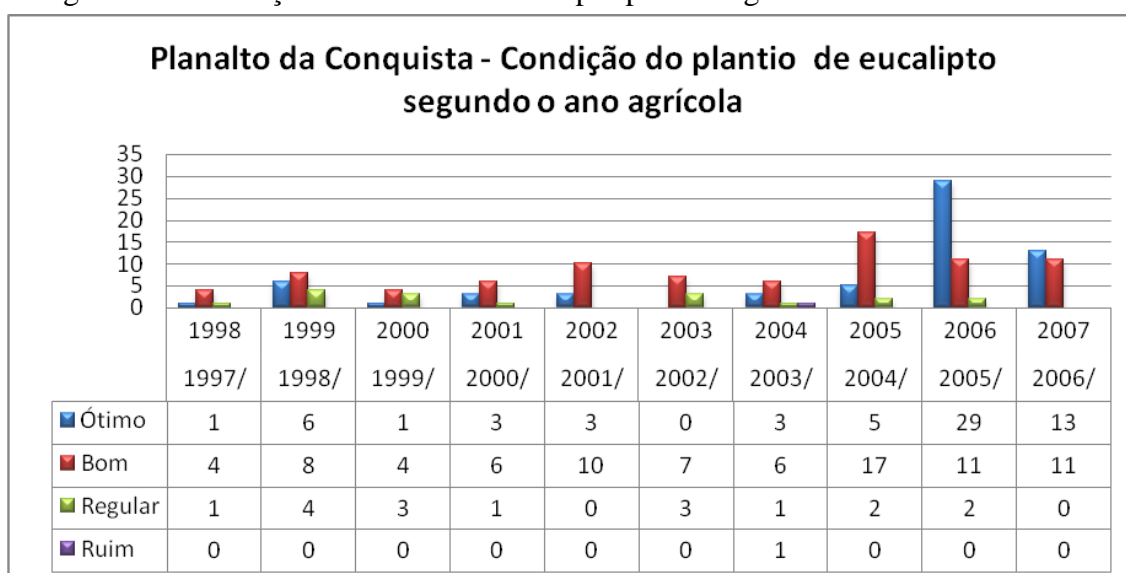
Quadro 19- Avanço nas condições dos plantios segundo a avaliação técnica

Condição do plantio	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	Total
Ótimo	1	6	1	3	3	0	3	5	29	13	64
Bom	4	8	4	6	10	7	6	17	11	11	84
Regular	1	4	3	1	0	3	1	2	2	0	17
Ruim	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	6	18	8	10	13	10	11	24	42	24	166
Localização por classe climática	Áreas Úmidas		Áreas úmidas e subúmidas			Áreas úmidas com déficit hídrico		Clonais e melhoramento genético - áreas úmidas e subúmidas			

Fonte: Relatórios de Acompanhamento dos Projetos – Asiflor. Trabalho de Campo.

A qualidade dos projetos melhorou a partir do ano agrícola 2004/2005, com os clones e com as melhorias no manejo, observando tempo de plantio, plantas selecionadas e plantio com gel. A Figura 43 mostra o gráfico de melhoria da qualidade do eucalipto, culminando com melhorias, nos anos agrícolas 2005/2006 e 2006/2007. O ano 2004/2005 foi prejudicado pela seca, na região, embora avanços na validação tecnológica apontassem mudanças no plantio de eucalipto:

Figura 43 – Condição do Plantio de eucalipto por ano agrícola



Fonte: Relatórios de acompanhamento dos Projetos – Asiflor. 1997/2007. Org Edvaldo Oliveira

Os dados apontam para o avanço da qualidade do eucalipto, o que pode significar a ampliação da área, com consequências na estrutura fundiária e com a dinamização do mercado de terras, como aconteceu de forma embrionária, entre 2004 e 2005.

6.6 Quem é o eucaliptocultor do Planalto – O absenteísmo e a expansão da eucaliptocultura

O modelo de implantação e a de posse da terra acabam por definir o eucaliptocultor em diversas regiões do País e do mundo. Na Bahia, os dois modelos adotados, no sul e no Planalto, diferenciam-se quanto ao princípio de financiamento da produção, seja pelo fomento, seja pelo caráter empresarial, seja pelo independente. Os dados coletados revelam que, na eucaliptocultura do Planalto, predomina o morador urbano como produtor caracterizado pelo absenteísmo.

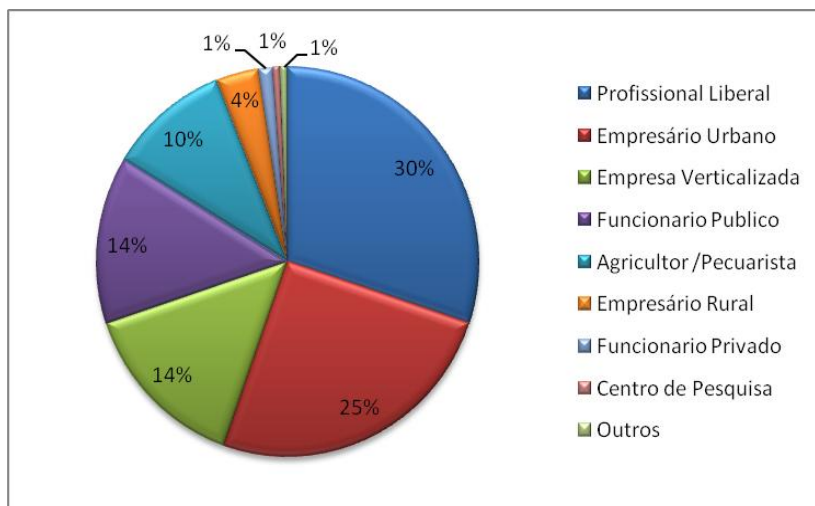
O absenteísmo é uma atividade antiga, na agricultura. Mazoyer, e Roudart e Veiga observam a existência desse modelo desde o período setecentista, chamado de *Landlord*, como aqueles que “cuidavam diretamente de seus domínios, usando assalariados agrícolas para trabalharem a terra sob a direção de capatazes e de intendentos [...] era frequentemente dividida entre exploração (“*manoir*”) e a cidade, onde investiam uma parte da renda em negócios imobiliários, em extração mineral, em negócios comerciais, em industriais e em bancários (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 382). Veiga lembra que “os *landlord* mais dinâmicos procuravam diversificar seus interesses, começando pela distinção entre os proprietários de terras puramente rurais e aqueles que também tinham investimento na indústria e no comércio”. (VEIGA, 2007 p 3). Josué de Castro (1959) fala do absenteísmo, na cultura da cacau, “como aqueles que eram negociantes e não agricultores” e que passavam longo tempo sem ir à propriedade, mantendo o controle e buscando os lucros.

Felizola Diniz tratou do absenteísmo, ao desenvolver trabalhos no município de Araras-SP, onde verificou o absenteísmo local, caracterizando-o como aquele que reside na cidade, com atividade no campo:

Mesmo no caso de grandes domínios, não se deve ter rigor na caracterização das relações com o absenteísmo, apesar de nossa tradição de grandes fazendas coloniais subexploradas. Algumas dessas em que o dono reside na cidade, apresentam melhor coeficiente de valorização, às vezes por injeção de capitais urbanos. Como conclusão, podemos dizer que, num mundo onde a comunicação representa um papel de destaque, a residência urbana de um agricultor pode até tornar o campo mais permeável às inovações. (DINIZ, 1984, p. 64) .

Na busca de identificação do eucaliptocultor, a aplicação dos questionários com os produtores independentes revelou que poucos são os proprietários rurais, moradores no campo, que se dedicaram ao plantio de eucalipto. Se o fizeram, não foi como necessidade de renda auxiliar, mas pela intenção de ter, na propriedade, reserva de madeira, pela ideia disseminada de uma “poupança verde”, e poucos pelo fomento florestal, na forma de bosque energético. Os dados apontados na Figura 44 mostram as categorias que plantaram eucalipto por fomento florestal, em Convênio com a ASIFLOR:

Figura 44- Identificação do eucaliptocultor fomentado quanto ao ramo de atividade



Fonte: Trabalho de campo

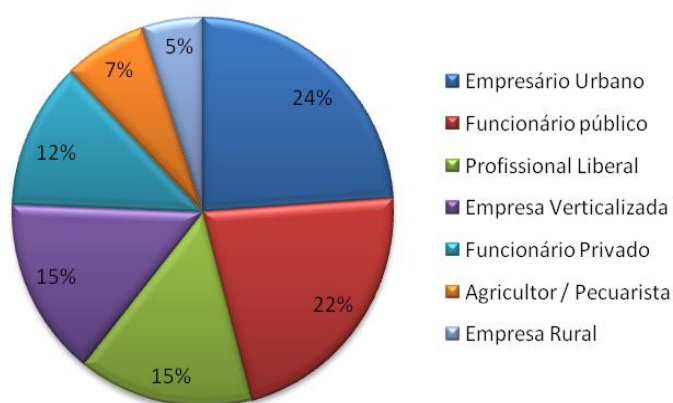
No caso dos agricultores que buscaram o plantio pela via do Fomento Florestal, predomina o empresário urbano que, seguido do profissional liberal (sem atividade comercial), constituem categorias que ocupam 55% dos estabelecimentos que obtiveram recursos para a Reposição Florestal. O grupo de funcionários – públicos e privados - soma

24%. O cômputo geral dos eucaliptocultores , sem vínculo direto com a terra, somam, entre profissionais liberais, funcionalismo público e privado, 79%, ficando apenas 10% para aqueles ligados à terra. Cabe ressaltar que as observações em campo indicam que essa categoria não tem o eucalipto como atividade principal, mas como aproveitamento de áreas degradadas ou ociosas da propriedade, bem como a facilidade do financiamento, sem retorno do Fomento pela Reposição Florestal.

Ao caracterizar a categoria do absenteísta, ela remete, no âmbito da pesquisa, apenas aos produtores de eucalipto, uma vez que o absenteísmo está muito presente junto aos pecuaristas e aos cafeicultores, além de pequenos fazendeiros e de sitiantes, o que demanda pesquisas mais específicas.

Em termos comparativos, os eucaliptocultores do Fomento Florestal assemelham-se com o produtor independente. A Figura 45 mostra que as categorias funcionalismo público e privado, empresário urbano e profissionais liberais dominam, com o percentual de 75%. A empresa rural e/ou verticalizada abrange apenas 20% das propriedades. Os proprietários rurais, com atividade na eucaliptocultura, somam 5% :

Figura 45 - Identificação do eucaliptocultor independente quanto ao ramo de atividade



Fonte: Trabalho de campo

O quadro geral permite inferir o alto grau de absenteísmo, nas propriedades, da ordem de 77 % , o que revela que o financiamento da agricultura, pela via do fomento, foi seletivo, embora alcançasse alguns poucos proprietários que, efetivamente, vivam da terra. Revela,

ainda, que o fato de o produtor de eucalipto ser majoritariamente habitante urbano é resultado da sobra de capital investido na atividade rural, seja para retorno na forma de lucro, seja pela cultura da posse da terra rural. A inserção dele, nessa atividade, e o pagamento de trabalhadores, acabam por classificá-lo como produtor rural, observando-se que o mesmo modelo se aplica ao produtor independente. No entanto, há que se considerar que pequenos produtores rurais, muitos deles agricultores familiares, fizeram plantio de eucalipto para consumo, cujo objeto carece de pesquisa mais detalhada.

As análises, doravante, separam-se em Produtores fomentados e em Produtores independentes. A síntese mostra o grau de absorção da ideia de plantar o eucalipto, após a cessação do fomento florestal, embora aqueles ainda possam “vender”, na forma de crédito florestal, para as siderúrgicas e para os guseiros. Nesse caso, a maioria prefere manter o eucalipto de forma independente, para oferta direta, no mercado.

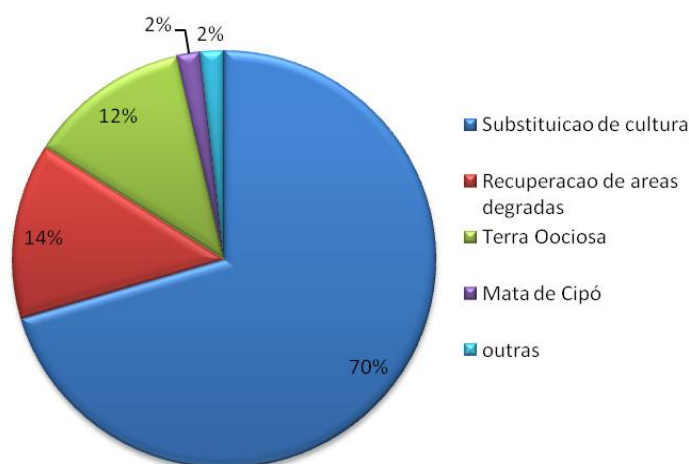
No campo das mudanças, na tipologia agrícola, comum nos grandes projetos, e particularmente, onde a eucaliptocultura em larga escala se fez presente, as mudanças na paisagem foram muito fortes, resultando em um novo ambiente, geralmente marcado pela igualização do espaço produzido, como é o caso do Planalto da Conquista

A condição para o fomento pela Reposição Florestal tinha/tem como requisito a posse da terra. Nesse sentido, os relatórios da Asiflor trazem poucas informações sobre a posse da terra, embora conste, a partir do ano agrícola de 1998/1999, como indicador do número de inscrição, no INCRA, número de Registro, livro e folha. A partir do Relatório de 2005/2006 é solicitado, além da inscrição no INCRA, o título da posse, não constatada nenhuma outra forma de registro, além da escritura pública de compra e venda. As informações colhidas no campo e ratificadas pelo produtor independente, muitos deles, fomentados, e do grau de absenteísmo apontado anteriormente, mostram que a posse da terra é o requisito básico para o empreendimento do eucalipto na propriedade, pela via do fomento.

Evoluindo de posse da terra, herdada de família tradicional, por muitos; de absenteístas, ou de produtores- rurais, em menor número, o uso da propriedade revela que a posse da terra é renda complementar ou constitui-se em formação da quarta renda.. Dessa forma, o quadro apontado na Figura 46 mostra os percentuais de uso da terra, em relação ao projeto de implantação da eucaliptocultura. A terra ociosa, característica dos absenteístas e dos que adquirem a terra como bem de capital, em detrimento da capacidade produtiva, compõe os 12% dos que ocuparam as terras com o eucalipto.

Embora o discurso predominante, nas políticas de expansão do monocultivo para a madeira, tenha sido o de recuperação das áreas degradadas que acompanham quase todos os projetos de expansão no mundo, esse também foi o modelo defendido e adotado no Brasil, evidenciado em programas como o Fiset e nos projetos para o Nordeste brasileiro. Pelo menos duas modalidades de áreas degradadas são pontuadas para a recuperação com eucalipto. A primeira, pode ser identificada como área de mineração, em que o movimento de terras provoca alterações na estrutura do solo. Essa política foi pouco utilizada, no Planalto da Conquista, pelo eucaliptocultor fomentado, somando apenas 12% do total das propriedades. O maior volume foi de substituição de culturas, com 70% , seguido das áreas de desmatamento, por supressão da vegetação original, conforme a Figura 46 uma vez que, por questões apontadas na Geografia Física do Planalto, com baixos índices pluviométricos concentrados e baixa capacidade hídrica, encontra-se na condição do subsolo e das águas superficiais, e o predomínio das pastagens, embora o volume de áreas degradadas seja grande, carecendo de estudos mais aprofundados.

Figura 46 - Alterações no uso da terra – pelo eucaliptocultor fomentado



Fonte: Trabalho de campo

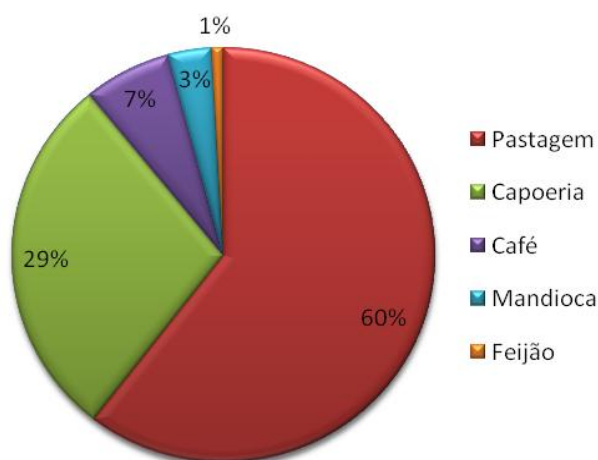
Como existe a necessidade de projeto para supressão da Mata de Cipó e das Matas Nativas, principalmente porque boa parte leste do Planalto está nos corredores da Mata Atlântica e a morosidade de licenciamento, por parte dos Órgãos do Governo, dificulta o processo legal de retirada da vegetação nativa. Isso ocorre com o produtor independente, como se verá adiante, uma vez que não tem contratos vinculados. Contudo, a maior parte das

mudanças, na produção do espaço e na territorialização do eucalipto por fomento, deu-se com a substituição de culturas.

As considerações sobre o solo e sobre o clima, no Planalto, e a fragilidade de sustentação da floresta semidecidual – a Mata de Cipó – anotadas nos trabalhos de São José e Novaes, (1992); Falcão, (2005) e Soares Filho, (2000), revelam tal fragilidade, uma vez que sua sustentação se dá, apesar das chuvas escassas, pelo aparecimento de névoas úmidas, principalmente na borda leste do Planalto. Dutra Neto, (1977), refere-se à baixa qualidade dos solos, que leva à degradação da pastagem ali implantada, no momento pós-floresta. O quadro descrito é agravado pela formação de terracetes, com o pisoteio do gado e a instabilidade climática, com períodos longos de seca, elevando a quantidade de solos degradados. Outro fator agravante é a formação natural de capoeiras nas faixas de transição ou por interferência humana, pós-derrubada-queimada, ficando a terra sem cultivo, o que se chama de terras ociosas. Desse quadro, pôde-se extrair dos levantamentos dos relatórios da ASIFLOR e do Trabalho de Campo, ainda que não se considere uma mudança na tipologia agrícola com o eucalipto, alterações na paisagem.

A Figura 46, ao apontar que 70% das alterações no uso da terra pelo fomento florestal remete à substituição de culturas, corrobora com os dados da Figura 47, que demonstra que os projetos vieram substituir as pastagens em 60%, seguidas de 7% e de 3%, respectivamente, das culturas de café e de mandioca, apontadas como instáveis, na região:

Figura 47 – Substituição de culturas pelo eucaliptocultor fomentado



Fonte: Trabalho de campo

Os baixos preços dos produtos finais e o alto custeio têm sido a causa da substituição das culturas, embora iniciativas de melhorias tanto para o café, quanto para a monocultura tenham sido efetivadas, como a criação da Cooperativa Mista Agropecuária de Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia (COOPASUB), que opera com pequenos produtores, comercializando diversos produtos, com ênfase na mandiocultura. A recuperação do preço do café, no mercado internacional, ainda que sujeito às oscilações costumeiras, cultura típica dos absenteístas, altera, por vezes, o quadro econômico da economia agrícola, na região, mas que, em situações de crise, acaba cedendo espaço para cultura de longo prazo.

De toda sorte, o papel da eucaliptocultura, implantada nos dez anos agrícolas – 1996-1997/2006-2007-, foi fundamental para a expansão da eucaliptocultura, embora registre baixa ocupação em todo o Planalto, salvos os casos em que as grandes empresas, como a MetalSider e a G5/CBF, incorporaram plantios fomentados, na última fase do plantio. Abriram-se espaços para novas políticas de expansão, efetivadas pelos produtores indentedntes, como a elaboração de projetos, a criação de viveiros e a oferta de mudas e elaboração de projetos particulares. Além disso, pequenas empresas, verticalizadas ou não, aparecem no mercado regional, como a VAS Patrimonial, a Lyptus Agropecuária e a Ouriçanga Florestal.

6.7 O eucaliptocultor independente do Planalto

A categoria eucaliptocultor independente revela a face maior do absentismo e da aquisição de terras para o eucalipto, uma vez que remete aos proprietários e a umas poucas empresas que, disponibilizando de sobras de capitais, executaram o plantio.

Os dados levantados pela imagem de satélite, Pesquisa de Campo e plotagem de fazendas sobre o mapa base, mostram 208 plantios, o que não significa o total de propriedades, uma vez que algumas delas podem ter mais de um plantio. Nessa perspectiva, foram aplicados, em campo, 41 questionários com variáveis que contemplassem: localização, estrutura fundiária, estrutura produtiva, indicadores de modernização, estrutura física, condições da propriedade, financiamento, licenciamento, estrutura ambiental, mercado de madeira, geração de emprego. Para as análises com ênfase mais qualitativa da Tese, foram observados os itens: estrutura física, condições da propriedade, financiamento, licenciamento, estrutura ambiental, mercado de madeira e geração de emprego.

Diferente do fomento por Reposição Florestal, os produtores independentes estão presentes em todos os municípios do Planalto. A concentração, como no fomento florestal, dá-se, em maior percentual, nos municípios de Vitória da Conquista, seguido de Encruzilhada, refletindo os altos percentuais do Fomento, conforme a Tabela 40. Aparecem, com percentuais médios, Poções e Cândido Sales, com índices entre 10 e 13%, e o município de Planalto, com 9,6%. Os demais municípios possuem cultivos baixos, variando entre 1 a 3,8%.

Tabela 40 - Planalto da Conquista: Percentual de eucalipto por município - 2009 – Produtor Independente

Município	Propriedades	%
Belo Campo	8	3,8
Anagé	4	1,9
Barra do Choça	8	3,8
Cândido Sales	24	11,5
Cordeiros	7	3,4
Encruzilhada	39	18,8
Piripá	2	1,0
Planalto	20	9,6
Poções	28	13,5
Ribeirão do Largo	5	2,4
Tremedal	11	5,3
Vitória da Conquista	52	25,0
Total	208	100,0

Fonte: Imagem de Satélite 2009/Trabalho de Campo

A preocupação com os plantios até 100 hectares, predominantes no Planalto da Conquista e que fundamentam a discussão sobre o envolvimento das propriedades da agricultura familiar, bem como a manutenção da pequena propriedade, nessa faixa, e a possibilidade da facilidade dos licenciamentos pelos municípios, revelam que ali se concentra a maior parte dos plantios independentes. O Quadro 20 mostra essa realidade, uma vez que 76% dos cultivos independentes estão no intervalo de 1 a 100 hectares. Esse indicativo aponta para a presença da pequena produção, se comparado com o sul do Estado e com outras regiões, onde a expansão do eucalipto se fez de forma contínua e em grandes espaços:

Quadro 20 - Planalto da Conquista: cultivo de eucalipto por produtores independentes segundo os intervalos de classe (ha)

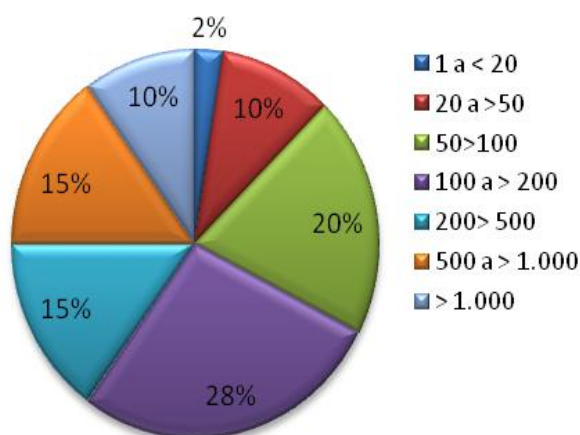
Ha	1 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	100 a 200	200 a 500	500 a 800	Total
	32	32	59	36	28	13	8	208
%	76				13,46	6,2	3,8	100

Fonte: Imagem de Satélite 2009/Trabalho de Campo

A base da análise da Tese buscou avaliar, junto aos produtores independentes, o grau de participação na expansão da cultura do eucalipto considerando, em primeiro plano, os intervalos de classe das propriedades, mostrados no gráfico da Figura 48. Observa-se que há uma dispersão das propriedades, nas classes intermediárias e na baixa concentração, nos extremos. Significa que houve distribuição dos plantios de eucalipto nos intervalos, com propriedades de até 100 hectares.

No plano da preocupação do impacto na estrutura agrária, referente à agricultura familiar do Planalto, observando os módulos fiscais da Tabela 28, é possível vislumbrar que, para os municípios de Cordeiros, de Belo Campo, de Tremedal e de Piripá, com módulos rurais de 50 e 65 hectares, somando área superior a 200 hectares, os percentuais aumentam para 60%. Contudo, esses Municípios apresentam indicadores baixos de plantio tanto de eucalipto fomentado quanto de produtores independentes. Nesse caso, o impacto será menor nesse intervalo. Os demais Municípios, com módulo rural de 35 hectares, com área para a agricultura familiar de 140 hectares, podem sofrer impactos maiores e são os que apresentam maiores plantios:

Figura 48 – Padrão fundiário das propriedades - eucaliptocultor Independente

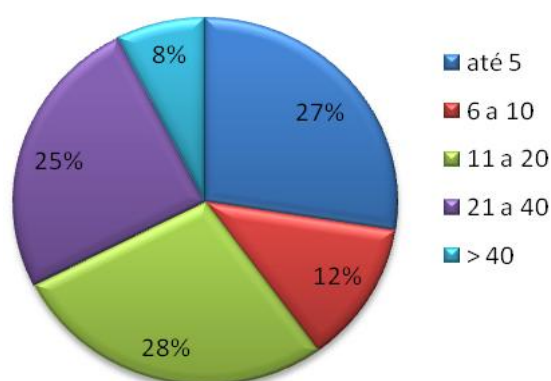


Fonte: Trabalho de campo

As preocupações advindas do percentual de 25% de propriedades acima de 500 hectares, ultrapassando as propriedades de 1.00 hectares, são minimizadas, uma vez que o quadro de dados da Tabela 29 (dados do Cafir) e do Censo 2006, apontam a concentração de propriedades de até 100 hectares com 91,77% do total. Em termos de produção do espaço e de igualização da paisagem, as preocupações maiores vão para o município de Encruzilhada, que apresenta maior percentual de plantio independente, em relação ao território do Município. Convém lembrar que o município de Vitória da Conquista, que apresenta indicador e ocupação independente, tem também módulo fiscal menor que Encruzilhada e maior faixa territorial.

O tempo de posse da terra constitui uma variável importante, pois marca a relação entre o início da eucaliptocultura e a posse da terra, o que pode significar o agrupamento de propriedades, tomando o caminho inverso à fragmentação desta. O avanço do eucalipto se dá efetivamente a partir de 1997, com o fomento para a reposição Florestal. Com recorte temporal de quatorze anos (até 2011) e, tomando o recorte de análise até dez anos, para a compra e para a venda da terra nesse intervalo, chega-se a 39%, conforme se vê na Figura 49. Isso não significa que a propriedade foi adquirida somente para o eucalipto, uma vez que as análises posteriores mostram que outras culturas fazem parte da propriedade:

Figura 49– Tempo de posse da terra pelo eucaliptocultor independente



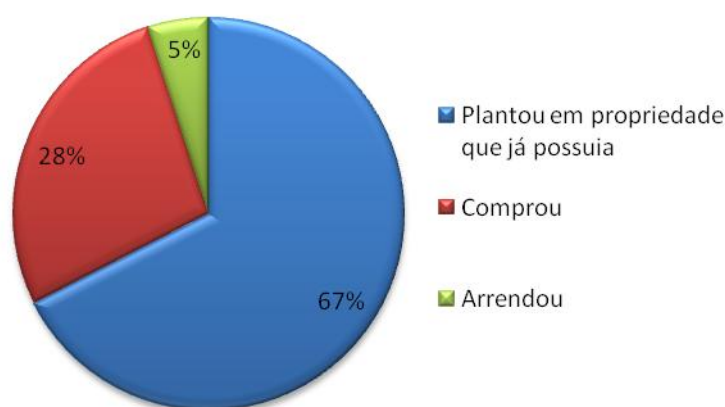
Fonte: Trabalho de campo

O alto percentual de propriedade, entre 11 e acima de 40 anos, chegando a 61%, mostra o envolvimento do proprietário com maior tempo de posse da terra, portanto, anterior

à consolidação da eucaliptocultura. Esse fato é observado no caso do eucalipto fomentado. Indica, também, a presença dos proprietários tradicionais, dos comerciantes e dos profissionais liberais que formam os absenteístas produtores.

A terceira variável, no tocante à estrutura fundiária do produtor independente, remete ao negócio da terra, na região. Observando os percentuais do padrão fundiário, na Figura 49, e cruzando os dados com os da Figura 50, conclui-se que eles se aproximam do percentual dos que adquiriram terras para o eucalipto, da ordem de 27% contra 39% dos que possuem a terra há menos tempo. Os dados revelam que 65% dos eucaliptocultores independentes já possuíam terra, quando começaram a plantar, e que apenas 8% buscaram arrendamento.

Figura 50 – Situação da posse da terra para o plantio pelo eucaliptocultor independente

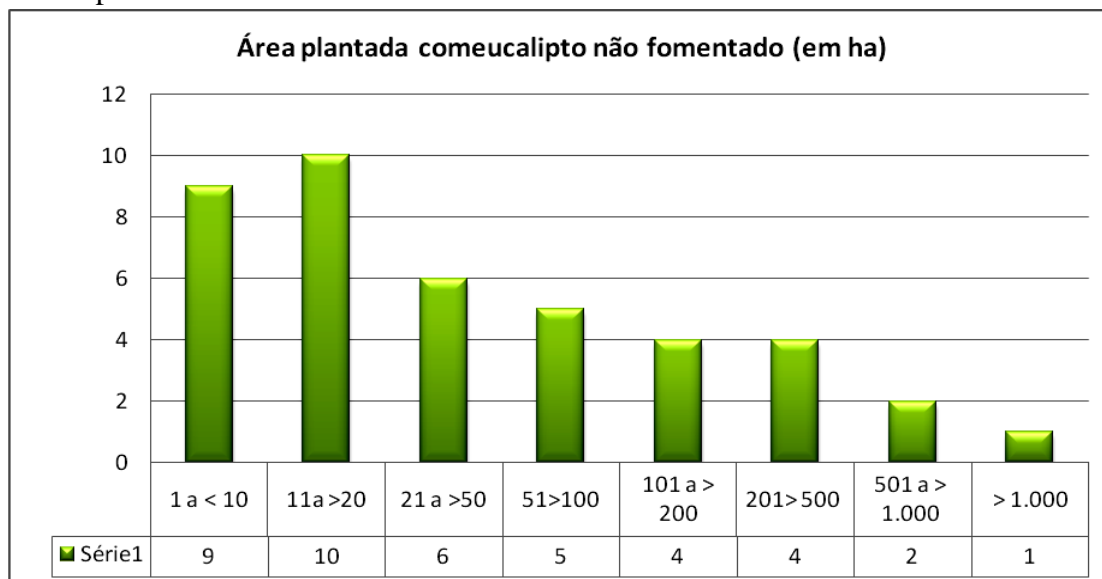


Fonte: Trabalho de campo

O arrendamento não é comum, na região, principalmente para culturas de longo prazo. A prática, na região, é de transumância, com aluguel de “mangas” para alimentar o gado no período seco, retornando no período chuvoso.

Diante dos dados obtidos para verificar o padrão fundiário, pode-se observar o volume de plantios, segundo os intervalos de classes por propriedades. Os maiores volumes podem ser vistos no gráfico da Figura 51, no qual são apresentados os valores absolutos e cada intervalo. Consoante as observações dos intervalos, envolvendo 100 hectares (para os licenciamentos municipais), o índice é de 73,17% e até 200 hectares, (9,71%), somando 82,92%. Tal como no fomento, os indicadores apontam o maior volume em pequenas propriedades:

Figura 51 – Área plantada pelo eucaliptocultor independente em intervalos de classe por hectare

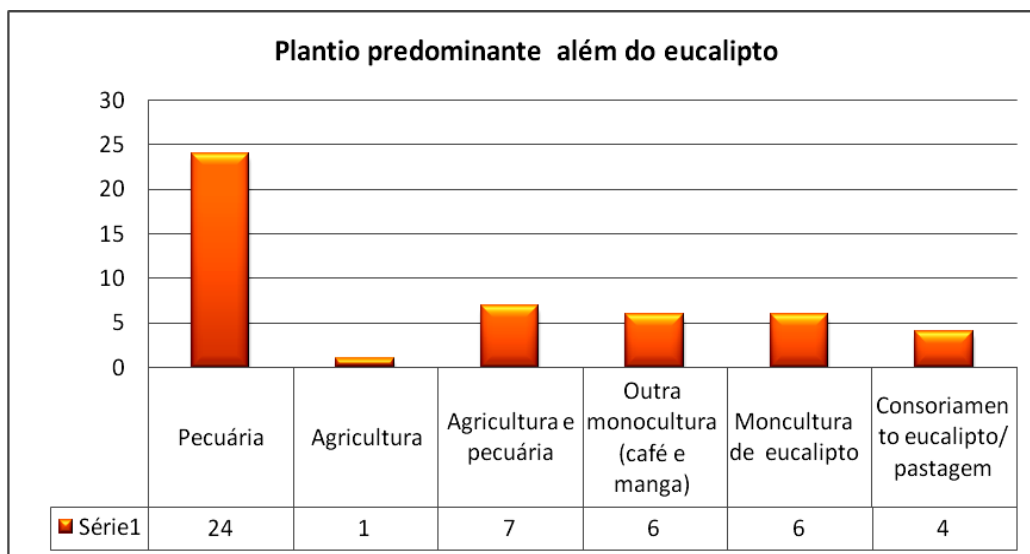


Fonte: Trabalho de campo

O quadro acima aponta para a dispersão dos plantios, contrariando o modelo em outros territórios, onde se deu de forma contínua e em grandes volumes. O modelo adotado no Planalto, embora apresente baixo índice de consorciamento de outras culturas com o eucalipto, princípio defendido pela agrosilvicultura, aponta para a cultura isolada. Experimentos, anotados em campo, mostram dificuldades nessa modalidade, sobretudo na área subúmida, onde a competição do eucalipto com plantações menores e de ciclo curto mostra-se ineficiente, o que revela dificuldades de aplicação de projetos agrosilvopastoris e agrosilvoculturais. Nas áreas mais úmidas, como no município de Cordeiros, pode-se verificar o consorciamento. Nesse caso, o problema reside no preço da terra para quem compra para a eucaliptocultura, assim como para os produtores que dispõem de terras de melhor qualidade, para uma cultura de ciclo longo. Contudo, a observação feita em campo mostra que esse é um projeto embrionário, na região.

Dos dados levantados sobre o predomínio das culturas nas propriedades, além do eucalipto, a Figura 52 aponta para o predomínio da pecuária, somando 58,5%. Dado relevante, geralmente vinculado à grande empresa ou a propriedades verticalizadas (com siderúrgica, indústria química e de móveis). Apenas 14,63% apresentam somente plantios de eucalipto, na propriedade, revelando a típica monocultura:

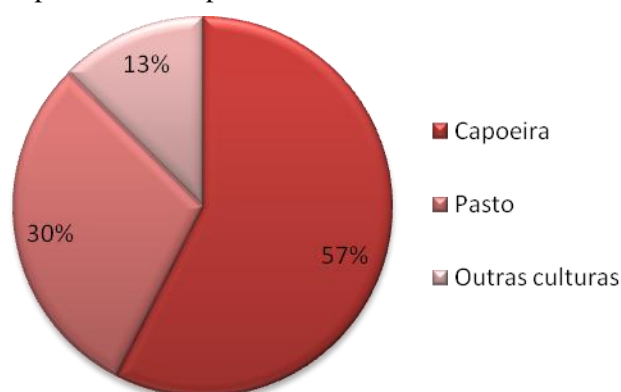
Figura 52 – Outros tipos de cultivos além do eucalipto feitos pelo eucaliptocultor independente



Fonte: Trabalho de campo

Embora, historicamente, as pastagens no Planalto territorializaram-se como cultura predominante, face ao modelo de derrubada-queimada da Mata de Cipó, tanto para a produção de carvão, quanto como matriz energética, dados de substituição das culturas, revelados no gráfico da Figura 53, apontam para a substituição de pelo menos 1/3 das pastagens. Esse percentual pode ser maior, uma vez que boa parte das capoeiras são também pastagens. Isso se dá pela descrição local de capoeira, termo utilizado, geralmente, como restos de pastagens em áreas degradadas, em fase de resiliência, e de outros tipos de vegetação que, em fase de crescimento, são abortados pelo curto período de chuvas e da baixa capacidade hídrica, os quais inibem o desenvolvimento do porte da vegetação primitiva, degradando o solo.

Figura 53 – Substituição dos domínios predominantes pelo eucaliptocultor independente



Fonte: Trabalho de campo

As culturas indefinidas, que somam o maior percentual, aparecem, a rigor, pelo desconhecimento do produtor, representado pela figura do absenteísta. Geralmente é um misto de pastagem degradada, de culturas abandonadas como o café, como as leguminosas e como a própria capoeira rala, com boa parte de capim, geralmente destinado à pecuária extensiva, com baixo volume de animais ou para a criação de ovinos e de caprinos. Tais culturas são predominantes do centro para a borda oeste do Planalto. Nesse sentido, os questionamentos acerca das condições da propriedade em que se implantou o eucalipto foram consideradas, uma vez que o discurso das áreas degradadas é muito forte, nos projetos e nas políticas de expansão do eucalipto.

Tal discurso remete ao processo de compra da terra, embora, para a eucaliptocultura, nem toda terra degradada tenha capacidade de plantio, por maior que seja o seu potencial de resistência a solos fracos e à baixa umidade. Dessa forma, o evento da eucaliptocultura, que requer acompanhamento e qualidade, como a fomentada e para a Reposição Florestal, não foi implantado na expansão do eucalipto por produtores independentes.

Pode-se verificar ,nos trabalhos de campo, que o percentual de uso de terras degradadas foi inferior a 1/3 das propriedades, com plantio independente, o que, nesse caso, revela uma política de uso de áreas já suprimidas ou que demandam supressão da vegetação, conforme a Lei 4774/76, totalizando a ocupação por eucaliptocultores independentes, em 30% de áreas degradadas e 70% de áreas não degradadas. Nesse sentido, observou-se que a demora dos licenciamentos tem induzido alguns produtores à derrubada-queimada e ao aproveitamento da vegetação nativa para a venda, sem controle dos órgãos fiscalizadores.

O conceito de terra degradada é passível de discussão. Ahrens chama de terras degradadas ou terras marginais àquelas inadequadas para a prática agrícola. Para o autor, convencionou-se, no setor rural, que, “após não ter sido possível praticar a horticultura, produção de grãos (soja, trigo, milho etc.), pecuária de leite e de corte, enfim, após não ser possível identificar nenhuma outra utilidade para uma determinada área, tem-se, então, que aquela é uma área com “vocação florestal” (AHRENS, 2000. p. 223). Para Carvalho, “considera-se área degradada aquela que, após distúrbio, teve eliminados os seus meios de regenera o natural, apresentando baixa resiliência. Em contraste,   considerada área perturbada a que sofreu distúrbio, mas manteve meios de regenera o biológica (CARVALHO, 2000, p. 251). Segundo o autor, essas áreas mostram-se impróprias para a

agricultura e para a pecuária, mas podem prestar para a silvicultura, se o plantio das árvores for possível e, muitas vezes, recomendável (CARVALHO, 2000, p. 251).

Pode-se verificar, nos trabalhos de Oliveira e Costa 2010, que, no Planalto, o modelo de utilização das áreas degradadas não foi unânime. A Figura 54 mostra a tomada de áreas de Mata de Cipó, pelo eucalipto, no Distrito de Cercadinho, sul de Vitória da Conquista, onde a grande empresa (G5/CBF) implantou um grande projeto de eucaliptocultura, tanto fomentado, quanto independente.

Figura 54 – Desmatamento da Mata de Cipó no destino de Cercadinho. Vitória da Conquista -BA



1-Situação em 2000
Vegetação nativa



2- Situação em 2004
Área desmatada

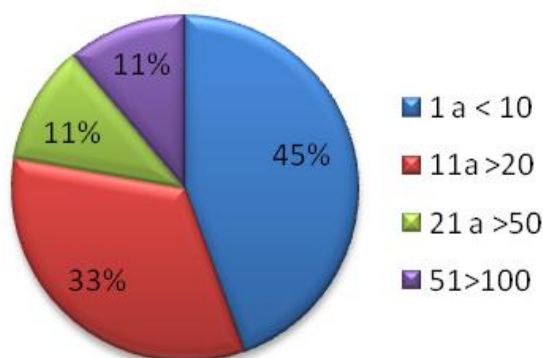


3- Situação em 2009
Plantio de eucalipto

Fonte: Oliveira e Costa, 2010 (Imagens de satélites - 1 e 2 TM Landsat 7; 3 Cbers 2B)

No plano de uso da terra, os indicadores da Figura 55 mostram que os plantios menores foram os que mais absorveram áreas degradadas entre os eucaliptocultores independentes. “A rigor, era aquele “pedaço de terra cujo solo nu ou com pastagem e com capoeira marginalizada na propriedade, que serviu para o plantio. Considerando que a média de plantio dos produtores independentes é de 76% até 50 hectares, esses foram os que mais utilizaram áreas degradadas ou ociosas, chegando a 89% .

Figura 55 – Uso das áreas degradadas pelo eucaliptocultor independente



Fonte: Trabalho de campo

Se o fomento para Reposição florestal financia a produção, através da Associação de Fomento, que acompanha a evolução do eucalipto até a oferta ao mercado, sem ônus para o proprietário, grandes projetos, como os do sul do Estado, recebem altos investimentos do Governo e de bancos oficiais. O financiamento do plantio pelo produtor independente, via de regra o absenteísta, é feito com sobra de capitais. Embora as carteiras dos bancos oficiais e privados ofereçam créditos para a produção de madeira, as dificuldades de obtenção, sobretudo do pequeno produtor, esbarram em muitas dificuldades. Em consulta aos Bancos, durante a pesquisa, foram apontados problemas para o financiamento como o fato de ser uma cultura de ciclo longo, uma atividade de risco, sem mercado definido, entre outros, além da exigência de licenciamentos e de eliminação de risco, o que torna o projeto caro, pouco exequível.

Embora programas como o ProFlora do Bradesco apontem para o financiamento de “florestas” destinado à cadeia produtiva da madeira, nenhum financiamento foi feito na região, preferindo o financiamento da pecuária e de investimentos de curto prazo. O Banco do Brasil, ainda que ofereça, na carteira agrícola, produtos semelhantes, não fez nenhum

financiamento para o eucalipto. Dos levantamentos feitos em campo, apenas no Banco do Nordeste foram identificados dois financiamentos.

Na carteira da agricultura familiar, na qual aparece o Pronaf Florestal, para agricultores familiares, enquadrados no PRONAF, exceto o Grupo “B”, para sistemas agroflorestais com financiamento em até sete mil reais, não foi encontrado nenhum financiamento. O direcionamento é feito para o Pronaf Eco, que financia a silvicultura. Assim, os produtores independentes, mesmo nos casos de produtores de pequenas áreas e, mais especificamente, nos casos em que as associações de produtores, que plantaram eucalipto, preferiram o recurso próprio. Caso emblemático foi observado no Assentamento Tigre, onde a comunidade, de modo particular, fazia suas próprias mudas. Nessa propriedade, de cerca de 140 hectares, com 30 assentados, o plantio objetivava o consumo interno, resguardando a área de Mata de Cipó, que fica na borda da caatinga. A sequência apresentada na Figura 56 mostra o eucalipto e o processo de produção das mudas:

Figura 56- Assentamento Tigre: em primeiro plano a produção de mudas, vista do Assentamento e o eucalipto.

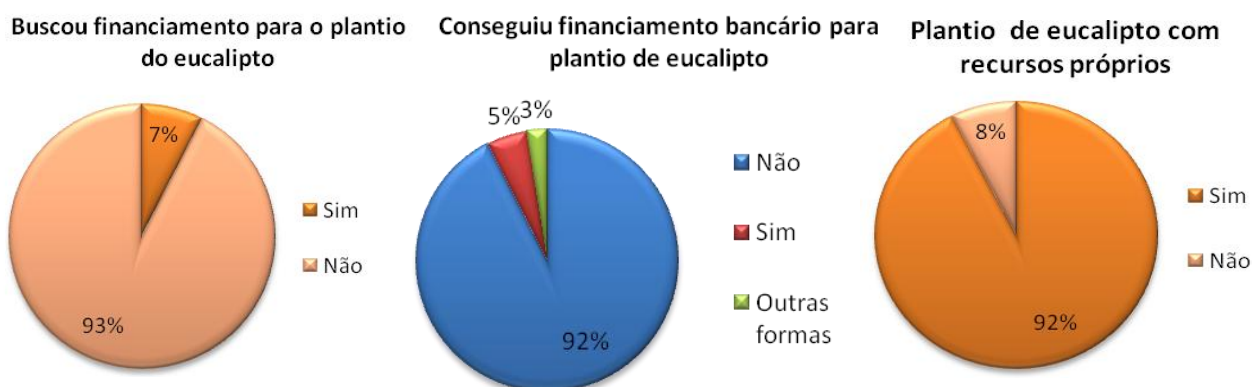


Fonte: Trabalho de campo. 2011. Fotos: Edvaldo Oliveira

As dificuldades de garantia da produção do eucalipto para os Bancos foram discutidas no III Fórum de Fomento Florestal, em junho de 2011, em Belo Horizonte, quando propuseram o Seguro para os plantios, como garantia de financiamento, pelos Bancos. No caso do Planalto da Conquista, embora os indicadores de financiamento bancário para a eucaliptocultura independente tenham sido mínimos, a sequência mostrada na Figura 57

apresenta o quadro de financiamento na região. Composto de profissionais liberais, de funcionários públicos e de empresários, na sua maioria, mesmo disponibilizando capitais próprios, a busca por financiamento para o custeio da plantação resumiu-se em apenas 7%, o que não significou resultado positivo. As dificuldades impostas pelos Bancos, descritas acima, apontam para o resultado mínimo de 5%, com garantia de financiamento. Os plantio feitos com financiamento estão em fase de corte, o que significa uma tentativa de financiamento entre sete e oito anos, resultando na política de plantio com recursos próprios, somando 92%. Outras formas, identificadas como pequenos empréstimos pessoais, foram adotadas, muito mais para gestão própria de que propriamente para o financiamento do eucalipto:

Figura 57 – Condições de financiamento para o eucalipto - eucaliptocultor independente



Fonte: Trabalho de campo

Nesse sentido, observa-se a desigualdade na distribuição de recursos públicos, como do BNDES, comum nos projetos do Sul e, mais recentemente, na expansão dos plantios da Veracel, bem como a ausência do grande projeto de financiamento, ocorrido nos processos de implantação de outros territórios. As avaliações, no entanto, remetem ao fato de que, se o grande projeto e o financiamento bancário forem positivos ou negativos ao pequeno proprietário, ou se, de fato, a reversibilidade do financiamento público para a silvicultura chegará a eles.

Se um dos requisitos para o financiamento é o licenciamento para o plantio, já que, na colheita do eucalipto, é exigido o Plano de Corte para a venda, sujeito à fiscalização, no deslocamento, o produtor será prejudicado, sujeitando-se à venda de forma clandestina,

assim como efetuou o plantio. O quadro aqui não é diferente. As dificuldades de licenciamento levaram a discussões, nos fóruns regionais, sem resultados positivos. Chega-se ao prazo de três anos para conseguir finalizar o licenciamento para o plantio de eucalipto. A descentralização do governo para as sedes regionais de prepostos da Secretaria de Meio Ambiente, e dos Institutos com indicativo de licenciar, trazem dificuldades para sua efetivação. Em março de 2012, após a criação da Associação dos Silvicultores (ASSOSIL), entidade que representa os eucaliptocultores, no Território do Planalto da Conquista, solicitou-se audiência pública na Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, com representantes do INEMA e do IBAMA, para discutirem a liberação dos licenciamentos. Na oportunidade, encaminharam carta ao Governador solicitando:

1. Autonomia do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (INEMA), na cidade de Vitória da Conquista.
2. Treinamentos e Contratações de Técnicos do INEMA – BA.
3. Simplificação e padronização nos processos licenciatórios.
4. Atendimento ao Produtor Rural pelos técnicos do INEMA – BA.
5. Ratificação, pelo INEMA – BA, do Inventário Florestal, realizado pelo técnico habilitado, apresentado pelo produtor Rural.
6. Responsabilização dos técnicos INEMA- BA pelos seus atos discricionários.
7. Cumprimento do prazo de Lei para o Licenciamento Ambiental (WEBSITE ASSOSIL, março de 2012) .

A descentralização para os municípios torna-se difícil, uma vez que os processos de licenciamento sequer têm estrutura adequada e pessoal suficiente. No Planalto, apenas o município de Vitória da Conquista celebrou Convênio para a descentralização, com limite de área a ser licenciada de 100 hectares. As dificuldades de licenciamento, junto ao Governo do Estado, levaram muitos produtores a fragmentarem as propriedades ou os projetos, em frações de 100 hectares, para ampliarem o plantio, evitando fiscalizações futuras. As maiores dificuldades referem-se aos plantios que demandam supressão de vegetação. Nos demais casos, respeitados os dispositivos do Código Florestal, o Município facilita o licenciamento.

Alguns municípios, além de Vitória da Conquista, mesmo sem autorização para o licenciamento, obtiveram o reconhecimento para plantio, através de documentos precários. Há que se considerar que, mesmo em município conveniado, como Vitória da Conquista, é feito processo semelhante junto ao órgão do Estado, o que implica dois processos dificultando o plantio pela via legal. A crítica aos licenciamentos descentralizados

se dá em razão de o Município fazer apenas o licenciamento para o plantio, sem competência para licenciar o corte e emitir o DOF – Documento de Origem Florestal, para o deslocamento, seja de lenha, seja de carvão.

A sequência de gráficos, apresentada na Figura 58, mostra o quadro do licenciamento para o eucaliptocultor independente. Questionados se buscaram licenciamento para o plantio, o resultado aponta que 80% dos entrevistados não o fizeram:

Figura 58 – Condições do licenciamento - eucaliptocultor independente



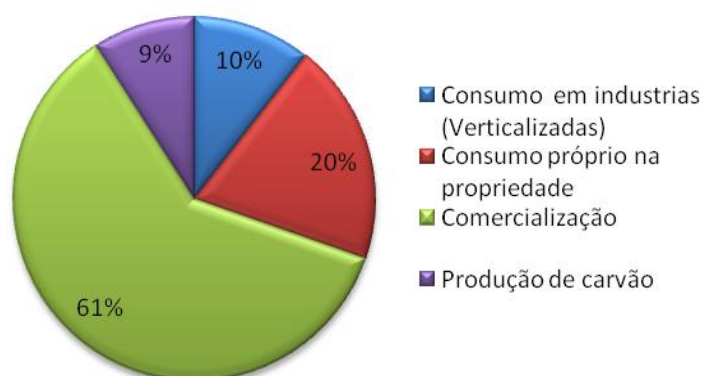
Fonte: Trabalho de campo

Os argumentos para não buscarem o licenciamento, dão conta de que as dificuldades apresentadas em outros plantios, a ausência de um controle e o baixo volume de área para o plantio, não os animaram a fazê-los. Os 20% que buscaram o licenciamento, prevendo o “plano de corte” e as possíveis dificuldades de colocação no mercado, não sabiam claramente a que governo se dirigir. Destes, 94% declararam ter tido dificuldades de licenciamento para o plantio.

Muitos eucaliptocultores, levados pela “febre” do eucalipto, plantaram sem perspectiva de mercado, apenas como “poupança verde”, sem perspectiva de mercado futuro. Assim, muitos ficaram alheios ao mercado, seja de carvão, seja da madeira “em pé” ou serrada. Do total dos produtores independentes questionados, 10% destinam o plantio para o próprio negócio. Só recentemente, com a indústria da construção civil, em expansão, com a indústria de móveis e com a chegadas das serrarias, o mercado, ainda que em fase de estruturação, começou a absorver o eucalipto da região, antes dedicado à produção de carvão.

Os dados apontados, na Figura 59, mostram o destino da produção regional, com ênfase na simples comercialização, em sua maioria, seguida do consumo nas indústrias, geralmente de cerâmica, nas padarias, nas indústrias químicas que fazem o plantio na forma de verticalização, comum nos grandes projetos, como no Sul da Bahia, através das grandes empresas de papel e de celulose. Diante das dificuldades de madeira para consumo na propriedade, na forma de cercamentos e de mourões, parte da colheita, cerca de 20% , é destinada para consumo, na propriedade:

Figura 59 – Finalidade do plantio de eucalipto - eucaliptocultor independente



Fonte: Trabalho de campo

Segundo os dados levantados, 20% que prevêm consumo na propriedade, na forma de lenha, geralmente instalando indústria, o que não significa que não comprem produtos em outras localidades. A consolidação de um mercado regional tem sido discutida e já se observa a formação do consumo, através de serrarias, conforme demonstrado na Figura 60, que ilustra a implantação de serrarias próximas aos plantios de eucalipto e ao Distrito Industrial dos Imborés:

Figura 60 – Sequeência de serrarias implantadas em Vitória da Conquista. 1- localidade de 2 distrito de São Sebastião 3 Distrito Industrial dos Imborés.



Fonte: Trabalho de campo. Fotos: Edvaldo Oliveira -.2011

O forte da eucaliptocultura regional que, no passado, era o carvão, a partir do desmatamento da Mata de Cipó, mostra-se reduzido a apenas 9%, em todo o território do Planalto, começando a ser substituído pelo eucalipto. Outras fontes apontam 5 e 3% da mata original. O mercado de carvão, bastante instável, tem levado o produtor à comercialização em toras ora em m³ (MDC), ora em estéreo (ST)³¹. No entanto, a comercialização da madeira ainda é um problema para o eucaliptocultor, diante das dificuldades legais para o corte, fazendo com que já importe madeira do sul do Estado. O mercado promissor cria expectativas sobre a ampliação dos projetos e dos plantios de eucalipto, no Planalto e, como aconteceu no sul do Estado, com ênfase mais ambiental que agrária. A Figura 61 mostra o processo de carvoejamento, na localidade de Cercadinho, no sul de Vitória da Conquista:

³¹ O INMETRO, através da Portaria nº 130/99, proibirá o uso da unidade de medida denominada “estéreo” para comercialização de madeira roliça. O prazo foi até 2010.

O INMETRO, todavia, aponta dificuldades, dada a cultura desde os tempos do império e à facilidade de medição. Basta uma vara graduada ou uma trena para se medir pilhas de madeira. Essa é, não só a tradicional forma de comercialização de madeira roliça, como também do pagamento do trabalho de colheita florestal, no campo

Figura 61- Processo de carvoejamento – Cercadinho – Ao fundo a Mata de Cipó.

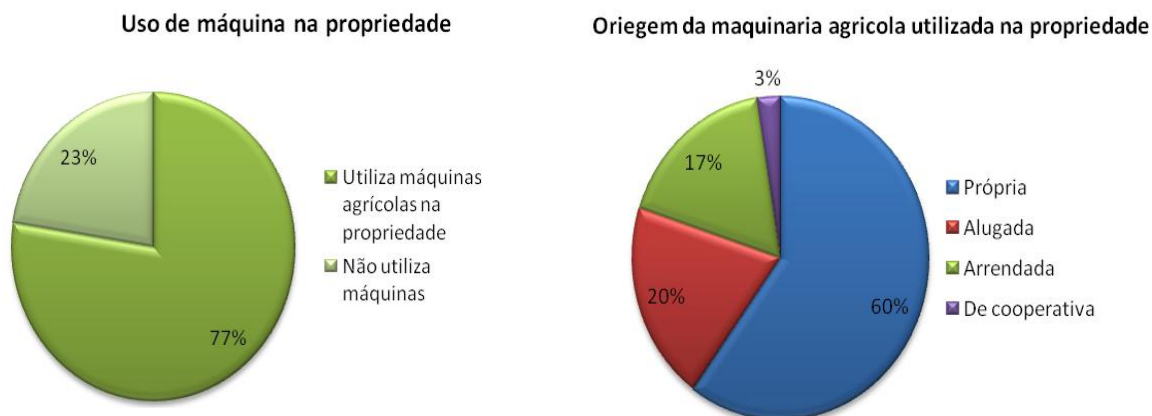


Fonte: Trabalho de campo. Fotos: Edvaldo Oliveira -.2011

Os questionamentos que medem o grau de modernização vêm como destaque nas análises sobre a eucaliptocultura, no território do Planalto, uma vez que, próprio das monoculturas, admite-se a modernização do campo. Embora o consumo de agrotóxicos seja comum no início do plantio, não houve nenhuma negação ao uso de formicida, indispensável na fase inicial. A novidade tecnológica tem sido o uso de gel para o plantio de espécies clonais, mesmo porque a eucaliptocultura é considerada uma cultura simples e de baixo custo de manutenção. Os maiores investimentos dão-se no início e na manutenção do plantio, entre um ano e meio a dois anos, sem muito custo. Nesse sentido, o uso de maquinaria se faz somente no trato da terra, com sulcos mais profundos, chamados de “subsolagem”. As indicações são de capinas e de coroamento, nesse intervalo de tempo. Daí, é esperar até a colheita, com manutenção dos aceiros e com precauções contra incêndio. Dessa forma, o investimento em máquinas agrícolas não faz muito sentido para os produtores com pequenas áreas, como no caso do Planalto da Conquista. Dos inquiridos, 73% alegaram não utilizar maquinaria agrícola. (Figura 62). Os demais, que utilizam máquinas, fazem uso delas, uma vez que outras culturas, observadas anteriormente, admitem o uso dessas máquinas. Outros utilizam-nas através de aluguel, de arrendamento e de associações ou de cooperativas. Algumas ponderações sobre a modernização do campo pelo cultivo do eucalipto têm sido feito com os argumentos de oferta de emprego, de expansão da renda, entre outros. No caso do Planalto, como em outros territórios, fica evidente o baixíssimo grau de modernização do

campo, a partir dos cultivos de eucalipto. Isso mostra que a eucaliptocultura não promove a modernização do espaço produzido:

Figura 62 – Uso de maquinaria agrícola na propriedade - eucaliptocultor independente



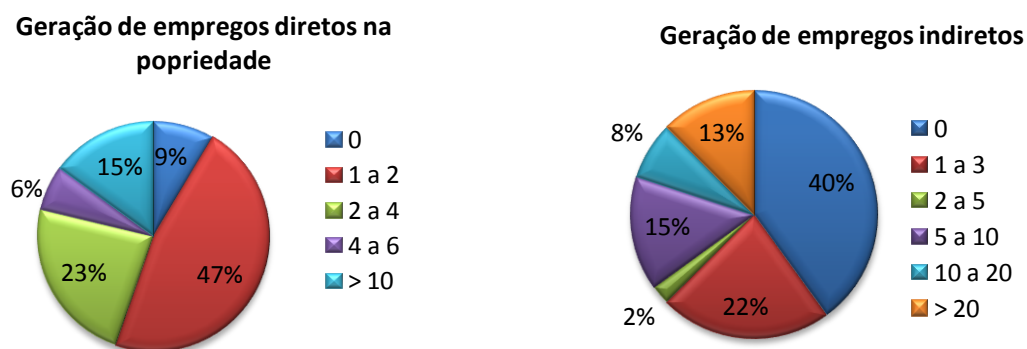
Fonte: Trabalho de campo

De cadeia produtiva curta, “porteira adentro, na visão de Graziano da Silva (1978), o eucalipto agrega pouco valor à produção interna, à baixa empregabilidade e– aos baixos indicadores de modernização no campo, somando pontos com o lucro a longo prazo, a ocupação de terras ociosas e a redução da pressão sobre as florestas. nativas. A agregação de valores, na extensão e no alargamento da cadeia produtiva se dá “porteira fora”, fora do âmbito do produtor, quando este não agrega a produção à propriedade. Nesse sentido, a geração de emprego, no campo da eucaliptocultura, tem sido bastante discutido, principalmente para as áreas em que a territorialização da agricultura familiar é muito forte, com baixos índices hídricos e longos períodos de seca, onde a oferta de emprego e de serviços se faz necessária.

O grau de empregabilidade, embora apregoado pelos grandes projetos e defendido pelo Estado, para justificar o investimento público, não se aplica à questão da eucaliptocultura. A geração de emprego se dá de forma mais prolongada, apenas no início, e em menor grau, na colheita. A Figura 63 mostra que os indicadores de empregabilidade são baixos, em alguns casos chegando a zero, em propriedades com plantios de até 100 hectares. A maior concentração se dá nos plantios onde outra cultura requer mão de obra. Assim, o baixo rendimento de emprego chega a 70%, variando entre 2 a 4 pessoas por propriedade,

não imputada diretamente ao eucalipto. O emprego para o intervalo entre quatro a dez pessoas remete às grandes empresas e às fazendas que consorciam o eucalipto com outras culturas:

Figura 63 – Geração de empregos diretos e indiretos – eucalipocultor independente



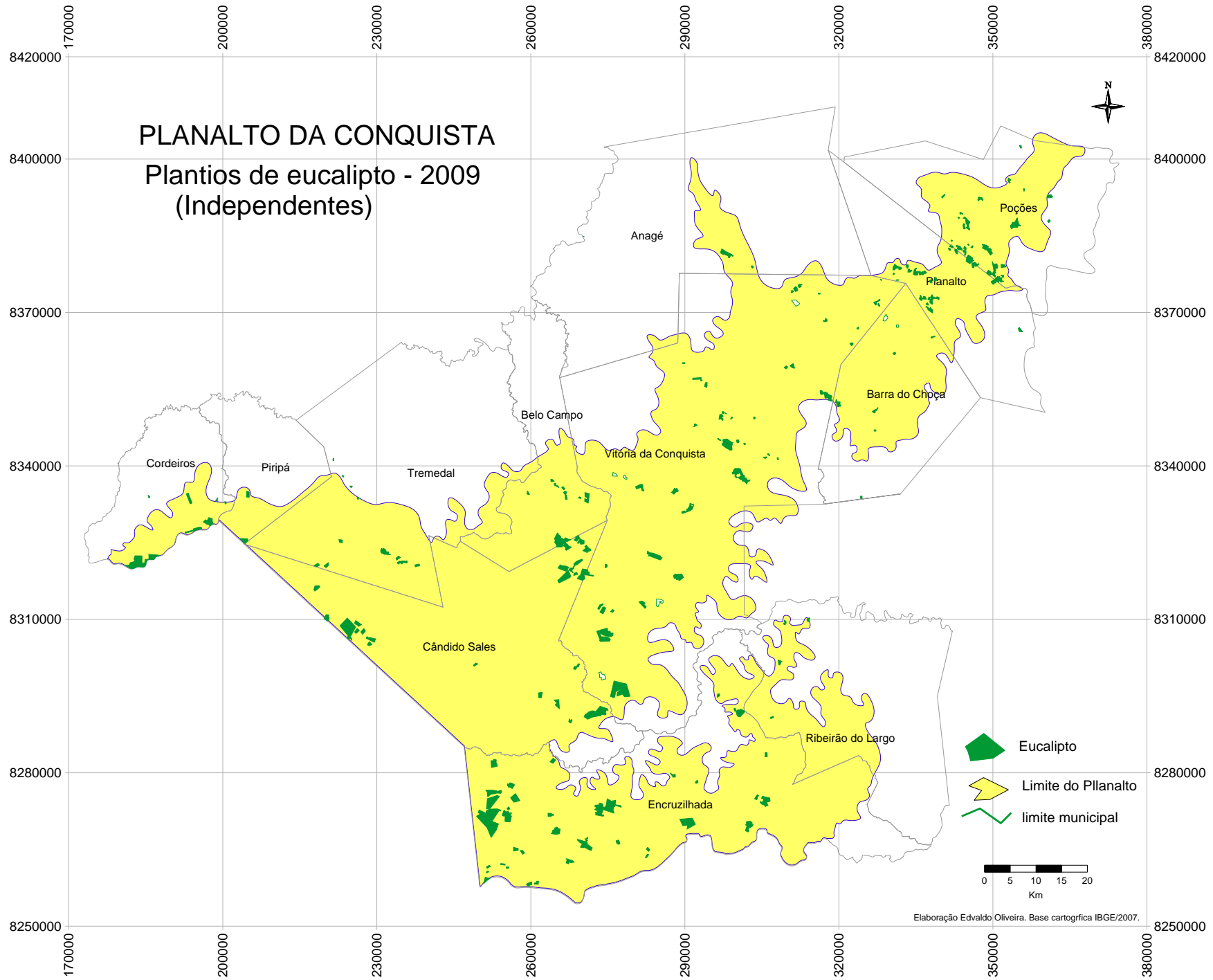
Fonte: Trabalho de campo

No caso dos empregos indiretos, é ainda mais preocupante, visto que 40 % deles admite não haver essa modalidade com a eucaliptocultura. Outro fator para o indicador do emprego indireto refere-se aos projetos em que se agrega a verticalização, com transporte para as indústrias e, em alguns casos, aos tratos culturais, até o segundo ano do plantio.

Questionamentos feitos nos trabalhos de campo revelam a redução do emprego, nas áreas onde as grandes empresas atuaram, como no Distrito de Cercadinho e no município de Encruzilhada, maiores produtores, por área. A retirada da pastagem reduz o trato das “mangas”, a carpina e o plantio que antes ofereciam diárias aos agricultores familiares ou aos moradores dos povoados.

O mapa do eucalipto independente mostrado, na Figura 64, obtido em imagem de satélite, datada de novembro de 2009, revela o grau de investimento pessoal, na cultura do eucalipto, ainda que envolva empresas pequenas e grandes, na expansão da monocultura. Somando 20.267 hectares plantados, equivalentes a 1,29% da área dos municípios do Planalto da Conquista, apresentam indicador baixo em relação aos indicadores do sul do Estado, relatado anteriormente. Há que se observar espaçamento das áreas plantadas, semelhante ao eucalipto fomentado, revelando, ainda, o baixo grau de igualização da paisagem.

Figura 64– Eucalipto fomentado no Planalto da Conquista



De posse dos dados coletados e das análises feitas, as ratificações das diferenças entre os espaços estudados mostram as faces dos dois projetos, seus modelos dicotômicos, com produção diferente do espaço, marcada pela desigualdade de investimento estatal e da grande empresa, em detrimento dos investimentos pessoais e das ameaças do grande capital, na região do Planalto, comparativamente com o sul do Estado. Ratifica o “desenvolvimento” desigual e a igualização da paisagem ou a manutenção da diversidade da paisagem, como centro fundante desse processo. Dessa forma, a concentração das terras foi marcante no sul, contrariamente ao que se viu no Planalto da Conquista.

Se o baixo investimento estatal não se fez presente, no Planalto, considerando as condicionantes físicas da paisagem e das políticas regionais mais favoráveis para determinadas regiões, em detrimento de outras, esse fato parece manter a estrutura fundiária existente, apesar das ameaças constantes. O modelo adotado no Planalto da Conquista evidencia a baixa concentração das terras, com baixo indicador de produção de eucalipto, carecendo de políticas mais efetivas, para a manutenção da territorialização da agricultura familiar, mesmo adotando a eucaliptocultura, em muitos casos. Os resultados das pesquisas de campo e do mapeamento da eucaliptocultura, nas modalidades de fomento por Reposição Florestal e por produção independente, numa estrutura de médias e de pequenas propriedades, ainda que as grandes propriedades apareçam em menor grau, marcam o modelo de expansão da eucaliptocultura, nesse território. O quadro da produção da madeira, a partir da monocultura do eucalipto, diferencia-se das demais partes do mundo e do Brasil, em razão desse modelo.

Se a forma empresarial/fomentada, no sul do Estado, concentrou as terras no âmbito da empresa e do capital, no Planalto elas se diluem entre os proprietários quanto à oferta do produto, seja fomentado, seja independente, embora os primeiros tenham que cumprir os requisitos legais e o controle da oferta, até a fase final, ficando a terra livre, se se considera apenas a oferta da cubagem da madeira, vinculada à reposição. A Tabela 41 mostra o volume de plantio fomentado da ordem de 1/3 dos plantios (situação setembro de 2009), contra 2/3 para os plantios independentes. Do ponto de vista da ocupação do espaço, considerando os padrões adotados em outros municípios, esse volume ainda é tolerado e está abaixo dos requisitos. Os desdobramentos da eucaliptocultura, no território do Planalto, e anterritorialização, implica acompanhamento constante, face às ameaças das grandes empresas do sul do Estado que chegam à região:

Tabela 41 - Diferença entre eucalipto fomentado e de produção independente

Tipo	Em ha	%
Eucalipto fomentado	9.314,00	31,9
Eucalipto independente	20.267,07	68,1
Eucalipto Total	29.581,07	100

Fonte: Fonte: Trabalho de Campo/Imagem de satélite – 2009

Particularizando cada modelo de produção do espaço fomentado e independente, a produção pela eucaliptocultura fomentada para a Reposição Florestal, em termos espaciais, apresenta baixo impacto geral quanto ao uso da terra e do solo, diante da extensão do território do Planalto.

Tabela 42 - Percentual de eucalipto fomentado, por Município- 1997/2007

Município	Área do Município (ha)	Eucalipto Fomentado	%
Belo Campo	60.462,08	-	0
Anagé	185.544,85	129,23	0,07
Barra do Choça	78.801,26	159,34	0,20
Cândido Sales	161.798,07	210,64	0,13
Cordeiros	55.450,89	35,4	0,06
Encruzilhada	204.081,48	3.504,15	1,72
Piripá	41.970,44	-	0,00
Planalto	70.475,55	121,23	0,17
Poçoões	98.321,29	-	0,00
Ribeirão do Largo	124.234,11	174,76	0,14
Tremedal	166.848,05	-	0,00
Vitória da Conquista	321.684,31	4.979,90	1,55
Total	1.569.672,38	9.314,65	0,59

Fonte: Relatórios dos Projetos – Asiflor. 1997/2007. Org. Edvaldo Oliveira

Analisando os plantios fomentados, partindo da área total plantada de eucalipto - 29.581 hectares - e do total de eucalipto fomentado, obtido pelos Relatórios da Asiflor, ratificados no mapeamento - 9.314,65 hectares - o percentual de eucalipto é de 31,48%, por área de ocupação total do Planalto. Desse total, 1,569 milhões de hectares representam uma ocupação mínima de 0,59%, conforme a Tabela 42; de 1.560 mil hectares dos doze municípios; 1,073 milhões são de hectares de latossolos, classe importante para a eucaliptocultura, apresentam ocupação de 0,86% da área com melhores possibilidades de cultivos, fora da região semiárida e de outras classes de solos. No sul do Estado, segundo os dados do IMA (BAHIA, 2010) , somente a área do fomento, vinculando a terra à grande

empresa é de 90.678 hectares dos 412,844 da área total plantada, somando 21,96% , e 2,7 % da área total dos municípios que é de 3.369.500 de hectares

Convém salientar que os projetos de fomento por Reposição Florestal, com a ASIFLOR, funcionaram até o ano agrícola de 2006/2007, o que não significa que os produtores independentes não continuassem a vender os seus créditos, em volume, para as siderúrgicas. Há um mercado de Crédito de Reposição Florestal, na medida em que as empresas consumidoras de madeira não efetivem seus plantios. No âmbito dos municípios, o fomento florestal tem impacto baixo.

Para a modalidade de produtores independentes, os valores apontados na Tabela 43 mostram que o plantio de 20.276 hectares totalizam 68,52% do total de plantio. Considerando-se a área de ocupação total do Planalto, dos 1,569 milhões de hectares, 1,29% são de eucalipto independente; dos 1.073 milhões de hectares de latossolos, a ocupação é de 1,8% da área. Os plantios de eucalipto independente, no sul do Estado, referem-se àqueles em que não foi possível verificar a origem da produção, somando 37.148 hectares, o que representam 8,9% do total plantado. Do total dos Municípios, apenas 1,1% é de plantios independentes. O problema maior da eucaliptocultura, no sul do Estado, remete à área de eucaliptos das grandes empresas. Da área total de eucaliptos com 412,844 hectares, 285 mil é de grades plantios, totalizando 69,03%. Em relação à ocupação da área total dos Municípios, o percentual é de 8,4%.

Tabela 43 - Percentual de eucalipto independente, por Município- - 2009

	Área do Município (ha)	Independente	%
Belo Campo	60.462,08	997,33	1,65
Anagé	185.544,85	327, 875	0,18
Barra do Choça	78.801,26	1.098,63	1,39
Cândido Sales	161.798,07	3.129,06	1,93
Cordeiros	55.450,89	1.356,30	2,45
Encruzilhada	204.081,48	6.481,76	3,18
Piripá	41.970,44	143,096	0,34
Planalto	70.475,55	835,992	1,19
Poções	98.321,29	1.393,80	1,42
Ribeirão do Largo	124.234,11	287,822	0,23
Tremedal	166.848,05	399,742	0,24
Vitória da Conquista	321.684,31	3.815,76	1,19
Total	1.569.672,38	20.267,16	1,29

Fonte: Trabalho de Campo/Imagem de satélite – 2009

O quadro geral da eucaliptocultura, no Planalto, apresentado na Tabela 44, mostra a realidade da expansão até 2009, embora novos plantios tenham sido feitos, após esse período. A área total, em termos percentuais, é de 1,88% dos doze municípios. No comparativo com o sul do Estado, a ocupação total é de 12,2%. As avaliações dos seis municípios (Nova Viçosa, Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Santa Cruz Cabrália e Eunápolis), separados para verificar-se os graus de adensamento do eucalipto, apresentam concentração elevadas da ordem de 30,5%, com destaque para os municípios de Nova Viçosa, com 44% , e de Alcobaça e Mucuri, com média de 33,5%, considerados altos para os padrões da região.

A maior concentração, no Planalto, continua no município de Encruzilhada, com 4,8%, seguido de Vitória da Conquista, de Cândido Sales, e de Cordeiros, com índices variando entre 2 a 2,7% e, nas faixas menores de Planalto, de Poções, de Barra do Choça e de Belo Campo, com indicadores entre 1,3 a 1,6%. Os demais municípios têm índices menores que 0,4%. Diante das proposições de que entre 10 e 20% das áreas dos Municípios comportariam, ainda, a monocultura, desde que, não ocorra nas pequenas propriedades que reforçam a territorialização da agricultura familiar da pequena propriedade.

Tabela 44- Percentual total de eucalipto por Município segundo área plantada em 2009

Município	Área (ha)	Eucalipto total (ha)	%
Belo Campo	60.462,081	997,33	1,65
Anagé	185.544,85	457,105	0,25
Barra do Choça	78.801,26	1.257,97	1,60
Cândido Sales	161.798,07	3.339,70	2,06
Cordeiros	55.450,89	1.391,70	2,51
Encruzilhada	204.081,48	9.985,91	4,89
Piripá	41.970,44	143,096	0,34
Planalto	70.475,55	957,222	1,36
Poções	98.321,29	1.393,80	1,42
Ribeirão do Largo	124.234,11	462,582	0,37
Tremedal	166.848,05	399,742	0,24
Vitória da Conquista	321.684,31	8.795,66	2,73
Total	1.569.672,38	29.581,81	1,88

Fonte: Trabalho de Campo/Imagem de satélite – 2009

O mapa da Figura 65 ilustra as duas modalidades da expansão do eucalipto - fomentado e independente -, revelando o modelo esparso de implantação, com concentração nos municípios de Encruzilhada e no sul de Vitória da Conquista, permanecendo fragmentadas e descontínuas, nos demais municípios. Reafirmam-se as diferenças entre os

modelos de implementação das políticas de plantio das denominadas *florestas plantadas*, aqui, na forma de monoculturas, embora o predomínio das propriedades seja de multiculturas agrícolas. As bases da estrutura fundiária se mantêm, com o predomínio da pequena e da média propriedades. As alterações na estrutura fundiária, no futuro, dependerão das políticas de manutenção da estrutura atual, salvo políticas de alterações na paisagem, com altos investimentos de capital, o que se revelou nocivo à estrutura fundiária, no sul do Estado, como em outras áreas do País e do mundo. A Figura 66 apresenta o mapa atual da eucaliptocultura.

Da eucaliptocultura independente, no Planalto, apesar das duas grandes empresas produtoras de Carvão, G5 Agropecuária/ CBF, Companhia Brasileira de Ferro Gusa e MetalSider, presentes nos municípios do Planalto (Vitória da Conquista e Encruzilhada), além das empresas menores, não foi observado fomento nas modalidades dos contratos, nos moldes do Sul, com controle sobre a propriedade e a produção:

Figura 65– Eucalipto fomentado e independente

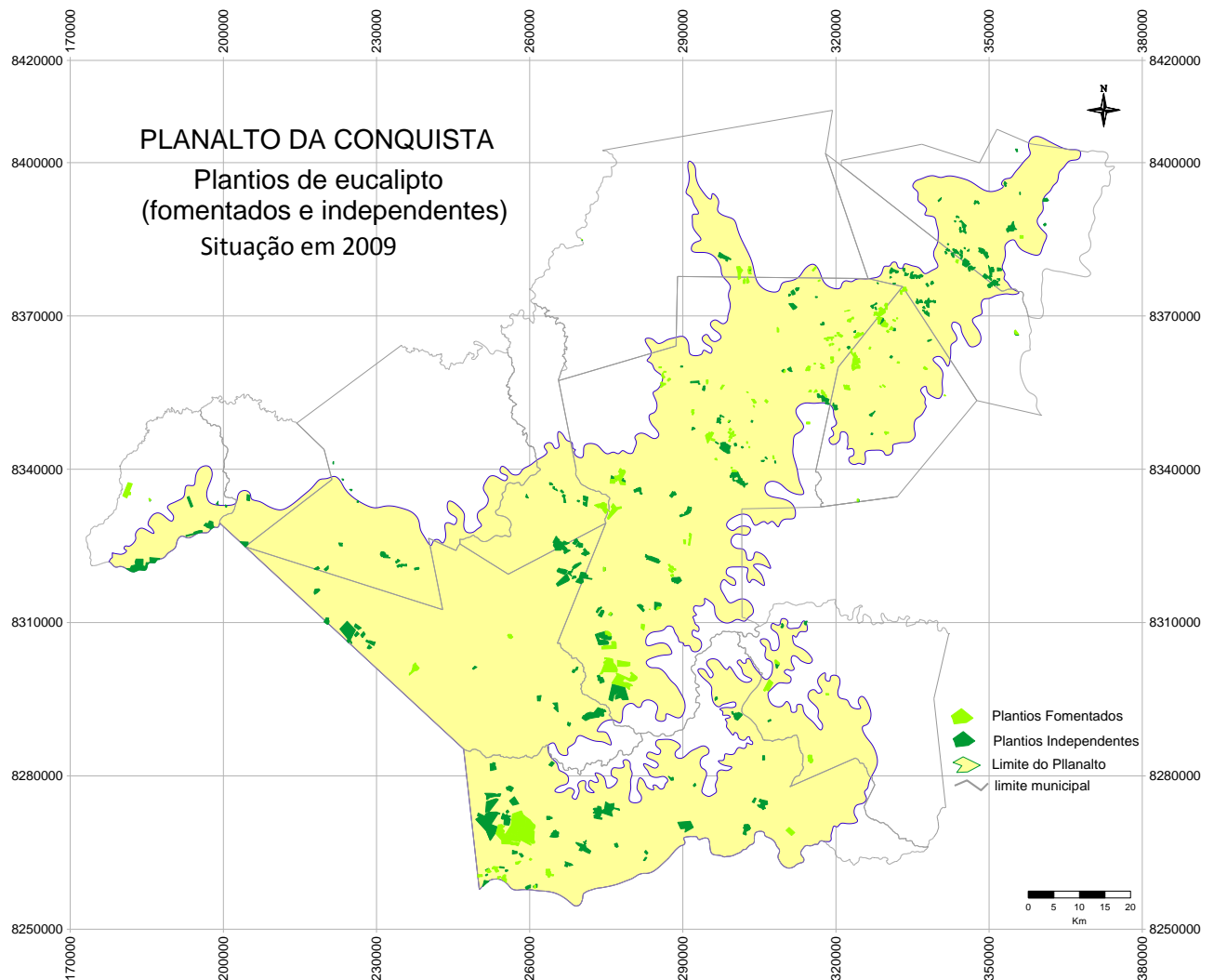
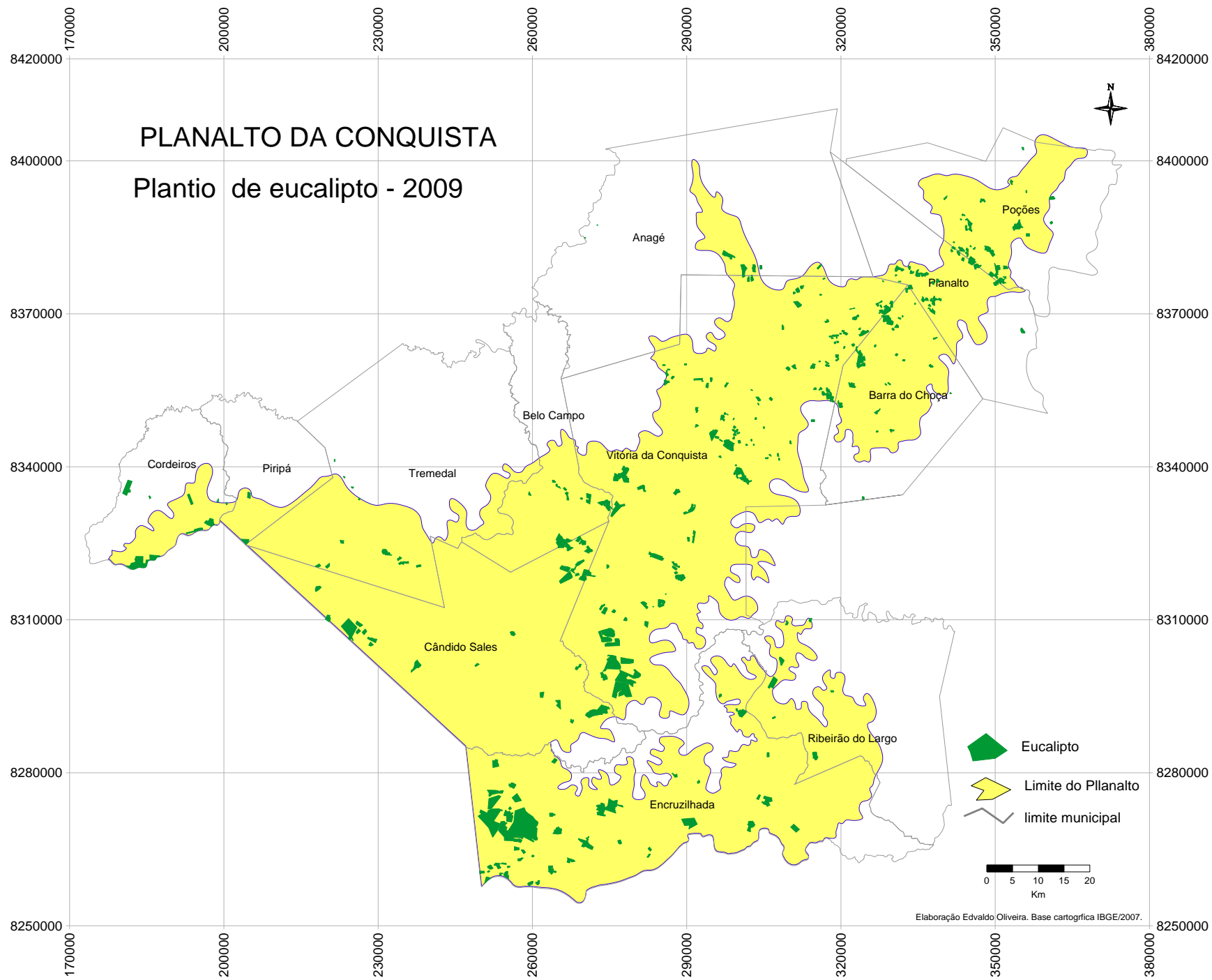


Figura 66 – Mapa geral do eucalipto, no Planalto da Conquista



7. ENTRE O EUCALIPTO E A AGRICULTURA FAMILIAR – PREVENDO IMPACTOS

O impacto das monoculturas é conhecido, revelando externalidades, via de regra, negativas, geralmente tratadas como ambientais ou de reestruturação da produção regional, gerando desterritorialização de uma cultura para reterritorializar outra, ou de uma estrutura fundiária, historicamente construída, na maioria das vezes em longa data e descentralizada/desconcentrada, para uma de caráter concentrador. A grande preocupação tem sido a implantação de uma monocultura que tenha rebatimentos na pequena propriedade, típica do Planalto da Conquista, face às políticas da agricultura familiar para o território. Prever em que grau a eucaliptocultura pode influenciar a reestruturação fundiária, revela preocupação da produção do espaço pela pequena propriedade, própria da maior parte do território do Planalto da Conquista. Além dos impactos ambientais, outros dois impactos são comuns no processo de implantação de uma monocultura: a da estrutura fundiária e, como consequência, a do preço da terra. Os dados coletados e as análises, a seguir, vão numa perspectiva de análise para o futuro da agricultura familiar, em face da expansão da eucaliptocultura, no território do Planalto.

O primeiro, envolve a estrutura agrária de baixa e de média concentração, destinada a produtor regional de base familiar ascendente ou da pequena propriedade – familiar -, adquirida no processo de fragmentação das grandes propriedades, resultante da ocupação primitiva. Nesse caso, a desterritorialização da agricultura familiar tem sido a preocupação diante de grandes projetos que levam à incorporação de pequenas e de médias propriedades, para formar o latifúndio. Ressalta-se que isso ocorre com frequência, em regiões em que se descobre potencial agrícola, com estrutura agrária de pequeno e de médio porte, o que não acontece em casos em que a estrutura agrária de médias e de grandes propriedades é predominante.

O segundo impacto se revela no mercado de terras que, diante da pressão por compra para agrupamento das propriedades, a princípio a preços baixos e por demanda e aquecimento do mercado, eleva o preço. Dois processos são identificados: primeiro, a venda inicial leva o vendedor a não julgar o preço da terra pelo valor de mercado ascendente, vendendo-a a preço baixo. Noutro caso, quando o mercado já está aquecido, o fetiche do capital e a pressão para a venda acabam por desterritorializar o ‘pequeno’ produtor, criando uma nova tipologia rural – a grande propriedade pela fusão das menores. O resultado reflete-se, no espaço urbano,

bastante discutido pelos urbanistas, em uma nova tipologia urbana, revelada pelo trabalhador rural que chega à cidade, sem a qualificação exigida pelo mercado de trabalho urbano.

Nos dois casos, as análises da expansão da eucaliptocultura, no Planalto, reflete-se de forma distinta, com resistências à pressão dos grandes compradores, por parte dos movimentos sociais e da própria atividade camponesa. Ainda assim, verifica-se, em determinados espaços, a venda da terra e o agrupamento de pequenas propriedades.

As observações, a seguir, remetem à política de manutenção da agricultura familiar e à pressão da venda da terra, sob a ameaça de grandes grupos e de empresas ‘guseiras’ vinculadas às grandes siderúrgicas, além da sobra de capitais pessoais que, pouco aplicada em atividades de riscos, é revertida para a compra de terras. Nesse caso, o mercado de terras rurais diverge do mercado de compra e de venda do solo urbano, uma vez que a terra agrícola, na região, tem função muito mais de bem de capital que de bem de produção, para os grandes possuidores da terra e para os absenteístas. O mercado de terras agrícola é mais lento, se comparado com o mercado urbano, que mantém uma rotatividade muito maior, com funções definidas. Assim, a terra agrícola passa a ter, na região do Planalto, uma noção de *status quo*, indicada muito mais para cultura de baixo custo, de pouca empregabilidade e de pouco trato, como o eucalipto. Nesse caso, a venda da terra implica diretamente a estrutura vigente, calcada na territorialização da pequena e da média propriedade, de caráter predominantemente familiar, ainda que comportem o absenteísta.

O histórico dos agricultores familiares, nos países do capitalismo avançado, em geral, precede a história da agricultura familiar que, tardiamente, foi implantada no Brasil. O levantamento feito por Veiga (2007); Mozayer e Roudart (2010); Schneider (2009) e Abramovay (1992), marcam estudos sobre a antiguidade da forma familiar de produzir, em pequenas propriedades, capazes de sustentar o abastecimento de alimentos e os produtos para a indústria. A agricultura familiar fez parte das antigas discussões sobre a segurança alimentar daqueles países, com reformas agrárias definidas, ainda que marcadas pela dicotomia de uma agricultura patronal x familiar.

Se o modelo da agricultura familiar remete a tempos mais remotos, nos países do capitalismo avançado e mesmo em países de economia essencialmente agrícola, mas de capacidade econômica restrita, o caso do Brasil é emblemático. Partindo de uma estrutura agrária concentradora, em que a pequena propriedade era relevada e impedia políticas efetivas para o setor, somente a partir da distribuição melhor das terras é que tais políticas ficaram

mais evidentes. Segundo Schneider (2009), em termos político-institucionais, a agricultura familiar alcança legitimidade crescente, a partir da criação do Pronaf (Decreto 1.946, de 28 de julho de 1996) e de uma estrutura específica, destinada a operar políticas para esse público, no interior do Ministério de Desenvolvimento Agrário. “A afirmação da agricultura familiar, no cenário social e político brasileiro, está relacionada à legitimação que o Estado lhe empresta, ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996”. (SCHNEIDER, 2009, p.36).

Se tardia foi a chegada de políticas de fortalecimento da Agricultura familiar, tardias foram, também, os estudos sobre esse modo de produção agrícola. As análises das origens da agricultura familiar estão nas mais diversas denominações dadas a produtores que, em pequena fatia de terra, conseguem produzir :

A chegada tardia das discussões e das pesquisas sobre a agricultura familiar, no Brasil, podem ser entendidas com base na identificação dos referenciais teóricos que inspiraram boa parte dos estudiosos, fortemente influenciados por aportes analíticos que mantiveram um excessivo apego às formulações clássicas em torno do problema agrário nacional e dos processos de formação e luta das classes sociais, no campo(→) (SCHNEIDER, 2009, p19).

Diante de uma agricultura que privilegiou uma modernização, com ênfase na grande propriedade, resguardando o modelo concentrador, a agricultura familiar ainda se ressentida do seu lugar no cenário nacional, a despeito das políticas para o setor. Dessa forma, as políticas para a agricultura familiar chegam tardiamente ao Brasil, que privilegia, mesmo em momento de mudanças na política agrícola, o modelo concentrador, conforme Graziano da Silva (1981).

Contrariamente ao que acontece no Brasil, quanto aos níveis de investimento na agricultura familiar, apontados por Hespanhol (2007), resguardando o volume produtivo dessa fatia no mercado interno, o aporte produtivo da agricultura familiar é muito grande e pouco explorado, no que tange aos dados apontados pelo Governo, uma vez que a importância é dada à exportação de *commodities*. No entanto, a agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira, segundo dados do MDA/SEBRAE, (2011): 84% de mandioca, 67% de feijão, 54% de leite, 49% de milho, 40% de aves e de ovos e 58% de suínos (dados de 2006). “Só para exemplificar, no Nordeste, a agricultura familiar é responsável por 82,9% da ocupação de mão de obra no campo, segundo o Banco do Nordeste” (MDA/SEBRAE, 2011, p. 30).

Sem contar com os números da produção agrícola “tipo exportação”, a fatia que cabe ao *family farms* ainda é dependente, diante do modelo *corporate farms*, sendo que o primeiro responde por maior número produtivo, no âmbito do território do País. A ausência de uma política que remeta a produção familiar para o mercado, ficando atrelada a mínimos programas, difere dos países avançados, onde o *family farms* é mais evidente, como observa Umbelino de Oliveira:

Para exemplificar esse fato, basta lembrar o caso brasileiro, em que ela representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura, ou então recorrer ao exemplo norte-americano, cujas pesquisas recentes mostram uma participação massiva das *family farms*, isto é, da produção baseada no trabalho familiar. Assim, a agricultura norte-americana também não tem seu suporte nas *corporate farms* e, sim, nas *family farms*. Esse mesmo fenômeno ocorre, também, na maioria dos países da Europa. (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

O modelo adotado no Brasil, revela então, a dicotomia, apregoada entre a boa convivência entre as duas modalidades, ainda que concentre as terras no modelo *corporate farms*. Segundo Schneider, na década de 1990, uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA), tinha como princípio “estabelecer as diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”, sugerindo outra forma de classificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, separando-os entre modelos: “patronal” e “familiar” SCHNEIDER, 2009, p. 40). Veiga (2007) lembra que esse fenômeno não é próprio do Brasil, mas pertence a uma discussão no âmbito do capitalismo. Destaca ainda que o destino da agricultura tem muito caminho pela frente e lembra que a agricultura familiar marca a distinção clara sobre a agricultura patronal.

A ratificação da dicotomia é feita por Schneider, que aponta a agricultura patronal como aquela que tem como princípio a separação entre gestão e trabalho, caracterizada pela organização descentralizada. Mostra que “a ênfase na especialização produtiva é, em práticas agrícolas padronizáveis, o uso predominante do trabalho assalariado e a adoção de tecnologias, dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento” (SCHNEIDER, 2009, p40). Por outro lado, a agricultura familiar tem como características:

A relação íntima entre trabalho e gestão ; a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários; a ênfase na diversificação produtiva e na

durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; a utilização do trabalho assalariado, em caráter complementar, e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de previsibilidade do processo produtivo. (SCHNEIDER, 2009, p. 40).

Há que se considerar que a agricultura familiar, como modelo de produção, de fato difere da produção patronal, o que não significa não produzir em escala. Isso vai do modelo da tecnificação e da capitalização, como aponta Graziano da Silva, como novo modelo de adoção da prática da agricultura familiar, no campo. Abramovay lembra que as descrições sobre a agricultura familiar trazem à memória a ideia de algo atrasado, pequeno. “De fato, quando se fala em produção familiar, a imagem que vem imediatamente à mente é a de um empreendimento de dimensões reduzidas, de um trabalho e de técnicas relativamente precárias e atrasadas” (ABRAMOVAY, 1992 p.19). Esse parece ter sido o modelo de empreendimento adotado e observado pelos níveis de financiamento da agricultura familiar, particularmente no Brasil.

Ao avaliar a agricultura, nos países capitalistas avançados, Abramovay destaca as ambiguidades e como elas são tratadas, no Brasil, mesmo considerando, como os autores citados, o avanço e, de certa forma, a proteção dessa modalidade de produzir, no campo. Considera que o modelo tradicional camponês acabou, até certo ponto, sendo substituído pela agricultura familiar e se apresenta como um fenômeno tão generalizado, nos países capitalistas avançados, na maioria das vezes, sob a tutela do Estado, como determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais.

Diferentemente o Brasil, adotou a agricultura familiar distinta da agricultura patronal, principalmente no tocante ao financiamento, provocando as desigualdades territoriais com apelo para o agronegócio institucionalizado, sendo que apenas este tem força de empreendimento, de fato. O peso no mercado acaba sendo decisivo, nos países de capitalismo avançado, pela sua inserção no mercado, diferente do modelo adotado por aqui, em que a regulação se faz pela via do Estado, desde o financiamento até a comercialização, nas organizações públicas. Isso não acontece com a agricultura patronal, que remete diretamente ao mercado, ainda que tenha, e muito, o apoio do financiamento público. Daí a desigualdade na produção do espaço da agricultura familiar, longe da modernização, que se faz ainda conservadora, conforme Graziano da Silva, em relação à agricultura familiar, que se apresenta pouco modernizada.

A diferença, nos países desenvolvidos, segundo Abramovay, reside na forma de condução da Política Agrícola. Lembra que o empreendimento familiar tem peso decisivo na oferta agropecuária, com alguns mecanismos de seu funcionamento e algumas funções macroeconômicas por ele desempenhadas e arremata, afirmando que é na propriedade de “natureza fundamentalmente familiar da agricultura e seu funcionamento a partir de critérios públicos, definidos institucionalmente e onde o mercado pesa cada vez menos que reside justamente a pedra de toque da modernização da agricultura nos países capitalistas avançados” (ABRAMOVAY, 1992 p.253). No processo de caracterização do agricultor familiar, Abramovay, citando Wanderlei Braudel, lembra que o agricultor familiar moderno, não é apenas “um trabalhador” para o capital. A própria capitalização do pequeno agricultor tende a demonstrar isso, ainda que pela via dos subsídios do Estado.

Por razões técnicas, na ampliação da definição da agricultura familiar, segundo Schneider, os estabelecimentos familiares foram separados em três subcategorias: (FAO INCRA 1994): Familiar consolidada, Familiar em transição e Familiar periférica, utilizadas para estabelecimentos da política brasileira, para a agricultura familiar. Em todos os casos, caracteriza-se como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento (ABRAMOVAY 2009). Na mesma direção, Fernandes e Welch consideram como camponeses produtores familiares aqueles “que utilizam predominantemente o trabalho dos membros da família, cujo número tem que ser maior que o número de trabalhadores assalariados, com exceção para os períodos de colheita”. (FERNANDES e WELCH, 2008, p 49). Independente da questão puramente teórica que envolve as discussões sobre a agricultura familiar, cabe destacar seu papel na produção e na organização da sociedade, no campo, embora algumas linhas de pensamento distingam algumas particularidades. Os estudos feitos em prol da defesa da agricultura familiar remetem ao que se convencionou chamar de “solução”, encontrada nos países desenvolvidos:

O maior mérito desses estudos talvez tenha sido o fato de terem revelado que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada, na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações, nos quais o trabalho da família assume uma importância decisiva (SCHNEIDER, 2009, p.33).

Ainda quanto à caracterização, a competição com os monocultivos, no momento em que estes são, na maioria dos casos, da política de exportação, identificados fortemente como patronal, os agricultores familiares são oriundos das mais diversas categorias que

representavam o trabalho no campo. Schneider lembra que eles vêm de muitas denominações como “sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, foreiros etc.: interpretados à luz de conceitos como “resquícios feudais”, “semi proletários”, “assalariados a domicílio”, entre outros (SCHNEIDER, 2009, p.41). É essa nova categoria que agrupa todas essas denominações que resistem às ilhas de monocultura ou são sucumbidos por elas, dependendo do grau de organização. Norder acredita que a agricultura familiar deve sobrepor-se à monocultura, no sentido de diversificar as economias regionais:

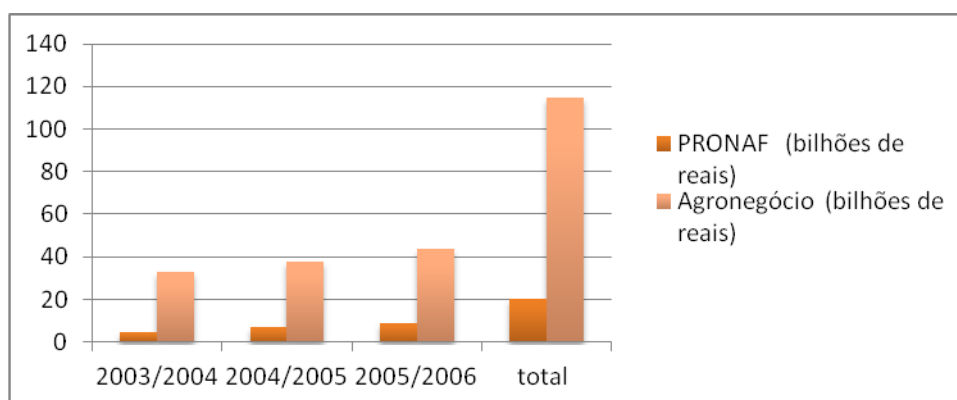
Essa elaboração conceitual fundamenta a defesa de uma estratégia de desenvolvimento rural, norteadá pela substituição da “especialização devoradora de postos de trabalho”, por uma política capaz de “diversificar as economias locais, a começar pela própria agropecuária”. Com isso, há uma afirmação da importância da agricultura familiar – “muito melhor que a monotonia de ilhas de monoculturas cercadas de pastagens extensivas por todos os lados”. (NORDER, 2009. p.61)

Para além das teorias da e sobre a agricultura familiar, importa o seu caráter pragmático, no sentido da produção e da manutenção do padrão familiar de produzir no campo. Nesse sentido, as condições da propriedade e do meio geográfico importam, o que significa definir a renda do agricultor familiar e a redução da pobreza. As regiões agrícolas, discutidas por Abramovay (2003), são o ponto de partida, no que tange à sua dinâmica, em termos de investimento. No caso do Brasil, a política adotada para os territórios rurais da cidadania, pretende rever os índices de pobreza e de atraso, objetivando a melhoria das condições produtivas. Contudo, o investimento em regiões em que o meio informacional (SANTOS, 1997; 1998; ELIAS, 2003; 2007) é mais evidente, tende a ser contemplado com maiores investimentos, aumentando a renda do capitalista, em detrimento da renda da agricultura familiar que trabalha em regiões mais “opacas”.

O problema resultante de regiões e de territórios desiguais reside muito mais na linha do investimento, embora as condicionantes físicas sejam relevantes, do que na capacidade mínima de produção. Vai além do nível de compreensão de que somente o investimento reduz a desigualdade espacial e territorial. É preciso verificar o desenvolvimento, não apenas da produção em si, mas o cumulativo. Como lembram Mazoyer e Roudart, os investimentos em territórios mais dinâmicos e sujeitos a certo grau de capacidade de reprodução acabam por conseguir mais vantagens. “Por essa razão, não basta falar em desenvolvimento desigual entre estabelecimentos e regiões, pois é preciso falar de desenvolvimento cumulativo”. (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 481). Nisso reside o grande problema da agricultura

familiar e sua capacidade de financiamento pelo Estado. Hespanhol, ao fazer levantamento do investimento público junto ao agronegócio, comparando-o com a agricultura familiar, mostra bem as desigualdades, como nos investimentos apontados na Figura 67. Aí reside a sobrevivência da agricultura familiar, face às ameaças de uma nova territorialização, em monocultivos de larga escala, o que chama de “limiar” de sobrevivência da agricultura familiar:

Figura 67 – Financiamento da agricultura Familiar x Agronegócio



Fonte: HESPANHOL, 2007. Org. Edvaldo Oliveira

Numa classificação regional para a agricultura, Mazoyer e Roudart apontam seis tipos de regiões agrícolas que seriam favoráveis à produtividade a partir do conceito de limiar de renovação **R** - ou de sobrevivência – **S** - que indica a capacidade do produtor de produzir, em espaço suficiente e que produza renda suficiente para a reprodução da e na propriedade. Assim, para os autores, a renda julgada satisfatória por um trabalhador agrícola tende necessariamente para a renda **R** – de renovação ou de sobrevivência, “que esse trabalhador obteria no mercado de trabalho (salário e prestações sociais) ou, na falta disso, ele mudaria um dia de atividade ou, então, se não chegar a fazê-lo, provavelmente não será substituído, quando se aposentar” (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 445). O Quadro 21 apresenta os limites das regiões apontadas e que determinam as condições de desenvolvimento da agricultura familiar:

Quadro 21 - Renda e regiões agrícolas

Região	Descrição
1	- Qualquer que seja a região, a produtividade do trabalho agrícola varia de um sistema de produção especializado para outro e existe um sistema especializado mais produtivo que os demais.
2	- Para regiões que possuem características físicas e econômicas análogas, os sistemas especializados mais produtivos são da mesma natureza.
3	- Para regiões que possuem características físicas e econômicas muito diferentes, os sistemas de produção especializados, mais produtivos, são também muito diferentes uns dos outros.
4	- Existem regiões, em que vários sistemas de produção especializados podem atingir níveis de produtividade superiores ao limiar de renovação dos estabelecimentos. Nesse caso, ainda que a maioria dos estabelecimentos tenda a adotar o sistema mais produtivo, os estabelecimentos possuem um leque de escolha mais amplo.
5	- Existem regiões onde um só sistema especializado ultrapassa o limiar de renovação. Neste caso, a escolha dos estabelecimentos já está delimitada.
6	- Há regiões nas quais nenhum sistema de produção alcança (a preços atuais) o limiar de renovação: nessas regiões, a tendência de baixa dos preços agrícolas e o aumento do limiar de renovação já levaram, ou levarão num futuro próximo, à eliminação de todos os estabelecimentos, ao declínio agrícola e à extensão dos baldios.

Fonte: MAZOYER, ROUDART, (2010) Organização Edvaldo Oliveira

Dessa forma, a renda do agricultor familiar depende das características regionais e territoriais. Tomando como base as diferenças ambientais de uma região semiárida, ou subúmida, ou úmida, como o Planalto da Conquista, apresentaria preços diferentes da terra, redução ou ampliação da área produtiva, melhoria dos produtos oferecidos. É claro que a iniciativa de investimento na modernização da pequena propriedade, aumentaria as possibilidades, nas áreas menos favorecidas. Contudo, o que se verifica, na prática, é que, com baixos investimentos, a tendência é deslocar o pequeno produtor para áreas mais distantes, resultando no fenômeno de expulsão pela via do capital.

No sentido da produção, Schneider aponta que o avanço da agricultura familiar, frente ao ambiente, marcadamente dual e de desenvolvimento desigual, uma vez fortalecida, é para oferecer produtos para a alimentação e aponta o caminho admitindo que, “através da noção de agricultura familiar, esses agricultores passaram a constituir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades (SCHNEIDER, 2009, p.35). No plano mais real da produção e da posição do agricultor familiar, dados do IBGE confirmam que a agricultura familiar responde por 10% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do País,

emprega mais de 80% da mão de obra, no setor rural, e é responsável por 70% dos alimentos produzidos no Brasil - 87% da produção nacional de mandioca, 70% de feijão, 46% de milho, apenas para citar alguns exemplos. Segundo a EBDA, na Bahia, temos 665 mil agricultores familiares, que correspondem a 16% em relação ao Brasil e a 49%, frente ao Nordeste.

Particularizando os espaços produtivos pela agricultura familiar, segundo o MDA, a Bahia é o estado com maior número de agricultores familiares do Brasil. Contava ,em 2011, com 665,831 estabelecimentos familiares, correspondentes a 87% dos estabelecimentos rurais do Estado. Em termos espaciais, ocupa 34% da área total dos estabelecimentos , o que demonstra a concentração fundiária no Estado. No plano da ocupação de mão de obra, contribui com 81% da mão de obra ocupada, em torno de 1,4 milhões de trabalhadores, com 84% do Valor Bruto de Produção agropecuária do Estado. O programa levantou dados da produção primária de abastecimento, com 91% da produção de mandioca, 83% de feijão, 76% de suínos, 60% de aves e 52% de produção de leite.

O robustecimento do programa de Fortalecimento da agricultura familiar PRONAF, no estado da Bahia, é feita através da SUAF - Superintendência da Agricultura Familiar e do SECAFES, Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar, ligados à Secretaria de Agricultura do Estado, e de alguns programas que são implementados visando ao fortalecimento do Programa Nacional. Destacam-se o Programa Sertão Produtivo, o Programa Biosustentável e o Programa Sertão Produtivo. Nesse sentido, o desdobramento de programas de fortalecimento da agricultura familiar vai além do PRONAF, no âmbito nacional. O problema parece residir no âmbito municipal.

No caso dos incentivos florestais, destaca-se o Programa Mata Verde - Produzindo e Preservando a Mata Atlântica- , que tem como finalidade dinamizar a agricultura familiar em oito territórios que compõem o Bioma da Mata Atlântica da Bahia. Dentre os poucos programas na área de desmatamento da Secretaria de Agricultura, nenhum chega ao Planalto que, embora pertença aos corredores da Mata Atlântica, abrange as áreas do Baixo Sul, do Litoral Sul, do Vale do Jequiriá, do Extremo Sul e do Recôncavo, chegando mais próximo do Planalto, quando alcança o Médio Rio de Contas e Itapetinga.

Um programa em fase de implementação é o Pacto Territorial pela dinamização das políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar, na Bahia, (2010). O Programa pretende ser um acordo de compromissos entre as instituições dos Governos Federal, Estadual e Municipal, e também de entidades da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais e de

outras organizações que financiam, apoiam e/ou operacionalizam programas de crédito, de assistência técnica, de garantia-safra, de emissão de declaração de aptidão, de aquisição de alimentos, de regularização fundiária e de crédito fundiário, para que seja ampliado, qualificado e equilibrado o atendimento, nos municípios e nos territórios baianos.

No âmbito mais geral, outro reforço para o PRONAF é o Programa criado pela Lei 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra. É uma ação do Pronaf, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criado para os agricultores que sofrem com a perda de safra, por motivo de seca ou de excesso de chuvas. Sua área de atuação abrange os municípios localizados na região Nordeste, no norte do estado de Minas Gerais (Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha) e no norte do Estado do Espírito Santo. O governo da Bahia fez adesão ao Programa, com foco no seu objetivo principal, que é o de possibilitar um ambiente de tranquilidade e de segurança para o exercício da atividade agrícola no semiárido. No entanto, depende de levantamentos das prefeituras para a adesão, o que frequentemente não ocorre. As Prefeituras indicam os locais de inscrição, onde são preenchidas as DAP, que são processadas pela EBDA, para os agricultores que estiverem em domicílios rurais e tiverem renda de até 1,5 salários mínimos, por família, por mês. O Quadro 22 mostra a evolução do Programa, na Bahia. Segundo a Lei que estabelece Garantia Safra os aportes envolve todas as categorias inseridas no Programa, com percentuais definidos: 20% da União, 6% p/ 8% para o Estado, 3 % p/ 1,5% para o Município e 1% p/ 0,5% para o agricultor:

Quadro 22 - Evolução do Garantia Safra na Bahia

Safra	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011*
Municípios	54	92	152	117
Agricultores	15.173	22.604	64.879	66.893

Fonte: SEAGRI / Bahia 2011 *Apenas a safra verão

Em âmbito municipal, outros programas para o fortalecimento da Agricultura Familiar, com verbas disponíveis, particularmente o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos-, operacionalizado de forma mais simples, embora a grande dificuldade apresentada nos municípios envolva a exigência da DAP Jurídica, facilita a compra diretamente pela CONAB, por preço compensador, respeitando as peculiaridades e os hábitos alimentares regionais e a situação do mercado local. O Programa Nacional de Alimentação

Escolar – PNAE -, com origem na década de 1940, foi implementado em 1998, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios, destinados à merenda escolar.

7.1 A estrutura fundiária desconcentrada e o predomínio da agricultura familiar no Planalto: as ameaças da grande empresa de eucalipto

Como foi visto no quadro da estrutura fundiária do Planalto da Conquista, particularmente quanto ao Uso da Terra, observa-se que, por mais que a grande propriedade apareça, os dados apresentados mostram que a estrutura agrária de pequenas e de médias propriedades é predominante, ainda que sujeita ao mercado regional de terras. Os dados apontados no índice de Gini, para os doze municípios, mostram essa desconcentração, resguardados os casos dos latifúndios. Os dados levantados, na pesquisa empírica, revelam que houve uma concentração de propriedades entre 2004 e 2008, com o advento da eucaliptocultura, capitaneado pelas empresas ligadas à siderurgia. Se a cultura do eucalipto é um fato, no Planalto da Conquista, o predomínio da agricultura familiar também o é.

A ameaça levantada quanto à compra de terras pelos eucaliptocultores, principalmente pela política de agrupamento de propriedades pequenas pelas grandes empresas, uma vez que as projeções registram compra de terras de até 100 hectares, combinando com o licenciamento municipal, ocorreu sem grandes aparatos burocráticos. Outro indicador leva ao documento base do Eia Rima da Veracel Celulose, que atingirá o Território de Identidade de Itapetinga, chegando ao Planalto da Conquista, que permite a compra de terras de até 50 hectares. O Plano prevê reduzir, sempre que possível, a compra de pequenas propriedades, diminuindo o número de negociações e, portanto, o consequente aumento da especulação VERACEL (2011). Há que se considerar que a área de influência do Projeto de Expansão da Veracel Celulose abrange os municípios adjacentes ao Planalto da Conquista, com territorialização já definida para o município de Encruzilhada.

Os dados seguintes mostram a preocupação com a agricultura familiar, mesmo que uma boa parte das pequenas e das médias propriedades seja de domínio dos absenteístas. Os parâmetros adotados levaram em conta o Módulo Fiscal do Planalto da Conquista, conforme cada município, considerando a parâmetro para a agricultura familiar equivalente a quatro módulos rurais. Comparações entre o Daps da SAF/MDA, cujos dados foram cruzando com

os levantamentos do CAFIR, acusam resultados conflitantes entre os órgãos de coleta, principalmente diante das dificuldades e das metodologias diferenciadas adotadas.

Os dados do censo 2006 (Tabela 45) ilustram uma realidade parcial da agricultura familiar no Planalto, onde os estabelecimentos da agricultura familiar somam 18.571, com área de 325 mil hectares equivalendo a 17,5 ha/estabelecimento. Os estabelecimento patronais, não-familiares somam 137ha/estabelecimento:

Tabela 45 - Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios - 2006

Municípios	Agricultura familiar – Lei nº		Não-familiares	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Vitória da Conquista	3.082	46.138	858	144.281
Poções	1.940	31.135	253	28.569
Tremedal	2.654	57.806	148	23.775
Anagé	2.836	51.094	260	25.345
Planalto	969	17.126	259	36.514
Belo Campo	1.143	17.822	90	11.405
Cordeiros	1.090	20.785	142	4.917
Encruzilhada	1.295	20.278	241	37.730
Piripá	1.175	19.490	291	9.409
Barra do Choça	1.028	12.378	474	46.372
Ribeirão do Largo	745	15.469	203	43.957
Cândido Sales	614	15.973	140	50.697
Total no Planalto	18.571	325.494	3.359	462.972

Fonte IBGE – Censo 2006

O quadro mais realista da agricultura familiar pode ser desenhado com os dados da Receita Federal sobre o total de propriedades, somados aos dados disponibilizados pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF. A evolução da agricultura familiar, no Planalto da Conquista, acompanha o quadro geral apresentado na Bahia, com evolução no número de Daps, o que o consolida como o maior Estado com agricultores familiares. Segundo os levantamentos da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, apresentados na Tabela 46, o incremento de agricultores familiares entre 2009 e 2011 foi de 63%, saltando de 10.977 para 17.390. A preocupação quando da implantação de uma monocultura, apontada anteriormente, reside no fato do enfraquecimento da base produtiva local, permitindo desestímulo na produção, desvalorização da propriedade, abrindo espaço para o mercado de terras com preços baixos.

Tais preocupações remetem ao quadro de Daps inativos, revelando que o financiamento da agricultura familiar, na região, passa por problemas de fixação do pequeno agricultor. Outro fato que merece cuidado, nas avaliações, diz respeito tanto à assistência técnica quanto ao financiamento. Nesse sentido, a inadimplência de muitos agricultores fez os Bancos autorizados suspenderem, em 2009, o financiamento, regularizando-o, parcialmente, nos anos seguintes ou agregando-o às Associações. O que de fato ocorreu é que o percentual de inativos, em 2010, é da ordem de 33,8%. No ano de 2011, baixou para 22,94%, índice ainda considerado alto.

Tabela 46- Relação de agricultores com Declaração de Aptidão ao Pronaf Planalto da Conquista 2009/2011

Município	2009		2010		2011		
	Ativos	Inativos	Ativos	Inativos	Ativos	Inativos	Total
Vitória da Conquista	2.519	1.961	2.100	4.061	1.963	2.173	4.136
Poções	1.203	1.531	261	1.792	1.632	296	1.928
Tremedal	1.047	1.033	246	1.279	975	314	1.289
Anagé	852	892	369	1.261	900	368	1.268
Planalto	1.017	1.271	57	1.328	1.279	58	1.337
Belo Campo	470	602	13	615	614	13	627
Cordeiros	552	626	258	884	684	246	930
Encruzilhada	649	480	641	1.121	491	671	1.162
Piripá	741	753	299	1.052	1.632	296	1.928
Barra do Choça	980	1.003	357	1.360	992	379	1.371
Ribeirão do Largo	613	685	200	885	705	197	902
Cândido Sales	334	510	354	864	525	355	880
TOTAL	10.977	9.702	4.955	14.657	12.392	4.998	17.390

Fonte: <http://smap13.mda.gov.br/ExtratoDap/PesquisaMunicipio.aspx> Situação em 2010 17/10/2011

Municípios com alto potencial de ingresso na Agricultura Familiar aparecem com maiores indicadores, na Tabela 47. O município de Encruzilhada apresenta o maior quantitativo de plantios de eucalipto, alto índice de Gini - 0,70 – com 38% de imóveis inscritos na agricultura familiar, contudo, com o maior indicador de inatividade. Vitória da Conquista se aproxima do município de Encruzilhada, com igualdade no índice de Gini e apresenta 52,53% de Daps inativos.

Os demais municípios que mantêm áreas menores de plantios de eucalipto apresentam maiores quantitativos de inscritos na agricultura familiar e menor indicador de inativos, como Piripá e Barra do Choça, com 79 e 50% de estabelecimentos familiares, com indicadores médios de inatividade. Os municípios de Belo Campo e de Planalto, com forte ação dos sindicatos, apresentam os mais baixos índices de inatividade por Dap. Caso particular é o de

Cândido Sales, que apresenta índice de Gini de 0,76, portanto alto para os padrões do Planalto, que tem 53% de propriedades familiares. Em relação ao total de imóveis, o percentual de inativos é de 40,3%.

Tabela 47 - Planalto da Conquista – Agricultura Familiar - 2011

Município	Total de imóveis *	Total de DAPs**	% em relação ao total de imóveis	Ativo	Inativos	% ativos
Vitória da Conquista	12.283	4.136	33,67	1963	2173	52,54
Poções	5.161	1.928	37,36	1632	296	15,35
Tremedal	4.535	1.289	28,42	975	314	24,36
Anagé	4.852	1.268	26,13	900	368	29,02
Planalto	3.783	1.337	35,34	1279	58	4,34
Belo Campo	3.337	627	18,79	614	13	2,07
Cordeiros	3.145	930	29,57	684	246	26,45
Encruzilhada	3.008	1.162	38,63	491	671	57,75
Piripá	2.416	1.928	79,80	1632	296	15,35
Barra do Choça	2.711	1.371	50,57	992	379	27,64
Ribeirão do Largo	1.841	902	49,00	705	197	21,84
Cândido Sales	1.658	880	53,08	525	355	40,34
Total	48.730	17.390	35,68	10.076	4.998	

*Dados do Cafir/ Receita Federal, situação em 2010

** Dados MDA/SAF - extrato de Daps. Fonte: <http://smap13.mda.gov.br/ExtratoDap/PesquisaMunicípio.aspx>

Uma breve comparação com o sul do Estado pode apontar um quadro mais negativo para o Planalto, no tocante à Agricultura Familiar. Considerando os levantamentos dos seis maiores municípios produtores de eucalipto, embora o quadro de concentração do espaço com redução da agricultura familiar nos seis municípios pesquisados, no sul do Estado, os indicadores de manutenção são bem maiores. No Sul, os Daps inativos ficam entre 12 e 20%, o que indica menor percentual de inativos, em relação ao Planalto.

7.2 Impacto no preço da terra no Planalto da Conquista

Embora o alto potencial de pequenas e de médias propriedades seja evidente, apresentando ainda o grande potencial para a agricultura familiar, as ameaças ficaram concentradas nos territórios onde a grande empresa e os empreendimentos de médio porte, atuaram: no sul do município de Vitória da Conquista, no Distrito de Cercadinho e no leste de Encruzilhada. Nesses espaços, a valorização da terra não é muito forte em razão das

condicionantes climáticas, com predomínio dos latossolos e de clima variando entre o sub/úmido ao seco, em zona de transição fisiográfica, entre a Caatinga e a Mata de Cipó, mas com potencial comprovado para a eucaliptocultura. Com o preço da terra relativamente barato e sem riscos para a eucaliptocultura, foram apontados casos de vendas, nessas localidades, destacando-se Caxambu, Cibra, Ponto Novo e Mato da Onça, no município de Encruzilhada. No Distrito de Cercadinho, em Vitória da Conquista, foram adquiridas terras nas localidades de Tolda, de Pau de Leite, de Sucesso, de Eloi, com maiores concentrações de eucalipto. Em outras localidades, foram evidenciadas compras de terras como o Velame, no distrito de Veredinha, Quatis do Fumaça, no distrito Sede, e próximos à sede do Distrito de São Sebastião. Na extensão do território do Planalto são feitos negócios com a terra, considerados dentro da normalidade do mercado. Na Figura 68, pode-se observar área típica de compra de propriedade para plantio de eucalipto:

Figura 68 – Típica mudança de padrão da propriedade para o plantio de eucalipto – Quatis do Fumaça



Fonte: Trabalho de campo-foto Edvaldo Oliveira – 10/2011

Para efeito dos cálculos sobre os impactos no preço da terra, foram usados conceitos retirados da norma NBR 14635-1, que estabelece princípios para avaliação de bens /Procedimentos gerais e NBR 14653-3, para avaliação de bens relativos aos imóveis rurais. Nesse sentido, considerou-se o conceito de imóvel rural como aquele com vocação para exploração animal ou vegetal, qualquer que seja a sua localização. Para as avaliações da terra, fez-se a diferença entre a terra bruta e a terra nua. Por terra bruta, a norma define como aquela terra não trabalhada, com ou sem vegetação natural e terra nua como aquela em que a terra se apresenta sem produção vegetal ou vegetação natural.

A valoração leva em conta também o que a norma avalia como funcionalidade de benfeitoria, com grau de adequação ou atualidade tecnológica da benfeitoria, na propriedade, em função da sua viabilidade econômica, no imóvel e na região. Além disso, foram observados fatores que interferem na valoração da terra, embora tais fatores não tenham muita validade para o eucalipto da cadeia produtiva do Planalto. Contudo, observou-se a situação do imóvel, o que, na eucaliptocultura, requer proximidade com os centros de consumo, equivalendo a até 200km, embora, no caso das siderúrgicas mineiras, essa distância ultrapasse os 500 km. Por fator de situação, a norma estabelece a homogeneização que expressa, simultaneamente, a influência sobre o valor do imóvel rural, decorrente da localização e das condições das vias de acesso (ABNT, 2011). Pela rusticidade e em função do apelo às terras baratas, os fatores de funcionalidade e de benfeitorias não são muito observados, na compra da terra para o eucalipto, uma vez que expressam o grau de adequação ou de atualidade tecnológica de uma benfeitoria, em função da sua viabilidade econômica, no imóvel e na região, contrariando de certa forma a valorização observada acima. Na busca de resposta que evidenciasse as alterações no preço da terra foram coletadas informações de imobiliárias especializadas em imóveis rurais. Segundo dados da Coplan e da Martins Agropecuária, além de consulta a outras de ramos mais abertos, conforme dados contidos na Tabela 48, as informações dão conta de que os preços dos imóveis não foram alterados, uma vez que a compra de terras ficou concentrada no período de expansão da grande empresa, entre 2004 a 2007:

Tabela 48 - Média de preço por há* no Planalto da Conquista - 2007 2010

Município	Área úmida		Subúmida		Semiárido		Preço médio**
	Benfeitoria	Terra nua	Benfeitoria	Terra nua	Benfeitoria	Terra nua	
Vitoria da Conquista	8.700	-	4.280	922	1.200	800	3.600
Encruzilhada	-	4.800	2.000	1.200	1.000	700	2.000
Barra do Choça	-	4.200	8,600	2.200	-	-	4.000
Planalto	8.600,00	5.800	3.600	2.600	1.200	800	3.800
Poções	6.000,00	-	2.000	1.200	1.200	800,00	3.400
Cândido Sales	3.000,00	1.500	1.200	1.000	-	-	2.000
Belo Campo	-	2.500	1.200	1.000	1.000	800	1.800
Ribeirão do Largo	4.300,00	-	3.500	-	1.500	1.000	2.600
Anagé	-	-	1.200	900	900	700	1.200
Cordeiros	-	2.000	1.500	1.000	1.000	800	2.000
Piripá	-	-	1.500	1.000	1.000	700	1.800
Tremedal	4.000	2.000	1.800	1.000	900	800	2.000
Preço médio							2.500

Fonte: Coplan/Martins Agropecuária/ trabalho d e Campo

*A medida agrária obtida em alqueire, muito comum na região. O alqueire padrão é de 19,6 ha. Na região, esse valor é arredondado para 20 ha. Os valores colhidos em ha foram convertidos para alqueire.

** Preço médio de mercado.

A Scot Consultoria, que opera no mercado de terras no Brasil, divide o preço das terras em duas categorias: terras agrícolas e terras para pastagens, sendo estas menos valorizadas que as primeiras. As diferenças entre as categorias agrícolas e as pastagens referem-se ao uso da terra conforme a tipologia. As áreas destinadas à pastagem podem ter preço menor que as terras agrícolas, conforme a vocação regional, como acontece no Planalto da Conquista, segundo levantamento em campo. Conforme as Tabelas 49 e 50, observa-se que as variações do preço das terras aproximam-se dos resultados obtidos no trabalho de campo. A média aponta para o preço das terras em torno de R\$ 2.500,00. As terras agrícolas têm preços em média de 25% , chegando a R\$ 3.000,00 o hectare.

Tabela 49- Preço de terras agrícolas na Bahia, em R\$/ha e preço médio em US\$/ha

REGIÃO	R\$/ha			US\$/ha
	mínimo	média	máximo	médio*
1. Extremo Oeste Baiano	3.000,00	6.500,00	11.200,00	3.600,00
2. Feira de Santana	2.300,00	5.300,00	6.800,00	3.000,00
3. Ilhéus - Itabuna	3.000,00	4.200,00	7.000,00	2.300,00
4. Vale do Rio São Francisco	2.000,00	6.000,00	10.000,00	3.300,00
5. Vitória da Conquista	1.500,00	2.600,00	4.000,00	1.500,00

Fonte: Scot Consultoria. Cotação do dólar em 17/06/2011

Tabela 50- Preço de terras de pastagens na Bahia, em R\$/ha e preço médio em US\$/ha

REGIÃO	R\$/ha			US\$/ha
	mínimo	médio	máximo	médio*
1. Extremo Oeste Baiano	1.000,00	2.200,00	3.200,00	1.200,00
2. Feira de Santana	1.800,00	4.100,00	6.800,00	1.500,00
3. Ilhéus - Itabuna	2.000,00	2.600,00	3.000,00	1.500,00
4. Vale do Rio São Francisco	1.000,00	1.300,00	1.600,00	700,00
5. Vitória da Conquista	1.000,00	2.000,00	3.100,00	1.100,00
6. Nordeste Baiano	3.000,00	3.200,00	3.400,00	1.800,00

Fonte: Scot Consultoria. Cotação do dólar em 17/06/2011

O que se depreende, a partir das inferências e das impressões obtidas nos trabalhos de campo, é o baixo impacto do preço da terra, com a implantação do eucalipto, uma vez que as plantações foram feitas por proprietários com posse da terra acima de 10 anos, o que não motivou o mercado de terras, embora 27% tenham comprado a terra para o eucalipto, a partir da ampliação da eucaliptocultura, nos anos agrícolas 2004/2005 a 2006/2007. Caso diferente foi informado, no Relatório Final de Consultoria Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos, admitindo que grandes empresas utilizam mecanismos de mercado, com compra de terras, no início, para evitar o impacto, fato observado no sul do Estado. Assim, preferiram não fazer compra, em grandes volumes, para evitar especulações no preço da terra. (BRASIL, 2010).

No caso da agricultura familiar que ocupa terras em faixas com módulos fiscais entre 35 e 65 hectares, com propriedades chegando a 260 hectares (somando quatro módulos fiscais), o impacto nas propriedades é considerado pequeno, se comparado aos casos dos municípios do sul do Estado.

A manutenção da agricultura familiar, como fator de resistência frente a qualquer monocultivo, mesmo que o eucalipto não a tenha afetado diretamente, é imperativo para manutenção da estrutura fundiária, desconcentrada, no Planalto da Conquista. O quadro geral mostra que a agricultura familiar, no Planalto, apresenta-se forte, apesar das muitas dificuldades encontradas, desde o apoio dos municípios, ao não ampliarem a base de oferta dos agricultores, pela demanda do PAA e do PNAE, exceto nos municípios de Cândido Sales e no de Vitória da Conquista, às políticas dos bancos credenciados, no trato geral com os agricultores familiares.

Evitar a venda da terra pelo agricultor familiar requer estratégias capazes de manter o produtor(a) no campo. Remete ao ganho de produtividade, no estabelecimento, o que Mazoyer e Roudart chamam de produtividade líquida, com capacidade de renovação da produção, uma vez que “no plano estritamente econômico, para que esse estabelecimento possa se renovar é necessário e suficiente que a produção líquida, por trabalhador, ou seja, a produtividade líquida (P_{nt}) seja superior ou igual à renda necessária para satisfazer as necessidades desse trabalhador e de sua família (MAZOYER, ROUDART, 2010 p. 445).

Para conter as desigualdades espaciais, para além da manutenção da paisagem, sem a igualização de que falou Smith (1984), a multiatividade no campo faz-se necessária, discussão já feita por Schneider (2009^a, 2009b); por Graziano da Silva (1997, 2003) e por Abramovay (1992, 2003), no âmbito da pluriatividade. Tais estratégias foram abordadas por Schneider, mostrando a complexidade que envolve o tema:

As transformações ocorridas no meio rural trazem consigo uma complexidade de alterações sociais, culturais e identitárias que vão muito além das mudanças perceptíveis na performance dos mercados de trabalho. Essas alterações vêm contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar, tanto como uma categoria sociopolítica como econômico-produtiva. Mas, ao mesmo tempo, também se percebeu que tais transformações implicam modificações nas formas de funcionamento das unidades familiares, levando ao aparecimento de novas estratégias individuais e coletivas que objetivam garantir a reprodução do grupo como família (SCHNEIDER, 2009, p235) .

As vantagens da agricultura familiar, longe dos grandes mercados, na oferta de produtos, tem sido um caminho para sua manutenção, já que os mecanismos de preços e financiamento não a afetam diretamente. Por outro lado, para Veiga, a vantagem da Agricultura familiar, no mercado, via preços baixos, é um mecanismo importante, em razão da estrutura simples da propriedade, diferentemente da empresa patronal. “São os preços e não as dificuldades estruturais ou administrativas, que limitam as possibilidades de expansão da agricultura patronal. Em outras palavras, a agricultura familiar consegue se adaptar bem melhor aos preços baixos” (VEIGA, 2007 p 125).

Criar condições que reduzam a desigualdade de competição da agricultura familiar ,nos mercados, tem sido o caminho indicado. Rever os aspectos de financiamento, com distribuição dos recursos, contemplando a agricultura familiar, ainda que a exigência do mercado e a posição dos governos sejam de atendimento prioritário a ele, como observa

Hespanhol (2007) quanto aos índices de financiamento da produção agrícola é, também, um caminho a seguir. A importância em manter a territorialização da agricultura familiar, em detrimento ou mesmo convivendo com a agricultura patronal, passa pela ordenação espacial, que a Geografia Agrária e a agricultura devem explicar, como aponta Schneider: “a reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo em que as unidades familiares relacionem-se com o ambiente e o espaço, nos quais estão inseridas”. (SCHNEIDER, 2009, p. 101).

7.3 O caminho das pedras.... os primeiros movimentos dos Movimentos Sociais

A ausência de conflitos latentes nos desdobramentos da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, não significa que não haja movimentos dos setores contrários à sua expansão. Pautadas nas políticas de outros territórios, as quais resultaram em dano ambiental, em igualização da paisagem e em problemas de concentração da terra e, firmando posição contrária às monoculturas em geral, na defesa da pequena propriedade, os movimentos se mobilizam, questionando os possíveis problemas, advindos do processo de expansão da eucaliptocultura.

Em diversas reuniões, o Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste da Bahia, que inclui o Movimento Pequeno Agricultores – MPA, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Centro de Estudo e Ação Sociais - CEAS, Movimentos dos Agricultores Sem Terra – MST, Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD, Articulação do Semiárido – ASA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, Conselho Quilombola do Sudoeste da Bahia e Consulta Popular, todos esses movimentos procuraram debater o avanço da eucaliptocultura, nos municípios do Planalto e em alguns municípios limítrofes do território.

Além de fóruns, de proposições de construção coletiva de encontros regionais, de audiência pública com a participação de agricultores e de órgãos governamentais, para debater a limitação da plantação do eucalipto, internalizar o debate para tirar linhas de ações práticas que vão desde a questão do Código Florestal até as ações de reflorestamento com propostas de alternativa ao eucalipto, fazendo o planejamento observando as prioridades, têm sido a pauta dos movimentos. Nas linhas de pensamento, está a delimitação da área de plantio com amparo legal, como acontece em outros municípios. Como exemplo, a realização, na cidade de Vitória

da Conquista, em julho de 2010, do I Seminário Regional “*Em defesa da vida, combatendo o latifúndio e os monocultivos*”, com o objetivo de discutir, de forma democrática e participativa (comunidades, órgãos governamentais, entidades socioambientalistas e de Direitos Humanos e movimentos sociais), o processo de expansão do monocultivo do eucalipto, na região, e os impactos socioambientais causados sobre as populações do campo, bem como propor ações que permitam a permanência e a sustentabilidade das Comunidades Camponesas em suas terras.

Para amparar as discussões, foram feitos levantamentos em campo, no Planalto, para identificar possíveis problemas, nas áreas em que a mineração e o eucalipto avançaram. Nesse sentido, o Quadro 23 mostra o trabalho da CPT, em nove municípios, cujas localidades foram levadas a discutirem os possíveis problemas com a chegada do eucalipto.

Quadro 23 – Localidades com problemas locais envolvendo o eucalipto

Município	Comunidade(s)	Município	Comunidade(s)
Vitoria da Conquista	Lagoa de Melquíades	Belo Campo	Peri Peri
	Cercadinho		Boa Vista
	São J. de Paulo	Barra do Choça	Pátria Livre
	Xavier		Mocambo/Cangussu
	Furadinho	Cordeiros	Pedra Branca
	Cedro		Campo Grande
	Veredinha		Assentamento Maria Zilda
	Inhobim	Piripá	Cigano
	Poço Verde	Tremedal	Ilha de Dentro
Encruzilhada	Mocó		Tapioconga
	Gongá/Olho d'água		Baraúnas
	Acampamento Lindauro		Araçás
	Assentamento Primavera	Planalto	Brejo Verde
Cândido Sales	Mandacaru		Lagoa do Terto
	Espírito Santo		
	Papagaio		
	Barra do Furado		

Fonte: Documento das Entidades Sociais reunidas em 05/05/ 2010

Outras entidades promoveram eventos para discutirem a ampliação da eucaliptocultura. O município de Encruzilhada promoveu Seminário, com a presença de José Koopmans, ativista no sul da Bahia, falecido em 2011. O município de Barra do Choça, em junho de 2010, promoveu Seminário com vistas à elaboração de Lei Municipal que limitasse o plantio de eucalipto. A discussão resultou na criação de uma minuta de Projeto de Lei, para

posterior discussão. Outro grande Seminário foi realizado pelo Projeto Balcão de Direitos, vinculado ao Curso de Direito da UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, junto com o CEPEDES/Fundação Padre José Koopmans, quando foram discutidos aspectos gerais da eucaliptocultura, particularizando o Planalto da Conquista.

Um dos maiores embates remete à audiência pública, na cidade de Itapetinga - BA, em agosto de 2011, para aprovação do EIA/RIMA de expansão da planta II da Veracel Celulose, que abrangerá municípios limítrofes do Planalto. Na oportunidade, os movimentos sociais se posicionaram contra a expansão, com destaque para o município de Encruzilhada, único do território do Planalto a ser atingido com plantio da ordem de cinco mil hectares, a princípio. De modo enfático, o representante da Secretaria de Agricultura e do Meio Ambiente se posicionou contrário ao eucalipto, no Município.

No plano das discussões sobre a ação dos movimentos sociais, Tosta (2009) faz um breve balanço da ação dos movimentos, embora esclareça que não era esse o foco do estudo dele. Contudo, levanta algumas questões, destacando os posicionamentos de diversos autores, e entrevistas com moradores de áreas próximas aos plantios de eucalipto, revelando aspectos sociais, como o desemprego, a partir da implantação do eucalipto. Ainda são levantadas questões como a queda do preço da terra.

O trabalho relata um dos primeiros eventos de ocupação de terras, no município de Cândido Sales, ligado ao MST, quando foi ocupada uma área de terra para reivindicar a posse da fazenda, conhecida como Fazenda Renascer, pertencente a uma empresa do estado do Rio de Janeiro, a qual explorava carvão, na região, e que, segundo a CPT de Vitória da Conquista, indicou a fazenda ao MST que, posteriormente, fez um estudo da área, descobrindo que ela estava sendo cogitada para o plantio de eucalipto (TOSTA 2009, p.506). Outros relatos são anotados por Tosta, como a resistência à venda das terras, a contrariedade dos movimentos para com o plantio de eucalipto, a discussão sobre os efeitos do eucalipto nas comunidades, o barateamento das terras e os aspectos relacionados à queda da produção.

Outras formas de debate ainda estão por vir, quer contra, quer a favor da eucaliptocultura. O aumento do consumo e a formação do mercado regional certamente demandarão, de ambos os lados, discussões capazes de reorientar a produção de madeira, sem desorganizar a estrutura fundiária regional que leve a uma tomada do Planalto pela monocultura, igualizando a paisagem, em detrimento da multiatividade no campo, aliada a

pluriatividade, viés que merece discussão e pesquisa, uma vez que a agricultura do território do Planalto se ressentiu de período de seca, por cerca de seis meses.

7.4 A ameaça que vem do sul

Se a estrutura fundiária do Planalto da Conquista é ainda desconcentrada para os padrões regionais, não faltam ameaças, principalmente nas áreas de maior potencial hídrico. Se a ausência de investimentos, nas áreas subúmidas e semiáridas, consiste em pequenos projetos que envolvem as comunidades locais, sob o argumento de geração de emprego e de renda, a ausência de grandes investimentos do Estado se faz sentir, se bem que tais projetos não têm beneficiado o produtor local. Fica, então, a cargo das grandes empresas, dispondo de capital e de aporte do Estado, a disseminação de políticas de ampliação da produção, em espaços ditos “luminosos”, para a reprodução do mesmo capital. É o caso da ampliação da fábrica da Veracel que, diante da pressão sobre a terra, no sul do Estado, busca ampliar a produção de celulose e de papel, com plantios de eucalipto. Nesse sentido, três projetos foram elaborados pela CEPEMAR - Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda. como se vê na Figura 69. Destes, foi escolhido o projeto dois, que apresenta área contígua ao Planalto da Conquista:

Figura 69 – Projetos de expansão da Veracel Celulose



Fonte: EIA RIMA/Veracel, (2010)

Se a ausência do grande projeto tem sido até aqui o argumento para a manutenção da estrutura fundiária do Planalto, a ameaça chega através da aprovação do projeto de expansão da Veracel. Embora vozes consoantes, por parte do governo, apoiem a expansão da Fábrica, vozes dissonantes ecoam contra a chegada da grande empresa, diante dos problemas causados

no sul, na área de expansão direta do primeiro projeto. Entre essas ameaças, além da discussão ambiental, estão as possíveis alterações na estrutura fundiária, como resultado da compra de terras, pela empresa.

O quadro de expansão da fábrica prevê o aumento de 169.578 hectares, além dos 412.844 hectares, totalizando 582.422 hectares de plantios diretos e fomentados pela Veracel (Tabela 51). Dos dezessete municípios destinados ao grande projeto de expansão, cinco estão em áreas próximas ao Planalto, dentre eles, o município de Encruzilhada se destaca, por pertencer ao Planalto da Conquista.

Tabela 51 - As áreas a serem plantadas em cada um dos municípios da alternativa II, escolhida para a ampliação da Fábrica da Veracel

Municípios	Áreas Futuras (ha)	Áreas Atuais + Futuras (ha)
Belmonte	11.154	30.000
Canavieiras	13.874	15.000
Encruzilhada**	5.000	5.000
Eunápolis	0	22.362
Guaratinga	27.854	35.000
Itabela	11.167	17.000
Itagimirim	4.448	16.000
Itapebi	18.219	19.000
Itapetinga *	10.000	10.000
Itarantim *	15.000	15.000
Macarani *	10.000	10.000
Maiquinique *	4.000	4.000
Mascote	10.097	14.000
Porto Seguro	20.766	35.000
Potiraguá*	5.000	5.000
Santa Cruz Cabralia	0	25.224
Santa Luzia	2.999	3.000
TOTAL	169.578	280.586

Fonte: Veracel/Cepemar, 2011.

* Território de Identidade de Itapetinga

* Território de Identidade de Vitória da Conquista/Planalto da Conquista

Nos municípios do entorno do Planalto, que envolve o Território de Identidade de Itapetinga, onde predomina a pecuária como base da economia agrícola regional, mas que dá sinais de esgotamento, o aparecimento de outra monocultura, como tem sido o processo de implantação da eucaliptocultura, busca as áreas degradadas. No caso da expansão, nesse território, ampara-se nas condições climáticas, próximas do sul da Bahia, com maior pluviosidade, ocupando manchas de latossolos e solos adaptados ao eucalipto. Embora o acréscimo aos plantios do Planalto seja de 5.000 hectares, nos municípios de entorno, acrescentam-se 44 mil hectares.

A preocupação com o avanço sobre a pequena propriedade se dá em razão dos discursos da compra da terra que, segundo relatos na audiência pública para discutir o EIA/RIMA, não seria em áreas menores que 100 hectares. Duas questões devem ser levantadas nesse contexto: a disponibilidade de recursos para a compra de terras e a proposta de compra de pequenas propriedades, face aos levantamentos conhecidos da estrutura fundiária regional. Segundo o EIA/RIMA, do total de 1,7 bilhão de reais, pouco mais de 1/3 será destinado à compra de terras, como se pode ver na Tabela 52:

Tabela 52 – Investimentos para a ampliação da fábrica de celulose da Veracel

Unidade Florestal	R\$ x 1000	%
Aquisição de Terras	592.600	34,9%
Silvicultura	608.248	35,8%
Infraestrutura Viária	240.056	14,1%
Equipamentos Florestais	67.470	4,0%
Documentos e Meio Ambiente	67.016	3,9%
Impostos e Taxas	124.609	7,3%
Unidade Florestal Investimento Total - Com Impostos e Taxas	1.700.000	100,0%

Fonte: CEPEMAR/EIA/RIMA Veracel.

O investimento financeiro pode ter ação direta sobre os produtores locais com a implantação do fomento, semelhante ao do sul do Estado, uma vez que serão destinados cerca de 608 milhões para os projetos de plantios de eucalipto. Esse procedimento já está previsto no EIA/RIMA, ao avaliar a redução dos impactos.

Outra justificativa remete ao preço da terra e às variações de mercado face ao processo de implementação da eucaliptocultura. O Relatório admite que, nesses casos, existe a possibilidade de aumento de preços. Admite, então, que o preço da terra e as suas variações regem os preços da economia, tendo como pano de fundo a escassez, uma vez que considera a terra um recurso de oferta limitada. “Nesse sentido, tanto a pressão de demanda, oriunda da presença de um grande comprador, como a redução da oferta de áreas, para os fins desejados, podem ter, como resultante final, o aumento dos preços (CEPEMAR, 2010, p. 169). A preocupação da empresa com o aumento do preço da terra não é nova. O Relatório Final de Consultoria - Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados já observava a

estratégia da empresa em não comprar terras, em grande quantidade, para não aumentarem o preço.

A preocupação, no caso dos municípios do Planalto, remete à pequena propriedade que, em áreas mais úmidas, pode ser cogitada, para projetos de expansão futura, com a compra/arrendamento e/ou implantação do fomento florestal, nos moldes da empresa. Segundo dados do Diálogo Florestal, a Veracel propõe adotar, na ampliação de sua fábrica, o mesmo modelo concentrador de terra para garantir o suprimento de matéria prima, na base de 86% de plantios, em terras próprias, e de 14%, em terras de terceiros (DIÁLOGO FLORESTAL, 2011, sp). Contudo, propõe medidas de aumento do fomento, de arrendamento e de outras modalidades para 50 % do total da área a ser plantada, reduzindo a necessidade de compra de terras. Nesse sentido, a empresa sai na defensiva, propondo algumas “medidas mitigadoras” para evitar o impacto negativo da concentração, como ocorreu, no sul.

No âmbito da produção, propõe, diante das alterações do uso e da ocupação do solo pela aquisição e pelo arrendamento de terras pela Veracel e por seus fomentados para a formação da Base Florestal, estudar a possibilidade de destinar percentuais, para o que chamou de APAL, “Área para Produção de Alimentos”, pela pequena agricultura e pela Agricultura Familiar, pretendendo priorizar as famílias dos assentamentos da Área de Influência Direta, cadastradas pelo INCRA e pelos movimentos sociais, às quais não têm acesso à terra, para produzir. Com esse indicativo, a empresa assume a *mea culpa* antecipada pelos prováveis danos à agricultura e à estrutura fundiária.

Entre as estratégias para aquisição de terras baratas, visto em todos os projetos de expansão da eucaliptocultura, no mundo e no Brasil, está a elevação dos preços da terra e a especulação imobiliária, na área de influência direta do projeto. Nesse sentido, a proposta é definir estratégias de compra que evitem a elevação abrupta dos preços das terras, na Área de Influência Direta, isto é, nos municípios que, efetivamente, farão parte do grande projeto. No campo da compra de pequenas propriedades, propõe que se evite a aquisição de terras, em áreas agrícolas, com grande produção de alimentos, e que seja seguida a condicionante da licença de localização do primeiro projeto Veracel, que somente permite a aquisição de propriedades com menos de 50 há, em casos excepcionais e com anuência do Sindicato dos Trabalhadores e dos Trabalhadoras Rurais, tendo em vista que tais áreas são, em geral, produtoras de alimentos.

Contrariamente, ao tempo em que ratifica critérios para a compra de pequenas propriedades, propõe, sempre que possível, reduzir a compra de pequenas propriedades, diminuindo o número de negociações e, portanto, o conseqüente aumento da especulação. Busca ,então, as propriedades ditas inadequadas à agricultura–ou de baixo uso alternativo do solo, consoante–os demais projetos de expansão do eucalipto, geralmente com o discurso das ocupações das áreas degradadas. Na justificativa de reduzir os impactos, sugere que os plantios sejam feitos em áreas que já sofreram intervenção humana, como nas áreas de pastagens.

Diante dos procedimentos para as ações da empresa nos territórios, e apoiadas pelos órgãos de Governo, as vozes dissonantes conseguiram suspender, por força judicial, o EIA/RIMA. Nas discussões, durante a Audiência Pública de Itapetinga, o município de Encruzilhada, através da Secretaria de Meio Ambiente e da Agricultura, declarou-se contrário à eucaliptocultura. A presença de movimentos sociais (Figura 70) conduziu as discussões, adotando posições contrárias aos moldes em que está sendo proposta a expansão da eucaliptocultura. Posição semelhante foi tomada pelo município de Santa Luzia, que também se declarou contrário ao eucalipto, em seu território.

Figura 70 – Audiência pública que discute o EIA/RIMA de ampliação da fábrica da Veracel Celulose



Fonte: Trabalho de campo-foto Edvaldo Oliveira

A certeza da reestruturação fundiária, pela empresa, está na afirmação de que “Serão compradas terras, feitos arrendamentos e estabelecidas parcerias com os produtores florestais da região” (CEPEMAR, 2010, p. 196). No âmbito municipal, avanços, como a aprovação de leis, têm sido indicados, bem como a limitação do plantio. Há que se considerar que, somente na Constituição de 1988, o Município conseguiu alguma autonomia para legislar, pela via da Lei Orgânica. Isso, contudo, não garante avanços, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro limita as ações dos municípios, principalmente em legislar sobre o espaço rural. O futuro da manutenção da estrutura agrária, no Planalto da Conquista, tal como se apresenta, dependerá das políticas de retenção dos grandes projetos, com ênfase nos grandes monocultivos, resultando na igualização da paisagem e, conseqüentemente, na desigualdade da distribuição das terras. Em março de 2012, o INEMA, liberou o licenciamento prévio da Veracel, para a expansão da fábrica, através da Portaria nº 2253, cuja licença tem validade de quatro anos.

Como síntese, a proposta do método comparativo das ressalvas, das similaridades e das diferenças, serviu para a construção do quadro sinótico que marca as formas contraditórias entre o Planalto da Conquista e o sul do Estado, conforme ilustra o Quadro 24:

\

Quadro 24 - Quadro sinótico das diferenças de ocupação do eucalipto

PLANALTO DA CONQUISTA	SUL DA BAHIA
USO DA TERRA	
Esparçamento da ocupação espacial, com baixa continuidade, resultando em espraiamento dos plantios no território.	Adensamento dos plantios, resultando na ocupação espacial em graus elevados, pelo menos em seis municípios.
Predomínio dos plantios, em pequenas áreas, em muitos estabelecimentos, pelos proprietários rurais com baixa ação de empresas .	Predomínio dos plantios em grandes áreas e poucos estabelecimentos rurais concentrados nas empresas.
Ocupação em toda extensão do Planalto, com maior concentração na transição entre a área úmida e subúmida.	Ocupação das áreas litorâneas, com maior pluviosidade.
Predomínio de pequenos plantios em pequenas e em médias propriedades .	Predomínio de grandes plantios em médias e em grandes propriedades.
IMPACTOS NA ESTRUTURA AGRÁRIA	
Manutenção da estrutura fundiária com pequenas e médias propriedades, demonstrada nos Censos Agropecuários, dados do ITR e ratificada pelo índice de Gini com indicativos entre 0,53 a 0,76 e média de 0,65.	Concentração fundiária seguindo o modelo, pós pastagem, com indicativos entre 0,68 a 0,88, com média de 0,8 do Índice de Gini, e Censos agropecuários.
FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO/FOMENTO	
Produtor independente – produção com recursos próprios.	Produtor independente sem identificação pelos órgãos de controle do Estado.
Financiamento próprio e por Reposição Florestal – baixo investimento dos bancos oficiais e dos privados.	Financiamento pela Empresa compradora com vinculação da produção com alto investimento de Bancos Públicos para os grupos empresariais
Fomento para a Reposição Florestal, sem vínculo com a empresa que requereu o fomento. Apenas o cumprimento do dispositivo legal para manter a oferta da cubagem da madeira ou finalizar o plantio.	Fomento com vinculação da produção à empresa, condicionando 95% da produção, destinada à empresa fomentadora.
CONFLITOS	
Ausência dos conflitos diretos, refletindo apenas em alguns questionamentos feitos pelos movimentos sociais.	Conflitos latentes desde ocupação do solo, com ênfase na nova estruturação agrária, concentrada pelo eucalipto, muito mais no âmbito ambiental que agrário.
AGRICULTURA FAMILIAR	
Médios a altos indicadores de Daps, variando entre 18 e 53% de estabelecimentos, com agricultura familiar e inatividade alta, variando entre 2% a 52% com média de 26,4% .	Baixos indicadores de documentos de aptidão para a agricultura familiar, com indicadores entre 12 e 20 % de Daps inativos, média de 17,1% .

As condições de implantação da monocultura do eucalipto, nos dois espaços, marca as diferenças, em consonância com as variáveis propostas. No plano do uso da terra, as contradições entre os espaços estudados apontam para as diferenças, apresentadas no quadro, com aspectos de adensamento e de esparsamento. Mostra que, em estruturas físicas diferentes, mas com capacidade de manutenção da estrutura produtiva semelhante a uma cadeia proativa de melhor e maior valor de mercado, a tendência é o aumento da produtividade, aliada à implantação do Complexo Industrial. Tal modo de implantação da monocultura implica diferentes formas de concentração fundiária. Mesmo com históricos de colonização semelhantes, a reestruturação fundiária apresenta-se diferenciada, para mais, no caso do sul e, para menos, no caso do Planalto da Conquista.

Os reflexos dos espaços diferenciados, no campo físico, implicam diretamente os níveis de financiamento da monocultura. Nesse caso, as desigualdades, no que tange aos investimentos, são diferenciados, apontando para uma política de Estado, na qual os espaços privilegiados quanto à produção e à reprodução do capital, acabam por receberem maiores incentivos governamentais. Observa-se que, mesmo nos investimentos privados, a forma de reprodução do capital se dá com o domínio indireto da terra, no sul, com formas de fomentos diferenciados. A posse da terra para a reprodução do capital remete aos conflitos, cujos efeitos podem ser observados na concentração fundiária. Isso não significa que não haja conflitos pela terra, no Planalto da Conquista, porém, os que existem, não remetem à implantação da monocultura do eucalipto, pelo menos nessa fase, ressalvados os projetos de ampliação da base florestal que vem do sul do Estado.

Observando o quadro agrário e a estrutura da agricultura familiar, parece não haver diferença entre os dois espaços, embora o Planalto da Conquista apresente alguns problemas de gestão, em relação ao sul do Estado. O problema detectado, no sul, mostra que, embora os indicadores sejam favoráveis, mascaram o problema, uma vez que a redução das propriedades dá-se em função do adensamento do eucalipto, pelas grandes empresas.

À GUIZA DE CONCLUSÃO

A vastidão do conhecimento científico e a busca de novas formas para se explicar a realidade não se limitam à produção do conhecimento. Ao estudar a expansão da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, percebe-se que se abre um leque de novas oportunidades de pesquisa, em face da demanda de informações científicas sobre o território. Os questionamentos que levaram à pesquisa, e as respostas que dão sustentação à Tese de diferenciação, em relação ao sul do Estado, abrem outras possibilidades, uma vez que leva a outros questionamentos que são contemplados.

A eucaliptocultura é um fato consolidado e em fase de expansão, no Planalto da Conquista. A aplicação do método comparativo, embora seja o mais indicado, requereu exercícios teóricos e reflexões, no sentido de operacionalizar com espaços produzidos, de forma diferente, modificados pela ação do capital, em maior e em menor grau, sobretudo no tocante às modificações na estrutura fundiária. O caminho proposto pelos autores que nortearam a Tese facilitou o entendimento das diferenças espaciais, posto que a territorialização de uma cultura se sobrepõe à outra, no processo de desterritorialização/reterritorialização

Para uma cultura tão controversa quanto a do eucalipto, odiado e amado, reconhecido como benefício para uns, como malefício para outros, exigido pelo mercado consumidor mundial, responsável, em parte, pela expansão da economia, no contexto das chamadas *florestas plantadas*, tornou-se um desafio, ao analisar a expansão da eucaliptocultura, levando à tomada de posições. Com base nos estudos teóricos, na defesa de argumentos abordados, na bibliografia e na concepção de uma ideia sobre a eucaliptocultura, aqui se busca rebater o conceito de “floresta plantada” e defender o eucalipto como monocultura (povoamento), na medida em que o cultivo de eucalipto remete diretamente ao mercado. Especificamente para o eucalipto, desconsidera-se o termo silvicultura e defende-se os termos eucaliptocultura/eucaliptocultor/eucaliptal, ao tempo em que se reafirma o eucalipto como monocultura e não como atividade ambiental, *strictu sensu*.

Rebate-se, nesse ponto, o discurso de recuperação, em larga escala, das chamadas áreas degradadas, para a eucaliptocultura, particularmente da grande empresa. Embora agricultores locais (absenteístas) tenham substituído áreas degradadas, grandes grupos têm

investido na compra de terras para a eucaliptocultura, mesmo porque as áreas degradadas foram, antes, objeto de exploração do capital.

Nos termos das comprovações levantadas, na Tese, admite-se que o Estado pouco participou do avanço da eucaliptocultura, no Planalto da Conquista, embora tenha tentado implementar os denominados “Polos florestais”, em detrimento de outros territórios, com investimentos diretos, na grande empresa. A iniciativa privada, o autofinanciamento e o fomento pelo mecanismo da Reposição Florestal são responsáveis pela expansão da eucaliptocultura, no Planalto, levada a cabo pela política de “Reposição Florestal”, via consumo de produtos madeireiros e de seus derivados. Dessa forma, observou-se que a atuação do absenteísta é muito marcante no que tange ao problema tratado. O eucaliptocultor é, na sua maioria, absenteísta. Estes são geralmente profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes que aplicam as sobras de capital adquirido na eucaliptocultura e em outras monoculturas. A suspensão do fomento florestal, via Associação, não limitou o avanço da eucaliptocultura, mostrando o caráter da produção independente, ainda que muitos o façam sem ter ideia do mercado que os espera.

Ao levantar o histórico da estrutura fundiária e da situação atual, face ao processo de expansão da eucaliptocultura, mesmo diante das dificuldades de obter dados oficiais através dos órgãos que detêm o controle da informação, no Estado, ficou evidente que a estrutura fundiária do Planalto, em relação ao sul, ainda é de domínio da pequena e da média propriedade. Surpreendentemente, a forma diferente do território do sul envolveu os pequenos e os médios produtores, com pequenas áreas, a princípio, ficando a grande área ocupada pelo investimento da grande empresa que, em pequeno número, chegou ao território. Observa-se, ainda, a baixa ocupação dispersa do eucalipto, em relação às altas concentrações, no sul, sem implicações na estrutura produtiva local, e com baixo impacto do emprego, no campo.

A estrutura física do Planalto, um ecótono, com três ambientes distintos: úmido, subúmido e semiárido, não limitou a expansão do eucalipto. Os estudos mostraram que áreas mais inóspitas para outras culturas foram ocupadas pelo eucalipto, revelando que, nesse sentido, há um potencial produtivo.

Os conflitos latentes em outros territórios, aonde os monocultivos chegaram, não foram evidenciados, embora movimentos sociais, preocupados com os problemas que possam advir desse fenômeno, levantem-se, questionando o processo de expansão, face às ameaças da grande empresa. A baixa repercussão na estrutura fundiária e as condições em

que a monocultura está sendo implantada, mostram que os movimentos sociais não têm tido forças para barrar o avanço da monocultura, no Planalto, pelo menos nesse momento. As preocupações voltam-se para a expansão da fábrica de celulose, no entorno do Planalto, com previsão de compra de terras, por altas somas. No que tange ao preço da terra, os resultados mostram que, apesar da compra de terras por grupos alheios ao proprietário da região, o impacto ainda não foi sentido, pelo menos na totalidade do território do Planalto, como forma de pressão sobre o pequeno proprietário, exceto as compras pontuais. Passível de estudos mais aprofundados, observa-se que aparecem os primeiros rebatimentos no trabalho, principalmente no sul do Planalto, com a redução da capacidade de trabalho e um incipiente êxodo.

No plano municipal, o impacto é diferente em cada município, numa relação área-plantio-culturas em que a espacialização/territorialização se dá, de fato, de forma descontínua e esparsa, embora alguns municípios apresentem maior ocupação contínua. Ratificam-se as diferenças da eucaliptocultura implantada no Planalto da Conquista, objeto da Tese; a desigualdade do trato da região, pelo Estado; a igualização da paisagem, no sul, contra o esparsamento na área de estudo; a presença do grande projeto e do maciço capital, resultando na concentração fundiária e nos conflitos diversos, contrariamente ao que acontece no Planalto.

Na proposição sobre a manutenção da estrutura fundiária que organiza o espaço rural, no Planalto da Conquista, há preocupações com a pequena e a média propriedade, de caráter familiar, sobretudo as interessantes para a eucaliptocultura (cujo critério, aqui adotado, chega a até cem hectares, por força dos licenciamentos). Acredita-se que o fortalecimento da agricultura familiar, bem como dos pequenos proprietários que detêm a terra, podem barrar a desconcentração fundiária existente. Entende-se, portanto, que essa é a melhor forma de manter o pequeno agricultor na terra, longe das ameaças do grande capital. Entende-se, portanto, que essa é a melhor forma de manter o pequeno agricultor, na terra, longe das ameaças do grande capital.

O futuro da agricultura no Planalto da Conquista depende das políticas de Estado para manutenção da estrutura vigente, com nuances de melhoria da produção, diante das condicionantes físicas limitantes, principalmente climáticas, a oeste do território, com seis meses de período seco e com baixa pluviosidade, no período chuvoso. Nesse ínterim, acredita-se que a pluriatividade, aliada à produção local, pode minimizar os efeitos do baixo

rendimento no campo, um desafio a ser pesquisado. Os caminhos da eucaliptocultura ainda são um desafio para a pesquisa, na região, com a ampliação do mercado, amparado pela indústria da construção civil, pela indústria moveleira e pelo consumo diverso, que já apresentam demanda maior que a oferta. Fora do conceito de *commodities* e das grandes cadeias produtivas, o eucalipto, insere-se, definitivamente, como alternativa ao agronegócio, e se posiciona como possibilidade de renda, a longo prazo, para médios e para grandes agricultores.—Essas constatações são inquestionáveis. A Geografia e os geógrafos têm a responsabilidade científico-social de se empenharem nos estudos do território em consonância com as Ciências afins.

REFERÊNCIAS

- ABRAF- Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário estatístico da ABRAF 2011 ano base 2010** / ABRAF. – Brasília: 2011.
- ABRAF- Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas **Anuário estatístico da ABRAF 2009 - ano base 2008** / ABRAF. – Brasília: 2010.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Diversificação das economias rurais no Nordeste. In Balanço da Ação Governamental no Brasil - PCT IICA/NEAD Relatório final.** Brasília, julho de 2002
- ABRAMOVAY, Ricardo. (org) **Bicombustíveis: a energia da controvérsia.** São Paulo: Editora SENAC, 2009. 184p
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149p
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: HUCITEC/Editora UNICAMP – Anpocs, 1992. 275p
- ACOT, Pascal. **História da Ecologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1990. 212 p.
- AHRENS, Sergio. Manejo e silvicultura de plantação de pinus na pequena propriedade rural. In: GALVÃO, Antonio Paulo M. (Org.) **Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais.** Brasília: Embrapa Comunicação pra transferência de tecnologia: Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2000.
- ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. **Características teórico-metodológicas da geografia agrária clássica: a produção nas revistas científicas brasileiras.** In 12º. Encontro de Geógrafos da de America Latina. Anais, Montevideo, UY, 2009. Disponível em http://egal2009.easyplanners.info/area02/2005_Alves_Flamarion_Dutra.pdf. acesso em 24 de julho de 2009
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- BAHIA – Secretaria de Meio Ambiente SEMA/INEMA. **Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos de Expansão da Silvicultura de Eucalipto e Biocombustíveis no Extremo Sul da Bahia: AAE Extremo Sul.** Dezembro – 2008
- BAHIA – Secretaria de Meio Ambiente SEMA/INEMA. **Silvicultura de eucalipto no Extremo Sul da Bahia: situação atual e perspectivas ambientais.** Dezembro – 2008
- BAHIA. **Cartilha de fomento florestal.** Salvador: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos 2006.

BATALHA, Mário Otavio; SCARPELLI, Moacir. **Gestão do agronegócio: aspectos conceituais.** In: **Gestão do agronegócio: textos selecionados.** Batalha, M.O. Coord. São Carlos: EduFISCAR, 2005. 465p

BENKO, Georges. **A recomposição dos espaços** In. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local.* Vol. 1, N. 2, p. 7-12, Mar. 2001

BEF 329 Alexandre. **Eucalipto - 100 Anos de Brasil. “Falem mal, mas contir falando de mim!”.** Setor de Inventário Florestal – V&M Florestal Ltda. 2006 Acesso em janeiro de 2010 disponível em

BITENCOURT, M. D.; SOARES FILHO, A. O. **Determinação do estado e da distribuição da floresta estacional na região de Belo Campo – BA através de índice de vegetação e SIG.** Belo Horizonte, FOREST, 1997.

BNDES - **O setor de papel e celulose no Brasil e no mundo.** Relatório anual – 2009/2010. Brasília: BNDES, 2011. Acesso em maio de 2011. <http://www.bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/estatisticas/rel2009.pdf>

BNDES. **O setor de papel e celulose no Brasil e no mundo.** Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/rel52b.pdf. Acesso em 22 de maio de 2010

BRASÃO, J.E.M.; ARAÚJO, A.P. **Vegetação.** RADAMBRASIL, Folha SD 24, Volume 4, Salvador. MME – SG, Rio de Janeiro, 1981.

BRASIL - **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Ministério do Desenvolvimento Agrário** – MDA Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT Guia para o Planejamento. DOCUMENTO DE APOIO Nº 02. Brasília: SDT/MDA, novembro de 2005.

BRASIL – **Referências para um Programa Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Ministério DO Desenvolvimento Agrário. Brasília: MDA, 2003

BRASIL - **Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados. Relatório Final de Consultoria.** MMA/FAO/TCP. Brasília, Março 2005. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/if/lmbh/pdf/outraspublicacoes01.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2010

BRASIL FLORESTAL – **Combustível da madeira – uma realidade na matriz energética brasileira.** In. Revista Brasil Florestal. IBDF, Brasília: No. 5 ano II, janeiro/março de 1971

BRASIL FLORESTAL – **Combustível da madeira – uma realidade na matriz energética brasileira.** In. Revista Brasil Florestal. IBDF, Brasília: No. 5 ano II, janeiro/março de 1971

BRASIL FLORESTAL – **Combustível da madeira – uma realidade na matriz energética brasileira.** In. Revista Brasil Florestal. IBDF, Brasília: No. 59 ano XII maio/junho de 1982

BRAY, Silvio Carlos. Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária. In: **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. MARAFON, G.J.; RUA, João; RIBEIRO, M. A. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 330p

CARDIM, Sílvia Elisabeth de C. S. VIEIRA; Paulo de Tarso Loguércio;_VIÉGAS, José Leopoldo Ribeiro. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira**. NEAD- disponível em Disponível em http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=175 Acesso em 17 de fevereiro de 2010

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade da Agricultura no Brasil: uma reflexão crítica**. In: SCHNEIDER, Sergio. A diversidade da agricultura familiar. 2ª. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 295p.

CARNEIRO, Roberto A. F. **Impactos da Indústria de papel e celulose sobre o extremo sul: principais vetores de crescimento**. Fundação Centro de Projetos e Estudos – BA. Salvador: CPE, 1994

CARVALHO, Paulo H. C. In: GALVÃO, Antonio Paulo M. (Org.) **Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais**. Brasília: Embrapa Comunicação pra transferência de tecnologia: Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2000.

CERON, Antonio Olívio. GERARDI, Lucia Helena de Oliveira **Geografia Agrária e Metodologia de Pesquisa**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 2, n. 3, p. 04-16, fev., 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato **Região e Organização Espacial** 7ª Edição Editora Ática São Paulo 2000.

COSTA, José Eloizio da. **A Agricultura Camponesa em Itabaiana: Uma Abordagem Chayanoviana**. (Dissertação de Mestrado) NPGeo - Universidade Federal de Sergipe, 1992.

COUTO FILHO, Victor de Athayde. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Org. Maya Takagi. Brasília: MDA, Rio de Janeiro, Garamound, 2007

DANTAS, Aldo. **Monbeig e a noção de Complexo Geográfico**. Confins, Número 7, 2009. Disponível em <http://confins.revues.org/index6091.html> acesso em 23 de setembro de 2009

DE VASCONCELOS, Maria Madalena Noronha. **Dos antecedentes do PNRA à produção e gestão do espaço no Projeto de Assentamento Amaralina - vitória da conquista: (Uma Fonte de Cobiça)**./ Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2007.

DE VASCONCELOS, Maria Madalena Noronha. **Dos antecedentes do PNRA à produção e gestão do espaço no Projeto de Assentamento Amaralina - vitória da conquista: (Uma**

Fonte de Cobiça)./ Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2007.

DIALGO FLORESTAL - Considerações acerca do EIA-RIMA de ampliação da Veracel celulose S.A. Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia. Porto Seguro, 2011. Disponível em http://www.meioambiente.ba.gov.br/upload/Forum_Florestal2.pdf. Acesso em novembro de 2011.

DIÁLOGO FLORESTAL. Sementes do Diálogo : registros da primeira fase do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica, 2005-2007 / [texto: Olga de Mello ; coordenação: Thadeu Melo]. – Rio de Janeiro : Instituto BioAtlântica, 2008. 64p. : il. col., mapas ; 26cm.

DINIZ, J. A. F. Geografia da agricultura. São Paulo: DIFEL, 1984. 277 p.

DOSSA, Derli. ET al. Análise de rentabilidade de cultivos agrícolas e reflorestamento: um aplicativo de fácil uso. In.: GALVÃO, Antonio Paulo M. (org.) **Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais.** Brasília: Embrapa florestas, 2000.

DOSSIÊ DESERTO VERDE - O Latifúndio do Eucalipto. São Paulo: Unesp, Março 2006. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Deserto_verde.pdf Acesso em 30 de novembro de 2008

DUTRA NETO, Claudionor. Avaliação da fertilidade dos Solos do Planalto de Vitória da Conquista visando a implantação de pastagens. Vitória da Conquista: DEAS/UESB, 1988

ELIAS, Denise. Globalização e Agricultura: A região de Ribeirão Preto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 398p.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a organização do espaço agrário nacional. In: **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** MARAFON, G.J.; RUA, João; RIBEIRO, M. A. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 330p

EPE - Empresa de Pesquisa Energetica (Brasil). Balanco Energetico Nacional 2010: Ano base 2009. Rio de Janeiro : EPE, 2010.

FALCÃO , Fábio de Carvalho. Morcegos do Planalto da Conquista: efeitos da estrutura da vegetação e da paisagem. Dissertação (Mestrado). Ilhéus: UESC, 2005

FAO - Proceedings regional expert consultation on eucalyptus 4-8 october, FAO Regional Office for Asia and the pacific. Bangkok: 1993, volume I. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/005/ac777e/ac777e00.htm#Contents> Acesso em maio de 2010

FAO- Reports Submitted to the Regional Expert Consultation on Eucalyptus. Regional Office for Asia and the Pacific (RAP) Volume II. Bangkok: 1996. Disponível em <http://www.fao.org/docrep/005/ac777e/ac777e00.htm#Contents> Acesso em maio de 2010

FAO -**The global outlook for future wood supply from forest plantations Paper prepared for the 1999 Global Forest Products Outlook Study.** Forestry Policy and Planning Division, Rome, February 2000

FAO -**The global outlook for future wood supply from forest plantations Paper prepared for the 1999 Global Forest Products Outlook Study.** Forestry Policy and Planning Division, Rome, February 2000

FAO. **El Eucalipto em la repoblacion florestal.** *Colección FAO: Montes. N° 11, 1981.* <http://www.fao.org/DOCREP/004/AC459S/AC459S00.htm#nota>. Acesso maio de 2011

FAO., **El dilema del eucalipto.**, Roma., 1990.

FAO., **El eucalipto en la repoblación forestal.**, Roma., 1981.

FERNANDES, Bernardo Mançano ; WELCH, Clifford Andrew Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In **Campesinato e Agronegócio na América Latina.** Fernandes, B. M. (org.) São Paulo: Expressão popular, 2008. 432p.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização.** Terra Livre São Paulo n. 16 p. 39-70 1o semestre/2001

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo Rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930 – 1990.** São Paulo: Editora UNESP, 2002. 462p.

FLORES, José Cláudio de O.; LONGUINHOS, Marco Antonio; FLORES, Claudia S. M.; CORREIA, Murilo F.. **Impacto ambiental e demanda de lenha em Vitoria da Conquista. XI Semana de Geografia, UESB, Vitória da Conquista, 2010. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ixsegeo/arquivos/Impacto%20ambiental%20e%20demanda%20de%20lenha%20em%20Vitoria%20da%20Conquista.pdf>.** Acesso em 22 de junho de 2011.

FOELKEL, Celso. **A Produção de Florestas Plantadas de Eucalipto sob a Ótica da Ecoeficácia, Ecoeficiência da Produção mais Limpa.** Eucalyptos on line book & newsletter. Disponível em: <http://www.eucalyptus.com.br/disponiveis.html>. Acessado em 16 de fevereiro de 2009.

FONTES, Ednice de Oliveira. **Organização do espaço e desenvolvimento regional no extremo sul da Bahia: os segmentos produtivos da celulose e do turismo.** 263 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007

FRIEDMAN, Shari. **Here, Forests There: Tropical Deforestation and U.S. Competitiveness in Agriculture and Timber.** In: David Gardiner & Associates Farms. USA, 2011

FURLAM, S. A. **Florestas Culturais: Manejo Sociocultural, Territorialidades e Sustentabilidade.** In AGRÁRIA, São Paulo, Depto. Geografia – FFLCH-USP N°3, pp. 3-15, 2006

GADILLE, Roland. **As políticas agrárias**. Breviário de Cultura. Trad. de Maria Inês Machado. São Paulo: Estudo Cor, 1974

GARLIPP, Rubens; FOELKEL, Celso. **O papel das florestas plantadas para atendimento das demandas futuras da sociedade**. XIII Congresso Florestal Mundial / FAO. Buenos Aires – argentina 18 a 23 de outubro de 2009. Acesso em abril de 2010. Disponível em http://www.sbs.org.br/destaques_POSITIONPAPER.pdf

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade

GOMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Desenvolvimento e (dês) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia In: **Geografia Agrária: teoria e poder**. FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs.) 1ª. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. **O Método Comparativo e a Ciência Política**. In.: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho (2008). Disponível em http://www.repam.org/pdf/edicao_02/gonzalez_2008_1.pdf. acesso em 23 de agosto de 2009

GRANDA, Patrícia. **Sumideros de carbono em los Andes Ecuatoriano impactos de las plantaciones forestales del Proyecto Holandés Face-profabor sobre comunidades Indígenas y Campesinas**. Acción Ecológica 2005

GRAZIANO DA SILVA, J. - **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira** - Unicamp-IE, Campinas, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira** - Hucitec, São Paulo, (2.ª edição) 1980.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, C. (orgs.) **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia/Campinas: Embrapa/UFU/Unicamp, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José **Tecnologia e agricultura familiar**. 2ª. edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.239p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A industrialização e a urbanização da agricultura**. São Paulo em perspectiva. São Paulo, v.7, n.3, p. 2-10, jul./set./1993.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, Unicamp/IE.1996

GRAZIANO DA SILVA, José. **Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. **Os Estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências**. In *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 1, n. 2, p. 3-11, ago. 2006.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e baianos no “novo” nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I, E.; GOMES, P, C, C.; CORREA, R, L. (Orgs) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996. p. 367-415.

HAESBAERT, Rogério. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo O desenvolvimento do campo no Brasil. In: **Geografia Agrária: teoria e poder**. FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs) 1ª. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p

HOFFMANN, Rodolfo e Ney, MARLON Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE - Censo Agro 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário. **Disponível em** http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1 **Acesso em junho de 2010**

IBGE – **Manual técnico da Vegetação Brasileira**. Serie Manuais Técnicos n. 1. Rio de Janeiro: FIBGE, 1992.

INCRA/SEBRAE – BRASIL. **Cartilha de Acesso ao Pronaf: Saiba como obter crédito para a agricultura familiar**. Brasília/DF: MDA/SAF/SEBRAE, 2011.

IVO, Isnara Pereira, **Poder local e eleições na Imperial Vila da Vitória durante o século XIX**. Revista Politéia: História e Sociedade. Volume 1, n. 1, p 201-223. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2001

JUNIOR Caio Prado. **A Questão Agrária no Brasil**. 5ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. 188p.

KANOWSKI, Peter; MURRAY, Hannah. **Intensively Managed Planted Forests Toward best practice**. Summary and Recommendations from TFD’s IMPF Initiative. The Forests Dialogue. New Haven, CT 06511 USA: June 2005 – June 2008

KOOPMANS, José. **Além do eucalipto: o papel do extremo sul**. 2ª. Edição revista e atualizada. Itamaraju: DDH, 2005. 268p

LELES, Paulo Sérgio dos Santos; CARNEIRO, José Geraldo de Araujo ; NOVAES, Adalberto Brito de ; BARROSO Deborah Guerra. **Crescimento e arquitetura radicial de plantas de eucalipto oriundas de mudas produzidas em blocos prensados e em tubetes, após o plantio** CERNE, V.7, N.1, P.010-019, 2001. Disponível em: http://www.dcf.ufla.br/cerne/artigos/13-02-20093676v7_n1_artigo%2002.pdf Acesso em abril de 2010.

LIMA, Walter de Paula. **Impacto Ambiental do Eucalipto**. Edusp, SP, 2ª ed., 1993, 302 pág.

LOPES, Emerson Delano. **Manual do produtor florestal. Programa de Fomento Florestal IEF/ASIFLOR**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: fazendeiroflorestal.net78.net/Manual.pdf. Acesso em novembro 2010.

LOPES, Emerson Delano.. **Qualidade de mudas de Eucalytus urophylla, E. camaldulenses e E. citriodora produzidos em blocos prensados e m dois modelos de tubetes e se desempenho em campo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Ba 335 rama de Pós-Graduação em Agronomia, Vitória da Conquista, 2005.

MAEDA, Shizuo. **Cultivo de eucalipto: mercado e comercialização**. in: Sistemas de Produção. Brasília: Embrapa Florestas, 4 - 2ª edição ISSN 1678-8281 - Versão Eletrônica Ago/2010. Disponível em http://sistemasdeprodução.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Eucalipto/CultivodoEucalipto_2ed/Aspectos_Eucaliptocultura.htm. Acesso em Maio de 2011

MAIA, Meirilane Rodrigues. **Zoneamento geoambiental do município de Vitória da Conquista - BA: um subsídio ao planejamento**. Dissertação (Mestrado) Salvador: UFBA, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 1990

MAYERS, James. **Poverty Reduction through Commercial Forestry What evidence? What prospects?** The Forests Dialogue. New Haven, CT 06511 USA: Number 2, 2006. Acesso em 25 de novembro de 2009. Disponível em: http://environment.yale.edu/tfd/uploads/TFD_Poverty_ResearchPaper_Mayers.pdf

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.

MEDEIROS, R. H. A **Diversificação econômica, fator demográfico e participação política em Vitória da Conquista** Jornal Fifó: Ensaios conquistenses, Vitória da Conquista, p. 9, 9 nov. 1977

MEDEIROS, R. H. A **O Rio Pardo**. Ensaio publicado em março de 1999. Disponível em <http://www.blogdopaulonunes.com/v3/category/colunistas/ruy-medeiros/> Acesso em maio de 2011.

MEDEIROS, R. H. A, in **Cultura Regional e Identidade** - (Palestra pronunciada, em 27.05.03, na 2ª Semana de História da UESB, promovida pelos alunos desse Curso) 2009, 21st/fev/2009 Disponível em <http://www.blogdopaulonunes.com/v3/category/colunistas/ruy-medeiros/> Acesso em maio de 2011.

MEDEIROS, R. H. A. **Aspecto urbano de Conquista através da história**. Jornal Fifó: Ensaios conquistenses, Vitória da Conquista, p. 7-9, 11 out. 1977.

MEDEIROS, R. H. A. **O gado e os primórdios de Conquista**. Jornal Fifó: Ensaios conquistenses, Vitória da Conquista, p. 7, 22 nov. 1977.

MEDEIROS, R. H. A. **O processo histórico conquistense: traços gerais**. Jornal Fifó: Ensaios conquistenses, Vitória da Conquista, p. 9, 9 nov. 1977.

MEDEIROS, Ruy. **A greve dos trabalhadores na cultura do café**. In Caderno do Ceas, Salvador, nº 70, p. 43-55, novembro, 1980.

MENDONÇA, Marcelo R.. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 457f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MMA - BRAZILIAN FORESTS **at a glance Reference** Period: 2005 – 2009. Ministry of Environment, Brazilian: Forest Service, 2009

MORAIS, Antônio Carlos R. **Geografia, pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1998. 138p.

MPA – **Uma alerta sobre o fomento florestal**. Brasília: MPA, 2009. Disponível em: Disponível em http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Fomento_Florestal.pdf Acesso em 14/06/2010

NEGRET, Fernando. **Território, Globalização e Desenvolvimento Regional**. In REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 36-55, mai./ago. 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/index> Acesso em 30 de maio de 2008

NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, v., p. 270-282.

NOGUEIRA, Uziel B. **Produção de carvão vegetal de eucalipto no Sul da Bahia** In. Revista Brasil Florestal. IBDF, Brasília: No. 49 ano XII janeiro/março de 1982

NORDER, Luiz Antonio C. **Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial**. In: SCHNEIDER, Sergio. A diversidade da agricultura familiar. 2ª. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 295p.

NOVAES, A. B.; BOMFIM, A. A. ; OLIVEIRA, T. A. S. ; OLIVEIRA, S. A. S. **Desempenho de eucalyptus spp., na região do Planalto de Vitória da Conquista , Bahia,**

Brazil. In: Congresso Forestal Argentino y Latinoamericano, 2005, Corrientes. Congreso Forestal Argentino Y Latinoamericano, 2005

NUSSBAUM, Ruth; SIMULA, Markku. **Forest Certification A Review of Impacts and Assessment Frameworks**. The Forests Dialogue Yale University School of Forestry & Environmental Studies, A TFD Publication: Number 1 2004

OLIVEIRA Edvaldo; COSTA, Jose Eloizio. **Alterações fundiárias no sudeste da Bahia: o caso do Planalto da Conquista BA**. Conferência da Terra: Aquecimento global, sociedade e biodiversidade. Volume III / Giovanni de F. Seabra, José Antonio N. da Silva, Ivo T. L. Mendonça (org.). – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

OLIVEIRA JÚNIOR, Orlando Amâncio de. **Qualidade de mudas de *eucalyptus urophylla* produzidas em diferentes substratos** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Vitória da Conquista, 2009.

OLIVEIRA, Karina Lima. **O avanço do eucalipto no território do Extremo Sul da Bahia: recentes transformações na estrutura fundiária e o papel do crédito rural**. Faculdade de Ciências Econômicas Mestrado em Economia (Dissertação) Universidade Federal da Bahia, SALVADOR, 2008

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1988

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, Coleção Caminhos da Geografia, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007, 184p

OLIVEIRA, E. ; MOREAU, M. S. . **Aplicação de Banco de Dados Gerenciais ao sistema de Informações Geográficas para fins de planejamento e gestão pública**. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, v. 1, p. 09-26, 2007.

OLIVEIRA, Gilca Garcia de; OLIVEIRA, Karina Lima; ARAÚJO, Leandro Guimarães. **Reconfiguração da estrutura fundiária no Extremo Sul da Bahia após intensificação da atividade**. *XLV CONGRESSO DA SOBER. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Londrina, 22 a 25 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/590.pdf> acesso em: 19/02/2011*

OLIVEIRA, Paulo Rogério Soares de. **Relação entre empresas florestais e comunidades do entorno: proposta para superação de conflitos**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2007.

PAULINO, Eliane Tomasi. A geografia agrária e a questão agrária In: **Geografia Agrária: teoria e poder**. FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs) 1ª. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p

PESSÔA, Vera Lucia Salazar. O meio técnico-científico-informacional e modernização da agricultura: uma reflexão sobre as transformações no cerrado mineiro. In: **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. MARAFON, G.J.; RUA, João; RIBEIRO, M. A. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 330p

PINTO JÚNIOR, José Elidney ; AHRENS, Sérgio, **Cultivo de eucalipto**.in: Sistemas de Produção. Brasília: Embrapa Florestas, 4 - 2ª edição ISSN 1678-8281 - Versão Eletrônica Ago/2010. Disponível em http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Eucalipto/CultivodoEucalipto_2ed/Aspectos_Eucaliptocultura.htm. Acesso em Maio de 2011

PIRES, Ana Paula Novais; BISPO, Claudinádio Ramos. **As complexidades marcam o quadro agrário do Brasil: um olhar reflexivo do assentamento Maria Zilda em Cordeiros-BA**. In: Espaço em Revista. v. 2, n. 12 (2010): Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/espaco/search/titles#.T1dfRYemjvm> Acesso em 23 de maio de 2011

PIRES, Elson L. S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos In: **Geografia Agrária: teoria e poder**. FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs) 1ª. edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384p

PLOEG, Jan Douwe Van der. **O modo de produção camponês revisitado**. In: SCHNEIDER, Sergio. A diversidade da agricultura familiar. 2ª. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 295p.

PRADO JUNIOR, Caio. **Historia Econômica do Brasil**. São Paulo: Braziliense, 1984

RAINTREE, Jhin B. **The Great Eucalyptus Debate**: What it is all about. In: Reports submitted to the regional expert consultation on eucalyptus – Volume III (FAO 2010)

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Prefácio e organização de José Graziano da Silva. 2ª. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 267p

REMADE – Revista da Madeira. **Cenário Florestal - Florestas no mundo chegam 4 bilhões de hectares**. Edição nº126 - fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.remade.com.br/br/revistadamadeira_materia.php?num=1510&subject=Cen%E1ri Acesso em abril de 2011

REZENDE, José Luiz Pereira, et al. **Análise econômica de fomento florestal com eucalipto no Estado de Minas Gerais**. Cerne, Lavras, v. 12, n. 3, p. 221-231, jul./set. 2006. Disponível em http://www.dcf.ufla.br/cerne/artigos/v12_n3_artigo%2003.pdf. Acesso em 24 de julho de 2009

RIO DE JANEIRO **Vocabulário básico de meio ambiente**. FEEMA, Rio de Janeiro: FEEMA., 1990.2ª ed. 246 p.

ROCHA, Tiago Borges et al. **Avaliação de métodos de estimativa de volume para um povoamento de *eucalyptus urophylla* s. t. blake no Planalto da Conquista- BA.** Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, N.10, 2010 Pág.1. Disponível em:

<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2010b/avaliacao%20de%20metodos.pdf>. Acesso em setembro de 2011

ROSA, R. **Introdução ao sensoriamento remoto.** Uberlândia: Editora UFU, 2007. 248 p.

RUIZ, Ricardo Machado. **A nova geografia econômica: um barco com a lanterna na popa?** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

SACHS, Ignacy. Bioenergias: uma janela de oportunidades. In: ABRAMOVAY, Ricardo. (org.) **Bicombustíveis: a energia da controvérsia.** São Paulo: Editora SENAC, 2009. 184p

SANTOS, Antonio Luiz. **Produção de riqueza e miséria na cafeicultura: as transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça – Bahia.** (Dissertação de Mestrado) Mestrado em Geografia. Recife: UFPE, 1987

SANTOS, M. et al. **O espaço em questão.** São Paulo: Paz e Terra, 1988

SANTOS, Milton, **Técnica espaço tempo, Globalização e meio técnico científico informacional.** São Paulo, Hucitec:p. 17. 1994

SANTOS, Milton. **A totalidade do diabo: como formas geográficas diluem o capital e mudam estruturas sociais.** In.: Economia Espacial: Críticas e Alternativas, São Paulo: Edusp, 2003

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** Hucitec.São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1996, 3ª ed., p.15-20.

SÃO JOSÉ, Abel R., NOVAES, A. B de, et al. **Reflorestamento no Brasil.** Vitória da Conquista – BA: UESB, 1992. 174p

SBS – Sociedade Brasileira de Silvicultura. **Relatório da SBS 2009 Disponível em** <http://www.sbs.org.br/relatoriosbs2009.pdf>. Acesso em junho de 2010

SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar.** 2ª. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 295p.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2ª. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 259p

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SCOLFORO, José Roberto. **O mundo eucalipto**. Os fatos e mitos da sua cultura. Rio de Janeiro: Mar de Idéias, 2008.

SCOT CONSULTORIA. **Relatório de Terras. Análise de mercado**. Ano 1, Edição 2, 2011. Disponível em <http://www.scotconsultoria.com.br/>. Acesso em novembro de 2011.

SILVA, Domingos, N.; MENDES, Luiz Gonzaga. **Varição da estrutura fundiária na Bahia**. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. Revista Bahia Agrícola. Volume 2, número 3, novembro de 1998.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual - natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução: Eduardo de A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. 250p

SOARES FILHO, Avaldo de Oliveira. **Estudo fitossociológico de duas florestas na região ecotonal no Planalto de Vitória da Conquista**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, 2000

SOUZA, Manoel Alex da Silva; ALVES, Rubens S. **Povoamento e posse da terra no Arraial dos Poções (Bahia, 1780-1880) Memória Conquistense**. Revista do Museu Regional de Vitória da Conquista – v. 7 n. 7/8, 2003/2004 . Vitória da Conquista, Edições UESB, 2007

SOUZA, Maria A. S. de. **A conquista do Sertão da Ressaca: Povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2001. 220p

SOUZA, Maria Adélia . **Geografias das Desigualdades: Globalização e Fragmentação**. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

STREET Jr, William V.; PRICE, Sarah. **Avanzando la Reducción de la Pobreza y El Sustento Rural a través del Manejo Forestal Sustentable: Un resumen y recomendaciones de la iniciativa de TFD de Bosques y la Reducción de la Pobreza Junio 2006 – Diciembre 2008**. In.: The Forests Dialogue. New Haven, CT 06511 USA:Publicación TFD Número 4 2009. Acesso em 30 de maio de 2010, disponível em http://environment.yale.edu/tfd/uploads/TFD_Poverty_ReducionPobreza_Review_Street_Price_espanol.pdf

SUZIKI, Julio Cesar. **Geografia agrária: gênese e diversidade**. In: **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. MARAFON, G.J.; RUA, João; RIBEIRO, M. A. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 330p

TARGA, Lidz Roberto Pecoits. **Comentário sobre a utilização do método comparativo e análise regional** Ensaios FEE, Porto Alegre. 12 (1):265-271.1991 IS-00001 148-1

TOSTA, Suzane. **Da negação ao discurso hegemônico do Capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia** Tese (Doutorado em Geografia) NPGeo- Universidade Federal de Sergipe. 2009.

UESB/FADTC – Fundação para o Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- **Perfil do projeto reflorestamento no sudoeste da bahia. Nível de Pré-viabilidade.** Vitória da Conquista. FADTC/UESB: Vitória da Conquista, 2006

VALVERDE, Orlando. **Estudos de Geografia Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1985. 268p

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** 2ª. Ed. São Paulo, Edusp, 2007.

VIANA, Maurício Borato. **O eucalipto e os efeitos ambientais do seu plantio em escala.** Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, Abril/2004

VILADESAU, Tomás Palau. El Agronegocio de La soja em Paraguay – Antecedentes e impactos sociales e econômicos. In **Campesinato e Agronegocio na América Latina.** FERNANDES, B. M. (org.) São Paulo: Expressão popular, 2008. 432p.

VINHAS. Sergio V. In: espécies nativas da Mata Atlântica sul baiana: uma opção para o reflorestamento. **Reflorestamento no Brasil.** Vitória da Conquista – BA: UESB, 1992. 174p.

VINHAS. Sergio V.; T. J. S.; Hori, M. Principais vegetais úteis. In: **Diagnostico socioeconômico da Região Cacaueira – Recursos Florestais**, volume 7. Ilhéus: CEPLAC /IICA, 1976.

WRM . **As plantações não são florestas. In:** Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Tradução: Silvia Pérez Amato e María Isabel Sanz. United Kingdom: outubro de 2003.

WRM. **Plantations are not forests.** In World Rainforest Movement. United Kingdom:

XAVIER, Marcelle Bittencourt ET al. ; **Reflorestamento com eucalipto como propulsor do desenvolvimento econômico e sustentável sob a ótica da competitividade, em Vitória da Conquista, Bahia.** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009

Web Sites

BRACELBA - Associação Brasileira de Celulose e Papel. São Paulo: 2010 Disponível em <http://www.bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/estatisticas/rel2009.pdf> Acesso em junho de 2010

Evolução do Consumo de Carvão Vegetal no Brasil por Segmentos (1.000 mdc)

Fonte Silvimitas/ REMADE 2011

<http://git-forestry.com/> Acesso em maio de 2011.

<http://www.informaecon-fnp.com/noticia/3948> Acesso em Junho de 2011

[http://www.remade.com.br/br/bd_carvao_vegetal.php?num=3&title=Evolu%20do%20Consumo%20de%20Carv%20Vegetal%20no%20Brasil%20por%20Segmentos%20\(1.000%20mdc\)](http://www.remade.com.br/br/bd_carvao_vegetal.php?num=3&title=Evolu%20do%20Consumo%20de%20Carv%20Vegetal%20no%20Brasil%20por%20Segmentos%20(1.000%20mdc))

[http://www.remade.com.br/br/bd_carvao_vegetal.php?num=3&title=Evolu%20do%20Consumo%20de%20Carv%20Vegetal%20no%20Brasil%20por%20Segmentos%20\(1.000%20mdc\)](http://www.remade.com.br/br/bd_carvao_vegetal.php?num=3&title=Evolu%20do%20Consumo%20de%20Carv%20Vegetal%20no%20Brasil%20por%20Segmentos%20(1.000%20mdc))

MNHG Mineração. **Fornecimento e Demanda por Minério de Ferro. São Paulo: 2010.**

<http://www.mhag.com.br/fornecimento/index.html>

REMADE – Revista da Madeira. **Cenário Florestal - Florestas no mundo chegam 4 bilhões de hectares.** Edição nº126 - fevereiro de 2011. Disponível em:

http://www.remade.com.br/br/revistadamadeira_materia.php?num=1510&subject=Cen%20E1ri

Acesso em abril de 2011

APÊNDICES

Apêndice A – Modelo de Contrato ASIGLOR/eucaliptocultor fomentado

CONTRATO DE COMPROMISSO DE PLANTIO E MANUTENÇÃO DE EUCALIPTO

Pelo presente Contrato de Compromisso de Plantio e Manutenção do Eucalipto - Programa de Fomento Florestal, a _____, estabelecida no município de VITÓRIA DA CONQUISTA,

04 doravante denominado CONTRATADO, e a Associação das Siderúrgicas para Fomento Florestal, estabelecida à Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 1191, 3º andar, Sion, no município de Belo Horizonte/MG, inscrita no CGC/MF nº 01.761.330/0001-62, doravante denominada ASIFLOR, ajustam entre si, as condições para atender a Instrução Normativa nº 001, de 05 de setembro de 1996, junto ao IBAMA e ao PAS – PLANO DE AUTO SUPRIMENTO de suas associadas, junto ao I.E.F/MG, que são as seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 O CONTRATADO é proprietário de uma área de terras denominada _____ no município de VITÓRIA DA CONQUISTA, com área total de 188.00 hectares.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Na propriedade acima descrita, o CONTRATADO implantará uma floresta de *Eucalyptus* spp com área de efetivo plantio de 9,22 ha e com 10.245 árvores, correspondentes ao volume estimado de 2.582 estères de lenha, tudo conforme Projeto Técnico.

2.2 O CONTRATADO, nesse ato, autoriza a ASIFLOR a subcontratar a área de plantio descrito na Cláusula Segunda, item 2.1, às suas associadas.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 A ASIFLOR fornecerá ao CONTRATADO as mudas, fertilizantes, formicidas e assistência técnica necessários ao plantio previsto na Cláusula 2.1.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 O CONTRATADO deverá seguir criteriosamente as instruções contidas no Relatório de Visita Técnica, executando todas as fases corretamente e protegendo o povoamento contra a ação do fogo, de terceiros, bem como controlar corretamente as principais pragas.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 É estipulado o prazo máximo de 08 (oito) anos, a contar da assinatura do presente Contrato, para ser efetuada a plena colheita em comum acordo com a ASIFLOR. Para a condução do 1º corte e produção do 2º e 3º cortes, será celebrado um Termo Aditivo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA

6.1 No caso do não cumprimento pelo CONTRATADO das operações previstas no Relatório de Visita Técnica, por desleixo ou impossibilidade de implantação e/ou manutenções, o CONTRATADO obriga-se a efetuar a restituição, devidamente atualizada, do valor do investimento equivalente ao dispêndio efetuado pela ASIFLOR em trabalhos técnicos, administrativos, mudas, fertilizantes e formicidas, que foram utilizados para cobrir este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA

7.1 No caso de inviabilização da meta final do Projeto por razões de força maior, das quais não tenham culpa nem a ASIFLOR nem o CONTRATADO, tais como eventos extraordinários e incontroláveis, os prejuízos serão absorvidos na média que couber a cada um no presente Contrato, podendo ser renegociado um novo Projeto.

CLÁUSULA OITAVA

8.1 Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte/MG, como único e competente para dirimir dúvidas advinhas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo-assinadas.

BELO HORIZONTE, 22 DE SETEMBRO DE 2006.

Apêndice B – Anverso do Projeto técnico de acompanhamento ASIFLOR/eucaliptocultor

Projeto 01	PROJETO TÉCNICO DE REFLORESTAMENTO Fomento Florestal		Ano agrícola 2006/2007	
1 INFORMAÇÕES GERAIS				
Identificação do requerente				
Nome				
Endereço				
Telefone			Cidade	Estado
CPF			Vitória da Conquista	Bahia
RG				
Identificação do executor				
Nome				
Endereço				
Telefone			Cidade	Estado
CPF			Vitória da Conquista	Bahia
RG				
Identificação do elaborador				
Nome				
Associação de Reposição Florestal do Sudoeste da Bahia - AFLORE				
Endereço				
Distrito Industrial dos Imbores, Fazenda Periperi S/N - Caixa Postal 11			Cidade	Estado
Telefone			Vitória da Conquista	Bahia
CNPJ			Inscrição Estadual	
Registro no MAA			Nº registro no IBAMA	Nº do CREA da empresa
Responsável técnico			Profissão	Nº do CREA do profissional
			Engenheiro Florestal	
Objetivo do projeto				
Geral Cumprimento da Reposição Florestal Obrigatória dos associados da ASIFLOR				
Específico Produção de madeira para fins diversos.				
Identificação da propriedade				
Nome da propriedade		Cidade	Estado	
		Vitória da Conquista	Bahia	
Nº do INCRA		Titulo de posse	Observações	
		Escritura pública de compra e venda		
Área total da propriedade (ha)		Área de reserva legal (ha)	Área de reflorestamento(ha)	
200,00		40	9,22	
Caracterização do meio				
Clima				
Temperatura média anual (°C)		Precipitação média anual (mm)	Período chuvoso	
23		700	Novembro a março	
Solos				
Classificação		Condição física	Fertilidade	
Latossolo vermelho amarelo		Solo profundo e pouco compactado	Regular	
Topografia				
Relevo	Altitude (m)	DATUM	ZONA	COORDENADAS UTM
Plano	860	SAD 69	24L	X 320750 Y 8363100
Formações Florestais				
Tipologia Florestal		Porte	Estágio de sucessão	
Floresta estacional semidecidual		Arbustivo e herbáceo	inicial	
Hidrografia				
Bacia hidrografica		Presença de rio ou curso de água	Presença de lagoa ou represa	
Rio Pardo		não	não	
Local e data			Assinatura do Profissional	

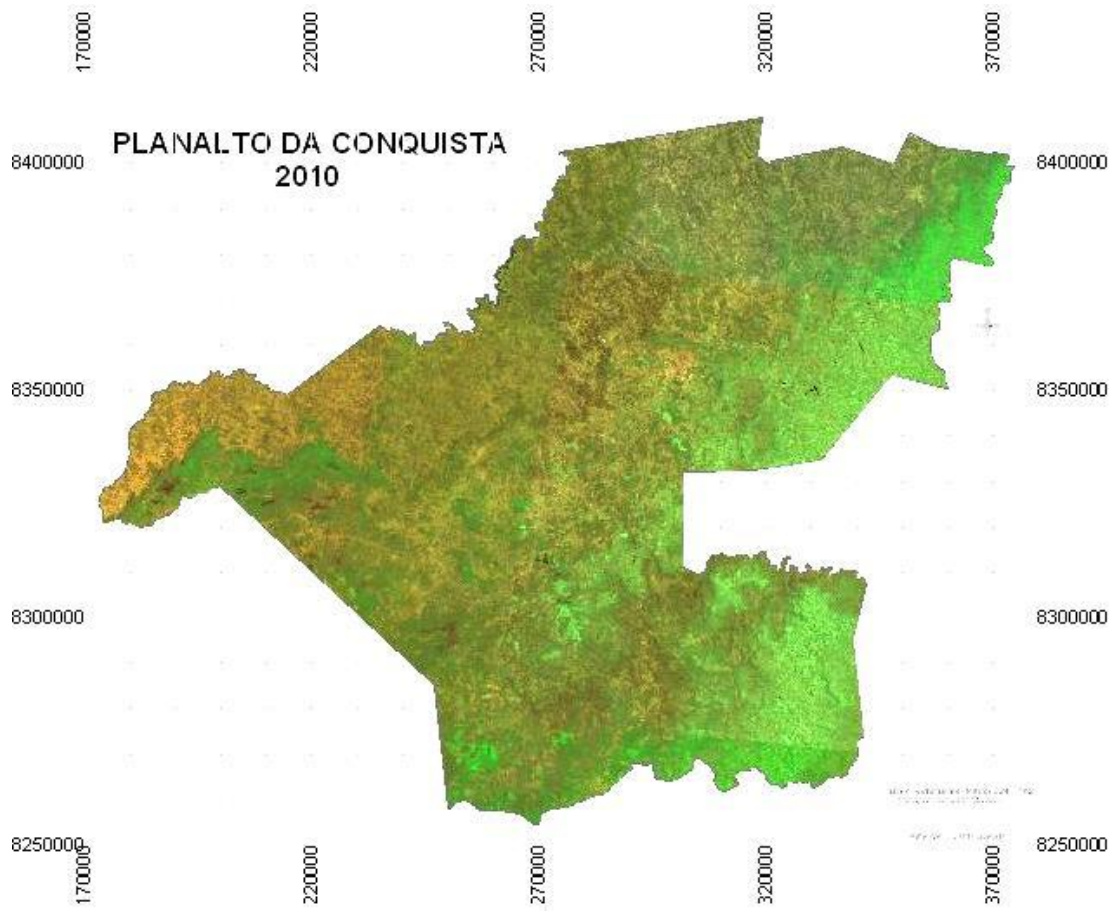
Apêndice C – Anverso do Questionário aplicado junto aos eucaliptocultores independentes

QUESTIONÁRIO (solicitamos não identificar neste questionário)						No.	
Objetivo: identificar as condições do plantio de eucalipto no Planalto da Conquista - BA							
As informações não serão repassadas para terceiros ficando restritas à tese e publicações.							
Data dos dados	dia		mês		ano		
LOCALIZAÇÃO							
Município _____							
Distrito _____							
Localidade _____							
É Proprietário	()	sim	()	não			
Mora na propriedade	()	sim	()	não			
ESTRUTURA FUNDIÁRIA							
Área da propriedade	_____	Alqueires	_____	Hectares	_____	Tarefas	
Há quanto tempo possui ou trabalha na terra	_____	Anos					
Outras situações: (nestes casos considerar a área abaixo)							
Arrendatário	_____	anos					
Meeiro	_____	anos					
Parceiro	_____	anos					
ESTRUTURA PRODUTIVA							
Plantio Predominante							
Pecuária	()						
Agricultura	()						
Agricultura e pecuária	()						
Outra Monocultura	()	Qual					
Multicultura (varias culturas)	()						
Consortiamento com eucalipto	()	sim	()	não			
Qual _____							
INDICADORES DE MODERNIZAÇÃO							
Utiliza máquinas agrícolas na propriedade	()	sim	()	não			
Própria	()		()				
Alugada	()		()				
Arrendada	()		()				
De cooperativa	()		()				
De associações	()		()				
Do poder público	()		()				
ESTRUTURA FÍSICA							
Possui energia elétrica	()	sim	()	não			
Estradas de acesso favoráveis	()	sim	()	não			
Utiliza agrotóxicos/agroquímicos	()	sim	()	não			
Utiliza serviços de Assistência Rural	()	sim	()	não			
Qual	()	Municipal	()	Estadual	()	Federal	
CONDIÇÕES DA PROPRIEDADE							
Possui áreas degradadas na propriedade	()	sim	()	não			
Estimativa da área	_____	Alqueires	_____	Hectares	_____	tarefas	
Tipos de áreas degradadas							
Pastagens	()						
Várias culturas	()						
Monocultura	()						
Mineração	()						
Outras							
Substitui outras culturas por eucalipto	()	sim	()	não			
	_____	Alqueires	_____	Hectares	_____	tarefas	
Adição/venda de área para o eucalipto							
Comprou	()	sim	()	não			
		Alqueires		Hectares		tarefas	

Apêndice D – Verso do Questionário aplicado junto aos eucaliptocultores independentes

Arrendou	()	sim	()	não	
		Alqueires		Hectares	tarefas
Vendeu	()	sim	()	não	
		Alqueires		Hectares	tarefas
Área total plantada de eucalipto		Alqueires		Hectares	tarefas
FINANCIAMENTO					
Plantio com recursos próprios	()	sim	()	não	
Buscou financiamento para o plantio do eucalipto	()	sim	()	não	
Se afirmativo qual agente financiador					
Banco do Brasil	()				
Banco do Nordeste	()				
Pronaf/Pronaf Florestal	()				
Programas do Governo do Estado	()				
Outros tipos de financiamento	()				
LICENCIAMENTO					
Obteve licenciamento para o Plantio de eucalipto	()	sim	()	não	
Teve dificuldades no licenciamento	()	sim	()	não	
Quais órgãos participaram do licenciamento		Indique a Secretaria ou Setor (Sema/CRA/IBAMA)			
Governo Federal	()				
Governo Estadual	()				
Governo Municipal	()				
ESTRUTUA AMBIENTAL					
Possui reserva de floresta nativa (20 % reserva legal)	()				
Fez reposição florestal para área de floresta legal	()				
Mantém áreas de preservação permanente - APP	()				
Fez reposição de APP	()				
MERCADO DE MADEIRA					
Utiliza o plantio de eucalipto para :					
Comercialização	()	sim	()	não	
Consumo próprio na propriedade	()	sim	()	não	
Consumo próprio em indústrias (padarias e outras)	()	sim	()	não	
Comercialização e consumo na fazenda	()	sim	()	não	
Produção de carvão	()	sim	()	não	
Já comercializou madeira de eucalipto?	()	sim	()	não	
Quantos anos para o corte	_____	anos			
Qual ramo vendeu amadeira ?					
Indústrias	()				
Padarias	()				
Siderúrgicas	()				
Carvoarias	()				
Outros fazendeiros /arrendatários	()				
Fabricação de carvão	()				
Utiliza outras formas de aproveitamento do eucalipto além da madeira	()	sim	()	não	
		Qual?			
Utiliza o plantio para crédito de Reposição florestal	()	sim	()	não	
Utiliza o plantio de eucalipto para Crédito de Carbono	()	sim	()	não	
GERAÇÃO DE EMPREGO					
Empregos		Diretos		Indiretos	
Observações					

Apêndice E - Imagem de satélite do Planalto da Conquista



Apêndice F - Fragmento de Imagem de Satélite do Sul da Bahia

